UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO STEINMETZ SOARES

ENTRE TERRA E TERRITÓRIO: DESENHOS TERRITORIAIS E RELACIONALIDADE NA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ

CURITIBA

2025

GUSTAVO STEINMETZ SOARES

ENTRE TERRA E TERRITÓRIO: DESENHOS TERRITORIAIS E RELACIONALIDADE NA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção de título de Doutor em 2025.
Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez

CURITIBA
2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Soares, Gustavo Steinmetz
Entre terra e território: desenhos territoriais e relacionalidade na reforma agrária no Paraná / Gustavo Steinmetz Soares. – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Jorge Ramón Montenegro Gómez

1. Territorialidade humana. 2. Conflito fundiário. 3. Autonomia. 4. Reforma agrária. 5. Extensão universitária. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Montenegro Gómez, Jorge Ramón . IV. Título.

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **GUSTAVO STEINMETZ SOARES**, intitulada: **ENTRE TERRA E TERRITÓRIO: DESENHOS TERRITORIAIS E RELACIONALIDADE NA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ**, sob orientação do Prof. Dr. JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 03 de Junho de 2025.

Assinatura Eletrônica
29/06/2025 21:51:49.0
JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
24/06/2025 16:24:50.0
DJONI ROOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANá, CENTRO DE CIêNCIAS HUMANAS, EDUCAçãO E LETRAS)

Assinatura Eletrônica
04/07/2025 13:06:17.0
OTAVIO GOMES ROCHA
Avaliador Externo

Assinatura Eletrônica
19/08/2025 20:49:39.0
MARCELO CAETANO ANDREOLI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR)

Assinatura Eletrônica
22/08/2025 20:07:20.0
GUIOMAR INEZ GERMANI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 461649
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 461649

AGRADECIMENTOS

É preciso destacar que os caminhos para construção da tese se deram de forma exusíaca, ou seja, feita entre encruzilhadas de vivências não lineares que são características de EXU, seja na concepção de Orixá, seja na concepção de entidade. Esses aspectos então se manifestaram nas pessoas, lugares, dinâmicas e relações que me deslocaram muitas e muitas vezes para chegar até aqui e, por isso, eu agradeço.

Foram deslocamentos, ou estripulias, que aconteceram desde a entrada na Geografia em 2014, mas é definitivamente ao participar do Coletivo ENCONTTRA que deslocamentos "mais sérios" começaram a acontecer através do Mestrado. Foi um lugar de acolhimento e ressignificação que, com certeza, fundamentaram os caminhos para a construção desta tese, descolonizando meu ser, estar e compreender o mundo. Foram muitas leituras, embates e debates tensionados por pessoas dispostas e engajadas, mobilizados por uma atuação pautada pela extensão, dimensão essencial da Universidade, que foi central nesta caminhada.

Assim fui chegando ao coletivo PLANTEAR, através da extensão popular, onde os embates, debates, e relações se intensificaram e se ampliaram, aproximando a caminhada dos Movimentos Sociais. Assim os deslocamentos se tornaram uma constante, uma dimensão essencial do ser e do fazer extensão e, assim, foi possível a construção desta tese, por isso, agradeço também.

Nessas encruzilhadas sinto a necessidade de nomear as pessoas que estiveram juntas na caminhada.

À minha família, Vaci, Paulo, Ana Paula, Marcos e Junior pelo apoio, sustento e convivência, agradeço, estendendo o mesmo aos sobrinhos, sobrinhas, cunhadas, cunhado e demais familiares.

Axs amigxs macumbeiros Claudia, Felipe e Telma, pela vivência mais intensa e bruta da encruzilhada do TRQO (Terreiro R-existência Quebra-Ossos). Ao Exu Quebra-Osso, Caboclo Bugre, "Dr." Quebra-Osso, Exu Marabô, Marinheiro 7 Luas, Exu do Congo, Lira, Vó Catarina, Pai Tomás, Pombogira Maria Padilha, Pombogira Rosa Caveira, Marinheiro Seu Martin, Exu do Lodo, Pombogira Rosa Vermelha, Caboclo Pedra Roxa, Caboclo Cobreiro, Caboclo 3 Cruzeiros, Erê Estrelinha, Erê Negrinho do Mar, Marinheiro Pirata, Cabocla Jurema, Malandra Maria Navalha, Cigana Kerumã, e demais entidades que abriram caminhos e encruzilhadas.

Axs amigxs enconttreros Jorge, Priscila, Adri, Thiara, Joana, Jana, Dani, Ralph, Adriano, Mercedes, Katuta, Glaucia, Fernando, Camila, Gabi, Bruno, Gege, e demais gerações que passaram pelo coletivo e contribuíram para a caminhada pela extensão universitária.

Axs amigxs Planteares Dani, Zé, Marcelo, Vini, Renata, Iara, Bernardo, Ana Carol, Ale, Kauana, Pedro, Mari, Bruna, Bernardo, Malu, Gab, Gabi, Amanda, Ingrid, Walace, Pedro, Gege, Desi e demais que contribuíram para ampliar os deslocamentos e caminhos da extensão.

Aos amigos da comunicação do MST-PR Ednubia, Leo, Jade, Helena, Ju e Bárbara, e do MST-PR em Curitiba, Marquinhos, Baggio, Karol, Edson, Joabe e demais companheiros e companheiras pelas andanças no Paraná e os desafios da luta pela terra e pela democracia, em todas as suas frentes.

À Franciele, pelo companheirismo, paciência, apoio e sensibilidade em estar junto nessa caminhada.

Repito e reforço o agradecimento ao Jorge por aceitar, acompanhar, (des)orientar e incentivar os deslocamentos desta tese, e da caminhada nas encruzilhadas, desde a dissertação e a extensão. E a Fer, por estar sempre junto, apoiando, participando e incentivando esses deslocamentos. Através deles estendo o agradecimento para colegas do Observatório da Questão Agrária no Paraná.

E por fim, e mais importante, às famílias do MST-PR da comunidade Maria Rosa do Contestado por sua luta e pelo acolhimento durante os trabalhos realizados, a quem agradeço através da Rosane, Célio, Altair, Patrícia, Vandressa, Angela, Chiquinho, Seu Vanderley, Daniel, Rodrigo, Aniceto, Silvana e demais companheiros e companheiras que resistiram e mantiveram a luta pela terra e pela justiça territorial em tempo muito difíceis contribuindo e garantindo o avanço da Reforma Agrária Popular do Paraná.

RESUMO

O presente texto traz a descrição, análise e sistematização do conflito fundiário no município de Castro (PR) em torno da Fazenda Capão do Cipó. O texto conta com uma descrição do processo jurídico da disputa e do planejamento territorial popular realizado com a comunidade Maria Rosa do Contestado que, em agosto de 2015 ocupou a área com a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A área, que estava sendo utilizada de forma ilegal por instituições do agronegócio da região, se tornou um espaço de disputa entre diferentes processos de territorialização, que desde a perspectiva ontológica, ou seja, da construção de mundos. Por um lado, o Mundo de Um Mundo, da hegemonia do sistema moderno colonial e capitalista e, por outro lado, o Mundo de Muitos Mundos, da construção de possibilidades, alternativas ao desenvolvimento, em defesa da vida. Os processos serão descritos a partir da atuação do coletivo PLANTEAR (Planejamento Territorial e Assessoria Popular), na construção de estudos técnicos para o processo jurídico ao redor da apropriação da terra e do planejamento territorial junto à comunidade. Na primeira situação, a leitura do processo vai apontar a potencialidade da presença do território praticado e construído pela comunidade no processo jurídico, contribuindo com a defesa da reforma agrária na área. Na segunda situação se evidenciará uma ampliação sobre as dimensões da luta pela terra e organização territorial das comunidades em área da reforma agrária fortalecendo a ideia da luta por terra e território, onde a autonomia sobre o mesmo se destaca. A partir da prática da pesquisa vai se caracterizar uma proposta de tese extensionista discutindo a perspectiva de uma pesquisa pautada pela extensão popular universitária, atuante no contexto de luta pela terra no estado do Paraná e no planejamento territorial popular. Relacionado à proposta também se delimita uma postura metodológica onde o território ganha centralidade como conceito e como metodologia, levando à proposta do território comum como perspectiva da construção comunitária. Pretende-se contribuir com a política de Reforma Agrária com uma proposta de desenho territorial como processo de escuta e construção de território no planejamento de assentamentos a partir da realidade e autonomia da comunidade, assim como contribuir com a construção de uma Reforma Agrária Popular, Agroecológica, Comunitária e Territorial e, por fim, abrir o debate na relação entre pesquisa e extensão popular.

Palavras-chave: Territorialidade humana, conflito fundiário, autonomia, reforma agrária, extensão universitária.

ABSTRACT

This text describes, analyzes, and systematizes the land conflict in the municipality of Castro (PR) surrounding the Capão do Cipó Farm. The text contains a description of the legal process of the dispute and the popular territorial planning carried out with the Maria Rosa do Contestado community, which occupied the area in August 2015 with the organization of the Landless Rural Workers' Movement (MST). The area, which was being used illegally by agribusiness institutions in the region, became a space of dispute between different processes of territorialization, from an ontological perspective, that is, the construction of worlds. On one hand, the World of One World, of the hegemony of the modern colonial and capitalist system; and, on the other hand, the World of Many Worlds, of the construction of possibilities, alternatives to modern development, in defense of life. The processes will be described based on the work of the PLANTEAR collective (Territorial Planning and Popular Advisory), in the construction of technical studies for the legal process surrounding the appropriation of land and the territorial planning made together with the community. In the first situation, the reading of the process will point out the potential presence of the territory practiced and constructed by the community in the legal process, contributing to the defense of agrarian reform in the area. In the second situation, an expansion of the dimensions of the struggle for land and territorial organization of communities in the agrarian reform area will be evident, strengthening the idea of the struggle for land and territory, where autonomy over the same stands out. Based on the research practice, a proposal for an extension thesis will be characterized, discussing the perspective of a research guided by popular university extension, active in the context of the struggle for land in the state of Paraná and in popular territorial planning. Related to the proposal, a methodological posture is also defined in which the territory gains centrality as a concept and as a methodology, leading to the proposal of common territory as a perspective of community construction. The aim is to contribute to the Agrarian Reform policy with a proposal for territorial design as a process of listening and building territory in the planning of settlements based on the reality and autonomy of the community, as well as contributing to the construction of a Popular, Agroecological, Community and Territorial Agrarian Reform and, finally, opening the debate on the relationship between research and popular extension.

Keywords: Human territoriality, land conflict, autonomy, agrarian reform, university extension.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa de atuação do Plantear em diferentes geo-grafias e (geo)grafias. 23
FIGURA 2 - Esquema básico dos aspectos da pesquisa. 24
FIGURA 3 - Esquema básico da pesquisa no contexto do planejamento territorial e assessoria popular. 45
FIGURA 4 - Esquema básico, ouvir o território no planejamento territorial e assessoria popular. 52
FIGURA 5 - Esquema básico do território metodológico e ontológico na análise multidimensional e multiescalar no contexto do Planejamento Territorial e Assessoria Popular na luta pela terra expressa a partir do conflito em torno da comunidade Maria Rosa do Contestado. 58
FIGURA 6 - Marcos da luta pela terra em direção à luta por terra e território. 62
FIGURA 7 - Etapas da Reforma Agrária - INCRA. 64
FIGURA 8 - Mapa de conflitos destacados em 2021 por Roos et al. (2022) 93
FIGURA 9 - Geografia das lutas Camponesas no Paraná. 104
FIGURA 10 - Geografia das lutas no Paraná, 1988-2018. 108
FIGURA 11 - Linha histórico-espacial das lutas por terra no Paraná e Acampamento Maria Rosa do Contestado 113
FIGURA 12 - Registro da manhã da ocupação 117
FIGURA 13 - Organização do acampamento Maria Rosa do Contestado com 1 ano de existência.. 118
FIGURA 14 - Linha histórico-espacial da criação das cooperativas holandesas, cessão da Fazenda Capão do Cipó e uso ilegal, reintegração e manifestaçào do Incra e Acampamento Maria Rosa do Contestado 121
FIGURA 15 - Linha histórica de eventos destacados entre 2012 e agosto de 2015. 124
FIGURA 16 - Mapa do Laudo do IAP da Fazenda Capão do Cipó. 126
FIGURA 17 - Mapa da Fazenda Jeca Martins no laudo de avaliação do IAP. 127
FIGURA 18 - Mapa da Fazenda Amola Faca no laudo de avaliação do IAP. 128
FIGURA 19 - Mapa da Fazenda Taboãozinho no laudo de avaliação do IAP. 129
FIGURA 20 - Mapa da Fazenda Retiro no laudo de avaliação do IAP. 130
FIGURA 21 - Mapa da Fazenda Barra Bonita no laudo de avaliação do IAP. 131
FIGURA 22 - Linha histórica de eventos destacados entre 2016 e meados de 2019 134
FIGURA 23 - Imagem anexada ao projeto apresentado pela prefeitura. 139
FIGURA 24 - Linha do tempo das mudanças na situação da Fazenda Capão do Cipó. 141
FIGURA 25 - Localização do IF de Ivaiporã em relação à malha urbana do município. 142
FIGURA 26 - Localização da área “Maria Rosa do Contestado” em relação a Castro. 143
FIGURA 27 - Localização do IF de Jaguariaíva em relação à malha urbana do município. 143
FIGURA 28 - Detalhe do Mapa de Macrozoneamento municipal, com destaque para a área de estudo. 144
FIGURA 29– Cobertura de palhada dos canteiros e irrigação da produção orgânica e agroecológica. 147
FIGURA 30 - Juiz conhece a comunidade Maria Rosa do Contestado, em Castro (PR). 151
FIGURA 31 - Slide de apresentação da proposta de divisão da área feita pelas famílias em audiência (as áreas marcadas em azul e lilás seriam destinadas ao assentamento e as áreas em verde e laranja ao CTP). 158
FIGURA 32 - Linha histórica dos eventos desde 2018 até meados de 2022. 161
FIGURA 33 - Representação do projeto tecnológico apresentado pela CTP para a Fazenda Capão do Cipó. 162

FIGURA 34 - Representação do projeto tecnológico apresentado pela CTP para a Fazenda Capão do Cipó..... 162
FIGURA 35 - Ato da entrega da proposta da Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado e anúncio do futuro assentamento..... 164
FIGURA 36 - Linha histórico-espacial do conflito jurídico territorial da Comunidade Maria Rosa do Contestado..... 169
Figura 37 - Sistematização “Tempos para fazer a reforma Agrária”. 175
FIGURA 38 - Momentos de caminhada pelo território e debate sobre passado, presente e futuro. ... 176
FIGURA 39 - Sistematização do debate feita na oficina. 177
FIGURA 40 - Sistematização do debate sobre passado presente e futuro da comunidade, foi organizado e apresentado à comunidade entre a primeira e segunda oficina..... 178
FIGURA 41 - Sistematização “História/Origem” no agrupamento das palavras-chave..... 179
FIGURA 42 - Sistematização “Motivadores Passado/Externos” no agrupamento das palavras-chave..... 180
FIGURA 43 - Sistematização “Acolhimento” no agrupamento das palavras-chave. 181
FIGURA 44 - Sistematização “Motivadores do Presente, Futuro e Internos” no agrupamento das palavras-chave..... 182
FIGURA 45 - Sistematização “Trabalho e Produção” no agrupamento das palavras-chave..... 184
FIGURA 46 - Sistematização “Lazer/Espiritualidade” no agrupamento das palavras-chave..... 185
FIGURA 47 - Sistematização “Organização Interna / Identidade” no agrupamento das palavras-chave..... 186
FIGURA 48 - Sistematização “Sentido da luta do MST” no agrupamento das palavras-chave..... 187
FIGURA 49 - Sistematização “Comunidade / Coletividade” no agrupamento das palavras-chave... 188
FIGURA 50 - Sistematização “Infraestrutura” no agrupamento das palavras-chave. 189
FIGURA 51 - Registro dos momentos da cartografia social. 191
FIGURA 52 - Sistematização da cartografia social grupos de família 1 e 2. 192
FIGURA 53 - Sistematização da cartografia social grupos de família 1 e 2. 193
FIGURA 54 - Sistematização da cartografia social grupos de família 3 e 4. 194
FIGURA 55 - Sistematização da cartografia social grupos de família 5 e 6. 195
FIGURA 56 - Detalhes da cartografia social sobre o lote de 1 ha e sua relação na imagem de satélite. 196
FIGURA 57 - Detalhes destacados da reorganização dos lotes e da posição da moradia. 197
FIGURA 58 - Detalhes destacados do abastecimento e uso da água e sua marcação na imagem de satélite. 198
FIGURA 59 - Detalhes do abastecimento de energia e referência na imagem de satélite..... 198
FIGURA 60 - Detalhes da produção e referência na imagem de satélite. 199
FIGURA 61 - Detalhes da criação de animais e referência na imagem de satélite..... 200
FIGURA 62 - Detalhes das funções comunitárias e referência na imagem de satélite..... 201
FIGURA 63 - Desenhos dos automapeamentos da comunidade no automapeamento do sonho no lote. 202
FIGURA 64 - Registros do momento de compartilhar os lotes dos sonhos. 206
FIGURA 65 - Esboço esquemático de ferramenta construída pela comunidade à esquerda e registro da ferramenta sendo utilizada na roça de feijão..... 208
FIGURA 66 - Lógicas convencionais de desenho dos lotes. 210
FIGURA 67 - Comparação prévia do desenho das áreas de moradia com as lógicas de desenho quadrado burro e raio de sol dos lotes..... 210
FIGURA 68 - Comparação prévia do desenho das áreas de moradia com a adaptação da lógica de

desenho dos lotes. 211
FIGURA 69 - Mapas de declividade e curva de nível com área considerada ótima para moradia segundo a declividade. 212
FIGURA 70 - Imagens de satélite de assentamentos com diferentes lógicas de corte implementadas, na sequência, o Assentamento da Conquista em Quedas do Iguaçu (PR), o Assentamento Contestado na Lapa (PR), o Assentamento Santa Maria em Paranacity (PR) e o Assentamento Dorcelina Folador em Ponta Porã (MS). 213
FIGURA 71 - Registro da intervenção da indicação da zona de moradia sobre mapa síntese de debates realizados. 214
FIGURA 72 - Mapa de zoneamento: moradia (marrom); reserva (verde); produção (amarelo); azul (comunitário), com marcações de áreas de avanço (pontos verdes) ou impedimento (pontos vermelhos) para a zona de moradia. 215
FIGURA 73 - Registros da atividade “Bingo do Maria Rosa”. 216
FIGURA 74 - Imaginando a organização interna do lote. 217
FIGURA 75 - Primeiros desenhos da zona de moradia e distribuição dos lotes. 218
FIGURA 76 - Registro das conversas sobre o quintal produtivo (à esquerda) e questões de gênero (à direita). 219
FIGURA 77 - Sistematização dos processos de complexidade e materialização na construção do desenho territorial. 220
FIGURA 78 - Proposta final da distribuição das áreas de moradia. 222
FIGURA 79- Linha do tempo dos eventos do processo jurídico sobrepostos às oficinas de planejamento da área das moradias. 223
FIGURA 80 - Disputa territorial entre campesinato e agronegócio. 241
FIGURA 81 - Disputa do território numa perspectiva relacional. 242
FIGURA 82 - Sistematização das perspectivas de território entre conceitos e escalas trabalhadas. 247
FIGURA 83 -Palavras-chave, verbos, e temáticas da conversa sobre o sentido do comunitário com os homens. 251
FIGURA 84 - Palavras-chave, verbos, e temáticas destacadas na conversa sobre o sentido do comunitário com as mulheres. 254
FIGURA 85 - Sistematização e agrupamento das palavras-chave, verbos, e temáticas das conversas sobre o sentido do comunitário com os homens e as mulheres. 255
FIGURA 86 - Mapeamento das possibilidades e demandas da produção comunitária. 257
FIGURA 87 - Registro dos debates na 2a oficina do comunitário. 262
FIGURA 88 - Caminhada no território e outros usos e relações com o território (a foto mais acima na imagem, de agrofloresta, é um exemplo, a partir de outra realidade). 264
FIGURA 89 - Entrada da trilha na mata. 264
FIGURA 90 - Árvores na beira da estrada como locais de convivência. 265
FIGURA 91 - Apresentação religiosa do grupo de umbandistas da comunidade. 266
FIGURA 92 - Registros de atividades que se faz fora do lote. 267
FIGURA 93 - Registros da dinâmica das ações que se faz dentro e fora do lote. 267
FIGURA 94 - Esquema para visualização da dinâmica da Mandala de relações. 268
FIGURA 95 - Relacionalidades entre ações e funções da mandala. 270
FIGURA 96 - Registro das conversas com os grupos de famílias do Maria Rosa. 273
FIGURA 97 - Croqui de sistematização da proposta de área do barracão dedicada a funções de produção. 276
FIGURA 98 - Croqui de sistematização da proposta de área do barracão dedicada a funções mistas. 277

FIGURA 99 - Sistematização das intervenções na área do chiqueiro (a distribuição dos pontos representa uma localização aproximada a partir das intervenções nas imagens de drone). 279
FIGURA 100 - Proposta de zoneamento das atividades na área do chiqueiro. 280
FIGURA 101 - Registros do debate da proposta na área do chiqueiro. 281
FIGURA 102 - Organização da área comunitária voltada para funções produtivas. 285
FIGURA 103 - Organização da área comunitária voltada para funções de convivência. 286
FIGURA 104 - Simulações dos centros comunitários de produção (à esquerda) e de convivência (à direita). 287
FIGURA 105 - Cartilha final entregue para as famílias da comunidade. 288
FIGURA 106 - Imbricação entre a emergência e a territorialização das relações na centralização e descentralização territorial do desenho territorial das áreas comunitárias. 289
FIGURA 107 -Sequência de oficinas realizadas no processo de planejamento popular. 291
FIGURA 108 - Ato da entrega da proposta da Comunidade Maria Rosa do Contestado. 301
FIGURA 109 - Inauguração da placa e celebração da conquista do assentamento Maria Rosa do Contestado (na parte inferior da imagem, da esquerda para a direita, a liderança da comunidade Rosane Mainardes, o Bispo de Ponta Grossa, Dom Sergio Arthur Braschi, e o Superintendente do Incra-PR, Nilton Bezerra Guedes). 302
FIGURA 110 - Dinâmica do cruzo na criação de possibilidades entre mundos. 315
FIGURA 111 - Roteiro do PDA. 319
FIGURA 112 - Linha do tempo de atuação em projetos de extensão durante o período da tese. 330
FIGURA 113 - Rede de temas mobilizados pela realidade e aprofundados pela tese.. 335
FIGURA 114 - Múltiplos formatos da informação espacializada durante as oficinas. 340
FIGURA 115 - Dinâmica geral da construção da tese e a sistematização do contexto de atuação do coletivo PLANTEAR na comunidade Maria Rosa do Contestado. 345
FIGURA 116 - Espiral da articulação de conceitos em torno do desenho territorial. 348

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Proporção das fases dos assentamentos no estado do Paraná. 65
GRÁFICO 2 - Proporção das fases dos assentamentos no estado do Paraná e ano de obtenção. 66
GRÁFICO 3 - Paraná - assentamentos rurais (1981-2025) criados em atos publicados oficialmente (Resolução ou portaria). 79
GRÁFICO 4 - Brasil - assentamentos rurais (1981-2025) criados em atos publicados oficialmente (Resolução ou portaria). 80
GRÁFICO 5 - Imóveis Rurais segundo, em porcentagem, o Número e a Área por Grupos de Área - 2018. 89
GRÁFICO 6 - Ocupações no estado do Paraná, 1988-2018. 112
GRÁFICO 7 - Comparação das áreas ocupadas e a relação de cursos em cada IF. 142
GRÁFICO 8 - Estrutura fundiária do município de Castro. 145
GRÁFICO 9 - Comparação da área ocupada pelos estabelecimentos por grupo de área 2006 e 2017 em Castro, PR. 145
GRÁFICO 10 - Produção agrícola de Castro nos anos de 1998, 2008 a 2018, em toneladas. 146
GRÁFICO 11 - Comparação das áreas de uso de solo no imóvel entre os anos 2014 e 2019. 148
GRÁFICO 12 - Categorias que sofreram ações de violência (2014-2023). 165

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Aspectos de práticas alternativas à modernidade capitalista do planejamento. 31
QUADRO 2 - Aspectos de práticas alternativas à modernidade capitalista de assessoria. 38
QUADRO 3 - Aspectos da organização de assentamentos no MST. 71
QUADRO 4 - Síntese dos valores, áreas e capacidades de assentamento das fazendas consideradas para permuta. 132
QUADRO 5 - Sistematização dos marcos de consolidação da comunidade Maria Rosa do Contestado. 159
QUADRO 6 - Aspectos do território relacional desde o corpo-território. 230
QUADRO 7 - Sistematização do debate dos setores. 259
QUADRO 8 - Sistematização das ações e funções relacionadas na Mandala. 271
QUADRO 9 - Atividades registradas a partir das conversas com os grupos de famílias (destaques em amarelo de atividades diferentes do debate que vinha sendo construído em relação aos locais). 274
QUADRO 10 - Aspectos das perspectivas sobre o comum. 299
QUADRO 11 - Temas mobilizados na extensão no período da tese. 333
QUADRO 12 - Produtos construídos em esforços de sistematização nas atuações de extensão durante a tese. 338

LISTA DE SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AGU - Advocacia Geral da União

AMR - Acampamento Maria Rosa

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAD/PRO - Cadastro de Produtores Rurais

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CEFSPRG - Companhia de Estradas de Ferro São Paulo–Rio Grande

CEJUSC Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

CEPPUR - Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas

CIC - Cidade Industrial de Curitiba

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COTRARA - Cooperativa de Trabalhadores na Reforma Agrária

CONFRAN - Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTP - Centro de Treinamento Pecuarista

DAT - Departamento de Assistência Técnica

DPU - Defensoria Pública da União

DPU-PR - Defensoria Pública da União do Paraná

ECGR - Estudo de Capacidade de Geração de Renda da área

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMAU - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo

EXTELAR - Grupo de Pesquisa em Extensão Popular

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GTI - Grupo de Trabalho Interinstitucional

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IAT - Instituto Água e Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

IFPR - Instituto Federal do Paraná

IFC - Instituto Federal Catarinense

IN - Instrução Normativa

LAMA - Laboratório de Mecanização Agrícola

LT - Linha de Territorialização

MAJUP - Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

MEC - Ministério da Educação

MP - Media Provisória

MPM - Movimento Popular por Moradia

MPPR - Ministério Público Estadual do Paraná

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MST-PR - Movimento Sem-Terra do Paraná

NUREG - Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização

ONG - Organização Não Governamental

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCR - Primeiro Comando Rural

PDA - Plano de Desenvolvimento de Assentamento

PGE - Procuradoria Geral do Estado

PL - Projeto de Lei

PLANTEAR - Planejamento Territorial e Assessoria Popular

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

RAP - Reforma Agrária Popular

SEAB - Secretaria de Estado de Abastecimento

SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SINTRAF - Sindicato do Trabalhadores na Agricultura Familiar de Castro

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

TC - Territorialização Capitalista

TLT - Territorialização da Luta pela Terra

TLTe - Territorialização da Luta por Território

TN - Territorialização Normativa

UEPG - Universidade Estadual de Ponta-Grossa

UFFS - Universidade da Fronteira Sul

UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

Introdução 19
Contexto histórico-espacial 21
Caracterizando o caminho, práticas alternativas e possibilidades do planejamento 24
Caracterizando o caminho: práticas alternativas e possibilidades de assessoria na práxis acadêmica 32
Planejamento territorial e a assessoria popular, a necessidade de sistematizar o fazer 39
Além do Mundo de Um Mundo, escutar os Muitos Mundos 47
O Território como metodologia, território metodológico 52
Um breve histórico e a complexificação da luta pela terra (e território) 58
Barreiras na criação de assentamentos da Reforma Agrária 63
Formação e desenvolvimento de assentamentos do MST 67
Aspectos da atuação da Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COTRARA) no Paraná 72
Aspectos e caminhos para a relacionalidade na ampliação da Reforma Agrária Popular 74
Complexificando e atualizando a questão agrária 77
Capítulo 1 - Histórico dos conflitos por terra e território no Paraná e o conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó, Castro (PR) 86
1.1 Caracterizando o Mundo de Um Mundo, o mundo do agrobanditismo, da contrarreforma agrária e do avanço do retrocesso. 87
1.2 Luta pela terra no estado do Paraná 101
1.2.1 Imigração holandesa, as Cooperativas de Castro e a Fazenda Capão do Cipó. 114
1.3. Conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó e a disputa de mundos no contexto jurídico 122
1.3.1 Conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó: o vai e vem institucional 122
1.3.2 Conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó: impactos do contexto político de golpe e desistência institucional, ocupar e resistir 124
1.3.3 Conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó: a defesa do território pela realidade, estudos técnicos e propostas de (não) mediação 134
1.3.3.1 1o estudo técnico, desconstruindo narrativas e aproximando o território 140
1.3.3.2 Em defesa da comunidade, impactos da realidade concreta do território 151
1.3.3.3 Continuidade da disputa, ignorância, distorção da realidade e “inovações” jurídicas 153
1.3.3.4 2o estudo técnico, viabilidade da reforma agrária e uma última tentativa de despejo 158
1.4 A variação da linha de territorialização na disputa pelo território 166
Capítulo 2 - Planejamento Territorial Popular na Comunidade Maria Rosa do Contestado, 1a fase: multidimensionalidade e multiescalaridade do território 172
2.1 1a oficina, conhecendo o território, de onde viemos? O que temos? O que queremos? 176
2.2 2a Oficina, mapeando as relações territorializadas 190
2.3 3a oficina, lote dos sonhos e possibilidades de desenhos e zoneamento 205
2.4 4a oficina, imaginando possibilidades com a comunidade 216
2.5 5a e 6a oficinas, abrindo debates, entrega final e caracterização do processo 218
2.6 A potencialidade do território, da luta pela terra à multiterritorialidade. 224
2.6.1 Conceito hegemônico de território: desenvolvimento territorial rural e garantia de poder

do Estado..... 231
2.6.2 Território camponês, entre a apropriação do espaço e a conquista do território..... 235
2.6.3 Múltiplos territórios na imbricação de perspectivas 242
Capítulo 3 - Planejamento Territorial Popular no acampamento Maria Rosa do Contestado, 2a fase, e a construção do comum. 248
3.1 Planejamento das áreas comunitárias e seus sentidos 249
3.1.1 Entendendo o sentido do comunitário (1a oficina) 250
3.1.2 Caminhadas e convivência, descentralização e relacionalidade do comunitário (2a oficina) 259
3.1.3 Conversa com os núcleos de base, espacializando o comunitário (3a oficina)..... 272
3.1.4 Apresentação das propostas (4a oficina)..... 276
3.1.5 Entrega final (5a oficina) e um olhar sobre o processo..... 283
3.2 O uso comum do território, racionalidade e relacionalidade comum 293
Capítulo 4 - O desenho territorial como sistematização do território comum e as funções de uma tese extensionista..... 304
4.1 O desenho territorial como escuta do território comum 306
4.2 Ampliando o planejamento desde a relacionalidade do desenho territorial na participação da comunidade, articulação e mediação entre modos de ser, saber e estar 317
4.3 Relacionalidade forte e teleologia crítica 322
4.4 Tese extensionista: desafios e potencialidades de uma pesquisa pautada pela extensão para a sistematização da realidade 326
Considerações Finais 349
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 357
ANEXO 1 - Cartilha Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado..... 370

Introdução

A descrição e a leitura dos processos da prática realizados para a construção desta pesquisa tem um peso significativo e primordial de modo que as ferramentas, metodologias e conceitos que os caracterizaram se delinearam consistentemente durante e depois da reflexão sobre os mesmos. Para que a leitura dessas práticas através da tese se dê de forma fundamentada e contextualizada, resolvemos investir esforços e recursos para evidenciar suas dimensões implícitas como um primeiro passo. Assim, de forma não usual, a introdução desta tese tem uma extensão ampla, para fundamentar a leitura e a sistematização da prática que seguem nos capítulos 1, 2, 3 e 4.

Entendemos então esse esforço como uma caracterização da postura metodológica fundamentada na prática cujas dimensões tornam-se essenciais na leitura de todo o trabalho. Por isso, caracterizamos o caminho que se configura entre perspectivas específicas de planejamento e da atuação extensionista, que direcionam o mesmo para a importância de sistematizar a experiência vivida para a melhora contínua do fazer. Também evidenciamos a importância da escuta para a atuação entre mundos diferentes, abrindo possibilidades de entendimentos sobre a compreensão do contexto da luta pela terra, na organização de assentamentos, da implementação da Reforma Agrária, onde o território assume centralidade como metodologia e como conceito, ampliado para a leitura de um território ontológico, complexificando, a partir da relacionalidade, a questão agrária.

Esta pesquisa tem como premissa a atuação extensionista, desde uma postura crítica e posicionada, na realidade concreta e complexa do conflito fundiário em torno do acampamento Maria Rosa do Contestado (Castro-PR) e o processo de construção da sua organização territorial que atualmente se configura como um assentamento. Assim, faz-se necessário a qualificação do conflito para situar a leitura sobre a organização. De forma resumida, o conflito se conforma dentro da histórica luta pela terra em um período de grandes retrocessos, entre os anos 2016 e 2022. Um período de recrudescimento contra as lutas por direitos, por terra, por moradia, desmonte das políticas públicas e avanços sociais. Mas também um período de reinvenções da luta, demanda da autonomia dos povos e movimentos e construção de novas redes e reforço de alianças.

É através da atividade extensionista, especificamente no coletivo Enconttra (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra), da Universidade Federal do Paraná, no departamento de Geografia, comprometida com comunidades, povos e movimentos sociais,

que se formam os caminhos para atuação na realidade e construção desta pesquisa. Esses grupos que ora demandam o e ora são demandados, constroem redes de relações de parceria e respeito a sua autonomia e protagonizam a luta por terra e território.

São projetos de extensão que permitiram construir a pesquisa "com" em vez da pesquisa "sobre". Destacam-se projetos como: 1) o Observatório da Questão Agrária, que reúne uma rede de grupos de pesquisa e extensão no estado do Paraná com a mesma postura, que permitiu estar junto da diversidade de territórios e povos do estado (povos indígenas, benzedeiras, camponeses e camponesas e faxinalenses); 2) a Cartografia Social na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, que permitiu trabalhar de perto com a diversidade de povos e comunidades em outras regiões do Brasil; 3) o projeto Mapeamentos Comunitários em experiências de R-existência, que vai abrir as portas para um outro coletivo mais amplo essencial à prática desta pesquisa, o coletivo PLANTEAR (Planejamento Territorial e Assessoria Popular) e atuação com o Movimento Sem-Terra (MST).

Desde as práticas realizadas pelo Coletivo PLANTEAR com centralidade na atuação na comunidade Maria Rosa do Contestado, acampamento organizado pelo MST, esta pesquisa busca mobilizar discussões, aspectos e desafios que se manifestam na complexidade do seu território, que condensa a luta pelo direito à vida com um projeto baseado na agroecologia e na Reforma Agrária Popular, em disputa com a representação regional do agronegócio. Nesse sentido destaca-se que a pesquisa se constrói estreitamente na materialidade dessa atuação, sendo configurada no processo de coprodução do conhecimento entre o coletivo e a comunidade, sem buscar necessariamente ampliar os entendimentos a partir de outras formas de investigação, como entrevistas pessoais, que fogem à materialidade concreta da transformação da realidade. Assim, reforçamos a importância da realidade da atuação extensionista no contexto que manifesta tensionamentos e disputas materiais, epistemológicas e ontológicas que surgem no cruzamento entre a institucionalidade hegemônica e o modo de vida comunitário atravessados pelo contexto de conflitos fundiários e luta pela terra e pelo território. Onde geram-se deslocamentos e estranhamentos que provocam fissuras em olhares hegemônicos, abrindo espaço para possibilidades que ampliam as formas de ser, estar e de escutar o território e construíram o caminho para a conquista do assentamento[1].

[1] Em 7 de março de 2025 foi emitida a portaria 1.025 de 2025 que autoriza a criação do projeto de assentamento Maria Rosa do Contestado, para 63 unidades familiares, publicada no Diário Oficial da União, do dia 11 de março de 2025, Seção 1. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=24&data=11/03/2025&captchafield=firstAccess. Acessado em t de julho de 2025.

A comunidade Maria Rosa do Contestado se consolidou como um projeto de assentamento para 63 famílias, com um projeto voltado à produção agroecológica, com áreas de 1 hectare de quintais produtivos e moradia, uma ampla área de produção coletiva de aproveitamento individual de acordo com a produção de cada um, com uma cooperativa e agroindústria, e áreas comunitárias de convivência. Em 2015, quando ocuparam a área, um imóvel da União, a Fazenda Capão do Cipó, no município de Castro (PR), eram realizados de forma irregular experimentos e pesquisas com sementes transgênicas e agrotóxicos pela Fundação ABC (instituto do agronegócio regional de Castro). No início ocuparam cerca de 200 famílias que, a partir de negociações e mudanças internas, acabaram reduzidas à 63, juntaram famílias de municípios do entorno, algumas estavam saindo da cidade, outras vinham de outros assentamentos que, pela capacidade de abrigar filhos e filhas de assentados, buscavam garantir deu pedaço de terra. Desde o início da ocupação implementaram seu projeto de produção agroecológica avançando no processo de consolidação da comunidade em um território de reforma agrária e mostraram a potencialidade do projeto de Reforma Agrária Popular.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é mostrar a importância do território na disputa entre mundos em defesa da vida, mostrando como essa é fortalecida na construção daquele. Desdobram-se desse objetivo: 1) evidenciar a importância das relações desde a atuação no território implicando em aspectos específicos de uma extensão caracterizada como popular; 2) a importância do território como conceito na luta pela terra e questão agrária e como metodologia numa pesquisa pautada pela atuação na realidade através da extensão; 3) caracterizar um postura metodológica específica de atuação na realidade através da pesquisa pautada pela extensão, materializando uma proposta de uma tese extensionista; 4) apresentar uma proposta de construção de planejamento que vamos chamar de desenho territorial.

Contexto histórico-espacial

Em 2018, num conflito da luta por moradia em Curitiba, a Comunidade 29 de Março, localizada no bairro da Cidade Industrial (CIC) sofreu um incêndio criminoso consequente de uma ação violenta da Polícia Militar de retaliação. Para a reconstrução da comunidade formou-se uma rede de solidariedade formada por estudantes e professores da Universidade Federal do Paraná (dos quais alguns compõem o coletivo PLANTEAR) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná que estavam junto nesse esforço coletivo, junto com o MST, o MPM (Movimento Popular por Moradia) e a Ong TETO.

Construíram um Plano Urbanístico Emergencial de Reconstrução da Comunidade 29 de Março (PLUE 29 de Março) para redistribuição do loteamento e reconstrução das casas. O resultado desencadeou uma articulação maior diante de demandas das comunidades urbanas e rurais, instituições públicas e organizações sociais, juntando grupos de pesquisa e extensão da universidade que, desde 2019, compõem o PLANTEAR.

Formado por grupos multidisciplinares[2], vem atuando na construção de planejamentos territoriais populares e na produção de estudos técnicos que subsidiam processos jurídicos em conflitos fundiários (figura 1). Mobilizando e tensionando conhecimentos técnico-científicos e saberes das comunidades, dos movimentos sociais[3], das universidades e de órgãos jurídicos[4]. A diversidade de contextos, grupos e interlocutores têm permitido uma ampliação dos olhares e das escutas a partir das diferentes territorialidades e geo-grafias (Porto-Gonçalves, 2002) que se cruzam nos conflitos territoriais e também das (geo)grafias (Malheiro, 2021) nas territorializações e construções dos territórios. Tanto Carlos Walter Porto-Gonçalves quanto Bruno Malheiro, geógrafos, propõem novas grafias a partir do termo geografia para fazer referência aos diversos saberes das diversas formas de construir mundos que desenham suas territorialidades na terra formando, portanto, geo-grafias. Seguindo a mesma linha o termo (geo)grafias busca dar ênfase na profundidade do que significa reconhecer e considerar a diversidade de mundos, ou modos de vidas, ou cosmovisões.

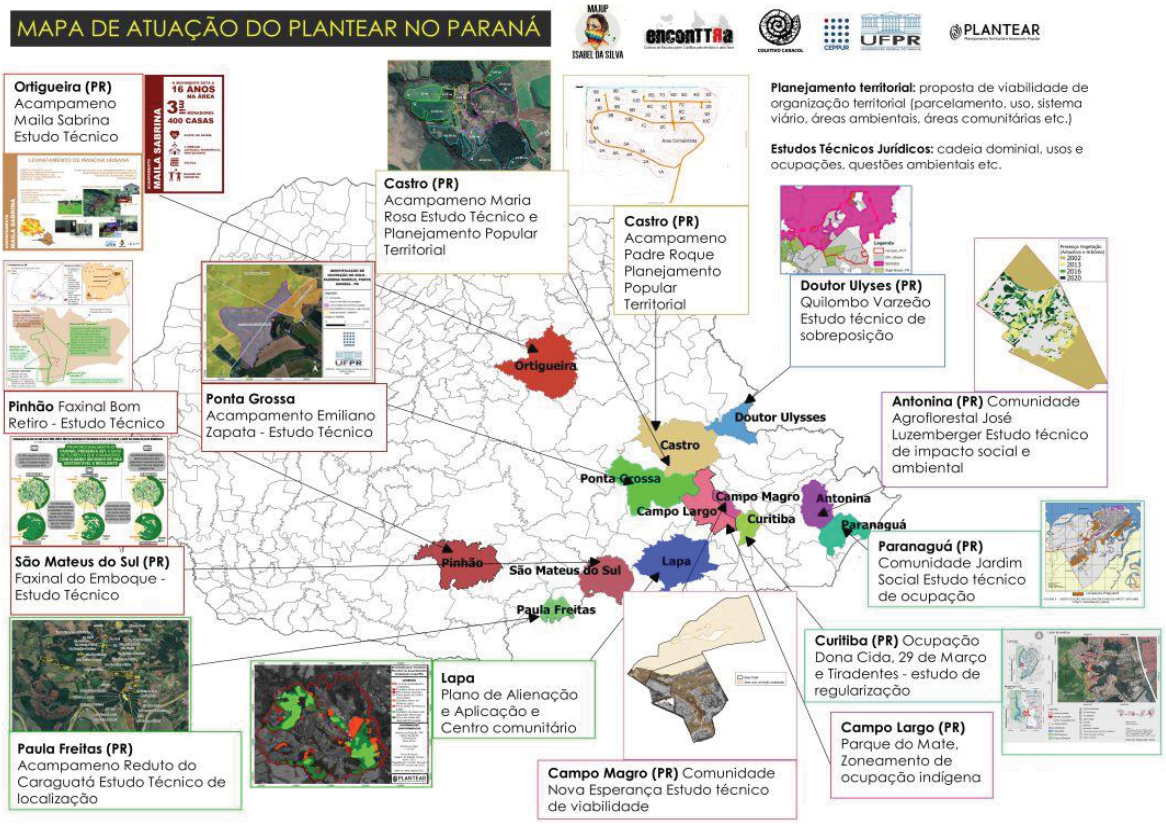
> Já sabemos, pelos trabalhos de Porto-Gonçalves (2001, 2008, 2012), que o ato de geografar, como verbo, envolve diferentes grafias do mundo, ou seja, práticas distintas de grafar a terra. Mas reivindicamos, aqui, que essas grafias diferentes também expressam "mundos" distintos. Por isso, além de pluralizar nosso sufixo, necessário se faz também pluralizar nosso prefixo Geo(s), pois são muitos os "mundos" que essas grafias expressam; daí falarmos em (geo)grafias, quiçá geo(s)grafias. (Malheiro, 2021, p.202)

[2] Na Geografia, o Coletivo ENCONTTRA, nas políticas públicas e planejamento urbano, o Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas (CEPPUR), na arquitetura e urbanismo, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) e no Direito, o Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular (MAJUP) Isabel da Silva.

[3] Principalmente o MST, o MPM, comunidades tradicionais (faxinalenses e quilombolas) e povos indígenas.

[4] Instituições públicas jurídicas que buscaram, através da Universidade Federal do Paraná, o PLANTEAR: o Ministério Público Estadual do Paraná (MPPR), a Defensoria Pública Estadual do Paraná (DPU-PR), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Tribunal de Justiça do estado.

FIGURA 1 - Mapa de atuação do Plantear em diferentes geo-grafias e (geo)grafias.



FONTE: Acervo do coletivo PLANTEAR, 2023.

Somam-se trajetórias pessoais, que compõem e compuseram o coletivo e grupos parceiros, amplamente pautadas na construção conjunta com movimentos sociais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, camponeses e camponesas, com uma postura crítica frente às relações de poder que atravessam as práticas, buscando caminhos alternativos a hegemonia da modernidade, do capitalismo e da colonialidade.

É no cruzamento dessas trajetórias que as relações vão se construindo e que possibilitaram minha inserção no MST-PR para atuar no setor de comunicação estadual, possibilitando a vivência em algumas realidades (acampamentos e assentamentos visitados para registro de ações, reuniões estaduais e formação de base) do movimento e sua potência organizativa na luta pela terra. Uma dessas articulações possibilitou meu envolvimento com uma diversidade de sujeitos, sujeitas, grupos e outros movimentos de outras lutas, na ação dos Comitês Populares do Paraná, associada à campanha eleitoral do então candidato a presidente, Luís Inácio Lula da Silva. Assim, ora atuando como comunicador popular e ora como geógrafo parceiro foi possível agregar algumas experiências e percepções que tiveram impacto na construção desta tese.

As relações construídas ao longo do caminho na sua diversidade e complexidade são relações entre mundos, ou seja, relações ontológicas, onde "cada objeto, ferramenta, serviço ou, inclusive, narrativa em que está inserido cria formas particulares de ser, saber e estar." (Escobar, 2016, p.47, tradução própria)[5]. Nesse sentido, as trajetórias, para além do recorte desta tese, estão inscritas na sua construção.

A ontologia, como construção de mundos, é entendida principalmente através da obra de Arturo Escobar, antropólogo colombiano, de influência pós-desenvolvimentista, da teoria de sistemas, da complexidade, da decolonialidade e da ecologia política, mas também da prática ativista junto a comunidades afrodescendentes na Colômbia na defesa do seu território. Na busca por planejamentos territoriais e para construção de alternativas ao desenvolvimento moderno capitalista, o autor problematiza e discute o design ("diseño" ou desenho), com sentido amplo de planejar, desde a ontologia relacional onde a relacionalidade aparece como conceito em que a existência não se dá fora, ou antes, das relações que a compõem.

Seguindo o autor, nesta tese vai se configurar um processo que agrega aspectos de formas, alternativas à modernidade capitalista, de planejamento e de assessoria, a qual se dá através da prática universitária, onde a extensão tem centralidade pautando, portanto, a construção da pesquisa, configurando o ponto de partida esquematizado na figura 2.

FIGURA 2 - Esquema básico dos aspectos da pesquisa.

FONTE: Organizado pelo autor.

Caracterizando o caminho, práticas alternativas e possibilidades do planejamento

Faria e Pontes (2016) destacam que o planejamento não é capaz de destruir as estruturas das relações de poder, mas pode contribuir com elementos para o um rearranjo de forças e a

[5] "*cada objeto, herramienta, servicio o, incluso, narrativa en los que está involucrado crea formas particulares de ser, saber y hacer.*" (Escobar, 2016, p.47).

diferença de informação entre eles. “Durante o planejamento é fundamental informar, compartilhar dados, dar transparência aos subsídios da tomada de decisão.” (Faria e Pontes, 2016, p.13). Criticam a equiparação entre o saber técnico e popular: “na prática os saberes são hierarquizados, independentemente dos desejos e dos esforços de mudança que possam ser empreendidos.” (Faria e Pontes, 2016, p.13). Segundo os autores, a informação precisa ser problematizada, o que passa pela compreensão dos mecanismos da reprodução social. Nesse sentido, quando afirmam que não se equipara o saber técnico e o saber popular entende-se que é preciso reconhecer a pluriversidade onde são considerados para além de uma mesma forma e função.

Os autores destacam a rejeição aos tecnicismos (perspectiva hegemônica do planejamento) como centralidade na sua atuação[6], entendendo o planejamento no seu caráter político, inserido em relações de poder, limitado à racionalidade que, na conjugação com outros processos sociais gera conflitos, inerente a esses. Numa concepção de caráter normativo e tecnocrático o conflito é tratado como desvio, devido a ausência da racionalidade, a ser superado pela “boa ciência”. Destacam a concepção do planejamento estratégico empresarial que se isola independente de oposição, onde o político se reduz ao econômico. O conflito político aparece no planejamento estratégico quando aplicados a governos, porém sem considerar os conflitos internos.

Noções efetivamente participativas de planejamento precisam incorporar o conflito para mitigá-lo através de consensos e acordos. Nos modelos conservadores se atua na acomodação de interesses sem questionar o conflito, o que acontece em empresas e na administração pública. Já a tendência sistêmica do planejamento participativo, inserido no contexto do Estado é não planejar a sua superação. Por outro lado, as definições de planejamento subversivo, insurgente ou conflitual alteram a centralidade do agente planejador para a sociedade ou comunidade, como um planejamento de “baixo para cima”, como instrumento de luta, “questionam a tendência sistêmica e posicionam o conflito na própria origem do planejamento. [...] é em função do enfrentamento que se define a necessidade de planejar” (Faria e Pontes, 2016, p.9), consideram o conflito como fundamento do planejamento.

As críticas ao método hegemônico são importantes como “questionamento sobre certa forma de universalização de valores ou propósitos que, em vez de representar o suposto bem

[6] Faria e Pontes (2016) escrevem sobre práticas alternativas de planejamento a partir da sua experiência, onde criaram e atuaram numa cooperativa de planejamento chamada Ambiens.

comum, constituem a afirmação ideológica de interesses particulares como vontade geral." (Faria e Pontes, 2016, p.10). Como inovações (criação de possibilidades) a incorporação de práticas que enfrentam a homogeneização do desenvolvimento encontram resistência diante de um apego a metodologias conhecidas e dúvidas sobre as possibilidades e receios de expor divergências e contradições.

Nesse sentido Miraftab (2009) destaca o planejamento insurgente como resposta à inclusão neoliberal de planejamento, num contexto onde a importância de um planejamento radical aumenta desde o Sul Global[7], com governos pós-bem-estar[8], com o encolhimento do Estado, expropriação e expulsão das populações para a periferia. A autora contrapõe duas correntes do planejamento, uma baseada no conceito de cidadania insurgente e outra na colonialidade de um planejamento universalizante. Assim, as práticas do planejamento insurgente se caracterizam como contra-hegemônicas. "Elas são contra-hegemônicas porque desestabilizam a ordem normalizada das coisas; elas transgridem o tempo e o lugar ao localizar a memória histórica e a consciência transnacional no centro de suas práticas." (Miraftab, 2009, p.33, tradução própria[9]).

Entende-se o neoliberalismo como uma rede de políticas, ideologias e valores usada para legitimar a geração do lucro, instaurando a liberdade de escolha entre diferentes serviços com fins lucrativos[10]. A governança no neoliberalismo é baseada na legitimação da opinião dos cidadãos e, por isso, precisa de uma governança inclusiva, tendo a violência como uma opção de controle. Entender a hegemonia como planejamento normalizado e estável e a contra-hegemonia como as forças que desestabilizam, ajuda a enxergar como as ações do Banco mundial desde 1980, em desenvolver governos locais em parceria com ONGs, de forma

[7] Termo utilizado para se referenciar aos países deixados de fora da categoria de desenvolvidos, com uma história marcada pelo colonialismo.

[8] Sociedades pós-bem-estar (ou *post-welfare society*) é um modelo social que surge a partir da premissa de que o Estado de bem-estar social e serviços públicos não podem mais ser sustentados devido a cortes financeiros repressivos e ao aumento da demanda por serviços. Assim se considera que não há mais um sistema de proteção social estatal tradicional, as pessoas passam a depender mais de redes de apoio familiares e comunitárias para obter assistência, as economias são movidas principalmente pelo comércio local e por uma renda básica universal. Embora haja solidariedade comunitária, essa sociedade é marcada por riscos e dificuldades para quem fica à margem da sociedade. O bem-estar deixa de ser responsabilidade do Estado e passa a ser uma questão de autogestão comunitária, com uma rede de segurança mais frágil para os mais vulneráveis.

[9] *They are counter-hegemonic in that they destabilize the normalized order of things; they transgress time and place by locating historical memory and transnational consciousness at the heart of their practices.*

[10] Como um princípio do neoliberalismo, a liberdade de escolha transforma cidadãos em consumidores e direitos sociais em mercadorias. Fundamentada no discurso dos benefícios de poder escolher os melhores serviços a partir da concorrência no mercado, a liberdade de escolha mascara o mecanismo de transferência de riqueza para as elites, enquanto o Estado garante o funcionamento dos mercados em crise.

participativa serviram para estabilizar as forças sociais desses locais. “Atrair movimentos de base para as ONGs mantém o *status quo* ao estabilizar as relações estado-sociedade” (Miraftab, 2009, p.34, tradução própria[11]).

Porém essa inclusão não implica necessariamente a estabilização, mas cria também uma disjunção que movimentos contra-hegemônicos podem usar para a desestabilização no tensionamento através das contradições hegemônicas. Movimentos insurgentes não se limitam às contradições existentes mas criam seus próprios espaços, adquirindo uma fluidez que se desloca entre espaços formais e informais inventados.

O neoliberalismo criou mecanismos de legitimação e inclusão sem traduzi-los em redistribuição de igualdade. São espaços sancionados por uma cidadania convidada, complementada por uma oposição de quem é legitimado e quem não é. Diante da estratégia de inclusão neoliberal Miraftab (2009) afirma o planejamento insurgente. “O planejamento insurgente reconhece, apoia e promove não apenas os mecanismos de enfrentamento das bases exercidos em espaços convidados de cidadania, mas também as práticas de oposição das bases à medida que inovam seus próprios termos de engajamento.” (Miraftab, 2009, p.41[12]).

Nos anos 1960, se inicia a defesa de um planejamento em oposição a um planejamento elitista. Na década de 1980 surgem outras formas de planejamento, ainda ligadas ao distanciamento do planejador. E recentemente um novo movimento do planejamento radical com uma nova geração de planejadores além dos limites convencionais que mostram que o desenvolvimento urbano e comunitário acontece com as populações marginalizadas, com a possibilidade de criar profundas democracias[13]. Onde a maior parte da economia, das ocupações e das cidades acontecem de maneira informal, o planejamento fica a cargo das comunidades e movimentos sociais. O planejamento insurgente expande a noção do planejamento radical, em oposição ao planejamento inclusivo que favorece o planejamento neoliberal. Vai além da participação e inclusão e reconhece a importância dos movimentos contra-hegemônicos na escolha de seus próprios caminhos. A autora destaca que nesses

[11] *Drawing grassroots movements into NGOs maintains the status quo by stabilizing state–society relations*

[12] *Insurgent planning recognizes, supports and promotes not only the coping mechanisms of the grassroots exercised in invited spaces of citizenship, but also the oppositional practices of the grassroots as they innovate their own terms of engagement.*

[13] Os debates sobre planejamento surgem e se aprofundam majoritariamente desde o contexto urbano. Quando olhamos para o ambiente rural surge o desafio de pensar o planejamento de acordo com esse contexto. Percebemos, desde os assentamentos rurais, uma crescente demanda por planejamento na medida em que se busca a consolidação desses territórios.

caminhos necessitam de haver a consciência histórica dos conflitos e também uma intenção de que o planejamento confronte as forças hegemônicas de controle.

Há necessidade de um novo olhar, uma nova consciência, sobre o sujeito colonial, onde a informalidade se torna o triunfo e a memória histórica aspecto central. Os "estudos sobre planejamento insurgente valorizam as histórias orais de pessoas marginalizadas tanto como uma forma significativa de conhecimento quanto como uma metodologia emancipatória." (Miraftab, 2009, p.45, tradução própria[14]). A autora destaca três aspectos principais do planejamento insurgente: 1) "O planejamento insurgente é transgressivo no tempo, lugar e ação" (Miraftab, 2009, p.46, tradução própria[15]), indo além das dicotomias, usando espaços formais e informais, e pautando a consciência histórica, resgatando as memórias de resistência; 2) "O planejamento insurgente é contra-hegemônico" (Miraftab, 2009, p.46, tradução própria[16]), desestabilizando as forças hegemônicas, fazendo a autonomia comunitária prevalecer no planejamento, utilizando e entendendo as contradições, não apenas de como são construídas mas como são superadas; 3) e "o planejamento insurgente é imaginativo" (Miraftab, 2009, p.46, tradução própria[17]), na medida que resgata o idealismo libertário de alternativas à modernidade capitalista.

Faria (2006) destaca que o planejamento deve ser considerado como uma prática social transformadora que envolve os sujeitos e sujeitas envolvidos e afetados. "Devem-se enfrentar os elementos conjunturais e estruturais da realidade concreta da sociedade, problematizando-os e incorporando-os à fala e à ação." (Faria, 2006, p.2). Além disso, considerando as relações de poder institucionalizadas, o planejamento como prática transformadora deve partir também de uma consciência crítica e o questionamento dessa institucionalidade.

De acordo com o autor, ao realizar uma intervenção na realidade deve-se entender a relação dialética entre sujeito e objeto. A compreensão da realidade pelo sujeito se dá através de esquemas mentais que são construídos através de mecanismos de assimilação, quando o

[14] *The insurgent planning scholarship values the oral histories of marginalized people as both a significant knowledge form and an emancipatory methodology. Insurgent planning scholarship and practice locates memory at its center.*
[15] *Insurgent planning is transgressive in time, place, and action*
[16] *Insurgent planning is counter-hegemonic*
[17] *Insurgent planning is imaginative*

sujeito age sobre o objeto, e de acomodação, quando o objeto age sobre o sujeito[18]. Ou seja, as estruturas mentais sempre estão sendo modificadas através de novos esquemas na medida em que essa relação dialética se dá. Nesse sentido se faz uma diferenciação entre o conhecer o objeto e refletir teoricamente sobre. Inicialmente o sujeito tem uma compreensão precária do objeto, mas à medida que age sobre ele, reflete sobre ele e se questiona sobre seus aspectos, pode construir um corpo teórico profundo sobre o mesmo. "Quanto mais se aprofunda a interação dialética sujeito-objeto, mais este é dado a conhecer àquele, de forma que o sujeito pode cada vez mais dominar o objeto, mesmo sabendo que este domínio esteja indicando o quanto o objeto é ainda desconhecido para o sujeito." (Faria, 2006, p.3).

Buscando aliar epistemologia, teoria, forma e técnica, o autor adota a geografia crítica[19] como fundamento da compreensão da realidade. Epistemologicamente a partir da dialética tenta se reconhecer contradições do movimento histórico na relação sujeito e objeto do planejamento pronto. Entendendo que a realidade é inacabada onde a contradição é elemento essencial da transformação. "Nesta perspectiva, a análise do real concreto deve considerar a integração entre disciplinas e saberes técnicos e populares, de maneira a construir uma visão compreensiva da realidade." (Faria, 2006, p.6).

Assim, podem ser manifestados, a partir de indivíduos em diálogo com o grupo, considerando a Pedagogia da Autonomia (Freire, 1996), a formação de uma consciência crítica na sistematização dos conteúdos da comunidade, e então sua problematização tendo aspecto central a pronúncia do mundo através da fala a partir da qual se transforma o mesmo.

Um planejamento efetivamente participativo toma forma na medida que busca garantir os interesses dos envolvidos e a sua participação e comprometimento com o processo. O diálogo então pode ser considerado em cinco etapas: 1) a compreensão do contexto que o planejamento se insere; 2) onde vão surgir os princípios que vão direcionar a ação; 3) a construção de um projeto político; 4) realizar um diagnóstico a partir da comparação crítica da realidade existente com a realidade desejada; 5) e por fim se elabora um plano de ação definindo atividades, responsáveis, prazos e recursos necessários.

[18] Faria (2006) se fundamenta na psicologia social de Jean Piaget e entende que a compreensão do mundo e o direcionamento das ações sobre ele se dá por símbolos e significados que dialogam com memórias existentes e fatos presentes

[19] Com base em Milton Santos. Faria (2006) enxerga a natureza social do espaço, ou seja, não há distinção entre o ambiente físico e o ambiente social.

As atividades técnicas que dão encaminhamento à proposta metodológica se adaptam de acordo com o contexto da comunidade do município ou da região. Tendo a dialogicidade[20] como base se articulam saberes técnicos, acadêmicos e populares, possibilitando a construção de temas geradores a partir das contradições da realidade. Com a realização de audiências e/ou oficinas comunitárias destacam-se e definem-se das falas dos sujeitos uma ideia central e elementos agrupadores. Assim se constrói uma rede de relações que pode sintetizar o tema gerador que servirá de base para o contexto global. E como antítese do tema gerador se constrói um contra-tema, de onde surgem os princípios do planejamento participativo iniciando uma problematização que vai permitir a elaboração das políticas do diagnóstico e do plano de ação. "Assim, muito mais do que seu aspecto técnico-administrativo, o planejamento também é visto como uma tarefa política e pedagógica, no sentido de transformar o indivíduo em um sujeito consciente do seu próprio desenvolvimento." (Faria, 2006, p.1).

Práticas alternativas de planejamento à modernidade capitalista buscam romper com a racionalidade hegemônica que implica em desigualdades, hierarquias de saber e homogeneização do desenvolvimento. Elas se fundamentam em uma abordagem contra-hegemônica, reconhecendo a pluralidade de saberes e incorporando perspectivas críticas que problematizam as relações de poder. Diferente do planejamento tecnocrático, essa abordagem valoriza a integração entre conhecimentos técnicos e populares sem equipará-los de maneira artificial, promovendo transparência, participação social e autonomia comunitária.

O conflito é visto como um elemento inerente ao planejamento, sendo incorporado de maneira dialógica para mitigar desigualdades e construir consensos. A informalidade, historicamente marginalizada, é reconhecida como uma potência, enquanto práticas insurgentes e emancipatórias e metodologias transgressoras que desafiam as normas instituídas. Há uma valorização da memória e da consciência histórica dos conflitos, especialmente por meio das histórias orais e da vivência de grupos marginalizados.

Além disso, esse planejamento se caracteriza por sua flexibilidade e adaptação ao contexto, reconhecendo a realidade como um processo inacabado e em constante transformação. A Pedagogia da Autonomia e a relação dialética entre sujeito e objeto reforçam a necessidade de uma prática social transformadora, na qual o planejamento não é apenas um

[20] Conceito mobilizado por Faria (2006) a partir da obra de Paulo Freire.

instrumento técnico, mas um processo político e educativo voltado à emancipação e à construção coletiva de futuros alternativos.

Como será melhor aprofundado ao longo dos capítulos a organização e consolidação territorial da comunidade em acampamentos terá forte impacto na luta pela terra, tornando-se estratégia de defesa perante o conflito fundiário. A oportunidade de contribuir com o planejamento territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado surgiu da sua decisão de se consolidar como um projeto alternativo ao agronegócio, mesmo sem a garantia do Assentamento. Assim delimitamos aspectos do planejamento que não esgotam as possibilidades de práticas alternativas à racionalidade do desenvolvimento capitalista, mas que caracterizam a perspectiva inserida no contexto desta tese, na atuação do coletivo PLANTEAR.

QUADRO 1 - Aspectos de práticas alternativas à modernidade capitalista do planejamento.

Aspectos de práticas alternativas de planejamento
1. Epistemologia e crítica ao conhecimento hegemônico:
reconhecer a pluriversidade;
rejeição ao tecnicismo (perspectiva hegemônica do planejamento);
entender que saberes são hierarquizados;
não equiparar o saber técnico e o saber popular;
integração entre disciplinas e saberes técnicos e populares;
dialogicidade;
2. Relações de poder, conflito e transformação social:
não destrói as estruturas das relações de poder;
rearranja forças e a diferença de informação;
conflito como fundamento do planejamento;
problematizar mecanismos da reprodução social;
mecanismos de enfrentamento;
enfrentar a homogeneização do desenvolvimento;
desestabilizam a ordem normalizada;
contradição é elemento essencial da transformação;
entender e superar contradições;
prática social transformadora;
3. Planejamento contra-hegemônico e emancipatório:
se caracterizam como contra-hegemônicas;
centralidade da sociedade ou comunidade, de “baixo para cima”;
fluidez entre espaços formais e informais;
informalidade como triunfo;
metodologia emancipatória;
transgressivo no tempo, lugar e ação, além das dicotomias;
autonomia comunitária;

adaptação de acordo com o contexto;
4. Memória, história e consciência crítica:
consciência histórica dos conflitos;
memória histórica como aspecto central;
histórias orais de pessoas marginalizadas;
consciência crítica;
incorporar o conflito para mitigá-lo através de consensos e acordos;
5. Participação, transparência e emancipação social:
informar, compartilhar dados, transparência dos subsídios da tomada de decisão;
importância na escolha de caminhos próprios;
voltado às práticas;
populações marginalizadas;
diagnóstico e comparação crítica entre realidade existente e desejada;
6. Reflexão pedagógica e emancipação pelo conhecimento
Pedagogia da Autonomia;
relação dialética entre sujeito e objeto;
geografia crítica;
realidade é inacabada;
questionamento da institucionalidade;

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Faria (2006), Miraftab (2009) e Faria e Pontes (2016).

Sendo uma prática realizada desde a Universidade, esses aspectos destacados do planejamento (quadro 1) vão confluir com os aspectos de uma prática acadêmica extensionista com perspectiva semelhante que assumem aspectos específicos que também caracterizam o caminho percorrido nesta tese.

Caracterizando o caminho: práticas alternativas e possibilidades de assessoria na práxis acadêmica

A necessidade de marcar os aspectos que atravessam a prática acadêmica desta pesquisa, assim como do planejamento, surge da influência das relações de poder que caracterizam a Universidade e a produção do conhecimento. Rigotto, Leão e Melo (2018)[21] buscam reflexões e aprendizados na construção de um método de práxis acadêmica que denominam de Pedagogia do Território. Resgatam o nascimento da ciência moderna junto com o projeto burguês de sociedade, em desenvolvimento nos últimos dois séculos no ocidente, com um paradigma

[21] Os autores fazem parte do grupo de formação, pesquisa e ação Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (Tramas-UFC) ligados à Universidade Federal do Ceará. Constituído em 1997. Fazem parte deste grupo também os alunos e professores dos campos do Direito, Geografia, Pedagogia, Ciências Sociais, Comunicação, Teatro e Serviço Social. Nas suas ações trabalham com "a ideia de tessitura da insurgência contra o instituído, que brota da opressão e do desejo de libertação." (Rigotto et al., 2018, p.346).

científico e modelo civilizatório hegemônico para atender os interesses do capital. As teorias decolonais criticam o pensamento científico moderno que cristalizou nas ciências sociais a noção de que a modernidade é o único ponto de chegada como tendência natural do desenvolvimento histórico. Pautado pela universalização da história, hierarquização dos povos, naturalização das relações sociais como exclusivamente humanas, naturalização da separação entre mundos, com a superioridade do conhecimento científico, consolidando uma epistemologia ocidental dominante.

Rigotto et al. (2018) o entrelaçamento de políticas de desenvolvimento e de conhecimento na criação de táticas para invisibilizar conflitos e perspectivas contra-hegemônicas com rótulos de "não está provado" e "não merece ser levado em conta", marcando o que é objetivo e o que é subjetivo, apego ou irracional. Em contextos marcados pela incerteza científica, a ciência normal dá respostas reducionistas a problemas de uma complexidade multidimensional. Destacam que a "manipulação da incerteza é estratégia de poder." (Rigotto et al., 2018, p.355). Assim, propõem uma ciência pós-normal onde consideram a incerteza, a complexidade e a qualidade.

Diante disso afirmam que "a desobediência epistêmica se impõe como imperativo ético-político para desviar nossa história da direção da barbárie. [...] superando os desafios à emancipação impostos pela continuidade do colonialismo." (Rigotto et al., 2018, p.357). Buscam assim caminhos para uma ciência sensível e eticamente comprometida com a vida, com postura crítica, orientada pelo compromisso em transformar a realidade com um posicionamento sócio-político oposto à modernidade capitalista. Assim, para não reproduzir as formas de opressão historicamente impostas aos grupos marginalizados, a prática desta pesquisa conflui com os apontamentos destacados pelos autores, a fim de buscar caminhos que favoreçam a emancipação das comunidades em seus territórios.

Os autores buscam considerar perspectivas pluri epistêmicas, de outros saberes, valorizando a diversidade epistemológica do mundo, com critérios diferentes de validade, na interação entre saberes científicos e outros saberes não-científicos. Assim se constrói uma concepção pragmática do conhecimento medido pela sua intervenção no mundo, oposta à monocultura científica, em favor da pluriversidade de conhecimentos e suas interaçòes, produzindo uma contra epistemologia de denúncia daquela e de visibilização de alternativas contra-hegemônicas.

> A partir de amplo espectro de abordagens e métodos, a ciência orientada pelo ativismo propõe um novo processo de produção de conhecimento, que envolve pesquisadores e ativistas "leigos" num engajamento cooperativo muito relacionado à investigação ação participativa, em que as pessoas e organizações envolvidas nos conflitos contribuem na definição do problema de estudo, seu desenho e desenvolvimento, a partir do consenso de que todos têm muito a aprender uns com os outros e do compromisso com a transformação – como já postulavam Paulo Freire e Fals Borda nos anos 1970. (Rigotto et al., 2018, p.362).

Assim destacam a importância de ir rumo aos territórios em conflito, saindo do isolamento acadêmico, para construir o diálogo horizontal e a construção compartilhada de conhecimentos. As pessoas que vivem nos territórios deixam de ser objetos para se tornarem sujeitos de pesquisa. Os autores destacam então os efeitos de uma virada epistemológica com teorias e metodologias plurais e o diálogo profundo com os sujeitos dos territórios estudados. Abrindo possibilidades para superar uma cultura elitista, provocando um deslocamento que supera a distância do outro, reconhecendo as diferenças de cada, adotando novas atitudes, e que permitem entender a ação em áreas de reforma agrária. Assim a prática dessa pesquisa está também enraizada no território da comunidade Maria Rosa do Contestado.

Os autores destacam a capacidade de desvio (desviantes) como constitutivo da identidade de um grupo com trajetórias de ruptura com o "sucesso" do ideário burguês de sociedade, mas com os limites da condição humana na escolha contra-hegemônica. Onde se constroem relações de solidariedade, cooperação, desalienação e outros valores. Assim buscam "experimentar novas possibilidades, perscrutar devires, reconhecer e reconhecer-se no outro - também desviante, contestador, rebelde, transformador, insurgente." (Rigotto et al., 2018, p.365). Destacam que sua desobediência epistêmica os levou a uma práxis enraizada em territórios "para a qual importam o cotidiano daqueles que lutam, as histórias de vida, aqueles que constroem territórios de esperança no dia a dia." (Rigotto et al., 2018, p.365).

Na insurgência da sua práxis esses autores destacam duas frentes de atuação: 1) na oposição à universidade alheia à sociedade, dedicada à teoria, através da práxis acadêmica com os sujeitos dos territórios, na confluência entre teoria e prática, com os seus saberes, dedicados aos propósitos das comunidades vulnerabilizadas; 2) na oposição a uma universidade que se relaciona a uma parte da sociedade, especificamente entidades privadas, voltada a atender ao mercado, vão além da temática trabalhada, mas denunciam e anunciam propostas para transformar o mundo, numa perspectiva intertransdisciplinar.

> É, pois, por meio de ações de pronúncia e de transformação do mundo, de denúncias e de anúncios (FREIRE, 2005) e pela compreensão de que é legítimo colocar uma instituição pública, financiada com os impostos do povo, disponível e disposta à

> participação política e democrática desse mesmo povo, ampliando a "sociedade" presente na relação universidade e sociedade – de modo que tal relação não seja reduzida à relação universidade e mercado –, que insurgimos contra o modelo de "Universidade Operacional".(Rigotto et al., 2018, p.388).

Configuram-se caminhos de insurgência epistêmica que promovem maior apropriação dos conhecimentos e fortalecimento de autonomia dos sujeitos envolvidos nas ações. Por um lado se fortalece o engajamento dos pesquisadores em processos participativos e por outro lado a apropriação das comunidades na defesa dos seus territórios perante a sociedade. Mesmo com a quantidade de conteúdos anunciados que denunciam os impactos da modernidade, e que provocam impactos e compreensão nas pessoas sobre os mesmos, ainda há resistência diante da hegemonia de uma cultura que coloniza mentes, que dificulta a imaginação para aceitar a busca de alternativas. Mas destacam que o desafio da construção criativa de caminhos alternativos precisa ser compartilhado.

Oliveira (2024)[22] fala de geovivências "como aprendizado humano, científico e poético, em um território no qual conceitos como espaço, território, lugar, redes, deslocamentos, escalas, fronteiras, migrações, tornam-se vivos no diálogo com realidade múltiplas, complexas, mutáveis." (Oliveira, 2024, p.272). A autora destaca a importância do conceito de território da prática (Haesbaert, 2014) para considerar o sentido múltiplo de suas manifestações, em situações concretas, sem se distanciar das dimensões política e analítica.

Ao ser demandado desde uma diversidade de contextos em situação de conflito fundiário (acampamentos da reforma agrária, ocupações urbanas, territórios tradicionais) o coletivo PLANTEAR se depara com uma diversidade de desafios e diferentes formas de produção de saberes e formas de ser e estar no mundo. Para que essa riqueza não seja inviabilizada por formas de produção de conhecimento hegemônicas que moldam o ambiente acadêmico se assume uma postura metodológica aberta onde o território dos grupos com quem tem se trabalhado é central na compreensão da realidade. As relações com os saberes territorializados é beneficiada quando os saberes acadêmicos se dispõem a ampliar a racionalidade científica, postura que foi essencial nesta pesquisa.

Oliveira (2024) se questiona sobre os limites do conhecimento racional e, diante disso, sobre quais seriam os diálogos necessários com outras formas de entender o mundo. Assim, pontua a necessidade de pensar sobre princípios éticos e políticos que orientam coletivos de

[22] A autora compartilha sua experiência junto ao NUREG (Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização), coordenado pelos professores Rogério Haesbaert e Timo Bartholl, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

pesquisa na vivência em território relacionados, associando uma concepção epistemológica do conhecimento como construção-criação com diálogos prático-teóricos, empírico-conceituais, no compartilhamento que supera a dicotomia sujeito-objeto de conhecimento. Destaca então o aspecto transdisciplinar, como conceito aberto de questionamento e ação que ultrapassa o domínio das ciências exatas, reconciliando-se com outras formas de conhecimento, como a arte, a literatura, a poesia, e a experiência interior.

> As geovivências no NUREG permitiram-me observar que movimentos na construção (e questionamentos) de conhecimentos envolvem deslocamentos nos-dos 'territórios' de saberes e culturas de diversos sujeitos participantes, entrecruzamentos, fluidez, tecendo possibilidades de resistência ao absoluto, ao estático, ou seja, à simples reprodução. (Oliveira, 2024, p.278).

A autora compara a referência a um emaranhado de raízes para identificar a construção do conhecimento como emaranhado transdisciplinar de fios os quais se entrelaçam o afeto e a poesia, além dos limites do racional. Ao falar de afeto destaca o sentido de afetar e sermos afetados, o que implica em não ignorar conflitos, não silenciar tensões e não forjar consensos. "É falar de acolhimento às diferenças, escuta respeitosa, humanização de relações, partilhar alegria e sofrimento, fragilidades e conquistas no espaço de trabalho, estudo, convivência, fazer ciência…" (Oliveira, 2024, p.280). Nessa perspectiva os afetos vão além da valorização subjetiva, sendo uma dinâmica relacional entre corpos-território que interagem entre si e com o espaço, constituindo e sendo expressos no território que, por sua vez, se torna "afetivo" através dos processos de des-re-territorialização que condicionam as experiências subjetivas.

Rigotto et al. (2018) e Oliveira (2024) relatam desafios e aspectos da atuação, através da pesquisa e extensão, como assessoria que, no contexto desta pesquisa se dão principalmente pela extensão universitária configurando a mesma com um caráter específico de extensão popular. Segundo Melo (2014)[23] o popular dá origem e direcionamento, consolidando o comprometimento com as lutas sociais dos grupos marginalizados. "A metodologia que confirma algo como popular vai no sentido de promover o diálogo entre os partícipes das ações e, sobretudo, que seja contributiva ao processo de se exercer a cidadania crítica." (Melo, 2014, p.29).

Tendo a cidadania como compreensão e ação que busca mudanças na sociedade, a leitura do autor sobre uma extensão popular tem um caráter muito presente na luta de classes, olhando para as maiorias, da transformação pelas massas, do qual esta pesquisa se difere um pouco. Ao invés de contribuir na luta sob a unidade da classe operária, onde existe uma

[23] Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, EXTELAR, da Universidade Federal da Paraíba.

tendência à homogeneização desde a predominância do trabalho, se busca a construção da luta desde as diferenças de cada grupo, sem cair no essencialismo e sem perder de vista as implicações da luta de classes. Por isso se traz a perspectiva do autor no compromisso com a luta pela transformação social dos grupos com quem se trabalha, que considera na noção de povo.

A dimensão da extensão popular também se relaciona à discussão crítica que o educador popular Paulo Freire fez sobre a extensão rural, nos anos em que viveu exilado no Chile, entre 1964 e 1989. Freire (1983) critica a extensão técnica no rural na atuação do agrônomo-educador desde o significado do termo "estender algo a alguém" cujo sentido se fazia na substituição dos saberes dos camponeses desde a sua realidade por saberes técnicos universais, considerados os certos. O educador problematiza assim a comunicação entre o técnico agrônomo e o camponês.

> PARECE-NOS ÓBVIO, (mas ainda assim discutamo-lo), que ao estabelecer suas relações permanentes com os camponeses, o objetivo fundamental do extensionista, no trabalho de extensão, é tentar fazer com que aquêles substituam seus "conhecimentos", associados a sua ação sôbre a realidade, por outros. E êstes são os conhecimentos do extensionista. (Freire, 1983, p.14).

O educador destaca o erro epistêmico associado à extensão com um caráter de domesticação do camponês que ignora o mundo como verdadeira fonte de conhecimento, incorporando ao termo a noção de transferência numa lógica mecanicista. "Este é um modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento, que desconhece a confrontação com o mundo como a fonte verdadeira do conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes, não só entre os homens, mas também entre os sêres vivos em geral." (Freire, 1983, p.16).

Olhando para a contribuição do agrônomo na reforma agrária Freire (1983) afirma que deve-se ir além da técnica, pensando na transformação cultural (social) que seu trabalho implica, não havendo portanto, separação entre técnica e cultura, sendo esse entendimento uma decisão política e ideológica. Por isso é impossível não afetar as diversas dimensões da existência como se a extensão fosse uma educação neutra.

> Assim é que, desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, seu trabalho assume êste aspecto amplo em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma. [...] Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um estar diante, ou a um estar sôbre, ou a um estar para os camponeses, pois que deve ser um estar com êles, como sujeitos da mudança também. (Freire, 1983, p.37).

A extensão universitária, com caráter popular, reforça o compromisso com grupos marginalizados, entendendo a cidadania como ação transformadora. A epistemologia

insurgente dessa prática implica um deslocamento do olhar acadêmico, promovendo a valorização das vivências territoriais extensionistas (geovivências) e a transdisciplinaridade, que incorpora arte, poesia e afetos como dimensões do conhecimento. Considera-se a ontologia relacional, onde realidades são construídas coletivamente, rejeitando visões lineares e universalistas da história e do desenvolvimento. Assim, necessariamente, a prática desta pesquisa compreendeu o envolvimento com a comunidade Maria Rosa do Contestado, com seu projeto de vida, construindo relações que escapam à racionalidade, mas contaram com a convivência e o afeto no seu território. Essa abordagem busca a superação da universidade operacional, ampliando sua relação com a sociedade e fortalecendo os sujeitos na defesa de seus territórios. Apesar dos desafios impostos pela cultura dominante, enfatiza-se a importância de construir alternativas ao modelo hegemônico, com uma ciência comprometida com a transformação social e o fortalecimento da autonomia dos envolvidos.

Rigotto et al (2018), Oliveria (2024), Melo (2014) e Freire (1983) nos ajudam a identificar aspectos de uma extensão popular (quadro 2), como prática de assessoria através da pesquisa e extensão universitária, evitando que os muros acadêmicos estabeleça uma separação e hierarquização dos saberes, abrindo possibilidade para a criação de caminhos para emancipação da comunidade. Não se esgota aqui a caracterização das práticas e perspectivas existentes nesse sentido, mas levantam-se aspectos que contextualizam esta tese e a prática do coletivo PLANTEAR.

QUADRO 2 - Aspectos de práticas alternativas à modernidade capitalista de assessoria.

Aspectos de práticas alternativas de assessoria, na pesquisa e extensão universitária
1. Crítica ao modelo de conhecimento hegemônico:
ciência moderna vinculada ao projeto burguês e ao desenvolvimento do capital;
universalização da história e hierarquização dos povos;
separação entre mundos e superioridade do conhecimento científico ocidental;
invisibilização de conflitos e saberes contra-hegemônicos;
respostas reducionistas da ciência normal a problemas complexos;
estratégia de poder baseada na manipulação da incerteza.
2. Construção de uma ciência plural e comprometida:
desobediência epistêmica como imperativo ético-político;
valorização de perspectivas pluri epistêmicas e diversidade de saberes;
ciência como intervenção no mundo, em oposição à monocultura científica;
investigação-ação participativa e engajamento cooperativo entre pesquisadores e comunidades;

relação horizontal entre sujeitos da pesquisa, superando a dicotomia sujeito-objeto.
3. Pesquisa e extensão como assessoria e transformação:
extensão universitária como extensão popular, comprometida com lutas sociais;
diálogo e co-produção do conhecimento com comunidades;
construção da luta social a partir das diferenças dos grupos, evitando essencialismos;
superação da universidade isolada e operacional voltada ao mercado;
fortalecimento da autonomia dos sujeitos e das comunidades;
confronto à cultura hegemônica que coloniza mentes e dificulta alternativas.
4. Território como espaço de produção e circulação do conhecimento:
importância da presença nos territórios e do diálogo com os sujeitos locais;
território da prática como espaço de manifestações concretas e políticas;
geovivências como aprendizado humano, científico e poético;
construção do conhecimento como emaranhado transdisciplinar;
afeto como parte da construção do conhecimento, implicando acolhimento e escuta.
5. Alternativas ao desenvolvimento hegemônico:
conhecimento como construção coletiva, indissociável da realidade vivida;
superação da neutralidade científica e engajamento na transformação social.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Rigotto et al (2018), Oliveira (2024), Melo (2014) e Freire (1983).

A caracterização do caminho, com perspectivas específicas do planejamento e da extensão universitária, pelo qual esta pesquisa se construiu, evidenciou a possibilidade de outras funções possíveis para a mesma, dentre essas a sistematização.

Planejamento territorial e a assessoria popular, a necessidade de sistematizar o fazer

O planejamento territorial e a assessoria (como extensão) popular compartilham uma visão crítica e transformadora do conhecimento, defendendo o papel da universidade como espaço de produção coletiva e dialógica, comprometido com a realidade dos territórios. Ambos se contrapõem à ciência hegemônica e fragmentada, valorizando abordagens transdisciplinares e conhecimentos situados, construídos na vivência da experiência das comunidades. A metodologia participativa é central, promovendo o diálogo horizontal e a superação da separação entre sujeito e objeto na produção do saber.

A territorialidade é um elemento essencial, reconhecendo o território como fonte de saberes e identidade. O compromisso com a transformação social se manifesta na busca pela

autonomia dos sujeitos e na resistência a modelos dominantes, fortalecendo práticas emancipatórias e a defesa de direitos. No entanto, desafios persistem, como as barreiras institucionais e epistemológicas que dificultam a adoção dessas abordagens. Assim, tanto o planejamento quanto a assessoria se configuram como processos que não apenas analisam a realidade, mas atuam ativamente para sua mudança. Nessa perspectiva, diante dos desafios que se apresentaram na construção desta tese, entre a análise e a transformação da realidade, emergiu uma outra função do trabalho, a sistematização, que associamos a uma pesquisa pautada pela extensão, que chamamos de tese extensionista.

Holiday (2006) destaca a importância da sistematização de experiências, desde o contexto da educação popular, afirma que é necessário um esforço e dedicação para esse processo, no sentido de melhorar as práticas populares e sua conceituação mais ampla. Assim, destaca-se a importância da sistematização no planejamento territorial e assessoria popular, sendo um esforço essencial para a compreensão (fundamentando análises da pesquisa) e a construção (fundamentando a atuação da extensão) do processo.

Holiday (2006) afirma que a sistematização, ao mesmo tempo que apresenta desafios, pela complexidade de execução sem ter uma receita, também enfrenta, pela dificuldade de sua realização nas práticas populares, pouco respaldo acadêmico crítico impedindo o avanço na sua execução. Normalmente, destaca o autor, as percepções sobre a atividade, como uma tarefa especializada, a compreendem como algo complicado de ser realizado, provocando resistência à sua execução continuada.

Mesmo havendo muitos esforços e experiências de compreender a sistematização, segundo o autor, não se conta com definições claras do que a atividade significa. Às vezes entendida como projeto de investigação, como informe de trabalho ou lista ordenada de atividades "converte-se em algo misterioso, entre mágico e etéreo, que não se sabe por onde pegar." (Holliday, 2006, p.10). Além disso, destaca que não é comum a dedicação de esforços para a sistematização.

A partir da diversidade de propostas de sistematização que foram difundidas entre 1980 e 1985, o autor sintetiza aspectos gerais em cinco constatações básicas: 1) a sistematização de fato se configura como uma prática específica que difere de outros esforços como investigação ou avaliação; 2) não há um pleno acordo sobre seus conteúdos; 3) existem influências mútuas; 4) possui um marco epistemológico comum, na oposição à orientação positivista, onde se busca

compreender as dimensões qualitativas da realidade, pautada numa epistemologia dialética; 5) Tem como objetivos específicos o intercâmbio de experiências, a melhor compreensão do trabalho realizado, mobilizar conhecimentos teóricos a partir da prática, a qual se busca melhorar. Assim se torna objeto concreto de educadores e grupos populares, ou da relação entre educadores e educandos.

Nesta pesquisa se encontram duas frentes de esforço de sistematização, o primeiro ocorreu durante o processo de realização da prática da pesquisa, cumprindo uma função de registro e de comunicação com a comunidade e outras instituições, e o segundo, é a própria tese que, a partir da reflexão sobre o processo, investe na sua sistematização para o seu compartilhamento e compreensão.

Como ponto de partida o autor referencia experiências e práticas concretas, que se situam num contexto de educação popular, organização popular e promoção social (ou extensão popular como buscamos caracterizar o contexto deste trabalho). A reflexão sistematizadora define uma interpretação crítica na compreensão do sentido das experiências, ordenando e reconstruindo a experiência, buscando identificar a lógica que conduz o processo, produzindo um conhecimento novo com a possibilidade de abstração e generalização, interpretação teórica e transformação. Assim, configuram-se sentidos e percepções revelando o que não se sabia e o que se sabia, se atentando para além dos acontecimentos para as interpretações que fazem-se deles.

Por outro lado, destaca o autor, que se deve ir além de narrar experiências, de descrever processos, da classificação e da dissertação teórica.

> Parece que o mais característico e próprio da reflexão sistematizadora é que ela busca penetrar no interior da dinâmica das experiências. Algo assim como entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a entender estes processos a partir de sua própria lógica, extraindo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria. (Holliday, 2006, p.24).

O sentido da prática se aprofunda, para além daquilo que fazemos, mas também no que "pensamos, intuímos, sentimos, cremos, sonhamos, esperamos, queremos…" (Holliday, 2006, p.56).

Além disso, o autor destaca a habilidade para fazer análise e síntese, comumente não desenvolvida, sendo o caminho no começar a sistematizar como forma de aprendizado. Aponta

algumas condições de ordem pessoal para viabilizar um processo de sistematização nos moldes da sua proposta: 1) as pessoas precisam desenvolver o interesse em aprender com a experiência, superando a dualidade antagônica que separa sujeito e objeto, através de uma "disposição ativa para construir um pensamento criador, inovador, que responda ao ritmo e à novidade dos processos e acontecimentos que vivemos." (Holliday, 2006, p.62); 2) também destaca a sensibilidade de deixar a experiência "falar" por si mesma, através da observação e percepção, sem a necessidade de comprovar ideias prévias "deixar-nos influenciar pelo que efetivamente ocorreu, tal como sucedeu" (Holliday, 2006, p.63); 3) nesse sentido o cotidiano ganha evidência, o que implica a necessidade de registros mais próximos possível da realidade. As três condições não devem ser entendidas como prévias mas que se constróem no processo teórico-prático sendo a sistematização uma "afirmação vital do desenvolvimento da criatividade, da imaginação, da reflexão crítica, da curiosidade e da inquietude intelectual." (Holliday, 2006, p.64). A perspectiva do autor reforça o embate necessário com a produção do conhecimento na Universidade moderna e ocidentalizada apontada por Rigotto et al. (2018), e também dialoga com a perspectiva da geovivência trazida com Oliveira (2024).

Holiday (2006) também destaca, como condição institucional, a necessidade da priorização da sistematização, destinando-a tempo e recursos, de modo que integre a dinâmica da equipe como estratégia, para que não se caia no burocratismo por um lado, e no ativismo desordenado, pelo outro. Dessa maneira a sistematização possibilita o intercâmbio de aprendizagem entre distintos projetos, como um exercício coletivo, para encontrar continuidades e descontinuidades dos caminhos. A sistematização é uma responsabilidade coletiva que deve se inserir num processo cumulativo que seja explicitado ao longo do caminho. Assim, amplia-se o caminho de vivenciar uma experiência que, por si só, não significa acumular experiência, sendo necessário "o debate, a reflexão crítica e a discussão coletiva [contribuindo] para a geração de conceitos" (Holliday, 2006, p.68). A dimensão crítica reforça a ideia trazida com um planejamento que vai além do aspecto técnico-administrativo, buscando, através do conflito, desvendar as relações de poder que conformam o contexto (Faria, 2006).

Por fim, Holiday (2006) propõe uma estrutura de sistematização em etapas, mas alerta que a proposta não é uma receita na medida que se transforma de acordo com o contexto histórico e social da experiência. Essas etapas dialogam com a postura metodológica na

realização da prática desta pesquisa, por isso, torna-se pertinente sua marcação para fortalecer a sua leitura durante os próximos capítulos. Assim define as 5 etapas:

1. a participação na própria prática como ponto de partida, onde se define quem vai sistematizar a partir de qual tipo de informação (a participação de um sistematizador ou sistematizadora externo ao processo é possível como apoio metodológico ou teórico), nessa etapa é importante os registros e a utilização de um diagnóstico prévio de contextualização, o autor cita exemplos como diários de campo, projetos de atividades, atas de reunião, memórias, gravações, fotografias, gráficos, símbolos e outros (mais presente na prática descrita nos capítulos 2 e 3 onde falamos do processo de planejamento, realizado em oficinas mensais na comunidade, foi essencial o esforço dedicado à sistematização entre as oficinas, tanto para a comunicação e diálogo com a comunidade quanto para outras instituições);
2. definição de perguntas iniciais que determinam sentidos, utilidades, produtos e resultados esperados de uma ou mais experiências concretas específicos, definindo um ou mais eixos de sistematização como "um fio condutor que atravessa a experiência e se refere aos aspectos centrais dessa(s) experiência(s)" (Holliday, 2006, p.81). Nessa etapa também se define um contexto teórico, mais flexível e dinâmico que a perspectiva de um marco teórico rígido[24], esse aspecto esteve presente em todo o processo, dialogando com a construção dos estudo técnicos sobre o conflito fundiário da comunidade, como uma sistematização da realidade, descrito no capítulo 1, como direcionamento das oficinas de planejamento nos capítulos 2 e 3, e também num desdobramento específico dessa postura metodológica descrito no capítulo 4, quando falamos do cruzo (Rufino, 2017) como metodologia;
3. a sistematização em si, com a reconstrução histórica do processo, onde estabelecer uma cronologia como gráfico pode ajudar, assim como reconstruir a história como narração, desde a experiência pessoal até contextos mais amplos como cronologias paralelas, sendo importante uma visão geral do processo (reconhecendo acontecimentos significativos, ordenando e classificando os diferentes elementos do processo de acordo com o(s) eixo(s) de sistematização, olhando para ações, resultados, intenções e opiniões);

[24] "Mais ou menos explícito, é o contexto teórico que - em última instância - nos fará formular determinados objetos a serem sistematizados e priorizar determinados aspectos ao longo do processo." (Holliday, 2006, p.83).

4. interpretação crítica do processo vivido, indo além do descritivo, num "processo ordenado de abstração, para encontrar a razão de ser do que aconteceu no processo da experiência" (Holliday. 2006, p.88), analisando tensões e contradições, cuja síntese permite a conceitualização da prática, sendo possível múltiplos enfoques interpretativos (como um aspecto que está presente no caminho caracterizado entre o planejamento e a extensão desta pesquisa, a leitura crítica esteve presente em todo o processo, sendo essencial no contexto de conflito e luta pela terra);
5. o ponto de chegada, hipóteses e possíveis generalizações (conclusões teóricas) e ensinamentos para enriquecer futuras práticas, envolvendo a comunicação da aprendizagem sendo importante o uso de materiais para o compartilhamento para não limitar o processo ao grupo participante (destaca-se aspecto criativo para dar conta da vitalidade da experiência, por isso se recorre a toda forma imaginativa que torne a experiência comunicável, dimensão que atravessa tanto a produção do estudo técnico sobre o conflito fundiário para aproximar a realidade do território ao olhar institucional, quanto o planejamento para dialogar com a comunidade mas também para materializar o seu projeto de território para a institucionalidade, e, ainda, a construção desta tese com propostas concretas para a pesquisa e para a atuação de assessorias populares).

A sistematização, então, conta com uma construção do conhecimento para além da primazia da razão ocidental combinando com os aspectos de uma pesquisa pautada pela extensão popular, pela qual se deu as atuações de planejamento territorial e assessoria popular do coletivo PLANTEAR, e que chamamos de tese extensionista (figura 3), discutida como uma proposta no capítulo 4.

FIGURA 3 - Esquema básico da pesquisa no contexto do planejamento territorial e assessoria popular.

Fonte: Organizado pelo autor.

A proposta da tese extensionista vai caracterizar tanto a atuação na realidade, no território das comunidades, quanto mobilizar a atuação e a postura para dentro da Universidade, sendo necessário caracterizar e problematizar esse contexto de onde partem as ações de extensão. Rigotto et al. (2018) resgatam o surgimento da universidade enquanto instituição, no fim do período medieval europeu, destacam uma definição conservadora como espaço dedicado à reflexão e descoberta de novos conhecimentos sem uma finalidade específica a não ser o prazer que a atividade proporciona. Assim seria o local de investimento intelectual de longo prazo, por si só, um aspecto elitista e isolacionista, se diferenciando-se da ação prática. Os autores então contestam essa universidade que separa sujeito e objeto, teoria e prática, tomando o tripé universitário ensino-pesquisa-extensão como co-labor-ação social, reforçando a indissociabilidade dos três pilares para a construção compartilhada de conhecimento e uma formação integral em "defesa da vida, dos bens comuns do ambiente e da saúde." (Rigotto et al., 2018, p.368).

Reafirmam a Pedagogia do Território como sua práxis acadêmica nos encontros com os territórios em conflitos ambientais, com os movimentos sociais e comunidades que sofrem com a injustiça ambiental. Fazem referência a investigação-ação participante de Orlando Fals Borda, complexificando a tensão entre teoria e prática, sujeito e objeto, conhecimentos universitários e saberes dos territórios, para desfazer dicotomias unindo pensamento e ação para uma prática intercultural e pluriepistêmica.

> Essa práxis, pois, é o que tem embasado nossas escolhas ético-epistemológicas, nos impulsionado na gestação de novas formulações teóricas e metodológicas,

> fundamentado nossa concepção de formação acadêmica, docente e de pesquisadores críticos e solidários, que atuam na construção de uma ciência e um saber emancipatórios (Rigotto, 2016, apud Rigotto et al., 2018. p.369).

Assim buscam se aproximar dos territórios e seus saberes identificando preconceitos das interpretações de pesquisadores e construir formas de validar aqueles conhecimentos denunciando relações de poder de dominação na ação acadêmica. São preconceitos em relação aos grupos subalternizados que os colocam como uma condição que seria extinta com o desenvolvimento, desconsideram suas especificidades, deprecia seus saberes e os categorizam como pré-políticos. São aspectos com os quais, desde a atuação da extensão universitária que pauta esta tese, geram tensionamentos e conflitos pois estão presentes nas indagações, afirmações, conceitos e racionalidades que moldam nossa ação, o que reforça a necessidade de posturas metodológicas críticas em relação a esse contexto.

Pearce (2018) afirma que a certeza colonial do saber (centralizada da racionalidade científica) chegou ao seu limite para apontar sua incapacidade de oferecer caminhos verdadeiramente emancipadores para grupos e povos subalternizados. Enfatiza a importância de gerenciar possíveis diferenças de poder dentro do grupo de pesquisa para garantir a qualidade de seu trabalho e conduzir pesquisas rigorosas guiadas pela ética e pelos princípios de mudança e justiça social. Sugere então que devem redefinir e conciliar teoria e prática para entender melhor suas limitações e superá-las. Assim a pesquisa vai se construindo num processo compartilhado entre os participantes do processo, "aprendendo à medida que desenvolvemos a pesquisa, o que coincide com a natureza aberta do método de coprodução de conhecimento, que se permite aos participantes de uma pesquisa irem criarem a pesquisa conjuntamente." (Pearce, 2018, p.357, tradução própria[25]).

A autora aponta a pesquisa que envolve participação ativa e colaboração entre pesquisadores e os sujeitos envolvidos no estudo, como um processo cíclico que envolve planejamento, ação, observação e reflexão, com o objetivo de melhorar uma situação ou problema específico, como uma forma de co-produzir conhecimento com as comunidades. "Permitir potencialidades abertas nunca antes imaginadas em processos de pesquisa

[25] *"aprendiéndolo a medida que realizábamos la investigación, lo que coincide con el carácter abierto del método de co-producción de conocimiento que permite a los participantes de una investigación ir fabricándola."* (Pearce, 2018, p.357)

participativa é o que a distingue da pesquisa linear, estruturada e focada em resultados." (Pearce, 2018, p.362, tradução própria[26]).

Assim se consideram para além da racionalidade, múltiplas outras dimensões e formas de ser, estar e saber na construção de mundos, por isso, Escobar (2018) fala de uma ontologia do Mundo de muitos Mundos, ou um Mundo de muitos Mundos, como alternativas ao desenvolvimento capitalista hegemônico, ou Mundo de um Mundo. Na prática, desde a ontologia relacional, relações e significados são construídas em diversas escalas, temporalidades e dimensões, sem obedecer portanto, uma lógica linear.

> Tratam-se de experiências que constituem mundos relacionais ou ontologias, as quais, de maneira abstrata, poderia-se definir como aquelas em que nada pré-existe às relações que a constituem. De outra maneira, as coisas e os seres somente existem em relação com os outros e não têm uma vida própria. (Escobar, 2018, p.105, tradução própria)[27].

A ontologia relacional ao mobilizar múltiplas dimensões está necessariamente relacionada a uma prática imersa na realidade, para além da sua observação, mas na sua construção, transformação e envolvimento, onde não há separação ou neutralidade.

Além do Mundo de Um Mundo, escutar os Muitos Mundos

Ampliando e complexificando essa dimensão da extensão a centralidade território como conceito implica uma ampliação do conceito como construção de mundo, numa dimensão ontológica, na leitura desta tese. Assim, retoma-se o trabalho de Arturo Escobar (2018) a partir das lutas das comunidades afrodescendentes na Colômbia que, nos anos 2000, foram alvo do avanço acelerado do capitalismo neoliberal global, com a instalação de multinacionais ligadas a atividades de exportação, exercendo pressão destrutiva e expropriando muitos territórios dessas comunidades. Como forma de se defender dos ataques, diversas lideranças comunitárias buscaram fortalecer estratégias de controle territorial.

> Entre as estratégias desenvolvidas a partir de 2000 se realizaram a recuperação do cultivo do arroz, a produção de rapadura de cana-de-açúcar, a autonomia alimentar, a promoção de saberes e práticas tradicionais, e o fortalecimento das organizações étnico-territoriais. (Escobar, 2018, p.91)[28]

---

[26] "*Permitir potencialidades abiertas nunca antes imaginadas en los procesos de investigación participativa es lo que la distingue de la investigación lineal, estructurada y enfocada en los resultados."* (Pearce, 2018, p.362)

[27] "*Se trata de experiencias que constituyen mundos relacionales u ontologías, los cuales de manera abstracta se podrían definir como aquellas en las que nada preexiste las relaciones que las constituyen. Dicho de otra forma, las cosas y seres solo existen en relación con otros, y no tienen una vida propia*" (Escobar, 2018, p.105).

[28] "*Entre las estrategias desarrolladas a partir del 2000 se contaron la recuperación del cultivo de arroz, la producción de endulzante de caña de azúcar, la autonomía alimentaria, la promoción de saberes y prácticas tradicionales, y el fortalecimiento de las organizaciones étnico-territoriales.*" (Escobar, 2018, p.91).

A imposição de um modelo de "Um Mundo", o mundo do desenvolvimento capitalista moderno, se deu mediante muita violência nos despejos e assassinatos. O autor se questiona sobre o porquê de tamanha violência mas também sobre como as comunidades conseguem permanecer em seus territórios diante dessa violência. Traz a importância das dinâmicas do capital global e nacional como parte da resposta de um lado e, de outro, a defesa do território em nome de outros modelos alternativos ao desenvolvimento, porém declara a insuficiência para explicar os aspectos daquela dinâmica. A partir de alguns depoimentos em que a comunidade afirma com sua própria vida a permanência no território, o autor vai destacar a defesa da vida, como dimensão ontológica, subjacente às anteriores.

> A perseverança das comunidades e movimentos de base étnico-territorial envolvem resistência, oposição, defesa e afirmação dos territórios, mas com frequência pode ser descrita de forma mais radical como ontológica [...] Ao interromper o projeto globalizado neoliberal de construir Um Mundo, muitas comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas podem ser vistas como avançando lutas ontológicas. (Escobar, 2018, p.92, tradução própria).[29]

Das constatações de Escobar se tem que a luta em defesa do território das comunidades que constroem outras possibilidades de alternativa ao desenvolvimento em defesa da vida é uma luta ontológica, e vice-versa, a luta ontológica é uma luta territorial. É nessa perspectiva que a atuação e a leitura do contexto do conflito da comunidade Maria Rosa do Contestado vai ser colocado, na disputa entre mundos no capítulo 1 e na sua materialização no planejamento territorial nos capítulos 2 e 3.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves vai cunhar o termo r-existência, para se referir à luta dos diversos grupos, povos e comunidades que vão enfrentar, principalmente desde a década de 1990[30], o projeto moderno-colonial com o avanço do capitalismo neoliberal na tentativa de homogeneização dos saberes, seres e fazeres em diversos lugares. Segundo o autor Portugal e Espanha inauguram esse movimento no fim da idade média com a instauração do Estado territorial soberano, levado a outros lugares do mundo pelo colonialismo. Com uma mesma língua oficial, uma mesma religião oficial, de um mesmo sistema de pesos e medidas, constituindo em diversas escalas as relações sociais e de poder do sistema-mundo[31]. O

---

[29] "*La perseverancia de las comunidades y movimientos de base étnico-territorial involucran resistencia, oposición, defensa, y afirmación de los territorios, pero con frecuencia puede ser descrita de forma más radical como ontológica. [...] Al interrumpir el proyecto globalizador neoliberal de construir Un Mundo, muchas comunidades indígenas, afrodescendientes, y campesinas pueden ser vistas como adelantando luchas ontológicas.*" (Escobar, 2018, p.92).

[30] O marco temporal de 1990 aponta à emergência dessa luta de forma mais evidente e organizada no contexto brasileiro e da América Latina, porém entendemos que essa luta acontece desde o século XV.

[31] Immanuel Wallerstein, sociólogo estadunidense, tem contribuição essencial na teoria do sistema-mundo definido como espaço-tempo de amplo alcance que atravessa inúmeras unidades políticas e culturais, atividades

> território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida. (Porto-Gonçalves, 2006, p.46).

O autor destaca que no período neoliberal do sistema mundo moderno-colonial saberes relacionados a territórios ganham mais importância. Diante da tentativa de homogeneização na territorialização hegemônica destaca diversos movimentos e conflitos que vão marcar o surgimento de forças opositoras desde a diversidade territorial. Exemplifica através de alguns conflitos históricos, como a revolução Sandinista em 1979 na Nicarágua, os movimentos negros dos guetos nos anos 80 nos Estados Unidos, o levante indígena no Equador em 1990, o zapatismo em 1994 no México, e também o reconhecimento do direito à diferença em algumas constituições da América Latina. O autor alerta que essas oposições vão além do essencialismo cultural, se transformando em "estratégia cognitiva e política de afirmação e construção" (Porto-Gonçalves, 2006, p.49).

> Tudo indica que a afirmação da diversidade e o legítimo direito à diferença devam mergulhar na compreensão dos complexos mecanismos por meio dos quais a opressão, a injustiça e a exploração buscam se legitimar, o que significa compreender as relações entre as dimensões cultural, social, econômica e política e buscar novas epistemes entre os protagonistas que estão impulsionando processos instituintes de novas configurações territoriais. (Porto-Gonçalves, 2006, p.50).

Aponta então que o surgimento das diferentes epistemologias acontecem no contato, nas relações, revelando a dimensão geográfica e social, com "caráter relacional não essencialista, lugar possível para a emergência de práticas emancipatórias" (Porto-Gonçalves, 2006, p.51). Com isso o autor destaca que a hegemonia não é homogênea, apenas como discurso controlador, pois desde o tempo dos gregos se apropria dos diferentes saberes e territórios para sua dominação, por isso sua oposição se faz também na diversidade (Muitos Mundos), o que exige uma outra postura onde os saberes são coproduzidos com os sujeitos.

> Assim, a problemática dos saberes não pode descambar para um culturalismo que ignora a materialidade dos fazeres e dos poderes. Afinal, o fazer cotidiano está atravessado o tempo todo pela clivagem da dominação, [...] No fazer há sempre um saber - quem não sabe não faz nada. Há uma tradição que privilegia o discurso - o dizer - e não o fazer. Todo dizer, como representação do mundo, tenta construir/inventar/controlar mundos. Mas há sempre um fazer que pode não saber dizer, mas o não saber dizer não quer dizer que não sabe. Há sempre um saber inscrito no fazer. O saber material é um saber do tato, do contato, dos sabores e dos saberes, um saber com (o saber da dominação é um saber sobre). Há um saber inscrito e não necessariamente escrito. [...] esses saberes que se fazem desde os lugares, desde o cotidiano, desde as lutas que, de um ponto de vista subalterno, é cotidiana e

econômicas e institucionais conformados por regras. "Para ele (Wallerstein) o sistema-mundo moderno é equivalente a uma economia-mundo capitalista" (Grosfoguel, 2019, p.59).

> independente de conflitos abertos da polis. (Porto-Gonçalves, 2006, p.52).

Olhar para a diversidade implica também um processo para além da racionalidade, da visão como sentido de análise, na construção de relações desde o cotidiano, por onde a prática desta tese caminhou, entre diversos territórios, diversos Mundos.

Desde o contexto dos grandes projetos de mineração da Amazônia, na serra de Carajás, no estado do Pará, Malheiro (2021), a partir dos conflitos com a empresa Vale S.A e os povos da região, busca ouvir suas vozes, para pluralizar os sentidos e ritmos do espaço dedicado à financeirização das *commodities.* O autor fala em ouvir o território, como uma proposta em que a Geografia vá além de uma postura interpretativa do espaço, alinhando seus interesses com os interesses dos sujeitos instituintes das práticas normalmente investigadas, dialogando com Porto-Gonçalves (2006) sobre o saber inscrito no fazer, afirma que não há território sem saber.

> Ouvir o território, portanto, é dialogar com um outro repertório geográfico que não cabe previamente em nossos conceitos e categorias analíticas. É fazer falar outras maneiras de ver e sentir o mundo e não as enquadrar previamente nas nossas grades interpretativas de mundo; tarefa esta que nos colocamos a partir daqui: fazer falar outras geografias onde até então, hegemonicamente, enxergou-se estruturas, fluxos e racionalidades corporativas. (Malheiro, 2021, p.190).

O autor levanta a partir de diversos povos que são impactados pela mineração e a implementação da linha de trem que transporta os minérios as percepções dos sujeitos desses territórios. Destaca-se seu diálogo com os *Awá-Guajá*, povo tupi-guarani de caçadores e coletores, hoje confinados pela Estrada de Ferro Carajás, a 500 m da área que circulam. O caminhar pela floresta, o *Harakwá*, siginifica formas de crescimento, representando fontes de vida e conhecimento, tornando a floresta sua escola . É na floresta também que se encontram os *Karawara*, seres celestes que também precisam da floresta para sobreviver, trazendo forças curativas e importância para a vida dos *Awá*. Assim, para esse povo o silêncio é importante, para acessar os conhecimentos da floresta, não há caça sem silêncio, que é interrompido pela passagem do maior trem do mundo a 500 metros das trilhas.

> Os trilhos decretam o fechamento dos caminhos, um fechamento que significa uma violência para com o modo como se constrói a vida. [...] o silêncio é interrompido por um trem de quatro locomotivas e 336 vagões, que passa mais de 20 vezes ao dia, com cerca de 3.300m a uma velocidade média de 40 km/h." (Malheiro, 2021, p.195).

Assim como para os *Awá*, o autor demonstra os outros sentidos de território e territorialidades de outros povos e comunidades tradicionais da região que apontam para uma humanidade da natureza, que diferente de uma ação humana que transforma a natureza, temos um movimento de religação com a vida. Nesse sentido, a Geografia compreende o território como reunião de diversidade de formas de organização social com sentido político de resistência, tendo o cuidado e o sentir a terra na religação da comunidade com a natureza. "O

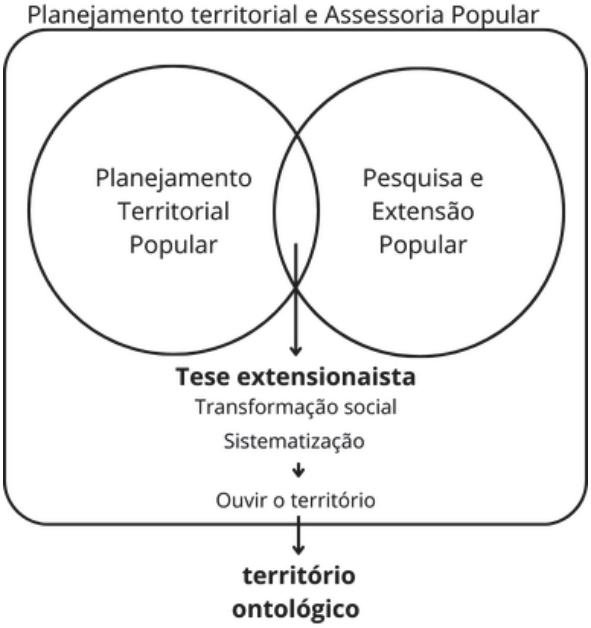
território, nestes termos, assume o caráter de religar a comunidade à vida da terra e da natureza ou, em outras palavras, de naturalizar a humanização para dar humanidade à natureza que somos nós." (Malheiro, 2021, p.199).

Com territorialidades distintas os sujeitos pluralizam a Geografia com outros modos de ser, de se relacionar com a terra, com a floresta, rios, etc., na afirmação de outras ontologias. O autor destaca três marcas a partir dessas alteridades: 1) como uma forma particular frente ao tempo; 2) ver a história e mobilizar a memória; 3) um modo distinto de sentir e pensar o mundo e de organizar o espaço. "Ouvir o território, nesse terceiro sentido, é fazer falar os saberes construídos por práticas que tomam o território como energia vital, é expressar as formas de uso, organização e significação dos espaços de e para a vida." (Malheiro, 2021, p.202). Assim, esse vai ser um aspecto essencial na prática desta tese, como postura metodológica, para possibilitar a emergência dos saberes inscritos no território, construído desde o cotidiano. Além disso, também vai mobilizar debates sobre a centralidade do território, em uma perspectiva ampliada, na questão agrária, na luta pela terra, mobilizando através dos capítulos 1, 2 e 3, discussões teóricas a partir da realidade da atuação desta tese.

Em acordo com Escobar, Porto-Gonçalves (2002), e Porto-Gonçalves et al. (2015), afirmam que as lutas territoriais são lutas ontológicas implicando território-territorialidade-territorialização, sendo o primeiro termo uma categoria que pressupõem o espaço geográfico, o segundo as identidades inscritas no processo, e o terceiro termo, a apropriação do primeiro, que materializam a cada momento uma configuração territorial que, segundo o autor produzem grafias no espaço ou, geo-grafias. As "lutas ontológicas para mim podem ser vistas como lutas territoriais que implicam sempre essa tríade território-territorialidade-territorialização. Por exemplo, Rogério Haesbaert diz sempre des e re-territorialização. Nada escapa o território." (Porto-Gonçalves et al., 2015, p.246, tradução própria)[32]. Assim escutamos o território como um território ontológico (figura 4).

[32] "*pueden ser vistas como luchas territoriales que implican siempre esa tríada territorio-territorialidad-territorialización. Por ejemplo, Rogério Haesbaert dice siempre des y re-territorialización. Nadie escapa del territorio.*" (Porto-Gonçalves et al., 2015, p.246).

FIGURA 4 - Esquema básico, ouvir o território no planejamento territorial e assessoria popular.



Fonte: O autor.

O Território como metodologia, território metodológico

O território como conceito articula múltiplas dimensões e perspectivas na leitura desta pesquisa permitindo identificar aspectos diversos em diferentes escalas, complexificando e fundamentando sua centralidade nas análises mobilizadas ao longo dos capítulos. Nesse sentido é que além de conceito também é incluído como dimensão da postura metodológica, como metodologia. “O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.” (Souza, 2000, p.78). O conceito tem remetido, historicamente, à escala nacional e ao Estado, porém territórios são construídos e desconstruídos em diversas escalas espaciais e temporais, como suporte material para o exercício do poder. O território como teia de relações de poder permite entendê-lo em outras escalas. “Aqui o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ e os ‘outros’”. (Souza, 2000, p.86).

A territorialidade por sua vez, mais abstrata, remete aos tipos de processos que conformam o território por exemplo, a do desenvolvimento endossa o modelo civilizatório ocidental, capitalista, como paradigma universal. É preciso ter uma ideia de territorialidade autônoma, conceito que, segundo o autor, se distanciou do cotidiano das pessoas por uma perspectiva modernista-positivista. O conceito de autonomia é essencial e “significa, singelamente, o poder de uma coletividade se reger por si própria.” (Souza, 2000, p.105).

> Tendo como perspectiva a territorialidade autônoma percebe-se que uma mudança social pode advir de diversos movimentos pontuais que polinizam a mudança. [...] Passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação. (Souza, 2000, p.110).

Cruz (2020) destaca uma dupla centralidade, epistemológica e teórica, e visibilidade empírica, do conceito de território. Assim, busca chaves analíticas para um enfoque metodológico territorial da geograficidade social. O conceito oferece uma nova forma de problematizar o fenômeno do poder e da política além da matriz metodológica da economia política. No que destaca três questões principais: 1) a questão do poder desde as hegemonias às formas de r-existência; 2) o sujeito nas ações e práticas socioespaciais; 3) e as diferenças no reconhecimento de identidades.

Nos últimos 20 anos o autor destaca que o termo território virou uma obsessão na imaginação acadêmica e política, gerando uma inflação do seu uso como conceito, metáfora, arma política ou como um vício de linguagem. Causando uma degradação e banalização do seu potencial analítico e político. Como categoria de análise ganhou centralidade nos trabalhos dos geógrafos, principalmente no contexto latino americano, com destaque à geografia brasileira, tendo atualmente um grande prestígio. Mas não se restringe ao campo da Geografia, gerando uma "emergência territorial" ou "paradigma territorial" em muitos campos das ciências humanas e sociais.

Como categoria da prática normativa, hegemônica e institucionalizada o conceito é usado em políticas e planejamentos de corporações capitalistas e do Estado, buscando a intervenção do poder estatal. Como categoria da prática insurgente se relaciona aos "novos" movimentos sociais (Cruz, 2013) como agenciamento político na luta por direitos e justiça, com o direito ao território significando direito à terra, água, recursos, produção, memória, ancestralidade, identidade e etc.

> Cumpre ressaltar que existem diferentes formas de abordar e conceituar o território a partir de diferentes posições e posturas teóricas, políticas e éticas, o que revela que o campo de reflexão que envolve tal conceito é marcado por grande polissemia e ambiguidade. Essa diversidade é, pois, sinal de riqueza, mas também de confusão e imprecisão teórico-metodológica, com importantes consequências éticas e políticas. (Cruz, 2020, p.145).

Assim, desde a polissemia do território, buscamos evidenciar como a comunidade Maria Rosa do Contestado disputou contra a hegemonia do poder regional no conflito fundiário, processo descrito no capítulo 1. O conceito também vai ajudar a evidenciar como essa resistência foi construída direcionando o processo de planejamento, descrito nos capítulos

2 e 3, surgindo como estratégia de luta e como proposta específica desde a consolidação da comunidade.

Cruz (2020) destaca dois sentidos do território na geografia, um como explicação de certo número de fenômenos socioespaciais e outro na abordagem "metodológica, certo 'olhar', certa chave de inteligibilidade da geograficidade social." (Cruz, 2020, p.145). O primeiro, mais difundido, é usado para nomear formas de organização do uso do espaço, tipos de comportamento e prática espacial ou ainda tecnologias políticas, interpretando e codificando fenômenos como territoriais. O segundo, de maneira mais implícita, amplia o anterior, para uma abordagem metodológica na leitura de uma geograficidade social, como uma perspectiva analítica específica. A abordagem territorial mobiliza desde os sujeitos, suas práticas e ações a partir do viés do poder em múltiplas escalas. Assim

> privilegia as instabilidades, os antagonismos, as conflitividades. Esse olhar, centrado nas conflitividades, coloca no centro da abordagem territorial as desigualdades sociais, as diferenças, as hierarquias, as exclusões, as diferentes formas de exploração, dominação e opressão, mas também as lutas, as práticas de resistências, as emancipações e as autonomias. (Cruz, 2020, p.147).

Aponta, então, os avanços de uma renovada leitura do poder como relação que permitiram

> um avanço na direção de uma reflexão mais complexa sobre a territorialidade humana, apontando para um entendimento de que o poder é imanente às relações sociais, além da compreensão de que as formas de manifestação do exercício do poder podem ocorrer em múltiplas escalas, envolvendo uma multiplicidade de atores sociais." (Cruz, 2020, p.151).

Dessas renovações surgiram novas conceituações sobre o território marcado pelo caráter histórico e relacional, na sua multidimensionalidade e multiescalaridade. O autor destaca então três perspectivas de entendimento sobre o território que renovaram o debate na geografia brasileira: 1) o território como espaço de exercício de poder, multidimensional e multiescalar, se vincula o controle de uma área geográfica delimitada, para conter ou restringir, produzindo limites e classificação entre grupos ou indivíduos, sendo exercida como poder por meio de violência, do direito, da cultura e de símbolos (enquanto a multiescalaridade se torna evidente a partir da leitura do conflito jurídico, no capítulo 1, onde o território construído desde o cotidiano oferece resistência e alternativa à poderes hegemônicos locais, regionais e nacionais, a multidimensionalidade é percebida desde o processo de planejamento territorial e consolidação da comunidade, descritos nos capítulos 2 e 3); 2) numa perspetiva histórica e relacional o território como espaço definido a partir de relações de poder, como campo de forças, seu significado se dá antes pelas relações sociais sobre o espaço, dando ênfase nas relações sociais para não transformar o território em coisa, sendo encarado como uma rede de

relações com complexidade interna e um limite com o externo (as relações sociais, como relações de poder se tornam evidentes na leitura do capítulo 3, quando falamos do planejamento territorial com recorte nas áreas comunitárias); 3) seguindo o caráter político, o território em vinculação estreita com o poder como dominação e apropriação na realização de funções e produção de significados, que vão atravessar toda a construção da pesquisa, articulando diferentes dimensões e escalas.

O autor então constata um deslocamento metodológico no afastamento do pensamento marxista mais ortodoxo, da economia política, onde a produção social do espaço é lida na produção capitalista do valor e suas contradições. Mesmo assim destaca ainda muita confusão sobre o uso do conceito sendo usado ora como sinônimo de espaço, ora como privilégio da dimensão política.

> O que as novas formulações do conceito de território, inspiradas em novas teorias da ação, do poder e da política, acrescentam é outra leitura da espacialidade em suas expressões políticas e conflitivas, outra leitura dos sujeito e dos conflitos que extrapolam as ideias de dominação de classe, lutas de classe, contradição entre valor de troca e valor de uso etc. (Cruz, 2020, p.158).

Ir além da tradição marxisita não significa ignorar a luta de classes, mas ler esses fenômenos a partir de outras perspectivas ontológicas e metodológicas, implicando assim em deslocamentos analíticos. A partir da produção social do espaço,

> nem toda relação de poder é uma relação de produção ou dela deriva necessariamente, nem toda disputa ou conflito territorial é uma expressão direta das lutas de classe. O fenômeno do poder e da política é mais amplo e complexo do que as relações e os processos de produção e as lutas de classe. (Cruz, 2020, p.160).

Assim afirma a necessidade de uma leitura ampla de poder, presente em todas as relações sociais, escalas, espaços-tempos, não havendo isenção de poder nem nada fora do poder que vai assumir diversas formas, imbricadas em redes complexas "que definem diferentes formas, modalidades, tecnologias desgoverno no/do espaço, ou seja, formas de 'conduzir condutas' de uns grupos sobre os outros (relações entre classes, grupos étnico-raciais, gêneros, sexualidade, grupos culturais, religiosos etc.)." (Cruz, 2020, p.161). Se definem então diversas formas de dominação como capitalismo, colonialismo etc. e de resistência. Dessa maneira também se complexifica a definição de sujeito, para além da identidade de classe.

> Nessa perspectiva não há um sujeito constituído a priori, mas um sujeito que se constitui a partir das relações de poder, conflito e luta, a partir dos diferentes processos de classificação social, tendo as mais diversas formas de expressão, como classe, raça, gênero, etnia, tribo, comunidade, etc. (Cruz, 2020, p.162).

Assim se constata um deslocamento da centralidade do conceito de trabalho para uma leitura a partir das relações e práticas de poder, não só pelas relações de produção e também não só pela afirmação de relações de significação e simbólicas.

> Nesse registro, fazer uma leitura da ação/práticas territorializadas significa analisar os conflitos, as disputas, os afrontamentos nas suas mais diversas expressões, dimensões e escalas, que vão da macropolítica à micropolítica, dos poderes molares até suas manifestações moleculares e microfísicas, que transversalizam os diferentes campos da vida social em diferentes contextos, situações, escalas e recortes espaciais. (Cruz, 2020, p.162).

Segundo o autor, uma abordagem territorial na geografia, ao analisar o território como uma construção histórica e relacional, incorpora o movimento, o tempo, temporalidades, durações e ritmos nos processos de construção de territórios. Esses se tornam redes de relações e práticas espaciais de poder. "Sendo assim, o papel do pesquisador é, portanto, analisar a história das tramas de relações que produzem um território em uma determinada situação." (Cruz, 2020, p.163). O território como pluralidade de agentes hegemônicos e subalternizados com seus respectivos processos de des-territorialização, sem monopólio de um em específico. "Os contextos concretos nos obrigam a perceber que tipos de processos estamos analisando e quais os sentidos de território para os agentes em cada situação concreta específica." (Cruz, 2020, p.163). Constatando um consenso sobre o vínculo do território com o poder e a política, se destaca a multidimensionalidade dessa, desde uma amplitude até a imbricação com outras dimensões (econômica, natureza, direito, cultura, técnica, etc.). Assim o conflito, como ponto de partida, revela diferentes sentidos de território, a partir de diferentes racionalidades e práticas espaciais, usos e significação do território, que podem ser incompatíveis, são múltiplas formas de denominações, resistências, conflitos e emancipações, devido à multidimensionalidade do poder.

Considera-se também a multiescalaridade e diversidade de arranjos espaço-temporais e processos de des-territorialização, em múltiplos tempos (séculos a horas) e múltiplos espaços (moleculares a mundiais), sendo estáveis ou instáveis e cíclicos. Assim, busca-se compreender os territórios dentro de um jogo de escalas envolvidas em um processo concreto específico.

Montenegro Gómez (2006) destaca a escala geográfica, como conceito relacional, uma "categoria privilegiada de análise de relações de poder e da diferença espacial" (Montenegro Gómez, 2006, p.233). Implica a possibilidade de analisar a capacidade de saltos escalares onde as disputas de poder se dão desde a escala do corpo até a escala global e vice-versa. Smith (2000) afirma que a delimitação de escalas serve a um sentido pragmático e não definitivo, importando que sua construção é ativa e constante, e suas relações e trocas são vivas, o que se reflete na possibilidade de "saltar" escalas. Histórica e socialmente produzidas, quanto às

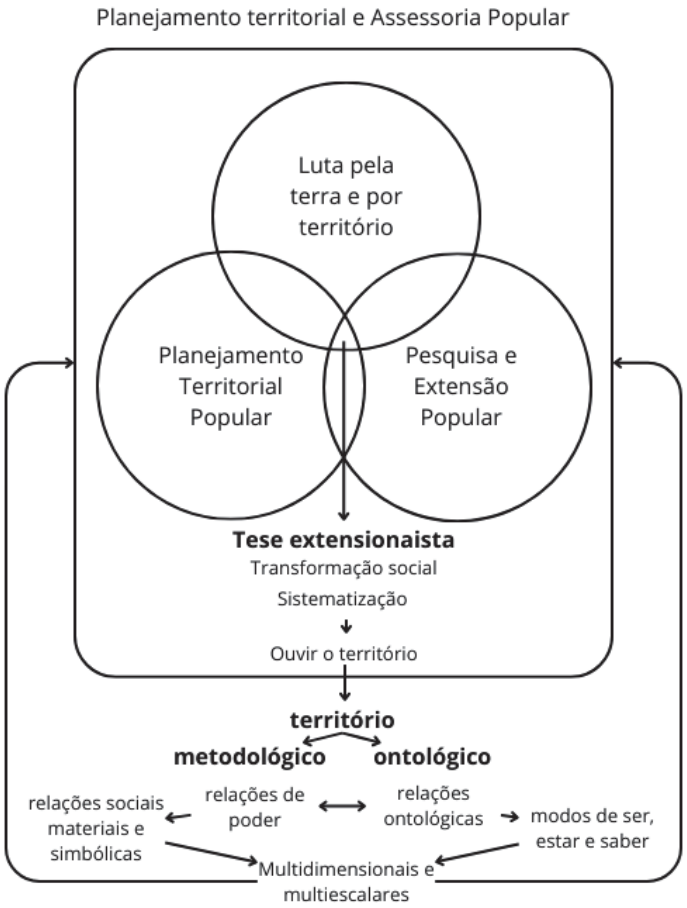
relações de poder, a escala permite olhar para as reconfigurações e geometrias de poder, enquanto na diferenciação espacial "são tipos de espaços que possuem características diferenciadas. [...] Percorrer essas diferenças nos leva a compor uma imagem de domínio mais complexa e aprofundada." (Montenegro Gómez, 2006, p.237).

A relação entre escalas estabelece uma hierarquização móvel e dinâmica, formando desenhos de acordo com os tipos de relações que estabelecem, o grau de fluidez e flexibilidade. "A análise escalar, como instrumento de apreensão da complexidade social, deve abordar as escalas que estão envolvidas na construção e explicação de um fenômeno, mas a partir do processo mesmo, não de escalas-recipientes pré-estabelecidas" (Montenegro Gómez, 2006, p.255). Geram-se assim diversos arranjos espaços-temporais desde uma continuidade e contiguidade espacial, em zonas, até arranjos reticulares em territórios-redes. "A tarefa do pesquisador é, desse modo, desvendar os jogos de escala, os arranjos espaço-temporais e as morfologias de cada processo de desterritorialização estudado." (Cruz, 2020, p.166).

> Assim sendo, entender as tramas de relações e práticas espaciais de poder, que são os processos de des-territorialização, significa, entre outras coisas, entender os arranjos normativos que definem as formas de controle e os usos econômicos, sociais, políticos, militares, ecológicos do território em questão. (Cruz, 2020, p.167).

O esquema da figura 5 complementa a perspectiva da leitura a partir do território como metodologia onde temos as relações ontológicas como relações de poder, complexificadas, junto com a compreensão de conflito e dos sujeitos envolvidos, na multidimensionalidade e multiescalaridade. Assim se configura a análise da realidade como disputa entre mundos, em defesa da vida, que se contextualiza na luta pela terra e pelo território, através do conflito na comunidade Maria Rosa do Contestado. O objetivo é evidenciar como essa luta acontece e se fortalece na consolidação de um território, na autonomia da comunidade sobre o mesmo.

FIGURA 5 - Esquema básico do território metodológico e ontológico na análise multidimensional e multiescalar no contexto do Planejamento Territorial e Assessoria Popular na luta pela terra expressa a partir do conflito em torno da comunidade Maria Rosa do Contestado.



Fonte: O autor.

Um breve histórico e a complexificação da luta pela terra (e território)

Esta pesquisa, ao centralizar na atuação do coletivo PLANTEAR com a comunidade Maria Rosa do Contestado, se realiza na construção dos estudos técnicos para o processo judicial do conflito e na construção do planejamento territorial popular junto à comunidade. Ao redor dessa experiência delimita-se o contexto da questão agrária, mais especificamente no estado do Paraná, marcando a luta pela terra que passa por mudanças e ressignificações relacionadas à atualização da questão agrária e à autonomia das comunidades em seus territórios (Roos et al., 2021) na luta por uma Reforma Agrária Popular (MST, 2014).

Pautas de qualidade de vida e infraestrutura no campo estão presentes na luta pela terra desde a organização de sindicatos rurais, entre os anos de 1950 e 1964, quando se buscava a inclusão da agricultura nas organizações sindicais (Medeiros, 2010), nas reivindicações da extensão dos direitos trabalhistas urbanos para os trabalhadores do campo, que a autora chama de antecedentes da luta pela terra. Também na sua continuidade no período de democratização

pós-guerra com a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), articulando as organizações de posseiros, meeiros, arrendatários, rendeiros, e a atuação das primeiras organizações das Ligas Camponesas[33] e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura[34]) na luta por melhores condições de acesso e permanência na terra.

> Além das demandas que envolviam mais diretamente as condições de trabalho, também era possível constatar outras referentes às condições de vida, como criação de ambulatórios médicos e dentários, escolas de alfabetização, construção de fossas sanitárias. Também apareciam reclamos em torno dos direitos sociais, envolvendo aposentadoria, seguro e previdência social, garantias já obtidas pelos trabalhadores urbanos, mas não existentes para os trabalhadores do campo. (Medeiros, 2010, p.120).

Porto-Gonçalves (2005) destaca que há uma importante mudança de escala geográfica da questão agrária na organização das Ligas Camponesas, CONTAG e sindicatos rurais construindo uma identidade nacional sobre a "enorme diversidade geo-socio-cultural de nosso mundo rural" (Porto-Gonçalves, 2005, p.8). Rompem "com o poder regionalizado das oligarquias latifundiárias, historicamente constituído em torno das unidades políticas provinciais, hoje estaduais, e, assim, colocam o debate acerca da Reforma Agrária no plano nacional." (Porto-Gonçalves, 2005, p.10).

Medeiros (2010) destaca que, com a chegada da Igreja Católica[35] na luta pela terra, na década de 1960, os direitos sociais vão ser mais explicitamente pautados, "previdência social, educação e saúde pública, assistência médica e hospitalar, alfabetização e educação." (Medeiros, 2010, p.121) numa tentativa para que não seja centralizada na luta de classes. Em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural é aprovado, reconhecendo seus direitos sociais. Com o Estatuto da Terra, promulgado após o golpe ditatorial de 1964, alguns daqueles direitos sociais foram retirados ao mesmo tempo que estabelecia a função social da propriedade, sendo um marco normativo até os dias atuais na atuação do INCRA.

O Estatuto da Terra criou o Instituto Brasilseiro de Reforma Agrária (IBRA) que, em 1966, lançou um plano quinquenal (1967-1971) com metas de desenvolvimento com projetos de cadastramento e tributação, regularização de títulos de domínio e discriminação de terras, envolvendo as da união e as devolutas, prevendo o desmenbramento de grandes imóveis e

[33] As Ligas Camponesas tiveram início em 1955, com a aproximação dos trabalhadores rurais organizados com o Partido Socialista Brasileiro (Porto-Gonçalves, 2005).
[34] Segundo o site oficial da CONTAG (ww2.contag.org.br) seu primeiro congresso foi realizado em 1963.
[35] Segundo Medeiros (2010) a Igreja Católica passa a intervir no campo, apoiando a reforma agrária e a sindicalização dos trabalhadores.

desapropriação de terras, visando a criação de núcleos agrícolas da reforma agrária (IBRA, 1966). Dentre os projetos destaca-se o de promoção agrária onde se prevê ações para o desenvolvimento da comunidade, áreas de demonstração de técnicas e manejo, extensão rural, assistência técnica e crédito, industrialização e beneficiamento, obras de infraestrutura (de caráter produtivo) e comercialização (pensando em cooperativas).

Segundo Medeiros (2010) a repressão da ditadura militar desmobilizou e enfraqueceu a capacidade de reivindicação organizada dos trabalhadores rurais e promovendo a rápida modernização agrícola, atendendo os interesses dos empresários rurais, grande parte dos trabalhadores foram deslocados para as periferias das cidades. Na década de 1970 as ações governamentais voltadas para os trabalhadores rurais reconfiguraram os sindicatos como instância de acesso aos benefícios implementados, em contraposição ao caráter sindical de organização da luta. A maior presença do Estado no campo limitou as atuações de lideranças locais. Ainda nos anos de 1970 a autora destaca a adesão da à Teologia da libertação pela Igreja Católica promovendo a socialização de direitos através do trabalho pastoral e das Comunidades Eclesiais de Base, principalmente onde não havia sindicato. Com uma leitura bíblica renovada na luta pela terra, colocando seu acesso como um direito que remetia à caminhada do povo hebreu à Terra Prometida, foram estimuladas as oposições sindicais, pautadas pela valorização da participação e organização dos trabalhadores. Em 1975 a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) exercendo importante mediação dos conflitos fundiários.

Porto-Gonçalves (2005) resgata a diversidade de grupos que surgem na construção de processos de resistência diante do acelerado processo de desenvolvimento imposto nos anos 1970 dentre os quais, povos da floresta, seringueiros, atingidos por barragens, quilombolas e indígenas que vão inserir no campo a luta pela demarcação dos territórios. Assim o início da década de 1980 foi marcada por um novo ciclo de lutas com novas mediações de conflitos, novos temas, e novas categorias sociais decorrentes dos efeitos sociais e políticos da construção de grandes usinas hidrelétricas, destruição das matas habitadas por populações indígenas e tradicionais, além do impacto da modernização da agricultura (Medeiros, 2010). A reforma agrária como bandeira de luta retomou centralidade com novas identidades e organizações que questionaram a categoria de trabalhador rural, como os sem-terra, os atingidos por barragens, os seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, que criaram novas formas de luta contra os efeitos da modernização (Medeiros, 2010; Cruz, 2013; Roos et al., 2021). São “novos” movimentos sociais que “lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais

como elementos de ‘r-existência’ das ‘comunidades tradicionais’.” (Cruz, 2013, p.125). Assim trouxeram novos repertórios de ações coletivas, atualização das referências legais, reivindicação do Estatuto da Terra, novas interpretações da lei, novos direitos e inovações nas leis vigentes.

Roos et al. (2021) destacam que

> nos últimos anos, além dos movimentos sociais que tradicionalmente têm se mobilizado por essas pautas de justiça redistributiva (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, ou alguns sindicatos rurais), outros foram nascendo ou se fortalecendo para reivindicar pautas ligadas a uma justiça que reconheça “um mundo onde caibam muitos mundos” (Roos et al. 2021, p.36).

Ao olhar para o giro territorial das lutas dos movimentos sociais latino americanos, no anos de 1980, Cruz (2013) aponta o (re)surgimento do território como categoria de análise e categoria da práxis, se transformando num catalisador das lutas por reconhecimento do território que, na América Latina, emergem com novos sujeitos da luta pela terra e território, promovendo a atualização da questão agrária (Roos et al. 2021). Os “movimentos sociais do mundo rural buscam afirmar suas diferenças por meio do direito ao território.” (Cruz, 2013, p.122). Diferenciam-se contextos como lutas pela redistribuição de terra e lutas por reconhecimento do território onde as pautas se intensificam e se ressignificam continuamente. Porto-Gonçalves (2005) destaca a presença da experiência da diferença nos movimentos sociais e o desafio de unificar as lutas contra o capital nacional-globalizado.

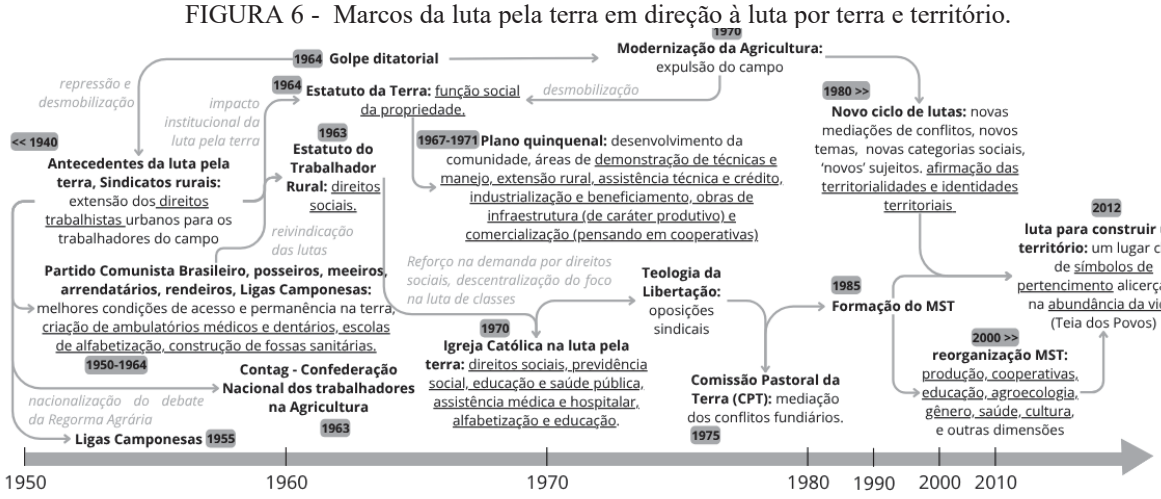
Assim articulam-se nesses novos e velhos atores, onde a re-orientação da luta pela terra vai ganhando densidade territorial. Nesse sentido direcionamos o contexto para as lutas promovidas pelo MST que surge, a nível nacional, em 1984, na luta pela Reforma Agrária e contra o latifúndio. O Movimento se (re)organiza historicamente, principalmente a partir do final dos anos 2000, na mobilização da produção, cooperativas, educação, agroecologia, gênero, saúde, cultura, e outras dimensões, que tomam forma na proposta da Reforma Agrária Popular (MST, 2014). Essas dimensões ganham materialidade e se aprofundam na medida que os assentamentos tomam para si sua implementação nos assentamentos fortalecendo uma autonomia territorial, diante da permanente ausência do Estado no apoio adequado. Ao mesmo tempo, na dimensão política institucional travam a disputa por políticas que regulamentam a implementação de assentamentos. O “MST tem assumido a mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos” (Porto-Gonçalves, 2005, p.17). Não sem contradições, o Movimento, segundo o autor, tem mobilizado a nível nacional uma diversidade de sujeitos da luta pela terra, atuando de forma ambígua entre a reforma e a revolução, entre a institucionalidade e a autonomia.

No contexto desta tese, constatamos esse movimento nos acampamentos, mais próximo da autonomia, para consolidar a organização territorial como estratégia de luta. São experiências que se concretizam diante da ineficiência da Reforma Agrária, dentre elas a comunidade Maria Rosa do Contestado, que ampliam, na nossa leitura, a ressignificação das lutas por redistribuição por terra, para a luta por terra e território (Ferreira e Felício, 2021), por outros mundos como uma luta ontológica (Porto-Gonçalves, 2006, Escobar, 2016).

Destacamos, como referência, mobilizações mais recentes que reivindicam a autonomia territorial, a Teia dos Povos. É uma articulação que surge na Bahia, em 2012, em torno da agroecologia e sementes crioulas, com atuação de assentados do MST, na referência de Mestre Joelson Ferreira, com povos indígenas, quilombolas e outros movimentos que atualmente congrega uma diversidade de grupos, coletivos, entidades povos e comunidades, que Ferreira e Felício (2021) chamam de Grande aliança Preta, Indígena e Popular, dando sentido amplo para a luta por Terra e Território, buscando uma unidade a partir da pluriversidade de sujeitos.

> E é por isso que passamos de uma luta para obter um pedaço de terra para a concepção de lutar para construir um território. Porque uma coisa é você ter um lote de 10 hectares de terra, outra coisa é você viver em um território com matas, lajeados, rios, lagos, etc. Quando pensamos em território, não estamos falando de um quadrado ou de uma demarcação com determinado aspecto. Estamos falando de um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância da vida. (Ferreira e Felício, 2021, p.43).

FIGURA 6 - Marcos da luta pela terra em direção à luta por terra e território.



Fonte: O autor.

Os marcos apontados nesse breve resgate histórico (figura 6) não esgotam a multiplicidade da luta pela terra desde os anos de 1950, mas esboçam alguns aspectos que se ressignificam historicamente a permanente disputa entre os movimentos sociais e o Estado para a implementação da Reforma Agrária e a criação de assentamentos. Assim, a conquista de um assentamento não significa o fim da luta. A implementação e a permanência na terra são

disputadas com a institucionalidade do Estado, na ineficiência e na atuação em favor de uma perspectiva fragmentada e produtivista de assentamento. A partir da qual vai se evidenciar um tensionamento constante com a construção a partir do território no conflito da comunidade Maria Rosa do Contestado, seja na disputa jurídica como no planejamento territorial, mas também como questão histórica na disputa por uma política de Reforma Agrária para além da conquista da terra.

Barreiras na criação de assentamentos da Reforma Agrária

As demandas levantadas durante o planejamento na comunidade Maria Rosa do Contestado são, em grande parte, reivindicação da luta pela terra, de forma ampla, desde seus antecedentes mas, para além disso, são reconhecidas como necessárias e planejadas institucionalmente desde as primeiras tentativas de Reforma Agrária, porém nunca implementadas de forma efetiva até os dias atuais. Pereira (2023) destaca que após o estabelecimento da Constituição Federal de 88, a lei 8.629 de 1993, Lei da Reforma Agrária, foi criada para contemplar a demanda de regulamentação de assentamentos seguindo o modelo vigente da agricultura moderna.

A Constituição de 1988 contempla a desapropriação de terras improdutivas, que não cumpram sua função social (artigos 184 e 186), com garantias aos pequenos produtores e à propriedade produtiva, indenizando-os com títulos da dívida agrária, enquanto benfeitorias são pagas em dinheiro, estabelecendo um rito sumário de transferências isentas de impostos. O Art. 185 protege a pequena e média propriedade e as terras produtivas da desapropriação Já o Art. 187 vincula a política agrícola à reforma agrária, priorizando crédito, assistência técnica e infraestrutura rural. O Art. 188 direciona terras públicas e devolutas para a reforma agrária, dispensando aprovação do Congresso para doações neste fim. Por fim, o Art. 191 reconhece a usucapião rural para quem trabalha a terra, consolidando direitos de posseiros.

A Lei da Reforma Agrária (Lei nº 8.629/1993) regulamentar estes dispositivos constitucionais detalhando a definição e os critérios para avaliar se uma propriedade cumpre sua função social, incluindo: grau de utilização da terra (exigindo produtividade mínima); respeito às leis ambientais e trabalhistas; bem-estar dos trabalhadores rurais. Se a terra não atender a esses requisitos, torna-se passível de desapropriação. A lei também estabelece que terras improdutivas, devolutas ou griladas devem ser priorizadas na reforma agrária e regulamenta o rito sumário para desapropriação, definindo como declarar o interesse social da

propriedade e formas de indenização. Reforça a intangibilidade da pequena e média propriedade rural e da terra produtiva, impedindo sua desapropriação, desde que cumpram sua função social. A lei assegura que a reforma agrária seja integrada a políticas de crédito rural, assistência técnica e infraestrutura, conforme exige a Constituição.

Pereira (2023) também destaca a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985 com o objetivo de assentar 1,4 milhões de famílias, porém sem sucesso terminou com 140 mil famílias assentadas. São aspectos que permaneceram no início do governo Lula em 2003, com o II PNRA, que reduziu a meta de famílias assentadas, e ampliou o apoio integral ao agronegócio.

O INCRA define um rito de implementação de assentamentos nos anos de 1990, com etapas (figura 7) de implantação, desenvolvimento e consolidação, na Lei 8.629 de 1993 com amparo na Constituição Federal no capítulo III, título VII, para contenção de conflitos sem mexer na estrutura fundiária. O "planejamento dos territórios de reforma agrária adquiriu maior definição por meio das etapas de implementação" (Pereira, 2023, p.99).

FIGURA 7 - Etapas da Reforma Agrária - INCRA.

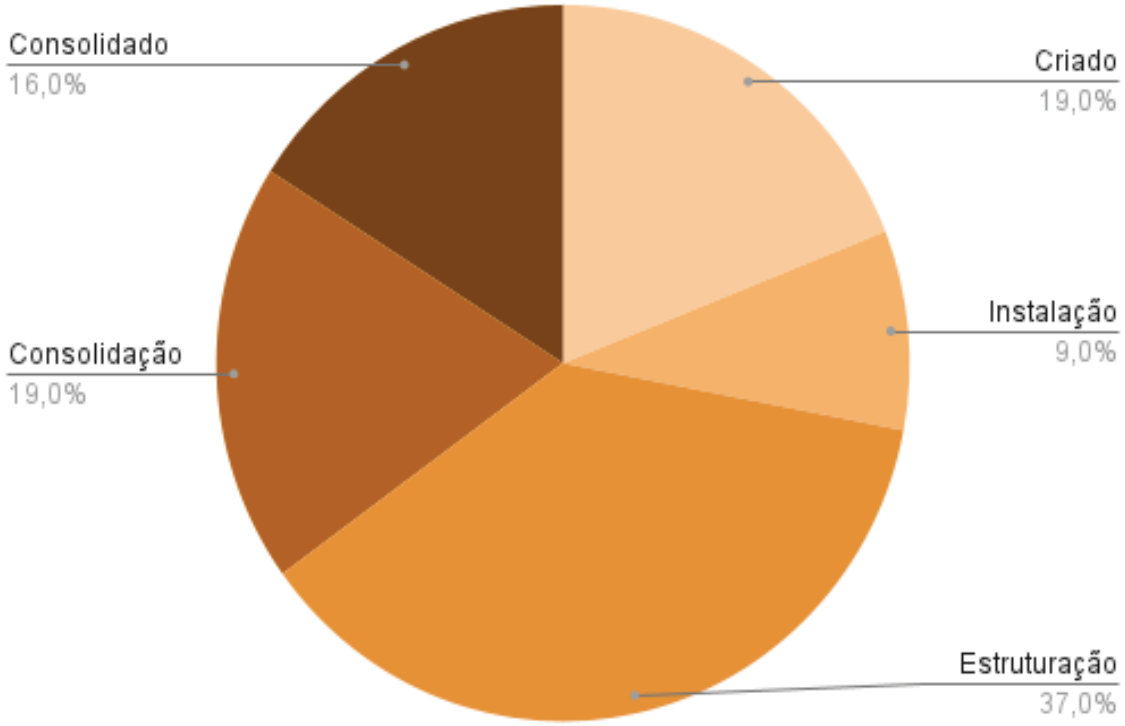
Fonte: Pereira (2023, p.99).

No Paraná, até 2022, são 338 projetos de assentamento, em diferentes situações das fases de criação divididas em três etapas: 1) Implantação de assentamentos que contempla as fases de obtenção do imóvel (fase 1), pré-projeto (fase 2) com a seleção das famílias, e criação do assentamento (fase 3); 2) Desenvolvimento de assentamentos que contempla as fases de criado (fase 4), com emissão da CCU, instalação (fase 5), a partir do crédito inicial, estruturação (fase 6), com a construção da infraestrutura, e consolidação (fase 7), com atuação de assessorias; 3)

Consolidação de Assentamentos incluindo a fase de consolidado (fase 8), porém que pode ser ainda cancelado (fase 9) e/ou revogado (fase 10). Ainda existe uma fase anterior a essas etapas não formal mas essencial à implementação da Reforma Agrária que é a ocupação da terra, pois, historicamente, sem ela não haveria a materialização dessa política (Germani, 1993).

A "maioria não alcançou a fase 07, de assentamento consolidado, evidenciando processos de estagnação e/ou interrupção da política de reforma agrária" (Pereira, 2023, p.105). Ampliando a análise da autora, a partir dos mesmos dados com a última atualização em 2024, segundo o portal de dados da instituição (INCRA, 2024), verifica-se (gráfico 1) que no estado do Paraná 16% dos assentamentos estão como consolidados, 19% em consolidação, a maioria está em fase de estruturação (37%), 9% em fase de instalação e 19% na fase "Criado"

GRÁFICO 1 - Proporção das fases dos assentamentos no estado do Paraná.

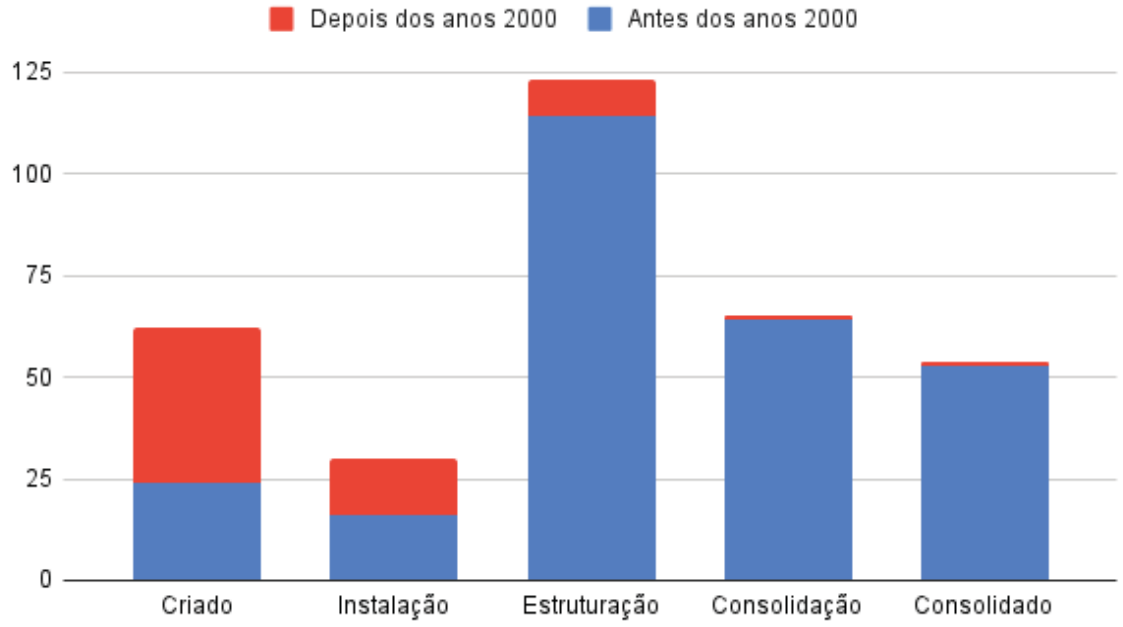


Fonte: adaptado pelo autor a partir dos dados do INCRA (2024).

O caráter de estagnação é reforçado, assim, como a falta de interesse político, histórico na política da Reforma Agrária. Olhando para cada fase diferenciou-se aqueles assentamentos com data de obtenção antes e depois do ano 2000. Evidencia-se ainda mais (gráfico 2) o caráter apontado, entendendo que no estado do Paraná assentamentos em fase de estruturação, consolidação ou consolidados são, quase que na sua totalidade, prévios aos anos 2000, sendo a mais antiga obtenção de terras registrada no ano de 1981. Dos consolidados o mais recente é

de 2001, enquanto entre os criados o mais recente é de 2016. Enquanto se escrevem estas páginas ainda aguardamos o início da implantação oficial do Assentamento Maria Rosa do Contestado, reconhecido publicamente pelo INCRA como projeto de assentamento em 2023.

GRÁFICO 2 - Proporção das fases dos assentamentos no estado do Paraná e ano de obtenção.



Fonte: Adaptado pelo autor com dados do INCRA (2024).

Após a instalação das famílias com o crédito inicial para garantir a subsistência, a continuidade dos investimentos em infraestrutura se dá na construção do PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento) como um diagnóstico da realidade local e propostas de viabilização do assentamento. Olhando para o roteiro de elaboração do PDA, anexado à Norma de Execução nº 2 do INCRA de 2021, a Pereira (2023) aponta uma orientação "com uma caracterização focada nas questões produtivas e de 'uma caracterização ambiental'" (Pereira, 2023, p.107). Essa última entendida como cumprimento da legislação, numa perspectiva conservadora, voltada à preservação e conservação.

Bertolini e Carneiro (2007) destacam que, na criação dos assentamentos da reforma agrária, entre as instruções de planejamento do INCRA, com foco nos aspectos produtivos e uso dos recursos naturais, e o planejamento pensado pelo MST, com centralidade da vida numa visão sistêmica, inúmeras formas de organização se formam, portanto, inúmeros desenhos também. Os autores destacam dentre os métodos de organização das moradias, o voltado ao lote individual, também chamado de "quadrado-burro" na sua histórica aplicação desvinculada do território (Hora et al., 2019), a agrovila e o "raio-de-sol". Segundo os autores a lógica de

planejamento convencional, esse baseado na lógica "quadrado burro" que reflete uma malha ortogonal sobre o terreno, "ignorando elementos naturais e os elementos potenciais de solidariedade, ajuda mútua e cooperação." (Hora et al., 2019, p.146).

> Nesta época, os PDAs se constituíam como instrumento essencialmente tecnocrático, elaborado por profissionais da EMATER, apresentando uma proposta de divisão dos lotes e do número de famílias que podiam ser assentadas, a partir de índices padronizados de produtividade e da área considerada disponível para produção na propriedade ocupada. Esta proposta geralmente contava com pouca participação dos assentados e não havia debate sobre alternativas de produção coletiva, utilização produtiva de áreas de preservação com manejo florestal e outras soluções que qualificassem o plano de assentamento. Neste contexto, lideranças e militantes do MST reivindicavam novas formas de planejamento. (Faria e Pontes, 2016, p.4)

Faria e Pontes (2016) relatam sua experiência, em 1999, da construção do plano de desenvolvimento do Assentamento Contestado no município da Lapa (PR) para contrapor o PDA desenvolvido pelo Estado, especificamente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Os autores destacam que a experiência evidenciou a possibilidade de planos de assentamento a partir dos próprios assentados o que respaldou a mobilização do MST para que os PDAs, deixassem de ser feitos, a partir de 2001, pela EMATER, para serem realizados com outras parcerias e, a partir de 2004, pela cooperativa do próprio Movimento. A atuação de cooperativas do MST no planejamento dos assentamentos se insere num contexto de amplo debate e formação, a nível nacional, do Movimento sobre a organização dos seus assentamentos, com preocupações que existiam desde seus primeiros anos de existência e se ampliaram ao longo dos anos.

Formação e desenvolvimento de assentamentos do MST

O Caderno de Formação nº 10 do MST (Fernandes, 1986), escrito desde a Comissão Nacional dos Assentados do movimento, é um documento que trata de forma ampla direcionamentos para a organização de assentamentos. Tratando desde os níveis organizativos do Movimento, a importância da continuidade da vinculação após a conquista do assentamento e a relação com a luta sindical, o documento traz o levantamento de assentamentos no Brasil, adentrando então em questões internas e organização dos assentados, como questões documentais de posse, o sentido da coletividade e disputa com a propriedade individual isolada imposta pelo INCRA.

Destaca-se o sentido da luta coletiva no termo da "Cooperação Agrícola" destacando formas de associação de formação de cooperativas, de mutirões. Além disso, o documento traz um "Programa de usos de tecnologias alternativas" para a produção de alimentos em equilíbrio

com a natureza, desde os saberes tradicionais dos agricultores com a conservação do solo, reflorestamento, máquinas e culturas adaptadas, variedades, plantio em consórcio, planejamento de entrada e saída de energia no sistema e manejo natural de pragas, em oposição ao modelo de produção que se impunha da produção capitalista baseada na monocultura, dependência de insumos e uso de veneno.

O caderno de cooperação agrícola nº 10, lançado em 2001 (CONCRAB, 2001), direcionado a lideranças dos acampamentos, traz alguns direcionamentos para a construção do projeto para novos assentamentos, "O que levar em conta para o novo assentamento". Neste caderno se aborda desde os desafios que surgem na organização de um projeto quando se juntam diferentes sujeitos e sujeitas, de origens e histórias diferentes, em um contexto de intensa ação e participação que é o acampamento. O texto traz sete ações básicas para serem discutidas entre os acampados e as acampadas sintetizadas a partir das múltiplas experiências e erros acumulados nos anos anteriores de organização de assentamentos. Em ampla medida são debates que coincidem com os levantamentos construídos na comunidade Maria Rosa, buscando: 1) a construção do sentido da organização coletiva; 2) a formação dos núcleos de base; 3) a organização diante do sorteio das famílias para as áreas definitivas; 4) a divisão dos trabalhos; 5) o planejamento da produção; 6) o planejamento da cooperativa; 7) a continuidade da formação.

Cada ação se desdobra em subitens específicos, porém o destaque está para o item do controle político do corte do terreno: "temos de ter o controle político sobre o projeto de assentamento e do corte da área pois ele será o motor das discussões internas do acampamento e a ferramenta para garantir o que foi discutido e aprovado na nossa base." (CONCRAB, 2001, p.8). O corte do terreno é a divisão das áreas de moradia, comunitárias e produção. Diante dessa importância, o texto ainda destaca a tendência do INCRA em terceirizar esse processo, como também apontam Bertolini e Carneiro (2007).

> Porém esse serviço, comumente terceirizado, apresenta como resultado um volume extenso arquivado nas sedes regionais do INCRA, não havendo acompanhamento posterior. Ainda que os trabalhadores sem-terra pressionem o governo para realizar o parcelamento e a distribuição dos créditos, o histórico de atuação governamental no planejamento do assentamento ocorre de forma impositiva, não havendo maior participação da comunidade local. (Bertolini e Carneiro, 2007, p.207).

Destaca-se ainda o apontamento (CONCRAB, 2001) para criar formas de prevalecer a equidade de gênero, desde as formas organizativas dos núcleos à produção, e a criação de oportunidade para os jovens a partir da produção baseada na cooperação, com o cuidado para

que a dimensão produtiva não prevaleça sobre as outras. A dimensão ambiental dos direcionamentos vai aparecer principalmente nas sugestões sobre as técnicas de produção, fazendo a contraposição à monocultura capitalista, a agroecologia aparece como opção para a construção de um outro modelo de produção.

> Assim a agroecologia deverá orientar as nossas atividades produtivas. Deveremos buscar condições para que os(as) assentados(as) se qualifiquem e dominem os princípios e as práticas agroecológicas, buscando construir um novo modelo de produção, que nos ajude na edificação de um novo ser social. (CONCRAB, 2001, p.17).

O documento ainda traz alguns tópicos complementares, como serviços internos, educação (ciranda infantil e alfabetização de jovens e adultos), infraestrutura social (parques, igrejas, convivência, celebração, o reforço da cooperação agrícola), a religiosidade (na sua diversidade porém relacionada a emancipação da luta), memórias e símbolos da luta (conservar locais históricos, celebrar as colheitas e organizar feiras da reforma agrária), embelezamento (indicando uma série de padrões, estética das organizações), motivação ideológica, manifestações artísticas e culturais (alertando para a negligência passada desse aspecto e como alguns assentamentos foram impactados), hábitos de saúde e a luta das massas.

O documento finaliza com algumas orientações sobre a forma de conduzir todo o processo.

> O fundamental é: Envolver a todas as famílias (estudo e discussão deve ser massivo); Mais do que falar/apresentar propostas, teremos de ouvir as famílias e seus desejos/intenções; Não ter pressa. Entender como um processo de amadurecimento e internalização da proposta por cada família; Realizar os estudos, reuniões, assembléias o tanto quanto for necessária para a boa compreensão das propostas do novo assentamento; Amarrar encaminhamentos e os acordos finais serem registrados em ata ou em forma de um regimento interno do futuro assentamento. (CONCRAB, 2001, p.26).

Os aspectos levantados a partir do caderno da CONCRAB (2001) fundamentam um processo de reorganização nacional do Movimento onde se formam cooperativas dentro do movimento para prestação de serviços na construção dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs). Pereira (2023) destaca o Método de Validação Progressiva desenvolvido nesse contexto como marco científico para o MST, importante diante dos processos participativos mal executados pelo INCRA.

> Uma das características centrais do MVP é a sua proposta de iniciar a elaboração do plano a partir dos desejos, aspirações e da esperança de mudança da população envolvida, rompendo com a cultura ortodoxa de se iniciar a elaboração de planos, programas e projetos pelos estudos e pesquisa sobre a realidade objetiva da população envolvida. (Carvalho, 2003, p.4).

Um pressuposto do MVP, segundo Carvalho (2003), é que os sujeitos sabem o que querem, com cenários futuros já traçados com maior ou menor precisão, podendo ser de natureza mágica, religiosa, do senso comum ou técnico-científica, sua concretização é pensada após sua externalização. Assim a antecipação do futuro não deve prescindir dos desejos, sonhos e utopias. São dimensões que fogem ao planejamento convencional focado em soluções objetivas atreladas à racionalidade econômica capitalista do uso da terra, perspectiva inadequada, segundo o autor, ao contexto do campesinato. "Poder-se-ia afirmar que o camponês e o pequeno agricultor familiar inserem-se em outro paradigma explicativo da sua realidade, ainda que imersos no mundo capitalista." (Carvalho, 2009, p.6).

Destaca ainda a importância da participação social das famílias no planejamento, na garantia dos tempos necessários para essa possibilidade. Ao contrário, se tem uma perspectiva da participação como disponibilidade total das famílias sempre que são convocadas. Assim, a participação é plena de contradições superadas na própria prática. A "participação é um processo social de conquista continuada da presença de uma pessoa como sujeito perante outra pessoa e ou coletivo social que se comportam também como sujeitos para encontrarem entre si modos comuns de convivência" (Carvalho, 2003, p.10).

Assim se destaca o esforço na formação do MST para garantir a organização dos assentamentos (quadro 3) baseada na coletividade, no controle político e na participação ativa das famílias, mantendo a continuidade da vinculação ao movimento, a formação de núcleos de base e a estruturação de cooperativas e a construção de um modelo produtivo agroecológico em oposição à monocultura capitalista. A equidade de gênero e a inclusão da juventude aparecem também como princípios organizativos, assim como a valorização da cultura, da memória da luta e da infraestrutura social. Com formas sistematizadas de planejamento dos assentamentos como o Método de Validação Progressiva (MVP), se prioriza os desejos e aspirações das famílias assentadas, promovendo uma participação real e estruturada no desenvolvimento e consolidação de territórios da Reforma Agrária.

QUADRO 3 - Aspectos da organização de assentamentos no MST.

Aspectos da organização dos assentamentos no MST com base nos cadernos de formação (Fernandes, 1986; CONCRAB, 2001) e MVP (Carvalho, 2003)
Organização coletiva e política
Continuidade da vinculação ao MST após a conquista do assentamento.
Relação com a luta sindical e importância da cooperação agrícola.
Disputa com o modelo de propriedade individual imposta pelo INCRA.
Controle político sobre o corte do terreno (divisão de áreas de moradia, comunitárias e produção).
Estruturas organizativas
Formação dos núcleos de base.
Sorteio das famílias para as áreas definitivas.
Divisão dos trabalhos e planejamento da produção.
Estruturação de cooperativas.
Uso de tecnologias alternativas e agroecologia
Resgate dos saberes tradicionais na conservação do solo e reflorestamento.
Uso de máquinas e culturas adaptadas, plantio consorciado e manejo natural de pragas.
Oposição à monocultura capitalista e ao uso de venenos.
Agroecologia como modelo produtivo e formador de um novo ser social.
Equidade de gênero e juventude
Inclusão de mulheres na organização dos núcleos e produção.
Criação de oportunidades para jovens dentro do modelo cooperativo.
Garantia de que a dimensão produtiva não se sobreponha a outras.
Dimensões sociais e culturais
Serviços internos: educação (ciranda infantil, alfabetização de jovens e adultos).
Infraestrutura social: parques, igrejas, espaços de convivência e celebração.
Manutenção da religiosidade relacionada à emancipação da luta.
Valorização da memória da luta: preservação de locais históricos e realização de feiras da reforma agrária.
Incentivo a manifestações artísticas e culturais.
Planejamento participativo
Construção dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) de forma coletiva.

Método de Validação Progressiva (MVP): planejamento iniciado pelos desejos e aspirações dos assentados.
Ruptura com a abordagem convencional focada apenas em racionalidade econômica.
Garantia da participação social efetiva das famílias.

Fonte: O autor.

Evidenciou-se o processo contínuo de formação do Movimento na complexificação do entendimento sobre a organização dos territórios de Reforma Agrária, caracterizando assim uma luta para além da redistribuição de terra mas para a construção de outra forma de organização territorial e relação com a terra alternativa à racionalidade produtivista do Estado. Sob essa perspectiva a atuação de cooperativas do Movimento na construção de PDAs vai se caracterizar como uma disputa contra a racionalidade institucional do INCRA.

Aspectos da atuação da Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COTRARA) no Paraná

A incorporação de dimensões de organização comunitária, de saúde, educação, cultura meio ambiente e gênero, acontece na reorganização do MST, nos anos 2000, criando setores de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, Saúde e Gênero, Comunicação e Cultura, Frente de Massas, Direitos Humanos, Educação e Formação, e manifestando também a adoção da Agroecologia. "O Paraná destacou-se dentre as regiões em que muitas lideranças introspectaram a proposta agroecológica e esforçaram-se em difundí-la" (Pereira, 2023, p.134). A autora destaca então as jornadas de agroecologia realizadas anualmente no estado, assim como criação de cursos de nível técnico e superior para a população camponesa na capacitação em Agroecologia, qualificando as discussões internas do MST e reconhecendo o valor do conhecimento tradicional camponês. Foi um período

> intenso em múltiplos sentidos para todos os técnicos no MST-PR, porém também significou muitos acúmulos para tornar uma centralidade e um princípio fundamental a questão da participação decisória da comunidade no planejamento, levando em conta os saberes dos camponeses desde conhecer bem a realidade com as dimensões da formação, da educação e da cultura local, o que permitia um trabalho técnico de planejamento aproximado da realidade, distinto dos processos com o INCRA que não faziam esta aproximação, e resultava em planejamentos baseados em formatos desconexos da realidade. (Pereira, 2023, p.135).

A aproximação com a realidade na valorização dos saberes camponeses, adoção da agroecologia e organização comunitária multidimensional marcou a atuação da COTRARA na construção do planejamento dos assentamentos. A cooperativa surgiu em 2001, num contexto

de difícil diálogo com o governo, num período que, a nível nacional, a partir da CONCRAB, se realizavam formações sobre as formas de organização de assentamentos destacadas nos cadernos de formação, com oficinas nacionais de PDA. Pereira (2023) fez um diálogo com alguns integrantes da cooperativa e evidenciou dimensões essenciais em um processo alternativo de planejamento frente ao PDA convencional:

> sistematizar os conhecimentos camponeses, que esse era um dos eixos principais do trabalho tanto na assistência técnica quanto do PDA: era ouvir as pessoas e sistematizar isso. Então era muito isso aí, a gente conseguiu se inserir nessa dinâmica e acho que a própria vivência que a gente tem até hoje é nesse sentido. De sistematizar os conhecimentos, de se inserir junto e de ouvir. De pegar nosso conhecimento técnico e trazer para a realidade do dia a dia. (Pires, 2021, p.16, apud Pereira, 2023, p.135).

Seguindo o diálogo Pereira (2023) destaca que na atuação da cooperativa nos PDAs o INCRA tinha uma postura formal, sem executá-los de fato, caracterizando uma postura que priorizava o avanço em um etapismo burocrático, ficando a cargo da equipe da COTRARA lidar com conflitos mais concretos, como o número de famílias assentadas. Mesmo assim, havia o entendimento dos mesmos da necessidade de ocupar o espaço que, caso contrário, iria ser preenchido por outra terceirizada, não necessariamente simpática ao movimento.

O grupo de integrantes da cooperativa que dialoga com Pereira (2023) destacam que na adoção da agroecologia houve uma ressignificação no dimensionamento dos assentamentos, a relação das métricas de tamanho de área necessária para as famílias e para a produção. “Atualmente, com as perspectivas da agroecologia, os números mudam expressivamente pois se baseiam em outras relações interseccionadas, como produção/renda, natureza e saberes/características da população.” Pereira, 2023, p.137). Asssim se gerava um tensionamento com as normativas baseadas na perspectiva do quadrado burro. Na experiência da COTRARA, destacou a autora, que pouco conseguiram mudar o desenho engessado que vinha do modelo do INCRA.

O processo de construção e formação do MST é contínuo e se dá em muitas frentes, avançando e retrocedendo em múltiplos caminhos e brechas, não sem contradições, em direção a um projeto de Reforma Agrária Popular. Nos anos 2013 o Movimento lança seu projeto colocando a luta pela terra como uma luta por outro projeto de sociedade. O programa agrário da Reforma Agrária Popular (RAP) sintetiza de maneira ampla as múltiplas dimensões das experiências construídas ao longo dos anos mostrando permanências e inovações da complexidade da luta pela terra e pelo território.

Aspectos e caminhos para a relacionalidade na ampliação da Reforma Agrária Popular

A versão mais recente do Programa Agrário da RAP é do ano de 2025, sendo que a anterior foi publicada em 2013. Não cabe fazer uma comparação entre as duas no sentido de fazer juízo de valor sobre mudanças que tenham sido feitas ou não pois, como constatado, a sua construção se dá sobre uma realidade complexa que exige flexibilidade e ressignificação das dimensões que conduzem a caminhada. Por outro lado, olhar para as duas versões ajuda-nos a contextualizar o movimento da luta pela terra em direção a luta pelo território realizada pelo Movimento.

A luta de classes é um dos aspectos centrais, enxergada como motor para a construção de outra sociedade baseada no socialismo. Percebe-se no programa de 2025 um aspecto mais evidente da experiência da diferença (Porto-Gonçalves, 2005) na medida que ao identificar as classes sociais que protagonizam a luta no campo os povos indígenas não são colocados como classe, mas como povos, cuja luta tem identidade com a luta da classe trabalhadora do campo. O mesmo não acontece com povos e comunidades tradicionais e quilombolas, porém ao longo do documento se reconhece essa diversidade de modos de vida no campo, caracterizando a luta como "disputa de projetos de sociedade, que implica em determinados modos de relação entre os seres humanos, com a produção e reprodução da vida e com os bens naturais, como a terra, a água, os minérios, entre outros." (MST, 2025, p.30). Essa percepção amplia a luta pela terra, um pouco mais próxima da leitura de uma disputa ontológica (Porto-Gonçalves, 2002; Escobar, 2018).

A ampliação também se dá na perspectiva sobre a classe trabalhadora do campo destacando a necessidade de ampliar sua compreensão para além do trabalhador assalariado do campo e da cidade. Precisa

> alcançar as assentadas, assentados, acampadas e acampados da Reforma Agrária, agricultoras e agricultores familiares, pescadoras e pescadores artesanais, trabalhadoras e trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, caboclos, povos da floresta, das águas e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Além do fortalecimento da aliança com os demais sujeitos da classe trabalhadora que estão nas periferias do capitalismo e que, em sua grande maioria, são mulheres, indígenas, LGBTI+, populações negras empobrecidas, especialmente jovens. (MST, 2025, p.35).

O programa aponta uma ressignificação da relação mais ampla entre humano, agricultura e natureza, com a agroecologia valorizando saberes tradicionais, práticas culturais e sociais voltadas para o cuidado, o afeto, a solidariedade e coletividade entre os povos nos seus modos

de vida. A Terra é enxergada como organismo vivo portadora, junto com seus povos, de direitos.

No programa agrário do MST de 2014 a Agroecologia como termo aparece em reivindicações de políticas de incentivo e programas de formação sem elaborar ou vincular explicitamente a prática com as outras dimensões que aparecem no texto. Ao olhar para o programa agrário de 2014, Pereira (2023) destaca uma perspectiva tímida da Agroecologia no documento, marcado pela luta popular contra o agronegócio. Por outro lado, é evidente as transformações, com a incorporação da agroecologia e outras dimensões da vida, desde os anos 2000, quando o movimento debate profundamente o planejamento dos assentamentos. Embora timidamente explicitada na sua complexidade no programa de 2014, é evidente toda a construção que vem fazendo o MST na incorporação da Agroecologia e suas múltiplas relações.

Um exemplo disso é o projeto Flora (Monnerat e Souza, 2015), que aconteceu no Paraná em 2013. O projeto construiu ações de difusão, sistematização, educação ambiental e registro de práticas agroecológicas, buscando a implementação do manejo agroflorestal.

> O Projeto Flora tem se mostrado um caminho importante para fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de 15 anos nas áreas de Reforma Agrária no estado do Paraná, que tem como premissa o manejo ecológico dos agroecossistemas e formas de ação coletiva que possam superar a crise alimentar, civilizatória e ambiental. (Monnerat e Souza, 2015, p.131).

A atuação do projeto se deu em 42 municípios do estado e diante da diversidade de práticas existentes e da potencialidade que o projeto provocou constatou-se a possibilidade da Reforma Agrária como forma de recuperação ambiental e produção de alimentos saudáveis, para além de uma relação estritamente produtiva com a terra. “Mesmo assim, são nessas áreas de reforma agrária que está se (re) construindo o desenho de outro jeito de produzir, em outras bases tecnológicas, em outras relações socioculturais, em outras relações com o meio ambiente.” (Sonda, 2016, p.13). O programa agrário de 2025 reforça a Agroecologia como matriz de produção com a necessidade de massificar a mesma com a produção de tecnologia mecanizada específica para o manejo agroecológico.

O programa de 2014 tem “como fundamentos questões relacionadas à terra, bens da natureza, sementes, produção, energia, educação, cultura, direitos sociais e condições de vida digna.” (Monnerat, 2019, p.58). A autora, que faz uma dedicada pesquisa sobre a questão de gênero em assentamentos e sua importância na organização dos territórios e implementação da agroecologia, reconhece a importância da adoção da perspectiva no programa agrário no

movimento, ainda que não insista na questão de gênero. “O documento reflete um avanço em várias questões relacionadas à concepção de reforma agrária, ao cuidado com os bens comuns, à opção pela agroecologia, mas ainda é tímido em relação às questões de gênero.” (Monnerat, 2019, p.58). O programa de 2014 evidencia a importância da questão de gênero, olhando para a importância do trabalho reprodutivo, como é necessário diminuir a carga e distribuir igualitariamente o trabalho reprodutivo, destacando o combate à discriminação por gênero e o respetio a identidade de gênero e garantia do tratamento social adequado.

Monnerat (2019) mostra a importância e os desafios da organização do Setor de Gênero e como, ao longo dos anos, o seu debate foi se aprofundando e ampliando, desde a formação em massa, jornadas de lutas, encontros nacionais, protagonismos nos diversos setores como educação, saúde, produção (agroecologia). A estreita relação com a agroecologia vai se refletir na noção de uma produção para além da dimensão produtiva, agregada a dimensão reprodutiva e a uma outra relação com a terra. “As camponesas do MST dedicam suas vidas para o projeto de transformar os latifúndios improdutivos em um território de produção e de vida e neste processo de constituição do território vão se transformando também.” (Monnerat, 2019, p.89).

No programa agrário de 2014 o território aparece associado à referência do território nacional e às vezes associado à terra, aos povos indígenas e quilombolas e como referência do avanço do agronegócio sobre terras públicas. No programa de 2025 aparece de forma mais ampla, também apresenta os mesmo sentidos que o anterior, mas agora aparece como referência, associada aos elementos e pilares da Reforma Agrária Popular, aos assentamentos e acampamentos. Um dos pilares é a luta pela terra e território, os “acampamentos e assentamentos precisam ser territórios livres de exploração, violência, dominação e injustiças, controlados pelo povo, onde todas e todos tenham uma vida boa e saudável.” (MST, 2025, p.43).

Assim, a RAP tem como pilares: 1) a luta pela terra e território; 2) a defesa da natureza; 3) produção de alimentos saudáveis com a massificação da agroecologia; 4) o plantio permanente de árvores com o cuidado com os bens comuns da natureza; 5) a mecanização da agricultura camponesa e familiar; 6) a cooperação, combatendo a ideologia do individualismo e da meritocracia; 7) energia e mineração, a partir de outra forma de relação humano-natureza; 8) educação e escola, emancipatória, vinculada à vida social; 9) saúde, integral e transversal às diversas dimensões da vida nos territórios; 10 cultura e arte, confrontando o imaginário violento do agronegócio; 11) solidariedade como forma de vivenciar uma nova sociedade.

Esses pilares se desdobram a partir de elementos e em itens do programa agrário, ampliando e complexificando as dimensões da luta pela terra e pelo território.

Olhando para os programas de 2014 e 2025 compreendemos o último numa perspectiva mais próxima da luta por terra e território proposta pela Teia dos Povos, cuja compreensão de território é uma referência na compreensão do contexto em que se insere esta tese, entendemos como território ontológico, para além da cerca da terra, um lugar de símbolos, de acolhimento, de vida abundante. Ferreira e Felício (2021) destacam a importância da autonomia, diminuindo a dependência do Estado com territórios que garantem a manutenção da vida, construindo soberania hídrica, alimentar, de trabalho e renda, pedagógica, energética e de autodefesa (de maneira ampla).

As dimensões da caminhada que leva a uma luta por terra e território se complexifica na ampliação das perspectivas sobre a relação com a terra. São demandas históricas que vêm se ressignificando ao longo dos anos promovendo uma atualização da questão agrária. As mudanças da questão agrária nos anos 2000 vai dizer muito mais sobre a complexidade das disputas territoriais onde o MST se reinventa e gera alternativas que fortalecem a luta, para além da redistribuição de terras. Marca-se assim a atualidade da questão agrária como "fração territorial marcada pela complexidade: novos e velhos protagonistas e conflitos; novas e velhas técnicas; novos e velhos desafios em comum e assim por diante." (Roos et al.,2021, p.33).

Complexificando e atualizando a questão agrária

Na análise da questão agrária, Roos et al. (2021) destacam a centralidade dos conflitos fundiários decorrentes de um Estado contraditório que toma a opção política em tratar a terra como mercadoria. De um lado um modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado na renda da terra e na técnica produtiva voltada para o latifúndio, que ignora seus impactos sociais e ambientais negativos, caracterizado nas "tensões manifestadas na luta pela terra, nos processos de expropriação/espoliação dos territórios, na existência de trabalho escravo, bem como na dilapidação dos bens comuns e de tradições com forte capacidade de enraizamento territorial." (Roos et al., 2021, p.31). No outro lado uma proposta democrática que compatibiliza a justiça social e ambiental caracterizada

> num leque amplo, que abrange, por exemplo: tentativas de conservação dos territórios tradicionais; luta pela manutenção de modos de vida que não renunciam à autonomia política, à soberania territorial e à justiça ambiental; desconstrução de relações sociais, como o patriarcalismo, com forte presença no campo; produção agrícola de forma saudável, sem agrotóxicos e pela vida, como a agroecologia; e pôr em marcha

> estratégias educativas identificadas com os sujeitos que defendem um campo vivo e diverso. (Roos et al., 2021, p.31).

A questão agrária também vai ser marcada pela concentração de terras, a histórica expulsão dos povos originários de seus territórios e a negação do acesso à terra para os ex-escravizados, onde "tanto os camponeses quanto os povos originários têm respondido por meio de lutas e resistências diversas." (Roos, et al., 2021, p.32). Assim surge uma diversidade de sujeitos historicamente representados pelos povos indígenas e camponeses e a partir de 1980 se diversificam em sem-terra, pequenos agricultores, atingidos por barragens, quilombolas, e mais recente ainda, nos povos faxinalenses, ilhéus, pescadores artesanais, benzedeiras, e outros. "Complexidade, diferenças e dinamismo são as marcas que o campo nos mostra." (Roos et al. 2021, p.33), o que leva os autores a trazer a atualização da questão agrária, tendo como recorte o estado do Paraná.

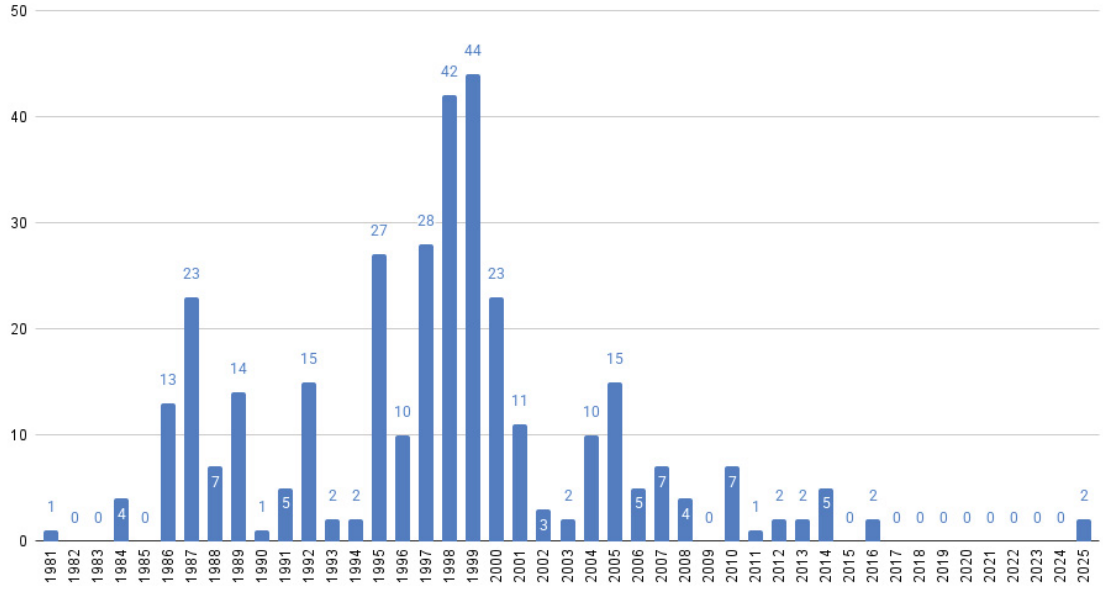
Dentre os três eixos principais da atualização destacam-se dois eixos. O eixo sobre "Redistribuição e Reconhecimento" onde se sobrepõem às lutas por políticas de redistribuição da terra, as políticas de reconhecimento das identidades e dos territórios. E também o eixo que denominam "Pensamento crítico em movimento" trazendo a relacionalidade do pensar com a terra e o ponto de partida do pensamento desde baixo, ou seja, desde os saberes das comunidades, povos, sujeitos e sujeitas do campo.

Roos et al. (2021b) destacam que "A luta organizada dos camponeses no Paraná tem como objetivo primeiro entrar na terra, mas também nela permanecer, obter reconhecimento e garantia dos seus direitos e conquistar os territórios." (Roos et al., 2021b, p.49). Com resgate de marcos históricos da luta pela terra no estado os autores marcam a diversidade de sujeitos, sindicatos rurais, posseiros, sem-terra, camponeses e camponesas, atingidos por barragem e quilombolas, que protagonizam a reivindicação por terras e, se somando ao seu destaque os povos indígenas e comunidades tradicionais na luta pelo reconhecimento do território. Na luta pela distribuição de terra, os autores destacam momentos históricos como a Guerra do Contestado, a Guerrilha de Porecatu e a Revolta dos Posseiros do Sudoeste que vão marcar a origem do MST, que vai impulsionar a implementação da Reforma Agrária na criação de assentamentos.

Fazendo um levantamento de criação de assentamentos no estado (gráfico 3) há um pico no início do primeiro mandato do governo Lula (entendo que o maior pico se dá antes sob governo Fernando Henrique Cardoso) e depois vai decrescendo, os autores reforçam a ausência da política de Reforma Agrária, ao comparar historicamente o número de famílias que participaram de ocupações de terras com o número de famílias assentadas, gerando um déficit

que indica a ausência da política no estado. Destaca-se que nos últimos quatro anos analisados, (2015 a 2018) nenhum assentamento foi criado no estado. “Diante dos dados apresentados, podemos constatar que, de tempos pretéritos até o momento presente, há uma clara ausência de políticas de reforma agrária efetivas no Paraná.” (Roos et al., 2021, p.65). Apontando ainda um retrocesso com o aumento de despejos no governo Temer com o desmonte de acampamentos com anos de existência.

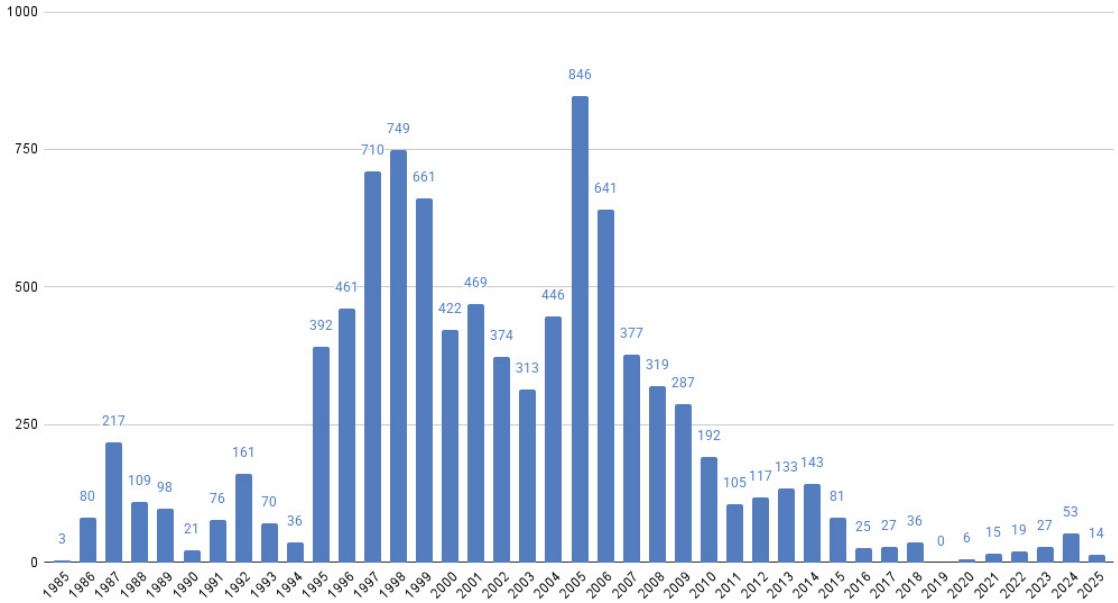
GRÁFICO 3 - Paraná - assentamentos rurais (1981-2025) criados em atos publicados oficialmente (Resolução ou portaria).



Fonte: O autor a partir de dados do INCRA (2025).

A mesma dinâmica de abandono da Reforma Agrária nos últimos anos, evidenciada na ausência de assentamentos criados, que já vinha em decrescimento no estado, é observada também no âmbito nacional (gráfico 4).

GRÁFICO 4 - Brasil - assentamentos rurais (1981-2025) criados em atos publicados oficialmente (Resolução ou portaria).



Fonte: O autor a partir de dados do INCRA (2025).

O período de 2019 a 2022, se caracteriza pelo abandono total da política de Reforma Agrária e o sucateamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e outros órgãos responsáveis pela demarcação e homologação de territórios como a Fundação Palmares, a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Roos et al. (2021c) vão chamar esse período de "avanço do retrocesso".

> Nos perguntamos: quais eram as grandes linhas de ação apresentadas em 2018 e 2019 (o último ano do golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff ocorrido em 2016 e o primeiro do governo de Jair Bolsonaro)? As respostas foram a redução dos direitos sociais, ambientais, territoriais, etc.; a extinção ou enfraquecimento da institucionalidade que deveria proteger esses direitos; a militarização da gestão do Estado em múltiplas áreas; o machismo, o racismo e o sexismo como marcas das práticas e discursos do governo; o congelamento do orçamento público e fundamentalmente das políticas sociais; a liberação massiva de agrotóxicos; o aumento das violências no campo; o aumento do desmatamento; o aumento na diversidade e articulação das mobilizações frente ao projeto de morte defendido desde o governo (mulheres, redes de movimentos, agroecologia etc.). Em 2020, continuamos a todo vapor ao desastre. (Roos et al., 2021c, p.115).

Os autores evidenciam o retrocesso ao destacar a redução de 90% do orçamento destinado ao INCRA, na suspensão de processos de demarcação de terras indígenas e a não demarcação de terras quilombolas, expondo ainda mais esses sujeitos à violência que se exacerba perante o risco de contaminação pela covid-19. A conduta política do retrocesso é lembrada pelos autores no uso da pandemia como forma de distração para "passar a boiada", termo que ficou famoso em 2020, pela fala do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles para aproveitar o momento e aprovar medidas e políticas de desmonte de "todas as conquistas

sociais, políticas, culturais, ambientais e territoriais enquanto as pessoas morrem de COVID-19." (Roos et al. 2022, p.116), o que leva os autores a resgatarem o conceito de Necropolítica (Mbembe, 2018, apud Roos et al., 2022, p.116) para caracterizar o período.

Para além dos impactos devastadores da pandemia, aliada à necropolítica do então (des)governo, destaca-se que o período também foi de potencialidade e diversidade da luta pautada pela autonomia dos povos do campo, das florestas e das águas em seus territórios (Roos et al., 2022). Nos processos de resistência da luta pela terra e pela moradia no estado do Paraná, na união de movimentos do campo e da cidade, ongs, universidade, a Campanha Despejo Zero, conquistou a suspensão dos processos de reintegração de posse nesse período, através da pressão política. A decisão do Ministro do Superior Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, proferida no âmbito da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 828, suspendeu os despejos durante a pandemia e teve prorrogações até junho de 2022, estabelecendo então um período de transição para a retomada das reintegrações de posse, com a instalação de comissões de mediação.

No Paraná, em 2019, criou-se o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), modalidade fundiária, que atuou na mediação de conflitos fundiários buscando soluções alternativas ao despejo. A atuação do CEJUSC fundiário fortaleceu a abertura para a atuação de grupos mediadores (Paraná, 2022), com a aproximação da universidade, abrindo possibilidades para outros caminhos de resolução de conflitos fundiários e a ampliação do debate jurídico.

O impacto da atuação da Comissão em aproximadamente 3 anos na busca por soluções de conflitos para além do despejo e uso da força pública consolidou uma conduta de mediação no âmbito jurídico dos conflitos fundiários. Tal esforço foi materializado numa nota técnica do Tribunal de Justiça do Paraná com instruções para a condução jurídica dos conflitos. "É clara a intenção de inserir as partes em ambiente de diálogo, no qual poderão refletir e encontrar alternativas que não passem necessariamente pela reintegração ou despejo forçados" (Paraná, 2022, p.1).

A nota especifica objetivamente os passos do processo de mediação, destacando o desafio jurídico da posse ou propriedade coletiva, visto que a maioria dos conflitos envolvem muitas partes envolvidas. Assim reforça a importância de todas as partes envolvidas no conflito serem chamadas para um espaço de diálogo, definindo muito bem quem são. Além disso, a nota especifica formas de tratamento que não subjugam os grupos afetados em detrimento dos seus direitos, desde o vocabulário a ser utilizado até a necessidade de entendimento do contexto do conflito. "Daí a imprescindibilidade da inspeção e da identificação da natureza do conflito

desde o início, se individual ou coletivo, a fim de evitar a assimetria que por vezes é constatada nos processos coletivos" (Paraná, 2022, p.3).

Então se define uma forma de condução do processo entendendo que os conflitos fundiários possuem uma complexidade, diante da qual se sugere a possibilidade de acionar outros grupos de instituições públicas e privadas para auxiliar nesse entendimento. Assim

> pressupõe-se que eventuais medidas planejadas pelo juiz contem com melhores resultados se se aproveitarem, no ambiente processual, da capacidade institucional de órgãos como INCRA, COHAB, Secretarias de Habitação e Urbanismo, Comissões Legislativas, grupos de estudos universitários e demais órgãos responsáveis pela gestão de políticas públicas ligadas à área. (Paraná, 2022, p.5).

Diante da opção pela reintegração de posse a nota alerta que embora se beneficie muitas vezes a parte autora pode-se estar violando uma série de outros direitos constitucionais e por isso, reforça a busca por alternativas.

> Em determinados casos e diante da consolidação da ocupação, o cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse, muito embora contemple o interesse da parte autora, se dará mediante o sacrifício de outros direitos e às custas de graves danos às muitas famílias que há anos, por vezes décadas, construíram suas vidas na área." (Paraná, 2022, p.6).

Assim, ao mesmo tempo que existe um direcionamento para a desestruturação de uma política de Reforma Agrária e desarticulação da luta pela terra, há uma desaceleração dos processos de reintegração com a abertura de possibilidades na mediação de conflitos fundiários para além da reintegração de posse. Assim se caracterizam brechas de defesa das lutas por terra e território em um período de recrudescimento contras os movimentos que as realizam. Nesse contexto, na atuação do Coletivo PLANTEAR na comunidade Maria Rosa do Contestado, emerge esta pesquisa, na disputa contra o agronegócio regional.

A pandemia da Covid 19 aliada ao abandono total da Reforma Agrária e o aumento da violência no campo, principalmente a partir de 2018, ampliaram e aprofundaram os desafios da luta pela terra promovida pelo MST que criaram diversos caminhos para manter as famílias no campo e ampliando alianças com as comunidades periféricas das cidades, que mais sofreram com a crise. Ao mesmo tempo em que surgiam novas frentes de atuação para fortalecer a luta pela terra, como as ações de solidariedade de doação de alimentos, os acampamentos precisavam se fortalecer desde a sua autonomia para se manterem mobilizados. Nesse sentido esta pesquisa, a partir da concretude da realidade da Comunidade Maria Rosa do Contestado, se caracteriza por mobilizar aspectos mais específicos da dinâmica da comunidade diferenciando-se em alguma medida outras compreensões de acampamentos onde dinâmicas mais conhecidas e estabelecidas do Movimento se destacam, como a atuação de brigadas e proximidade da presença de outras instâncias do MST. É um contexto que oportuniza uma

leitura a partir da autonomia da comunidade em um momento que o coletivo PLANTEAR como assessoria consegue se aproximar e contribuir com a luta buscando caminhos que ofereçam uma reação à configuração específica da pandemia e do aumento repressão aos movimentos sociais.

Esta introdução buscou situar a pesquisa apresentando seu recorte territorial, teórico e metodológico, caracterizando a realidade em que se insere. Reforçamos a necessidade de um esforço mais extenso que habitual para marcar as dimensões que caracterizam a postura metodológica da prática desta pesquisa. Como já apontado são dimensões que dialogam com a atuação da pesquisa na comunidade Maria Rosa do Contestado, cuja descrição, análise, interpretação e sistematização fundamentam os capítulos 1, 2 e 3, sendo o último processo característico da proposta de tese extensionista aprofundada no capítulo 4.

O capítulo 1 relata o conflito fundiário e seu entorno, e busca evidenciar a disputa desde o processo jurídico, onde o PLANTEAR atuou na produção de estudos técnicos para ampliar e fundamentar a mediação. O objetivo é mostrar como a disputa ontológica se manifestou no território em conflito. De um lado, o Mundo de Um Mundo materializado na territorialização do capital moderno e colonial através das instituições e representantes do agronegócio com raízes históricas desde o processo de colonização do estado do Paraná e braços políticos que mobilizam nacionalmente o (des)governo Bolsonaro e a bancada ruralista. De outro lado, a territorialização da luta histórica pelo direito à terra, que se vê num período de total abandono das políticas públicas, avançando em direção a uma autonomia territorial através da consolidação materializada no projeto da comunidade Maria Rosa do Contestado o qual entende-se como defesa da vida em um Mundo de Muitos Mundos.

São destacadas as estratégias e narrativas criadas para justificar a expulsão da comunidade da área em conflito, assim como as contradições jurídicas e posicionamentos que condizem com as características históricas do poder hegemônico do sistema moderno colonial do capital mas que se aprofundam no contexto de avanço do retrocesso. De outra maneira se destaca como, aos poucos, a realidade concreta do território, através de documentos e estudos técnicos, ajuda a desmontar aquelas narrativas evidenciando os aspectos e impactos de um projeto que busca a defesa da vida.

O segundo capítulo se direciona para o território da comunidade, a partir do processo de planejamento territorial popular construído junto com o coletivo PLANTEAR que inicia em 2021, com duração de 1 ano e 6 meses aproximadamente, com encontros mensais. Com o processo dividido em dois momentos, esse capítulo está centralizado na construção do desenho das áreas de moradia mostrando os debates e as construções junto à comunidade. Busca-se

evidenciar sua organização territorial e as dimensões do ser, saber e fazer articuladas, que atravessam questões de gênero, de idade, comunitárias, ambientais e outras, na consolidação da sua autonomia territorial, evidenciando a complexidade e multidimensionalidade do território Dialogando com as dimensões da luta por terra e por território, ampliando a noção de território na luta pela terra até a relacionalidade do corpo-território, motivando a proposta de desenho (como planejamento) territorial, como desenho ontológico, um produto sistematizado da organização territorial da comunidade. Também mobiliza diferentes perspectivas sobre o território na construção de um arranjo escalar de análise que dialoga com a complexificação do conceito como metodologia, caracterizando um processo imbricado entre mundos.

O terceiro capítulo dá continuidade ao debate com o planejamento das áreas comunitárias que articula os sentidos de comunidade na produção do comum e o aprofundamento da relacionalidade do processo. Algumas percepções da primeira etapa serão retomadas e ampliadas, destacando a identidade de gênero na mobilização de sentidos diferentes do comunitário. As relações vão se ampliar em múltiplas escalas entre ações e funções, com a vivência do cotidiano e a conversa mais próxima das famílias. A territorialidade do processo também vai se destacar na medida que diferentes percepções do uso comum do território vão se manifestar ora centralizadas, ora difusas, dependendo da dinâmica das conversas. O capítulo vai trazer o deslocamento dos bens comuns para a relacionalidade do comum, rompendo com a dualidade antagônica do pensamento moderno, na perspectiva de um território comum, como processo instituinte a partir das relações comuns que se territorializam e se realizam além e apesar da divisão do público e do privado. O fazer comum vai permitir enxergar o território como processo e não como objeto, ampliando o horizonte da sua construção.

O quarto capítulo retoma algumas discussões apontadas desde a atuação na realidade nos capítulos 1, 2 e 3 tentando ampliá-los para uma melhor compreensão do processo de planejamento territorial popular e a construção do desenho territorial. Inicia com o debate com os desafios da aproximação da universidade com a comunidade em seu território, buscando entender o que está implicada na relação entre mundos, dialogando com outras experiências apontando para as características de um processo imbricado na encruzilhada entre mundos. Aprofunda-se o debate a partir da postura de escuta do território para compreensão da sua complexidade e multidimensionalidade. Aspectos que desde o contexto da luta pela terra vão ser resgatados nas pautas históricas até os processos de reconfiguração do planejamento em áreas de reforma agrária. Assim se destacará a importância de práticas essenciais de

sistematização para o desenho territorial e o contexto de extensão popular, dialogando então com a construção dessa pesquisa que como sistematização da realidade vai se propor uma perspectiva de tese extensionista.

Capítulo 1 - Histórico dos conflitos por terra e território no Paraná e o conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó, Castro (PR)

Roos et al. (2021c) chamam o período a partir de 2018 de avanço do retrocesso com perda de direitos territoriais e Alentejano (2022) se refere a esse período como contrarreforma agrária. Fazendo um balanço da última década, esse autor destaca as medidas que favoreceram a grilagem de terras e a devastação ambiental para a expansão do agronegócio. Enquanto a reforma agrária é uma política de distribuição de terra, consequentemente de riqueza e de poder, a contrarreforma agrária aumenta sua concentração e amplia a expropriação no campo. O autor destaca então que acontece, a partir de 2010, uma nova rodada expropriatória promovida pelo capitalismo em crise, reforçando a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como país dependente e periférico.

Mitidiero e Feliciano (2018) reafirmam que esse período se trata do processo de acumulação primitiva, ou também acumulação por espoliação, do capital, em que a violência é aspecto estrutural. A intensificação dessa violência também se dá diante da herança do passado colonial que, em 2016, vai assumir o controle político escancarando suas faces perversas à luz do dia através do "golpe político-parlamentar/jurídico/midiático de 2016" (Mitidiero e Feliciano, 2018, p.219). Assim se dá, segundo os autores, a tentativa de retomada de acumulação pelo capital em crise, do qual a expropriação da terra é fundamental, formando a "propriedade fundada na exploração do trabalho de outrem" (Mitidiero e Feliciano, 2018, p.220).

Os autores citados constroem uma profunda análise das características específicas desse período (da última década, principalmente a partir de 2016 até 2022) que vai refletir também no conflito fundiário no acampamento Maria Rosa do Contestado. Por isso se construirá esse diálogo inicial para compreender as relações que se estabelecem nesse contexto sócio-político em escala nacional. Os desdobramentos desse contexto continuam na escala estadual onde se caracteriza o histórico da luta pela terra no estado do Paraná delimitando então a territorialização do agronegócio na região dos Campos Gerais e em Castro. Estabelecendo assim raízes históricas do conflito onde o território hegemônico do capital é confrontado desde a escala local na ocupação da Fazenda Capão do Cipó pelo MST, reivindicando a implementação da Reforma Agrária. A partir daí iniciamos o relato de todo o conflito a partir do processo jurídico, destacando momentos e aspectos que caracterizam a disputa entre mundos

e como a realidade do território e a potencialidade da sua construção pela comunidade Maria Rosa do Contestado implica na sua defesa, na defesa da vida.

1.1 Caracterizando o Mundo de Um Mundo, o mundo do agrobanditismo, da contrarreforma agrária e do avanço do retrocesso.

Para Mitidiero e Feliciano (2018) a acumulação primitiva por espoliação é a centralidade da acumulação capitalista onde o neoliberalismo cada vez mais justifica a violência para defender o mercado, em acordo com Roos et al (2021, p.126).

> A expansão do capitalismo primário exportador neocolonial, sob governança neoliberal autoritária condiciona uma questão agrária mais acirrada por uma matriz de dominação colonial que despreza as diferenças e tenta hegemonizar o controle territorial atrelado a uma lógica militar de inimigo x aliado de consequências nefastas para os povos do campo, das águas e das florestas.

Alentejano (2022) destaca quatro dimensões da contrarreforma agrária, a paralisação das desapropriações, a política de não criação de assentamentos, a titulação privada dos assentamentos e o avanço da grilagem. Mitidiero e Feliciano (2018) destaca duas frentes de atuação da classe elitista para garantir o retrocesso dos direitos, uma na dimensão político-legislacional para garantir os privilégios e o avanço do retrocesso e a outra pela violência física com a certeza da impunidade. A "conjuntura política golpista, na qual a bancada ruralista foi partícipe fundamental, criou um sentimento de "tudo pode" a esse setor." (Mitidiero e Feliciano, 2018, p.225).

Os autores destacam que o pacto que vinha sendo construído pelos governos progressistas foi rompido pois a elite ruralista (classe oligárquica brasileira) não queria perder os privilégios. Em 2016 a dívida de detentores de terra com o governo somava quase 1 trilhão de reais, sendo poupada através da medida provisória (MP) 733/2016 liberando descontos de 65% a 95%. Destaca também a MP 759/2016 que vira Lei 13.465/2017, que regulariza grandes propriedades griladas e permite a titulação das áreas de assentamento com o objetivo de disponibilizar ao mercado as terras públicas. Alentejano (2022) destaca, a partir de um relatório feito pela ONG (Organização Não Governamental) Grain em 2019[36], que na articulação para a titulação das terras de assentamentos haveriam 40 milhões de hectares que poderiam ser disponibilizados ao mercado.

Mitidiero e Feliciano (2018) destacam uma nova onda de saques e roubos do capital global que no Brasil vai se dar na expansão do agronegócio sobre as terras públicas e os bens

[36] GRAIN. Regularização ambiental e fundiária tensionam pela massiva privatização das terras públicas e territórios coletivos no Brasil. 2019. (disponível em www.grain.org).

comuns, assumindo formas criminais de estratégias que são essenciais ao capital produtivo e financeiro. Resgatam o termo agrobanditismo, cunhado pelo geógrafo brasileirio Ariovaldo Umbelino de Oliveira. “O foco principal é pensar a face contemporânea de processos de acumulação capitalista que são claramente criminais, conformando uma relação sólida entre o que podemos chamar de capitalismo criminal e agronegócio (o agrobanditismo).” (Mitidiero e Feliciano, 2018, p.226).

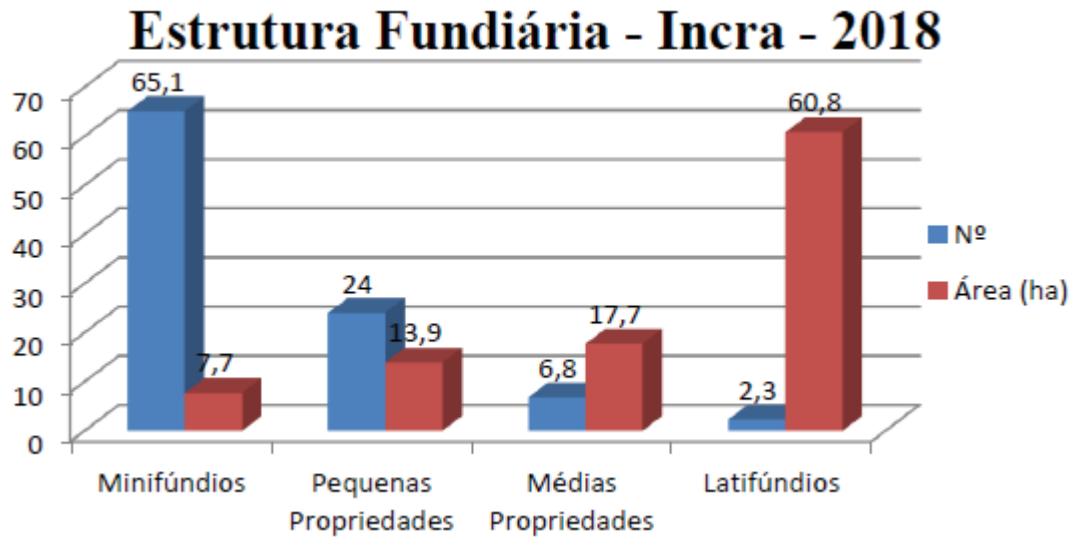
O INCRA nesse meio tempo vai assumindo a postura da contrarreforma e desiste de muitos processos de desapropriação que estavam em andamento, destaca Alentejano (2022). Em alguns casos determina exigências que visam desmobilizar os acampamentos, “passou a pressionar as famílias acampadas afirmando que só assentaria as famílias que abandonassem o acampamento, estimulando a divisão entre os acampados e acampadas.” (Alentejano, 2022, p.6). Em 2020 o órgão cria a Divisão de Titulação de Assentamentos e, em 2021, lança o programa Titula Brasil para acelerar a titulação e a regularização fundiária das terras da União, estabelecendo cooperação técnica com prefeituras, municipalizando suas atribuições. Assim o órgão “oferece caminhos mais fáceis para legalizar a grilagem, já que permitir que a regularização fundiária seja feita em âmbito municipal beneficia aos grupos de poder mais consolidados como os latifundiários.” (Roos et al., 2022, p.124). Alentejano (2022) destaca que, em 2021, 100 mil títulos foram emitidos, e embora, grande parte não tenha sido entregue aos assentados (Roos et al., 2021c) essa é uma postura que continua presente na nova gestão do órgão, mesmo em 2023.

Alentejano (2022) evidencia a estreita relação entre expropriação, apropriação e mercadorização no movimento de acúmulo por espoliação, onde “áreas de preservação ambiental, terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum são obstáculos a serem removidos” (Alentejano, 2022, p.10). O autor mostra a expansão do agronegócio através dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, no crescimento de latifúndios, e aumento da concentração fundiária, onde os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 ha controlam 47,5% do total das áreas, representando apenas 1%, sendo que de 2006 para 2017 16,5 milhões de hectares foram incorporados na categoria.

Com dados do Cadastro Rural do INCRA de 2018 o autor encontra a mesma dinâmica (gráfico 5), onde 65,1% dos imóveis rurais, com 1 módulo fiscal (medida de tamanho mínimo definido por município), ocupam 7,7% da área enquanto 2,3% dos imóveis, com mais de 15 módulos fiscais (MF), ocupam 60,9% e imóveis com mais de 600 módulos fiscais (887 imóveis) ocupam 21,4% do total.

> Foram 126,8 milhões de ha a cada ano, sendo que o maior crescimento se deu na faixa acima de 15 MF, com uma média anual de 111,8 milhões. Significa dizer que em apenas 2 anos os latifundiários auto declararam ter se apropriado de mais 223,5 milhões de hectares, quase ¼ do território brasileiro. (Alentejano, 2022, p.14).

GRÁFICO 5 - Imóveis Rurais segundo, em porcentagem, o Número e a Área por Grupos de Área - 2018.



Fonte: Alentejano (2020).

Ao somar o total de área cadastrada no CAR com as áreas de domínio público, o autor destaca uma "sobra" de 107 milhões de hectares em relação ao tamanho do território brasileiro, onde conclui que essas terras, públicas, estão sendo incorporadas como propriedade privada[37].

A paralisação da criação de novos assentamentos é um reflexo das novas formas que são criadas para a concentração fundiária. Dos 11 assentamentos que foram criados nos dois anos e meio de (des)governo Bolsonaro, 4 foram de reconhecimento da criação por outros órgãos e 7 por processos de desapropriação que iniciaram em governos anteriores (arrastados por décadas). Alentejano (2022) destaca ainda que no período de 2019 a 2021, segundo dados do INCRA, 25% das famílias assentadas desapareceram, sem explicação, do sistema do órgão, sendo 46 assentamentos e 2 milhões de hectares de assentamento.

A partir dos dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Mitidiero e Feliciano (2018) destacam o reflexo do rompimento do acordo de classes na violência do campo onde em 2016 e 2017 vão se bater recordes de número de conflitos e sua característica crueldade. Um aspecto

[37] Albuquerque e Montenegro Gómez (2020) colocam o CAR como uma agroestratégia de concentração fundiária, associado a um sistema de inventário de estoque fictício de terras, para negociação e o controle de terras que oficialmente não participam do mercado. "O CAR, ao ser definido na Lei como um registro 'sem fins fundiários', permite que sejam contabilizados nesse inventário também as posses rurais e outras terras que, de modo geral, ficam fora nos cadastros fundiários oficiais, permitindo assim, englobar terras griladas, territórios de PCTs etc" (Albuquerque e Montenegro Gómez, 2020, p.61).

da virada de chave que o golpe representou na atuação escancarada dos ruralistas e sua expansão por vários domínios é a ausência do "Kit Massacre" (expressão cunhada por Plínio de Arruda Sampaio). Segundo os autores, historicamente quando acontece um massacre no campo acontece uma movimentação por parte da mídia e órgãos do governo que causam uma comoção em torno do ocorrido de tal forma que depois de 15 dias, se tem um esquecimento generalizado que favorece a impunidade. "A encenação parece não ser mais necessária em tempos de golpe à democracia." (Mitidiero e Feliciano, 2018, p.247).

A violência característica do agronegócio, como expressão do capital neoliberal, também vai se expressar nos dados da CPT na medida que o número de acampamentos diminui enquanto o número de conflitos aumentam. Mas para "além da violência física ("violência contra a pessoa" para CPT), há uma espécie de violência política, violência legislativa e violência institucional sendo tramada manhã, tarde e noite no Distrito Federal." (Mitidiero e Feliciano, 2018, p.241). Nesse sentido o autor, Alentejano (2020 e 2022) e Roos et al. (2020 e 2021) vão elencar as medidas políticas que aos poucos buscaram legalizar a barbárie, o avanço do retrocesso.

Alentejano (2022) destaca a MP 910 de 2019, conhecida como MP da Grilagem, que flexibiliza outros dispositivos para facilitar a legalização de grandes posses irregulares, O autor lembra que em 2009 o governo Lula propôs a MP 458 que virou a Lei 11952/2009, que instituiu o programa Terra Legal. Em nome da pacificação no campo permitiu a regularização para posseiros em terras até 15 módulos fiscais ou 1500 ha, a MP 910 ampliava essa possibilidade para imóveis com mais de 2500 ha, sendo possível regularizar mais de 1 imóvel por pessoa. "Calcula-se que as novas regras permitiriam legalizar até 65 milhões de ha no país, sendo 53 milhões na Amazônia e Matopiba." (Sauer et al., 2019, p.4, apud. Alentejano, 2022, p.17). Essa flexibilização era ampliada por 542 emendas, porém, com a pressão contrária e paralisação das votações com o início da pandemia a MP caducou.

Na sequência apresentou-se o Projeto de Lei (PL) 2633/2020, PL da Grilagem, aprovado em 2021 na Câmara para ser votado no Senado, junto com o PL 510/2020, "que dispõe sobre a regularização fundiária de terras da União ocupadas, amplia a titulação dessas terras e dispensa vistoria prévia da área a ser regularizada." (Alentejano, 2022, p.18).

> No geral, os dois textos enfraquecem os controles sobre a ocupação de terras públicas, incentivam o desmatamento e anistiam o crime de invasão de terras públicas, permitem a reincidência de grilagem de terra pública (premiando o roubo de terras) e amplia a possibilidade de extinção de projetos de assentamento para privatização de terras públicas. (Roos et al.,2021c, p.155).

Junto com o avanço pela legalização da grilagem de terras também avançam a legalização da degradação ambiental e da paralisação da demarcação e avanço sobre terras indígenas. Nessas os autores destacam a aprovação inicial do PL 490/2007 que permite a exploração econômica em terras indígenas por não-indígenas ao mesmo tempo que institui o Marco Temporal e inviabiliza a demarcação das terras reconhecidas após a constituição de 88. E o PL 191/2020 que autoriza a mineração e a construção de hidrelétricas em terras indígenas, complementado pela instrução normativa (IN) 09/2020 da Funai que certifica fazendas em terras indígenas não homologadas, o ofício circular 18/2021 da mesma entidade que retira a proteção dessas terras e uma IN 01/2021 em conjunto com o IBAMA permitindo o arrendamento.

A legalização da degradação ambiental foi buscada através do PL 2159/2021 que extingue o licenciamento para uma série de atividades danosas ao meio ambiente, do decreto 10833/2021 junto com o pacote do veneno aprovado na Câmara (PL 6299/2002) que libera e amplia o uso de agrotóxicos. O esforço para a legalização do avanço do retrocesso não diminuiu em nada os efeitos das ações ilegais. Roos et al. (2021c) sintetizam dados da degradação ambiental onde a Amazônia Legal apresentou o maior desmatamento dos últimos 10 anos, com mais de 10.000 km^2 desmatados, 25% a mais que no ano de 2020, sendo 47% desse desmatamento em florestas federais.

Como "alvos da vez" segundo os autores, as terras indígenas foram o foco da conversão desses territórios à lógica exploratória do mercado, onde o garimpo ilegal foi expressão marcante, nos três anos anteriores o desmatamento em terras indígenas invadidas pela atividade cresceu 138%. Além do desmatamento os resíduos do garimpo ilegal alteraram drasticamente o aspecto natural dos rios e seu ecossistema, somando a isso a contaminação dos povos desses territórios, com reflexos permanentes à saúde e à vida.

Os autores buscaram representar o aprofundamento do avanço do retrocesso em um mapa (figura 8) que, longe de esgotar as dinâmicas do capital neoliberal, ou capitalismo criminal, e do agronegócio, ou agrobanditismo, (Mitidiero e Feliciano, 2018), mostra um retrato da sua territorialização no ano de 2021. Assim, o mapa

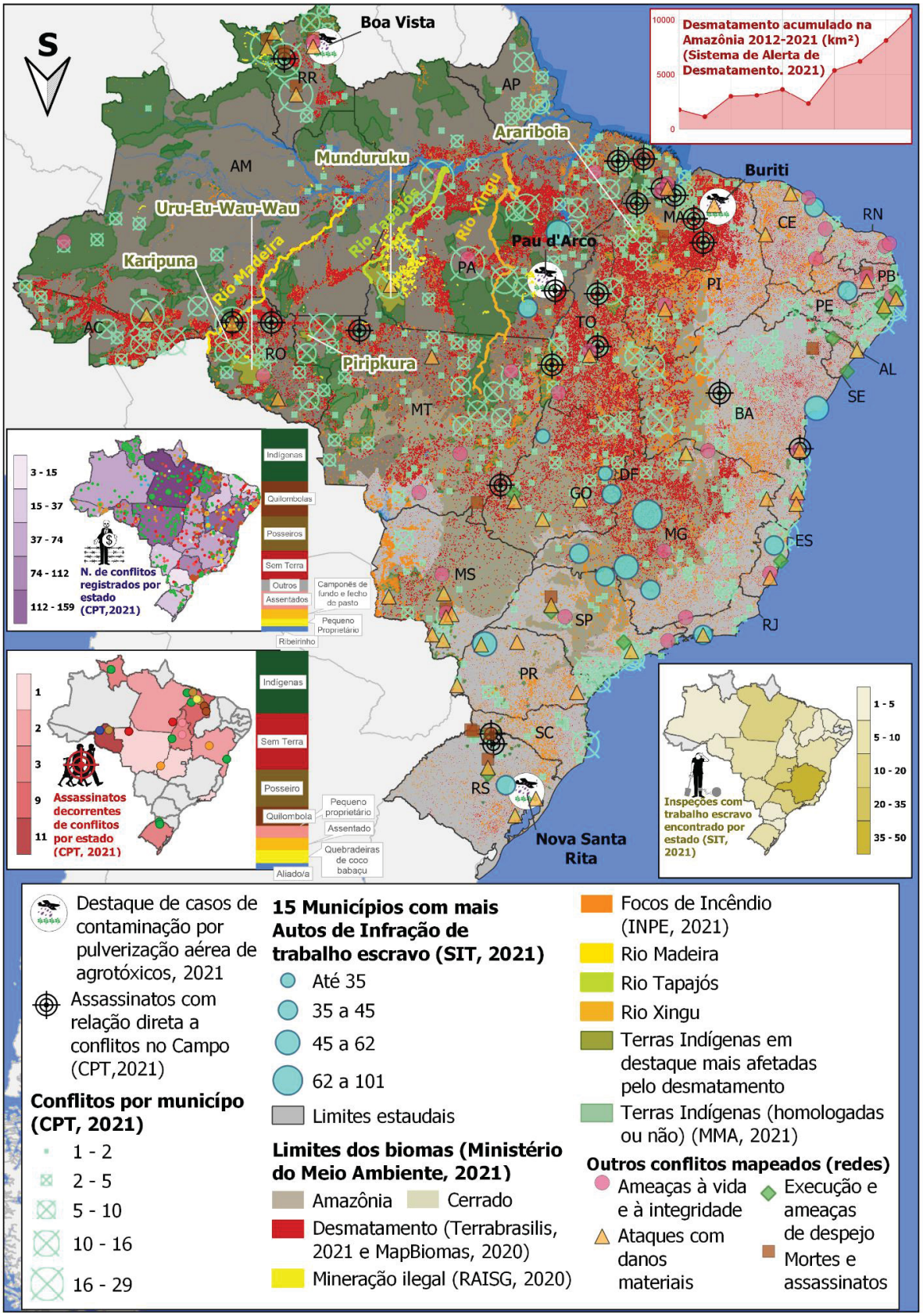
> é uma síntese que espacializa os conflitos ocorridos em 2021 no campo brasileiro. Embora haja limites, já que o mesmo não consegue captar a totalidade das ações conflituosas que se manifestaram no campo, ele nos apresenta a dimensão, complexidade e profundidade dos processos em curso no país. Essa geografia dos conflitos que se apresenta no território brasileiro é estruturalmente alicerçada na desigualdade e na exploração e subjugação das pessoas e da natureza e, especialmente nos tempos atuais, no avanço de um projeto ainda mais retrógrado e devastador. (Roos et al., 2022, p.135).

Ainda mais recente, no ano de 2023, cabe destacar um desdobramento desse contexto na criação do grupo Invasão Zero, de extrema direita, no Sul da Bahia, como uma expressão violenta do agrobanditismo e da capacidade de se reinventar e aprofundar os aspectos mais perversos do Mundo de Um Mundo.

> O grupo "Invasão Zero" se constituiu como entidade privada registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), no Estado da Bahia, em abril de 2023. Eles dizem articular 10 mil produtores rurais baianos em defesa da propriedade privada e contra as "invasões" de terras rurais e urbanas. (APIB, 2024)[38].

[38] APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Apib e Apoinme entram com representação criminal contra organização de fazendeiros que assassinou a Pajé Nega Pataxó. Apib Oficial, fevereiro de 2024. Disponível em: https://apiboficial.org/2024/02/03/apib-e-apoinme-entram-com-representacao-criminal-contra-organizacao-de-fazendeiros-que-assassinou-a-paje-nega-pataxo/ Acesso em: 16 de junho de 2024.

FIGURA 8 - Mapa de conflitos destacados em 2021 por Roos et al. (2022)



Fonte: O autor, publicado em Roos et al. (2022, p.136).

> Todo este conjunto de iniciativas legislativas e ações ou omissões do executivo somam-se à falta de mecanismos mais precisos de controle sobre o território brasileiro como fatores de estímulo à grilagem de terras públicas e devolutas no país, assim como para expulsar da terra aqueles que nela vivem, mas que não possuem títulos de propriedade. (Alentejano, 2022, p.19).

O autor mostra como a inanição do Estado frente aos desmontes, além disso, a ação para que sejam legalizados na (des)regularização fundiária e ambiental vão se refletir em dados cadastrais desencontrados que geram incerteza sobre a localização de imóveis rurais, que vão favorecer a grilagem e a degradação ambiental (seja com o avanço sobre a natureza ou sobre os territórios indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais). "Esta incerteza básica sobre a situação fundiária e a geografia do uso da terra e da produção agropecuária dificultam a formulação e a aplicação das políticas agrária, agrícola e ambiental." (Pinto et al., 2020, p.17, apud Alentejano, 2022, p.20). Complementa o autor que essa incerteza interessa principalmente aos grileiros permitindo o avanço ilegal sobre as terras indisponíveis ao mercado.

A incerteza e o descompasso de informações que poderiam ser traduzidas em produtos cartográficos para a compressão do território não é uma novidade. Sluter et al. (2020) mostram que essa incerteza sempre existiu como parte do projeto colonizador favorecendo a apropriação ilegal do território brasileiro. Os autores buscam evidenciar como a ocupação territorial, voltada a extração de recursos naturais, do Brasil foi impactada pela ausência de um mapeamento topográfico e conhecimento sistemático do território. "Há quem aponte nesta característica da ocupação territorial e na ausência de fiscalização pela Coroa a origem mais remota dos latifúndios improdutivos no Brasil." (Sluter et al., 2020, p.923).

Os autores destacam que o privilégio colonial persiste mesmo nas novas formas de gestão territorial pelo Direito e pela Cartografia sem preocupação de conhecimento do território e aplicação das normas.

> As confusões e imprecisões geradas pelas bases do sistema proprietário e registral, do sistema sesmarial, do registro do vigário, da ausência de critérios universais de medição, especificação, localização e da própria especificidade de ocupação originária do território, alimentaram e aprofundaram, ao longo de todo o século XX, as relações conflituosas sobre a terra, negando posses legítimas e tradicionais, despejando possuidores com direito de permanência e subsidiando a indústria das fraudes territoriais que usavam e superavam os aparatos cartoriais, infiltravam-se nas administrações locais e supralocais e, ainda, ganhavam ares de veracidade com as decisões judiciais. (Sluter et al., 2020, p.926)

Mesmo com as diversas alterações normativas, os autores destacam a prioridade da proteção da propriedade privada, em caráter absoluto, se tornando fonte de conflitos desde o período imperial. Enquanto a precariedade dos sistemas de cadastro invisibilizam esses conflitos, proporcionam o direito à posse a partir do "fato consumado" para uns e pune

possuidores legítimos com despejos violentos. Por isso o " mapeamento e os cadastros são elementos sensíveis e essenciais nesse processo, pois visibilizam decisões e encontram na concretude do cotidiano das questões territoriais as escolhas normativas e as suas interpretações nos âmbitos administrativo e judicial de sua aplicação." (Sluter et al., 2020, p.928).

A Lei de Terras de 1850, primeira tentativa de modernização fundiária baseada na propriedade individual, estabeleceu procedimentos de cercamento das terras públicas, mas não se ateve a aspectos cartográficos de delimitação precisa, "a preocupação era somente com os limites externos da colônia e do Império e não entre domínios e posses de súditos." (Sluter et al., 2020, p.928). O primeiro mapeamento oficial foi publicado em 1922, em descompasso com a ocupação territorial desde a colônia. Assim, ao longo do tempo, os cadastros rurais foram feitos basicamente em informações descritivas, sem uma cartografia sistematizada. Os autores evidenciam a incerteza e a intencionalidade por trás de uma ocupação territorial que não se importa em conhecer a realidade concreta.

Sua leitura sobre o processo permite o entendimento de que o conhecimento sistemático e padronizado do território ajudaria a elucidar conflitos e a produção da injustiça territorial. Considerando a legalização da grilagem de terras através das ferramentas de regularização fundiária e ambiental, como o CAR, entende-se que esse caráter técnico cartográfico não evita a produção de injustiça, que se revela na leitura territorial mais ampla e profunda de um viés crítico, dimensões que os autores citam e deixam em aberto.

> Entende-se que o conhecimento sobre o território significava e significa poder sobre a definição da vida da população e da estruturação dos espaços, e o aperfeiçoamento da leitura das questões territoriais, o que também permite que os instrumentos contemporâneos como os cadastros territoriais consignem a diversidade de temas que compõem a representação, a leitura analítica da terra e a pluralidade de políticas públicas que podem incidir sobre novas realidades territoriais. (Sluter et al., 2020, p.934).

Entende-se da leitura que fazem os autores, desde os pontos de vista do Direito e da Engenharia Cartográfica, que a precisão técnica em si teria o potencial para abrir debates necessários sobre a ocupação territorial, porém do ponto de vista da análise geográfica, entende-se que não seria o suficiente, como mostraram os levantamentos das estratégias trazidos anteriormente através dos sistemas cadastrais e a permanência e avanço do que chamam de injustiça territorial, ou então, da contrarreforma agrária, do agrobanditismo ou avanço do retrocesso. É nas relações que constróem e regulamentam esses instrumentos, com o objetivo de uma regularização fundiária e ambiental a favor do acúmulo capitalista que se conformam o sistema capitalista neoliberal e neocolonial, ou ainda, a ontologia de um mundo

só (Escobar, 2018), o mundo da modernidade. Por isso, as normas e as técnicas trazem em si a tendência dessa imposição de mundo.

Souza Filho (2015)[39] mostra que, através da construção do Estado moderno e das suas normas a natureza foi expulsa da modernidade, leia-se por natureza tudo aquilo e todos aqueles (humanos e não-humanos) que não são homens brancos, enquanto esse é sinônimo de sociedade e humano civilizados. Na medida que o Estado e as leis substituem o poder divino, a submissão na natureza aumenta, estabelecendo a divisão do estado civil do estado natural. Assim a sociedade natural, é aquela baseada na desordem e caos, onde a lei do mais forte impera, o que incentivou a divisão de raças e justificou a exploração de povos, sob os quais está a natureza. A natureza, que precisa ser melhorada com o trabalho humano, só ganha valor assim, daí se tem "as bases do capitalismo e sua propriedade privada, do individualismo e do patrimônio individual" (Souza Filho, 2015, p.92).

Nesse sentido, citando a influência da obra do filósofo inglês John Locke (considerado o pai do liberalismo), o autor destaca que o trabalho é exclusivamente humano, e único capaz de gerar valor, de outro modo a natureza não trabalha, e, portanto, não tem valor de mercado. Por isso o que tem valor de troca pode ser transformado em mercadoria, transformado em moeda. Essa lógica serve a uma sociedade racionalizada e universalmente individualista e homogênea, onde se pensava que se poderia prover, assim, todas as necessidades. "A redução está justamente em imaginar o mundo humano como o mundo da razão, do saber, do conhecer, e a natureza como o mundo da ignorância, da desordem, da violência." (Souza Filho, 2015, p.92).

De um lado o racionalismo de outro o naturalismo, ambos estavam presentes na Revolução Francesa, e com a vitória dos primeiros a modernidade é levada para o capitalismo, "transformada em nova ordem capitalista realizou o sonho de constituir a sociedade civil, antítese da sociedade de natureza, de forma jurídica, com uma Constituição e com um Código Civil." (Souza Filho, 2015, p.93).

No capitalismo inglês do século XVII a propriedade privada da terra institui o cercamento delimitando uma extensão de terra que deve ser melhorada com o trabalho humano. Assim "a terra deixou de ser a provedora de todas as necessidades da vida, para ser a reprodutora do capital individual [...] marcada, medida e registrada, passa a ser um objeto, coisa, mercadoria e, enquanto natureza, expulsa da sociedade humana" (Souza Filho, 2015,

[39] Carlos Frederico Marés de Souza Filho é jurista e advogado, atuando junto aos povos e comunidades tradicionais desde 1980.

p.96). A expansão desse processo para a América Latina, destruiu e expulsou os grupos humanos não brancos, suas culturas, técnicas e espécies nativas da natureza, expulsando a mesma para dar lugar a espécies exóticas e humanos brancos distorcendo o que existia no território. “A modernidade europeia se estabeleceu na América como uma reprodução lucrativa para os europeus e como uma farsa cruel para as sociedades nativas.” (Souza Filho, 2015, p.97).

Na relação entre sujeito e objeto, a natureza não tem direito, e só ganha relevância para satisfazer o sujeito. O Código Civil chama a um contratante e o outro propriedade enquanto a Economia chama trabalhador e matéria-prima. Assim, o direito absoluto de propriedade deu ao proprietário o direito de não usar a terra, transformando-a em mercadoria e garantia no capitalismo. “O Código Civil dos Franceses (1804) que explicitou o direito de propriedade da terra com o nome propriedade imóvel, deu poderes absolutos aos proprietários que, em grande medida, continuam até hoje.” (Souza Filho, 2015, p.98). O autor destaca o artigo 544 como estrutura jurídica ao capitalismo onde “a propriedade é o direito de fazer e de dispor das coisas do modo mais absoluto, contanto que delas não se faça uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos” (Souza Filho, 2010, p.183). Assim o uso decorre da propriedade e não o contrário, e o direito de dispor da terra daria o direito de vender e transferir a propriedade.

> A modernidade, com seu desenvolvimento econômico e sua ciência, prometeu melhorar a natureza e apenas conseguiu enjaulá-la, reservando o resto do espaço da terra para a humanidade, como se pudesse viver de forma totalmente apartada, convivendo apenas com a natureza domesticada ou enjaulada. (Souza Filho, 2015, p.88).

A promessa da modernidade de melhorar a natureza com a limpeza da vida indesejada baseada numa suposta competição onde o “domínio humano é proibido à natureza.” (Souza Filho, 2015, p.89), ou seja, a todos os povos, modos de vida e mundos que não estão incluídos no mundo de um mundo. Assim, determina a serventia da natureza ao ser humano, o homem. “A modernidade não existe sem a colonialidade; elas são duas caras da mesma moeda, e o racismo organiza a partir de dentro todas as relações sociais e hierarquias de dominação da modernidade.” (Grosfoguel, 2019, p.60). A colonialidade coloca o racismo como princípio organizador das demais formas de divisão, inclusive de trabalho. Porém não de forma reducionista mas como parte do princípio da complexidade chamado heterogeneidade histórico-estrutural, onde heterarquias e interseccionalidade se constituem como diversas formas de hierarquias enredadas.

Sendo, o conceito de civilização, utilizado como forma de hierarquização, baseado em elementos culturalistas e conhecimento científico/tecnológico a modernidade é um projeto civilizatório que se reproduz com violência que surge a partir da expansão colonial europeia

em 1492, na dominação do "não Ocidente" pelo "Ocidente". "O capitalismo histórico está organizado e atravessado a partir de dentro pelas lógicas civilizatórias da modernidade/colonialidade." (Grosfoguel, 2019, p. 62). A visão dualista também faz parte da modernidade e sistematiza as dinâmicas predatórias do capitalismo em escala global, como projeto genocida da vida (humana e não humana) e destruição de outras formas de ser, conhecer e estar no mundo.

A superação do sistema colonial a partir da eliminação de administrações coloniais e independência dos Estados colonizados, da mudança do seu sistema jurídico-político, não é e não foi o suficiente, de modo que ocorreu a mudança de um colonialismo do poder para a colonialidade do poder, tendo esses estados emancipados ainda sob a exploração europeia-americana. Diferencia-se os termos colonialismo e colonialidade (Grosfoguel, 2019), onde o primeiro se caracteriza pela presença de uma administração colonial e o segundo se refere aos processos de dominação que ocorrem sem necessariamente a presença dessa administração, esses processos da atualidade são chamados de colonialidade do poder.

O capitalismo é produto de um processo civilizatório e a solução tem que ser antissistêmica e abarcar todas as formas de dominação, "anticapitalista/antipatriarcalista/antieurocêntrica/antiocidental-cênctrica/anticritã-cêntrica/antiecologicida" (Grosfoguel, 2019, p.66).

> A decolonialidade trata da produção de um projeto antissistêmico que transcenda os valores e as promessas da modernidade como um projeto civilizatório e da construção de um horizonte civilizatório distinto, com novos valores e novas relações que comunalizem o poder. (Grosfoguel, 2019, p.65).

Quijano (2005) aponta que a experiência colonial a nível global inicia com a colonização da América e a estruturação do capitalismo mundial, estabelecendo um novo padrão de poder onde o controle pela divisão do trabalho se articula com a submissão pela raça. "As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho." (Quijano, 2005, p.118). O autor vai destacar as diferenças de trabalho assalariado associadas à raça, que não poderiam ser explicadas sem a classificação racista do mundo pela colonialidade do poder capitalista mundial. Tal

> articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos. (Quijano, 2005, p.120).

Todo o processo de colonização também se deu em torno da construção de uma superioridade natural do europeu que se consolidou após a invasão das Américas, colonizando os aspectos cognitivos dos povos criando uma intersubjetividade legitimadora do colonizador. O "etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores." (Quijano, 2005, p.121). Cria-se uma hegemonia baseada na divisão de raça criando uma série de perspectivas dualistas que divide o mundo em europeus (ocidentais) e não-europeus (povos inferiores).

A colonialidade do poder aponta para a multidimensionalidade das formas de dominação subjugação dos povos oprimidos, complexifica o olhar sobre os impactos da hegemonia do capitalismo mundial neoliberal e neocolonial. Para além das formas de controle da relação capital-trabalho, mostra como a raça foi um dinamizador desde o início da colonização das Américas ao mesmo tempo que não perde de vista a ação desse sistema mundo moderno capitalista e seus reflexos concretos que, para além da luta de classes, oprime e discrimina e elimina por uma narrativa colonial da forma de ser, estar e pensar civilizada. E da mesma forma que complexifica as dinâmicas de poder em torno do trabalho também o faz no acesso à terra.

Girardi (2022) ao analisar dados do Censo agropecuário 2017 fundamentado pelo levantamento da questão racial na questão agrária, mostra como o racismo está presente no acesso à terra. O autor analisa o impacto de três dispositivos legais implementados e seus impactos no acesso à terra. A Lei de Terras de 1850 foi uma maneira de cercamento de terras diante da perspectiva que o futuro dava onde a exploração das terras se daria diante do trabalho "livre" (ou trabalho assalariado), o autor destaca que no mesmo ano foi instituída a Lei Eusébio de Queiroz que proibiu o tráfico transatlântico de escravos, com essa perspectiva se somaria também as políticas de imigrantes. O autor destaca a centralidade da obra de José de Souza Martins, o Cativeiro da terra (1979), que denuncia a escravidão da terra através do cercamento como forma de continuar a dinâmica do trabalho escravo, na medida em que o seu cercamento na propriedade privada obrigaria imigrantes e futuros escravizados libertos a venderem sua mão-de-obra. Girardi (2022) destaca que poucas obras tratam do impacto da Lei de Terras nesses últimos, no que complementa com o efeito a partir da Lei Áurea (1988) ao instituir o fim da escravidão sem ter nenhum tipo de política de redistribuição de terras ou de apoio aos ex-escravizados de forma a compensar sua condição de extremo desamparo social.

> A Lei de Terras de 1850 e a Lei Áurea de 1888 são leis racistas porque são nulas em dispositivos que pudessem tentar reparar a escravidão e fornecer meios mínimos para que os negros libertos pudessem se inserir de forma mais equânime na sociedade. Isso

> significava, àquela época, dar acesso à terra e a instrumentos básicos para explorá-la. Contudo, ao contrário, a Lei de Terras de 1850, ponto de inflexão da questão agrária no Brasil, estabeleceu obstáculos que impediram que o negro acessasse a terra. (Girardi, 2022, p.37).

A partir de um levantamento de assentamentos de Fernandes et al. (2007) o autor destaca indicadores da presença negra nessas áreas onde foram "analisados 737 assentamentos em 15 estados do país. Em 100 (13,6%) assentamentos, a metade da população era negra; em 378 (51,3%), mais da metade da população era negra; e a população branca era maioria em 259 (35,1%) deles." (Girardi, 2022, p.38). Destaca também os nomes de assentamentos em homenagem a lideranças negras e destaca a relação que os autores do estudo reforçam entre a questão racial e a questão agrária.

A terceira política que o autor trás para evidenciar a questão racial é o incentivo a imigração de trabalhadores europeus. Com uma mão de obra livre já constituída no Brasil a partir de escravos livres, que em parte estava dispersa pelo território brasileiro, optou-se por uma política de branqueamento dos trabalhadores no campo, alternativa proposta por fazendeiros de café do oeste paulista. "A opção pela imigração europeia para substituir o trabalhador negro tinha fundamentos racistas, com muitos defensores da opção utilizando a justificativa de branqueamento da população." (Girardi, 2022, p.47). Grande parte dos ex-escravizados foi absorvida por relações de servidão e clientelismo em trabalhos de subsistência e precarizados, permanecendo em parte ligada ao campo. A região Nordeste que sempre forneceu escravos para a região Centro-Sul tinha desenvolvido uma capacidade de absorção de trabalhadores para suprir a falta causada pela evasão de escravos, permitindo uma maior permanência da mão-de-obra livre no campo. O autor destaca estudos que mostram as restrições de decretos da política que limitavam a imigração a trabalhadores europeus, e determinava incentivo a fazendeiros que absorvessem essa mão-de-obra. Além "dos grandes fazendeiros, havia também pequenos e médios agricultores, influenciados pelo liberalismo inglês e francês, que defendiam o fim da escravidão e o branqueamento da mão de obra com imigrantes europeu." (Girardi, 2022, p.48).

O autor retoma a centralidade da questão agrária no Brasil destacando os quatro marcos ou momentos para a manutenção do caráter conflitual agudo e que vai configurar a reforma agrária como política de controle social. A instauração da Lei de Terras e da Lei Áurea, a transferência da reforma agrária, em 1890, como função dos estados, reforçando relações de coronelismo, o golpe cívico-militar em 1964 e abandono do projeto da reforma agrária e a Constituição de 88 com instrumentos conservadores para essa política, tornando-a dependente da indenização do proprietário, ou seja, do orçamento público, sempre deficitário.

Complementa com o caráter da maioria dos assentamentos realizados nos anos que seguiram, concentrados na Amazônia Legal, de assentamentos de colonização, com o objetivo principal de ocupar a região.

> A política de assentamentos rurais é morosa e só avança lentamente mediante a luta dos movimentos sociais, atendendo apenas parte daqueles que lutam pela terra; [...] Houve progressos, mas muito menores do que o necessário para uma mudança estrutural. Isso demostra a rigidez do sistema político e sua decisão de manter a questão agrária no país. [...] A questão agrária é multidimensional e tem relações com a questão ambiental, a questão urbana, da fome, da pobreza, do desenvolvimento, regional e racial. (Girardi, 2022, p.61).

O que tentou-se caracterizar foi a complexidade da questão agrária e os contornos específicos que ganha nos últimos anos e suas raízes históricas vistas pela perspectiva da expansão capitalista por uma nova rodada de acumulaçào primitiva, evidenciando ataques cada vez mais violentos e a desconstrução das políticas públicas que vão refletir diretamente na luta por reforma agrária, pois essa tem centralidade, não só na pesquisa mas, na construção de um projeto de país. Projeto que sob o olhar da decolonialidade se desnuda na imbricação de diversas dimensões do ser, estar e saber que são controladas e oprimidas desde o início do projeto colonial, ou da construção do mundo de um mundo, onde o racismo aparece como articuladora elegendo o branco europeu como detentor de todos os privilégios em detrimento do direito das "raças inferiores" que se diversifica nos povos e grupos que vão sendo sistematicamente eliminados e escravizados em nome do acúmulo capitalista, que na questão agrária se dá na concentração de terras e latifúndios.

1.2 Luta pela terra no estado do Paraná

Segundo os autores do Atlas da Questão Agrária no Paraná, "a questão agrária paranaense precisa ser entendida no meio de processos que perpassam outras escalas numa noção de totalidade" (Roos et al., 2021b, p.40). Os autores dão três exemplos de análise. A partir da produção da soja que tem impactos ambientais locais no uso de agrotóxicos no plantio de transgênico causando degradação e contaminação, fazendo parte de um pacto tecnológico produzido internacionalmente, gerando conflitos por terra na medida em que precisa de extensas áreas para produção eliminando pequenos produtores da competição no mercado e diminuindo o acesso a terra. Como *commodity* é negociada e especulada a nível global nos principais centros comerciais internacionalizados. Majoritariamente exportada ao custo da degradação dos recursos naturais nacionais para virar ração para gado internacionalmente. Sendo o principal produto exportador, com altos subsídios governamentais, afeta diretamente

o equilíbrio da balança comercial, cooptando a política pública para manter e ampliar esses subsídios e afrouxar sua ampliação.

> Os impactos da expansão da soja são locais, globais e nacionais, mas também têm forte repercussão no tipo de vida rural que resulta em esvaziamento demográfico quando chega o cultivo em grandes extensões, em relações de trabalho intensamente precarizadas ou em prejuízos à saúde que os agrotóxicos provocam – ou seja, as escalas rural e do corpo também estão profundamente envolvidas. (Roos et al., 2021b, p.40)

Assim, por saltos escalares os autores também exemplificam a luta dos camponeses e povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido que olha-se para o estado do Paraná, na conformação histórica da questão agrária. "A questão agrária no Paraná é, antes de mais nada, a expressão cotidiana da expansão do capitalismo no campo que descumpre a função social da terra." (Roos et al., 2021b, p.43). Serra (2010) destaca a permanência de mecanismos de acesso à terra desde a implementação de um novo modelo agrícola a partir de 1970 e a expulsão de trabalhadores no campo. São mecanismos incorporados no Paraná, na sua emancipação em 1853 do regime de sesmarias e de grandes posses regulamentadas pela Lei de Terras (1850), mas também com mecanismos próprios na colonização do estado pelo governo e empresas privadas.

Até a primeira carta de Sesmaria no Paraná, em 1614, todo o espaço paranaense era propriedade pública da Coroa portuguesa. A sesmaria fez iniciar um regime de propriedade particular regulamentando o acesso e repartição da terra. "De maneira geral, entretanto, quem pleiteava sesmaria no Paraná via no acesso à terra apenas uma forma de demonstrar poder político" (Serra, 2010, p.76), identificando o sistema à propriedade improdutiva, ao mesmo tempo que impede o acesso aos grupos social e economicamente menos privilegiados, os quais vão se estabelecer em áreas não requeridas, até o momento que aparecesse alguém mais rico com um título sobre a mesma área. "Ao se transformarem em fato comum, as posses 'irregulares', seguidas da expulsão dos posseiros 'invasores', vão se constituir numa das primeiras formas de conflito pela posse da terra no Paraná" (Serra, 2010, p.77). Com o fim das Sesmarias, a Constituição de 1824 vai garantir direitos de propriedade legalmente transferidos, intensificando as apropriações irregulares, no que o autor cita o surgimento de "papa-terras".

> Como características, tais elementos atuavam em conivência com pessoas diretamente vinculadas às esferas do poder culminante e a pretexto de terem prestado algum serviço de utilidade pública, acabavam se apropriando de grandes extensões de terra e ainda se beneficiando de uma série de regalias, jamais ao alcance do cidadão comum. (Serra, 2010, p.77).

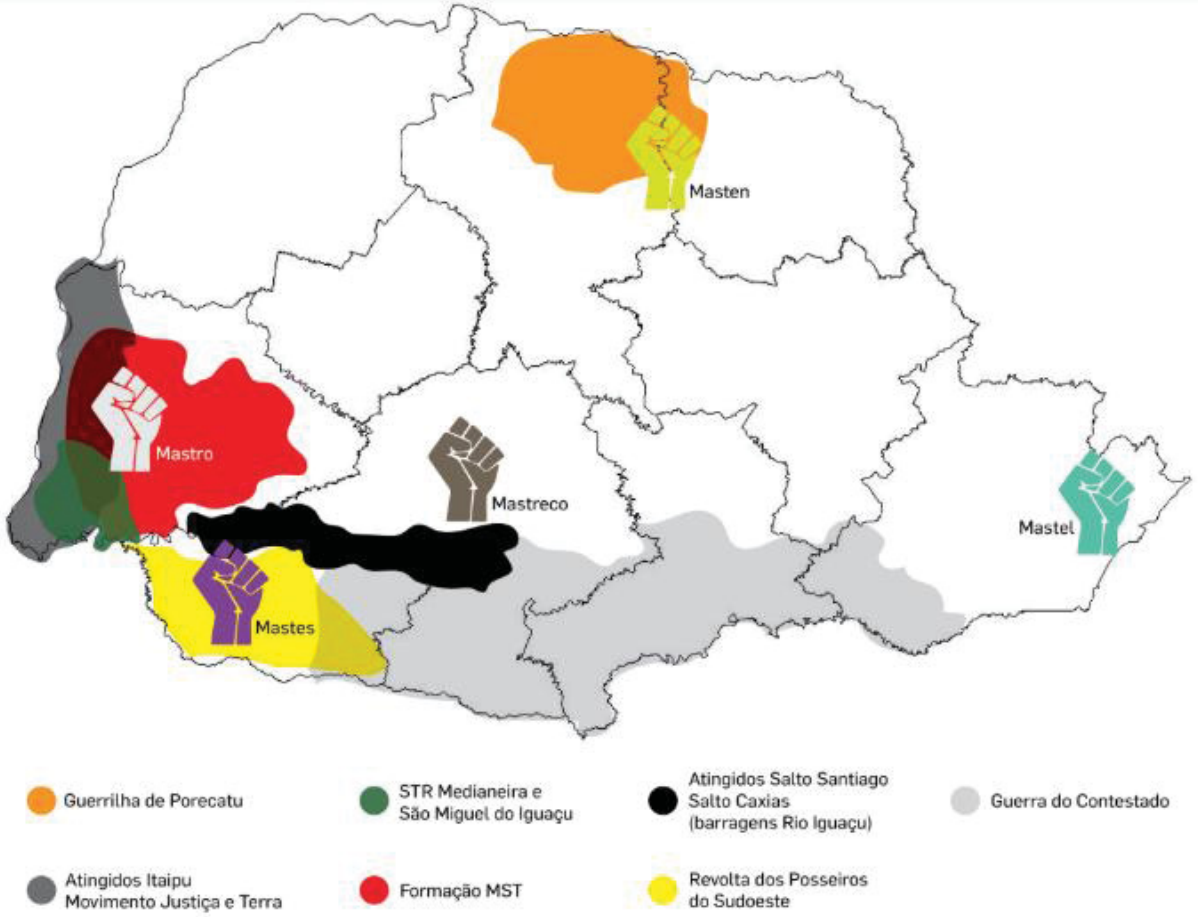
A política de terras na Lei de Terras (1850), implementada três anos antes da emancipação do Paraná, vai ter, segundo o autor, um efeito diferente do que teve em estados

como São Paulo, onde se buscava garantir o fornecimento de mão-de-obra para a lavoura cafeeira. No Paraná o efeito daquela lei foi a garantia do domínio territorial da grande propriedade improdutiva. Com a proclamação da República, onde se atribuiu aos estados a competência de legislar sobre terras devolutas, em 1892 se edita a Lei nº 68 garantindo a propriedade aos detentores de cartas de sesmarias. No Ato nº 35 cria-se formas de barrar a apropriação irregular em andamento. Em 1907 se definem as bases para o processo de colonização privilegiando colônias de agricultores imigrantes, que passa a ser função da iniciativa privada em 1916, insuficiente, segundo o autor, para barrar a apropriação irregular da terra com concessões fraudulentas e grilagens com suporte em uma classe latifundiária que desafiava as formas de intervenção do Estado. Somente em 1929 com a crise internacional e com a Revolução de 1930 o Estado consegue retomar as terras ao patrimônio público tendo na colonização o processo de repartição do espaço agrícola. Se beneficiaram então as classes empresariais vinculadas ao setor imobiliário a qual se uniram a classe latifundiária tradicional (recuperada da crise) personificando a elite econômica dominante no estado.

> [O] Estado se deixa levar por um jogo de interesse nada condizentes à sua esfera de poder. Na nova condição, alimenta intrigas entre grupos, protege grileiros, acoberta crimes geralmente praticados contra posseiros, tornando inócuas boa parte das medidas saneadoras tomadas no início do anos de 1930.
> [...] Na marcha da ocupação pioneira, áreas já apropriadas por posseiros são cobiçadas por grileiros e colonizadoras, com fortes ligações com o Estado, estabelecendo-se a partir daí as bases para uma fase de sangrentos conflitos envolvendo disputas pela posse da terra. Dentro deste contexto, no final dos anos 1940, eclode no Norte Velho a denominada "Guerra de Porecatu", envolvendo posseiros e fazendeiros e no final dos anos 1950, no Sudoeste, o "Levante dos Posseiros", envolvendo posseiros e colonizadores. Uma série de outros conflitos vai acontecer, marcando o avanço das frentes de colonização. (Serra, 2010, p.79).

Roos et al. (2021b) destacam que a negação de terras a camponeses se deu desde a expulsão dos povos originários para a concentração de terras, gerando processos de resistência dos quais destacam alguns momentos históricos. "As lutas do Contestado, Porecatu, Posseiros do Sudoeste e, mais recentemente, dos atingidos por barragens, sem-terra e quilombolas são exemplares deste processo." (Roos et al., 2021b, p.49). Grande parte dos processos de luta vai se iniciar na articulação dos sindicatos rurais e a violência característica contra essa resistência se manifesta através de milícias privadas dos latifundiários e da Polícia Militar (PM) do estado. A partir da permanência dos conflitos e aspectos da questão agrária essa também vai ser central na colonização e construção do estado os quais os autores espacializam (figura 9). Fabrini, Roos e Marques (2007) destacam que a "luta pela terra no Estado do Paraná não é um fenômeno recente e as várias regiões do estado foram e estão sendo geografadas por estas lutas." (Fabrini et al.,2007, p.36).

FIGURA 9 - Geografia das lutas Camponesas no Paraná.



Fonte: Roos et al. (2021b).

Entre os destaques do mapa estão a Guerra do Contestado, que ocorre entre 1912 e 1916, entre camponeses e as atividades da empresa madeireira *Southern Lumber* que se instalou no estado para exploração das matas de araucária nas terras cedidas pelo Estado à empresa de *Brazil Railway Company*, para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, podendo explorar uma faixa de 15 km de terras de cada lado ao longo da ferrovia, expulsando os camponeses que nelas viviam.

> Homens, mulheres e crianças foram expulsos violentamente pelo corpo de segurança da Lumber. Diante da negação do acesso à terra, ao território e, finalmente, às condições de reproduzir sua existência, não restou alternativa aos camponeses que não fosse resistir, e o conflito ganhou grandes proporções. (Roos et al., 2021b, p.51).

Essa guerra ficou marcada pelo uso desproporcional de forças, enquanto os camponeses resistiram desde o reduto em meio a florestas a empresa e sua milícia privada recebia o reforço do Exército brasileiro, autorizado a utilizar aviões. Hoje em dia as grandes monoculturas de pinus e eucalipto no estado predominam nos municípios na região da guerra. Outras permanências da guerra destacadas pelos autores são os nomes de acampamentos e assentamentos que homenageiam a memória da luta camponesa da guerra. Roos et al. (2021b)

nomeiam dois acampamentos de luta pela terra, um no município General Carneiro (Vitória do Contestado) e outro no município de Paula Freitas (Reduto de Caraguatá), mas também se somam a essa lista o assentamento Contestado no município da Lapa e também o acampamento Maria Rosa do Contestado, recorte central desta pesquisa, no município de Castro.

Maria Rosa foi uma liderança importante na Guerra do Contestado, fazia parte do grupo de mulheres que acompanhavam o Monge João Maria, liderança espiritual e organizativa dos caboclos do Contestado que formava uma população de peões, agregados, ex-escravos, negros libertos ou fugitivos, composta por brancos, negros e índios, os puros e os mestiços segundo levantamento de Fraga et al. (2018). Os autores destacam a religiosidade e a importância da figura dos monges em que aquele permaneceu como na história como alguém que vivia de forma simples em vários lugares, em meio a natureza, orientando, curando, ajudando e batizando pessoas, além de profetizar e prever acontecimentos. "Nesse universo místico e religioso das representatividades simbólicas é que se inserem as mulheres no contexto da Guerra do Contestado." (Fraga et al., 2018, p.554). As "Virgens", eram mulheres escolhidas em acordo com os povos nos redutos e o Monge que também atuavam no mesmo sentido.

> Dentre as mulheres que tiveram destaque ao longo da Guerra do Contestado estão a Virgem Teodora, que deu esperança à população por meio de suas visões; Chica Pelega, a guerreira que espalhou coragem e bondade por onde passou, a despeito de sua história trágica; Nega Jacinta, ou Nhá Jacinta, conhecida pela prática de benzeduras e parteira; e Maria Rosa, que liderou milhares de homens e mulheres contra as forças repressivas republicanas, além de proporcionar fé e esperança ao povo. (Fraga et al., 2018, p.555)

De acordo com os autores, Maria Rosa vai se destacar para além dos aspectos religiosos ou mitológicos, mas também como uma liderança de guerra, com postura militar comandando milhares de homens em movimentos estratégicos da Guerra.

Outro conflito destacado por Roos et al. (2021b) foi a Guerrilha de Porecatu ocorrida na década de 1950, no Norte Central do Paraná. Com a promessa da terra regularizada o então governo do estado loteou terras às margens do rio Paranapanema para o plantio do café, com a necessária derrubada da floresta, e uma promessa de prazo de regularização em até 6 anos. Passados 15 anos e a promessa não se concretizou, no que a nova gestão do governo do estado concedeu as terras a latifundiários de São Paulo em troca de alianças políticas, gerando o conflito na região. Assim, jagunços agiram para expulsar os camponeses que se organizaram e resistiram para defender as terras e garantir sua posse, partindo inclusive para o confronto armado. Os "camponeses/posseiros que habitavam as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu passaram a resistir aos despejos de suas terras, inclusive utilizando-se de armas." (Fabrini et al., 2007, p.36). Roos et al. (2021b) destacam que uma das grandes contribuições dessas

mobilizações foi o envolvimento de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que ajudou a organizar os posseiros, criando as primeiras associações de lavradores do Brasil, precursoras das Ligas Camponesas. Com a força do Estado e o aparato policial as forças camponesas foram reprimidas.

A Revolta dos Posseiros aconteceu na mesma década na região Sudoeste. Com a política de ocupar as faixas de fronteira o governo Federal levou milhares de camponeses para a fronteira com a Argentina em terras que foram prometidas como forma de compensação por sua desapropriação no planalto catarinense onde os bens da Companhia de Estradas de Ferro São Paulo–Rio Grande (CEFSPRG), subsidiária da *Brazil Railway Company*, foram incorporados ao estado pela irregularidade. "Aí, as lutas e conflitos surgiram quando os colonos/camponeses foram expulsos de suas terras através de manobra empreendida pelo governo estadual." (Fabrini et al., 2007, p.36). O empresário cedeu seus direitos de receber parte dessas terras para uma empresa de colonização, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, cujo governador da época era acionista. Assim, através de jagunços, começou a pressão para a saída dos posseiros da região, a "lei que lhes foi imposta passou a ser: "ou paga, ou sai, ou morre"." (Roos et al., 2021b, p.55). Esses, se organizaram e com milhares de camponeses/posseiros organizados travaram os conflitos, o momento alto da movimentação foi a tomada pelos posseiros da cidade de Francisco Beltrão no que expulsaram os jagunços das sedes das empresas. "Organizados em 'assembléias gerais do povo' e 'juntas governativas', os camponeses avançaram sobre a cidade de Francisco Beltrão, expulsando as autoridades constituídas e tomando estações de rádio." (Fabrini et al., 2007, p.36). Roos et al. (2021b) apontam como um dos reflexos dessa luta hoje a região é composta na sua maioria por minifúndios de até 100 ha em oposição ao latifúndio. Fabrini et al. (2007) ainda vão destacar a década de 1960 como de extrema violência, com a ditadura militar, as mobilizações sendo oprimidas pela força militar.

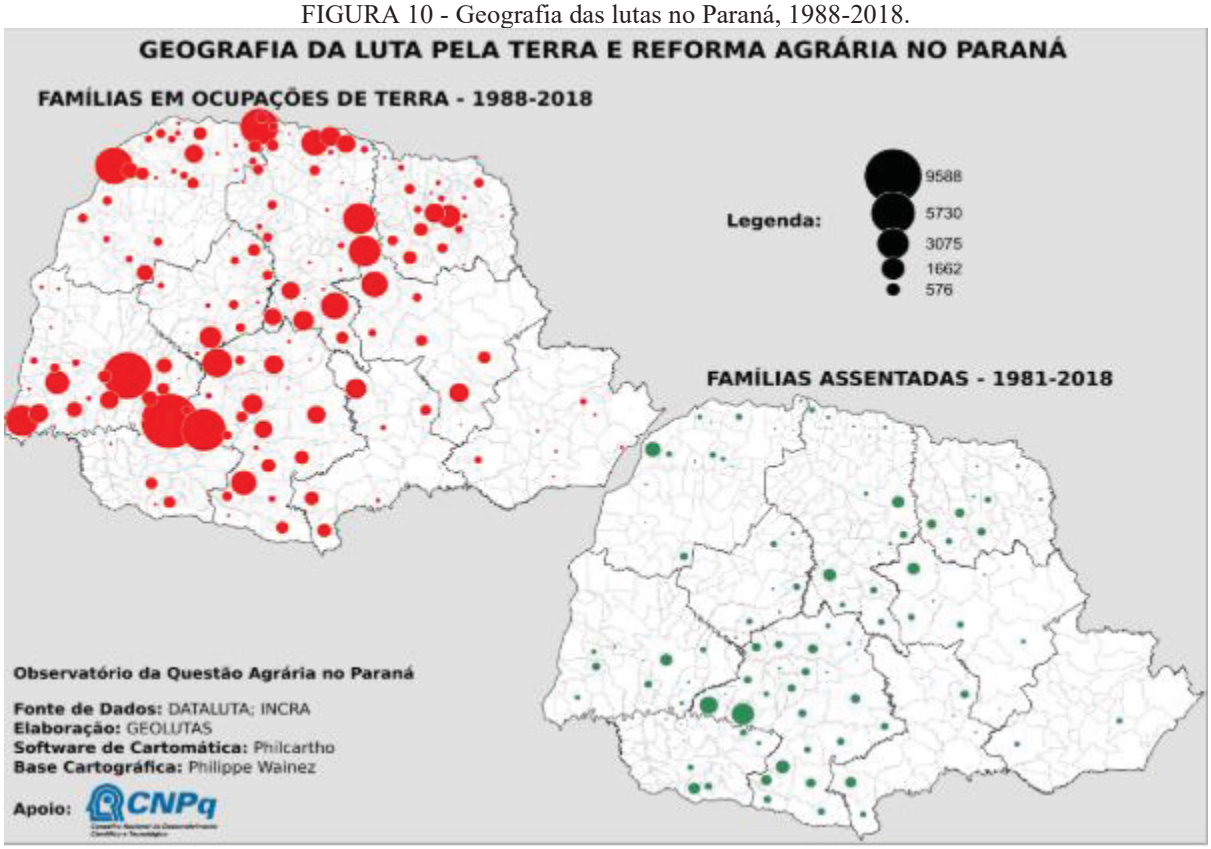
Com a construção da barragem de Itaipu no fim da década de 1970 os agricultores expropriados pela construção, organizados com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fabrini et al. (2007) destacam o surgimento do "Movimento Justiça e Terra" organizado pela CPT, na reivindicação das indenizaçòes. Mobilizações que marcaram a região oeste do estado como embrião de movimentos de luta pela terra e de atingidos por barragem. "Foram montados acampamentos onde, diariamente, eram realizadas assembleias. Com isso, o ganho maior foi o crescimento político e social e a coragem de reivindicar direitos." (Fabrini et al., 2007, p.37). Os autores ainda destacam as lutas feitas pelos ribeirinhos e ilhéus do rio Paraná, mobilizados desde a cidade de Guaíra. Essas

experiências também motivaram a organização de agricultores sem-terra no Oeste, o Movimento dos Agricultores Rurais Sem-Terra do Oeste (Mastro), cuja pauta de luta incluía a reforma agrária. Junto com o STRs e a CPT e outras organizações organizaram e criaram movimentos semelhantes em outras regiões do estado, “os camponeses despossuídos e expulsos foram forjando a presença do sujeito social sem-terra no contexto paranaense".” (Roos et al., 2021b, p.57). Fabrini et al. 2007 destacam a soma das lutas de outros estados na realização de um Encontro de trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro, como regional Sul, na cidade de Medianeira em 1982, de onde destacam mobilizações de ocupações de latifúndios. “Entre eles, destaca-se a ocupação das fazendas Anoni e Cavernoso em Cantagalo (1983); Giacomet-Marodin em Chopinzinho (1983); Quinhão 11 em Sertaneja (1983); Imafibo em Mangueirinha (1984).” (Fabrini et al., 2007, p.37).

Em 1984, no município de Cascavel, aconteceu a reunião de trabalhadores sem-terra que deu início ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), com participantes de diversos estados, definiram-se princípios e formas de luta. No primeiro congresso realizado no ano seguinte em Curitiba a ocupação de terras foi definida como principal forma de reivindicação (Roos et al. 2021b; Fabrini et al., 2007), promovendo assim a visibilidade da questão agrária (figura 10) e exigindo do Estado respostas e ações para a resolução. O principal motor da política de reforma agrária, as ocupações de terra que, na década 1990, foram recebidas com violência, como caso de polícia, pelo governo do estado, resultando em conflitos violentos que marcaram a história da luta pela terra no Paraná. Nos anos 2000, na região Oeste, intensos conflitos se deram com forte oposição dos latifundiários. “O movimento dos sem-terra espacializou-se, realizando ações massivas com ocupações e acampamentos em latifúndios nos mais variados municípios do Estado.” (Fabrini et al., 2007, p.37).

> A maior ocupação de terra no Brasil foi realizada em Rio Bonito do Iguaçu, em 1996, na qual cerca de 3 mil famílias acamparam na então fazenda Giacomel (atual Araupel), com área de 83 mil hectares. Como resultado desta ocupação, parte do antigo latifúndio Giacomet foi conquistada pelos sem-terra e transformada nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. Em 2005, foram assentadas mais 1.089 famílias nas terras desapropriadas da fazenda Araupel, formando o assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu. Posteriormente, o imóvel remanescente da Giacomet foi ocupado várias vezes pelos sem-terra, com destaque para as mobilizações ocorridas a partir de 2014. (Roos et al.,2021b, p.59).

FIGURA 10 - Geografia das lutas no Paraná, 1988-2018.



Fonte: Roos et al., 2021b, p.65

Fabrini et al. (2007) também destacam a presença dos brasiguaios (brasileiros estabelecidos no Paraguai) no retorno para o Brasil nas lutas pela terra atuando de forma mais intensa, a partir de 1998, promovendo ocupações nos municípios de São Miguel de Iguaçu, Ibema e Mariluz. Também na década de 1990 os autores destacam a luta dos agricultores atingidos pela barragem do rio Iguaçu tendo maior força em 1995 com grandes assembléias e acampamentos que resultou no reassentamento de 615 famílias nas regiões Oeste/Sudoeste. Destacam essas e mais a região Central na ocorrência de lutas da década de 1980, destacando, na década de 1990 a região Noroeste e nos anos 2000, novamente a região Oeste. "Assim, a luta pela terra no Paraná, não está assentada em um único centro, mas espacializada por todo o território paranaense." (Fabrini et al., 2007, p.38). Destacam as principais lutas no Paraná até a década dos anos 2000 marcadas pela reivindicação da

> conquista da terra, obtenção de recursos financeiros, assistência técnica, preservação da biodiversidade e infraestrutura para agricultura camponesa e empresarial. A partir das diferentes demandas verifica-se também a presença de variados movimentos, dos quais se destacam a Via Campesina, MST, MLST (movimento de libertação dos sem-terra), pescadores e ilhéus, STRs, dentre outros. (Fabrini et al., 2007, p.38).

Chamam a atenção para a incorporação das formas de luta dos movimentos sociais pelos produtores rurais, como fechamento de rodovias e agências bancárias, e também destacam o

fato de que grandes proprietários incorporaram a luta dos pequenos agricultores com a promessa do beneficiamento para todos.

> As lutas dos camponeses não são necessariamente locais e ligadas aos seus interesses corporativos e imediatos. São lutas contra a estrutura de dominação engendradas no processo ampliado de acumulação capitalista. As transformações recentes ocorridas no campo paranaense e brasileiro devem ser entendidas nesse contexto, quando os trabalhadores do campo vão acrescentando novos conteúdos à questão agrária. (Fabrini et al., 2007, p.40).

Ao espacializar a geografia das lutas no estado, comparando o número de famílias em conflito e o número de famílias assentadas, destaca-se a defasagem da política de Reforma Agrária. Mas também evidencia-se a importância das ocupações na medida em que as regiões que acontecem os conflitos são as regiões que são assentadas as famílias no estado (em menor medida, infelizmente). Ao olhar para o histórico de números de acampamento por ano no estado é possível ver uma crescente que atinge picos no final nos anos 2000 e início de 2003, decrescendo depois, como reflexo da reorientação da forma de luta do movimento, como destacam os autores.

> Em 1999 houve 123 ocupações de terra, as quais diminuíram para 23 em 2000 e para uma em 2018. A diminuição está vinculada a um conjunto de fatores, como a redefinição das estratégias de lutas dos movimentos de sem-terra a partir de meados da década de 2000 (sobretudo no período de governos do PT). Os movimentos passaram a priorizar a luta por políticas públicas voltadas para o atendimento dos assentamentos rurais. Ou seja, as ocupações foram perdendo centralidade nessa luta. (Roos et al., 2021, p.61).

Ainda assim, a violência contra a luta pela terra se intensifica. Roos (2013) destaca que com a mudança do governo no Paraná, em 2003, com a entrada de Roberto Requião (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), modificando o contexto político e alimentando esperanças dos trabalhadores rurais. Esses realizaram então diversas ocupações de terra, provocando reação dos latifundiários que criaram o Primeiro Comando Rural (PCR) para organizar pistoleiros no combate à ocupação de terras. O governo nessa época deixou de cumprir grande parte das ações de reintegração de posse e não tratou os conflitos como casos de polícia, intensificando a ação de milícias na execução dos despejos. O autor destaca então uma ação emblemática na ocupação de uma área experimental da Syngenta em Santa Tereza do Oeste, em que o governo ficou ao lado dos camponeses, desapropriando a área, transformada em um centro de pesquisas agroecológicas. Com a reação dos latifundiários através de uma milícia armada, 40 homens fortemente armados tentaram despejar os camponeses, num conflito em que foi assassinado o trabalhador rural Valmir Mota de Oliveira (Keno), liderança do MST na região Oeste do Paraná.

Mais próximo do contexto caracterizado anteriormente como avanço do retrocesso e/ou contra reforma agrária, nos anos 2018 a 2020 Coutinho et al. (2020) vão destacar que o Paraná foi o estado em que mais aumentou os conflitos relacionados à violência contra ocupação e posse, como resultado da criminalização dos movimentos sociais do campo. Apontam, em 2020, processos de reintegração de posse executadas por agentes do estado mas também pelo próprios latifundiários e seus "pistoleiros". Por exemplo, no acampamento Valdair Roque no município de Quinta do Sol os camponeses foram atacados por 14 homens armados e com a utilização de maquinário agrícola para destruir as plantações.

Seguindo o movimento da reconfiguração das lutas os autores destacam as ações de solidariedade realizadas pelo MST, distribuindo gratuitamente em comunidades urbanas e rurais do estado alimentos produzidos pelos camponeses, sinalizando a retomada da promoção da soberania alimentar. "As ações de solidariedade presentes neste período reforçam positivamente a importância da produção de alimentos saudáveis e a garantia de segurança alimentar para as famílias em condições de vulnerabilidade social" (Coutinho et al., 2020, p.2). Os autores destacam o envolvimento de 120 assentamentos e 52 acampamentos do MST em 72 municípios do estado.

> A solidariedade não é um aprendizado novo nesses lugares. Entre as moradoras e moradores de assentamentos e aquelas e aqueles que ainda sofrem as incertezas dos acampamentos, existe uma disposição para a união que reafirma: enquanto houver um sem terra, nós também o seremos. (Roos et al., 2020, p.184)[40].

Coutinho et al. (2020) ainda destacam que em 2019 houve dez ações de reintegração de posse onde centenas de famílias perderam suas casas, plantações e criações, onde duas condições foram centrais, o uso expressivo de contingente da polícia militar do estado e a caracterização das áreas ocupadas com inúmeros processos ilegais sobre corrupção, fraude, grilagem, trabalho escravo, dívidas trabalhistas, terras improdutivas, entre outros. Dentre os despejos listados pelos autores está o caso da Fazenda Janene no município de Londrina, com 300 hectares ocupados por 250 famílias há 5 anos, como forma de denúncia das ilegalidades de corrupção e fraude. Na mesma linha se caracteriza o conflito no acampamento Maria Rosa do Contestado com estratégias específicas de resistência.

Foram ao todo 643 famílias despejadas no estado em 2019, havendo ainda 7000 famílias em 70 acampamentos, dos quais 20 têm autorização para o despejo e 50 estão ameaçados. Dentre as formas de resistência que têm se variado ao longo dos anos, os autores vão destacar a realização de vigílias, como a Vigília Resistência Camponesa, feita no município de Cascavel,

[40] Para mais sobre a atuação do MST nas ações de solidariedade no Paraná verificar Roos et al. (2020).

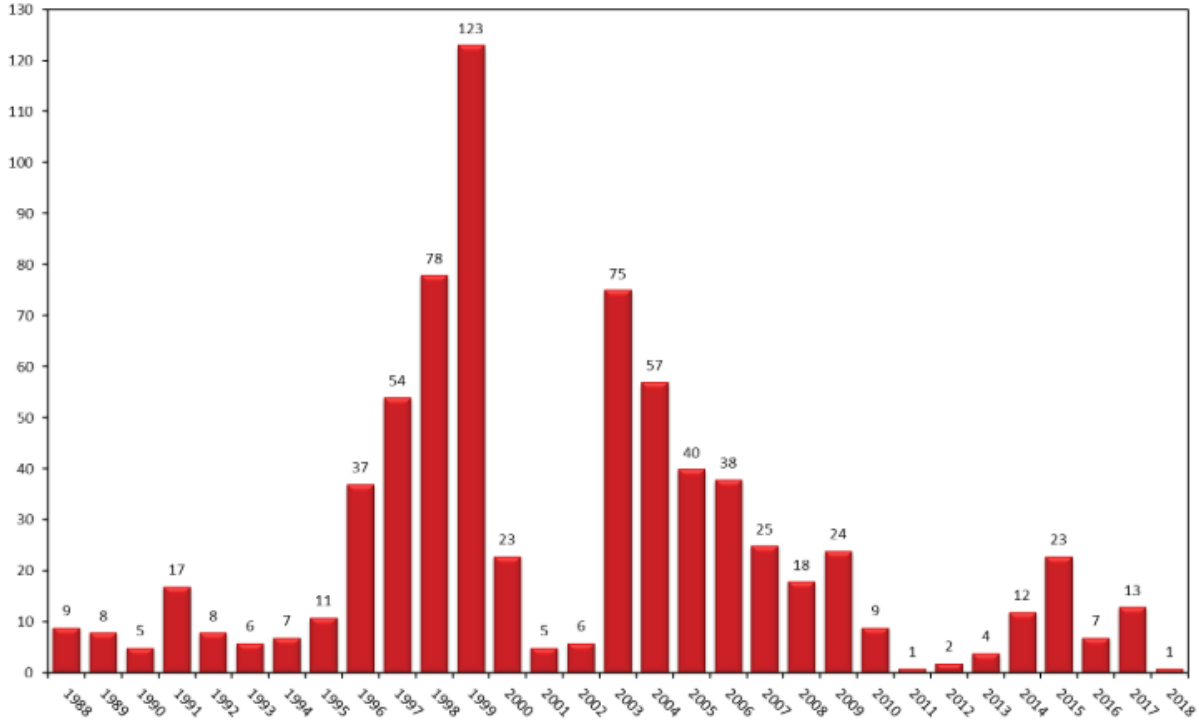
como ações de não enfrentamento que "se assemelha a uma greve de fome, jejum ou mesmo uma celebração religiosa." (Coutinho et al., 2020, p.5).

Dessa maneira destaca-se que a partir da centralidade da ocupação como estratégia de reivindicação se desdobram outras formas como ações de solidariedade, vigílias e outras que vão se ressignificando ao longo do contexto histórico, o qual, nos últimos anos da 'década de 2010 se caracterizou pelo retrocesso e abandono total da reforma agrária, provocando outras estratégias a serem apontadas no decorrer deste trabalho. Roos et al. (2022) destacam que apesar da diminuição das ocupações, pela continuidade crescente dos conflitos o MST continua protagonizando a luta pela terra. Com a sua mudança estratégica, críticas serão feitas ao movimento (Oliveira, 2020)[41] diante do decréscimo das ocupações que vão refletir na criação de assentamentos. Porém os impactos dessa mudança continuarão tendo efeito na disputa política por uma Reforma Agrária Popular[42], por outra forma de estar e produzir no campo. Efeitos que serão essenciais na disputa em períodos de avanço de retrocesso e agudização da contrarreforma agrária, no caso do recorte desta pesquisa, para a disputa jurídica em torno do conflito fundiário do acampamento Maria Rosa do Contestado. Nesse sentido se buscará mostrar como os efeitos da luta do movimento refletiram nessa disputa até a conquista do assentamento em 2023 e sua oficialização em 2024.

[41] A leitura do autor dos dados do caderno do conflitos do campo que constata a diminuição das ocupações protagonizadas pelos sem-terra diante do aumento dos conflitos no campo e a diversidade de sujeitos e afirma que o movimento havia abandonado a luta pela terra para a construção de um projeto político.

[42] Lançado em 2013 no VI Congresso Nacional do MST o programa agrário inclui o projeto da Reforma Agrária Popular, em que o MST anuncia a busca por soluções estruturais no Brasil, "a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano" (MST, 2014)

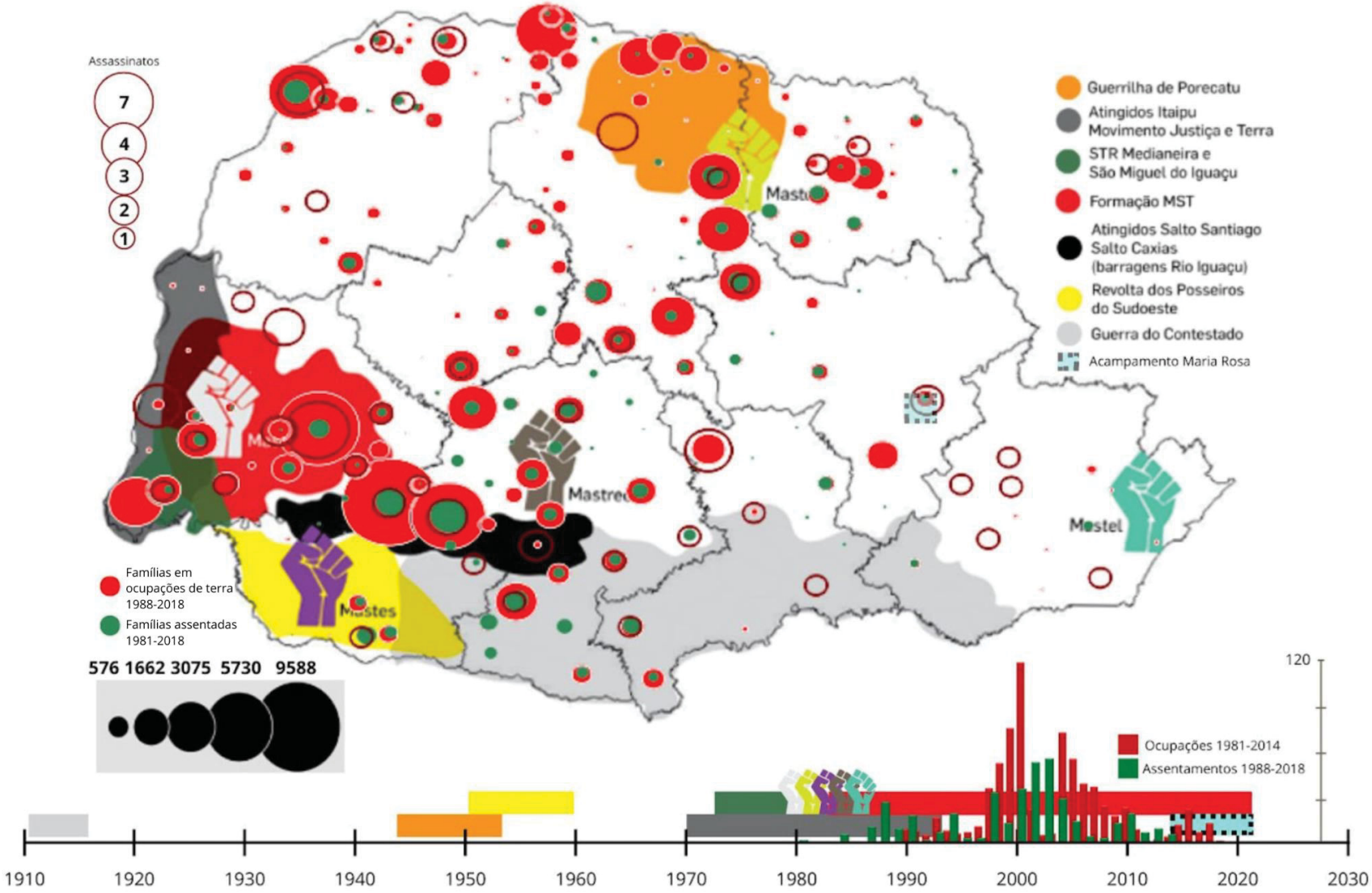
GRÁFICO 6 - Ocupações no estado do Paraná, 1988-2018.



Fonte Roos et al., 2022, p.61.

Em 2015 houve ainda uma quantidade significativa de ocupações de terra (23), em relação aos últimos anos, sendo o ano em que aconteceu a ocupação da Fazenda Capão do Cipó, no município de Castro. Articuladas pelo MST iniciaram o acampamento Maria Rosa do Contestado, em uma área de 440 hectares que antes era utilizada de forma ilegal pelo agronegócio da região para pesquisas com transgênicos e agrotóxicos se transforma em área de planito de alimentos saudáveis para construção de um projeto de comunidade agroecológica. Assim essas famílias se somam a um conjunto histórico de lutas e conflitos, da questão agrária no estado do Paraná com raízes históricas desde o processo de colonização pór-escravidão. A Figura 11 traz uma representação dos conflitos por terra no estado nesse recorte histórico para auxiliar a caracterizar a formação socioespacial do conflito fundiário tratado nesta pesquisa. Dessa maneira buscando sintetizar as diferentes geo-grafias associadas à sucessão dos tempos pretende-se a complementação da linha histórico-espacial ao longo do capítulo 1 com o objetivo de visualizar as diferentes territorializações do conflito (Figura 11).

FIGURA 11 - Linha histórico-espacial das lutas por terra no Paraná e Acampamento Maria Rosa do Contestado.



Fonte: O autor, adaptado de Roos et al. (2021b).

1.2.1 Imigração holandesa, as Cooperativas de Castro e a Fazenda Capão do Cipó

Castro fica na região dos Campos Gerais do estado do Paraná, conhecida também como a bacia leiteira do estado. Dias e Fajardo (2018) ao analisarem a formação das cooperativas do leite na região fazem breve resgate histórico. O tropeirismo do século XVII, principal vetor de ocupação da região, encontrou nas planícies dos Campos Gerais um local de descanso para a jornada de transporte do gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. A partir dessa movimentação diante da adaptabilidade das planícies para o cuidado com o gado, a atividade pecuarista começou a ser implantada. O município de Castro foi um dos núcleos de povoamento estabelecidos pelo tropeirismo na região que se expandiu com os ciclos da erva mate e da madeira no século XIX. "Entretanto, ganham destaque os projetos de imigração europeia estimulados nas últimas décadas do século XIX. [...] com o pretexto de ocupar os 'vazios demográficos' do território, principalmente, com imigrantes europeus (política de branqueamento da população)" (Dias e Fajardo, 2018, p.218).

Segundo os autores, os holandeses começaram a chegar ao Brasil em 1909 no programa de migração em parceria com o governo holandês e "os imigrantes foram atraídos à região por um contrato firmado entre o Estado brasileiro com a empresa Brazil Railway Company" (Dias e Fajardo, 2018, p.219), a empresa que, com diversas empresas subsidiárias, protagonizou muitos conflitos por terra no estado como relatado anteriormente. As

> primeiras famílias de imigrantes holandeses, foram motivadas por um plano de colonização, da "*Brazil Railway Company*", uma companhia norte-americana que também objetivava conseguir produção agrícola para a carga dos trens. Essa "Companhia", oferecia terras em troca da exclusividade na venda do leite à companhia. (Cordeiro, 2006, p.41).

A autora faz um resgate dos contratos entre a empresa e os holandeses que fundaram a primeira colônia no município de Carambeí, antigamente distrito de Castro, em 1911. Dias e Fajardo (2018) destacam que em 1912 chegaram os primeiros gados holandeses. A outra autora mostra que com a falência da empresa *Brazil Railway Company* os holandeses tiveram de se reorganizar. Em 1925, organizados em cooperativas criaram a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios que originou a marca Batavo. Após essa experiência, uma parceria entre os governos brasileiro e holandês, através de uma cooperativa de imigração, criou, em 1951 a colônia Castrolanda, atualmente bairro de Castro. O

> executivo paranaense se dispôs a comprar os lotes de terra que seriam utilizados para abrigar a colônia. Já o governo federal, investiu cerca de 7.470.000 de cruzeiros em projetos de financiamento a médio prazo. Sendo assim, o Estado brasileiro garantiu a

> sustentação necessária para que os lotes de terra começassem a ser repassados aos imigrantes holandeses (Gallas; Gallas, 2012, apud Dias e Fajardo, 2018, p.219).

Em 1951 também se criou a cooperativa Castrolanda, fazendo parte da estratégia de suporte aos imigrantes holandeses. Uma terceira cooperativa criada na região foi a Capal, na colônia criada no município de Arapoti, em 1960. Os autores então narram como as três cooperativas passaram pelos diversos ciclos econômicos do país.

> Desde o início de suas trajetórias, as cooperativas de imigrantes holandeses contaram com fortes incentivos do Estado, seja pela custódia de políticas públicas, seja por linhas de crédito e financiamento oferecidas por bancos públicos, sendo munidas pela intervenção estatal para sustentar suas atividades. (Dias e Fajardo, 2018, p.221).

Em 1960 com a entrada da soja no mercado como principal *commodity* de exportação alterou a dinâmica das cooperativas, intensificando sua produção e a degradação do solo. As cooperativas tinham departamentos de pesquisa técnica, Departamento de Assistência Técnica (DAT), criados para contornar os desafios que, em 1984, formariam a Fundação ABC, considerada uma extensão das cooperativas. Através daqueles, as cooperativas incorporaram a soja na sua cadeia produtiva, se tornando a porta de entrada da agricultura mecanizada ao mercado externo na região.

Com a expansão das *commodities* no mercado a década de 1980 ficou conhecida com o abandono da política protecionista das cooperativas, abrindo, na década de 1990, as portas para atuação do capital internacional, momento em que a Batavo se internacionalizou, mas foi um período de estagnação para outras cooperativas. Em 1998, com a resposta positiva do mercado ao Plano Real, o governo lançou o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), e outros para saneamento de dívidas, no qual as três cooperativas foram beneficiadas. Segundo os autores o programa contou com 2,5 bilhões de investimentos, e dívidas acima de R$ 200.000,00 eram sanadas ou refinanciadas[43]. Os autores destacam ainda que com o ciclo da expansão de *commodities* nos anos 2000 começaram a voltar as políticas de créditos com juros baixo e longo prazo, em 2002 as cooperativas se beneficiam do programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária, decretado pelo Banco Central com respaldo do Banco Nacional de Desenvolvimento. Assim, as cooperativas, guiadas "novamente pelo Estado, via BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), foram contempladas com vastas linhas de financiamento fornecidas pelo banco estatal." (Dias e Fajardo, 2018, p.225). E complementam: "Desde o

[43] "Dos documentos analisados neste trabalho, o Relatório Anual da Castrolanda de 2009 foi o último a vincular uma parcela do endividamento da cooperativa ao programa RECOOP. Neste documento consta que em 2008 o RECOOP consumia cerca de 1.455 milhão do montante de endividamento da cooperativa (Relatório Anual Castrolanda, 2009)." (Dias e Fajardo, 2018, p.225).

momento em que o Estado projetou a imigração dos holandeses, alimentou a ideia de assegurar o desenvolvimento das colônias mediante a criação de cooperativas agropecuárias" (Dias e Fajardo, 2018, p.230).

Evidencia-se o contraste entre algumas das condições que favoreceram a consolidação de imigrantes holandeses na região dos Campos Gerais com benefícios e incentivos, cessão de terras, garantia de mercado e a as condições impostas aos sem-terra, violência, ameaça de despejo, falta de amparo social e ausência de política pública.

Dentre os incentivos de cessão não onerosa de terra às cooperativas da região está a área da Fazenda Capão do Cipó, especificamente a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná. Cedida pelo Ministério da Agricultura pelo prazo de 20 anos em 1971, com a renovação da cessão por mais 10 anos para atividades didáticas ligadas à agropecuária. Nesse segundo período a cooperativa fez uma subcessão para uso da Fundação ABC, considerada ilegal, sem previsão jurídica. O prazo dessa cessão findou em 2001. Nesse momento, junto com as atividades de pesquisa da fundação realizavam-se na área atividades de formação técnica através do Centro de Treinamento Pecuarista (CTP). Sem a renovação da cessão o uso da área pública, pertencente à União se caracterizou como ilegal.

Constatando a situação a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), através da Advocacia Geral da União (AGU) promoveu uma ação de reintegração de posse que, em 2013, teve sentença procedente, havendo, a partir de 2014, uma liminar de despejo contra a Fundação com multa diária de R$ 20.000,00. Nem a multa e nem o despejo foram realizados.

Em 2014 o INCRA comunicou à SPU-PR interesse sobre a área para fins de Reforma Agrária (processo nº. 54200.000093/2014-59). O pedido da instituição é fundamentado no artigo 188 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) onde a "destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária", que tem seu regulamento no artigo 13 da Lei 8.629/93, "As Terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios, ficam destinadas preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária"

Além da previsão legal da prioridade da reforma agrária o município de Castro tem três assentamentos, São Sebastião (1985), Três Lagos (1995) e Três Pinheiros (1987)[44] com famílias produtoras de leite e hortifrutigranjeiros que estavam gerando demanda por mais terra

[44] Além desses assentamentos, criados pelo INCRA, no município criou-se o assentamento ABAPAN, em 1984, como resultados das primeiras lutas pela terra no estado, a partir de iniciativas do governo do Estado e Secretaria de Agricultura, esse assentamento abrigou famílias ligadas ao MASTRO e aos Ilhéus, assentando inicialmente 86 famílias em uma área de 1452 hectares (IPARDES, 1992). Somada aos outros assentamentos geram a demanda por mais terra de reforma agrária com o aumento das famílias agricultoras.

para os filhos e filhas dos assentados que já subdividiam os seus lotes com os mesmos, sobrecarregando a capacidade produtiva. Com a lentidão do processo, após 1 ano e meio da liminar de despejo, organizadas pelo MST, 130 famílias ocuparam a fazenda em 24 de agosto de 2015 (figura 12). Relatos[45] afirmam que em menos de 24 horas após a ocupação ocorreu a primeira audiência de conciliação.

FIGURA 12 - Registro da manhã da ocupação.

Fonte: G1 PR, 2005.

Com 12 meses de permanência o acampamento foi registrado em um documentário, realizado pela agência de jornalismo da UEPG, intitulado como "12 meses de resistência: A terra como horizonte de vida" mostra a organização e história do acampamento, onde destacamos algumas falas que mostram dinâmicas importantes e específicas do processo de ocupação.

> Vim pra cá, né... Não me lembro exatamente quantas pessoas estavam naquele dia, mas parecia bastante gente. Era num domingo, e chovia muito. A gente sofria pra carregar as coisas e montar os barracos. Quando chegamos, entramos e nos deslocamos até aqui. Acho que eram umas cinco horas da manhã. Entramos pelo portão e ficamos acampados ali na entrada, esperando o tempo passar pra ver o que ia acontecer, o que não ia acontecer. A partir dali, começamos a fazer os barracos pra cá, pesquisando, vendo como a gente podia fazer pra evitar confronto. Acho que eram mais ou menos umas 150 famílias. Era todo mundo que veio, inclusive o pessoal que não ficou acampado, mas veio só pra dar um apoio pra gente. Depois, eles retornaram.

[45] Parte dos relatos do início do acampamento são registros não publicados feitos por parceiros e apoiadores do movimento que atuaram em conjunto com o PLANTEAR durante o processo jurídico de mediação. Um deles é o relato produzido pela advogada Thais Giselle Diniz Santos que à época atuava como assessora parlamentar da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Paraná e o engenheiro agrônomo Guilherme Mazer que à época atuava junto ao Laboratório de Mecanização Agrícola da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) prestando assistência técnica em acampamentos e assentamentos da região.

> Ficaram um tempo aqui e depois voltaram pra cuidar dos afazeres deles (depoimento de uma acampado). (UEPG, 2017).

Destaca-se no depoimento a ocupação massiva, realizada com muitas famílias que vão para dar suporte àqueles que vão ficar efetivamente acampados, que se concentram perto da entrada no início, mas depois vão se organizando em barracos para dentro da área que, no caso da Fazenda Capão do Cipó e distribuem ao longo da via principal em áreas que eram demarcadas pelas plantações de soja e milho transgênico da Fundação ABC e se tornaram áreas de moradia e produção agroecológica (figura 13).

FIGURA 13 - Organização do acampamento Maria Rosa do Contestado com 1 ano de existência..

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de imagem de satélite sobre o local, de 2017, do Google Earth Pro, com recortes do documentário (UEPG, 2017).

> Aqui é uma área que era voltada só para o negócio, né? A gente entrou com o propósito de produzir alimento. Depois de uns oito meses de estrada, participando das reuniões da direção do MST, a gente fechou a data pra vir acampar aqui. O pessoal se reuniu lá no Abapan, que tem uma escola dentro do assentamento, um espaço bom. A reunião foi no sábado, e o pessoal começou a chegar no assentamento no sábado à noite e durante todo o domingo. Passamos a noite lá e, de madrugada, viemos pra cá. Veio um ônibus e mais de 20 carros. Chegamos aqui por volta das cinco da manhã. Já na chegada, cortamos o cadeado, a piazada fez uma fogueira, preparou um chimarrão, e o clima era tenso, porque era o primeiro dia da ocupação. Nem o padre a gurizada deixou entrar no dia da ocupação. O interessante de destacar é que a gente já vinha tentando negociar essa área há dois anos — dois anos lutando, tentando

> resolver pacificamente, dentro da política, dentro da negociação. E não conseguimos avançar nada. Mas quando ocupamos a área, às cinco da manhã do dia 24 de agosto, já às dez da manhã tinha uma posição das autoridades: hora marcada, data e local pra fazer uma audiência com o Incra, com o MST e com a Fundação ABC. Ou seja, foram dois anos de tentativa de negociação sem resultado algum, e com cinco horas de ocupação saiu alguma negociação. Por isso que a ocupação é importante. A ocupação é uma das ferramentas que a gente usa pra fazer pressão sobre o Estado (depoimento de uma liderança do acampamento). (UEPG, 2017).

Destaca-se a complexidade na organização de um processo de ocupação, sendo extenso e fundamentado em muitas reuniões, mas também a importância desse instrumento de luta da mobilização de uma audiência de conciliação, que se realiza diante da demora do andamento do processo de Reforma Agrária na Fazenda Capão do Cipó. O depoimento da liderança do acampamento destaca o clima de tensão da ocupação, mas que gerou rápidos encaminhamentos que dois anos de negociação não conseguiram mobilizar. Além disso, também se destaca a organização das famílias no Assentamento Abapan antes de iniciar a ocupação na Fazenda Capão do Cipó.

> Há cerca de dois anos, começamos a sondar áreas na região Sul para assentar cerca de 300 famílias que temos acampadas aqui na região. Essas famílias estão há mais de 10 anos em situação de acampamento, vindas de diferentes regiões e sofrendo sucessivos despejos. Várias ordens de reintegração já foram cumpridas. Algumas dessas famílias hoje estão em assentamentos, outras estão dentro de assentamentos já existentes, mas que se tornaram excedentes. De fato, as negociações para novas áreas não têm avançado na região, e essas famílias precisam de um destino. Foi então que descobrimos que, na região dos Campos Gerais, havia uma área pública sendo utilizada de forma ilegal por uma empresa privada. Essa área está sob uso da Fundação ABC, que é formada pelas cooperativas Arapoti, Batavo e Castrolanda. Essa fundação foi criada para desenvolver pesquisas voltadas às atividades agrícolas dessas empresas. Mas, como está garantido na Constituição Brasileira que toda terra pública deve ser destinada à reforma agrária, e diante da pressão dessas famílias da região Sul, entendemos que era preciso agir. Ou organizamos uma ocupação de forma estruturada, ou essas famílias acabariam fazendo a ocupação por conta própria. Então, nos reunimos e passamos cerca de um ano reunindo documentação, analisando a matrícula da área e preparando o processo. A decisão de ocupar foi tomada para o dia 24 de agosto, como forma de pressionar tanto o governo local quanto o estadual e o federal, mostrando que há famílias há muito tempo acampadas e áreas públicas disponíveis na região. Foram inúmeras reuniões: em Irati, em Ponta Grossa, na Lapa — em todas elas fomos planejando cuidadosamente a ocupação. E, antes mesmo de ocupar, nós já tínhamos clareza do que queríamos com essa área (depoimento de um integrante do MST-PR). (UEPG, 2017)

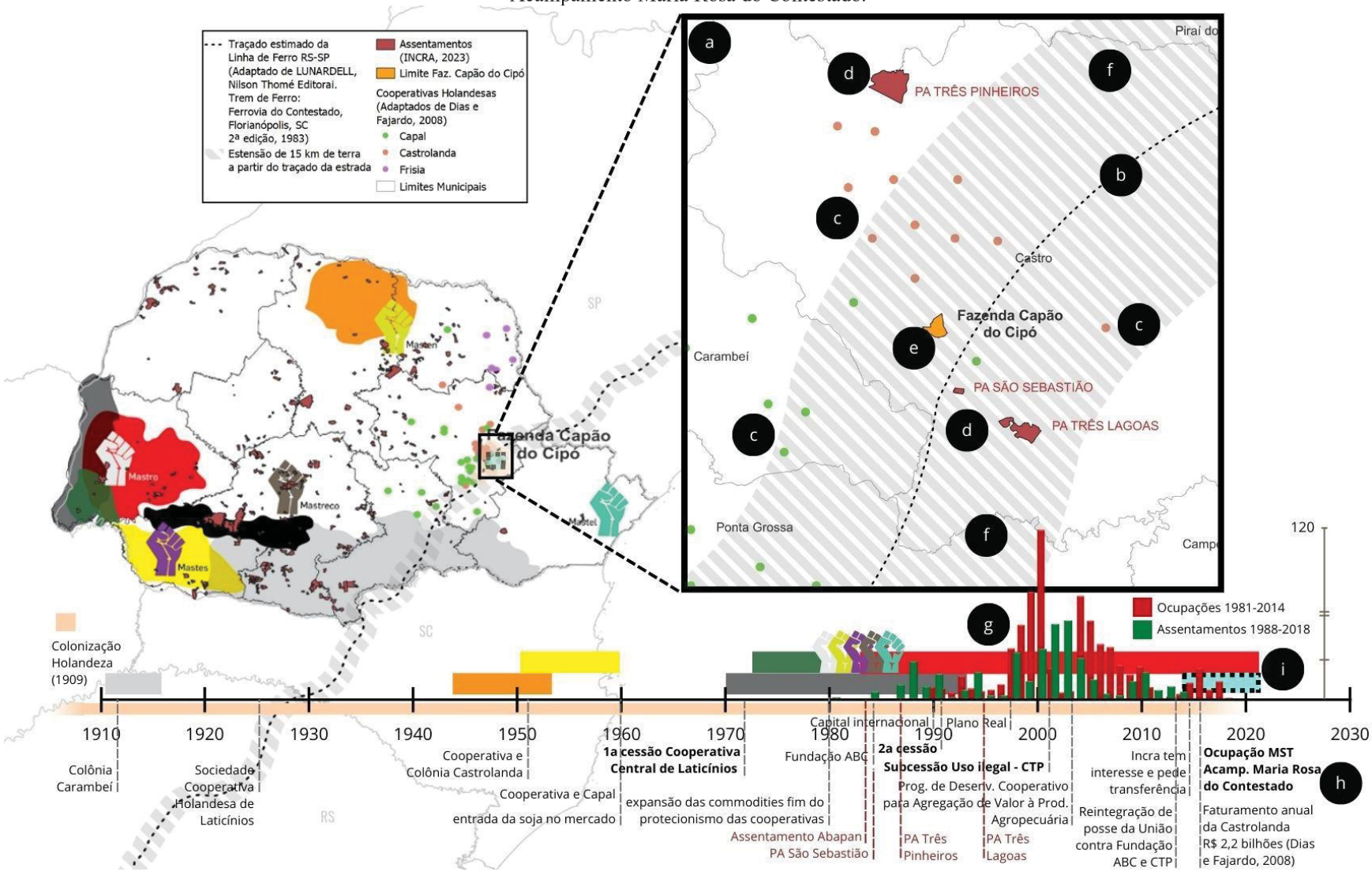
A ocupação da Fazenda Capão do Cipó se dá diante de uma pressão regional das famílias acampadas e em outros assentamentos que necessitam de novas áreas, demandando uma articulação do MST-PR que tenta avançar a Reforma Agrária nessa região dos Campos Gerais. Nessa porção do estado o MST-PR possui características específicas com projetos mais próximos da agroecologia, que se materializa no acampamento Maria Rosa do Contestado. Através da necessidade de fazer valer a prioridade constitucional da Reforma Agrária e buscar soluções para as famílias acampadas, o Movimento se organiza e se prepara por muito tempo

buscando as áreas prioritárias, dentre elas a Fazenda Capão do Cipó. Como o depoimento anterior destaca, foram realizadas diversas reuniões em outros municípios da região, organizando as famílias para realizar a ocupação, que já estavam demandando essa ação. O documentário (UEPG, 2017) traz outros relatos das famílias acampadas que mostram a luta e o desejo de construir um projeto para garantir uma qualidade de vida, reunindo uma diversidade de homens e mulheres que aceitaram o desafio, e que reconfiguraram a geo-grafia local e regional dos Campos Gerais.

À linha histórico-espacial (figura 14) se acrescenta a formação socioespacial da colonização holandesa (a) no estado do Paraná, associada ao projeto de implementação da linha de ferro da Companhia Brazil Railways Ltda. (b), origem de muitos conflitos, como a Guerra do Contestado, marcando os momentos na linha do tempo que levaram à consolidação das cooperativas holandesas na região dos campos gerais (c), destacando sua atual geo-grafia na localização das mesmas em contraponto aos assentamentos do estado do Paraná (d)[46] e a marcação da fazenda Capão do Cipó (e) cuja localização poderia estar inserida nas faixas de terra que teriam sido doadas àquela companhia (f). À linha do tempo se inclui também o número de ocupações de terra e criação de assentamentos no estado (g), com destaque à ocupação da Fazenda Capão do Cipó (h), que acontece como medida para acelerar os diálogos já iniciados para implementar a Reforma Agrária na área, que acabam se estendendo com o processo jurídico (i) da disputa entre mundos.

[46] Como já destacado, além dos três assentamentos (Três Pinheiros, Três lagoas e São Sebastião) o município de castro ainda tem um dos primeiros assentamentos criados no estado, o ABAPAN, em 1984, porém o mesmo não se encontra mapeado na base de dados oficial do INCRA, e não se encontrou uma base específica do estado. Sua localização, nas proximidades do assentamento Três Lagoas, é no distrito municipal Abapã.

FIGURA 14 - Linha histórico-espacial da criação das cooperativas holandesas, cessão da Fazenda Capão do Cipó e uso ilegal, reintegração e manifestaçào do Incra e Acampamento Maria Rosa do Contestado.



Fonte: Adaptado a partir de Roos et al. (2021b), Dias e Fajardo (2008) e Lunardelli (1983).

1.3. Conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó e a disputa de mundos no contexto jurídico[47]

O processo jurídico vai ser mostrado a partir da sequência de fatos entre tentativas de despejo e defesa da comunidade Maria Rosa do Contestado compreendendo um período de tratativas e intervenções institucionais que se inicia em 2012 e finaliza em 2023. O relato será marcado por três períodos específicos em que o direcionamento da disputa sofre influências do contexto político e de outras ações específicas como a ocupação de terras. O primeiro período, caracterizado pelo diálogo institucional, iniciado em 2012, até a ocupação da área em 2015. O segundo período vai até 2019, marcado pela continuidade do debate com uma proposta de permuta de áreas, o impacto do golpe parlamentar de 2016, a ocupação de uma segunda área e a manifestação de desistência do INCRA sobre a área. O terceiro período marca o aprofundamento do abandono da Reforma Agrária e a articulação política regional e nacional para executar o despejo, mas também acontece passos importantes na defesa da comunidade com a apresentação dos estudos técnicos e a inspeção judicial da área, terminando, em 2022, com as últimas propostas das partes envolvidas sobre a área.

1.3.1 Conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó: o vai e vem institucional

Desde a solicitação feita pelo INCRA-PR da transferência da área para fins de reforma agrária, depreendeu-se o diálogo com a Secretaria do patrimônio da União do Paraná (SPU-PR) que vai se estender por anos, sem resolução. O "vai e vem burocrático" entre as instituições em torno da Fazenda Capão do Cipó começa um pouco antes quando, em 2012, a SPU solicitou, devido a falta de quadro técnico, a realização de um Laudo de Avaliação[48] da área para o INCRA-PR (a motivação e o contexto da instituição não são anexados no processo, mas ocorre no mesmo período do processo de reintegração de posse contra a CTP e a Fundação ABC).

O retorno com os estudos aconteceu 2 anos depois, em 2014, oportunidade que o INCRA-PR manifestou oficialmente interesse na área com o pedido da sua transferência para a realização da reforma agrária. Destaca-se que nos autos do processo o Laudo de Avaliação é concluído em 07/12/2012 sendo complementado com um Estudo de Capacidade de Geração de Renda da área (ECGR)[49] em 2014 que concluiu pela viabilidade de um assentamento para 30 famílias com área útil mínima de 9,6 hectares (em torno de 12 hectares no total, somando

[47] A descrição da sequência de eventos do processo jurídico foi fundamentada pelos autos dos processos administrativos envolvidos no conflito.
[48] Estudo técnico para avaliar o valor do imóvel.
[49] Estudo técnico que avalia viabilidade de projeto produtivo para Assentamento.

áreas de reserva e proteção ambiental) para a pecuária leiteira, destacando o alto custo inicial de investimento.

A partir desse momento se dá a troca de informações e demandas entre a SPU-PR e o INCRA-PR especificamente sobre a transferência do imóvel. São ofícios e despachos entre as instituições que caracterizam um diálogo em que há demora de retorno e solicitações que se repetem. O andamento desse processo se estendeu até 2019, sendo impactado principalmente pelos eventos da ocupação da área, do golpe parlamentar de 2016 e das eleições de 2018.

No momento em que o INCRA-PR manifestou seu interesse na área até o dia da ocupação, a SPU-PR encaminhou uma lista de documentos necessários para a transferência. Também citou a construção de um projeto entre aquela instituição e o MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) na área, com interesse comum voltado à pecuária leiteira na região. Nesse tempo a SPU-PR também enviou à AGU (Advocacia Geral da União) a suspensão da reintegração de posse para a CTP, revelando um caráter tendencioso. Primeiro justifica a suspensão por 90 dias para que o INCRA-PR e o MAPA apresentem o seu projeto para a área. Caso não fosse possível a suspensão, consultam a possibilidade jurídica de manter a Fundação ABC e seus funcionários na responsabilidade pela área, justificando que a interrupção das atividades ali desenvolvidas poderia prejudicar o projeto que será desenvolvido. Por um lado, a entidade parece tentar garantir a atividade desenvolvida na área via projeto institucional e, por outro lado, legalizar permanentemente a posse da Fundação, o que contradiz a reintegração de posse promovida, algo que não foi possível verificar a justificativa, mas destaca-se o esforço para manter as atividades na área.

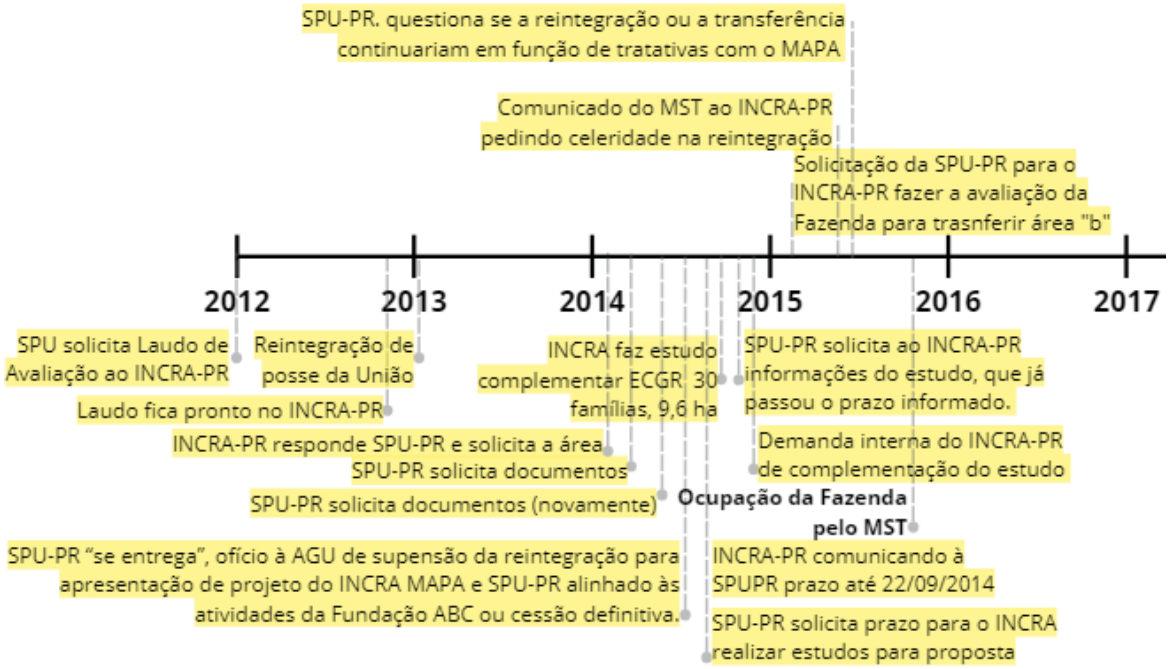
A ciência do MST da situação da área e dos trâmites sobre a intenção de um assentamento apareceu num comunicado que os coordenadores do movimento enviaram ao superintendente do INCRA-PR pedindo celeridade na desapropriação. Citaram a intenção de implementar um projeto de leite agroecológico diante da demanda de 30 filhos de assentados que estão nos lotes dos pais em assentamentos da região com dificuldades de produzir.

Ao que parece, até maio de 2015, existiam duas narrativas de projeto em curso, a de uma pecuária leiteira convencional que buscava manter as atividades anteriores e a de uma pecuária agroecológica, sendo sua tratativa informal e pouco considerada, ao contrário da anterior.

Do momento que o INCRA-PR se manifesta oficialmente ao momento do comunicado do MST foram 16 meses de diálogo institucional, o que aumenta para 40 meses (3 anos e meio) de espera desde o pedido de reintegração de posse. Nos últimos 10 meses após o ECGR da área, a SPU-PR solicitou uma nova avaliação, porém apenas da parte ocupada pelas pesquisas

da Fundação ABC, excluindo a CTP, que chamou de porção “B”. Há também uma solicitação interna para complemento do estudo no INCRA. Um pouco antes do comunicado do MST a SPU-PR questionou o INCRA-PR sobre a continuidade das intenções afirmando que o prazo da solicitação anterior havia expirado. Essa sequência de momentos (figura 15), entre 2012 e agosto de 2015, momento que o MST ocupa a área, caracteriza a primeira parte da linha histórica.

FIGURA 15 - Linha histórica de eventos destacados entre 2012 e agosto de 2015.



Fonte: Organizado pelo autor a partir dos autos do processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, que corresponde à Ação Civil Pública movida pela DPU, Paraná (2021).

1.3.2 Conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó: impactos do contexto político de golpe e desistência institucional, ocupar e resistir

Em Maio de 2016 aconteceu a instauração da investigação contra a então presidenta Dilma Rousseff que foi afastada do cargo, assumindo o governo interino. Um pouco antes desse evento, em abril de 2016, o governo do estado emitiu uma autorização para negociação da Fazenda Jeca Martins, de sua propriedade, com o objetivo de “mitigar conflito e preservar atividades de pesquisa já realizadas”, revelando predisposição à manutenção das atividades anteriores na Fazenda Capão do Cipó, ou seja, pela permanência da CTP e Fundação ABC, postura já manifestada da SPU-PR.

Até esse momento, a leitura do processo e dos eventos levantaram a suspeita da postura tendenciosa das instituições, que ficaram mais evidentes, um mês após o afastamento da presidenta, na exoneração do então superintendente do INCRA-PR Nilton Bezerra Guedes cuja

postura foi caracterizada pelo diálogo com os movimentos sociais. Em entrevista ao jornal Brasil de Fato Nilton afirmou, no dia da exoneração, que temia que o governo do estado fosse indicar Edson Wagner, servidor da Polícia Federal, em troca de apoio político ao governo interino[50].

Um dia após a exoneração, é publicado no Diário Oficial do Estado uma resolução conjunta entre SEAB, SEAP (Secretaria de Estado da Administração e da Previdência), SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) e PGE (Procuradoria Geral do Estado), de nº 1, de 9 de Junho de 2016 que cria um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) com integrantes dessas entidades e outras, da Assessoria de Assuntos Fundiários do estado e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

> Designam técnicos para compor Grupo de Trabalho Interinstitucional com a missão de realizar estudos e emitir pareceres técnicos e jurídicos sobre a viabilidade de ser concretizada permuta de bens imóveis pertencentes ao Estado do Paraná e à União Federal, visando a mitigação dos conflitos fundiários ocorrentes no Município de Castro, e dá outras providências. [...] no uso de suas atribuições legais, considerando (i) a necessidade de resolver o conflito fundiário existente no Município de Castro **que envolve interesses do Centro de Treinamento de Produtores (CTP) e suas atividades de treinamento e as unidades didáticas, da Fundação ABC e seus projetos de pesquisa agrícola;** (autos do processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Paraná, 2021, grifo do autor).[51]

A proposta era a permuta da Fazenda Capão do Cipó com outras áreas das quais uma é área pública pertencente ao governo do estado, utilizada pela UFPR e pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), atualmente Instituto Água e Terra (IAT), que é a Fazenda Jeca-Martins (444 hectares), e outras propriedades da Castrolanda, a Fazenda Barra Bonita (404 hectares) e Fazenda Taboãozinho (282 hectares), Fazenda Registro (295 hectares) e Fazenda Amola Faca (151 hectares).

Em ata de reunião do GTI, em Março de 2017, registra-se a participação institucional direta da cooperativa, enquanto o movimento aparece na citação de diálogos realizados, ou seja, sinaliza menos um caráter mediador do que um esforço para atender aos interesses da entidade.

Os registros mostram que ocorreram visitas nas áreas do MST para avaliar as mesmas e se havia acordo com suas condições. Nesse sentido, a Fazenda Barra Bonita entrou como

---

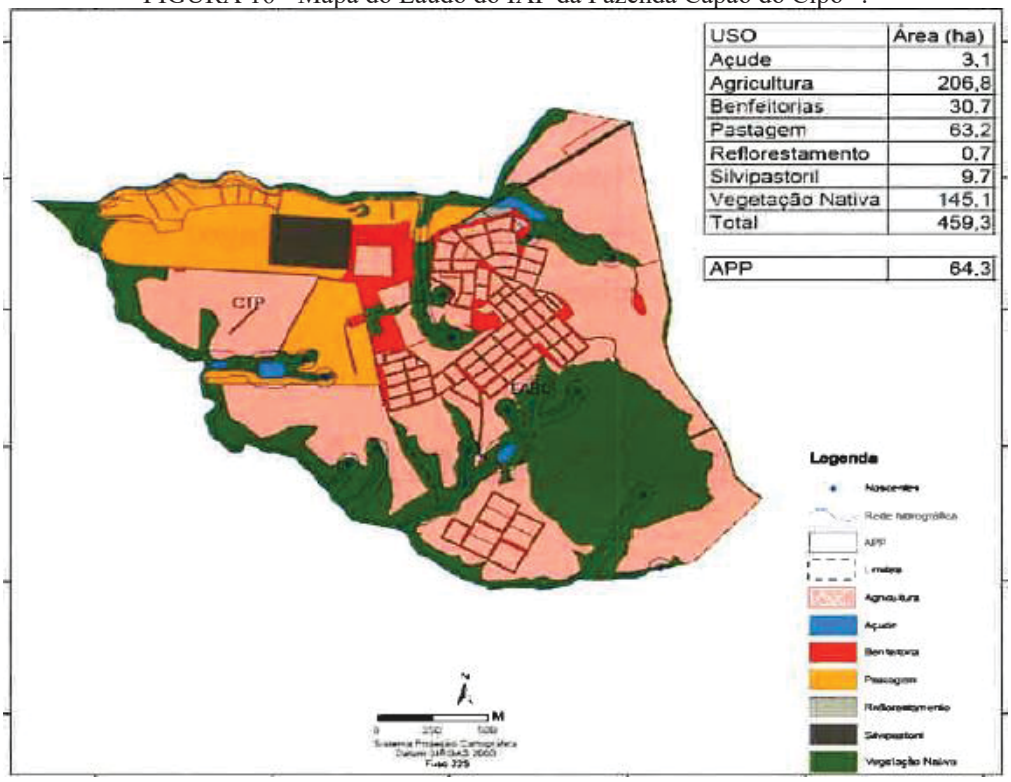
[50] No dia da exoneração Nilton deu entrevista ao jornal Brasil de Fato, enquanto o MST montava acampamento na frente da sede do INCRA-PR em Curitiba como mostra a notícia, disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2016/06/08/mst-acampa-em-frente-ao-incra-em-curitiba/ Acesso em: 04/05/2024

[51] PARANÁ, Diário Oficial do. 29/Jun/2016 - Edição nº 9729. Disponível em: https://www.juntacomercial.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/publicacoes/desarquivamentos/2016/desarq_2016_035.pdf Acesso em: 04/05/2024.

substituta das Fazendas Registro e Amola Faca por suas condições ambientais e o alto custo e esforço para serem consideradas viáveis para o assentamento. Foram realizados laudos de avaliação para verificar valores e condições de infraestrutura, ambientais e de produção e realização da permuta, considerando sua aptidão de uso. Os laudos foram produzidos por técnicos do IAP, em novembro de 2016, com supervisão do INCRA-PR.

A Fazenda Capão do Cipó (figura 16) foi considerada apta para a exploração agropecuária, feitas algumas observações que necessitavam de um futuro laudo ambiental, sobre o armazenamento de embalagem de agrotóxicos e de combustível. Também observou-se o impacto sanitário do acampamento sem saneamento adequado. O laudo destacou a contaminação das irregularidades da pecuária leiteira da CTP. "Na área ocupada pelo CTP constatamos o desenvolvimento de uma atividade potencialmente poluidora (pecuária leiteira), a qual apresenta algumas não conformidades ambientais (descarte de carcaças em local inadequado, lagoa de resíduos líquidos necessitando manutenção, armazenamento de combustível, etc)." (Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, ANEXOSPET3, Página 89).

FIGURA 16 - Mapa do Laudo do IAP da Fazenda Capão do Cipó[52].

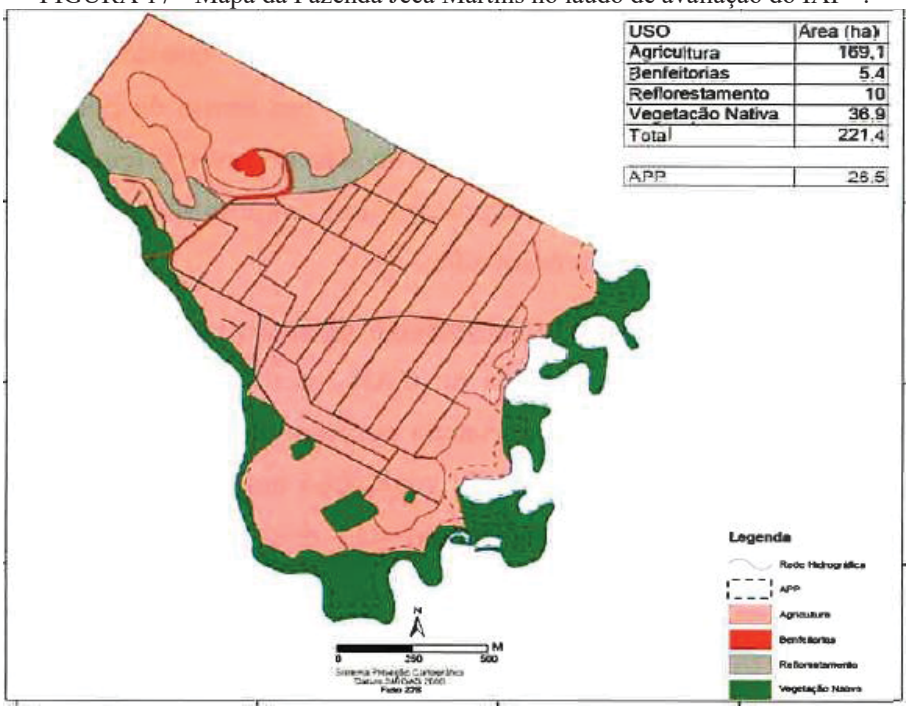


Fonte: Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, Paraná, 2021.

[52] A qualidade das imagens a que se teve acesso é baixa, por isso se torna pouco legível, a legenda das cores correspondem a: 1) rosa como agricultura; 2) azul como açude; 3) vermelho como benfeitoria; 4) amarelo como

A Fazenda Jeca Martins (figura 17) tinha condições similares a anterior, sendo considerada apta a exploração com 169 hectares de uso para agricultura, que na época estavam sendo utilizadas por um particular de forma ilegal para plantido de soja transgênica. Atividade ambientalmente prejudicial pois a área era às margens do rio Iapó. Além disso, a área contava com uma estação de combustível abandonada.

FIGURA 17 - Mapa da Fazenda Jeca Martins no laudo de avaliação do IAP[53].



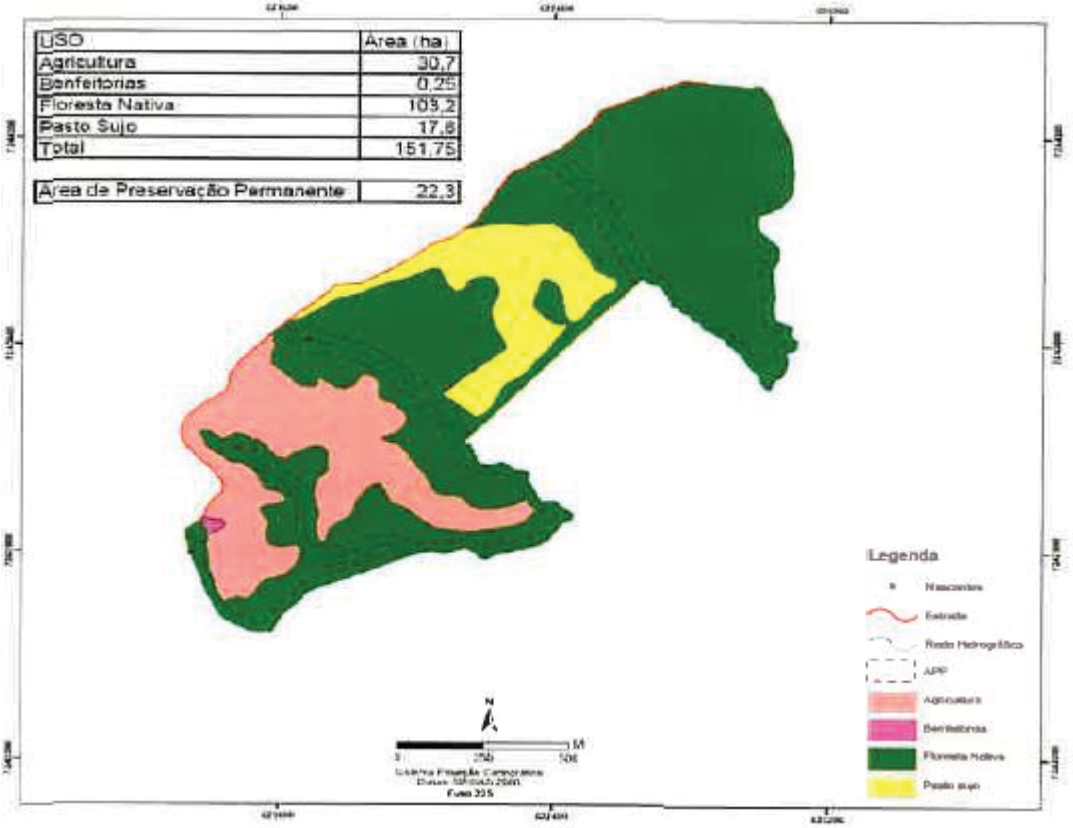
Fonte Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, Paraná, 2021.

A Fazenda Amola Faca (figura 18), coberta predominantemente por mata nativa, tinha 26% da área em compromisso de conservação com alguma área de proteção para recuperar. Considerada parcialmente viável sua exploração, necessitando a derrubada de mata nativa, com uma área de "pasto sujo" com espécies de xaxim, considerada inviável para exploração, pois seu corte é proibido. Assim possui 30,7 hectares dedicados para a agricultura.

pastagem; 5) cinza claro como reflorestamento; 6) cinza escuro como silvipastoril; 7) verde como vegetação nativa.

[53] A qualidade das imagens a que se teve acesso é baixa, por isso se torna pouco legível, a legenda das cores correspondem a: 1) rosa como agricultura; 2) vermelho como benfeitoria; 3) cinza claro como reflorestamento; 4) verde como vegetação nativa.

FIGURA 18 - Mapa da Fazenda Amola Faca no laudo de avaliação do IAP[54].

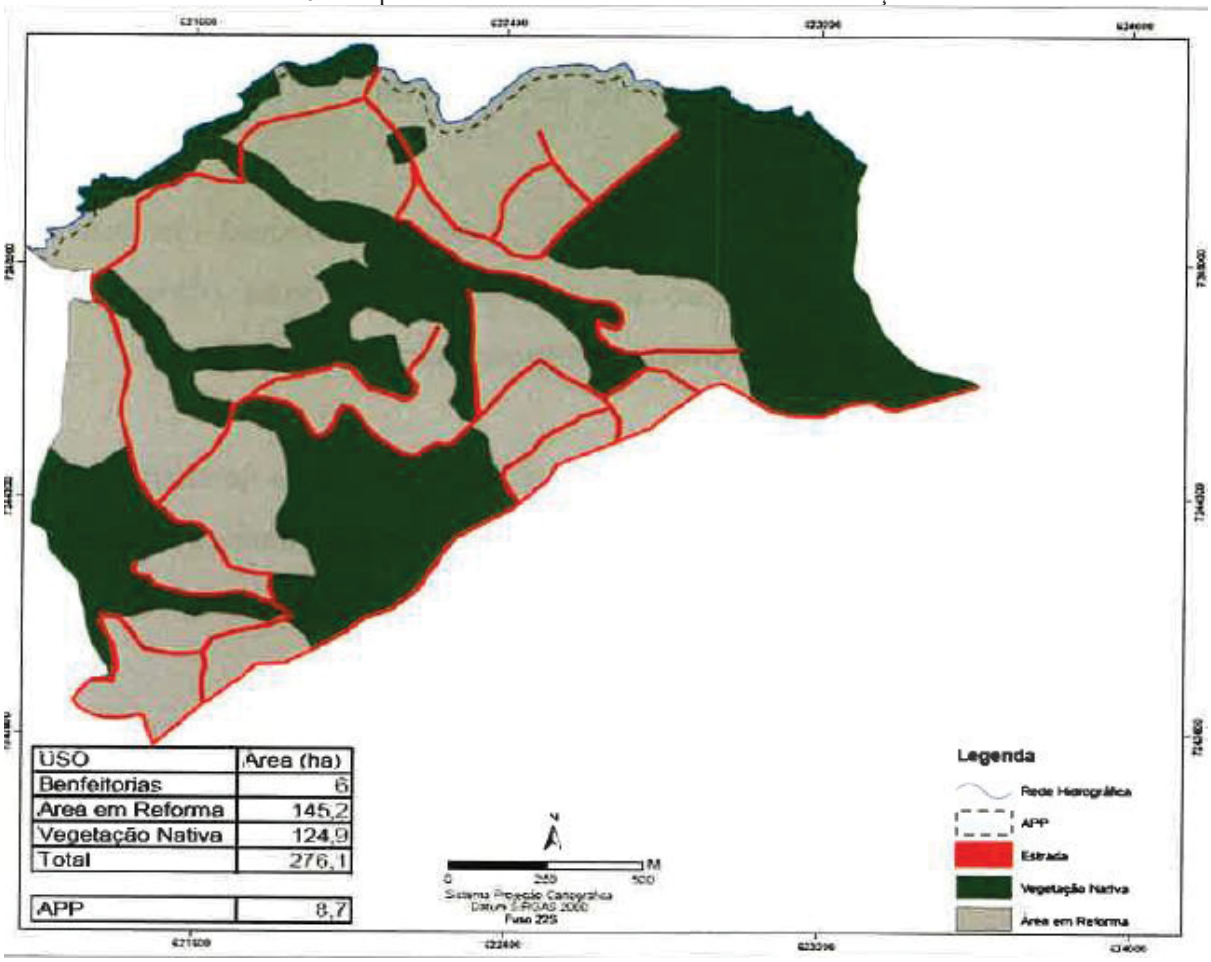


Fonte: Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, Paraná, 2021.

A Fazenda Taboãozinho (figura 19) foi considerada com muita dificuldade para a exploração pecuária, parte da mesma estava ocupada com eucalipto (145 hectares) em ponto de corte (os quais a Castrolanda solicitava deixar de fora permuta e que se responsabilizaria pela extração), e outra parte coberta com mata nativa com muitas araucárias (125 hectares), que necessitariam o corte, a ser dimensionado.

[54] A qualidade das imagens a que se teve acesso é baixa, por isso se torna pouco legível, a legenda das cores correspondem a: 1) rosa como agricultura; 2) violeta como benfeitoria; 3) amarelo como pasto sujo; 4) verde como floresta nativa.

FIGURA 19 - Mapa da Fazenda Taboãozinho no laudo de avaliação do IAP[55].

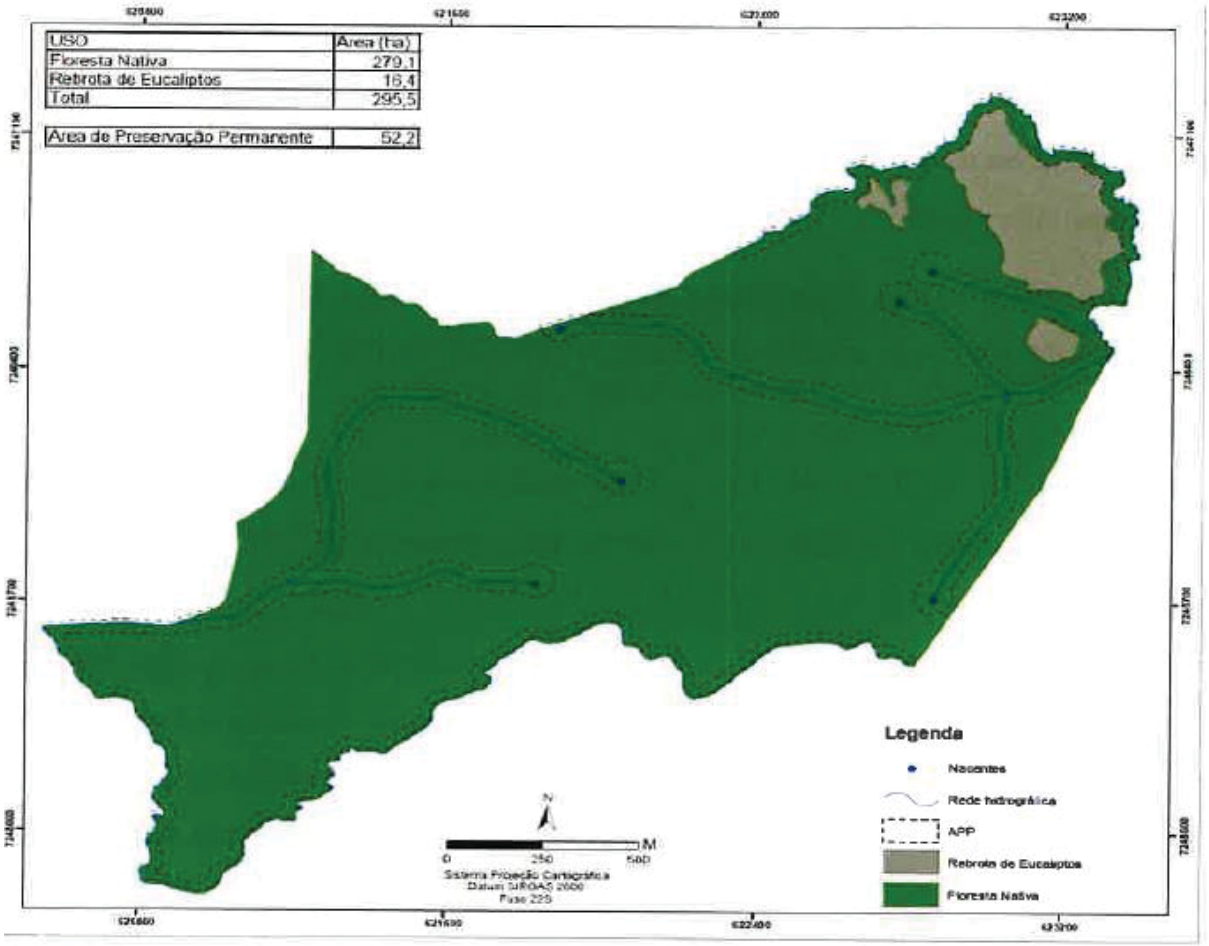


Fonte: Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, Paraná, 2021.

A Fazenda Retiro (figura 20), coberta em grande parte por vegetação nativa (270 hectares) e parte por eucalipto (15 hectares, solicitados pela Castrolanda para ficar de fora da permuta), tem duas matrículas hipotecadas no BNDE. Com a mesma dificuldade da anterior necessitaria o esforço de readequação das áreas de eucalipto e corte da mata nativa.

[55] A qualidade das imagens a que se teve acesso é baixa, por isso se torna pouco legível, a legenda das cores correspondem a: 1) vermelho como estrada; 2) cinza claro como área em reforma (reflorestamento); 3) verde como vegetação nativa.

FIGURA 20 - Mapa da Fazenda Retiro no laudo de avaliação do IAP[56].

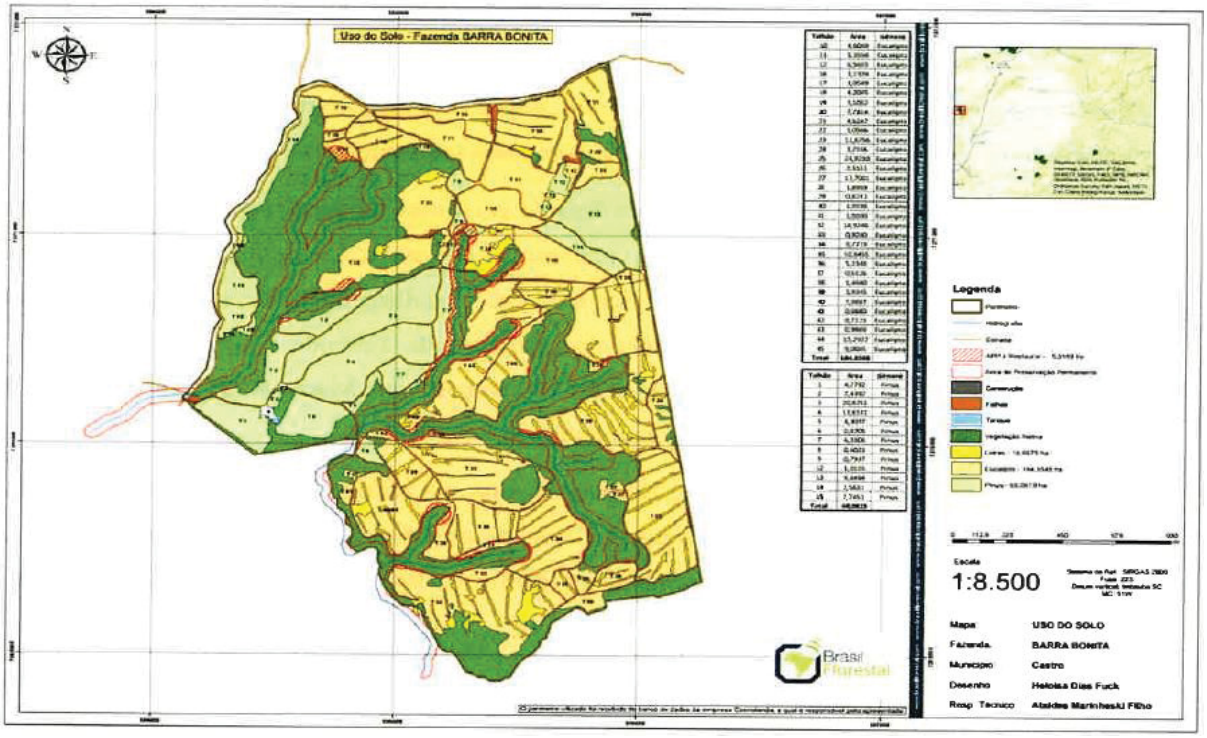


Fonte: Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, Paraná, 2021.

A Fazenda Barra Bonita (figura 21), com 410 hectares, é, em maior parte, pinus e eucalipto, sendo sugerido pelo estudo a atividade da silvicultura na sua exploração, mas que necessitaria readequação, exigindo algum corte de mata nativa recuperação de algumas áreas de preservação permanente.

[56] A qualidade das imagens a que se teve acesso é baixa, por isso se torna pouco legível, a legenda das cores correspondem a: 1) cinza claro como plantio de eucalipto; 2) verde como floresta nativa.

FIGURA 21 - Mapa da Fazenda Barra Bonita no laudo de avaliação do IAP[57].



Fonte: Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, Paraná, 2021.

As áreas mais aptas para a exploração agropecuária imediata seriam as fazendas Capão do Cipó e Jeca Martins, pois já estavam com esse uso acontecendo, porém a segunda tem uma área menor de aproveitamento imediato, e as duas são áreas públicas, respectivamente da União e do governo do estado. Enquanto as outras três, propriedade da Castrolanda, necessitavam de maior esforço para exploração agrícola, com a derrubada de mata nativa (degradação ambiental), destacando ainda a situação da hipoteca no BNDE.

As áreas da cooperativa compreendiam um esforço maior de preparação para a agricultura e ainda assim não comportariam todas as famílias acampadas na área, aproximadamente 200 na época. Enquanto isso o estado trocava uma área abandonada com uso ilegal de planito de soja com a possibilidade de graves passivos ambientais pela garantia da permanência das atividades do agronegócio regional e o fortalecimento de laços político, já que ajudaria a garantir a "retomada" da Fazenda Capão do Cipó.

> Sendo assim, de acordo com as peculiaridades das áreas descritas neste trabalho, podemos concluir, resumidamente, que **do ponto de vista ambiental e florestal, existem áreas inapropriadas para fins de assentamento dentro da Fazenda Retiro, Fazenda Amola Faca, e Fazenda Tabuãozinho.** É de ressaltar que nas áreas consolidadas com atividades agrosilvopastoris da Fazenda Retiro, Fazenda Amola

[57] A qualidade das imagens a que se teve acesso é baixa, por isso se torna pouco legível, a legenda das cores correspondem a: 1) amarelo como eucalipto; 2) amarelo claro não legível; 3) verde claro como pinus; 4) verde como vegetação nativa; 5) hachura vermelha como área de proteção degradada; 6) contorno vermelho como área de proteção ambiental. As demais não foi possível identificar.

> Faca, Fazenda Tabuãozinho e Fazenda Barra Bonita não se apresenta restrições para assentamento, contudo, devendo ser observado a aptidão de cada área, bem como as **norrnas ambientais e florestais, devendo ser executadas as re-adequações que se fazem necessárias**, como revisão do CAR e levantamento de **passivo ambiental da Fazenda Jeca Martins, Capão do Cipó e Barra Bonita**, destoca das áreas de reflorestamento de exóticas e viabilização do projeto de assentamento sem o corte das inúmeras araucárias existentes na Fazenda Tabuãozinho. (Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, Paraná, 2021, grifos do autor).

A proposta de permuta (quadro 4) se definiu considerando uma divisão da Fazenda Capão do Cipó, a porção CTP com 190 hectares e a porção Acampamento Maria Rosa (AMR) com 250 hectares (porção que havia sido referenciada como porção "B" em 2014 pela SPU-PR). A primeira seria permutada pela fazenda Jeca Martins, com o estado cedendo uma área pública (mais uma) em troca da permanência das atividades da CTP. E a Castrolanda ofertou suas propriedades em troca da segunda parte, sendo as mesmas com condições menos adequadas de assentamento, para garantir suas atividades de pesquisa.

QUADRO 4 - Síntese dos valores, áreas e capacidades de assentamento das fazendas consideradas para permuta.

Item	Proprietário	Imóvel	Área ha	Capacidade de assentamento	Valor médio R$
A	SPU	Capão do Cipó - Fração CTP	194,3182	19*	8.906.533,04
		Capão do Cipó - Fração AMR	260,5465	22	9.043.740,86
	Total Fazenda Capão do Cipó		454,8647	41	17.950.273,90
B	Castrolanda	Fazenda Tabuãozinho	282,0044	15	4.565.412,59
		Fazenda Barra Bonita	404,7618	26**	8.923.838,37
	Total Castrolanda		687,5236	41	13.489.250,96
C	IAP	Fazenda Jeca martins	221,8344	20	5.712.214,51
	B + C		909,3580	61	19.201.465,47
*	Na fração CTP somente é possível assentar 19 famílias se houver a transferência das atividades de treinamento e difusão de tecnologias.				
**	O assentamento de 29 famílias sera possível somente após a conclusão da colheita florestal.				

Fonte: Autos do Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Paraná, 2021.

Logo após o golpe, o INCRA-PR faz uma nova solicitação de transferência no que a SPU-PR responde dar andamento ao processo, segue-se então mais uma "rodada" de ofícios dessa entidade pedindo os laudos. Em novembro de 2017 esses ficam prontos considerando a divisão da fazenda e a implementação da pecuária leiteira. Na parte ocupada pela CTP concluiu-se pela capacidade de 19 famílias, com o custo de R$462.084.48 por família. Na parte

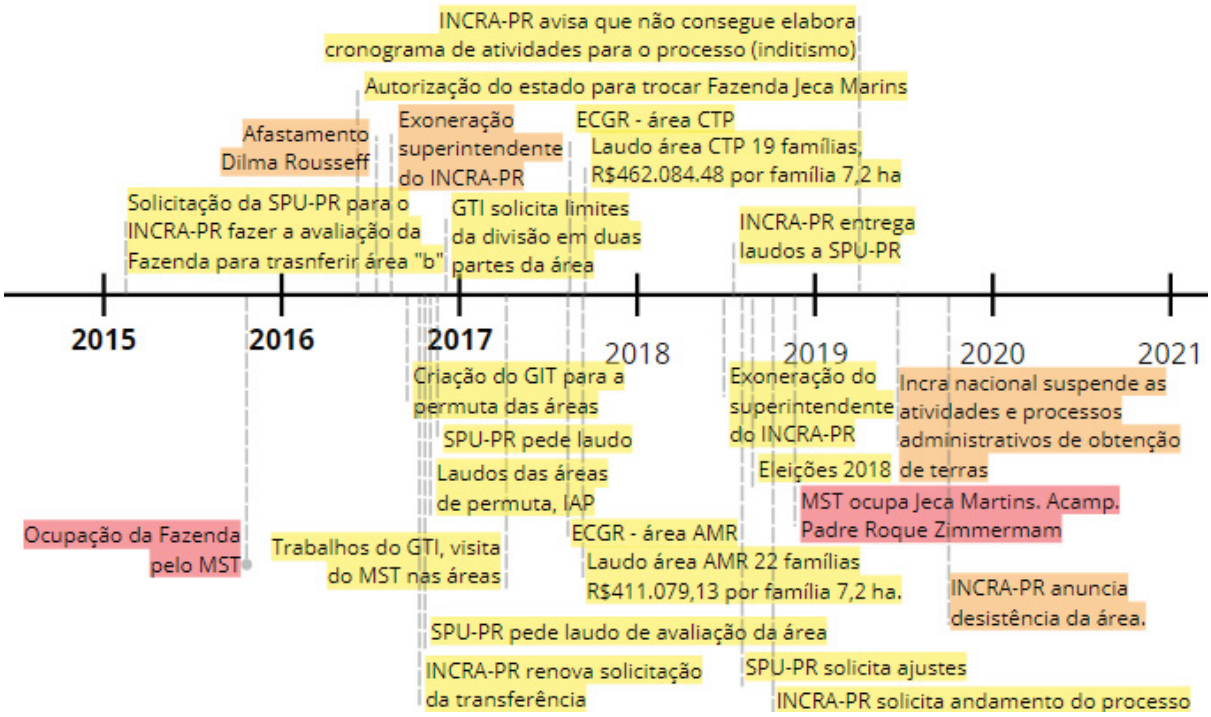
ocupada pelo movimento seriam 22 famílias com o custo de R$411.079,13 por família. Os laudos consideraram uma área mínima útil de 7,2 hectares.

Somente em junho de 2018 que o INCRA-PR entrega para a SPU-PR os laudos relacionados à permuta, no que essa ainda solicita um ajuste. Neste mês ainda ocorreu a troca de superintendente no INCRA-PR por uma disputa política (o governo do estado votou a favor do processo de investigação instaurado contra a presidência na época). Nesse momento se inicia a disputa eleitoral, tendo os resultados das eleições em outubro. Em dezembro de 2018 o MST ocupou a Fazenda Jeca Martins, iniciando o acampamento Padre Roque Zimmermann.

Em 2019 as movimentações do processo vão cada vez mais se distanciando da possibilidade de assentamento. Em março o INCRA nacional envia uma circular para as superintendências regionais indicando a "expressa suspensão das atividades de vistorias de imóveis rurais para fins de obtenção, como também os processos administrativos em fase de instrução". Alega o baixo orçamento para não gerar expectativas que não serão atendidas e não incorrer em responsabilização pelo Tribunal de Contas, suspendendo assim qualquer notificação, e seu efeito, realizada no ano. Na sequência do recebimento da circular o que se tem de movimentação interna no INCRA-PR é o seu acatamento no que os setores internos vão sugerindo a desistência da permuta sempre reafirmando, nas mensagens, a manutenção das atividades anteriores. Em agosto de 2019, comunica-se oficialmente a desistência para a SPU-PR gerando efeito no processo de reintegração de posse que estava sendo movido contra o Movimento, pela AGU.

As movimentações do processo que aconteceu desde a ocupação em agosto de 2015 até a desistência do INCRA-PR, em agosto de 2019 (figura 22), destacaram o empenho das instituições em promover a permuta das áreas para manter as atividades do agronegócio na área. Evidenciando assim um alto valor simbólico daquela área para os mesmos, considerando ainda as ótimas condições para o uso. Porém o golpe provocou efeitos políticos sobre o INCRA-PR, com a exoneração do superintendente, porém, não alterou significativamente o curso dos trabalhos de permuta, que mantiveram o caráter burocrático dos anos anteriores. A disputa política se evidenciou essencial quando aconteceram as eleições de 2018, onde se elegeram personagens importantes para os rumos do processo, sendo o maior impacto a mudança e abandono da política de Reforma Agrária.

FIGURA 22 - Linha histórica de eventos destacados entre 2016 e meados de 2019.



Fonte: Organizados pelo autor a partir do Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 1, Paraná, 2021.

1.3.3 Conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó: a defesa do território pela realidade, estudos técnicos e propostas de (não) mediação

Em julho de 2019, se iniciou uma articulação realizada entre a então recém-eleita Deputada Aline Sleutjes (Partido Republicano da Ordem Social) com o Ministério da Agricultura e Pecuária para a promoção de mais um ataque ao acampamento. A deputada, natural de Castro, descendente de holandeses, foi eleita com a força do agronegócio regional.

> Filha de agricultores de origem neerlandesa, Sleutjes é natural de Castro (PR), onde foi vereadora por dois mandatos, e está diretamente ligada ao setor leiteiro paranaense. **Em junho de 2019, ela articulou uma reunião entre o presidente do Centro de Treinamento para Pecuaristas (CTP) e da Cooperativa Castrolanda Frans Borg, Eduardo Medeiros, e o secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia.**
> [...]
> Mas nem só de agronegócio vive Aline Sleutjes. A paranaense também se associa aos colegas do PSL em pautas conservadoras, como a exclusão de atletas transexuais de competições esportivas e a proibição de provedores de redes sociais de remover mensagens de usuários. E no início de fevereiro, quando o país já ultrapassava 220 mil mortes por Covid-19, ela assinou junto a outros deputados do PSL um PL solicitando a volta imediata às aulas para alunos da rede pública.
> [...]
> **A longa disputa sobre a Fazenda Capão do Cipó só ganharia celeridade com a intervenção de Aline Sleutjes a partir de 2019.** O reforço político à demanda das cooperativas leiteiras chegou ao ápice **com a concessão de liminar autorizando o despejo das 115 famílias do acampamento** Maria Rosa do Contestado em setembro de 2019, posteriormente suspensa pela 2ª Vara Federal de Ponta Grossa.
> [...]

> o líder do acampamento, Célio de Oliveira Meira, afirmou que os camponeses são favoráveis ao uso compartilhado da área junto ao Centro de Treinamento para Pecuaristas, mas que a proposta vem sendo ignorada pelo governo federal. **"A SPU chegou a estar com toda a documentação pronta para fazer a transferência das áreas, as permutas, mas agora diz que não é mais possível, que a lei não permite"**, afirma. "Mudaram os agentes públicos e travaram as negociações. **Estamos retrocedendo**".
> (BASSI, 2011, grifos do autor)[58].

Em junho de 2019, a deputada veiculou em suas redes sociais vídeo com o secretário informando que seria encaminhado ofício à AGU para o despejo das famílias acampadas. O vídeo foi transcrito pela Defensoria Pública da União (DPU) nos autos da Ação Civil Pública, processo nº. 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 79 (Paraná, 2021).

> Aline Sleutjes: - "**Mais uma vez estou aqui ao lado do Nabhan, nosso grande amigo, tratando da questão da fazenda Capão do Cipó**, gostaria que você relatasse para os nossos amigos que tanto lutam e sonham com a reintegração dessa terra Nabhan: como que tá o andamento desse processo aqui no Governo Federal?"
> Nabhan: - "Deputada Aline **quando você me trouxe esse pedido, imediatamente nós remetemos à Advocacia Geral da União (AGU)** que já está em trabalho para que a gente **coloque em prática a reintegração de posse porque a propriedade invadida tem que ser desinvadida,** é a meta deste governo, se a propriedade foi invadida, infelizmente, indevidamente, um ato ilícito, até porque inclusive não só por se tratar de terras da União, porque **lá nós temos dois grandes centros de pesquisa** e pode ter certeza nós faremos a reintegração de posse, todos os invasores serão identificados e qualificados e prontamente **retornaremos os dois centros de pesquisa porque esse é interesse desse governo, da sociedade e de todo segmento produtivo do Paraná.**"
> Aline Sleutjes: "**Então um grande recado, uma grande notícia a todos vocês, da Cooperativa Castrolanda,** e todas as instituições de fomento que estão aguardando esse grande momento. Vamos resgatar os treinamentos, as pesquisas, que tanto beneficiaram o nosso país. Então pessoal, esse governo realmente dá pra contar, o que comprometeu, o que prometeu será cumprido. Um abraço."

O primeiro despacho interno do INCRA-PR sobre o desinteresse da área ocorreu em 22 de junho de 2019, no que o ofício à SPU-PR aconteceu em agosto de 2019. No entremeio dessa movimentação de decisões internas à comunicação à outra instituição, em 3 de julho, a União entrou com o pedido de reintegração de posse contra o MST (ação n. 5009554-77.2019.4.04.7009). Uma das suas fundamentações é uma recente manifestação de interesse na área pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) em construir um câmpus na área. Nos autos desse processo se anexa os ofícios da manifestação desse interesse. Porém o primeiro contato, em março do mesmo ano, foi realizado pela SPU-PR oferecendo a Fazenda Capão do Cipó para o Instituto que responde positivamente. De fato o IFPR já havia iniciado as tratativas com a

[58] BASSI, Bruno Stankevicius. Inimiga do MST, ruralista é eleita para assumir Comissão de Agricultura. De Olho nos Ruralistas, 2011. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2021/03/11/inimiga-do-mst-ruralista-e-eleita-para-assumir-comissao-de-agricultura/ Acessado em: 05/05/2024.

Prefeitura de Castro para implementar um campus em Castro, porém não havia considerado, ainda, a Fazenda Capão do Cipó.

Salvo outro registro que demonstre a manifestação primeira do interesse do instituto na área entende-se que a União se articulou no sentido de dar outro destino da área antes mesmo de uma manifestação oficial de desistência do INCRA-PR, oferecendo a área ao IFPR citando o processo de reintegração que estaria para começar. Outro detalhe complementar é que a SPU-PR não cita a ocupação da área pelo CTP.

Em seguida se dá despacho de reintegração de posse, na 2ª vara federal de Ponta Grossa, as tratativas em torno do campus IFPR assim como a desistência do INCRA-PR na área são fundamentos usados pela decisão do juiz. A intimação ocorreu no dia 9 de julho, aos ocupantes da área, sendo assim, são intimadas a desocupação do imóvel o movimento e a CTP. Na sequência dos fatos, em agosto do mesmo ano, houve manifestação da União e do CTP para que este fosse retirado como réu do processo de reintegração. Aquela justificou a retirada alegando que as atividades do CTP seriam contempladas pelo projeto a ser implementado, por isso já não estavam sendo considerados no pedido de reintegração. Em complemento o CTP se manifestou para que fosse admitido como assistente simples da União, reforçando seu caráter em oposição ao movimento.

> Ressalte-se que o CTP nunca invadiu o imóvel, nunca teve, não tem e nunca terá qualquer relação com o MST, não fez, não faz e não fará parte desse movimento dito social, não compartilha, não concorda e reconhece com os interesses dessa famigerada agremiação/sociedade de fato; (autos do processo nº. 5009554-77.2019.4.04.7009/PR, Evento 25, Paraná, 2021).

Contra esta decisão as famílias interpuseram agravo de instrumento, pela qual a decisão foi suspensa por 60 (sessenta) dias. Foram anexados documentos dos processos de tramitação da permuta, mostrando que a desistência da área não foi por inviabilidade do projeto e anexam um dossiê organizado pelas próprias famílias sobre a sua realidade.

O acampamento chegou a abrigar 200 famílias, que ocuparam a área com a proposta de produção agroecológica sobre a qual a comunidade constrói um dossiê com alguns levantamentos de informações para ter algum documento como ponto de partida de negociação com o Incra (no documento afirmam a necessidade de lotes entre 5 a 7 hectares). Segundo o documento, nos primeiros anos as famílias buscaram a formação de uma cooperativa e organizavam atividades específicas, de artesanato, de cultura, lazer e produção com setores de produção, mulheres e jovens, onde 120 famílias dispõe do Cadastro de Produtores Rurais - CAD/PRO, e 60 acampados estão em processo de emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – DAP (Declaração

de Aptidão ao Pronaf), através do Sindicato do Trabalhadores na Agricultura Familiar de Castro - SINTRAF. No início a comunidade já dispunha de algumas estruturas existentes da ocupação anterior: 3 barracões; 1 sala para estudo; 4 casas de alvenaria; 1 campinho de futebol; 2 pontos de acesso à energia. As estradas de acesso são estradas de terra assim como as vias internas, dificultando a mobilidade interna.

Todas as famílias optaram pelo sistema agroecológico de produção, escolhido a partir da necessidade e do projeto político, seguindo uma crescente demanda por alimentos saudáveis e também diretrizes do MST. Assim criam um forte contraste com as produções convencionais de leite, soja e milho do entorno.

A produção animal vinha de galinhas (659), porcos (258), vacas (42), bois (9); ovelhas (2), cabritos (12), cavalo (1), patos (49), gansos (13), coelhos (33), galinha da angola (1). E sobre a produção vegetal tinham uma estimativa anual de milho crioulo (100 toneladas), feijão variado (650 toneladas), amendoim (1,2 toneladas), arroz (9 toneladas), repolho (150 toneladas). Também de couve, abóboras variadas, cenoura, alho, cebola, batata doce, mandioca, batata yacon, berinjela, couve flor, cebolinha, salsinha, pepino, abobrinha, pimentão, jiló, chuchu, quiabo, nabo, rabanete, brócolis, pipoca, rúcula, alface, almeirão, morango, ervilha, feijão vagem, vassoura, mandioquinha salsa somando 60 toneladas

A maior parte da comercialização era realizada nas ruas, casas e pequenos restaurantes de Castro, Carambeí e Ponta Grossa. Sendo que o feijão conseguiam vender para cerealistas do município. Com muita dificuldade de vendas chegaram a registrar 90% de perda das hortaliças. Recebiam assistência técnica desde a Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela atuação do LAMA (Laboratório de Mecanização Agrícola). O acesso à escola, 15 km do acampamento, se dava pelo transporte da prefeitura municipal. O atendimento no posto de saúde no bairro vizinho. As moradias eram de madeira e lona preta.

O dossiê destacou a proposta agroecológica, tanto para produção de hortifrúti quanto para produção de leite, sendo uma possibilidade de produção de tecnologia sustentável diante dos impactos ambientais e dependências tecnológicas e de insumos da produção convencional de grãos e leite. Como proposta unilateral, o acampamento se colocou à disposição para trabalhar em conjunto com a permanência do CTP para futuras parcerias pensando na produção agroecológica do leite.

A iminência de despejo gerou grande comoção social, levando inclusive a diocese da Igreja Católica a se manifestar em defesa da comunidade. Segundo o relato da advogada Thaís Diniz, após reunião pública realizada na 2ª Vara Federal de Ponta Grossa-PR, com a presença da defesa das famílias, apoiadores da comunidade, o Deputado Federal Aliel Machado e o

Bispo Dom Sérgio Arthur Braschi, foi reafirmada a necessidade de realizar audiência de conciliação entre as partes, a fim de buscar soluções pacíficas para o conflito.

Como efeito, marcou-se a audiência pública em setembro de 2019 de onde saiu um esforço conjunto para construção coletiva de soluções para o conflito, que aconteceu em outubro e novembro do mesmo ano. Enquanto as reuniões aconteciam, a liminar de reintegração foi suspensa. Nesse meio tempo foi sugerido pela advogada Thais (representando as famílias do acampamento) o encaminhamento para a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários[59].

As reuniões administrativas aconteceram na sede da Procuradoria da União em Curitiba-PR, sendo vislumbrada a possibilidade de construção de um projeto pacífico para solução do conflito. Ao fim dessas reuniões a SPU-PR se comprometeu a apresentar uma proposta conciliadora. Nesse meio tempo foi apresentado um cadastro das 142 famílias acampadas, das quais 40 estavam no acampamento Padre Roque Zimmermann, fazenda Jeca Martins.

Em dezembro de 2019 o IFPR apresentou mais detalhes da construção do projeto do campus em Castro, apresenta outro imóvel rural de 60 hectares doado por uma imobiliária do município cuja articulação foi feita pela deputada Aline Sleutjes. Segundo a instituição neste imóvel ficaria a parte principal do campus e a Fazenda Capão do Cipó funcionaria para atividades de campo. O projeto descreve os cursos a serem implementados.

Em fevereiro de 2020, a SPU-PR pediu prorrogação de 90 dias, pois estaria trabalhando em ajustes administrativos para apresentar uma proposta conciliadora. Logo depois a Prefeitura Municipal de Castro se manifestou no processo pedindo uma audiência de conciliação

> a fim de poder **implantar políticas públicas de inclusão social, desenvolvimento e fomento do agronegócio para membros do MST**, pequenos produtores, produtores da agropecuária familiar, médios produtores e demais interessados, protestando pela intimação da Advocacia Geral da União, do Gerente Regional do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das demais partes nos autos de processo supra citado (Processo 5009554-77.2019.4.04.7009/PR, Evento 210, Paraná, 2021, grifo do autor).

Em seguida apresentou um projeto de acordo de cooperação técnica (figura 23) com empresas de formação, curso superior, pesquisa e atividades ligadas ao agronegócio, entre elas um parque tecnológico voltado à criação de bovinos e caprinos e seus produtos derivados. No acordo de cooperação se destacou a disponibilização pelo prazo mínimo de 15 anos de 60% da

[59] No âmbito da comissão, criada em julho de 2019, criou-se o CEJUSC Paraná que, apesar de não ter atuado diretamente no caso, já estava atuando em conflitos fundiários no estado.

Fazenda Capão do Cipó, mantendo a área do CTP. O projeto não especificou a necessidade do despejo e contemplou a formação de agricultores do MST, pequenos e médio agricultores e pecuaristas da região, ofertando cursos de graduação, especialização e laboratórios de genética.

FIGURA 23 - Imagem anexada ao projeto apresentado pela prefeitura.

Fonte: Processo 5009554-77.2019.4.04.7009/PR, Evento 210, Paraná, 2021.

Para o projeto anunciou-se a busca dos recursos com o governo do estado. O projeto que se caracterizou por estar alheio a realidade do conflito e também do andamento do processo, é recebido com a sugestão do juiz para que a prefeitura começasse a participar das audiências para construção conjunta de uma proposta que já estava em andamento (o que de fato fez, na sequência do processo em algumas audiências online que este autor participou a prefeitura se fez presente, ao lado dos empresários da Castrolanda em sua sede).

Em junho de 2020 a União pede mais uma suspensão (concedida) por 90 dias. A sequência dos fatos desde o primeiro pedido de suspensão e o projeto da prefeitura, que é desconsiderado, indicou uma possível articulação, dando pistas do caminho que a União iria seguir quando anunciou, em 2019, que apresentaria projeto conciliatório. Considerou-se o

projeto da prefeitura uma tentativa estranha com uma proposta de dominação pelo saber, na formação voltada ao agronegócio considerando agricultores do MST.

Nesse meio tempo, em março de 2020, o Instituto Federal do Paraná, realizou consulta na SPU-PR sobre a cessão de uso gratuita da totalidade da Fazenda Capão do Cipó para instalação do câmpus. O projeto previa a construção de bloco administrativo de 2.500 m^2, bloco didático de 900 m^2, bloco de laboratórios de 450 m^2 e quadra coberta de 800 m^2, totalizando aproximadamente 5 hectares. No mesmo mês a SPU-PR proferiu decisão favorável à cessão da área total, com dispensa de licitação. Com essa movimentação, interpretam-se os pedidos de suspensão pela União como uma forma de dar tempo para o Instituto conseguir a autorização do MEC.

Em junho de 2020 o movimento procurou a UFPR com a necessidade da produção de um estudo técnico que indicasse a viabilidade do uso compartilhado da Fazenda Capão do Cipó pelo CTP, o IFPR e o Acampamento Maria Rosa do Contestado. Diante da demora da SPU em apresentar tal proposta anexaram o estudo no processo em outubro do mesmo ano.

1.3.3.1 1º estudo técnico, desconstruindo narrativas e aproximando o território

O estudo (Pontes et al., 2020) foi construído no âmbito do projeto de extensão Mapeamentos comunitários em experiências de r-existência ligado ao coletivo PLANTEAR. De caráter técnico, foi realizado com trabalho de campo e pesquisa com dados secundários, análise e acompanhamento da legislação e dos processos administrativos e judiciais.

O que caracterizou a presença do estudo no processo foi a aproximação da realidade concreta sobre a qual a leitura espacial sistematizou e evidenciou contradições que não haviam sido expostas ainda no debate. As manifestações realizadas até a confecção do estudo através das normas jurídicas e técnicas e a defesa da CTP fizeram recortes caracterizados na ignorância da realidade e/ou sua distorção para a projeção do Mundo de um único mundo possível, do agronegócio da pecuária leiteira.

Pontes et al. (2020) retomaram todo o histórico (figura 24) já discutido no que vão sintetizar o uso irregular da área.

FIGURA 24 - Linha do tempo das mudanças na situação da Fazenda Capão do Cipó.

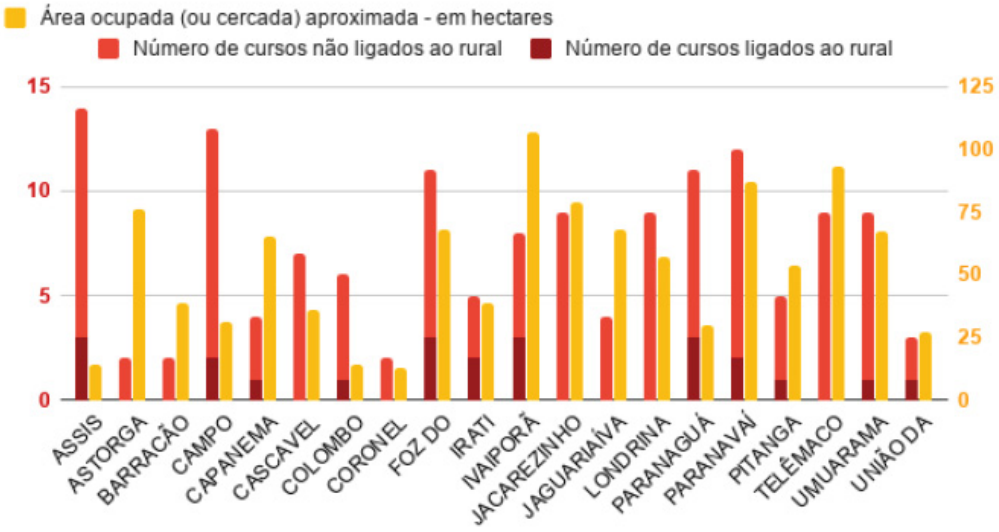
Fonte: Pontes et al. (2020).

Analisaram também os impactos socioambientais após a ocupação, bem como a organização da comunidade. Além disso, examinaram o projeto e o pedido apresentados pelo IFPR à SPU, comparando com a situação de outros campi da instituição espalhados pelo Paraná.

Por meio da análise de imagens de satélite da área ocupada por 20 campus do IFPR no Estado, constatou-se que a área média era de 53 hectares (o maior com 107 hectares em Ivaiporã e o menor com 13 hectares em Coronel Vivida), cerca de 9 vezes menor que a área cedida e pleiteada pelo IFPR implantar o campus na Fazenda Capão do Cipó.

Os autores também compararam a relação da área dos institutos com o número de cursos e quais desses estariam ligados ao meio rural (gráfico 7). “É possível perceber que as áreas ocupadas por cada IF não apresentam influência direta na relação de cursos.” (Pontes et al., 2020, p.47). E exemplificam comparando, de um lado, o campus em Assis Chateaubriand que ocupa aproximadamente 14 hectares, possuindo 14 cursos, sendo 3 relacionados ao rural, 2 deles técnicos integrados: Agricultura; Agropecuária; e 1 curso técnico subsequente: Agroecologia. Por outro lado, em Jaguariaíva, o campus ocupa 68 hectares com 4 cursos. “Sendo assim, o aproveitamento dos cursos de um IF não depende diretamente da área que ocupa e, em alguns casos, mantém usos compartilhados.” (Pontes et a;. 2020, p.47).

GRÁFICO 7 - Comparação das áreas ocupadas e a relação de cursos em cada IF.



Fonte: Organizado por Pontes et al. (2020) a partir de Imagens de satélite (Google, 2020), e informações dos portais online das instituições.

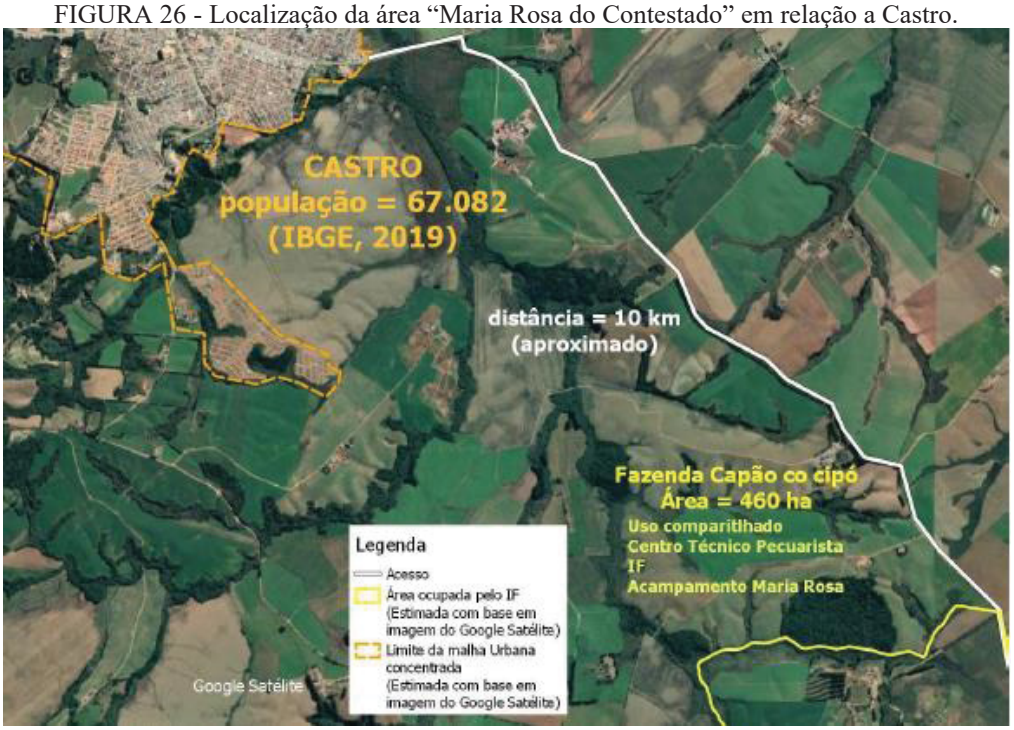
O mesmo levantamento demonstrou que dos campi analisados, apenas dois não estavam na malha urbana, como o caso de Ivaiporã (figura 25), distante 1,8 km da entrada da cidade, mas com acesso por rodovia pavimentada (PR-466).

FIGURA 25 - Localização do IF de Ivaiporã em relação à malha urbana do município.

Fonte: Pontes et al. (2020).

Completamente distinta era a situação da Fazenda Capão do Cipó, localizada no perímetro rural de Castro e com 11 (onze) quilômetros de distância da mancha urbana (figura 26), sendo que 10 (dez) quilômetros são percorridos por estrada de chão, o que demandaria um grande investimento do poder público para implantação das infraestruturas necessárias para acesso e funcionamento da instituição.

FIGURA 26 - Localização da área “Maria Rosa do Contestado” em relação a Castro.



Fonte: Organizado por Pontes et al. (2020) com base em imagens de satélite GOOGLE (2020).

Além do campus de Ivaiporã, o campus de Coronel Vivida, fora da malha urbana (figura 27), a 2 km, todos os outros estão inseridos na mesma, como em Jaguariaíva.

FIGURA 27 - Localização do IF de Jaguariaíva em relação à malha urbana do município.

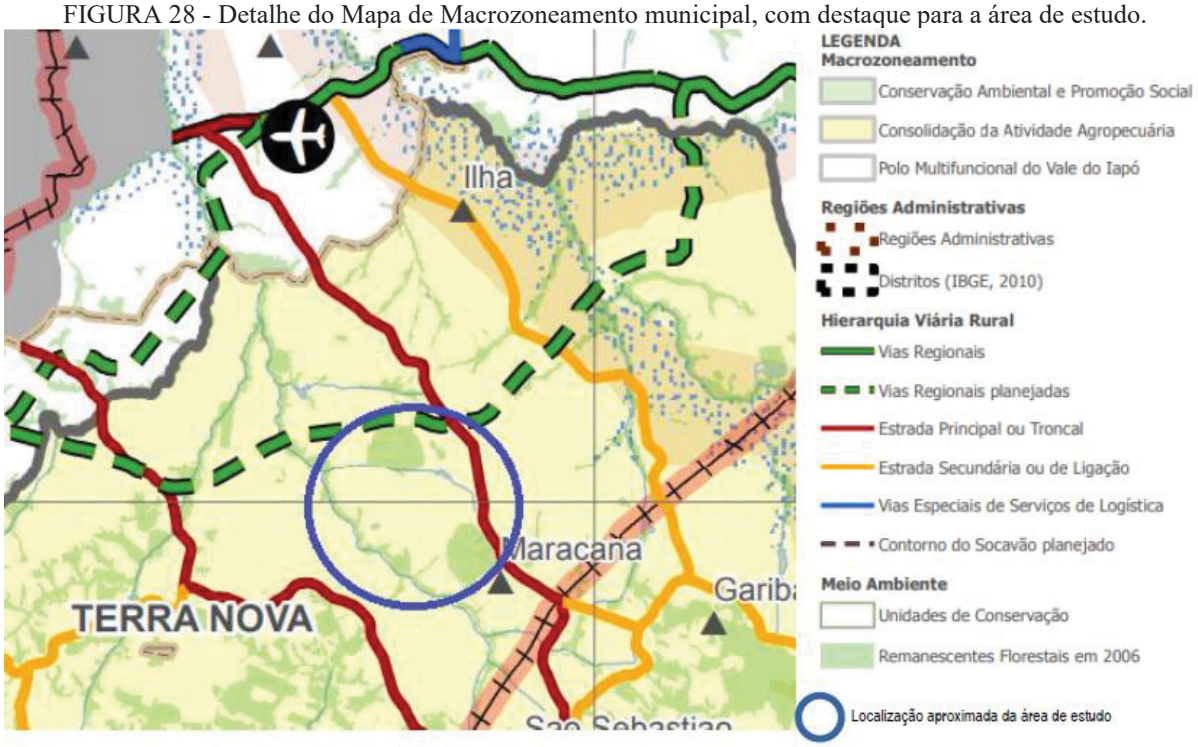
Fonte: Organizado por Pontes et al. (2020) com base em imagens de satélite, Google (2020).

Destacaram também, a partir do macrozoneamento do município, Anexo I do Plano Diretor, a Lei Complementar nº 61/2017, que o imóvel está na área de Consolidação da Atividade Agropecuária, com remanescentes florestais onde a ocupação da área pelas famílias, por meio da agroecologia, estava em conformidade com as diretrizes previstas no Plano Diretor (figura 28)

> Art. 58 O macrozoneamento divide o território do Município em grandes áreas com vocações definidas, delimitadas em Mapa constante do Anexo I desta lei e descritas a seguir:

(...)
II. Macrozona Rural de Consolidação das Atividades Agropecuárias: tem como objetivo principal a consolidação da atividade agropecuária em Castro, sobre a qual incidem as seguintes diretrizes:
a) fornecer apoio técnico para a correta utilização e aproveitamento do solo rural, de acordo com a aptidão do solo;
b) **incentivar e monitorar as atividades agrícolas, de piscicultura, silvícolas, pastoris, de turismo, de recuperação e manejo ambiental, de forma a suprir as demandas atuais, sem comprometer a capacidade de atendimento de necessidades futuras;**
c) articular as práticas agrícolas ao desenvolvimento sustentável;
d) **combater a erosão e a poluição hídrica;**
(CASTRO, 2017, apud. Pontes et al., 2020, grifos do autor).

FIGURA 28 - Detalhe do Mapa de Macrozoneamento municipal, com destaque para a área de estudo.



Fonte: Adaptado por Pontes et al. (2020) do Plano Diretor Municipal de Castro-PR, aprovado em 2017.

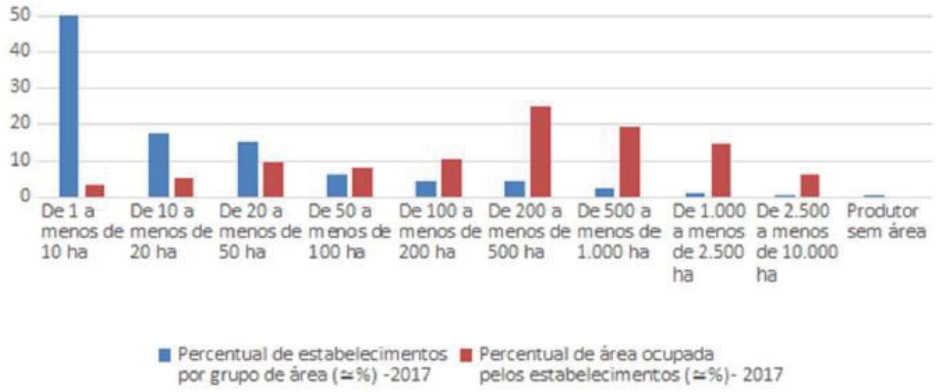
Assim é questionado, devido à localização e distância, a necessidade de infraestrutura para proporcionar o acesso ao futuro câmpus que atualmente não existe. Por outro lado, destacaram a realidade que está consolidada no local e como poderiam se beneficiar de um instituto voltado às atividades do campo. Enquanto a distância é um indicativo de dificuldade a parceria com as comunidades de reforma agrária podem trazer benefícios em que o estudo cita casos concretos de compartilhamento, como a UFFS (Universidade da Fronteira Sul) de Laranjeiras do Sul/PR e o IFC (Instituto Federal Catarinense) de Abelardo Luz/SC.

Ao longo do estudo articularam-se dados relevantes do município de Castro-PR quanto à sua realidade socioeconômica e perfil produtivo, com as atividades realizadas pela comunidade Maria Rosa.

Com dados dos Censos Agropecuários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística) mostrou-se que a realidade da estrutura fundiária no município (gráfico 8) é concentrada: “enquanto 67% dos estabelecimentos (até 20 ha) ocupam 8% da área, 3,3% dos estabelecimentos (acima de 500 ha) ocupam 39,3% da área.” (Pontes et al., 2020, p.21).

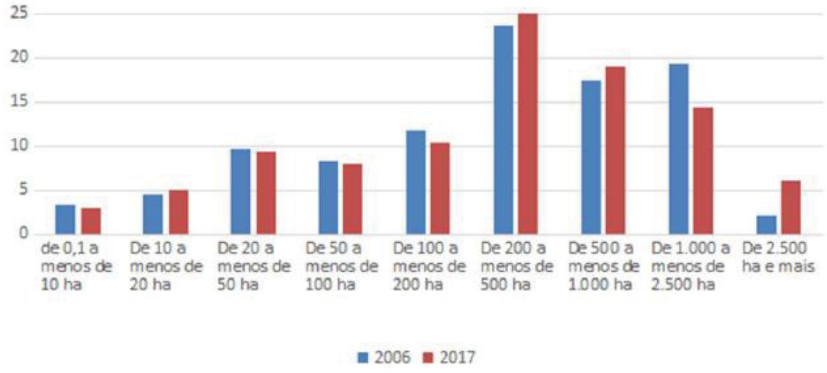
GRÁFICO 8 - Estrutura fundiária do município de Castro.



Fonte: Organizado por Pontes et al. (2020) a partir dos dados do IBGE, 2020.

Comparando o crescimento do número de estabelecimentos em cada categoria de tamanho área de 2006 para 2017 (gráfico 9) destaca-se o maior crescimento de áreas maiores que 2.500 ha.

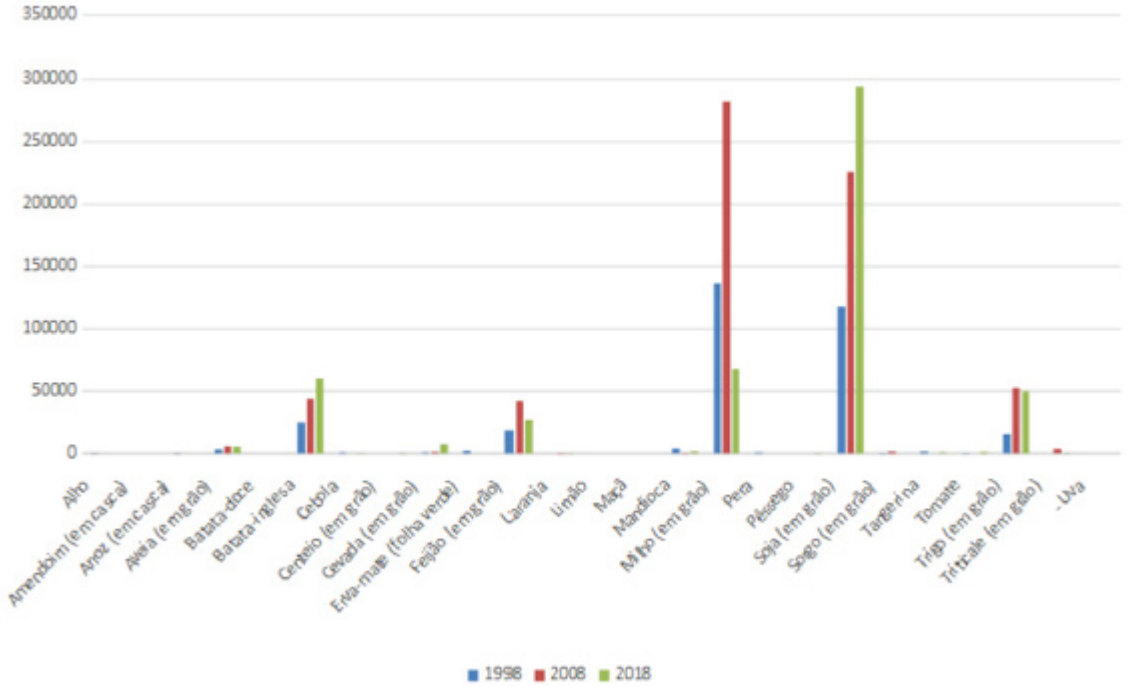
GRÁFICO 9 - Comparação da área ocupada pelos estabelecimentos por grupo de área 2006 e 2017 em Castro, PR.



Fonte: Organizado por Pontes et al. (2020) a partir dos dados do IBGE, 2020.

O aumento da concentração fundiária foi acompanhado pelo aumento da monocultura da soja (gráfico 10) o que representaria maior uso de transgênicos e agrotóxicos, perda de área para produção diversa de alimentos.

GRÁFICO 10 - Produção agrícola de Castro nos anos de 1998, 2008 a 2018, em toneladas.



Fonte: Organizado por Pontes et al. (2020) a partir dos dados do IBGE, 2020.

A situação reflete na diminuição da população rural do município e concentração da urbana e se agrava diante da demanda social do município onde a 4% da população vive em situação de extrema pobreza, enquanto 12 % em situação de pobreza e 32% de vulnerabilidade à pobreza.

> Segundo dados do Ipardes (2010), um terço da população de Castro é vulnerável à pobreza, sendo que 4% da população é extremamente pobre em Castro, o que significa dizer que recebe 15% do salário-mínimo de renda domiciliar por mês (correspondente a R$ 70,00 no ano de 2010) e quase um terço da população tem renda domiciliar por mês de até meio salário-mínimo (o que significava em 2010, renda de R$ 255,00). (Pontes et al., 2020, p.24).[60]

Ao delimitar as fragilidades sociais do município o estudo evidenciou ainda mais o projeto construído pelo Acampamento Maria Rosa do Contestado onde produzem agroecologicamente desde a ocupação em 2015. Desde então foram 4 anos com a proposta de outro modelo produtivo alimentar e de relação de cuidado entre pessoas, com a natureza e a terra. Não há uso de agrotóxicos na área, tendo sido plantadas e manejadas barreiras agroecológicas com linhas de proteção de árvores para não contaminar os cultivos internos por parte das propriedades vizinhas que utilizam agrotóxicos.

Além de produzirem alimentos para a própria comunidade, as famílias concluíram a estruturação da CONFRAN (Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Maria Rosa do

[60] Os laudos agronômicos do INCRA definem como mínimo para o cálculo de viabilidade 1 salário mínimo mensal sendo 3 o ideal.

Contestado) para comercializarem seus produtos. Em março de 2020, foi conquistado a certificação orgânica de 100% da sua produção agrícola, através Associação Ecovida de Certificação Participativa[61].

O destaque, para além da produção alimentar, está no viés agroecológico, sem uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas, implicando, portanto, diretamente em um cuidado maior com a biodiversidade da área, a saúde das pessoas envolvidas no processo (trabalhadoras e consumidoras), evitando a contaminação dos diversos microrganismos presentes no solo, no ar, dos corpos d'água – sejam os córregos, os cursos de rios e as águas subterrâneas. A presença do consórcio entre espécies (figura 29) gera um sistema de mútuo auxílio e o manejo sustentável realizado pelo modelo agroecológico mantém o solo vivo, sendo ele constantemente coberto por palhadas para que também se reponha nutrientes, mantenha-se uma boa umidade e se evite a lixiviação/erosão da terra.

FIGURA 29– Cobertura de palhada dos canteiros e irrigação da produção orgânica e agroecológica.

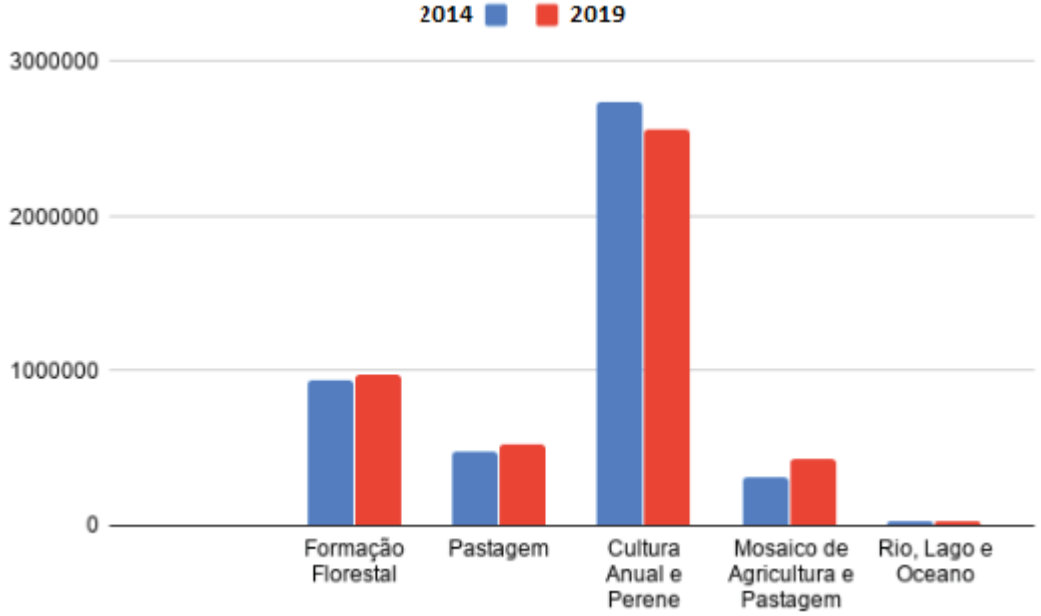
Fonte: MST PR apud. Pontes et al. (2020).

O impacto ambiental foi feito na comparação de uso do solo, antes e após a ocupação das famílias, onde pode ser verificado que a maior densidade demográfica da ocupação não afetou negativamente a preservação ambiental local. Pelo contrário, a opção agroecológica proporcionou uma indução e tendência de cuidado ambiental positiva do ponto de vista da proteção da qualidade da água, do solo, da fauna e da flora devido ao não uso de agrotóxicos e

[61] A partir desta certificação e a regularidade da pessoa jurídica da cooperativa, em 2022 as famílias aderem a contratos como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (para quatro municípios da região) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (para sete municípios da região). Além disso, mantém outras iniciativas de comercialização de cestas agroecológicas com a Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL/UEPG, entregas na EcoFeira de Castro e Doações de Solidariedade do MST PR para zonas e comunidades urbanas periféricas.

outros insumos químicos. No estudo a partir dos dados da área do MapBiomas (2020) isso pôde ser percebido quantitativa e qualitativamente no recorte temporal de 2014 a 2019 no perímetro da Fazenda Capão do Cipó, em que percebeu-se uma redução das áreas exclusivas de pastagem e culturas anuais perenes (redução de monoculturas e uso de transgênico e agrotóxico), o aumento da diversidade do mosaico de agriculturas e o aumento da Formação Florestal (ou seja, da preservação da flora local e aumento do cultivo agroecológico e da biodiversidade). "Os dados [(gráfico 11)] apontam que, mesmo em um contexto de aumento da produção de alimentos e adensamento da área, revela-se que o modo de produção e a opção pela produção de orgânicos significou a indução à melhoria da qualidade ambiental da área." (Pontes et al., 2020, p.32).

GRÁFICO 11 - Comparação das áreas de uso de solo no imóvel entre os anos 2014 e 2019.



Fonte: Organizado por Pontes et al. (2020) a partir dos dados MapBiomas (2020).

O impacto ambiental ainda foi comparado com o problema de contaminação das águas que o município enfrenta pela presença de agrotóxicos, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde. Os autores destacam dois Boletins Epidemiológicos publicados pela Secretaria de Vigilância em Saúde (nº 10 e nº 17 – volume 4) no ano de 2013, informando uma quantidade de agrotóxicos nas águas de Castro acima do Valor Máximo Permitido[62] (VMP) pela legislação. Com análises entre 2014 e 2016 publicadas pelo Controle do Sistema de Informação

[62] Da mesma forma, por exemplo estão "As análises da água realizadas em 2011 encontraram o agrotóxico LINDANO numa concentração de 65 µg/L, enquanto o limite era de 2 µg/L (BRASIL, 2013). Vale destacar que o LINDANO é proibido em atividades agropecuárias desde 1985 (Portaria nº 329 do Ministério da Agricultura). " (Pontes et al., 2020, p.34)

de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA)[63], também do Ministério da Saúde, os 27 agrotóxicos[64] testados foram todos detectados nas águas de Castro. É possível afirmar pelos dados disponíveis que o município "supera a observância dos limites de uso de agrotóxicos que são indicados na esfera internacional" (Pontes, et al., 2020, p.35).

Ainda destacou-se no estudo, desde as ações da comunidade, as doações de alimentos realizadas nas ações de solidariedade do MST durante a pandemia[65] essenciais para a assistência básica do direito à alimentação. Contribuindo com toneladas de feijão e outros alimentos, o acampamento impactou muitas famílias em situação de vulnerabilidade, inclusive nos municípios de Castro e Ponta Grossa, destacando a doação de 5 toneladas em abril de 2020[66].

Assim os autores apontaram que o uso compartilhado evitaria a perda de um uso que impede a degradação ambiental e favorece o abastecimento urbano com alimentos, visto que o mesmo tem condições agudas de vulnerabilidade social. Mesmo assim, a implementação do uso compatível diminuiria os custos pela manutenção do uso e seus aspectos já pontuados diante da necessária alteração do planejamento urbano e modificação e fragmentação possível da malha urbana. Também o uso compartilhado iria favorecer a ação conjunta de duas grandes políticas públicas, o ensino público de qualidade e a reforma agrária, das quais já se constroem programas consolidados de transformação social.

Também apontam os custos e a efetividade das ações de despejo. Constatam o caráter de descumprimento do princípio da impessoalidade onde historicamente se cedeu sem custo o uso da área para a Cooperativa Central de Laticínios Ltda e suas subsidiárias, beneficiando exclusivamente o grupo ligado ao agronegócio. E finalizaram com a constatação da irregularidade da cessão da área que está em processo de reintegração de posse, caráter omitido pela SPU-PR no ato.

> Dados os usos mais interessantes e adequados, o uso misto compartilhado (Instituto Federal e Comunidade/Cooperativa de Reforma Agrária) responde às características da área, de seu entorno, do município e das populações que podem ser beneficiárias

[63] Para saber mais acesse a pesquisa "Por trás do alimento". Disponível em: https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua

[64] "Isoladamente, nenhum deles estava acima do limite permitido pela legislação, considerando que no Brasil não há um limite fixado para a presença conjunta de vários agrotóxicos, diferentemente da União Europeia que limita em 0,5 µg/L a soma de todos os agrotóxicos encontrados. (SILVA et al., 2011). Os testes dos impactos dos agrotóxicos são realizados com um componente apenas, sendo que é imprevisível o impacto conjunto dos 27 agrotóxicos encontrados" (PONTES et al., 2020, p.35)

[65] Para saber mais sobre as ações do movimento no estado ver ROOS, D.; PAULINO, E. T.; SOARES, G.; MONTENEGRO, J. R. Protagonismo da Reforma Agrária no Paraná em época de Pandemia: As ações de solidariedade do MST em fatos e fotos. Geografia em Questão, [S. l.], v. 13, n. 3, 2020.

[66] Disponível em: https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2020/04/07/coronavirus-familias-que-vivem-em-acampamentos-do-mst-doam-5-toneladas-de-alimentos-no-parana.ghtml Acessado em 06/05/2024.

> direta e indiretamente pela política pública, uma vez que, as ocupações e aproveitamentos mantém elementos essenciais do rural e agregam melhorias relacionadas ao urbano. Além disso,
> (i) o uso que já vem sendo realizado pela comunidade e cooperativa (CONFRAN) traz consequências de melhoria ambiental;
> (ii) agrega políticas públicas diversas, diretas (educação e reforma agrária) e indiretas (abastecimento, habitação, infraestrutura);
> (iii) traz eficiência e eficácia para o uso do recurso público;
> (iv) evita o despejo, que tem custos sociais e financeiros, que causam prejuízos individuais, coletivos e difusos;
> (v) melhora as condições socioeconômicas do Município e de sua população;
> (vi) reduz os custos gerados pela implantação de um equipamento e serviço localizados em área imprópria à sua melhor realização;
> (vii) respeita e observa os limites do planejamento territorial do município e de sua malha urbana de modo menos fragmentado;
> (viii) despersonaliza os privilégios históricos conferidos pelo Estado à grupos específicos;
> (ix) atende aos princípios e normas do ordenamento jurídico brasileiro.
> (Pontes et al., 2020, p.68).

No dia 26 de outubro de 2020, o estudo foi apresentado em audiência pública da qual duas decisões se destacaram. A realização de inspeção judicial, pelo próprio juiz, na área em 6 de novembro (figura 30), e uma nova rodada de negociações para o mesmo mês. Entende-se que o contato com a realidade através do estudo proporcionou maior compreensão do concreto, e uma aproximação com o território da comunidade e sua potencialidade na promoção e defesa da vida, provocando a saída do gabinete por parte do juiz, evento que normalmente acontece por agentes judiciais.

> Em quase 40 anos de luta do MST no Paraná, esta foi a primeira vez que um juiz federal realizou uma audiência em uma comunidade de ocupação, de acordo com Roberto Baggio, integrante da direção do Movimento. “Achamos que é uma atitude desse novo período histórico. Nosso reconhecimento por essa atitude pessoal, que acho que ajuda a buscar uma solução”. Ele valorizou a cooperação entre o Poder Público municipal, estadual, federal e das instituições, para a busca de uma solução dialogada. (MST, 2020).

FIGURA 30 - Juiz conhece a comunidade Maria Rosa do Contestado, em Castro (PR).

Fonte: Valmir Fernandes, MST (2020).

1.3.3.2 Em defesa da comunidade, impactos da realidade concreta do território

Junto com o juiz também foram na inspeção representantes da DPU, da Casa Civil do Estado, da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social do governo do Paraná (Sudis), da SEAB, do IAP, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, da ong Terra de Direitos, da UEPG; da Diocese de Ponta Grossa, da prefeitura e da Câmara Municipal de Castro. Os representantes da União acompanharam a audiência via internet, a partir de transmissão ao vivo. O registro feito pelo setor de comunicação do MST-PR trouxe algumas falas dos participantes do processo que mostraram o efeito da ação.

> Em comum, as autoridades públicas presentes na reunião reconheceram a importância da inspeção presencial pelo juiz. João Juliano Josué Francisco, defensor público regional de Direitos Humanos da DPU, parabenizou o magistrado por **"trazer o Judiciário próximo da causa" e conversar com as pessoas moradoras da área.**
>
> "Do que foi dito aqui, o mais importante **é o diálogo, estar presente o Município, o Estado e a União para que, de forma pacífica e ordenada**, a gente consiga **achar uma saída** para este processo, visando **o bem da coletividade**", **frisou o representante da DPU.**
>
> Guilherme de Abreu, representante da Casa Civil, **parabenizou a comunidade pelo trabalho realizado na terra e o juiz da comarca pela iniciativa** de diálogo entre as partes para "encontrar uma solução pacífica". "O Estado do Paraná, desde o início, se colocou à disposição da União e da Justiça Federal para, de forma integrada, conseguir uma solução que preveja uma forma adequada de resolver essa questão", reforçou.
>
> **O prefeito de Castro, Moacyr Fadel (Patriotas), manifestou apoio à permanência da comunidade na área** e se comprometeu em ajudar no escoamento da produção, uma das principais demandas das famílias. "**Eu fui surpreendido com o trabalho que vem sendo realizado aqui com apoio da universidade.** Acredito que daqui pode sair um belo projeto para o futuro, com apoio da prefeitura, do governo do Estado e da Justiça", disse, se referindo às práticas em agroecologia, cultivo de sementes crioulas e a panificação, desenvolvidos com assessoria da UEPG.

> [...]
>
> Na visão do representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos e da Terra de Direitos, Darci Frigo, **a inspeção é um elemento essencial para o processo, para que a "Justiça possa ser também próxima do povo, democrática e ter olhos e ouvidos dos problemas que estão acontecendo"**
> (MST, 2020, grifos do autor).

Na ocasião houve uma manifestação por parte da Prefeitura que revelou a contradição e descompasso da oferta da SPU-PR ao IFPR para implantação do campus acontecesse na Fazenda Capão do Cipó.

> Moacyr Fadel, **prefeito da cidade**, relatou ter iniciado **diálogos com o Ministério da Educação há dois anos para criação de um IFPR na cidade**, com **oferta de um local próximo à área urbana para sediar a instituição**. No entanto, **foi surpreendido em março deste ano com a proposta da própria reitoria do IFPR à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para utilizar a área da fazenda Capão do Cipó como sede**. Menos de 20 dias depois, a SPU se manifestou cedendo o total da área para implantação do Instituto. "**A fazenda é muito grande. Não há nada que impeça de fazer essa universidade em um espaço separado**", afirmou Fadel durante a visita. (MST, 2020, grifos do autor).

No final de novembro realizou-se uma audiência pública com representantes da AGU, SPU-PR, IFPR, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, MST, Sindicato Rural de Castro, CTP, Ministério Público Federal e Estadual, UFPR, SEAB e Procuradoria Geral do município. Da audiência, através de relato presente no processo, se destacam alguns pontos. Enquanto a advogada Thaís[67] fez um resgate do acampamento e do processo destacando o último combinado da SPU-PR trazer um projeto conciliatório, seu representante manifestou que não teria sido esse o consenso, mas que o projeto dependeria de autorização do MEC (Ministério da Educação).

Na sequência a DPU cita os exemplos de Laranjeiras do Sul e Abelardo Luz em Santa Catarina, reforçando que só com essa composição se chegaria num consenso. Então o Procurador do município alega limites de atuação diante de um possível despejo e que a prefeitura disponibilizaria outras áreas para o instituto.

A SPU-PR se manifestou na permanência da sua posição, pois precisaria da área "limpa" para fazer o projeto e que não enxergava possibilidade de implementar o uso compartilhado. O Procurador Geral da República, classificou a posição como irrevogável, e que daquela maneira seria inevitável esperar a decisão judicial, pois sem vontade política não teria saída. A postura da SPU-PR foi questionada pois colocava em risco direitos essenciais às

[67] A advogada Thais Giselle Diniz Santos à época atuava como assessora parlamentar da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Paraná e autou representando as famílias em aprte do processo jurídico.

famílias acampadas exigindo que se realizasse o despejo prioritariamente à construção de uma solução. Seu representante, então, afirmou que o compromisso da União é com o imóvel (ou seja, a propriedade), e que após sua garantia poderia se pensar no que fazer. O mesmo resgatou argumentos do processo, como a desistência do INCRA-PR, e a suposta inaptidão das famílias acampadas.

Enquanto algumas falas também resgataram aspectos do estudo, principalmente as contradições do projeto do IFPR, seu representante afirmou que o MEC precisaria da área livre de impedimentos e que não possuía projeto para o compartilhamento da área, reforçando que se preveem cursos para atender a agricultura familiar e o agronegócio (usou o termo agricultura 4.0[68]). Outras manifestações aconteceram implicando os riscos do despejo, a incapacidade de absorver todas as famílias em outras áreas, a importância do amparo, e da busca por uma solução de uso compartilhado, senão que garantisse terra às famílias, implicando ainda o fato da ocorrência da pandemia. Então a SPU-PR reafirmou que as possibilidades estavam esgotadas e que o caminho seria esperar a decisão judicial. Porém, em dezembro de 2020 o IFPR manifestou a desistência do projeto alegando não haver recurso.

1.3.3.3 Continuidade da disputa, ignorância, distorção da realidade e "inovações" jurídicas

No dia 11 de março de 2021, diante da desistência do IFPR, a SPU-PR manifestou no processo que estava em andamento a cessão de guarda provisória do imóvel para o CTP. Dois dias depois, no dia 13, a SPU-PR comunicou a AGU do início da formalização, no mesmo dia o CTP fez a requisição para a SPU-PR e construiu um projeto de uso para a área, anexado ao comunicado anterior. Destaca-se que a figura jurídica da guarda provisória foi regulamentada por uma Instrução Normativa (IN) da DPU, publicada no diário oficial da União em 28 de fevereiro de 2021.

> Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina o instrumento de guarda provisória dos imóveis de propriedade da União, a ser concedida a órgãos e entidades da administração pública, aos Estados, Distrito Federal, Municípios **e a entidades sem fins lucrativos** das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde, enquadrados no art. 18º, inciso I, da Lei nº 9.636, de 1998, **quando houver risco iminente aos imóveis**, nos termos do art. 45 da Lei 9.784, de 1999.
> § 2º A guarda provisória dos imóveis da União, instrumento distinto da cessão provisória prevista no art. 11, §3º do Decreto nº 3.725/2001, será concedida no curso de processo administrativo ou antes, **desde que vinculada a eventual e futura destinação do bem a partir de processo administrativo específico.**
> [...]
> CAPÍTULO II
> SEÇÃO I

[68] Agricultura realizada através da robotização e automatização da produção.

> DA CONCEITUAÇÃO
> Art. 2º [...]
> § 1º **Entende-se como risco iminente a possibilidade/ameaça de invasões, depredações e outros eventos afins.**
> [...]
> CAPÍTULO III
> DO PROCESSO DE GUARDA PROVISÓRIA
> SEÇÃO I
> DA SOLICITAÇÃO PARA GUARDA PROVISÓRIA
> Art. 5º
> [...]
> § 2º As Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal **poderão ofertar a possíveis interessados, imóveis em situação de risco iminente,** por meio de ofício conforme modelo constante do Anexo II desta IN.
> [...]
> CAPÍTULO IV
> DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
> Art. 8º
> [...]
> Parágrafo único. **O prazo da guarda provisória será limitado a um ano, prorrogável uma única vez, justificadamente.**
> (UNIÃO, 2021, grifos do autor)

Destaca-se que em um mês a entidade viabilizou o processo de cessão da área, o que não foi feito em cinco anos com o INCRA-PR, também não houve necessidade de ajustar o projeto, não houve necessidade de divisão de área, e não houve laudo de avaliação. Ou seja, se caracteriza evidentemente o controle político da legislação em favor do agronegócio. Diante da manifestação da União sobre a guarda marca-se o fim das tratativas para construção de um consenso. Em seguida o governo do estado se retira do processo, alegando que diante da manifestação, sua proposta, a Fazenda Jeca Martins, não se fazia mais necessária.

Em 9 de abril a DPU promoveu uma Ação Civil Pública (ACP) alegando que diante da desistência da IFPR a prioridade era a manutenção das famílias, solicitando o seu assentamento. Diante dessa ação o juiz pediu que todas as partes se manifestassem, das quais, se destaca a manifestação do Ministério Público Federal, em que sugere a suspensão do processo de reintegração diante da possibilidade de execução da reforma agrária na área. A União reforça o termo de guarda provisória já firmado, faltando alguns trâmites e por isso, a necessidade da reintegração de posse. Em junho de 2021 o termo é publicado no Diário Oficial da União. Na sequência complementa que após a guarda se pretende a cessão definitiva ao CTP.

A partir da Ação Civil Pública ganham força diálogos entre a DPU e o INCRA-PR, que é solicitado pela SPU-PR a se manifestar no processo.

Em 4 de junho de 2021, em nota técnica da DPU fez-se uma avaliação de todo o processo citando o estudo técnico para destacar a questão fundiária no município. Diz que o interesse do INCRA-PR manifestado em 2014 já indicava a prioridade da reforma agrária na área, onde seus laudos priorizaram a pecuária leiteira, ignorando a realidade que mostrava a

possibilidade de assentar mais pessoas que o calculado, sendo possível encontrar uma solução que necessitasse o menor remanejamento possível. A nota também destacou a demora na execução da permuta.

> As condições para criação de um assentamento no local, portanto, não estão descartadas, **sendo necessários estudos baseados na realidade da própria ocupação**, **sem fundamentos em hipóteses abstratas** e diversas da facticidade de acampamento, para que o Poder Público possa encontrar soluções se aplicação normativa efetivas e eficazes. (Autos do Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 79, Paraná, 2021, grifo do autor).

Depois destacou a contradição do CTP em requerer a área toda diante da disponibilidade de outras áreas, que já haviam entrado em negociação. Então apontou a contradição jurídica da cessão com base em um parecer da AGU sobre a legislação nesse tipo de processo com imóveis da União, pois deveria ter sido realizado um processo de seleção com os possíveis interessados.

A DPU avançou numa leitura mais aberta da legislação em busca de soluções pautadas na realidade criticando a argumentação do INCRA-PR a partir do processo de seleção de famílias, destacando também que seria contra o princípio da efetividade o despejo das famílias para depois selecionar.

> Se já há uma comunidade, que atende aos requisitos de inclusão da reforma agrária, ativa e produtiva em imóvel público, conferindo-lhe função social, a destinação desse bem não pode prejudicar essa situação fática já alcançada, já que é a mesma situação, fática que a reforma agrária e a política agrícola têm por objetivo. (Autos do Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 79, Paraná, 2021)

A nota ainda trouxe outras conclusões que questionam a aplicação das normas diante da realidade concreta. Em setembro de 2021 a defensoria fez uma análise sobre o orçamento da reforma agrária. Destacou que entre 2014 e 2020 nenhum assentamento foi consolidado, como afirmou o INCRA-PR pois seria a prioridade do governo desde 2016 no que fundamentou sua desistência da área. A partir dos dados de leis orçamentárias a defensoria destacou a tendência crescente tanto no orçamento de aquisição de terras, quanto no de consolidação de assentamentos e de monitoramento de conflitos comparando então com um aumento do orçamento voltado à comunicação social, evidenciando a decisão política do redirecionamento de recursos.

Em 30 de julho de 2021 o INCRA-PR manifestou contestação à DPU. As alegações se caracterizaram pelo apelo à rigidez das normas.

> Nesse sentido - e ainda que esta contestação possa vir tratar de pontos extras -, não se deve admitir que se tergiverse neste processo sobre a (a) capacidade de produção de cada hectare das terras; (b) da quantidade de famílias que poderiam ser assentadas, ou mesmo da (c) especificação das famílias aptas a serem beneficiadas, mesmo porque **todos esses requisitos técnicos são disciplinados em leis e atos regulamentares** cuja invalidação depende de verificação junto a foro competente.

> (Autos do Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 89, Paraná, 2021, grifo do autor).

A instituição recuperou algumas justificativas sem novidade, também reforçou a falta de orçamento e os custos gerais em média por família assentada (R$72.187,87) complementando com o impacto da influencia dos "padrões alocativos" decorrente da linha política do governo. O caráter mais político é manifestado quando a entidade justifica que as famílias não seriam elegíveis para a política de reforma agrária pois não se tratava de ocupação mansa e pacífica. Sobre o questionamento da possibilidade do número de famílias, a instituição se refere ao estudo técnico da UFPR como merecedor de total impugnação, apesar das "ótimas intenções". Criticaram a forma e procedência do estudo por não estar assinado nominalmente, apontando a ausência de profissionais da Engenharia Agronômica. Também reclamaram a falta de um demonstrativo econômico factível e o uso somente de normas gerais como referência.

Entende-se que a leitura da instituição do estudo não aprofunda o conteúdo, sobrepondo ao mesmo a rigidez da forma e da técnica, elegendo a engenharia agronômica como uma disciplina legitimadora, ou seja, a racionalidade da linguagem matemática, fundadora da modernidade. Tal supremacia também foi revelada no temor que anunciam sobre a possível flexibilidade das leis.

> **Seria temerário flexibilizar critérios conforme a conveniência para a acomodação de interesses momentâneos.** Com todo o respeito, unicamente o cotejo da fundamentação legal entre o Estudo apresentado com os laudos do INCRA (apresentados no ev. 31/3-4) é suficiente para afastar qualquer dúvida. (Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 89, Paraná, 2021, grifo do autor).

Finalizaram a contestação negando o abandono da política de Reforma Agrária, onde a "autarquia, de forma discricionária, apenas alterou o foco da política para completar o seu ciclo, **concentrando esforços na titulação** com seus recursos limitados, prevista constitucionalmente." (Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 89, Paraná, 2021, grifo do autor).

Em 15 de julho a União se manifestou em contestação às alegações da DPU. Destaca-se o levantamento que fez sobre o histórico de vínculos empregatícios dos acampados, para deslegitimar os mesmos como agricultores. Argumentou que se davam indícios que estão na área para garantir a moradia e pelo alto valor daquela terra e não pela produção rural. Dos 115 acampados que fizeram o levantamento apenas 13 tinham vínculos ativos. Além disso, a instituição resgata argumentos já manifestados sem novidade, mantendo sua posição e "enriquecendo" (empobrecendo) seu entendimento.

> Conforme já se demonstrou, **não apenas o almejado assentamento não tem qualquer viabilidade jurídica ou orçamentária, como a maioria das pessoas que**

> **ali se encontram não tem sequer o perfil de agricultores familiares**, possuindo **vínculos laborais pretéritos e ativos** relacionados a atividades de cunho urbano (construção civil, transportes, comércio, indústria, etc).
> Veja-se, nesse particular, que **outorgar porções de terras de alto valor para pessoas que acederam a elas por meio de invasões**, **sem sequer ostentarem a condição de agricultores**, é em certa medida fomentar a reiteração desse tipo de conduta, propiciando mesmo a ulterior alienação irregular dos lotes, em prejuízo do Erário e das famílias de agricultores que efetivamente necessitariam dos programas regulares de reforma agrária.
> [...]
> Em outras palavras, o que **se quer, ao fim e ao cabo, é legitimar uma invasão de parte da área de propriedade da União pelas famílias assistidas pela DPU** (Processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, Evento 91, Paraná, 2021, grifos do autor).

O descolamento da realidade caracteriza a manifestação da União, pois ignora os resultados registrados e os documentos de registro de agricultor apresentados no processo de grande parte das famílias. Além disso, desconsiderou a situação de abandono e desamparo das mesmas sem política de fomento e acesso a crédito. Destaca-se a preocupação com o alto valor da terra, colocando-o acima da sua função social, ou do direito à vida digna.

Em agosto de 2021, o juiz determinou a revogação da reintegração, entendendo que diante da solução achada pela União para o conflito com a guarda provisória e posterior cessão definitiva para o CTP, a ação de reintegração tinha perdido o objeto. Decisão que a União contesta no que o juiz explica que ao ter definido o destino da área sem esperar o fim do processo de reintegração não caberia mais o mesmo. Na decisão o juiz reforçou a importância da construção conjunta de um consenso, e do processo de mediação, por isso não se tratava de uma intervenção jurídica. Também citou a duração do processo (8 anos) devido a sua alta complexidade destacando que a origem da ocupação de terras públicas surge nos anos de 1940. E convidou as partes envolvidas para a construção de uma solução que beneficie a todos. Ao final determinou audiência pública para dezembro de 2021 para apresentação de propostas.

Na audiência, o movimento apresentou uma proposta de divisão da área (figura 31) com dados que reforçaram a construção da comunidade e mostraram sua consolidação, que decorreram de sistematizações iniciais para o segundo estudo técnico construído pelo PLANTEAR a pedido da DPU para demonstrar a viabilidade do assentamento na área.

FIGURA 31 - Slide de apresentação da proposta de divisão da área feita pelas famílias em audiência (as áreas marcadas em azul e lilás seriam destinadas ao assentamento e as áreas em verde e laranja ao CTP).

Fonte: Material adaptado dos estudos do PLANTEAR (2021).

1.3.3.4 2º estudo técnico, viabilidade da reforma agrária e uma última tentativa de despejo

O estudo (Montenegro Gómez et al., 2021) retomou o histórico do conflito complementando-o com o decréscimo do orçamento da reforma agrária evidenciando a decisão política do momento. Destacou que enquanto a desistência do INCRA foi baseada numa mudança de política que se fundamentou no risco da geração de expectativa, o órgão assim o fez ao afirmar interesse e iniciar tratativas para o assentamento em 2014. Retomam o aumento da concentração fundiária e o aumento da monocultura, acrescentando que a mesma só beneficia uma pequena parcela dos agricultores.

> Segundo estudo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) realizado em 2018, a propriedade típica de produção de leite na região de Castro tem 120 ha, 375 cabeças de gado, com um estoque de capital de R$ 7.807.970,64 por propriedade. Situação ideal para um bom rendimento financeiro, mas muito longe dos pequenos proprietários que acabam sendo expulsos ou ganhando muito pouco com essa situação. (Montenegro Gómez et al., 2021, p.15)[69].

Os autores também trouxeram um estudo antropológico sobre o acampamento (Vanzo, 2022) que mostrou o sentimento de pertencimento ao lugar dos acampados demonstrando que

[69] Relatório Campo Futuro. Custo da produção em pecuária de leite em Castro/PR. Brasília: CNA/SENAR/USP, 2018.

não se tratava apenas da terra, mas da construção de uma vida que se caracterizava como incerta na situação de conflito sendo marcada pela insegurança e o medo. Na questão da viabilidade produtiva, os autores levantaram uma série de estudos produtivos que demonstraram a viabilidade da agricultura orgânica em pequenas áreas. Apontaram contradições nos estudos do INCRA-PR ao incluírem no custo do assentamento o Valor da Terra Nua (inexistente pois se trata de terra pública), e desconsiderar o valor de investimento inicial. Ainda questionaram porque não se aprofundaram na olericultura. O estudo levantou uma série de aspectos da realidade do projeto (quadro 5) para mostrar que após 5 anos de acampamento, estava mais que consolidado no território.

QUADRO 5 - Sistematização dos marcos de consolidação da comunidade Maria Rosa do Contestado.

Ano	**Mês**	**Marco de consolidação**
2016		Formalização da **Cooperativa** dos Trabalhadores da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado - CONFRAN
2020		Vendas realizadas de casa em casa, nas ruas e em pequenos restaurantes em Castro, Carambeí e Ponta Grossa, e continuamente ao projeto **Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL/UEPG)** em Castro, ao Laboratório de Mecanização Agrícola (LAMA/UEPG), e à Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA/Curitiba)
2020	Março	**Certificação 100% agroecológica** pela rede EcoVida com variedades de sementes cultivadas pelos "guardiões e guardiãs das sementes" da Rede de Sementes Agroecológicas (ReSA).
2020	Maio	**Voto de Congratulações da Câmara Municipal de Castro-PR**, em virtude das doações de alimentos orgânicos (5 toneladas) de Comunidades de Castro e Ponta Grossa.
2021		Fornecimento no **projeto Ecofeira de Castro** (programa de distribuição de alimentos em comunidades carentes em troca de reciclados)
2021	Janeiro	Doação de **quatro mil quilos** de feijão orgânico.
2021	Março	Conquista do Cadastro de Produtores Rurais **(CAD-PRO)**
2021	Março	Doação de 6 toneladas de alimentos a 500 famílias de Ponta Grossa (PR). (Arroz, feijão, batata, mandioca, milho verde, melancia, limão, legumes, verduras e frutas compuseram as cestas, também fornecidos pães caseiros, produzido pelos coletivos de mulheres das comunidades da Reforma Agrária)
2021	Novembro	Inauguração da **agroindústria** de macarrão, do Coletivo de Mulheres da Comunidade Maria Rosa.

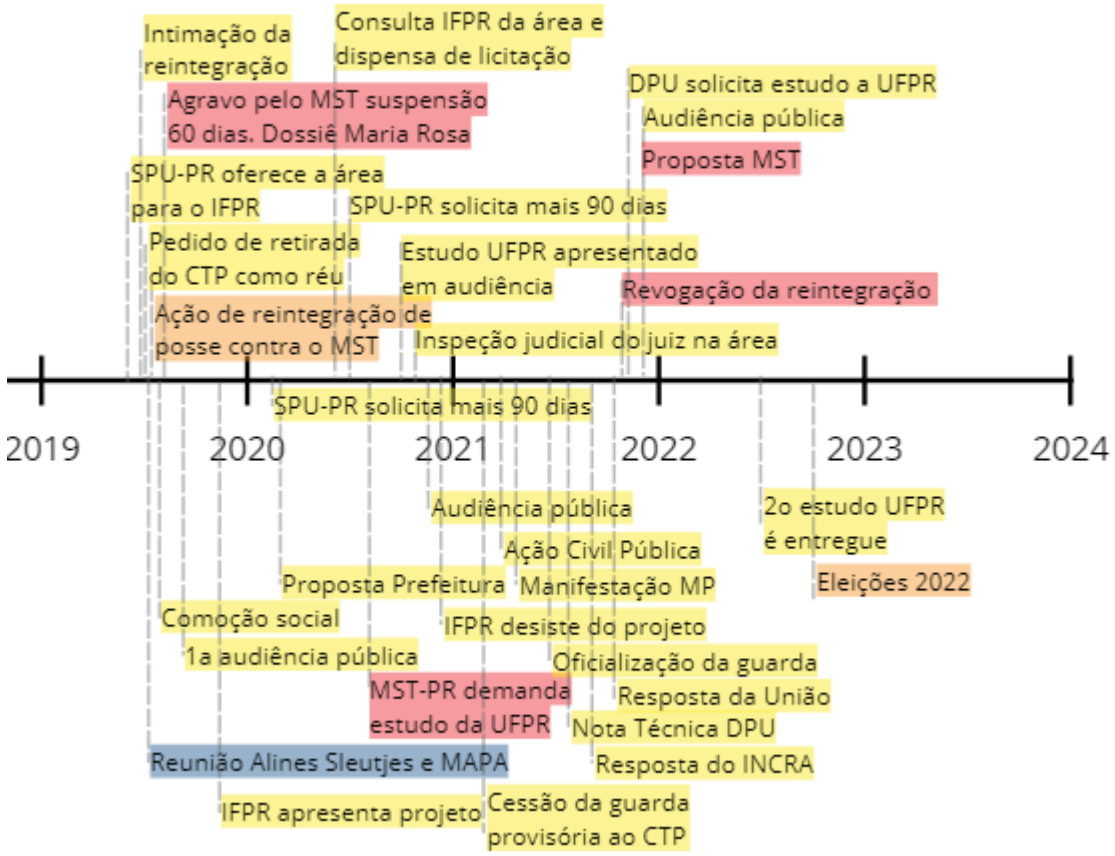
2021	Novembro	Conquista da **Declaração de Aptidão ao Pronaf** para a Cooperativa.
2022		Fornecimento no projeto Ecofeira de Castro (programa de distribuição de alimentos em comunidades carentes em troca de reciclados)
2022		**Contratos de fornecimento de gêneros alimentícios** para a alimentação escolar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para a rede pública estadual e municipal.

Fonte: Adaptado de Montenegro Gómez et al. (2022).

Os autores resgataram também as questões ambientais e mostraram que o acampamento preserva 40% da sua área contra uma média geral de 15% no município. Também aprofundaram sobre os impactos dos agrotóxicos, que aumentam com a monocultura da soja, contrapondo com os benefícios da produção agroecológica. Por fim concluíram que não havia obstáculos jurídicos, socioeconômicos e ambientais para a reforma agrária, tendo mais benefícios na destinação do imóvel para esse fim. Destacaram o nível avançado de consolidação da comunidade com indicativos de viabilidade econômica. Assim, dar continuidade à decisão anterior, de 2014, pela reforma agrária seria a garantia da solução consensual do conflito.

A movimentação que se seguiu após as eleições de 2018 (figura 32) mostrou a capacidade de articulação política das entidades e representantes políticos na construção de caminhos que beneficiam o agronegócio, onde em 1 mês viabilizou-se a destinação da área, o que não foi possível nos cinco anos anteriores. Considerando ainda que os dois primeiros anos da negociação se deram durante um governo progressista no executivo nacional, mas que já estava amarrado pelo acordo de classes, que foi rompido logo em seguida. Se nos dois anos que seguiram o golpe houve uma tentativa de encaminhar a situação, a partir de 2018 não foi possível, porém, a ação civil pública da DPU mostrou que o campo político é espaço de disputa, onde a rigidez da norma é contraposta à complexidade da realidade.

FIGURA 32 - Linha histórica dos eventos desde 2018 até meados de 2022.



Fonte: Organizado pelo autor a partir do processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, que corresponde à Ação Civil Pública movida pela DPU, Paraná, 2021.

O segundo semestre de 2022 vai ser marcado pela apresentação de uma proposta pelo CTP (figuras 33 e 34), que vai se caracterizar pelo forte apelo tecnológico da produção automatizada da pecuária leiteira, prevendo altos custos e alto padrão construtivo na área.

FIGURA 33 - Representação do projeto tecnológico apresentado pela CTP para a Fazenda Capão do Cipó.

Fonte: Autos do processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, que corresponde à Ação Civil Pública movida pela DPU, Paraná, 2021.

FIGURA 34 - Representação do projeto tecnológico apresentado pela CTP para a Fazenda Capão do Cipó.

Fonte: Autos do processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, que corresponde à Ação Civil Pública movida pela DPU, Paraná, 2021.

A proposta feita pelo CTP solicitava o uso de toda área o que exigiria a expulsão das famílias, questão já superada no processo. Marcada pela distância da realidade, a linguagem e estética utilizada na representação da proposta se configura como um símbolo do Mundo de um Mundo, de uma racionalidade moderna capitalista. Ao ignorar os caminhos do processos

ignorava também a realidade amplamente discutida e demonstrada na construção de um Mundo de muitos Mundos pela comunidade Maria Rosa do Contestado. Sem nenhum tipo de consideração pelo uso compartilhado a proposta não foi considerada no andamento do processo.

Outro evento marcante em 2022 foram as eleições presidenciais, com o retorno do presidente Lula e o governo progressista para a pauta política. Também ficou marcado pelo recuo da pandemia da Covid-19. Em dezembro de 2022, o PLANTEAR finalizou o processo de planejamento territorial popular da Comunidade Maria Rosa do Contestado, um processo que vinha sendo construído desde 2021. Dividido em dois períodos, sendo o primeiro relacionado à distribuição de moradias e o segundo ao planejamento da área comunitária, o processo foi uma demanda do movimento para ajudar a consolidar sua organização territorial na área. Como visto, diante da ausência e indisposição do governo para viabilizar o assentamento, o movimento força uma ação através da ocupação da área. Com uma distância cada vez maior do governo em relação a pauta da reforma agrária, iniciando no acordo de classes, depois o seu rompimento, a contrarreforma agrária e o avanço do retrocesso e seu aprofundamento, o movimento vai cada vez mais caminhar em direção da construção da sua autonomia no território, aspecto que vai direcionar o processo do planejamento.

Em março de 2023 foi realizado um ato de entrega do resultado do planejamento territorial popular ao INCRA-PR (figura 35), com a participação do seu superintendente (que voltou a ser o mesmo dos primeiros anos de negociação da área) e de outras autoridades políticas e de instituições. A proposta foi recebida positivamente pelo superintendente que na ocasião anunciou a implementação futura do assentamento.

FIGURA 35 - Ato da entrega da proposta da Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado e anúncio do futuro assentamento.

Fonte: Foto de Juliana Barbosa, setor de comunicação do MST-PR.

Mesmo com a reconstrução da democracia e o cenário favorável diante do retorno da superintendência que, em 2014, requisitou a área, a homologação de um acordo para o fim do processo e a realização do assentamento aconteceu somente em dezembro de 2023.

> Após a realização de várias reuniões e audiências, as controvérsias entre as partes foram ajustadas para que o CTP continue a realizar as suas atividades numa área de 150,08 hectares da propriedade. Enquanto que os dois terços restantes serão utilizados para o novo projeto de assentamento para fins de reforma agrária, como foco nas pequenas propriedades de área individualizada (aproximadamente 1 hectare), e as demais áreas são de reserva legal e de utilização coletiva. As parcerias são incentivadas para o melhor aproveitamento do imóvel e para alcançar melhores e efetivos resultados. A integração entre as partes e os envolvidos, por meio de parcerias, serão fundamentais para o sucesso da iniciativa. (TRF2, 2023).

O acordo do uso compartilhado permaneceu prevendo parcerias entre o CTP e o assentamento. Destaca-se a permanência do caráter de acordo de classes característico dos primeiros governos progressistas, mas também o caráter demorado de andamento do acordo. Desde a homologação do acordo o assentamento foi oficialmente reconhecido em abril de 2024, na publicação de portaria no Diário da União.

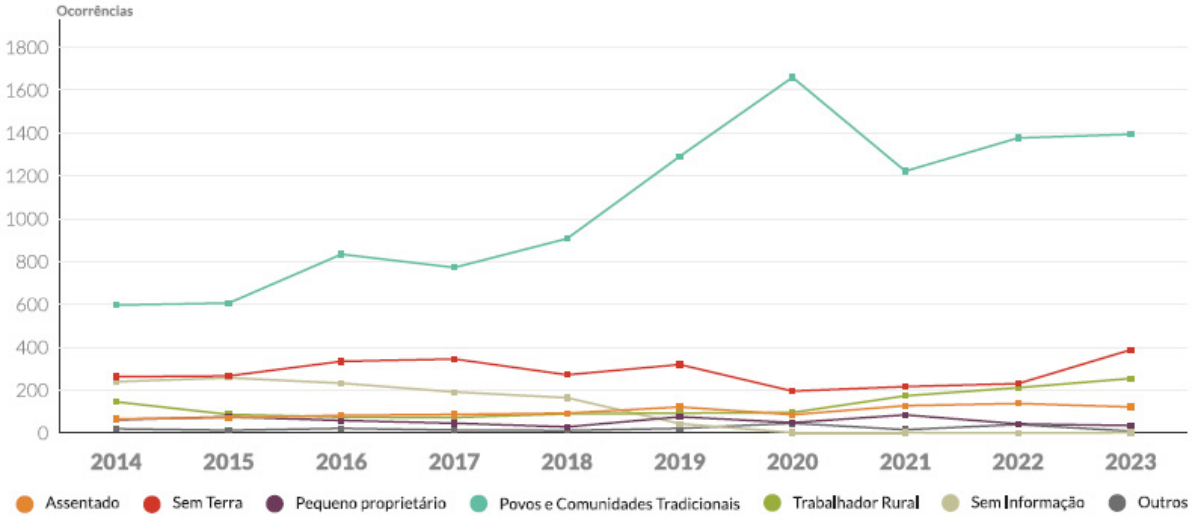
> Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de reforma agrária, o imóvel da União, constituído por um terreno rural, denominada Fazenda Capão do Cipó
> [...]
> Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à implantação do Assentamento de Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado, com previsão de assentamento de 63 famílias.
> (União, 2024).

A área foi anunciada como o primeiro assentamento do novo programa de Reforma Agrária "Terra da Gente" lançado no mesmo mês em que o governo incluiu uma série de

imóveis públicos no que chama de prateleira de terras, disponibilizadas para a política. O número de 63 famílias é resultado da construção da comunidade junto com o coletivo PLANTEAR no processo de planejamento territorial popular, a ser descrito nos capítulos 2 e 3.

Mesmo com a sinalização positiva de retomada da reforma agrária, o primeiro ano do governo não implementou nenhum assentamento dando continuidade ao ritmo do governo anterior como mostra Alentejano et al. (2024), ao analisar os dados dos Conflitos no Campo do ano. Continuidade que se manifesta no número de conflitos pela terra.

GRÁFICO 12 - Categorias que sofreram ações de violência (2014-2023).



Fonte: Alentejano et al. (2024)

> [O] ano de 2023 representa muito mais uma continuidade das contradições engendradas pelo processo denominado de ruptura política do que como início de alguma alteração sensível do quadro em tela. [...] Em 2023, o número de terras adquiridas pela União para serem destinadas à reforma agrária terminou zerado pelo terceiro ano seguido [...] o governo Lula III deu continuidade à política de emissão de títulos definitivos de lotes de assentamentos, prioridade estabelecida por Temer e intensificada com Bolsonaro [...] o orçamento previsto para a reforma agrária em 2024 seria o menor de todos os governos petistas até então (Alentejano et al., 2024, p.36).

A leitura dos autores evidenciam as dificuldades que estão sendo enfrentadas e a postura diante delas na questão agrária, indicando que pouco ou nada pode se esperar em termos de mudanças estruturais, o que certamente pode vir desde a luta dos movimentos sociais do campo e da cidade, dos povos originários, dos quilombolas, das povos e comunidades tradicionais, dos camponeses, das camponesas e das periferias.

O longo caminho do processo jurídico do conflito fundiário da Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado mostrou que as ações de ocupação e a disputa do

campo político têm importância e se complementam. Nessa disputa observou-se que quanto mais se consegue trazer a realidade concreta e sua complexidade para dentro do debate jurídico mais possibilidades se abrem para uma solução menos desigual. Ou seja, para a defesa dos territórios construídos desde a autonomia dos sujeitos e sujeitas que neles vivem e que deles defendem a vida em mundo de muitos mundos. É uma disputa com os territórios do Mundo de Um Mundo, do agronegócio, da colonialidade do ser, do saber, do estar e das normas. O próximo capítulo vai trazer o processo de planejamento territorial popular realizado junto à comunidade, tentando apontar desde o território a construção de mundos, desde a ontologia relacional. Nesse sentido, o capítulo 1 mostrou como essa disputa se deu entre diferentes processos de territorialização se manifestando e direcionando os debates do processo jurídico. Ao longo do processo entendemos que a disputa variava de acordo com o posicionamento e intervenção das diferentes perspectivas sobre o tipo de territorialidade que deveria permanecer na Fazenda Capão do Cipó, conduzindo uma linha de territorialização que variou entre os mundos envolvidos no conflito.

1.4 A variação da linha de territorialização na disputa pelo território

Ao olhar a sequência de eventos, representada na Figura 36, que aconteceram marcou-se uma trajetória que sai da marcação "f" para a marcação "g" cuja variação foi classificada de acordo com os processos de territorialização que constatou-se dominantes em cada período. Essa variação da trajetória será chamada de Linha de Territorialização (LT) cujos períodos são marcados no espaço, representados por geo-grafias específicas ("a", "b", "c", "d", "e"). Estabeleceu-se uma marcação ontológica, representada abaixo da marcação "f" que se estende, com 4 flechas, até o limite inferior da figura. O ponto central está posicionado com a linha horizontal que representa a passagem do tempo. As duas flechas abaixo dessa linha do tempo, apontando para o "sul", indicam a territorialização da luta pela terra (TLT) e a territorialização da luta por território (TLTe) em direção ao Mundo de muitos mundos. As duas flechas acima da linha do tempo, apontam para o "norte", indicando a territorialização normativa colonial (técnica e jurídica) (TN) e a territorialização capitalista (TC) do agronegócio em direção ao mundo de um mundo. O objetivo dessa representação é olhar a territorialização na Fazenda Capão do Cipó vista ao longo do processo jurídico, para representar o impacto das narrativas na disputa ontológica, cuja divisão em direções opostas (representadas por flechas na figura 36) é um ponto de partida para identificar aspectos específicos em cada momento, mas não é uma divisão real dos processos.

Ao trazer a dimensão ontológica para caracterizar os processos de territorialização propõe-se uma perspectiva das múltiplas dimensões do ser, estar e saber e as relações estabelecidas na construção de mundos, ou seja, são concepções de uma rede de ações e significados que determinam existências possíveis que se manifestam em territórios, territorialidades e territorializações específicas. Assim podemos estabelecer marcos ontológicos que caracterizam de um lado o mundo de um mundo e do outro o mundo de muitos mundos.

O primeiro se baseia num ser, estar e saber pautado na racionalidade capitalista, onde a separação sujeito e objeto de um pensamento dualista determina a separação sociedade natureza, onde o ser é marcado pelo individualismo, caracterizado como homem, branco, heterosexual determinado desde o etnocentrismo colonial, o patriarcado e a classificação racial universal. Esse ser dedica seu estar à produtividade e a lucratividade pautado num saber exclusivamente materialista que transforma o humano e o não humano em mercadoria e expropria sua força de trabalho. O domínio humano é proibido à natureza (a não ser como mercadoria), sendo aquele caracterizado por uma mesma língua oficial, uma mesma religião oficial, de um mesmo sistema de pesos e medidas e a segunda como o mundo da ignorância, da desordem e da violência. Dessa maneira também determina o não ser, o não estar e o não saber.

O segundo se baseia num ser, estar e saber pautado em diversas racionalidades e relacionalidades comunitárias e coletivas, onde o ser é marcado pelo viver em comunidade através do sentipensar e integração sociedade e natureza relacionando as múltiplas formas humanas e não humanas de existência, pautada num estar em comunhão, solidariedade e reciprocidade, gerando múltiplos saberes que se manifestam não só pela razão, mas também pela emoção, pelos múltiplos sentidos do corpo, que acolhe e defende a pluriversidade da vida promovendo resistência e oposição ao primeiro, e afirmando territórios de r-existência.

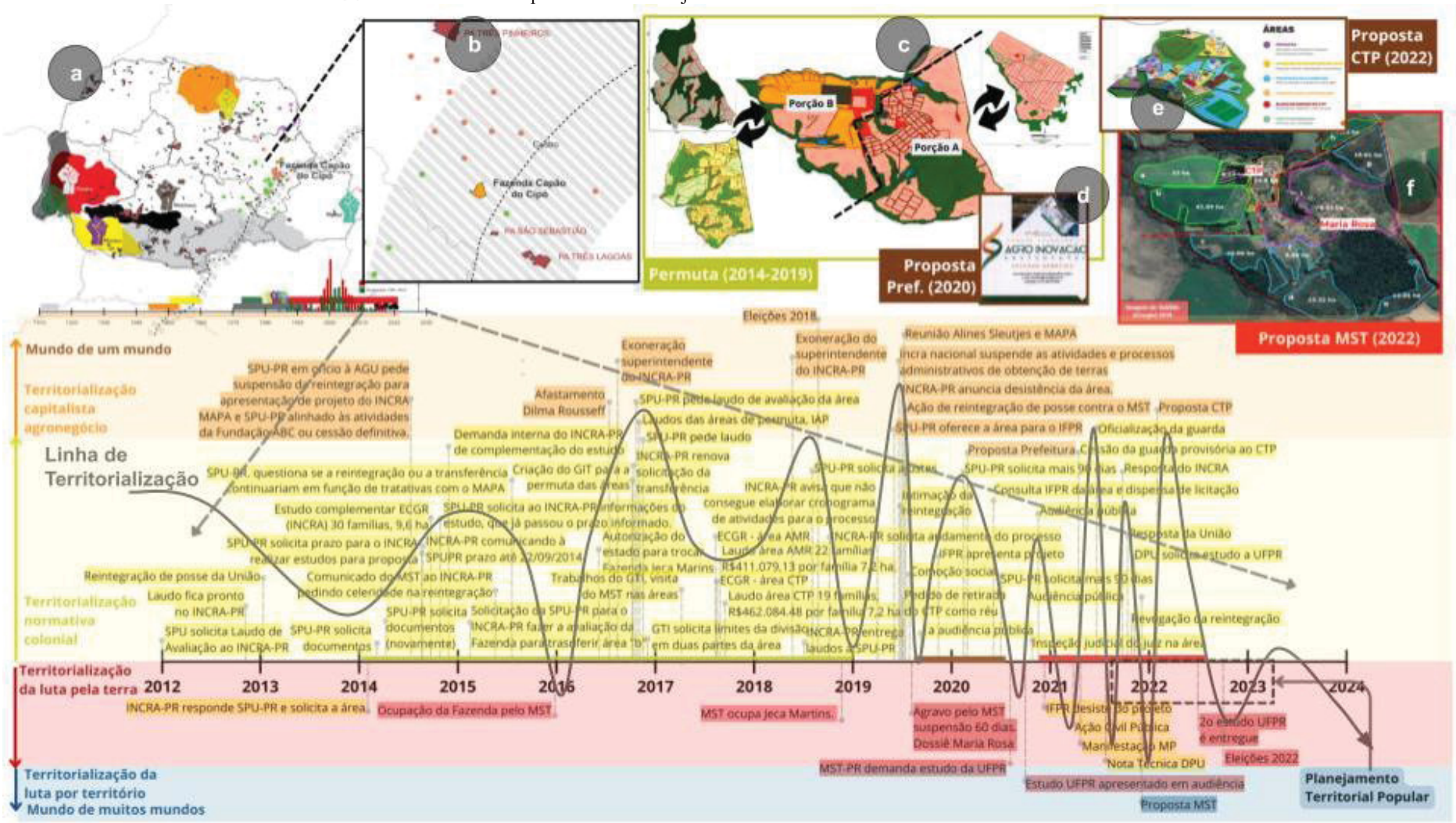
Assim o processo de territorialização no mundo de um mundo implica em territórios onde não se admite a existência de um ser, estar e saber que não seja marcada pela racionalidade capitalista moderna e colonial, enquanto a territorialização do mundo de muitos mundos implica na pluralidade de territórios que, para existirem como tal, contemplam autonomia e horizontalidade na organização territorial, sem implicar em isolamento e separação, mas com relaçòes que se dão em múltiplas dimensões e escalas. Nesse sentido entende-se que não há rupturas bruscas entre as ontologias por isso se definiu 4 processos de territorialização que incorporam em diferentes graus marcos ontológicos específicos. O território, por sua vez, é toda a rede de relações que se manifestam num tempo e espaço em múltiplas dimensões e

escalas adquirindo aspectos específicos de acordo com os marcos ontológicos que conformam diferentes geo-grafias.

No processo de disputa jurídica, enquanto predominaram marcos ontológicos do mundo de um mundo, consideramos a territorialização normativa (TN) como o estabelecimento de redes de relações a partir do ser, estar e saber, produzido desde o processo legal, que é marcado pela defesa de propriedade capitalista, de uma reforma agrária produtivista mas, que também considera direitos à dignidade humana, à moradia, ao acesso a terra. Já a TC produz relações do ser, estar e saber totalmente voltados à renda da terra, exploração da natureza (como mercadoria), buscando a lucratividade sem admitir a existência de um ser, estar e saber alternativo, estabelecendo relações caracterizadas pelo controle que, mesmo como proposta de conciliação, busca cooptar as outras racionalidades.

De modo contrário, a predominância dos marcos ontológicos do mundo de muitos mundos, no mesmo contexto, consideramos a territorialização da luta pela terra (TLT) como a promoção de um ser, estar e saber, desde a luta de classes no campo, onde as famílias se unem, enquanto camponeses expropriados da terra que buscam, através da ocupação, a redistribuição da terra, e nela permanecer, tornando-se oposição ao agronegócio, produzindo alimentos e relações para garantir sua subsistência e continuidade. Além disso, quando buscam a implementação de um projeto agroecológico incorporando múltiplas dimensões do ser, estar e saber na relação com a terra promovendo sua consolidação enquanto comunidade no território, com autonomia sobre sua organização territorial, estabelecem-se marcos ontológicos de uma territorialização da luta por território (TLTe). Destaca-se que essa autonomia não é motivação que emerge exclusivamente do sentido de comunidade de construção de um território mas está imbricada num contexto onde esses marcos ontológicos podem existir mas se relacionam com outros marcos ontológicos que se manifestam no abandono do Estado e a ameaça da imposição da racionalidade capitalista. Assim não se trata de essencializar marcos ontológicos e processos de territorialização específicos mas entender que os mesmos estão imbricados e se relacionam, disputando a permanência de um mundo específico ou mundos diversos, Os fluxos das trocas que se estabelecem nas redes de relações são vias de múltiplos sentidos, em múltiplos sentidos e escalas. Dessa maneira traçar uma linha de territorialização (LT) busca evidenciar quais marcos ontológicos e suas relações predominaram na condução do processo jurídico (figura 36).

FIGURA 36 - Linha histórico-espacial do conflito jurídico territorial da Comunidade Maria Rosa do Contestado.



Fonte: Organizado pelo autor com dados de Roos et al.(2021b), Dias e Fajardo (2008) e autos do processo 5002848-10.2021.4.04.7009/PR, que corresponde à Ação Civil Pública movida pela DPU, Paraná, 2021.

A variação da LT indica a territorialização mais evidente em cada momento na medida que se posiciona na "altura" equivalente às setas de territorialização. A temporalidade compreende especificamente o período do conflito (2012-2023), mas a LT vem do passado onde se construiu a hegemonia da TC que historicamente vai ser confrontada pela TLT e mais recentemente pela TLTe, cuja geo-grafia é representada na geo-grafia "a" e, localmente na geo-grafia "b". Da TC a LT vai se deslocar para a TN a partir de 2014 quando se tem a reintegração de posse e o interesse da reforma agrária, quando se iniciaram as tratativas de permuta (geo-grafia "c") que duram 5 anos. Nesse período a LT vai para a TLT quando ocorrem as ocupações, tensionando o conflito a partir da realidade concreta do território.

As reações rápidas do agronegócio articulado com o Estado trazem rapidamente a LT para as áreas da TN e TC, cujos destaques são a atuação da deputada Aline Sleutjes e a proposta da prefeitura ("d"). A variação da LT vai ser mais intensa com as eleições de 2018 e sua articulação política. O dossiê do Maria Rosa e o 1º estudo técnico do PLANTEAR mostraram a leitura da realidade concreta da comunidade e por isso vão puxar a LT para TLT, sendo nesses momentos em que a disputa jurídica favoreceu o movimento, com a suspensão de reintegração e a inspeção judicial. Chegando na TLTe, mais próxima do mundo de muitos mundos, onde o juiz pisa no território e é afetado pela sua realidade, pela sua relacionalidade.

Logo depois há a disputa da Ação Civil Pública levando a LT para uma variação na TN com as reações institucionais contra a nota técnica da DPU, mas volta a se aproximar da TLTe com a proposta de conciliação do MST em contraste com a proposta do CTP do Mundo de Um Mundo. Com o 2º estudo técnico PLANTEAR a LT varia para a TLT e para a TLTe, quando a realidade concreta do território da comunidade é mostrada com mais detalhes na viabilidade de um projeto alternativo à racionalidade capitalista. No período mais recente, a partir de 2023, com a inércia das instituições desmontadas pelo desgoverno anterior, a LT volta para a TN e, então, se especula se a institucionalidade permitirá que a proposta do desenho territorial apresentado pela comunidade continue. Por isso finaliza-se a LT apontando para baixo, rumo ao mundo de muitos mundos, cuja proposta foi construída desde a autonomia da comunidade no seu território, o qual se aprofunda nos próximos capítulos.

Os capítulos 2 e 3 vão trazer um relato mais próximo da realidade no processo de construção do planejamento territorial popular da comunidade Maria Rosa do Contestado. Enquanto o capítulo 2 traz a primeira parte, focada nas moradias, o capítulo 3 trará a parte das áreas comunitárias. A experiência trazida no capítulo 2 vai pontuar alguns debates que expandem as dimensões da organização territorial de um acampamento, onde a autonomia sobre o território é essencial na sua construção. Assim, mostrará também a potencialidade de

um projeto em favor da vida, indicando sua força na disputa do conflito. Ao se fazer presente no processo jurídico desloca as percepções institucionais e motiva alterações no curso da disputa, entendendo que provoca giros territoriais no processo jurídico. Por isso é essencial o diálogo com e desde o território sem se distanciar do mesmo, onde as possibilidades são construídas a todo momento.

Assim encerramos o capítulo 1, caracterizado por uma densa e extensa descrição da realidade do conflito fundiário da comunidade Maria Rosa do Contestado, necessária para evidenciar a complexidade da disputa que marcamos como ontológica ou, disputa entre mundos, com aspectos característicos multidimensionais, subjetivos e objetivos, e multiescalares onde entendimentos sobre aquele território mudam. Marcando também a multiescalaridade como forma de tensionar as relações de poderes hegemônicos, desde o cotidiano até a escala nacional, trazendo para o centro o território construído pela comunidade como uma estratégia de defesa e proposta de alternativa para um Mundo de muitos Mundos, movimento que percebido também na complexificação da questão agrária.

Capítulo 2 - Planejamento Territorial Popular na Comunidade Maria Rosa do Contestado, 1ª fase: multidimensionalidade e multiescalaridade do território

Diante da demora e não resolução do andamento da reforma agrária, as comunidades nos acampamentos do movimento não deixam de buscar formas de construção e consolidação de seu projeto no território, mesmo limitadas pelas incertezas e inseguranças das situações de conflito. Nesse sentido, a comunidade Maria Rosa do Contestado foi se consolidando na Fazenda Capão do Cipó ao longo do processo jurídico, impactando o andamento do mesmo, provando a viabilidade da sua manutenção na área. Com o objetivo de buscar maior consolidação no território, a comunidade e o MST solicitam ao coletivo PLANTEAR a construção de um planejamento territorial na área, que iniciou em 2021.

O impacto da apresentação de 1º estudo na audiência e a da inspeção judicial abrindo mais possibilidades de diálogo em favor da comunidade mostrou que a consolidação no território era uma forma de provar a viabilidade da reforma agrária especificamente de um projeto agroecológico e popular.

Em complemento a essa motivação, o PLANTEAR e o movimento tinham recém finalizado uma primeira experiência de planejamento territorial popular na Fazenda Jeca Martins, com o acampamento Padre Roque Zimmermann. A experiência que aconteceu no primeiro ano de ocupação, em 2019, mostrou resultados positivos na organização territorial nos acampados e acampadas. Alguns aspectos do projeto foram discutidos por Pereira et al. (2020).

> As duas grandes diretrizes do projeto foram: compreender o território do acampamento em sua totalidade, costurando relacionalmente desde as moradias até as áreas de plantio, dos espaços comunitários aos bens naturais e comuns; e exercitar um planejamento que partia e reconhecia em todos os momentos a iniciativa da comunidade na decisão sobre o desenho e o sentido de seu território. (Pereira et al., 2021, p.6).

Ao discorrer sobre a construção da organização territorial das 50 famílias na área mobilizam a ampliação da noção de desenho (com o sentido planejamento, como tradução do termo em inglês *design*), discutida por Escobar (2016) para a leitura do processo. A mesma ideia é utilizada para olhar o planejamento da comunidade Maria Rosa do Contestado, como um desenho territorial, que acaba sendo mais "que um desenho em 2D, ele representa um

diálogo ativo sobre a construção comunitária de um assentamento que tenta integrar profundamente o ambiente, que não só o envolve mas que o dá sentido." (Pereira et al., 2021, p.7).

Nessa perspectiva, o processo foi marcado pelo envolvimento e pelo compromisso do grupo com a comunidade e com sua organização territorial. Assim entende-se que, junto às dinâmicas que vinham se manifestando no processo jurídico, com a demanda por fortalecer organização territorial e favorecer a disputa em curso, se requisitou o mesmo processo pela comunidade Maria Rosa do Contestado.

Foram ao todo 11 encontros no território da comunidade, entre junho de 2021 e abril 2023 com idas e vindas à comunidade e esforços de sistematização dos debates, percepções e diálogos onde foi frequente e pertinente os tensionamentos que a complexidade territorial provocou nas leituras trazidas desde o contexto acadêmico, provocando um giro territorial nesse olhar sobre a reforma agrária, ressignificando e ampliando a sua leitura.

No processo de planejamento territorial popular na comunidade Maria Rosa do Contestado houve inicialmente uma centralidade dos debates na divisão das áreas de moradia. Ao longo das oficinas mensais foram se manifestando outras relações associadas à organização das áreas de moradia que vão além da delimitação de uma base material geolocalizada. A necessidade de definir o local certo de moradia para realmente começar a investir em sonhos e consolidar a vida, para poder tirar as mudas de árvore do vaso e plantar no chão (Vanzo, 2022), a importância das vias para além do acesso e da circulação como local de encontros cotidianos de socialização, a distribuição das áreas e as relações sociais e culturais estabelecidas com outras partes da área, para atividades de lazer, como a pesca e a confraternização nos açudes, a proximidade com as áreas comunitárias para o exercício de funções coletivas, proximidade com as áreas de floresta, seja na construção de agroflorestas ou a vontade de viver perto da mata, e outras relações que vão aparecendo para além da garantia do um pedaço de terra na sua distribuição. A distribuição das moradias na primeira parte do planejamento totalizou 6 oficinas mensais na comunidade.

Ao final do processo, a proposta foi apresentada e acolhida de forma positiva pelo INCRA anunciando a potencialidade do trabalho realizado na implementação do assentamento na área. O mapa, que delimita as áreas de moradias e o zoneamento das áreas comunitárias de acordo com sua função, é a expressão de um desenho que, para além da marcação dos limites, representa um consenso comunitário de organização territorial (Pereira et al., 2021, Escobar,

2016). Construído de forma co-elaborativa a partir do histórico, dos sonhos e projetos da comunidade nas suas relações sociais, produtivas, culturais, por isso, um desenho territorial. Não sendo só o produto final mas a representação de um processo aberto que olha e escuta o território que resulta na sistematização de uma proposta de organização territorial da comunidade. Assim, dentro da perspectiva do planejamento territorial popular, o desenho territorial é resultado de um processo de sistematização da organização territorial da comunidade.

As relações construídas no planejamento da Comunidade Padre Roque Zimmerman, ajudaram na aproximação, assim como o diálogo constante com os representantes da comunidade e o respeito ao seu processo organizativo, onde os combinados são acordados com o consentimento da comunidade para a realização dos trabalhos e dos encontros. Não sem desentendimentos e dificuldades no diálogo o processo se deu sob a seguinte compreensão dos tempos e dos objetivos, sistematizados na Figura 37.

Esse gráfico foi sistematizado somente após a primeira oficina, mas trazer ele agora ajuda situar o contexto do processo, no que o mesmo foi construído para pactuar com a comunidade o que significava estar iniciando o planejamento ali, quais seriam os desafios e as possibilidades, pois se tratavam de "maus tempos" para reforma agrária, onde o INCRA-PR havia desistido da área, diante da suspensão da política de reforma agrária, sem implementação de assentamentos nos dois últimos anos onde cada vez mais buscava-se a criminalização da luta pela terra, como destacou também Roos et al. (2021c).

Porém era possível olhar o processo como "bons tempos" pois se trataria da construção de um assentamento popular, ou seja, cada vez mais pautado na autonomia sobre o território, cada vez mais necessária pois as instituições estavam cada vez mais distantes e ausentes, e naquele período era melhor que estivessem. Assim também se fortalecia a coletividade através de mutirões comunitários na busca de uma outra forma de estar e produzir na terra através de um projeto agroecológico.

Dessa maneira se estabelecia a prioridade da moradia, como quintais produtivos, mas não de maneira isolada e sim na relação com as áreas comunitárias e a natureza. Para isso seria preciso conhecer as famílias e sua organização para propor possibilidades que fossem para todos e todas, incluindo espaços de morar, produzir, aprender, comer, brincar, festar, conviver, curar, crer e permanecer, com 1 (uma) visita por mês, estabelecendo assim um primeiro acordo coletivo.

Reforça-se o caráter de uma autonomia que não se isola mas que representa o controle da comunidade da decisão sobre sua organização territorial. Uma autonomia que é motivada principalmente diante do abandono do Estado e da ameaça de expulsão em favor do projeto capitalista. Além disso destaca-se um caráter ambivalente, representado pelo maus tempos e bons tempos, ou seja no imbricamento ou, no cruzamento, de projetos de mundos, de forças e significados contraditórios se sobrepõem em relações de subversão e enfrentamento na disputa pela consolidação de um território. Esse caráter vai marcar o processo em muitas dimensões e escalas, que vai ser aprofundado após a descrição do processo.

Figura 37 - Sistematização "Tempos para fazer a reforma Agrária".

Fonte: Material de oficina sistematizado pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

Caracterizado o contexto do processo cabe ainda destacar que o processo de planejamento se inicia em tempos de isolamento social devido à pandemia da COVID-19. Enquanto os impactos se intensificam pelo negacionismo do (des)governo favorecendo a mortandade provocada pelo vírus, as famílias e o coletivo PLANTEAR tomam a decisão de realizar encontros, seguindo as orientações de prevenção específicas, para construir o caminho na defesa do seu território.

2.1 1ª oficina, conhecendo o território, de onde viemos? O que temos? O que queremos?

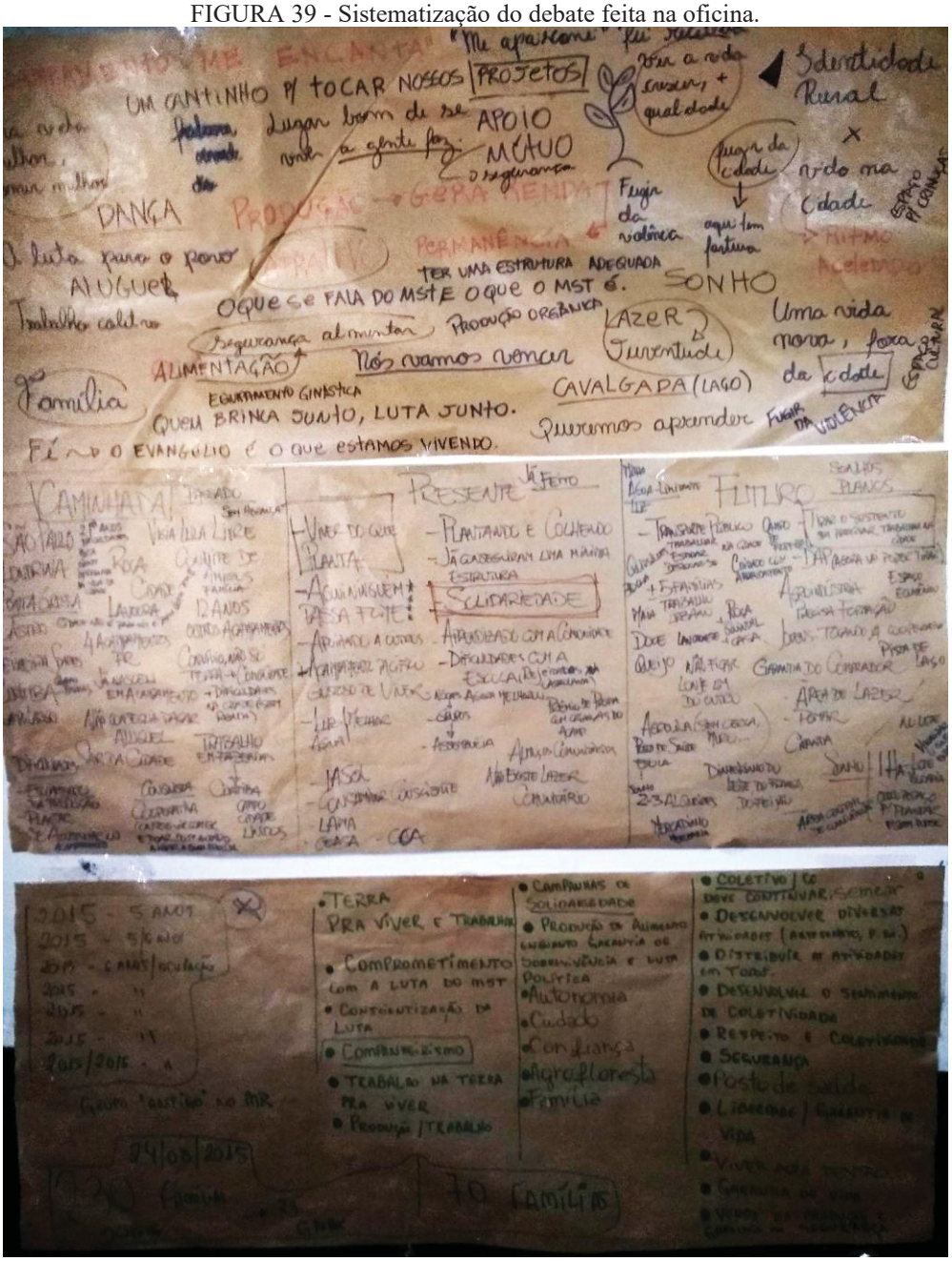
Voltamos, então, à primeira oficina que ocorreu em junho de 2021 com o objetivo de conhecer a comunidade em seu território, inicialmente com a caminhada pelo mesmo (figura 38). Os diálogos iniciais foram construídos a partir de três perguntas, "de onde viemos? o que temos? o que queremos?". Assim, as conversas se deram pensando nos tempos passado, presente e futuro da comunidade de onde se construiu um retrato inicial da complexidade das relações da construção comunitária cujas dimensões superam em muito a busca da garantia de um pedaço de terra, ou um lugar de moradia, como foi alegado no processo judicial.

Essa complexidade do território foi registrada em temas e palavras-chave (figura 39) que surgiram nesse reconhecimento inicial, na construção de identidades, da coletividade, do compromisso com a luta do movimento sem-terra, com a garantia de realizar sonhos, de ter lazer, saúde, educação, acesso a políticas públicas, acesso à cidade, solidariedade, renda, moradia, natureza, companheirismo, sentido de comunidade e relação de parceria.

FIGURA 38 - Momentos de caminhada pelo território e debate sobre passado, presente e futuro.

Fonte: Acervo do coletivo PLANTEAR, 2021.

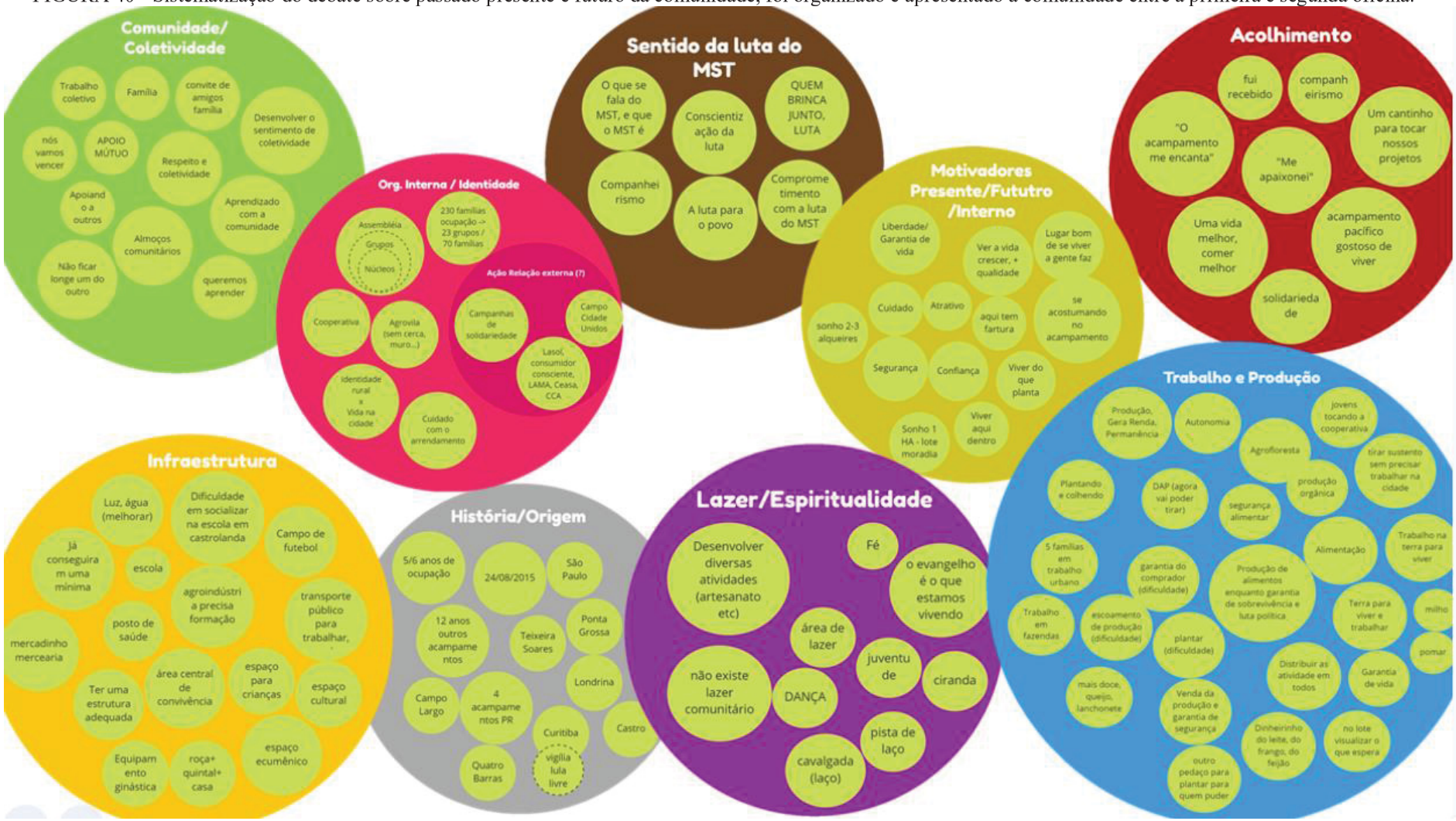
FIGURA 39 - Sistematização do debate feita na oficina.



Fonte: Acervo do coletivo PLANTEAR, 2021.

Na leitura da sistematização foi-se identificando grandes grupos e eixos, a fim de organizar as temáticas debatidas que ajudam a compreender a complexidade da territorialidade da comunidade. A partir da identificação de cada palavra foi-se relacionando de acordo com o entendimento do coletivo. As leituras de cada eixo foram sintetizadas e levadas para o debate com a comunidade, buscando um acordo comum sobre esses entendimentos. A sistematização dos registros e debates (figura 40) reúne todos os grupos identificados e na sequência mostra-se as discussões em cada um.

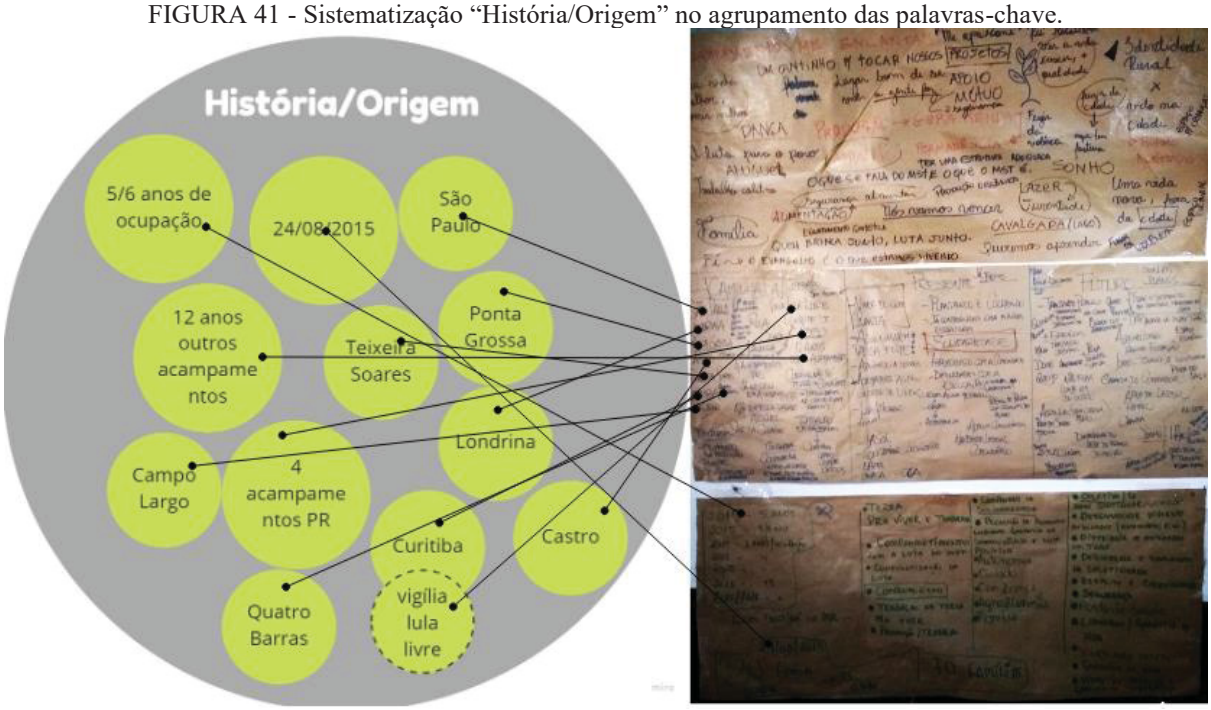
FIGURA 40 - Sistematização do debate sobre passado presente e futuro da comunidade, foi organizado e apresentado à comunidade entre a primeira e segunda oficina.



Fonte: Acervo do coletivo PLANTEAR, 2021.

No eixo “Histórico/Origem” (figura 41) se sistematizou que “A comunidade Maria Rosa do Contestado, que se iniciou em 24/08/2015, está completando quase 6 anos de r-existência. Unindo pessoas de São Paulo, Teixeira Soares, Ponta Grossa, Londrina, Castro, Campo Largo, Quatro Barras, Curitiba, onde já trazem a história de luta e resistência de outros acampamentos e espaços de luta como a Vigília Lula-livre” (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021). Assim buscou-se agrupar lugares de origem e tempos de permanência na luta pela terra. A diversidade mostra a dinamicidade da espacialidade da origem, que vai dialogar com o processo de expulsão das pessoas da cidade cujo acesso diminui na pandemia, sendo também um lugar sem qualidade de vida. Destaca-se a origem de pessoas de outros acampamentos que de certa forma dialogam com a pressão gerada no campo e assentamentos, onde as novas gerações de agricultores e agricultoras demandam mais áreas. O fato de haverem pessoas de outros municípios fez a institucionalidade questionar a legitimidade das mesmas em estarem ali.

FIGURA 41 - Sistematização “História/Origem” no agrupamento das palavras-chave.

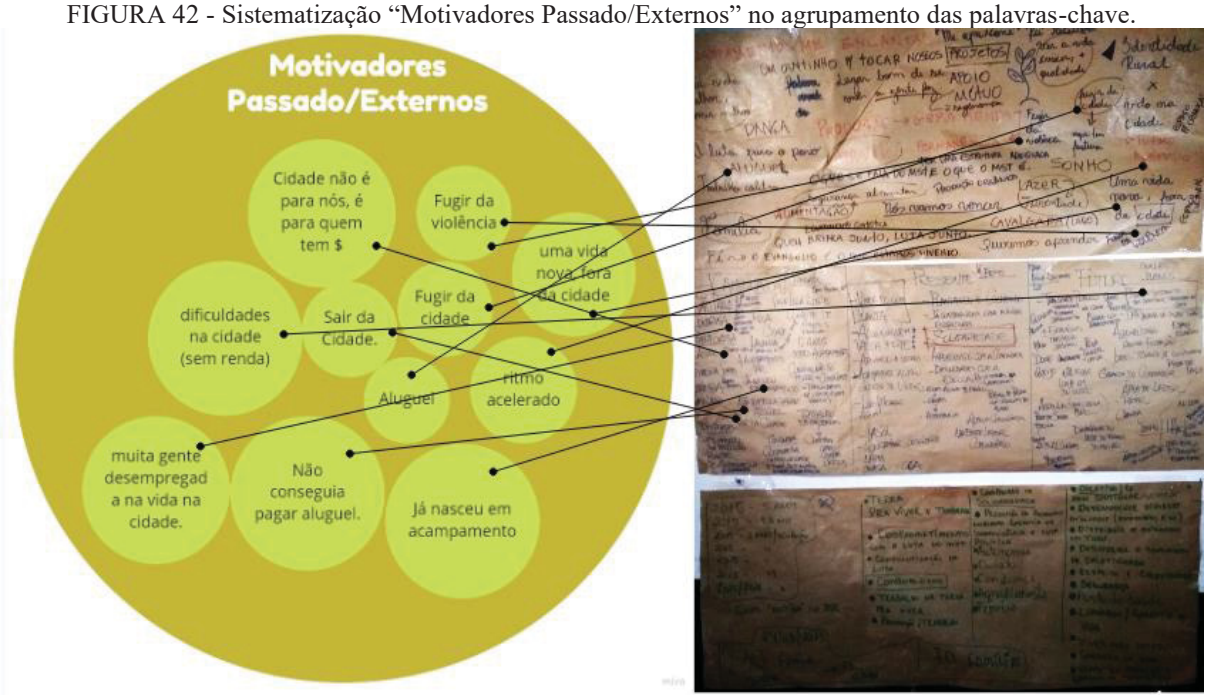


Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

As dinâmicas que fizeram as pessoas se deslocarem de outros acampamentos e municípios aparecem no eixo “Motivadores do Passado e Externos” (figura 42). “Enquanto algumas pessoas já nasceram no campo, outras buscam uma vida nova e melhor, fora da cidade, que se tornou um lugar para quem tem dinheiro, dificultando o aluguel, aumentando a violência, acelerando o ritmo de vida”. (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021). Evidencia-se ainda mais o descolamento dos julgamentos feitos desde a

institucionalidade no processo jurídico ao desconsiderar as dinâmicas que caracterizam os deslocamentos das populações. A Revolução Verde, por exemplo, a capacidade de produzir em qualquer terreno com o uso de químicos e adubos, se vendeu com a ideia do aumento da produtividade e o fim da necessidade de expandir as terras cultiváveis e degradação da natureza, implicada na necessidade da alimentação humana. Em paralelo se deu o desenvolvimento das cidades como ambientes desprovidos de natureza, reflexo nas formas de cada ambiente, esse arredondado o outro quadrado. “O ambiente urbano é desnaturalizado.” (Souza Filho, 2015, p.100), se caracterizando como um ambiente onde as relações são mediadas pelo capital, pelo consumo e individualidade. Assim a dinâmica capitalista que leva as populações às cidades provocando seu inchaço também limita seu acesso na medida que se mercantiliza o espaço urbano tornando-o mais caro, reservando a precariedade das periferias para o contingente que veio para cidade.

FIGURA 42 - Sistematização “Motivadores Passado/Externos” no agrupamento das palavras-chave.



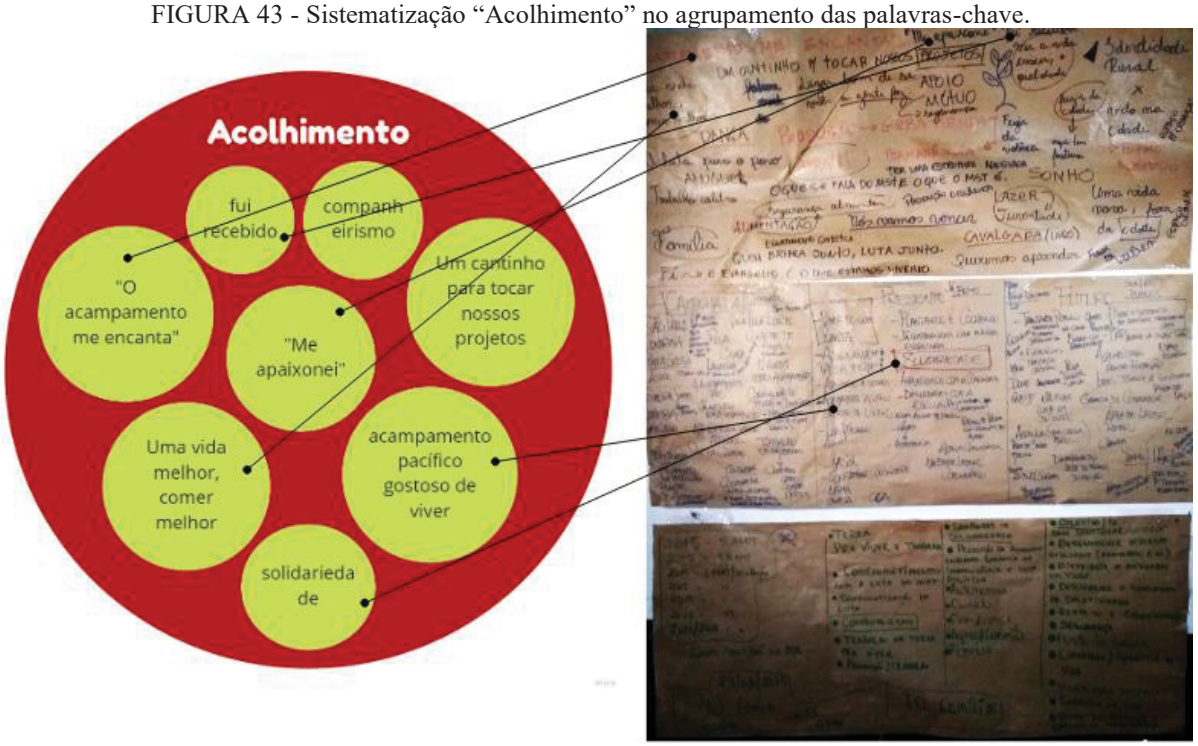
Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

No eixo “Acolhimento” (figura 43) se consensuou que “Na comunidade Maria Rosa se encontra o acolhimento, as pessoas são recebidas, onde se tem um cantinho para os projetos. Assim encanta e apaixona quem procura uma vida melhor, com companheirismo e solidariedade, num lugar pacífico e gostoso de viver.” (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021). O surgimento dos termos “encanto” e “apaixonar” na inserção na comunidade, ao descrever o lugar onde está se vivendo, mostra a construção de significados e

sentidos no cotidiano[70] que evidenciam a busca de algo para além da garantia da terra, a construção de relações, para além da racionalidade, com a relacionalidade.

A dimensão do cuidado constrói sentidos, situados na luta pela terra, ampliando seu escopo. Falcade-Pereira (2019) destaca que as relações cotidianas mantém e reproduzem ciclos da vida, onde "a manutenção da vida é uma necessidade cotidiana e cíclica, e que é realizada pelo que define-se de trabalhos do cuidado" (Falcade-Pereira, 2019, p.2). Desde a escala individual, do autocuidado passando pelo cuidado com as pessoas e pelo cuidado com o território onde na "ação para resistência e re-existência, surge o novo, que aos poucos transforma o jeito de viver, de pensar, de sentir em uma ontologia camponesa renovada, onde o cuidado se ressignifica e a vida está no centro." (Monnerat, 2019, p.14). Assim a construção desse eixo agrupa palavras que dão a dimensão da defesa da vida.

FIGURA 43 - Sistematização "Acolhimento" no agrupamento das palavras-chave.



Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

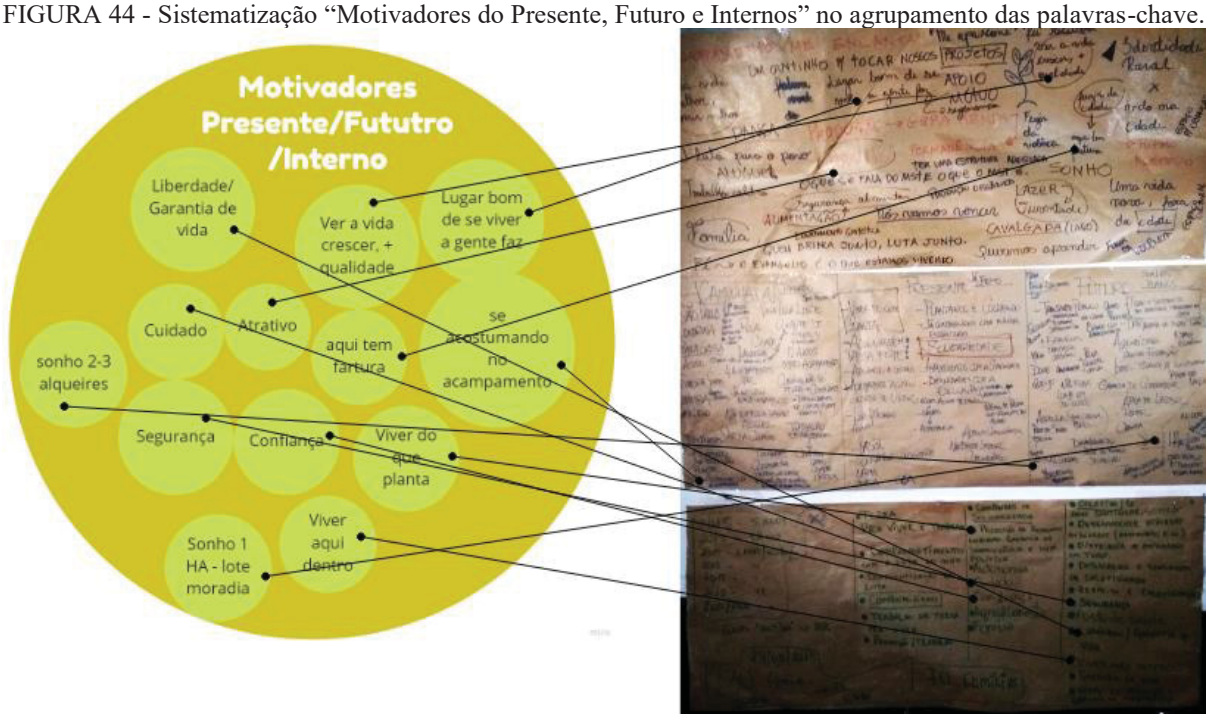
No eixo "Motivadores do Presente, Futuro e Internos" (figura 44) estabeleceu-se que "Diferente do que se encontrava na cidade, Maria Rosa é um lugar bom de se viver, que a gente faz. Se acostumando com a vida no acampamento, encontramos e construímos cuidado, segurança, confiança, liberdade e garantia de vida, uma vida de fartura, a partir do que se planta

[70] Luis Antônio Simas (historiador da cultura popular) e Luiz Rufino (sociólogo ligado a culturas de terreiro e religiões de matriz africana) destacam a potencialidade do cotidiano na geração de encantamento em espaços desencantados pelo capital como a cidade, território essencialmente colonialista (Santos, 2023). "Na miudeza da vida comum os saberes encantam, e são reinventados os sentidos do mundo." (Simas e Rufino, 2018).

no lote, na moradia, do tamanho dos nossos sonhos, de 1 ha a 3 alqueires." (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021). Percebe-se a potencialidade de uma vida em comunidade no centro da organização territorial onde o fazer é atravessado por outras dimensões que vão muito além da produtividade (centralidade das propostas e avaliações técnicas sobre a área). Essas dimensões vão dialogar com o MST na busca pela superação das relações capitalistas no campo através da luta para conquistar e permanecer na terra, a qual, desde os anos 2000 amplia a pauta de redistribuição da terra.

> São ilustrativas desse período as propostas de formação de cooperativas, [...] as propostas mais recentes de inserção dos assentamentos em cadeias produtivas, ou seja, da construção de agroindústrias, tais como a produção de agroenergia dentro de um plano camponês de existência social. [...] temas como educação, ambiente e sobretudo agroecologia (ligada ao movimento crescente, observado nacional e mundialmente, pela produção de alimentos saudáveis no campo) passaram a receber atenção especial dos movimentos camponeses." (Roos et al., 2021b, p.63).

FIGURA 44 - Sistematização "Motivadores do Presente, Futuro e Internos" no agrupamento das palavras-chave.



Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

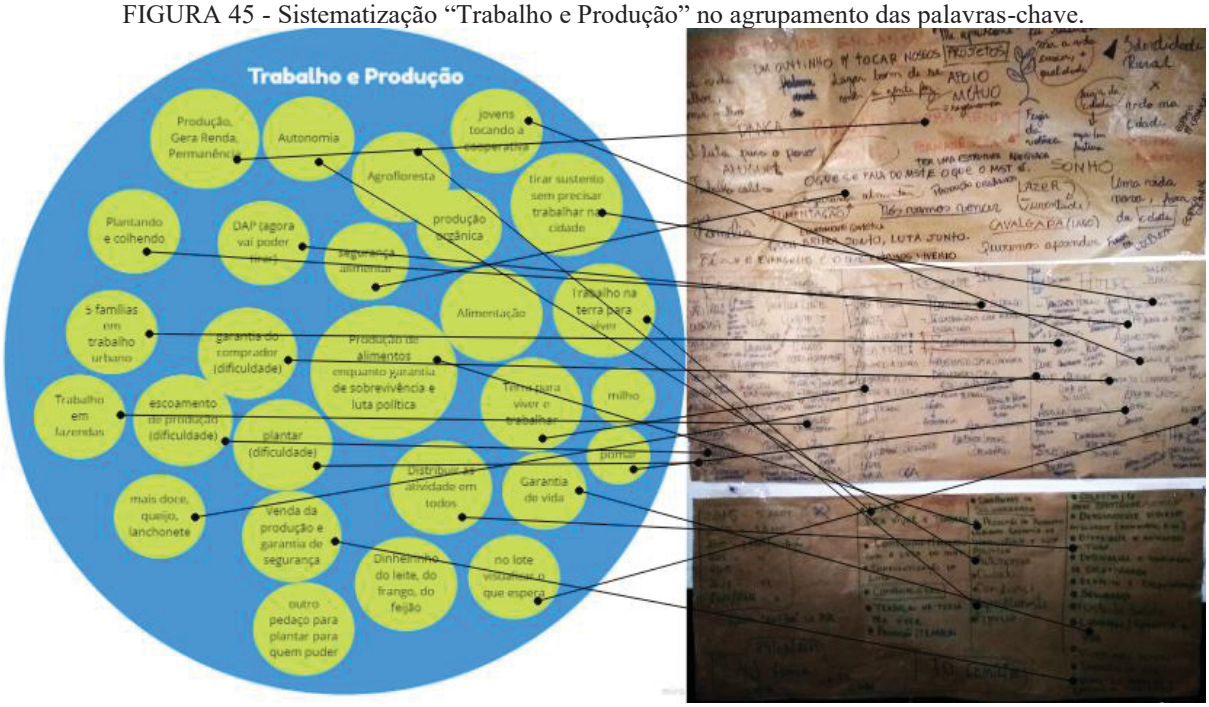
As dimensões que a agroecologia articula também são vistas na relação com a centralidade do "Trabalho e Produção" (figura 45). "É com trabalho e produção que se gera renda e permanência, com autonomia se tira o sustento sem precisar trabalhar na cidade. Com produção orgânica, agroecologia, agrofloresta garantindo a segurança alimentar, nossa alimentação, sobrevivência e luta política. A terra é para viver e trabalhar, desde o milho ao pomar, no lote visualizar o que se espera, buscar a garantia e segurança na venda e escoamento da produção, para ter o dinheirinho do leite, do frango e do feijão." (texto extraído do material

produzido pelo PLANTEAR em 2021). Assim o trabalho e a produção é muito mais que a dimensão econômica de geração de renda, que permanece essencial, mas também articula o desejo pela alimentação saudável, da soberania alimentar, com uma forma de produzir na agroecologia a fim de garantir a autonomia do projeto no campo.

O trabalho é um dos elementos centrais na perspectiva do MST sobre a transformação da realidade. No programa agrário da Reforma Agrária Popular de 2025 se afirma que tudo é trabalho, desde o alimento plantado à música que se escuta, sendo então um amplo processo de formação do ser social. Rocha (2021) aponta a diferenciação entre trabalho objetificado pelo capital e o trabalho não objetivado, para destacar a práxis que contribui para a construção de relações alternativas à racionalidade capitalista, ampliando o significado para além do trabalho produtivo. Ferreira e Felício (2021) colocam o trabalho e renda como uma das caminhadas para a autonomia territorial, destacando a importância do trabalho não alienado, que não contribui para o lucro de outros, mas que fortalece a autonomia no território. Aprofundam o sentido autônomo do trabalho na proposta da criação de uma economia própria com uma moeda social para circulação interna de riqueza.

Destaca-se também o desejo de não depender do trabalho na cidade, o que revela que esse acontece por necessidade, que se evidencia pela própria condição de abandono e ausência de amparo da política pública na situação de acampamento. Mas que não impediu a busca e a conquista da certificação orgânica, da cooperativa, e das DAPs. Essa dinâmica contradiz com folga os julgamentos feitos pela AGU no processo jurídico ao tentar deslegitimar as famílias a partir do seu histórico de vínculos empregatícios. A centralidade do “Trabalho e Produção” também se mostra no maior número de palavras-chave que consideraram-se relacionadas de forma mais direta ampliando seu sentido.

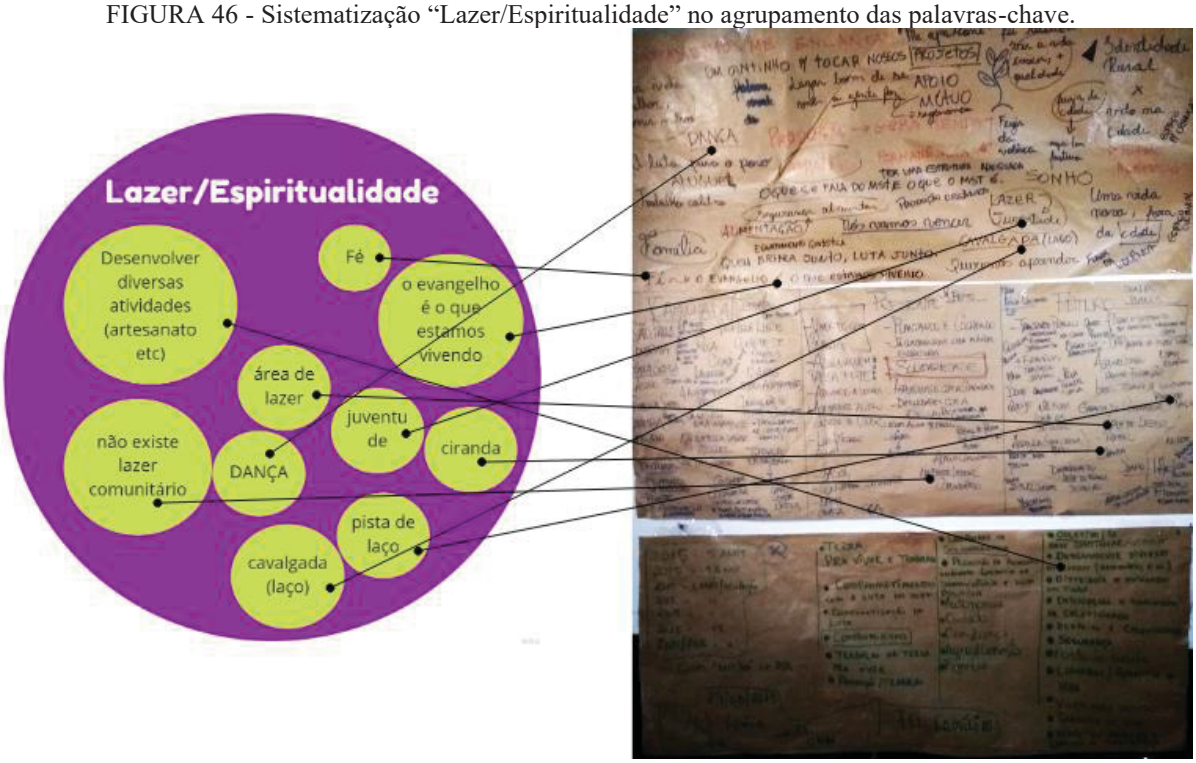
FIGURA 45 - Sistematização “Trabalho e Produção” no agrupamento das palavras-chave.



Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

Expande-se a centralidade do trabalho e produção e a complexidade das dimensões relacionadas se reforça no eixo “Lazer/Espiritualidade” (figura 46), em que “Junto com o trabalho e a produção também temos a diversão, onde se quer o lazer comunitário, para desenvolver diversas atividades, além da fé e espiritualidade. Área de lazer, dança, cavalgada, laço, ciranda e também, artesanato.” (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021). Destaca-se a preocupação do lazer para a juventude que muitas vezes não permanece no campo por falta de opções, pois não existe o costume do lazer comunitário, assim percebe-se uma dificuldade na organização da dimensão do lazer. Evidencia-se a ausência histórica de políticas públicas voltados a essa área para os acampamentos, assim como para lidar com a existência de uma espiritualidade múltipla, diante da existência de diversos segmentos religiosos dentro de acampamentos e assentamentos. Por outro lado, atividades de lazer que são características do contexto aparecem como a dança (bailão), a cavalgada e a pista de laço. A busca pela diversidade também se faz presente na relação com a dimensão do trabalho pelo artesanato.

FIGURA 46 - Sistematização “Lazer/Espiritualidade” no agrupamento das palavras-chave.

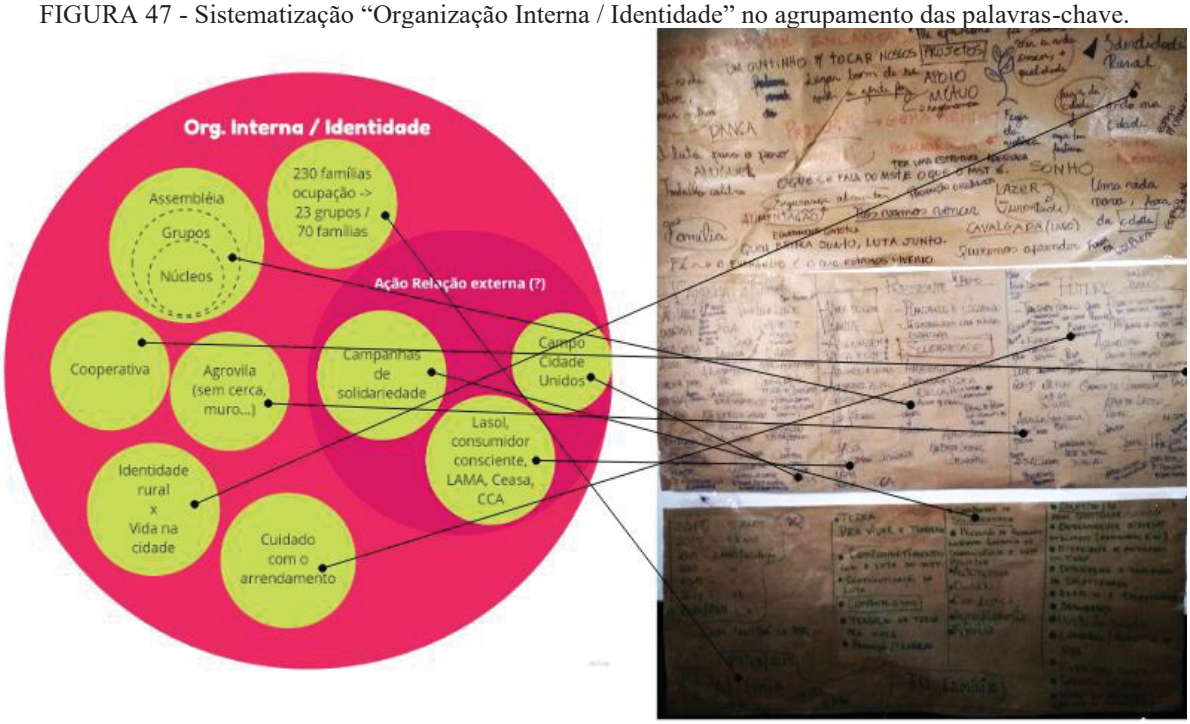


Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

A forma de organização da comunidade Maria Rosa, que tem desde o seu início o objetivo de implementar um projeto agroecológico, vai seguir na linha do sentido coletivo da luta pela Reforma Agrária. No eixo “Organização Interna e Identidade” (figura 47) consensuou-se que “São 70 famílias na comunidade que se organizam em grupos e núcleos, onde se construiu uma cooperativa, formando uma identidade rural que contrasta com aquela vida na cidade e formam agrovilas, sem cercas ou muros, permitindo campanhas de solidariedade (re)unindo Campo e Cidade.” (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021) Evidencia-se o sentido da construção comunitária e de uma identidade na relação com a terra que não se restringe às dinâmicas internas mas também na relação com as dinâmicas do movimento, como as campanhas de solidariedade, e outros grupos, construindo uma ampla rede de relações. Além disso, uma identidade enquanto classe social que se opõe à racionalidade do capital, manifesta como “vida na cidade”, mas também do seu avanço sobre assentamentos através do arrendamento e ainda busca com relações de cooperativismo e solidariedade superar a dualidade separadora entre campo e cidade. Quando realizamos essa oficina o número de famílias foi de 70, porém no início da ocupação chegaram a estar 200 famílias na área, o que acontece também como estratégia para dar força ao acampamento. Durante do processo uma parte das famílias, em torno de 40, foram para o acampamento Padre Roque Zimmermann (Fazenda Jeca Martins), enquanto outras famílias foram desistindo de

permanecer, e outras retornaram para o local de origem. Ao final do processo permaneceram 63 famílias.

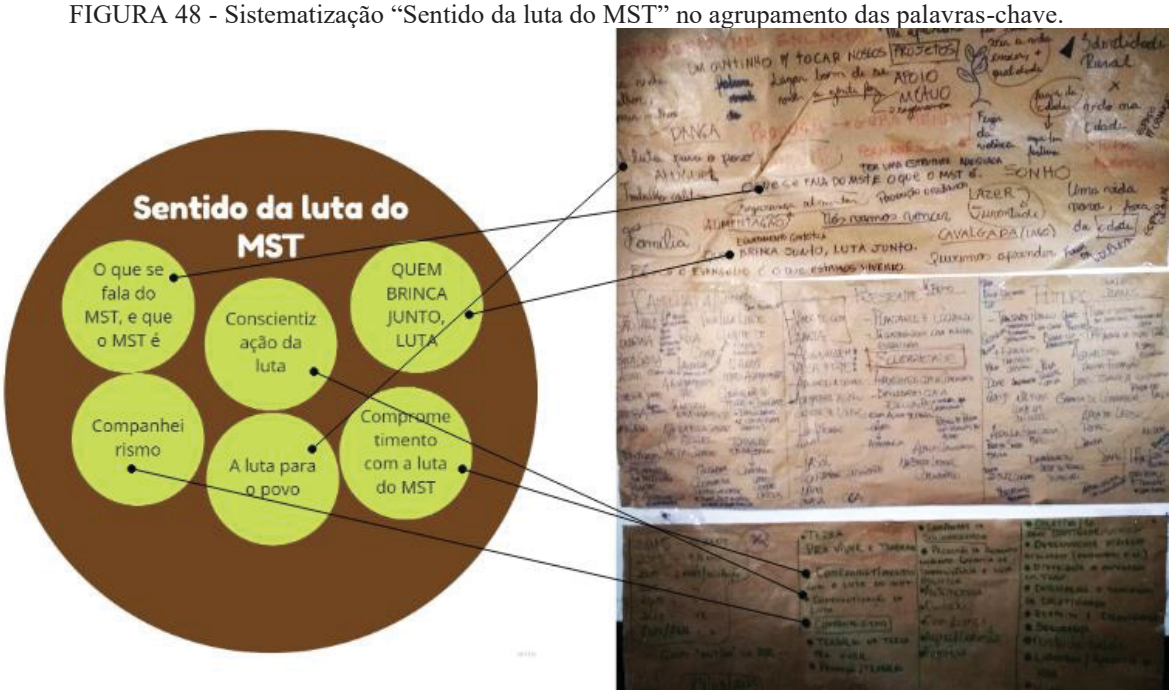
FIGURA 47 - Sistematização “Organização Interna / Identidade” no agrupamento das palavras-chave.



Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

A importância do MST se (figura 48) fez presente como eixo, sintetizando que “Isso tudo dá sentido à luta do MST mostrando o que é, com conscientização da luta para o povo, companheirismo e comprometimento pois, quem brinca junto, luta junto.” (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021). Evidencia-se a importância histórica do movimento que permanece essencial na reivindicação por reforma agrária, que vai ganhando corpo nas múltiplas dimensões e desafios na medida que se aproxima do território onde o brincar tem a mesma dimensão do lutar, ampliando suas relações. Porém a distância entre o que se fala e o que se faz do MST é uma questão que reflete na disputa de narrativas que foi marcante no conflito jurídico. A luta do povo, do comprometimento do MST é dimensão central na organização da comunidade, porém distante em relação aos olhares externos sobre o qual a proximidade com a vida no território poderia contribuir, como entende-se que fez no processo jurídico.

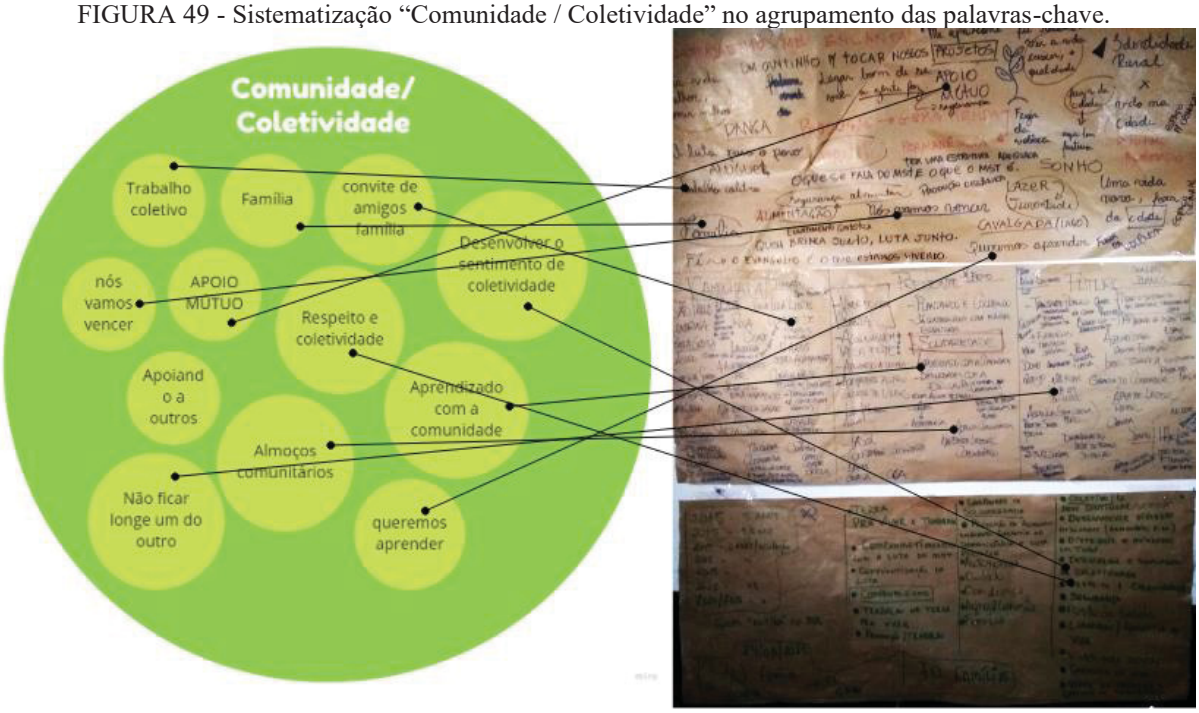
FIGURA 48 - Sistematização “Sentido da luta do MST” no agrupamento das palavras-chave.



Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

A “Coletividade/Comunidade” (figura 49) se estabelece como força organizativa. “Assim se constrói a comunidade Maria Rosa, a nossa família, com trabalho coletivo, respeito e apoio mútuo, nós vamos vencer. Aprendendo com a comunidade, com almoços comunitários, não ficamos longe um do outro, queremos aprender.” (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021). A coletividade e a comunidade se destacam em contraposição à lógica individualista do capital, e das normas pautadas pela propriedade privada. Porém, se trata de uma construção contínua que, diante das lógicas do Mundo de Um Mundo, são atacadas constantemente, mas que resistem produzindo o sentimento de vitória. A disputa é tensionada no momento em que a lógica da coletividade e a construção da comunidade se territorializa, pois inevitavelmente vai encontrar limites nas normas por um lado, mas por outro potencializa a construção da autonomia no território e na criação de alternativas ao mundo de um mundo.

FIGURA 49 - Sistematização “Comunidade / Coletividade” no agrupamento das palavras-chave.

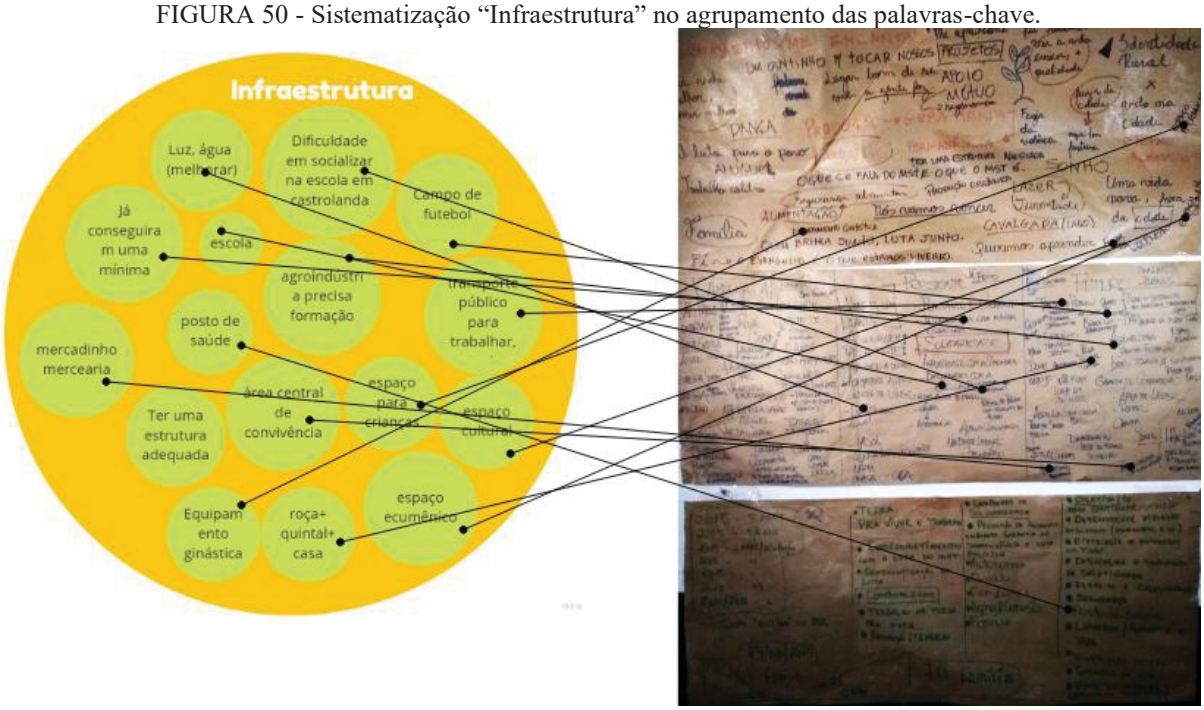


Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

Por fim, e “Para continuar, além da estrutura mínima que temos, precisamos melhorar a Luz e a água, ter uma estrutura adequada, com acesso à escola, posto de saúde, com área central de convivência, com espaço para crianças, espaço cultural, espaço ecumêncio, equipamento de ginástica, campo de futebol e também nossa casa com quintal e roça, e acesso ao transporte público para quem precisa.” (texto extraído do material produzido pelo PLANTEAR em 2021) sintetiza o eixo “Infraestrutura” (figura 50) reforçando que a Reforma Agrária vai além da distribuição de terra, ampliando a necessidade de uma outra perspectiva que aprofunde e amplie o fortalecimento, permanência e consolidação das comunidades. Medeiros (2004) fala sobre os limites da aplicação de uma política de Reforma Agrária baseada na distribuição de terras. Os

> assentamentos são espaços de produção agropecuária mas também de outras atividades, não só econômicas mas políticas e culturais, correspondendo a uma tendência geral das áreas rurais, em especial daquelas próximas a centros urbanos ou de fácil acesso [...] inserção na política, boa educação, possibilidade de produção de bens culturais, bom atendimento à saúde, acesso a eletrodomésticos, moradias confortáveis, espaços de lazer, de prática de esportes etc. (Medeiros, 2004, p.217).

FIGURA 50 - Sistematização “Infraestrutura” no agrupamento das palavras-chave.



Fonte: Organizados pelo autor a partir das sistematização do PLANTEAR em 2021.

A leitura e a sistematização das palavras-chave anotadas na conversa com a comunidade em grupos e eixos permitiram a percepção de relações importantes que se constroem no processo de territorialização da reforma agrária construída desde os sujeitos e sujeitas que vivem no território. Os agrupamentos e relações realizados não se trataram de uma caracterização estática que não encontrou contradições ao longo do processo, mas foi um ponto de partida para a continuidade da conversa nas outras oficinas. Destacam-se a centralidade do trabalho e da produção ao mesmo tempo que se expandem para as demandas de lazer, espiritualidade, para o sentido do viver e da importância do cuidado e do cotidiano para o fortalecimento das relações comunitárias e coletivas. O sentido da luta do MST se confirma presente mas também se complexifica na medida que revela essas dimensões associadas à luta pela terra que extrapola a sua conquista que aqui se entende por uma luta por território em direção a um mundo de muitos mundos, como alternativa ao desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido com esses entendimentos apresentados para a comunidade caminhou-se para o segundo encontro, que foi planejado para entender a espacialização da comunidade existente e como a comunidade queria se organizar no território diante da definição das áreas de moradia. O processo se deu através da dinâmica da cartografia social, ou auto-cartografia,

mapeamento participativo, mapeamento coletivo (Joliveau, 2008, Almeida, 2013, Risler e Aires, 2013)[71].

2.2 2ª Oficina, mapeando as relações territorializadas

Tendo em conta a autonomia sobre a forma de representação da comunidade, o diálogo se deu para entender lugares, trajetos, caminhos, equipamentos e infraestrutura na organização territorial atual. Pensando na reorganização das áreas de moradia buscou-se compreender os desejos de plantação, criação e a área necessária, quais as relações de vizinhança e moradia em relação às distâncias, quais outros espaços e atividades necessários e a disposição em mudar o local da moradia estabelecida no acampamento.

O debate da cartografia (figura 51) em torno da pergunta "O que temos?" ajudou a identificar formas de organização e conflitos existentes como a falta de infraestrutura, principalmente luz e água, as condições das estradas, a falta de acesso ao transporte público, a distribuição dos recursos naturais, a relação e organização das atividades comunitárias de produção, do coletivo de mulheres e da cozinha para produção. Também a partir da questão "O que queremos?" buscando soluções para os conflitos e falta de infraestrutura, distribuindo espaços de lazer tentando identificar as dificuldades que poderiam surgir na relação entre os diferentes lugares, por exemplo, o conflito com a proximidade do que foi chamado de pátio industrial com áreas de escola e lazer e outros que mostraram também a necessidade do diálogo e planejamento coletivo em torno dessas áreas.

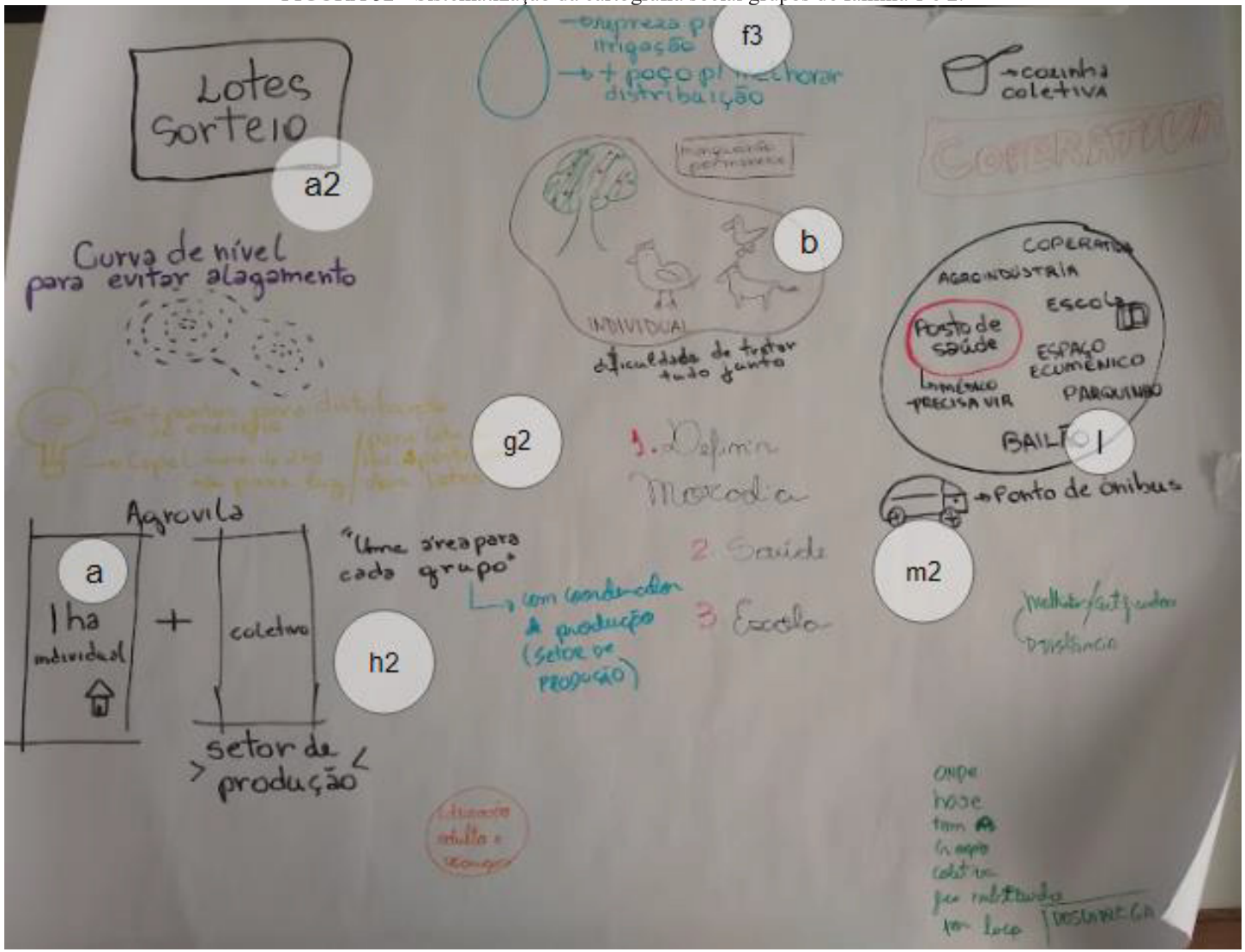
[71] Esses autores têm ampla prática e discussão sobre o uso do mapa como ferramenta construção coletiva, destacando-se dentre eles o Alfredo Wagner Berno de Almeida (antropólogo) que junto aos povos e comunidades tradicionais da amazônia iniciou o projeto Nova Cartografia Social (http://novacartografiasocial.com.br/) da Amazônia, em 2010, se tornando referência na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados. Também destaca-se o grupo Iconoclasistas, criado pelos argentinos Pablo Ares (artista gráfico) e Julia Risler (cientista social) que produz ferramentas cartográficas de trabalho coletivo. Em 2013 publicaram o "Manual de mapeo colectivo" estimulando e subsidiando processos.

FIGURA 51 - Registro dos momentos da cartografia social.

Fonte: Registos feitos pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

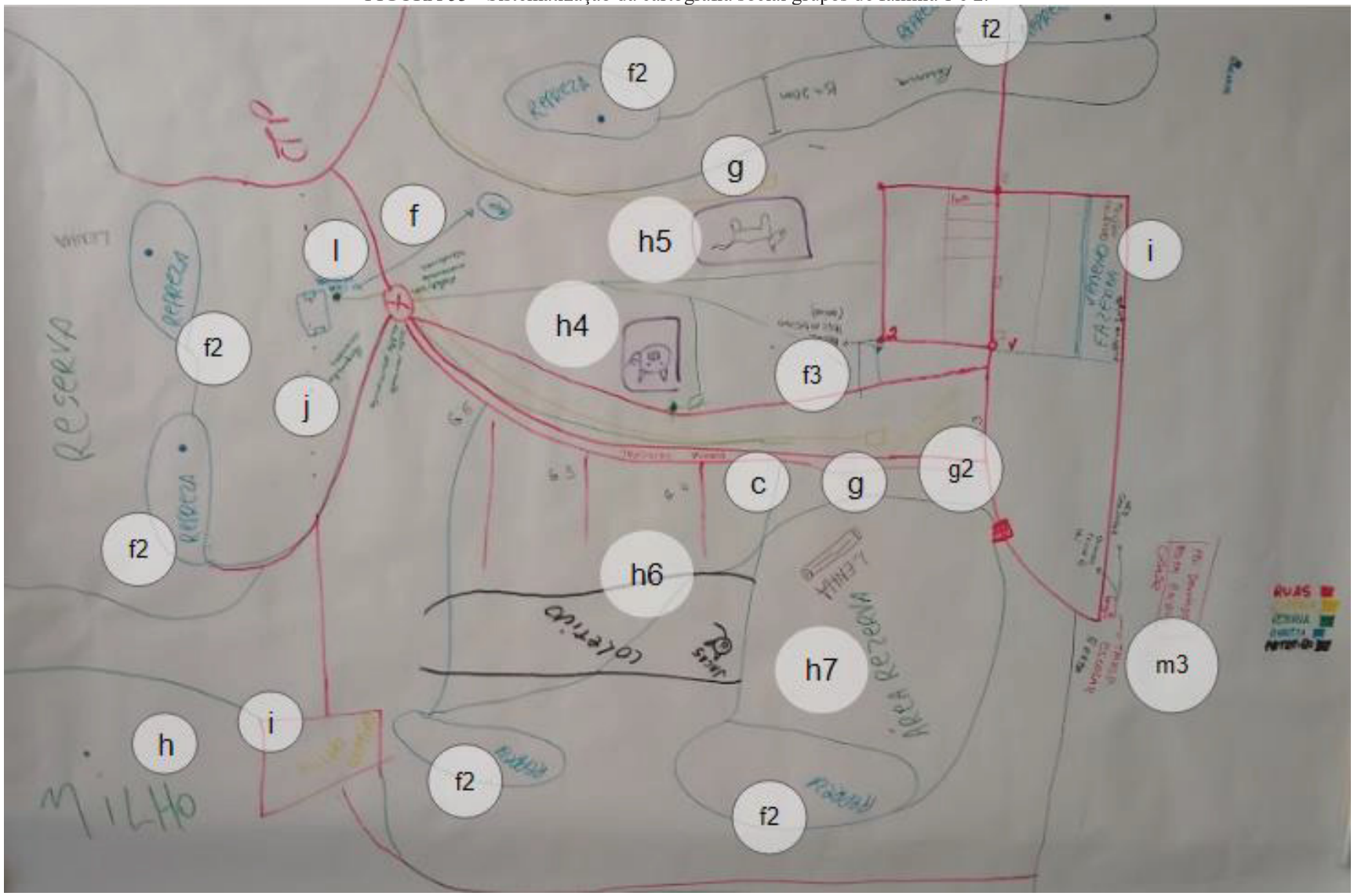
O debate foi feito em três grupos menores no que cada um gerou sua própria sistematização cartográfica, cada grupo ficou composto por dois núcleos de base (grupo de famílias). Foi utilizado também imagem de satélite para dar suporte ao diálogo. Ao final as cartografias sociais sobrepuseram os usos que estavam acontecendo no território do acampamento e as possibilidades desejadas para a futura organização territorial (figuras 52 a 55).

FIGURA 52 - Sistematização da cartografia social grupos de família 1 e 2.



Fonte: Registros feitos pelo coletivo PLANTEAR em 2021.

FIGURA 53 - Sistematização da cartografia social grupos de família 1 e 2.

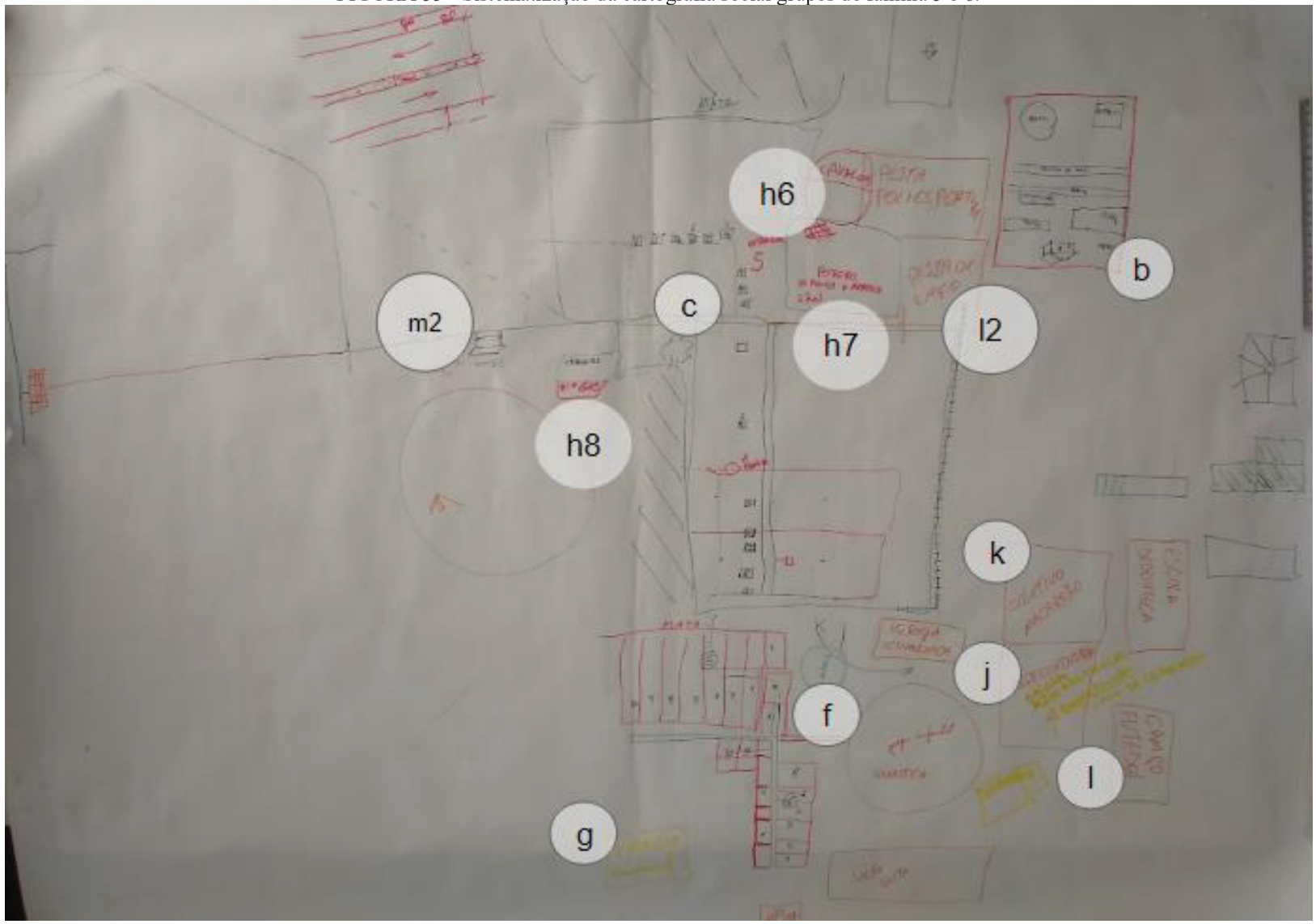


Fonte: Registros feitos pelo coletivo PLANTEAR em 2021.

FIGURA 54 - Sistematização da cartografia social grupos de família 3 e 4.

Fonte: Registros feitos pelo coletivo PLANTEAR em 2021.

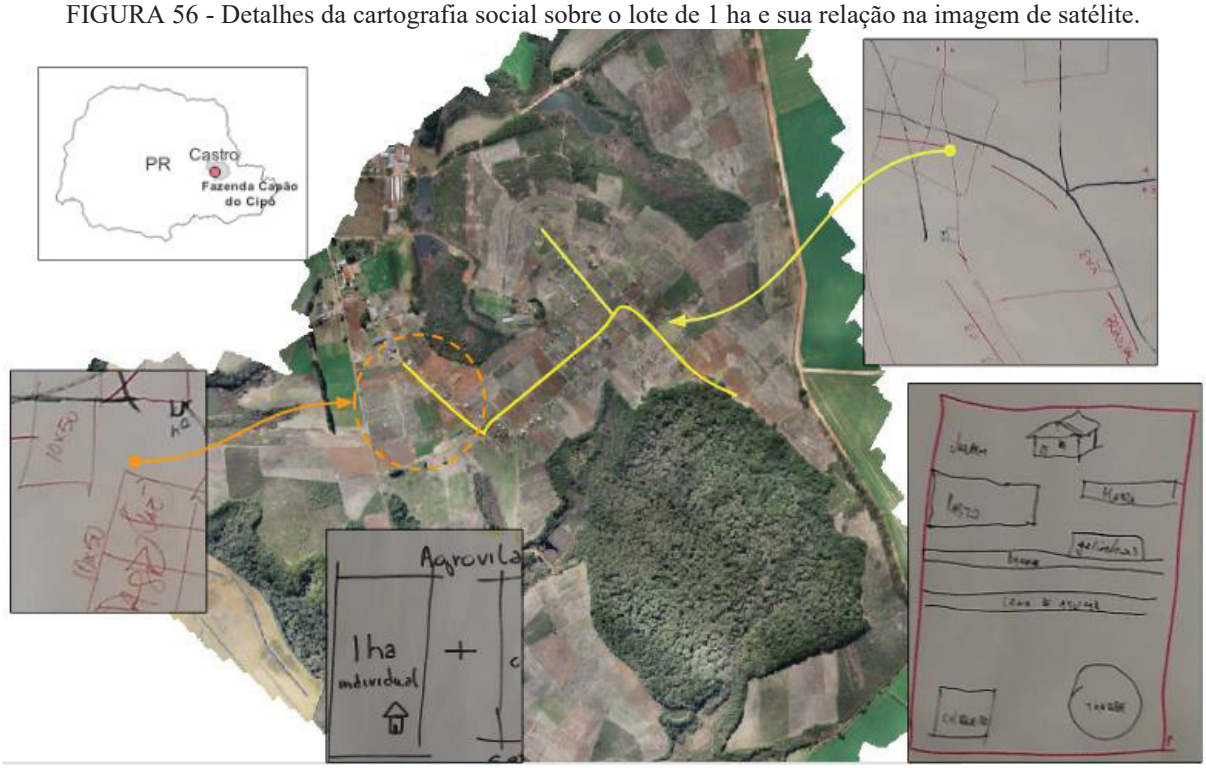
FIGURA 55 - Sistematização da cartografia social grupos de família 5 e 6.



Fonte: Registros feitos pelo coletivo PLANTEAR em 2021.

Sobre o lote (figura 56) discutiu-se a organização em agrovila (marcação “a” na figura 52), onde compreendeu-se que a criação de animais e a produção (marcações “b” nas figuras 52, 54 e 55) cabem no tamanho de 1 ha de área (marcações “a” nas figuras 52 e 54), tendo como possibilidade dessas áreas serem distribuídas ao longo da via principal existente (marcações “c” nas figuras 53 e 54). Outro tamanho delimitado para lotes menores foi de 10 x 50m (marcações “a3” na figura 54) para pessoas que estivessem chegando no acampamento, pessoas que cumpririam funções não ligadas aos plantios, como na agroindústria ou funções temporárias como professores e médicos, mas também pessoas idosas com pouca mobilidade. Por isso, também identificaram a necessidade da proximidade dessas áreas às infraestruturas coletivas.

FIGURA 56 - Detalhes da cartografia social sobre o lote de 1 ha e sua relação na imagem de satélite.

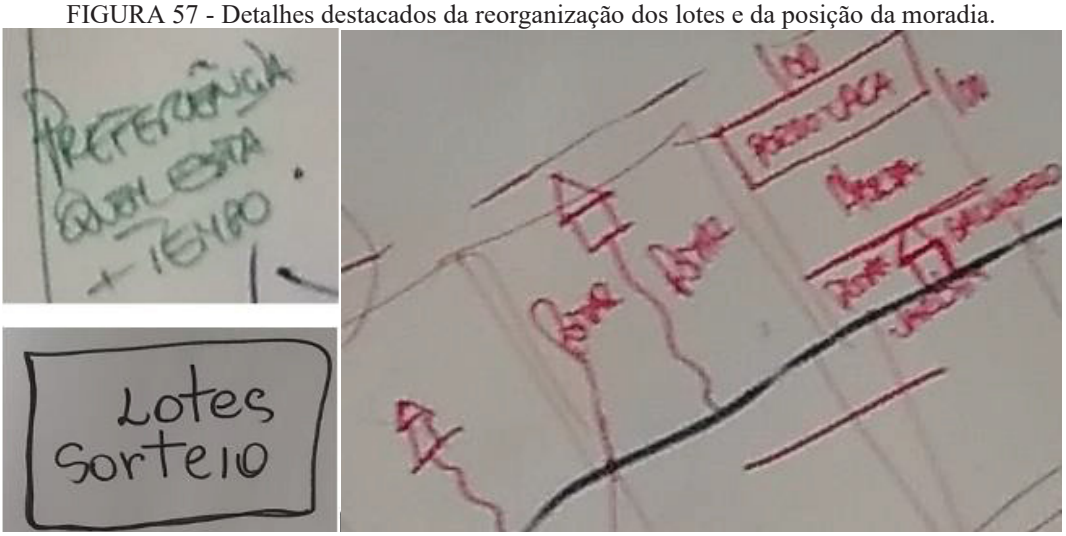


Fonte: Organizados pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR (2021).

Diante da possibilidade de reorganização dos lotes para moradia (figura 57), pois haviam combinado o sorteio (marcação “a2" na figura 52), surgiram preocupações com aqueles que já haviam investido recursos no seu quintal produtivo. Diante da incerteza do número de famílias que ficaria na proposta final manifestaram a necessidade de haver preferência para quem estivesse há mais tempo no acampamento (marcação “a4” na figura 54) e já estivesse produzindo. As moradias se concentravam ao longo da estrada principal (linha amarela na figura 57). Discutiu-se também a localização preferível da casa nos terrenos, que foi variada, nos fundos para isolamento, no meio para melhor organizar as atividades do lote ou na frente

por estar mais perto da estrada por questão de acessibilidade e segurança (marcação “e” na figura 54) havendo também o desejo de cercar os terrenos. Esse debate demonstrou a complexidade das relações de vizinhança entre os lotes, mas também da percepção do estar e se organizar para dentro do lote, e ainda as relações com os outros lugares da área (floresta, açudes, centro comunitário). Evidencia-se a necessidade de pensar relacionalmente para além da centralidade na produção.

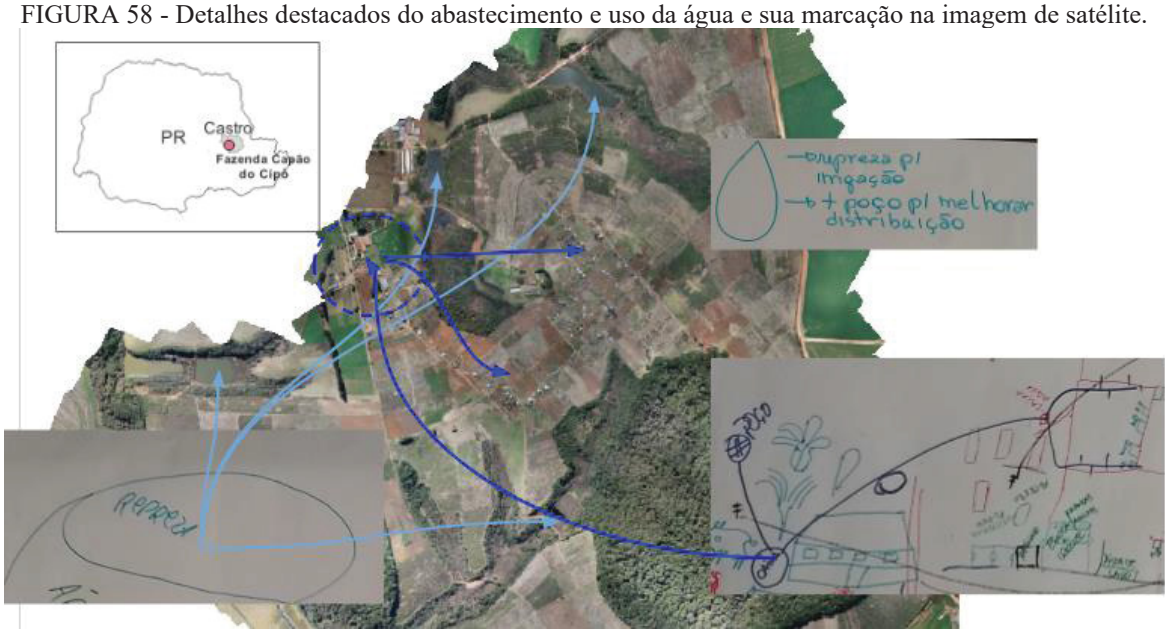
FIGURA 57 - Detalhes destacados da reorganização dos lotes e da posição da moradia.



Fonte: Organizados pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR (2021).

O abastecimento de água (figura 58) é realizado por um poço artesiano que abastece uma caixa d’água e então faz a distribuição (marcações “f” nas figuras 53, 54 e 55), mas há necessidade em abrir mais poços (marcação “f3” na figura 53) para suprir a demanda com qualidade. Há cerca de sete represas e algumas nascentes no acampamento (marcações “f2” nas figuras 53 e 54) e sua utilização tem sido para lazer mas previam o uso para irrigação da produção. O gerenciamento do esgoto se dá a partir de fossas.

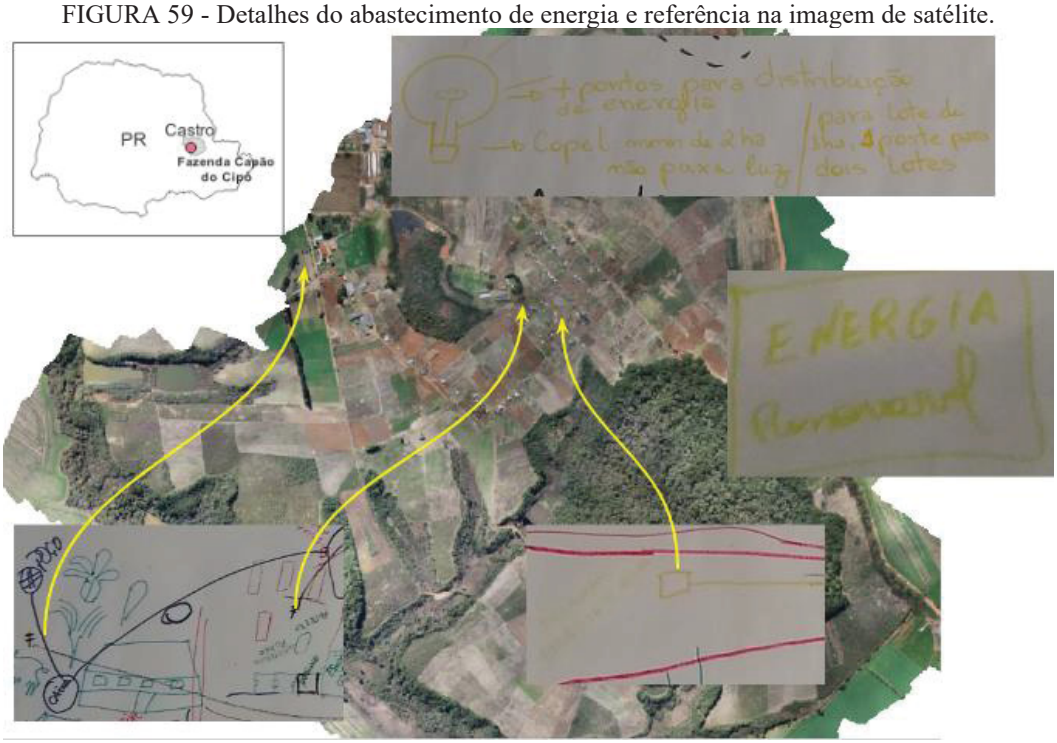
FIGURA 58 - Detalhes destacados do abastecimento e uso da água e sua marcação na imagem de satélite.



Fonte: Organizados pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR (2021).

Sobre o abastecimento de energia (figura 59), identificou-se a instabilidade e a insuficiência (marcações “g2”nas figuras 52 e 53), existem dois pontos de entrada para distribuição (marcações “g” nas figuras 53 e 54), havendo a necessidade de um terceiro para alcançar toda a área. Chegaram a consultar a Copel (empresa de abastecimento de energia) sobre a instalação de postes onde havia a exigência mínima de 2 ha, assim pensaram na possibilidade da instalação a cada dois lotes de moradia (marcação “g2”na figura 52).

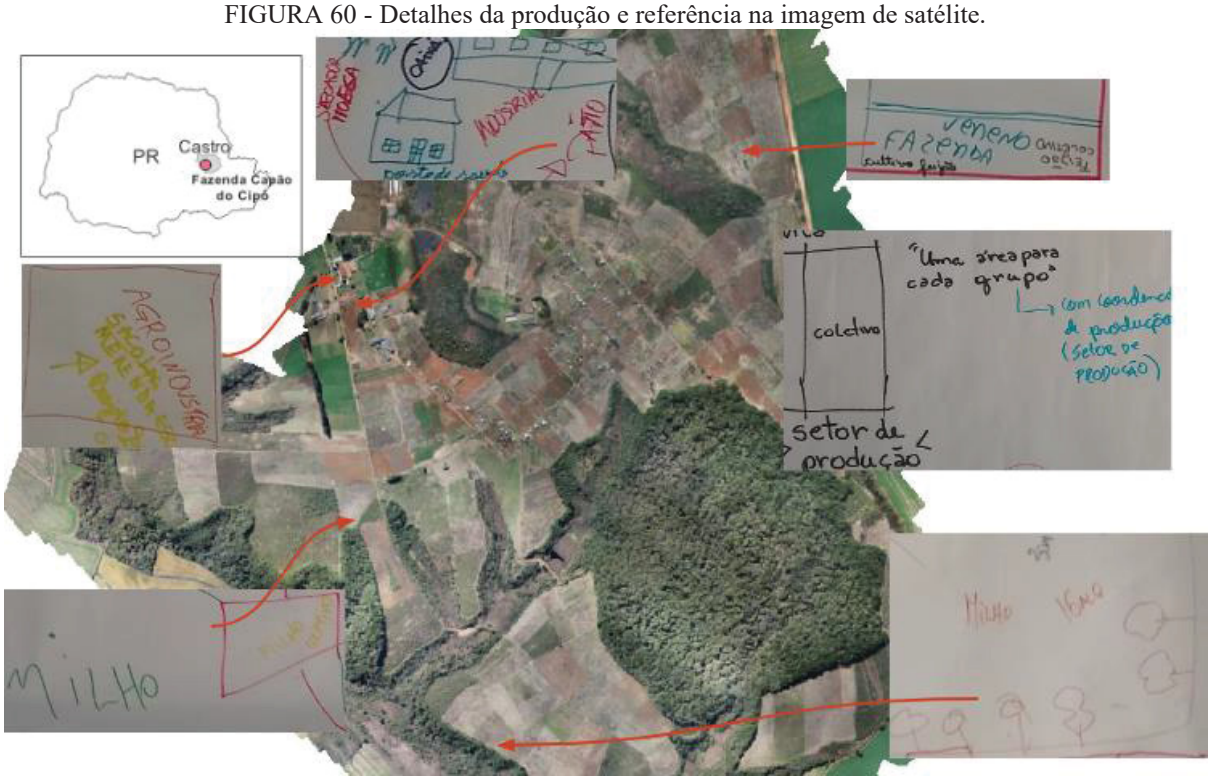
FIGURA 59 - Detalhes do abastecimento de energia e referência na imagem de satélite.



Fonte: Organizado pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR, 2021.

Na organização da produção (figura 60) a comunidade já fazia parte do circuito de sementes crioulas promovido pelo Coletivo Triunfo[72], havendo duas áreas de produção coletiva/mecanizada, uma de feijão (que no futuro poderia ser milho) e outra mais ao sul/sudoeste de milho crioulo (marcações "h" nas figuras 53 e 54), com barreiras de proteção (marcação "h1" na figura 54). As produções coletivas são de dois tipos, a maior parte são como uma extensão da produção individual, que é organizada pelo setor de produção (marcação "h2" na figura 52), manifestando-se a necessidade de um regimento, e também tem duas pequenas áreas (marcações "i" na figura 53) de trabalho coletivo para doações, a de feijão sofre impacto da deriva de agrotóxicos da área vizinha. Para o futuro pensou-se na produção de cereal, com necessidade de estruturas como secador, moagem, moega na área coletiva junto à agroindústria (pátio industrial) (marcações "j" na figura 54).

FIGURA 60 - Detalhes da produção e referência na imagem de satélite.



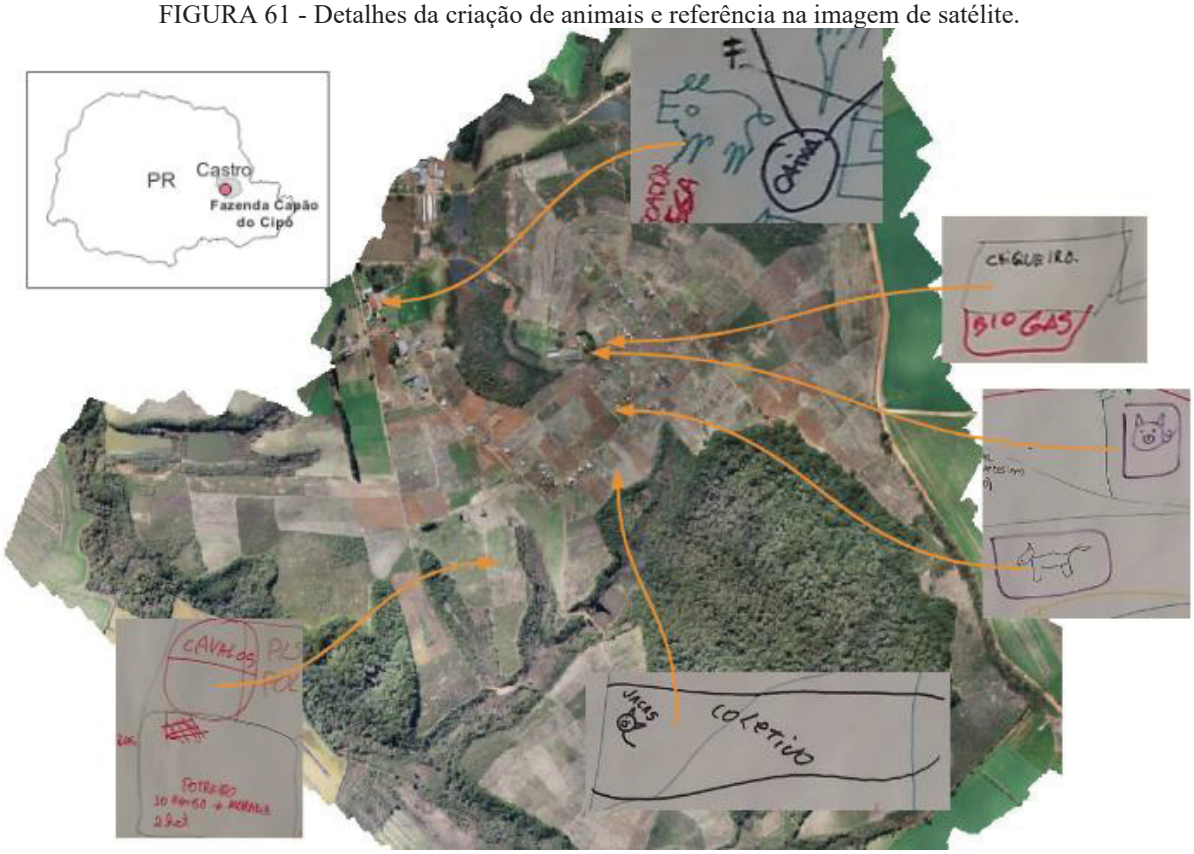
Fonte: Organizado pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR, 2021.

O trato com animais, jardinagem, hortaliças e frutas (figura 61) foram localizados nos terrenos das casas (marcações "b" nas figuras 52, 54 e 55). Além disso, organizaram uma produção de macarrão caseiro a partir do coletivo de mulheres (marcação "k" na figura 55). Na época havia 4 chiqueiros com 40 porcos (marcações "h4" nas figuras 53 e 54) com a

[72] O Coletivo Triunfo é um grupo de Famílias agricultoras/guardiãs e organizações do campo, que atuam na promoção da Agroecologia, ligados às ações e programas da AS-PTA - Agricultura Familiar e Agro-ecologia, associação civil sem fins lucrativos que atua para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvi-mento. Para saber mais: https://aspta.org.br/

reutilização do esterco seco nas hortas, a urina ia para uma fossa, havendo a necessidade de repensar seu destino. Para esse problema surgiu uma ideia de produção de biogás (marcação "h8" na figura 55). Há criação de cavalos (marcação "h5" na figura 53) para passeio, lazer esportivo e/ou suporte na roça. Para criação dos animais houveram opiniões diversas, desejos por espaços de criação coletiva em locais diferentes, considerando vacas também (marcação "h6" na figura 54). Nas reservas de floresta se aproveitava a coleta de lenha e pinhão (marcações "h7" nas figuras 53 e 54).

FIGURA 61 - Detalhes da criação de animais e referência na imagem de satélite.



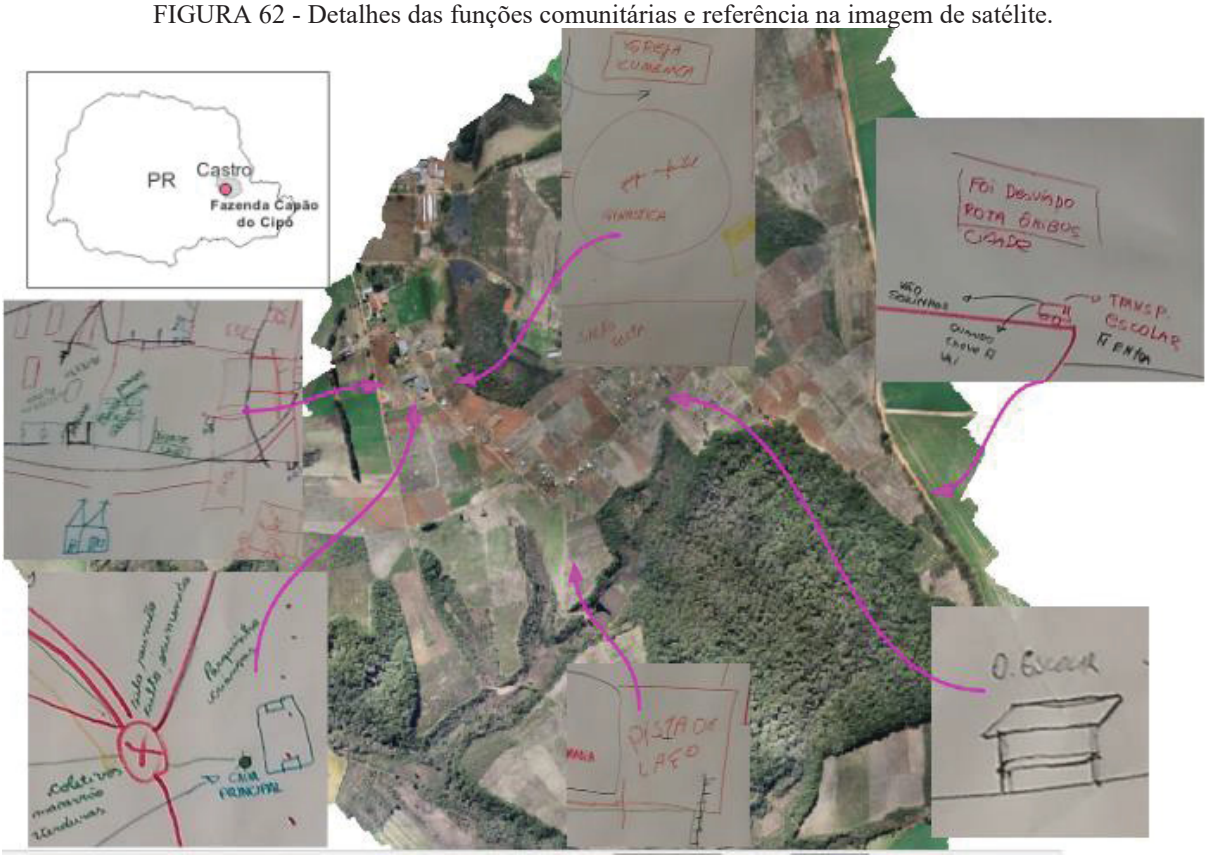
Fonte: Organizado pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR, 2021.

Para a organização de funções comunitárias (figura 62) houve a necessidade de alojamento (marcação "a2" na figura 54) para pessoas amigas do movimento (sendo parceiros que podem atuar como assessoria, formação, apoio, visitas, ou outras relações para contribuir com a construção daquele projeto) próximo a área comunitária sem titularidade individual, que seriam os lotes de 10 x 50 m (que também foi pensado para pessoas idosas sem mobilidade). Também marcaram a necessidade da Igreja, como centro ecumênico multi-religioso, ficando perto da escola para crianças e adultos, do parquinho, campo de futebol, posto de saúde, bailão, cavalgada, pista de laço e quadra poliesportiva. Com exceção dessas duas últimas, que apareceram em lugares diferentes (marcações "l2" nas figuras 53 e 55), as outras marcações se concentraram em torno das infraestruturas existentes, que marcaram como área comunitária

(marcacões “l” nas figuras 52, 53, 54 e 55) onde se situam também estruturas de apoio como a secretaria.

Outros apontamentos também surgiram, como a dificuldade do transporte escolar, marcando opções de ponto de ônibus (marcação “m” na figura 54), que não entra no assentamento. Em dias de chuva as crianças faltam aula por não conseguirem se deslocar até a entrada (marcação “m2” na figura 53). Ainda denunciaram as tentativas de desvio da linha de ônibus. Outro conflito denunciado foi o despejo de lixo irregular do CTP na área do acampamento. O manejo do lixo na área era feito com a concentração em uma lixeira coletiva perto da entrada, onde o caminhão da coleta recolhe o mesmo.

FIGURA 62 - Detalhes das funções comunitárias e referência na imagem de satélite.



Fonte: Organizado pelo autor a partir dos registros do PLANTEAR, 2021.

Destaca-se a preocupação com o acolhimento da diversidade de necessidades com diversas estruturas e funções que atendam as várias dimensões do ser, saber e estar. Ampliando as possibilidades de relações que um assentamento pode construir. A priorização do viés econômico restrito à produção fecha as possibilidades para a diversidade que são criadas nas trocas, como visto na escolha da pecuária leiteira dos laudos do INCRA-PR. Essa priorização distorce a realidade e impõe uma distância sobre sua complexidade e contradições. Apesar de estar quase completando 6 anos de acampamento no momento em que se realizou a oficina,

com uma consolidação avançada no território, muitas dificuldades de demandas foram cartografadas que normalmente são ignoradas e invisibilizadas permitindo cobranças descabidas por parte das instituições como visto no processo jurídico.

Os desafios e as demandas levantadas dialogam com os pilares da Reforma Agrária Popular (MST, 2025) assim como as soberanias indicadas na luta por terra e território (Ferreira e Felício, 2021). Foram dimensões da organização territorial cartografadas com a comunidade que evidenciaram a busca pela construção do território, implicando na diversidade de dimensões e escalas da vida no acampamento.

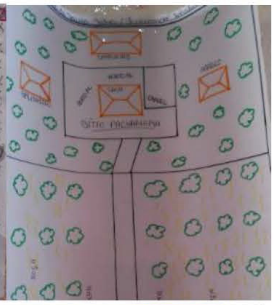
Os debates da cartografia social revelaram dinâmicas territoriais na escala comunitária, sendo complementada pela riqueza e a diversidade dos desenhos dos automapeamentos do sonho do futuro lote (figura 63) apresentados na continuidade da terceira oficina. Entre a segunda e a terceira oficina foi pedido para que as famílias desenhassem o planejamento do lote dos seus sonhos, os quais são reproduzidos a seguir.

FIGURA 63 - Desenhos dos automapeamentos da comunidade no automapeamento do sonho no lote.

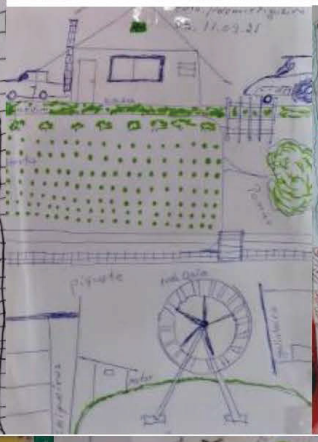
CASA
VACINHAS
GALINHEIRO
AGROFLORESTA
AGROFLORESTA
GALPÃO
DEPÓSITO
Angela Grupo Mariel
Vizinha que todos ao
tanque:
piquete
Entrada
Horta
Pomar
Poço
Casa
Plantação
Milho
Feijão
Mandioca
Abobora
Etc.
Vaquinha
TANQUE
GALINHEIRO
POMAR
HORTA
ESTABULO
PORTÃO

LAURA

SILVANA DOS SANTOS
PLANTAÇÃO
CRIAÇÕES
Portão



PASTO
AGRO FLORESTA
CHIQUEIRO
HORTA
CASA

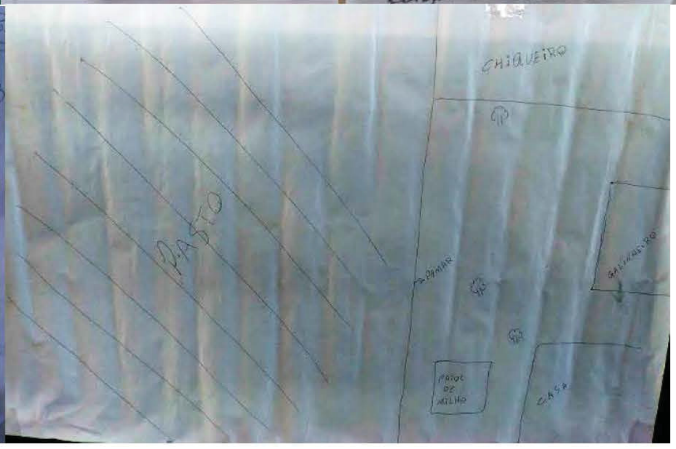


AGRO FLORESTA
JARDIM
VANDERLEI
CHACARA DO SONHO

Pedro de Ramos

CASINHA
PASTO
HORTA
POMAR
PARREIRAL UVA
GALINHEIRO
CHIQUEIRO
CLAUDEMIR C. da SILVA

CASA
JARDIM
GALINHEIRO
POMAR
ROÇA
HORTA
CASA DA VÓ E VÔ


CHIQUEIRO
PASTO
POMAR
BANHEIRO
CASA

Fonte: Acervo do coletivo PLANTEAR, 2021.

2.3 3ª oficina, lote dos sonhos e possibilidades de desenhos e zoneamento

Os desenhos dos auto mapeamentos reforçaram a multidimensionalidade da vida no lote dos mundos sonhados dentro dos terrenos, tendo como aspectos destacados, a moradia, a convivência familiar, a relação com o MST, a horta, o pomar, a criação diversa de animais (cavalo, vaca, galinha e porco), parquinho para criança, quadra, rancho, paiol, açude e agrofloresta. Com exceção de uma ou outra representação, cada desenho envolveu boa parte desses elementos, variando na sua forma de representação, mas também na disposição, aliando moradia, lazer e produção dentro do lote de 1 ha, variando também no espaço que ocupam no lote. Uma perspectiva prioritária à produção tende a desconsiderar a variação da relacionalidade das funções para dentro do lote na relação com a moradia e o quintal produtivo, limitando as potencialidades de criação dos acampados e acampadas na construção do seu mundo. Assim é preciso escutá-los desde a sua autonomia na organização do território em múltiplas escalas, ou seja, desde a multiescalaridade. Destaca-se que as famílias apresentaram os seus lotes para o grupo amplo, sendo um momento de intensa troca a grande participação (figura 64).

FIGURA 64 - Registros do momento de compartilhar os lotes dos sonhos.

Fonte: Registros realizados pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

A partir de constatações e dos entendimentos que vinham acontecendo, onde as áreas de moradia também são de produção e criação, a agroecologia entrou como centralidade ao pensar a organização territorial. Nesse sentido, o coletivo PLANTEAR foi buscar uma formação com uma integrante do movimento, assentada no Assentamento Contestado na Lapa (PR) que é referência na agroecologia e agrofloresta. Priscila Monnerat, na época, já trabalhava há anos com essas práticas no referido assentamento, tendo implementado projetos de formação a nível estadual no movimento através do Projeto Flora (Monnerat e Souza, 2015), também integrando os setores de gênero e produção do movimento. Na formação foi apresentado ao coletivo o trabalho entre a agroecologia e a permacultura. Enquanto aquela faz entender que os agroecossistemas agroecológicos interagem sistemas sociais, culturais, ambientais e produtivos (Cunha, 2017), a outra permite entender a organização territorial de uma área a partir do conceito de zonas permaculturais e de entrada e saída de energia. "A ênfase da permacultura na organização é expressa no princípio da localização relativa e no desenho de Zonas de uso e Setores" (Ferguson e Lovell, 2014, p.262, tradução do autor[73]).

Orientada para o desenho de agroecossistemas a perspectiva das zonas permaculturais considera as especificidades do terreno, a interação dos componentes em múltiplas escalas e a organização espacial pensando em múltiplas funções. A partir desse entendimento, considerando a construção realizada nas duas primeiras oficinas, buscou-se construir um zoneamento com base nos aspectos sociais e ambientais levantados para dar continuidade no diálogo com a comunidade na terceira oficina. Definiram-se 3 zonas principais para dialogar a organização territorial do acampamento, zona 1 para organização da moradia, horta e pomar, zona 2 para roça, lavoura, reservas e açudes e zona 3 para o comunitário. Para cada zona organizou-se o debate em grupos separados por afinidade às funções.

[73] "*Permaculture's emphasis on configuration is expressed in the Principle of Relative Location and the design tools Zones of Use and Sectors*" (Ferguson e Lovell, 2014, p.262).

No debate sobre a zona 1 (moradia, horta e pomar), evidenciou-se a questão de gênero em relação aos afazeres domésticos e a sobrecarga da mulher, onde a organização da moradia, entendido como dimensão do cuidado, apareceu como centralidade da vida. As diferentes atividades foram ganhando sentidos específicos em relação à qualidade de vida, por exemplo, o pomar apareceu relacionado a ideia de aposentadoria e permanência na terra, pois segundo a comunidade exige menos esforço físico para o manejo. O dimensionamento da organização do lote em 1 ha de área causava dificuldade em pessoas que não tinham o costume da produção no campo. Normalmente o planejamento para dentro do lote não é realizado com a mesma preocupação que o planejamento do assentamento o que pode gerar dificuldades na hora de consolidar a moradia. A discussão em torno da zona 1 articulou relacionalidades na escala da moradia e do lote, trazendo algumas questões que vão ser transversais às outras zonas.

A discussão sobre a zona 2 (produção/roça, açude e natureza) ajudou a delimitar a forma de organização das áreas de produção coletiva destinada a grãos, onde cada família usa uma área de acordo com a capacidade e demanda do ano, sendo organizado pelo setor de produção da comunidade. Definiram-se os limites das áreas específicas de manejo coletivo de 2 ha para produção de feijão e milho para doações e ações de solidariedade. A produção em geral é feita de forma manual, mas com o uso de trator para as áreas maiores de produção dos grãos. A agroecologia apareceu muito relacionada à produção, mas também à forma de organização coletiva e divisão de tarefas. Destacou-se a inovação tecnológica para a produção (figura 65) quando um dos integrantes do grupo apresentou o projeto de uma ferramenta que acopla uma estrutura de corte e revirada do solo com uma roda que, segundo os participantes, otimizou o trabalho nas roças. Houve também o destaque de algumas técnicas de manejo agroecológico, porém com a demanda por mais formação, tendo a Escola Latinoamericana de Agroecologia no Assentamento Contestado (Lapa-PR)[74] como referência. Alguns participantes eram recém-chegados vinham da agricultura convencional e procuravam mudar a forma de produção em busca de maior qualidade de vida.

A zona 2 articulou relacionalidades na escala das áreas produtivas, que abrange boa parte da área total, na relação com a escala do lote surgiu a questão de gênero, da divisão de

[74] "A ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia) é uma iniciativa da Via Campesina que recebe militantes da América Latina e Caribe para que possam aprender e disseminar agroecologia. Localizada no Assentamento Contestado, comunidade do MST no município da Lapa (PR), a Escola surgiu em 2005 em parceria com o IFPR (Instituto Federal do Paraná)." (ELAA, 2024). Sendo uma referência, com cursos de Educação do Campo e Agroecologia, é referência na questão assim como o assentamento Contestado. Para mais: https://elaa.redelivre.org.br/

trabalhos, com a produção mais ampla, para fora do lote, tocada majoritariamente por homens. Também na relação com a escala comunitária (zona 3), a agroecologia surgiu como entendimento da participação e divisão de tarefas nos eventos coletivos, mas também na questão de gênero com o coletivo de mulheres à frente da cooperativa e produção de macarrão. Acaba-se também ganhando uma escalaridade para além do acampamento nas relações que estabelece a partir da produção e da agroecologia, onde se busca formação e troca de experiências com outros acampamentos e assentamentos. Ao final da conversa todos mostraram orgulho do projeto que estavam construindo tendo consciência que era uma alternativa ao que estava em volta, evidenciando a relação territorial de tensão com o entorno.

FIGURA 65 - Esboço esquemático de ferramenta construída pela comunidade à esquerda e registro[75] da ferramenta sendo utilizada na roça de feijão.

Fonte: Registros pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

A conversa sobre a zona 3 (comunitário) buscou entender a relação dos equipamentos comunitários com o cotidiano da comunidade, listando as funções em cada local, como o espaço da ciranda onde as crianças ficavam enquanto os pais trabalhavam, destacando alguém da comunidade, normalmente mulher e/ou da juventude, para a tarefa de cuidar. O destaque da conversa foi a necessidade de ter mais opções para a juventude, o que acaba direcionando-os para o uso excessivo da internet, diante da deficiência de espaços de lazer específicos. A falta de perspectiva de futuro dentro do acampamento sem remuneração para os jovens, acaba causando a saída dos mesmos, o que se complementa com a necessidade de trabalhar fora do acampamento (dinâmica ignorada no processo jurídico como já destacado). A internet também acaba reunindo as pessoas, pois o acesso se dava em um espaço comunitário apenas. Destacou-se também a necessidade de cursos de formação no local e equipamentos diversos para atividades físicas. A escala das relacionalidades[76] da zona 3 acaba afetando toda a área pois se

[75] Registro retirado do documentário "6 Anos do Maria Rosa do Contestado" produzido pelo setor de comunicação do MST-PR, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IWW4R40ceWE

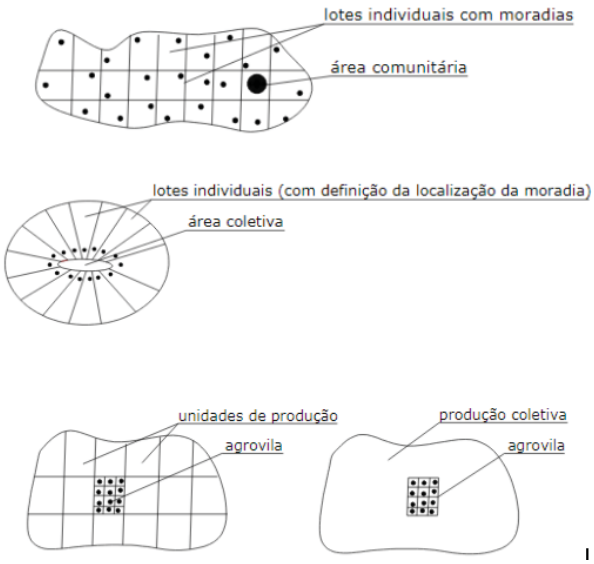
[76] A relacionalidade entre as zonas, desde a ontologia relacional (Escobar, 2018), é percebida em relações e significados construídos em diversas escalas, temporalidades e dimensões, saindo da lógica linear..

torna determinante na condição de permanência e continuidade das atividades no campo, e acaba sendo invisibilizada pela primazia da produção.

Essas demandas comunitárias indicam a necessidade de uma perspectiva multidimensional e relacional de reforma agrária que pense a consolidação e a permanência das comunidades em seus territórios e que para isso é preciso se atentar à cultura, identidade, formação e lazer atravessando os mesmos com questões de gênero e geracional e outras dimensões do ser, reconhecendo sua autonomia sobre sua organização territorial. Durante as oficinas a presença de jovens era muito pouca com a participação de um ou outro, que auxiliava no cuidado com as crianças durante as oficinas ou que participava efetivamente de alguns debates. Entendemos o reflexo dessa ausência a grande preocupação das famílias em criar oportunidades que mantivessem os jovens nos assentamentos, principalmente através da cooperativa, uma estratégia pensada também desde o Movimento.

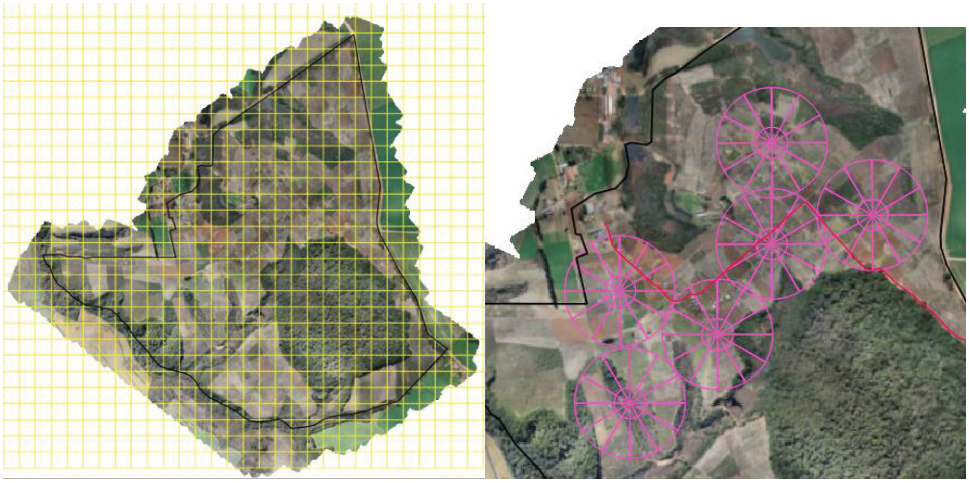
A continuidade do debate na terceira oficina se deu sobre as possíveis formas de desenho dos lotes. Partiu-se do contraste de uma proposta de distribuição do mesmo ao longo das vias (figura 68), considerando o acesso às mesmas, contra a aplicação esboçada de lógicas de desenho sobre a área da comunidade. São formas de desenho historicamente reconhecidas nos processos de planejamento (figura 66) dos Projetos de Assentamento (PA). Bertolini e Carneiro (2007) sistematizaram essas formas em lotes individuais (também chamado de quadrado burro por Hora et al., 2019), raio de sol e agrovila (figura 67). A lógica do quadrado burro não se restringe só ao quadrado, mas a aplicação de qualquer forma sem considerar os aspectos da área e da comunidade na área, que habita ou vai habitar a mesma.

FIGURA 66 - Lógicas convencionais de desenho dos lotes.



Fonte: Bertolini e Carneiro, 2007.

FIGURA 67 - Comparação prévia do desenho das áreas de moradia com as lógicas de desenho quadrado burro e raio de sol dos lotes.



Fonte: Material sistematizado pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

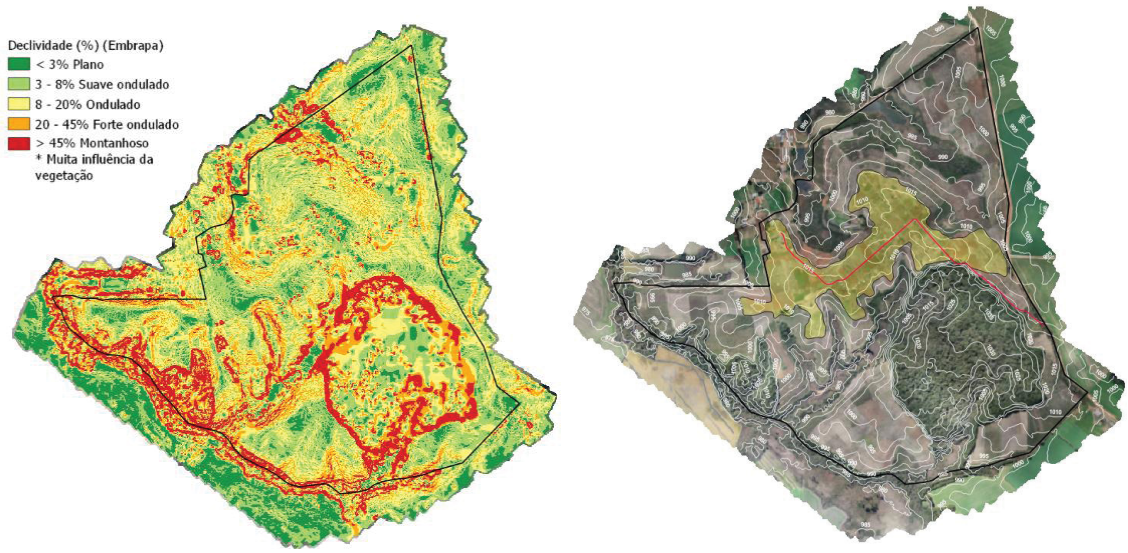
FIGURA 68 - Comparação prévia do desenho das áreas de moradia com a adaptação da lógica de desenho dos lotes.

Fonte: Material sistematizado pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

A área do acampamento Maria Rosa do Contestado possui uma porção maior de relevo plano onde se instalou a concentração de casas do acampamento e onde se tem a estrada principal. Essa porção é delimitada por divisões naturais a partir dos corpos hídricos que formam pequenos vales onde o relevo fica mais inclinado. Dessas divisões separa-se uma área ao norte que se estende pelo limite leste da área até a entrada que foi destinada à produção de grãos (essa parte fica mais exposta às aplicações de agrotóxico no terreno vizinho). Outra área é separada mais ao sul, divididas por alguns vales a partir das entradas de outros cursos hídricos, mas é uma porção de terra que segue contornando a mancha de floresta preservada. O relevo da área da floresta é plano e acaba servindo de passagem para melhor acessar as partes ao sul e sudeste. Mais a oeste é delimitada outra área recortada por 3 vales e delimitada por um corpo hídrico que conecta a floresta ao limite oeste fazendo uma separação com as áreas sul e sudeste.

Com dados mapeados da declividade do terreno (figura 69) a partir de mapeamento por drone, buscou-se analisar sua influência na delimitação de uma área favorável do relevo para pensar a localização das moradias. Considerando que os valores de declividade acima de 20%, correspondem a um relevo fortemente ondulado segundo classificação da Embrapa (1999), tenderiam a apresentar áreas com dificuldades para o manejo. À delimitação dessa área mais apta às moradias complementou-se a análise com o auxílio das curvas de nível.

FIGURA 69 - Mapas de declividade e curva de nível com área considerada ótima para moradia segundo a declividade.

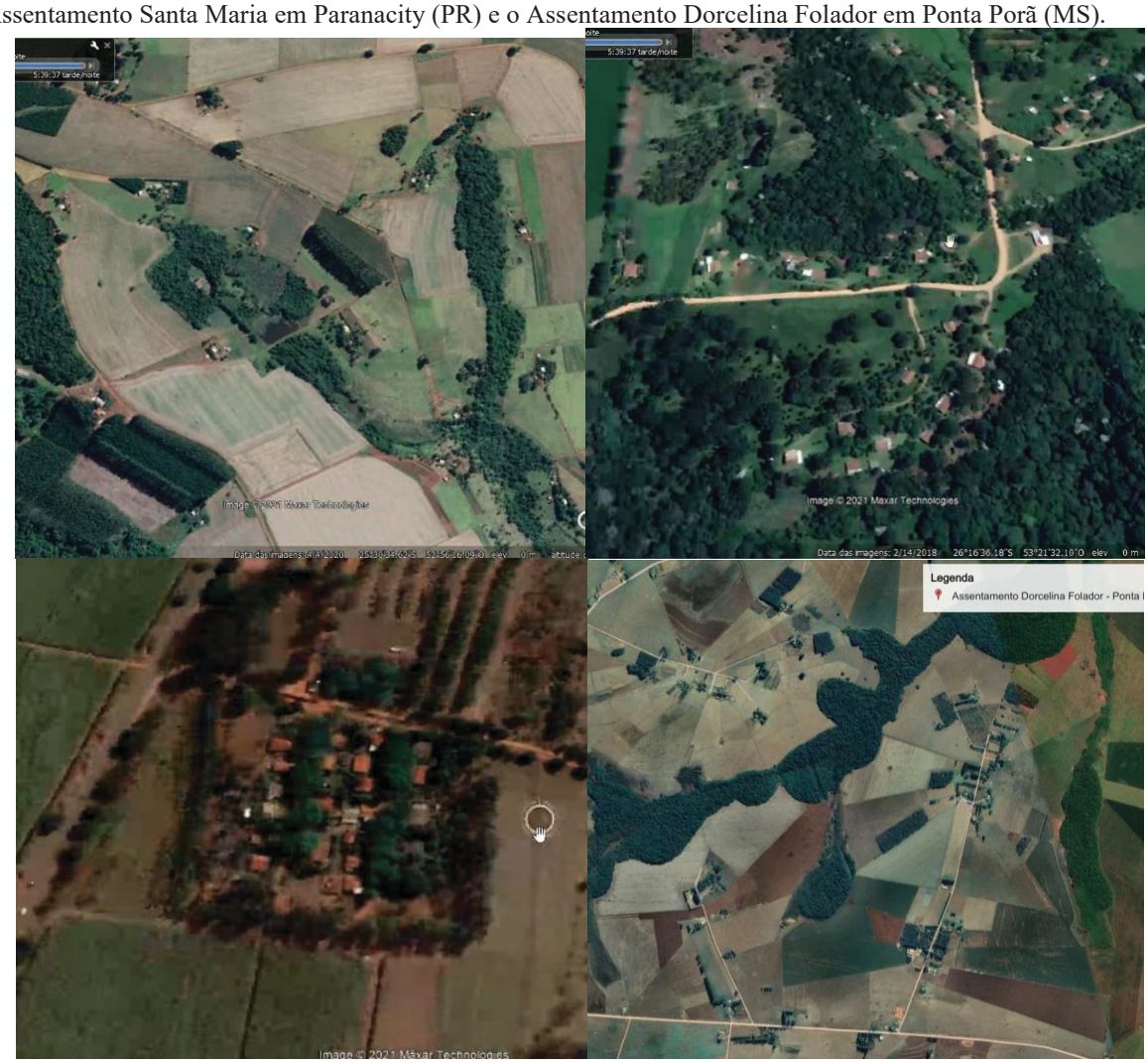


Fonte: Material sistematizado pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

Um planejamento territorial convencionalmente precisa de uma séria de levantamentos técnicos, para além da declividade, a fim de realizar um diagnóstico dos aspectos físicos, biológicos e ambientais da área para seu melhor aproveitamento produtivo pensando a longo prazo, como na construção de um PDA, por exemplo. Nesse processo do planejamento territorial popular na comunidade Maria Rosa do Contestado, o tempo e os recursos disponíveis para sua realização limitaram esses levantamentos pelo coletivo PLANTEAR. Por um lado, para construir uma proposta de organização territorial a declividade e o relevo deram o suporte necessário, por outro lado, ampliar essa leitura mais técnica é necessária para a continuidade. Alguns levantamentos iniciais chegaram a ser feitos para o solo com o grupo parceiro da UEPG, o LAMA, que apoiaram a organização da produção agroecológica da comunidade porém não entraram no debate direto da construção do desenho territorial.

O contraste do desenho também foi debatido com algumas organizações territoriais já consolidadas em outros assentamentos no Paraná (figura 70). O Assentamento da Conquista em Quedas do Iguaçu (PR), onde as áreas se distribuem ao longo das vias (zonas de moradia) assim como o Assentamento Contestado na Lapa (PR) que também apresenta organização em agrovila (zona de convivência) em parte da área, o Assentamento Santa Maria em Paranacity (PR), onde fica a COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória) que tem as áreas de moradia distribuídas em agrovila (zona de convivência) e o Assentamento Dorcelina Folador em Ponta Porã (MS) com distribuição em Raios de Sol (zona de moradia).

FIGURA 70 - Imagens de satélite de assentamentos com diferentes lógicas de corte implementadas, na sequência, o Assentamento da Conquista em Quedas do Iguaçu (PR), o Assentamento Contestado na Lapa (PR), o Assentamento Santa Maria em Paranacity (PR) e o Assentamento Dorcelina Folador em Ponta Porã (MS).



Fonte: Google Earth, 2021.

A partir do diálogo das exposições das lógicas de desenho e delimitação da área de moradia foi pedido para a comunidade validar a mesma (figura 71). Assim fizeram intervenções em uma imagem de satélite identificando áreas que consideravam expansíveis para a moradia, e áreas inapropriadas. Validando a delimitação prévia e direcionando suas adaptações, os saberes da sua relação com o território indicaram onde avançar e onde não avançar com a ocupação das moradias considerando assim outras relações para além da declividade. Algumas áreas que poderiam ser consideradas com alta declividade foram consideradas aptas à zona de moradia e outras foram desconsideradas pela relação que tinham com outras funções de produção coletiva e áreas comunitárias. Destaca-se que as relacionalidades da vivência do terreno são múltiplas e apesar da ampla disponibilidade técnica de avaliação e medição, essas não conseguem captar aquela, que surge desde a organização autônoma da comunidade no território.

FIGURA 71 - Registro da intervenção da indicação da zona de moradia sobre mapa síntese de debates realizados.

Fonte: Registro do coletivo PLANTEAR, 2021.

A sistematização do debate das zonas foi materializado em um mapa-síntese de zoneamento (figura 72), tendo a zona de moradia (moradia, hortaliças, animais, frutíferas e outros), zonas de reserva e produção e zona comunitária (agroindústria, cooperativa, cozinha, saúde, educação, coordenação), sendo delimitadas a partir das indicações da comunidade. O mapa foi apresentado e validado na quarta oficina.

FIGURA 72 - Mapa de zoneamento: moradia (marrom); reserva (verde); produção (amarelo); azul (comunitário), com marcações de áreas de avanço (pontos verdes) ou impedimento (pontos vermelhos) para a zona de moradia.

Fonte: Material sistematizado pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

2.4 4ª oficina, imaginando possibilidades com a comunidade

A continuidade da conversa, na quarta oficina, se deu com a atividade chamada “Bingo do Maria Rosa” que consistiu na montagem de um quebra-cabeça das áreas de moradia, distribuindo peças em um mapa com a delimitação da zona de moradia (marcação “b” na figura 73).

FIGURA 73 - Registros da atividade “Bingo do Maria Rosa”.

Fonte: Registros do coletivo PLANTEAR, 2021.

A atividade teve o objetivo de entender e imaginar de forma lúdica o 1 ha dentro da área e sua lógica/estratégia de distribuição. Com a ajuda de fios barbantes representando vias (marcação “c” na figura 73), os grupos formados pela comunidade (marcação “a” na figura 73) criaram distribuições onde cada lote teria acesso às vias (marcação “d” na figura 73) e não poderia ficar isolado sem fronteira com outro lote (marcação “e” na figura 73). As soluções foram construídas com amparo na realidade concreta, também foram diversas como formas de distribuição confluentes com a proposta final do desenho territorial. Destaca-se que o pensar a organização territorial a partir dos saberes territoriais da comunidade não se distanciou dos

resultados do pensar a partir das técnicas, compartilhando muitos aspectos, evidenciando a importância do diálogo e da autonomia daqueles saberes.

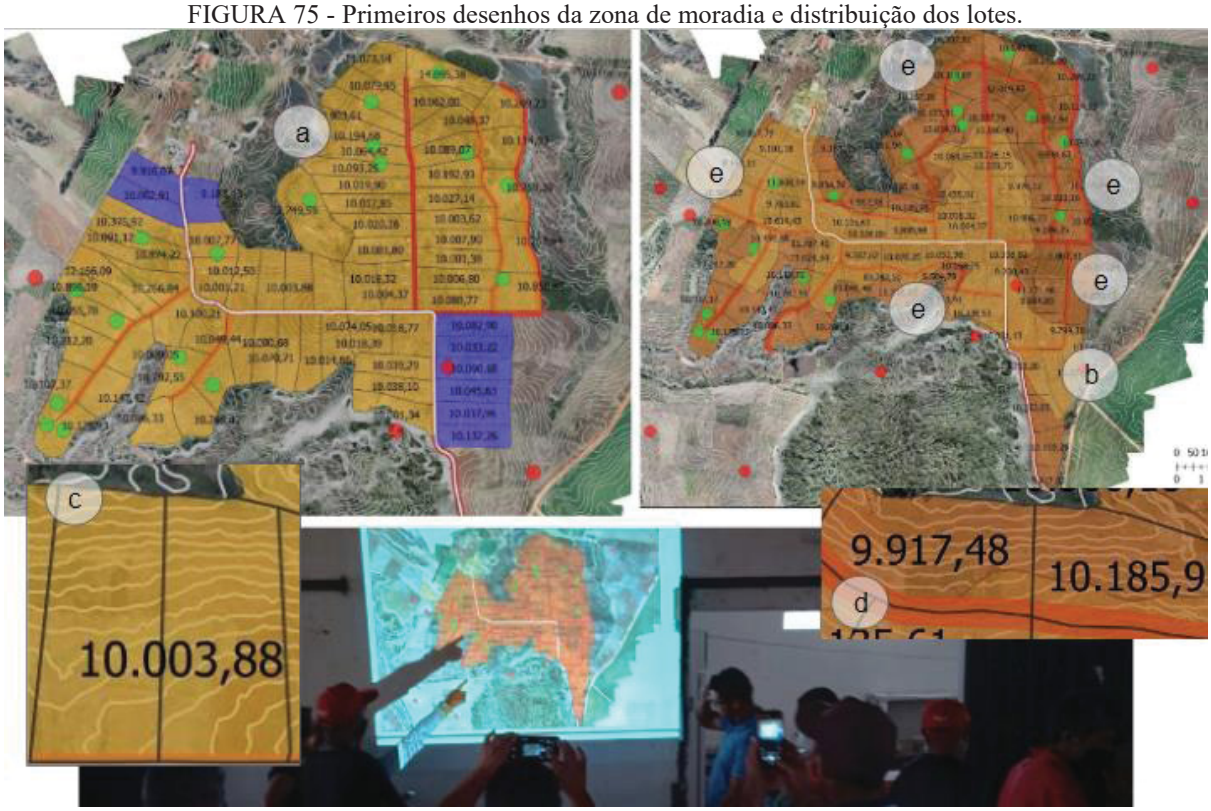
Na sequência da atividade foram realizadas medições em escala real das áreas de moradia e sua organização, materializada dentro de um hectare de terra (figura 74). Cada estrutura sonhada e manifestada nas conversas anteriores, foi demarcada em escala real na área, a casa, a horta, o chiqueiro, galinheiro, potrero e paiol foram visualizadas e medidas a partir da percepção da comunidade, avaliando se a área ocupada seria suficiente para comportar as mesmas. Construiu-se assim consensos sobre as possibilidades de organização interna do lote, as quais confirmaram os desenhos dos lotes dos sonhos.

FIGURA 74 - Imaginando a organização interna do lote.

Fonte: Registros do coletivo PLANTEAR, 2021.

Na sequência, uma primeira proposta materializada foi apresentada em dois desenhos (figura 75). Um deles priorizou o contato com as vias existentes e o outro priorizou a adequação à declividade e às curvas de níveis. A priorização do contato com as vias existentes, exigiu lotes “linguiça” com formatos alongados (marcação “a” na figura 75) que cortam perpendicularmente o sentido das curvas de nível (marcação “b” na figura 75), o que dificulta o manejo e favorece a erosão. A priorização da declividade, onde o desenho busca acompanhar o sentido das curvas de nível (marcação “d” na figura 75), ocupou uma área maior (marcação “b” na figura 75) e demandou a criação de vias secundárias (Marcações “e” na figura 75). As propostas dos desenhos foram bem recebidas pela comunidade que destacaram a dificuldade dos lotes “linguiça”, optando pela continuidade do desenho que seguiu o caminho da outra proposta com alguns ajustes apontados.

FIGURA 75 - Primeiros desenhos da zona de moradia e distribuição dos lotes.



Fonte: Sistematização e registros do coletivo PLANTEAR, 2021.

2.5 5ª e 6ª oficinas, abrindo debates, entrega final e caracterização do processo

No caminho para a quinta e a sexta oficinas, duas últimas do processo de distribuição das moradias, enquanto houve o movimento de fechamento do desenho final com discussões pragmáticas como o desenho das vias e ajustes nas divisões dos lotes, houve o movimento de abertura de discussões em torno da agroecologia em quintais produtivos em 1 ha e de questões de gênero (figura 76). Desde a reconfiguração das estratégias do MST, se discute a incorporação de diversas dimensões para organização dos assentamentos[77], a agroecologia e as questões de gênero se mostraram essenciais na comunidade Maria Rosa do Contestado, na mobilização dos debates sobre a organização territorial.

As discussões sobre o quintal agroecológico foram conduzidas no sentido de confrontar os acampados sobre a viabilidade econômica desse arranjo produtivo. Nesse momento, no processo jurídico, o INCRA-PR estava criticando a viabilidade dessa proposta, que era

[77] No final da década de 1990 Fernandes (2010) destaca a institucionalização do movimento a partir da organização de setores específicos. Dentre esses, o setor de Produção, cooperação e meio ambiente, a partir da organização da CONCRAB (Confederação de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil), em 1992, se consolidando como setor em 2002 e o Setor de gênero formado em 2000, que teve seu primeiro coletivo de mulheres formado em 1985. Cadernos formação do movimento de 1986 já pautavam a igualdade na divisão do trabalho e a busca por uma agricultura alternativa e em 2001, já colocavam mais presente a igualdade de gênero e a agroecologia, temas que a partir de então foram se ampliando.

demonstrada pela realidade envolvendo outras dimensões, mas foi questionada do ponto de vista da instituição (essencialmente produtivista) do lote individualizado. Assim, a pergunta central do debate foi: O 1 ha da área de moradia seria rentável? Com a confirmação da comunidade, dispondo seus registros de rendimento para análise, a proposta do tamanho do lote de moradia, o quintal produtivo, se consolidou para a proposta do desenho territorial. Ao mesmo tempo durante a oficina organizou-se uma conversa só com as mulheres acampadas[78] buscando entender "eu no território, como eu me vejo, o que eu mudaria e o que não mudaria".

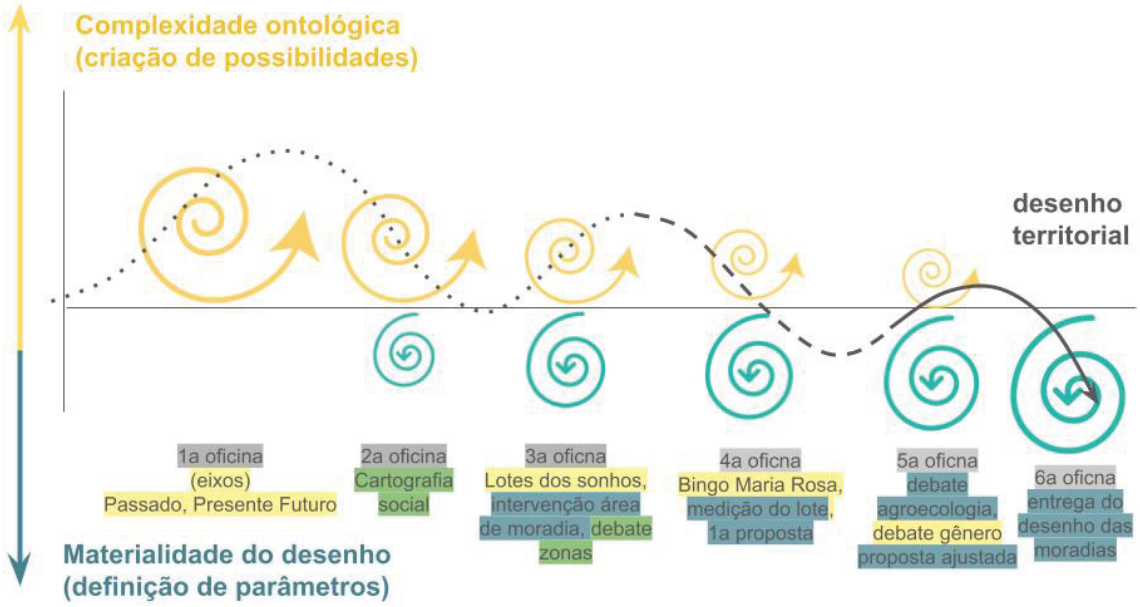
FIGURA 76 - Registro das conversas sobre o quintal produtivo (à esquerda) e questões de gênero (à direita).

Fonte: Registros feitos pelo coletivo PLANTEAR (2021).

Na leitura do processo até o momento identificou-se, na relacionalidade dos debates com a proposta do desenho territorial, dois movimentos: 1) de expansão e criação, onde a complexidade da ontologia relacional, do Mundo de Muitos Mundos, se evidencia; 2) de definição, onde a materialização do desenho se evidencia. Assim, cada debate teria uma contribuição para esses movimentos em doses diferentes e na medida que vão se relacionando vão criando a proposta de desenho. Tentou-se representar essa dinâmica na figura 77, identificando em cada momento das oficinas a contribuição desses processos.

[78] As temáticas desse debate com as mulheres não se inseriram nas sistematizações, embora debatidas pelo coletivo, não se realizou uma leitura aprofundada. O caráter dessa conversa se deu de forma inicial, pela proximidade e sensibilidade com as mulheres do coletivo PLANTEAR.

FIGURA 77 - Sistematização dos processos de complexidade e materialização na construção do desenho territorial.



Fonte: Elaborado pelo autor.

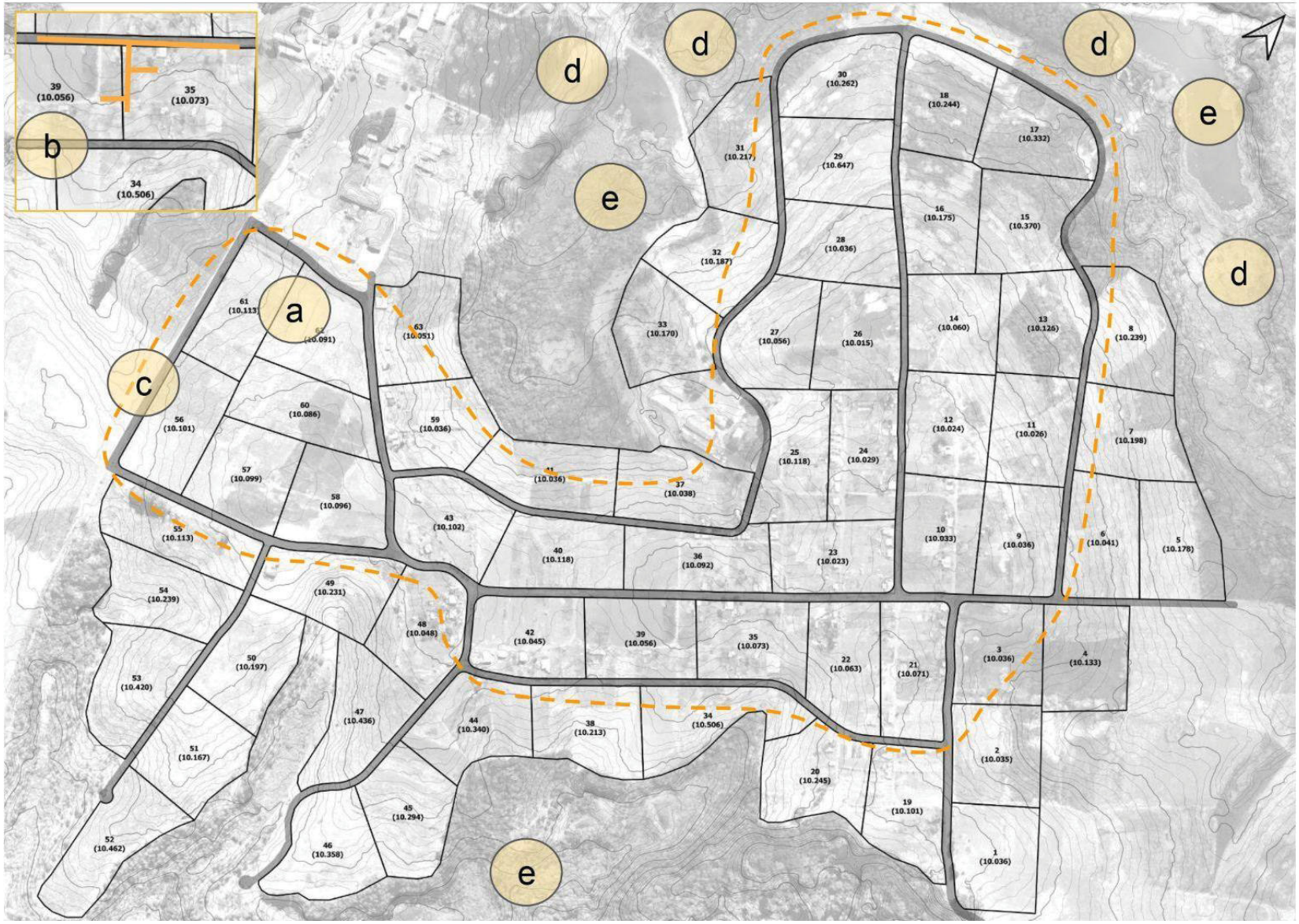
Enquanto os processos de complexidade ontológica, marcados com a cor amarela, ampliam os debates, por isso simbolizados por uma espiral aberta que se expande, os processos marcados em azul, contribuíram para a materialização da organização territorial no desenho, por isso a espiral (azul) aponta para o centro num sentido de fechamento. Enquanto os debates como a conversa inicial sobre passado, presente e futuro (1ª oficina), o lote dos sonhos (3ª oficina), o "Bingo do Maria Rosa" (4ª oficina) e o debate de gênero (5ª oficina), em maior medida, criaram possibilidades, a cartografia social (2ª oficina) e o debate de zonas (3ª oficina) tiveram o mesmo efeito de criação e definição. Os debates a partir da intervenção da zona de moradia (3ª oficina), da medição do lote (4ª oficina), da apresentação da 1ª proposta (4ª oficina), do debate da agroecologia (5ª oficina) e da proposta ajustada (5ª oficina) contribuíram para a definição do desenho, até sua entrega final. Assim se entende a co-existência desses movimentos, aparentemente contraditórios, que na relacionalidade do processo fazem parte do mesmo processo de construção, que varia entre a criação de possibilidades (complexidade ontológica) e definição de parâmetros (materialidade do desenho). Assim se destaca o aspecto de imbricamento, ou cruzamento, também destacados na figura 37 de maus tempos e bons tempos, permeando todo o processo.

A entrega final da proposta das áreas de moradia ajustada sintetizou questões socioeconômicas pensando no modo de vida agroecológico, com lotes de 1 ha como quintais

produtivos que garantem renda suficiente às famílias, mantendo as vias existentes diminuindo a necessidade de criar novas. A configuração das vias foi pensada na integração dos lotes de forma contínua (marcação na linha tracejada laranja na figura 78), evitando sua fragmentação e o formato “espinha de peixe" (necessidade de ruas secundárias para acesso do lote à via principal, marcação “b” na figura 78). A proposta incorporou a sugestão de lotes próximos à área comunitária (marcação “a” na figura 78) existente para se pensar a possibilidade do lote coletivo com áreas de moradia para pessoas idosas e com funções mais ligadas ao comunitário, ou temporárias, buscando garantir a segurança em função da proximidade. Nesse sentido, sugeriu-se também o uso da via por veículos pesados contornando a área comunitária (marcação “c” na figura 78).

Destaca-se também a prioridade das áreas planas, a sugestão de fortalecer e implementar a continuidade das manchas de vegetação (marcações “d” na figura 78) para proteção em barreira contra contaminação do entorno e aproveitamento dos mananciais próximos às áreas comunitárias para lazer e conforto ambiental (marcações “e” na figura 78). Destacou-se também a importância da busca pela melhor conexão entre os lotes, reforçado pela distribuição nos grupos de famílias. Enquanto alguns aspectos estão materializados no desenho das áreas de moradia, outros iniciaram os combinados para a continuidade do planejamento da área comunitária. Assim destacamos que essa proposta não se consolida como algo isolado no território e auto suficiente, separando o que está dentro do 1 hectare do que está fora. Sob uma lógica dualista o fechamento da área do lote pode ser encarado como um espaço definido e replicável como modelo em outros contextos. Porém construímos essa proposta dentro de uma rede de relações que, no contexto da Comunidade Maria Rosa do Contestado, se beneficia das áreas comunitárias, de áreas de produção coletiva, das áreas de reserva comum, dos recursos naturais de toda a área, da malha viária interna e externa que conecta ao município, ou seja, uma proposta de organização de moradias estreitamente ligada à organização da comunidade no seu contexto específico de modo que a lógica de replicá-la como modelo não se realiza.

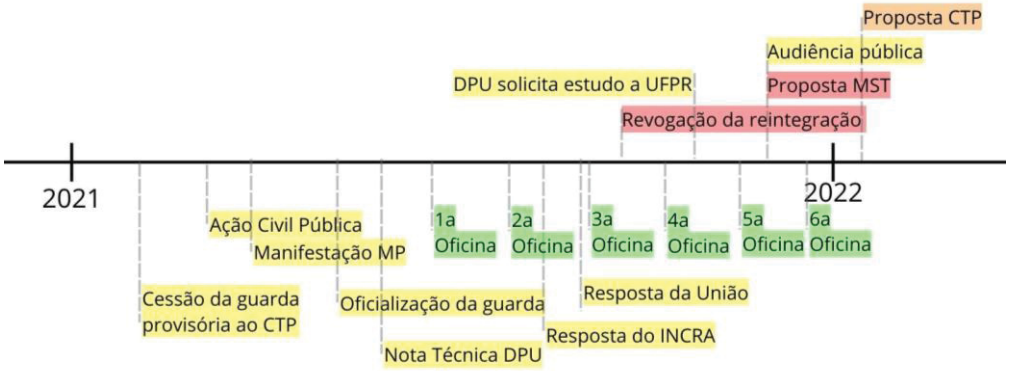
FIGURA 78 - Proposta final da distribuição das áreas de moradia.



Fonte: Sistematização feita pelo coletivo PLANTEAR, 2021.

A proposta foi bem recebida e acordada pela comunidade que, no mês seguinte, janeiro de 2022, já havia iniciado a implementação da divisão. Destaca-se que o processo de planejamento foi iniciado em junho de 2021 (figura 79) e nesse momento a DPU havia recém aberto a Ação Civil Pública contra o INCRA-PR, questionando suas posições e estudos, distanciados da realidade. Então essa parte do planejamento das moradias ocorre junto com a intensificação do debate em torno da viabilidade, que marcou principalmente a última oficina. Na sequência do conflito o PLANTEAR vai desenvolver o 2º estudo técnico sobre a viabilidade do assentamento na área.

FIGURA 79- Linha do tempo dos eventos do processo jurídico sobrepostos às oficinas de planejamento da área das moradias.



Fonte: Organizado pelo autor.

Ao comparar a temporalidade com os eventos do processo jurídico, o planejamento territorial popular iniciou alguns meses após o início da ação pública logo após a nota técnica da DPU que levantou questionamentos sobre os estudos do INCRA que contesta em seguida junto com a União. A demanda do MST para o PLANTEAR para ajudar a organizar as áreas de moradia para fortalecer a consolidação no território acabou se tornando uma forma de luta pela terra, na medida que a materialidade da territorialização se apresentou na disputa jurídica.

A ansiedade e o desejo para ter o lote e poder investir no futuro foi marcante na medida que a prioridade pelo desenho direcionou o processo na sua construção. Após a distribuição das moradias foi construído o 2º estudo técnico apresentado no processo onde a lista de conquista e evidências da viabilidade se acrescentou com projetos e contratos no final de 2021 e início de 2022 (ver quadro 2).

A complexidade do processo evidenciou a multidimensionalidade e a multiescalaridade na construção do território a partir da organização territorial desde a autonomia da comunidade, materializada em um desenho territorial. Assim se destaca o território como um articulador do

ser, estar e saber da comunidade inserida na luta pela terra. As dimensões reveladas pelo processo nos motivam a reafirmar a luta pela terra como luta por território, implicando em aspectos desse que mobilizam a permanência e a defesa da vida. Porém não se ignora que o termo carrega muitos sentidos históricos de dominação, de luta e de r-existência como apontados inicialmente na introdução até chegar na relacionalidade da defesa da vida em um mundo de muitos mundos. Nesse sentido, busca-se na sequência fazer um debate em torno do território, marcando seus significados e impactos para o uso neste trabalho, antes de dar sequência à descrição do processo de planejamento no capítulo 3.

2.6 A potencialidade do território, da luta pela terra à multiterritorialidade.

Desde o contexto vivenciado junto ao Movimento Sem-Terra e da comunidade Maria Rosa do Contestado não se percebe facilmente a enunciação da luta pela terra ou reforma agrária como luta por território, desde o cotidiano a espaços mais amplos de formação e mobilização política. Por outro lado, se percebe a ampliação da complexidade dessa luta implicada numa perspectiva de território, onde, na Fazenda Capão do Cipó se entrecruzam múltiplas dimensões, decisões, opções e projetos que transformam o espaço em uma complexa rede de relações. No contexto institucional, por exemplo, o reconhecimento normativo se limita aos cercamentos estabelecidos no terreno e não trata necessariamente de uma perspectiva do reconhecimento de relações construídas em áreas da reforma agrária.

Ainda destacamos que a leitura do contexto da comunidade Maria Rosa do Contestado, é realizada desde a sua realidade concreta, que não pretende representar a diversidade de contextos que a questão agrária possui em sua imensa complexidade. Desse modo buscamos destacar elementos e dimensões que emergiram na prática desta pesquisa para dialogar a partir de possibilidades de entendimento das dinâmicas da luta pela terra a fim de contribuir com amplitude do tema.

As mudanças da questão agrária na sua complexificação e no giro territorial (Cruz, 2013), nos motiva a afirmar a possibilidade de enunciar a luta pela terra como luta por terra e território, numa multiterritorialidade (Haesbaert, 2021) relacional que se evidencia na realidade da qual emerge este trabalho. Porto-Gonçalves (2002) afirma que “paradigmas são instituídos por sujeitos social, histórica e geograficamente situados” (Porto-Gonçalves, 2002, p.220). Segundo o autor, na constatação de novos paradigmas também se dá a constatação de novos sujeitos, ou a ressignificação de “novos” velhos sujeitos, que reivindicam seu lugar no mundo.

Assim, busca-se consolidar uma percepção do território no contexto da luta pela terra diante da constatação do território na comunidade Maria Rosa do Contestado. Os

> sujeitos que muitos chamam de novos, embora não o sejam tanto, põem em debate outras questões, outras relações, ele(a)s que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, R-existiram, se reinventaram na sua diferença (Porto-Gonçalves, 2002, p.220).

Haesbaert (2021) destaca alguns desafios a partir da sobrevalorização dos conceitos de território como categoria analítica e não como categoria da práxis, colocando o espaço como dimensão essencial. Resgata a luta pela existência como luta pelo espaço onde "a luta pela existência é, para muitos, em primeiro lugar, a luta por espaço (social e natural ao mesmo tempo), a defesa de um território" (Haesbaert, 2021, p.30). O autor destaca que a virada espacial do paradigma do pensamento moderno serviu como base para o conceito pós-moderno de diferenciação espacial, mas também dialoga com a perspectiva da heterogeneidade socioespacial. A luta pela terra se insere nessa luta por espaço como luta pela existência, onde o território aparece como categoria analítica mas também emerge como categoria da práxis nas diversas existências que se diferenciam pelo espaço. A perspectiva dialoga com Escobar (2016) e Porto-Gonçalves (2006) quando afirmam que a luta pelo território é uma luta ontológica, portanto, entre o Mundo de Muitos Mundos e o Mundo de Um Mundo. Nesta disputa então vai se caracterizar uma relação entre o espaço e o tempo.

Considerando a compressão acelerada do espaço-tempo pelo capitalismo, manifesta na competição locacional entre lugares, Haesbaert (2021) destaca que o espaço e o tempo são construções sociais antes de tudo, o que significa que estão associados a estruturas e relações de poder e, por isso, não são neutros. Porto-Gonçalves (2002) destaca uma perspectiva tradicional que não considera a geograficidade do mundo, onde o território é considerado suporte da sociedade sem implicações no seu devir, como limite externo que delimita a soberania do Estado. O autor afirma ser preciso considerar que cada sociedade tem seu modo próprio de estar e construir seu espaço, não cabendo aquela separação entre o social e o geográfico. "O ser social é indissociável do estar. A sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica." (Porto-Gonçalves, 2002, p.229). Com o exemplo dos povos originários na América Latina, o conceito de *pacha* como amálgama do espaço-tempo sobre o qual se tem "uma das grandes contribuições do pensamento descolonial [que] é justamente ler o espaço como essa densidade/multiplicidade de tempos acumulados e constantemente refeitos." (Haesbaert, 2021, p.37). O conflito na Fazenda Capão do Cipó acumulou durante anos diversos

tempos, do agronegócio regional, da CTP, do MST, das instituições públicas, como o INCRA, SPU, Universidades, e da comunidade Maria Rosa do Contestado.

> O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação –territorialização– enseja identidades –territorialidades– que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial (Porto-Gonçalves, 2002, p.230).

O autor então coloca o território como condição existencial a partir da tríade relacional território-territorialidade-territorialização.

Haesbaert (2021) faz uma diferenciação entre formas de ler o espaço em que se diferencia e relaciona um espaço-tempo material e absoluto em constante tensão dialética com o espaço-tempo relacional e cotidiano. Gera-se assim diferenciações específicas do olhar relacional.

> Assim, aquilo que em uma geometria mais simples, absoluta ou euclidiana, é lido como espaço-ponto, transforma-se "relacionalmente" em espaço-conexão, as linhas são recheadas por fluxos e até mesmo as extensões ou zonas não só são constituídas por (ou "contêm") redes em movimento como também, em conjunto, movimentam-se –como na metáfora da mancha de óleo ou na realidade de uma massa de ar– que se desloca e se transforma. Deste modo, o espaço se torna, sobretudo, fruto de conexões e, além disso, incorpora de forma indissociável o jogo entre os mundos material e imaterial, superando outra dicotomia que vê o espaço apenas como materialidade, "exterior", e o tempo como incorpóreo, "interior". (Haesbaert, 2021, p.38).

Esse aspecto relacional ficou evidente desde a primeira oficina quando se anunciaram desde a perspectiva dos então acampados e acampadas pensando no passado, presente e futuro, aspectos, ações e relações ligadas a origem, história, comunidade, organização interna, sentido da luta do MST, motivações, acolhimento, lazer, espiritualidade trabalho e produção. Assim como nas relações da organização territorial desenhadas a partir das cartografias sociais e relações entre as zonas.

Haesbaert (2021) destaca a releitura do espaço como entrelaçamento de trajetórias, produzindo uma densidade temporal. Por outro lado há 4 formas de privilegiar o tempo em detrimento ao espaço que devem ser evitadas: o tempo como categoria essencial (nesse sentido podemos considerar os projetos que justificaram o despejo querendo impor o tempo capitalista sobre área sem se importar com o que de fato estava sendo construído concretamente); o espaço como substrato fixo (aqui relacionamos a perspectiva da terra como mercadoria, influente nas avaliações realizadas pelo INCRA); o espaço como oposto da dimensão temporal (quando o INCRA afirma um alto custo para a realização da reforma agrária na área, impondo o tempo

da produtividade capitalista sobre a realidade do espaço); e a essencialização de uma cultura a um lugar específico, o que impede de enxergar a multiplicidade de histórias em um espaço (perspectiva presente na institucionalidade, reflexo das diversas estratégias para justificar a permanência das atividades da CTP). Para além dessas relações em que espaço e tempo são categorias fechadas o autor destaca[79] que o primeiro é indutor da multiplicidade, "é também a dimensão do reconhecimento do Outro, um outro que não está "atrás" (temporal e espacialmente), mas que coexiste" (Haesbaert, 2021, p.40). Evidenciamos a importância da inspeção judicial no território durante o conflito, no reconhecimento da comunidade pela institucionalidade. O espaço assim se torna aberto para mudanças e provoca o tempo a ser aberto também, à constante mudança, de modo que a mudança do espaço age como indutora de mudança de perspectiva sobre a realidade.

O processo do planejamento territorial popular realizado se caracterizou como um processo aberto, onde o tempo da universidade, do coletivo PLANTEAR (que é condicionado também pelos espaços que se origina e atua), é provocado e modificado pelo espaço construído pelos tempos da comunidade numa densidade socioespacial acumulada. Enquanto a comunidade, em seus tempos, se consolidava no espaço, territorializando-se, o desenho territorial foi se construindo na medida que entre uma oficina e outra o tempo da universidade era provocado e transformado por aquele espaço. No mesmo sentido a perspectiva do espaço aberto como provocador de mudança do tempo se evidencia na aproximação do território dos tempos institucionais durante o processo jurídico.

> Assim, o espaço [...] é desenhado por uma combinação de múltiplas perspectivas, onde cada indivíduo e/ou grupo, na especificidade de sua condição de classe e identidade (de gênero, raça ou nação), percebe e constrói de um modo também específico sua visão de mundo, nunca alheia à condição espacial em que está imerso –que inclui, é claro, seu (micro) espaço cotidiano no campo ou na cidade (Haesbaert, 2021, p.50).

Em contraposição ao pensamento hegemônico da abstração matemática que valoriza a quantidade em detrimento da qualidade Porto-Gonçalves (2002) afirma o espaço geográfico onde co-existem os diferentes, o que requer uma abordagem complexa que supere o pensamento reducionista. O autor retoma a ideia "que o espaço geográfico é locus de co-existências do diverso, natureza e cultura ao mesmo tempo, lugar dessa contiguidade característica que é o espaço nosso de cada dia" (Porto-Gonçalves, 2002, p.233). Reconcilia-se então a história (tempo) com a vida na materialidade da relação sociedade-natureza

[79] Nesse debate Haesbaert (2021) dialoga com Doreen Massey (2008).

considerando não só a sucessão de tempos mas a sua simultaneidade. “À unidimensionalidade dos que tomam as decisões se contrapõe a multidimensionalidade da vida inscrita na geografia de cada dia, locus de conformação da subjetividade.” (Porto-Gonçalves, 2002, p.234). Tal aspecto foi constatado na defesa da comunidade no processo jurídico do conflito fundiário onde a multidimensionalidade do território construído pela comunidade, nas relações estabelecidas, se contrapôs à unidimensionalidade do espaço como mercadoria, suporte exclusivo da produção. Ao buscar a compreensão da organização territorial para o desenho territorial, emergiram múltiplas subjetividades do ser e estar no território.

A perspectiva sobre a realidade implica um horizonte que limita o que vemos em determinada paisagem, o que pode ser mudado com a mudança do espaço. Haesbaert (2021) amplia essa relação com a abordagem descolonial do corpo como território, que traz uma leitura na relação com outros seres e ambientes. Nesse sentido, o espaço implica a multiplicidade de perspectivas ontológicas, desde a concepção da sua multidimensionalidade, do seu caráter como construção social e da sua relacionalidade que acontece desde o corpo-território. Os corpos-território que formaram a comunidade trouxeram em si outras trajetórias e territorialidades que vão se ressignificando nas relações estabelecidas e materializadas no espaço. Já na primeira oficina evidenciou-se as diversas origens de diferentes cidades assim também como de contextos diferentes, desde outros assentamentos, outras mobilizações de luta, do ambiente urbano. Da mesma maneira, diversas perspectivas sobre estar no acampamento e desejos sobre como se organizar territorialmente foram vistos na cartografia social.

Amplia-se a noção de virada espacial para o giro multiterritorial fundamentado numa abordagem descolonial, destacando que todos os saberes e fazeres são situados e mobilizam relações de poder, mas também dimensões simbólicas, que se materializam em condições histórico-geográficas das quais emerge a centralidade do território.

Fernandes (2013) fez um debate sobre tipos de territórios e movimentos socioterritoriais desde diversas realidades[80]. Tem como ponto de partida o espaço, como materialização da existência humana, em sua totalidade, onde é indissociável as ações e os objetos (fazendo referência ao trabalho de Milton Santos). “A indissociabilidade é uma palavra-chave porque

[80] O geógrafo tem uma histórica atuação junto ao MST, com uma ampla leitura da questão agrária brasileira, no que também seu trabalho se insere numa ampla rede que se construiu em torno de suas leituras, criando um leque diversificado de interpretações em contextos diferentes.

une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades." (Fernandes, 2013, p.193). Através da conflitualidade Fernandes (2010) identifica o aspecto da complexidade da questão agrária, pautada na contradição e no paradoxo, na coexistência entre conflito e desenvolvimento. Tanto a agricultura camponesa quanto a agricultura capitalista produzem desenvolvimento e conflito.

Segundo o autor, de acordo com a intencionalidade, os territórios podem ser entendidos de maneiras diferentes no que defende uma significação mais ampla. Cita a multidimensionalidade do conceito que, mesmo assim, se fragmenta nas diversas leituras que destacam as dimensões econômica e social do conceito como espaço de governança sem considerar o aspecto da conflitualidade em um projeto de desenvolvimento territorial. "É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio." (Fernandes, 2013, p.196).

Assim também se ignora a multiescalaridade, instrumentalizando o conceito para atender interesses específicos, dentro de relações de poder, pois, multidimensionalidade implicaria na socialização de tomadas de decisão e a multiescalaridade significa o reconhecimento de territórios de classes sociais. Assim como é um ponto de partida, o espaço também é ponto de chegada onde as relações sociais se movimentam no tempo, construindo o processo de produção do espaço e de territórios, no que aquele é anterior a esse, caracterizando um processo de fragmentação. A potencialidade da multidimensionalidade e multiescalaridade na defesa da comunidade foi pautada desde o processo jurídico trazido no capítulo 1 e se ampliou na construção do desenho territorial na medida que esses aspectos foram emergindo na percepção da territorialização da comunidade.

Fica evidente como as propostas apresentadas para justificar o despejo das famílias ignoraram a multidimensionalidade e a multiescalaridade, não admitindo uma conciliação pautada na multiterritorialidade. Assim esses aspectos, em determinada medida, se colocam como instrumentos de contraposição diante da ontologia do Mundo de Um Mundo. Por outro lado as oficinas buscaram evidenciar esses aspectos nos diálogos com a comunidade sem impor uma dimensão e uma escala específica sobre sua organização territorial.

Haesbaert (2021) afirma que, como instrumento político, o território se torna dispositivo estratégico desde as políticas públicas hegemônicas quanto nas formas de resistência dos grupos subalternos. Assim a categoria ganha diferentes conotações de acordo com o seu contexto de uso, nas quais o autor destaca: o território no senso comum, cujo significado se dá no cotidiano dos grupos sociais; o território como categoria normativa que ganha significado nas políticas públicas de Estado; o território como categoria de análise, onde mobiliza saberes específicos, epistemologías específicas. Enquanto senso comum, entende-se que o território aparece comumente na realidade trabalhada como terra, sendo a referência nos dizeres das pessoas ao local de construção de seu projeto de vida e da luta, característico também no contexto de luta do MST. Como categoria normativa define o olhar da institucionalidade sobre a realidade, limitando a mesma na racionalidade moderna e dualista da propriedade privada, mas que precisa ser disputado para não desmobilizar a organização territorial da comunidade. O território enquanto categoria de análise, para ler a realidade, entra em tensão com seus diversos significados históricos e conceituais, mas agora como metodologia, propõe sua ampliação a partir do território praticado pela comunidade desde a relacionalidade.

Esse tensionamento entre perspectivas sobre o território não é uma disputa conceitual mas, sob a perspectiva ontológica relacional, é um emaranhado de dimensões e significados que complementam a compreensão do território da prática (quadro 6). Imerso no contexto da luta pela terra, o território mobiliza relações de poder e dimensões conceituais sobre as quais se destacam algumas leituras da realidade feitas com alguns aspectos destacados sobre o território.

QUADRO 6 - Aspectos do território relacional desde o corpo-território.

Aspectos do território relacional desde o corpo-território	
Descolonização do espaço	A abordagem descolonial destaca o corpo como território e reivindica perspectivas alternativas à lógica dominante.
Território como luta e práxis	A luta pela terra pode ser ampliada para uma luta por território, incorporando múltiplas dimensões políticas, sociais e culturais, desde o corpo-território.
Multidimensionalidade e multiescalaridade	O território deve ser compreendido em suas múltiplas dimensões (social, política, econômica, cultural) e escalas (local, regional, global).
Multiterritorialidade	O território não é único e fixo, mas relacional, sendo formado por diferentes usos, sentidos e escalas.

Território como relações sociais	Mais do que um espaço físico, o território é construído a partir de relações sociais e disputas de poder.
Territorialização e identidade	O processo de apropriação do espaço gera territorialidades dinâmicas, que conferem identidade e pertencimento.
Dimensão ontológica do território	A luta pelo território não é apenas material, mas uma disputa ontológica entre diferentes modos de existência e organização territorial.
Tempo e espaço como construções sociais	O território não pode ser dissociado do tempo, pois ambos são construções sociais e refletem relações de poder e ontológicas
Espaço-tempo relacional	O território não é fixo, mas um entrelaçamento de trajetórias, fluxos e redes, superando dicotomias entre materialidade e imaterialidade.
Território como condição existencial	A tríade território-territorialidade-territorialização evidencia o território como base para a existência e reprodução social.
Espaço como indutor de mudanças	A transformação do espaço impulsiona novas percepções e mudanças nas relações sociais e políticas.
Resistência e r-existência	A luta territorial envolve não apenas resistência à opressão, mas também a criação de novas formas de existir e habitar o espaço.
Instrumentalização do território	O conceito de território pode ser usado para controle social, como na governança territorial subordinada ao agronegócio.

Fonte: O autor.

2.6.1 Conceito hegemônico de território: desenvolvimento territorial rural e garantia de poder do Estado

Fabrini (2011) faz referência ao conceito hegemônico de território, na emanação de poder do Estado, portanto o território da nação, ou de outros grupos que exercem o domínio sobre o espaço. O autor destaca a interpretação a partir da lógica do desenvolvimento, onde o mercado se nutre da força local do território para a produção de mercadorias, atendendo corporações capitalistas, governos neoliberais e outros cuja lógica de desenvolvimento tem um enfoque territorial. Assim se tem a ideia do desenvolvimento territorial rural (DTR) onde se pode incluir a pequena agricultura portadora de desenvolvimento com uma rede de trocas comerciais articuladas a mercados dinâmicos competitivos. Pequenos negócios se inserem em outras escalas produtivas como o agronegócio familiar cuja força é local, no território.

> [O] desenvolvimento local e a operacionalização da pequena agricultura como um 'agronegócio familiar' visam fazer dos camponeses - e sua tradicional insurgência a esquemas opressores - sujeitos submissos, inofensivos e dóceis agentes da ordem mercadológica, construída a partir da dimensão local. (Fabrini, 2011, p.99).

Germani (2010), afirma que o plano de Desenvolvimento Territorial desvia dos conflitos agrários, onde a política de reforma agrária entra em conflito com a política de crédito fundiário, dando destaque para um conflito de identidade, "e o conflito é camuflado na busca do consenso" (Germani, 2010, p.3). Diante do avanço da territorialização do agronegócio sobre os latifúndios improdutivos, através do investimento em infraestrutura e mecanização agrícola, na criação de empresas rurais, aumentando a produção de *commodities* no país destaca que a "concepção de desenvolvimento do campo brasileiro, assentado na expansão do agronegócio, se sobrepôs ao projeto de desenvolvimento assentado na agricultura camponesa." (Roos, 2012, p.3). Assim, segundo o autor, se dispensou a reforma agrária e as mudanças da estrutura fundiária, nos anos de 1990, baseando-se na alta produtividade das grandes propriedades.

Destaca-se o apontamento de Montenegro Gómez (2007) sobre o desenvolvimento como religião da modernidade, como crença ocidental, verdades simples e rituais e signos. Olha-se para os mecanismos de verdade, o status e o poder de instituições e especialistas percebe-se as certezas do discurso do desenvolvimento, a destruição de relações arcaicas, a industrialização como via e a garantia do progresso.

> Fatores relacionados com a formação de capital: tecnologia, população e recursos, política fiscal e monetária, industrialização e desenvolvimento agrícola, intercâmbio e comércio. Também, fatores culturais: nível de educação e uma cultura orientada a incorporar os valores da cultura moderna. (Montenegro Gómez, 2007, p.43).

A relação entre os elementos citados cria os objetos que sustentam as verdades do desenvolvimento, são termos e categorias que classificam, hierarquizam e definem o papel de cada país no desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento é esvaziado de conteúdo e maleável na sua forma, se adaptando a várias demandas que vêm da sociedade desde seu surgimento na década de 1950. Assim se naturaliza incorporando dimensões "como as necessidades humanas básicas, o fomento da participação da população, a preocupação com o gênero e a etnia, com a sustentabilidade do sistema etc." (Montenegro Gómez, 2007, p.45).

Baseado no modelo da Terceira Itália, Montenegro Gómez (2007) destaca que criou-se o desenvolvimento territorial rural no Brasil,

> dinâmico, com vocação empreendedora, baseado em pequenos e médios empreendimentos, dotado de uma institucionalidade sensível e preparada para as demandas da iniciativa privada, [...] comunidade coesa [...], forte identidade territorial, profunda identidade produtiva, elevada mobilidade social e estreitos contatos com o mercado externo. (Montenegro Gómez, 2007, p.49).

Segundo o autor a categoria território assim assume papel essencial nessa organização, "consistente na agrupação de municípios com alguma identidade, seja produtiva, social, cultural etc., e com o objetivo de promover ações conjuntas que permitam seu desenvolvimento." (Montenegro Gómez, 2007, p.50).

A força local do território, destaca Fabrini (2011), vem do capital social, como as relações sociais favorecidas pela proximidade, que geram vantagens competitivas. Dessa forma se criam relações de cooperação e colaboração entre diversos atores sociais sem o confronto e oposição inviabilizando a dimensão de classes do território. Nas propostas de projetos para a área da Fazenda Capão do Cipó que implicam no despejo das famílias acampadas, tanto a proposta da CTP, do IFPR, ou da Prefeitura, se colocaram em nome de um desenvolvimento territorial integrativo que beneficiaria a região, porém ignoravam o projeto, com identidade de classe, em construção no local. Foram propostas que tinham uma identidade territorial forte no desenvolvimento da pecuária leiteira característica da região e que ignoravam os conflitos gerados pela mesma lógica (pobreza, endividamento, concentração fundiária, perda de soberania alimentar).

São projetos ligados ao desenvolvimento do capitalismo que destacam a participação do agronegócio na economia, do aumento da produção agrícola, com aumento de produção de alimentos e que geraria distribuição de renda (Roos, 2012). Por outro lado, destaca também o autor a contestação do agronegócio como via de desenvolvimento para o país, "caracterizado pela violência, exploração abusiva do trabalho, consumo de dinheiro público, lucro e apropriação de renda da terra." (Roos, 2012, p.4). A priorização da perspectiva dos primeiros implica na territorialização do agronegócio, a expulsão do campesinato sem considerar as consequências da concentração de terra.

Na perspectiva do desenvolvimento territorial, Fabrini (2011) destaca que os agricultores não são protagonistas de um pacto territorial formado pela rede de atores em uma região específica.

> Nessa interpretação ainda, o território possui uma perspectiva multidimensional e integradora dos diversos segmentos sociais. O território se constituiria numa síntese espacial que agrega diferentes sujeitos em uma coesão construída a partir do pertencimento a um determinado espaço. O sujeito se vê incluído e partícipe a partir do espaço, e não da classe ou categoria social a que pertence. (Fabrini, 2011, p.100)

O autor cita exemplos de políticas que foram criadas pensando na heterogeneidade territorial e desenvolvimento local sob uma perspectiva integradora e multidimensional do

território, a qual critica pois desvia as dimensões do trabalho e classe social, sendo o espaço como aglutinador que dilui as diferenças sociais e de trabalho de cada sujeito.

> A unidade dos sujeitos a partir da classe social fica escamoteada em nome de uma suposta unidade de camponeses, movimentos sociais, empresas, governos e trabalhadores, forjada a partir do território. [...] o que se desdobra numa despolitização de desideologização do território. (Fabrini, 2011, p.101).

Nesse sentido, o território não significa necessariamente participação democrática e igualdade, mas legitimação de decisões tomadas verticalmente. O autor exemplifica com a implantação dos orçamentos participativos onde se transferiu as decisões orçamentárias para as bases, porém, em muitos casos o poder público municipal impôs suas demandas enquanto a base legitimou o processo. "O território do desenvolvimento territorial rural, na verdade, é uma categoria aplainada, reduzida a instrumento técnico de planejamento. [...] está cortado à medida das necessidades de controle social e reprodução capitalista." (Montenegro Gómez, 2007, p.51).

Assim, Fabrini (2011) destaca a necessidade de uma interpretação classista do território baseada nas contradições sociais onde a classe ganha centralidade e as relações sociais de produção configuram o território, produto concreto da luta de classes. Dessa maneira, num contínuo da luta social, a lógica contraditória constrói e destrói formações territoriais fazendo com que frações territoriais "conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando regiões."(Oliveira, 2007, p.3 apud, Fabrini, 2011, p.102). Complementa o autor, que o território a partir das contradições fortalece a resistência camponesa e a ampliação das lutas contra a subordinação capitalista.

Entende-se que a perspectiva integralizadora do território parte de uma ontologia do Mundo de Um Mundo, mesmo que se considere a heterogeneidade, essa vai ser homogeneizada sob uma mesma perspectiva de território pautada pelas dimensões da produtividade e da lucratividade, a qual, num projeto de Desenvolvimento Territorial Rural, se desdobra em projetos de desenvolvimento local. "Questões como a cultura ou a preservação de tradições, que poderiam ser aspectos aglutinadores dos grupos sociais de um território, sob esse contexto de desenvolvimento são tidos em conta em função de seus resultados mercantis" (Montenegro Gómez, 2007, p.52). De outra maneira, a partir de uma ontologia do Mundo de Muitos Mundos reconhecer a autonomia da organização territorial na capacidade de decisão da comunidade sobre seu território, para que a mesma não seja determinada por uma perspectiva de

desenvolvimento alheia às contradições, conflitos, à multidimensionalidade e multiescalaridade.

Fabrini (2011) ainda destaca uma perspectiva neoliberal da emancipação na transferência de poder à sociedade civil a partir do desenvolvimento local dos territórios, colocando a responsabilidade sobre resolução de conflitos no âmbito local gerando uma desobrigação do Estado. Por outro lado, o território como espaço de decisão política não trata de um poder absoluto do Estado. Dessa maneira, segundo o autor, as decisões do Estado devem ser colocadas a serviço dos movimentos sociais e sociedade civil, ao contrário da ideia neoliberal.

Nesse sentido, o desenho territorial busca uma autonomia na decisão de como a organização territorial pode acontecer desde perspectiva da comunidade, ainda necessitando a atuação do Estado com políticas públicas de permanência e melhoria de qualidade de vida. Por outro lado, o conceito hegemônico de território mostra como pode favorecer o controle do Estado e do capital numa perspectiva de desenvolvimento. Entendemos que é necessário para isso uma perspectiva multidimensional e multiescalar que não se pretenda integralizadora a partir dos territórios mas que enxergue e reconheça a pluriversidade desses, desde os corpos-território, nas diversas formas de organização territorial, tendo os conflitos e as contradições como reveladores do controle hegemônico e da luta de classes. Que diante de um projeto alternativo ao desenvolvimento capitalista moderno como a Reforma Agrária Popular, constróem sentidos e significados transformadores do desenho territorial.

Por outro lado, no sentido contra-hegemônico, algumas perspectivas sobre o território camponês apontam especificidades da disputa por território entre o campesinato e o agronegócio, que inclui dimensões específicas que podem ser ampliadas desde a ontologia relacional dos corpos-território.

2.6.2 Território camponês, entre a apropriação do espaço e a conquista do território

Fernandes (2013) destaca o impacto de políticas territoriais na governança e vice-versa, onde a ação política tem vários desdobramentos, sendo necessário a compreensão da multiescalaridade e multidimensionalidade dessas políticas. Do contrário, ignorar essa diversidade de territórios é uma concepção reducionista que pretende o território como instrumento de dominação, normalmente, em favor do capital e desfavor de relações comunitárias e de empoderamento das comunidades rurais. “Intensifica-se, dessa forma, as

políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir." (Fernandes, 2013, p.198). Assim se estabelece a disputa territorial entre capital e campesinato onde, segundo o autor, definem propriedades diferenciadas com totalidades e relações sociais diferentes, assim como modelos de desenvolvimento. São "diferentes formas de propriedades privadas [que] disputam o território nacional." (Fernandes, 2013, p.198).

O autor define duas escalas territoriais, o primeiro território como espaços de governança, e o segundo território como frações do anterior, em diferentes tipos de propriedade. Esses territórios são disputados pelos dois modelos de desenvolvimento destacados pelo autor, do agronegócio, baseado na monocultura, trabalho assalariado, uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, e o campesinato, da agricultura familiar[81], da produção diversificada em pequena escala, trabalho familiar, baixa mecanização e, em maior parte, sem uso de agrotóxico. "Esses modelos disputam territórios, produzindo o segundo território no interior do primeiro território. A disputa do segundo território é a disputa do primeiro território." (Fernandes, 2013, p.199).

Fabrini (2011) destaca os assentamentos como forte expressão territorial, onde se territorializam os sem-terra, desterritorializando os latifundiários.

> Entretanto, é necessário observar que, embora o acampamento apresente conteúdo territorial, ele é uma etapa do processo de territorialização camponesa, pois é transitório, é busca. A ocupação é um pré-requisito para a territorialização mais intensa dos sem-terra materializada nos assentamentos, ou seja, o assentamento possui uma força territorial mais intensa porque o camponês possui maior domínio sobre o espaço. Assentar na terra é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço, o que conforma o território. (Fabrini, 2011, p.102).

O autor destaca o território em disputa, diante de um controle que não é total sobre o espaço, se verificando no mesmo, relações de exploração e dominação, mas também de solidariedade, comunidade, subsistência. "Nesse sentido, o território é um espaço em disputa em que uma classe apresenta-se hegemônica, mas não tem o domínio total." (Fabrini, 2011, p.102). Com ocupações e acampamentos, os camponeses buscam abrir brechas para a sua luta. "Através da organização, luta e resistência nos movimentos, os camponeses têm conquistado partes do território." (Roos, 2012, p.5). A conquista de assentamentos, pesquisados pelo autor,

[81] Embora colocados como sujeitos de um modelo de desenvolvimento oposto ao do capital, diferencia-se o campesinato da agricultura familiar, na medida que essa não mobiliza necessariamente as dimensões políticas de luta de classes essencial ao anterior, podendo existir uma agricultura familiar sob a lógica do desenvolvimento capitalista.

se deu com diversos momentos de ocupação por posseiros expropriados, inicialmente tentando reivindicar seus antigos locais de moradia, expropriados por uma madeireira. Com a organização do MST ocuparam, milhares de famílias, uma fazenda de 85.000 hectares de uma empresa do agronegócio, conquistando seus assentamentos. “Os assentamentos se constituem em conquista de partes do território do agronegócio e negam a concentração fundiária existente na região, apontando para a construção de um caminho diferente para o campo paranaense e brasileiro.” (Roos, 2012, p.7).

Segundo Fernandes (2000), os sem-terra como sujeitos da luta pela terra ocupam terras onde o “capital já se territorializou [...] As lutas por frações do território - os assentamentos - representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração.” (Fernandes, 2000, p.67). Assim se reafirma a perspectiva do território a partir da hegemonia estabelecida, de modo que o território disputado pelo movimento é o território do capital, ou, fragmentos desse território.

Diante da centralidade da apropriação do espaço, destaca-se a perspectiva da conquista do território como objetivo central dos movimentos socioterritoriais, entende-se assim a determinação de um distanciamento entre a apropriação do espaço e a conquista do território. Numa perspectiva linear, consideraríamos a apropriação do espaço para que em determinado momento, com o protagonismo de uma classe, na implementação do assentamento por exemplo, a conquista do território se concretize. Olhando para o MST se destaca a ocupação e luta pela terra para a conquista e reivindicação de frações do território, que garantem condições básicas de existência do campesinato.

Ao olhar para os movimentos sociais como categoria geográfica para análise teórica a partir da espacialização e territorialização, Fernandes (2000) busca compreender “processos que desenvolvem, espaços que constroem e territórios que dominam.” (Fernandes, 2000, p.59). A partir de estudos da década de 1990 destaca a tentativa de propor uma categoria geográfica, de onde surge o movimento socioespacial, para movimentos que tem como trunfo o espaço, sendo considerado um conceito muito amplo. Olhando para o MST o autor destaca que “Movimentos sociais que têm o espaço ou o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial.” (Fernandes, 2000, p.61). O autor sugere então a categoria socioterritorial.

Segundo Fernandes (2000), os movimentos territorializados seriam aqueles que "executam ocupações organizadas e espacializadas" (Fernandes, 2000, p.72), sendo essa condição determinada pela ação de militantes que possuem outras experiências em ocupações e ao construírem a mesma em outros lugares, espacializa a luta, que se territorializa na conquista do território.

> O significado de espacialização tem como referência a participação de trabalhadores, que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões, e, como militantes, espacializam essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento – a terra de trabalho [...] Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta. (Fernandes, 2000, p.72).

Fabrini (2011) destaca que com a conquista da terra as lutas se espacializam e se dá a territorialização camponesa, onde o território se torna base de onde se organizam as mesmas, tornando o território uma força dos movimentos sociais no campo. "As lutas camponesas se alimentam da força do território." (Fabrini, 2011, p.102). Esse território conquistado, chamado de território camponês, segundo o autor, potencializa as dimensões da cooperação, solidariedade e igualdade, recriando saberes perdidos na territorialização do latifúndio, resgatando valores comunitários, de solidariedade, reciprocidade e produção de subsistência.

Mesmo considerando a força territorial dos acampamentos, no estabelecimento de uma hegemonia que não é total, entende-se a força da conquista do território como horizonte, no assentamento, resultado de um esforço organizativo enquanto classe, o campesinato. Entendemos que essa perspectiva carrega uma linearidade na leitura que se diferencia desde a relacionalidade do território percebida no processo de planejamento na comunidade Maria Rosa do Contestado. Quando se construiu o processo de cartografia social manifestaram-se relações territoriais como um território apropriado, da mesma maneira as intervenções feitas sobre a zona de moradia, as proposta de distribuição do lote no "bingo" do Maria Rosa, a riqueza dos autodesenhos do lote e outras manisfestações durante o processo reforçaram a apropriação territorial, que se dilui na multidimensionalidade e multiescalaridade das relações desde os corpos-território.

Mesmo com a conquista dos assentamentos, Roos (2012) destaca que as disputas entre o campesinato e o agronegócio continuam, "a conflitualidade entre campesinato e agronegócio [continua] existente após a conquista da terra." (Roos, 2012, p.7). A conflitualidade

campesinato-agronegócio para dentro dos assentamentos, com assentados produzindo de forma convencional, com arrendamento para agricultores externos com plantio de soja e milho, e plantio de Pinus com venda para a empresa que outrora foi responsável pela expropriação de camponeses. Assim

> o assentamento é um território em disputa [...] Portanto, as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio não terminam com a conquista da terra.[...] indicam a territorialidade da agricultura capitalista (agronegócio) e a sujeição da renda camponesa nos assentamentos estudados. (Roos, 2012, p.9-10).

Fernandes (2013) afirma a necessidade de entender o território na sua totalidade, considerando sua multidimensionalidade e sua multiterritorialidade, ou seja, considerar suas dimensões política, econômica, social, cultural e ambiental. Nessa forma, sendo o território uma criação social, são vários os tipos, onde considerá-lo como único ignora a conflitualidade. Na superação do território como *uno* a partir da pluralidade de territórios o autor diferencia o território material (espaço físico) e o território imaterial (espaço social), os dois são indissociáveis e vinculados pela intencionalidade.

A conflitualidade, como conflitos, é indissociável do desenvolvimento na disputa territorial, mostrando as contradições do sistema capitalista. Segundo o autor, uma classe não se realiza no território de outra classe, sendo territórios distintos, com formas e relações sociais diferentes, no que exemplifica as relações voltadas à produção de mercadorias do agronegócio e as relações voltadas à existência e desenvolvimento da vida. Um aspecto transicional é entendido na leitura do autor na medida que afirma a totalidade para enxergar o território, entendendo-se um aspecto fechado na medida que uma classe não se realizaria no território de outra. Por outro lado, a conflitualidade abre para os cruzamentos entre os diferentes territórios na medida em que os conflitos permanecem, como visto em Roos (2012).

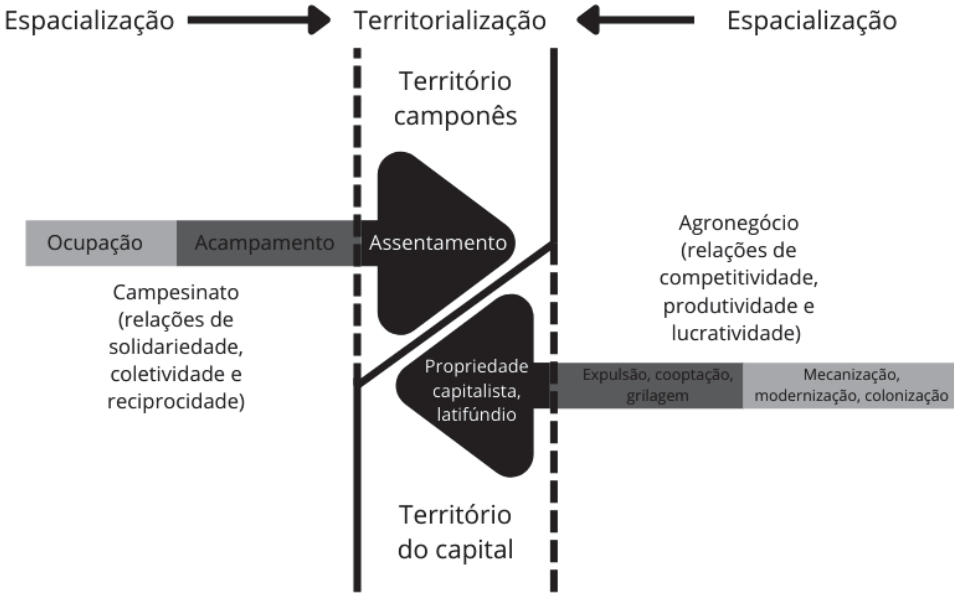
Quando o processo de planejamento se iniciou, 6 anos após a ocupação Fazenda Capão do Cipó, a viabilidade da permanência da comunidade como projeto de reforma agrária já havia sido evidenciada no processo jurídico com realizações que mostraram a consolidação de uma comunidade desde os primeiros anos com a produção de alimentos, com certificação orgânica e trabalho cooperado. Porém com conflitos internos, sem a participação total das famílias na produção e na construção coletiva, e externos, na ameaça de despejo e discriminação de outros grupos. Mesmo assim, não se entende a ausência de condições para não afirmar a realização da comunidade num território, em disputa, com a permanência do CTP na área e investidas institucionais para o despejo. Da mesma maneira, a consolidação da comunidade no que

entendemos como território impediu outras territorializações de grande impacto (projetos do IFPR, CTP e da Prefeitura). Entende-se que a relacionalidade ontológica olha para o entrecruzamento de territórios, sem necessariamente separá-los, mas entendendo sua coexistência. Nesse sentido, a perspectiva de conflitualidade estabelece diálogo com a relacionalidade na medida que os conflitos permanecem indicando o cruzamento e a sobreposição de mundos.

Resultado da ocupação, o acampamento foi colocado por Fernandes (2000) como espaço de transição, "demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta." (Fernandes, 2000, p.76). Diferencia o acampamento da ocupação, de modo que sem esse é mais difícil a conquista da terra, como os acampamentos na estrada. Mas se caracterizam como espaço de organização social e política onde busca-se atender necessidades básicas de manutenção. Resgata-se o contexto em que esse trabalho se insere, no abandono total das políticas de Reforma Agrária, o que gerou por necessidade e possibilidade da ampliação da consolidação territorial em acampamentos. Contexto que, como constatado, durante os estudos técnicos e processo de planejamento, amplia a perspectiva sobre a potencialidade do território das comunidades camponesas.

Fernandes (2000) afirma a diversidade de formas de acampamento, na medida que a realidade é diversa, e o acampamento, como espaço de resistência, mobiliza os processos de espacialização e territorialização. "Entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento (que configura a territorialização), desenvolve-se a espacialização." (Fernandes, 2000, p.79). Destaca-se na visão do autor a diferenciação do período de acampamento e assentamento em relação aos processos de espacialização, mais próximo daquele, e territorialização, mais próximo desse, sem necessariamente uma divisão seca. O processo de luta do acampamento Maria Rosa do Contestado, no contexto específico, nos motiva a entender a territorialização desde o início do acampamento, desde o estabelecimento de relações entre os corpos-território camponeses, entre si, com a terra (em todas suas manifestações não-humanas) e outros grupos que marcam presença na área seja de forma contrária ou a favor. Assim se entende uma diluição do processo de territorialização assim como a diluição da diferenciação entre a espacialização, a apropriação do espaço e a conquista do território.

FIGURA 80 - Disputa territorial entre campesinato e agronegócio.

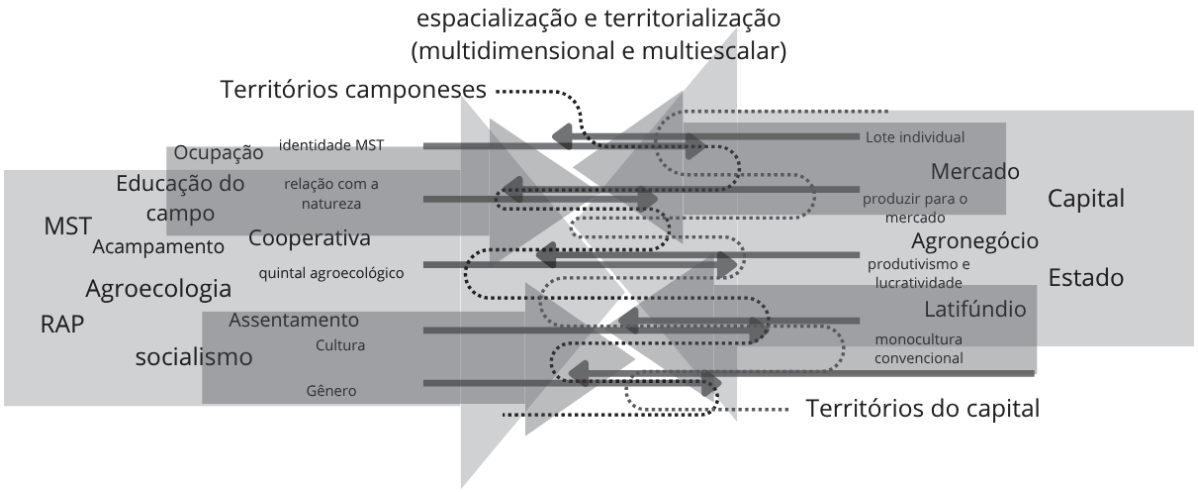


Fonte: O autor.

A disputa de território entre o campesinato e o agronegócio aponta para um jogo de forças na luta de classes cujos respectivos territórios se estabelecem na hegemonia de uma classe ou outra, na conquista do assentamento para o território camponês e no latifúndio e propriedade privada capitalista do agronegócio para o território do capital. A figura 80 destaca um aspecto da leitura a partir de Fabrini (2011), Roos (2012) e Fernandes (2000; 2013) que identifica momentos de espacialização e territorialização diferenciados, entre o acampamento e o assentamento, que entendemos como uma certa linearidade. A linha contínua vertical do gráfico mostra a tensão entre o agronegócio e o campesinado, como forças opostas na luta de classes que se espacializam em processos específicos e, de acordo com a disputa, se territorializam. A linha tracejada ilustra o momento de conquista do território, sem uma divisão seca mas mais próxima da territorialização do que a espacialização.

Fazemos o destaque desse aspecto não como uma classificação dessas perspectivas mas para diferenciá-las da perspectiva relacional que adotamos no planejamento territorial popular. Mas também há dimensões de diálogo no reconhecimento da conflitualidade, da multidimensionalidade e multiescalaridade da territorialização que entendemos que se amplia na relacionalidade dos corpos-território.

FIGURA 81 - Disputa do território numa perspectiva relacional.



Fonte: O autor.

A disputa se multiplica e se complexifica na medida que pode se dar entre diferentes dimensões e escalas, em arranjos escalares, onde o território ganha sentidos e significados específicos, os quais a realidade concreta de um contexto pode mostrar. Longe de querer esgotar as dimensões e escalas da disputa entre agronegócio e campesinato a figura 81 tenta ilustrar a multidimensionalidade nos diversos termos de processos e aspectos das diferentes territorializações e a multiescalaridade nas diversas setas e tamanhos que se sobrepõem configurando limites variáveis e abertos entre os tipos de território onde a espacialização e a territorialização coexistem e acontecem simultaneamente. Nesse "multi" arranjo da disputa de forças cada perspectiva de território mostra um recorte de escala e dimensão, contribuindo para a sua compreensão.

2.6.3 Múltiplos territórios na imbricação de perspectivas

Olhando para as disputas e conflitos entre os grupos hegemônicos e subalternos no contexto da luta por terra e território Haesbaert (2021) entende que "Frente a um "paradigma territorial hegemônico", esteio do modelo extrativo agro-exportador dominante, seria possível identificar um "paradigma (multi)territorial contra-hegemônico"" (Haesbaert, 2021, p.131). Bem como frente a uma ontologia do Mundo de Um Mundo é possível identificar uma ontologia do Mundo de Muitos Mundos. Assim,

> através de configurações distintas de poder – onde a dimensão simbólico-afetiva do poder tem grande relevância, constroem seus territórios a partir de outra abordagem epistêmica e de outras práticas socioculturais, em maior ou menor grau subversoras daquelas de matriz europeia propagadas pelos grupos/classes hegemônicos (Haesbaert, 2021, p.132).

O multi apontado pelo autor tem uma dinâmica de coexistência que forma a densidade espaço temporal onde as diversas dimensões territoriais, cujo entendimento tende a se fragmentar sobre uma leitura linear exclusivamente racional, de outra maneira podem ser entendidas na sua relacionalidade. Assim entende-se que se abre a perspectiva para uma multiplicidade de formas de organização territorial que se soma ao giro territorial, apontado por Cruz (2013), no surgimento de "novas" vozes na luta por território, diversificando os sujeitos que até então eram enxergados como camponeses, ampliando para noção de uma perspectiva ontológica da luta incluindo a multiterritorialidade relacional.

Pereira (2021) parte da complexificação da questão agrária, como processo múltiplo de sujeitos e territórios, onde o mundo rural brasileiro é diversificado e polissêmico. No debate clássico sobre a questão agrária a autora destaca que a contradição se explicava pela oposição camponês e latifundiário, priorizando a dimensão econômica e a força produtiva do espaço agrário, numa visão "estática, positivista e utilitarista. Nessa perspectiva, o local é tido como dado, natural, a-histórico e não institucional ou socialmente construído." (Pereira, 2021, p.4). Outra abordagem, na reprodução das relações não capitalistas dentro do capitalismo como a contradição necessária do mesmo, dá visibilidade à resistência e a reinvenção do campesinato no campo. Destaca assim o conflito como algo imanente das relações sociais e de poder, na imposição de um único modo de vida sobre o espaço, juntando múltiplas territorialidades em contradição onde os conflitos "vão além, são simultaneamente lutas por sentidos culturais" (Pereira, 2021, p.5).

Fernandes (1998) também indicava a necessidade de ampliar os sentidos dos conflitos, onde

> a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da terra de trabalho - a propriedade familiar. Vai em direção à construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. (Fernandes, 1998, p.11).

O autor destaca a forma organizativa do Movimento, a qual é construída a partir do cotidiano da luta pela terra. Entende-o, diante da sua complexidade, que essas "lutas se dimensionaram para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico: educação, saúde, política agrícola etc." (Fernandes, 1998, p.27).

Com o giro territorial (Cruz, 2013) na década de 1980, Pereira (2021) destaca a necessidade e emergência de novas categorias de sujeitos em um mundo que mudava suas configurações, onde "a cultura passa a ser entendida como novo recurso econômico (capitalizado pela via dos projetos), gerando demandas por recriação de identidade. Assim, a cultura comunitária é incorporada no âmbito institucional." (Pereira, 2021, p.8). São atualizações que mobilizam dimensões étnicas e culturais que pertencem à comunidade, "ancestralidade, parentesco, cultura material e proximidade face a face em contextos relacionais interior/exterior" (Pereira, 2021, p.9). Cruz (2013) se refere a sujeitos que eram categorizados como camponeses, e a partir daí a afirmação da identidade e do território configuram novos conflitos no campo, ampliando a complexificação da questão agrária ou, como Roos et al (2021) trazem, a atualização da questão agrária. São

> novos valores e renovados repertórios, entre os quais o direito ao meio ambiente (especialmente à floresta), à identidade e ao território tomam destaque junto a reivindicações por reforma agrária, direitos trabalhistas e previdenciários e à luta de posseiros, trabalhadores e pequenos produtores rurais e sem-terra. (Pereira, 2021, p.10).

Porto-Gonçalves (2012) destaca a questão ambiental pautada desde a América Latina traz uma ressignificação do território, ou dos territórios, tirando essa categoria do domínio do estado nação, mostrando que nele permanecem diversas territorialidades e é sua colonialidade interna que invisibiliza os mesmos. A apropriação material acontece com sentido cultural e simbólico imerso em relações de poder, por isso, "apropriação da natureza é acompanhado, ao mesmo tempo, por uma tensa e intensa luta pelos sentidos a ela atribuídos. Nesse sentido, a natureza e a cultura são politizadas." (Porto-Gonçalves, 2012, p.35).

Os movimentos sociais ampliam suas redes e capacidades de articulação defendendo o direito ao território.

> Atualizam a história de longa duração e enriquecem o pensamento contemporâneo, sobretudo o debate no campo crítico ao capitalismo ao ampliarem o debate sobre a terra, como a questão camponesa é pensada na tradição marxista, ao colocarem a questão dos territórios. (Porto-Gonçalves, 2012, p.39).

Nessa reivindicação estão as práticas que dão sentido, a cultura, e por isso, a centralidade territórios-territorialidade-territorialização, evidenciando a crise civilizatória, e oferecendo "outro horizonte de sentido para a vida." (Porto-Gonçalves, 2012, p.44). No mesmo sentido, Haesbaert (2021) amplia a noção de território em contraposição à perspectiva hegemônica.

> Dos movimentos sociais urbanos aos povos originários, invoca-se o território não como simples espaço "sob controle", "de segurança física", mas também como espaço de vivência e apropriação simbólica. [...] grupos de longa data transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas em um sentido distinto àquele de muitos grupos hegemônicos, o do território como território de vida (humana e não-humana), condição da própria existência do grupo. [...] concepções territoriais específicas do espaço latino-americano, sobretudo enquanto categoria da prática – mas também como categoria analítica (Haesbaert, 2021, p.139).

Diante de uma concepção de um espaço sem corpos que significa a violência sobre os mesmos, para fins de dominação, diante do apagamento da vida que ali existe, Haesbaert (2021) destaca, na necessidade da relação corpo-território-terra, a importância da dimensão afetiva como constituinte do território, que resulta do encontro e interação entre corpos. Assim, o desenho territorial significa também afetar, no duplo sentido de afetar e ser afetado, no que Haesbaert (2021) destaca a necessidade de repolitizar o cotidiano a partir do corpo.

> As conquistas autonomistas através desse sentir-fazer cotidiano-local, ainda que aparentemente pequenas, proporcionam os primeiros e cruciais impulsos para o avanço em direção a outras escalas de emancipação. [...] O elo entre território e corpo inclui, de fato, diversas modalidades de (inter)relações (se é que podemos falar de "relações" para um vínculo tão íntimo) e escalas de interpretação. (Haesbaert, 2021, p.179-180).

A perspectiva da multiterritorialidade tem muita força desde a América Latina, desde as cosmovisões dos povos originários, que ganham destaque na formação dos Estados plurinacionais (Bolívia e Equador) onde, destaca o autor, se forma uma imbricação entre o "prático-subalterno" e o "normativo-hegemônico", onde os territórios indígenas como espaços de autonomia, se destacam na reprodução da vida com relaçòes entre humanos e não-humanos, se opondo à perspectiva racional do território do estado capitalista, propondo em oposição uma "visão cosmocêntrica e relacional". Assim se dá o "uso da expressão "território" pelos indígenas, como tradução à língua colonial (no caso, o espanhol) das múltiplas concepções por eles utilizadas." (Haesbaert, 2021, p.136).

Assim reafirmamos o caráter imbricado do processo de desenho territorial entre perspectivas ontológicas de mundos e territórios. Dessa maneira o desenho territorial não parte de uma ideia de território previamente fixada mas que vai se construindo desde a prática da comunidade e relações que estabelecem numa multidimensionalidade e multiescalaridade. Por isso, é importante entender o caráter imbricado na medida que uma multiplicidade de territórios se relacionam no entendimento da realidade.

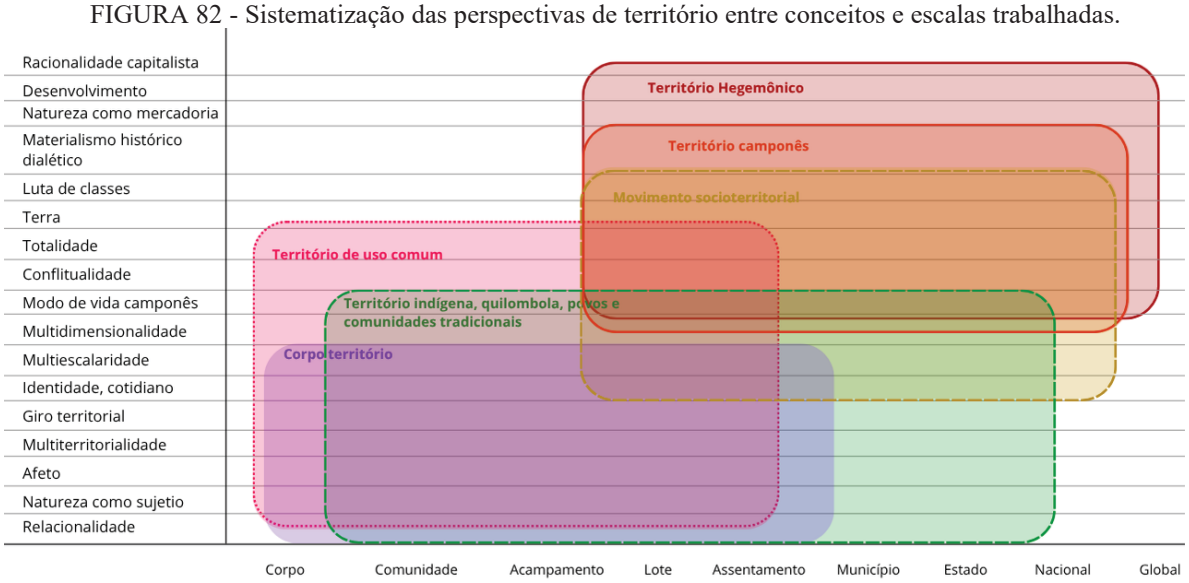
Não se trata de uma visão dicotômica entre tradicional/conservador e pós-moderno/progressista, mas sim categorias ambivalentes que conformam novas modalidades, como destacou em Haesbaert (2014), que transforma positivamente a territorialidade do Estado, como uma espécie de biopolítica desde baixo (Haesbaert, 2021). “Coloca-se em prática, de alguma forma, a territorialização ao mesmo tempo como domínio jurídico-político, usufruto econômico e apropriação simbólico-cultural do espaço” (Haesbaert, 2014, p.149).

Entende-se a potencialidade de um processo imbricado de diálogo na medida que a racionalidade moderna capitalista do mundo de um mundo é protagonista nas relações com o Estado de modo que favorece a proteção da propriedade privada sob a lógica do capital, da produtividade e da renda da terra, desconsiderando outras formas de organizar o território. Construir um caminho que reconheça essas outras formas de organização territorial requer o diálogo com aquela racionalidade desde a noção de subversão e aproveitamento das brechas que se formam desde as próprias contradições do capital e das conquistas do processo histórico de luta. O caminho do desenho territorial se dá entre a autonomia da decisão da comunidade sobre seu território (prático-subalterno) e a racionalidade hegemônica (normativo-hegemônico), no seu imbricamento.

A figura 82 mostra uma sistematização desse diálogo cruzando conceitos e escalas posicionando recortes nesse imbricamento de perspectivas sobre o território que contribuem com aspectos do contexto trabalhado nesta tese (território hegemônico, território camponês, movimento socioterritorial, territórios indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais e corpo território) e a ser trabalhada (território de uso comum). Numa leitura que mobiliza o território como: 1) hegemônico, da racionalidade capitalista, voltada a dimensão econômica e produtiva, que influencia na escala global até o lote, olhando para as implicações do Desenvolvimento Territorial Rural e suas contradições; 2) camponês, como totalidade, em constante conflitualidade desde a resistência da vida camponesa a partir de relações de solidariedade, reciprocidade e cooperativismo, desde o materialismo histórico dialético, da luta de classes, na luta pela terra; 3) movimento socioterritorial, incluindo a escala do acampamento, cada vez mais percebida pela sua multidimensionalidade e multiescalaridade na emergência de múltiplos sujeitos da luta com múltiplas identidades que constroem a luta desde o seu cotidiano; 4) giro territorial da luta pela terra e por territórios (indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais) ampliando as relações como ontológicas onde tudo é humano; 5) giro multiterritorial, passando a considerar a escala da comunidade, na multiplicidade de

corpos-território que constroem territórios com afeto e relacionalidade. Esse deslocamento vai em direção à perspectiva de um território de uso comum que vai considerar as escalas do corpo ao assentamento, sem deixar de dialogar com outras escalas desde a perspectiva dos outros territórios.

FIGURA 82 - Sistematização das perspectivas de território entre conceitos e escalas trabalhadas.



Fonte: O autor.

Na medida que o território permeia tudo, sua qualificação indica o recorte específico a ser tratado, entre múltiplas perspectivas e sua coexistência. No deslocamento do território hegemônico aos corpos-território destacamos um território de uso comum (a ser trabalhado no capítulo 3) que emerge das relações territorializadas que transbordaram a materialidade do desenho territorial das áreas de moradia entregue na primeira etapa do planejamento territorial popular na comunidade Maria Rosa do contestado.

> Essa articulação entre corpo e território, de modo mais amplo, "coloca no centro o comunitário como forma de vida", permitindo abordar o território em múltiplas escalas [...] falar em corpo-território é "pensar em como nossos corpos estão unidos aos territórios que habitam", o território, a partir das disputas de poder, visto também como "o espaço habitado", enfatizando que o corpo é o nosso território. (Haesbaert, 2021, p.175)

Nesse sentido, a segunda etapa do planejamento vai buscar os sentido do comunitário na organização territorial da comunidade. Ampliando a racionalidade do processo e o sentido do uso comum do território. Buscamos ampliar assim a noção da vida comunitária na ampliação no sentido dos bens comuns, caracterizando dessa maneira a proposta, a partir do desenho territorial, de um território comum.

Capítulo 3 - Planejamento Territorial Popular no acampamento Maria Rosa do Contestado, 2ª fase, e a construção do comum.

No segundo semestre de 2022 iniciou-se o processo de planejamento voltado das áreas comunitárias na comunidade Maria Rosa do Contestado. Foram cinco oficinas mensais para discutir a funcionalidade das estruturas produtivas coletivas existentes e o zoneamento de uma segunda área comunitária. Nesse sentido, vai se apontar o debate para o aprofundamento da relacionalidade da comunidade em seu território na construção coletiva a partir dos consensos e dissensos comunitários mediados pelo desenho territorial. O processo buscou compreender e territorializar o(s) sentido(s) comunitário(s), ampliando as relações com a comunidade em seu território, fazendo caminhadas pelo mesmo, conversando mais de perto com as famílias, com uma vivência mais extensa numa oficina de dois dias, compartilhando práticas sociais e culturais.

A etapa comunitária do planejamento iniciou enquanto o processo jurídico estava finalizando, com a manifestação dos posicionamentos a favor da manutenção da comunidade na área, logo após a entrega do segundo estudo técnico. Também se marca o contexto de transição política com o início do terceiro mandato presidencial de Lula com amplas sinalizações positivas para a reforma agrária. No contexto estadual, no INCRA-PR, se tem o retorno do superintendente que atuou nos primeiros mandatos do presidente Lula com uma postura de diálogo mais próxima das comunidades de reforma agrária. Com seis meses passados desde a entrega da primeira etapa na organização das áreas de moradia a proposta estava sendo implementada pela comunidade, tirando o peso da incerteza sobre a moradia das famílias. Com alguns aspectos já manifestados na primeira etapa sobre usos possíveis de áreas comunitárias, a segunda etapa buscou aprofundar e sistematizá-los para a construção de uma proposta final que complementasse as discussões sobre as áreas de moradia.

Ao longo das oficinas as relações que a comunidade estabeleceu no território vão surgindo no debate sobre o sentido comunitário, abrindo possibilidades para sua organização e territorialização. Esse movimento de abertura de possibilidades ocorre em paralelo com a necessidade de fechamento e definição de uma proposta final de desenho, caracterizando um processo imbricado entre movimentos contraditórios e complementares. Assim se organiza uma proposta que busca na relacionalidade do comum, ou seja, nas relações que constroem os sentidos comunitários, uma forma de organização territorial que configura uma alternativa à

racionalidade moderna do capital e o cercamento pela propriedade privada capitalista, com foco na produtividade e lucratividade da terra.

A construção da proposta de um território comum implica num processo de planejamento do comum cuja materialidade dá suporte para as ressignificações das relações comunais para um futuro possível, além e apesar da racionalidade moderna capitalista. Nesse sentido, o capítulo 3 descreverá os debates levantados e sistematizados em cada oficina na construção da proposta de desenho territorial das áreas comunitárias, apontando diálogos com o debate sobre o comum e as relações territorializadas na organização da comunidade.

Destacamos o tensionamento da relação espaço e tempo, vista também no capítulo 2 (Haesbaert, 2021; Porto-Gonçalves, 2002), com a hipótese sobre a construção das identidades de gênero de Gonzalo (2000), dialogando com a importância dessa dimensão nos debates gerados nas oficinas, constatada na mobilização do comum a partir dos cuidados e da reprodução da vida (Ciocoletto et al., 2005; Federici, 2014). Assim, a territorialização das relações do comum são percebidas como bens e usos compartilhados (Hess e Ostrom, 2016) como um fazer comum (Rocha 2021), como relações e vínculos sociais (Federici, 2022; Zibechi, 2015). Complementa-se a caracterização do comum num processo imbricado na modernidade capitalista (Madrilonia, 2011; Rocha, 2021; Gutiérrez, 2017, Federici, 2022)

Finalizamos o capítulo com as dimensões e aspectos do processo marcado pela relacionalidade imbricada num contexto institucional da política de reforma agrária, disputando a garantia da comunidade, no uso comum do território, com a lógica da propriedade privada capitalista.

3.1 Planejamento das áreas comunitárias e seus sentidos

Quando o processo de planejamento começou, a comunidade concentrava suas atividades comunitárias na infraestrutura produtiva que já existia na Fazenda Capão do Cipó, com galpões, e estruturas administrativas (referenciada como barracão). Além dessa área existia outra onde ficava o chiqueiro (chiqueirão) provisório que também possuía outras estruturas (construções de alvenaria e uma casa de madeira) que foram utilizadas para criação de porcos, sendo desativadas no futuro. Durante o planejamento das áreas de moradia (1ª etapa) sugestões de atividades comunitárias foram feitas em sua maioria concentradas em torno da primeira área e algumas apareceram na segunda. O debate se iniciou na compreensão dos usos atuais e futuros entre as duas áreas, mas também em todo o território.

3.1.1 Entendendo o sentido do comunitário (1ª oficina)

O primeiro encontro com a comunidade foi um momento de retomada, apresentação dos trabalhos já construídos na primeira fase e diálogos iniciais sobre o significado de comunitário, entendendo as funções comunitárias dos espaços já utilizados e a serem utilizados, dialogando sobre as necessidades da comunidade. A perspectiva da conversa se deu no sentido de entender o uso comunitário de forma ampla, para além dos espaços específicos já evidenciados no processo. Os debates foram feitos por grupos, homens e mulheres, com o objetivo de direcionar o debate, mas também para aumentar a possibilidade de mais vozes serem ouvidas. Esse aspecto é mais marcante na divisão por gênero, na medida que os homens tendem a se manifestar mais em espaços de diálogos mistos devido às estruturas patriarcais da sociedade.

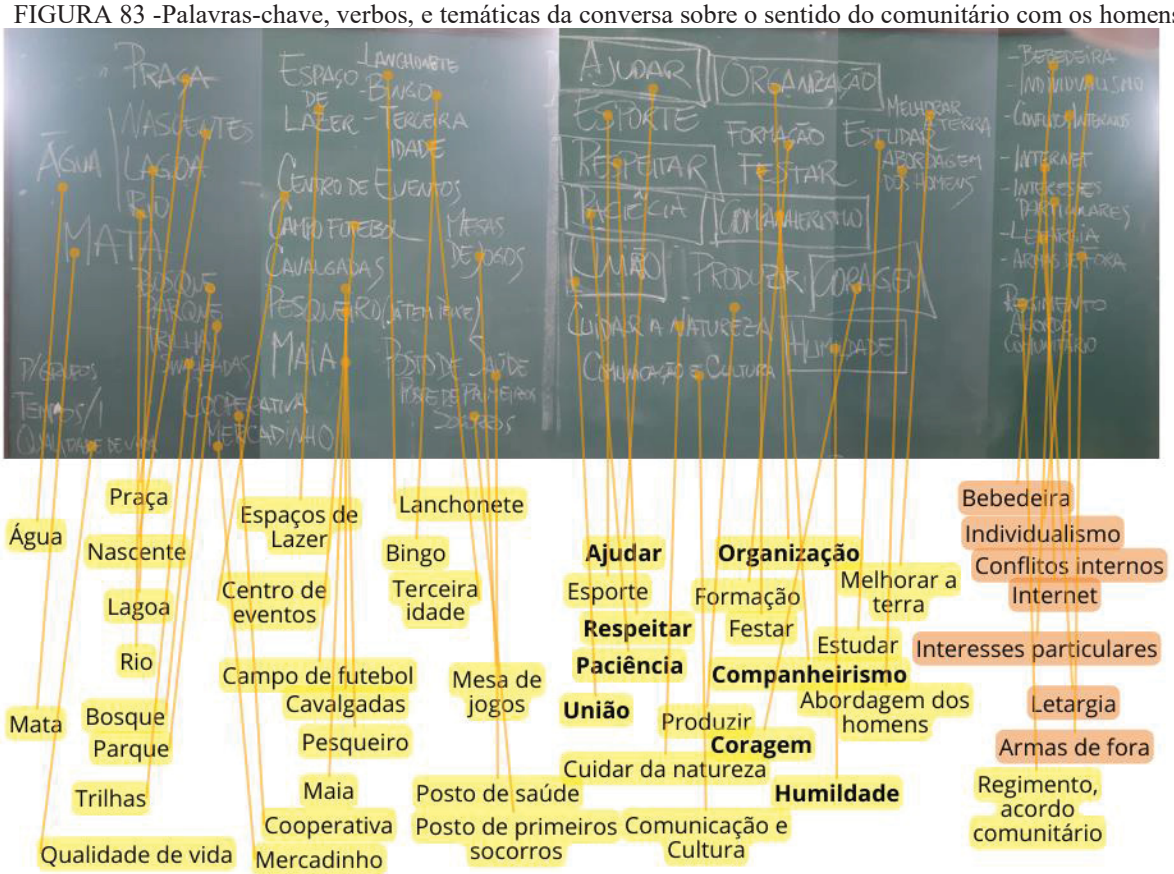
Como visto na primeira fase, o recorte de gênero tende a evidenciar dimensões específicas das relações comunitárias onde os homens aparecem mais relacionados à produção mais extensa e as mulheres à dimensões do cuidado (Monnerat, 2019; Pereira, 2023). Na leitura de Gonzalo (2000) sobre a construção de identidade de gênero, onde o feminino se constituiu na vinculação com o espaço, correspondendo a ausência de individualização e o movimento para alcançar posições de poder e controle sobre seus destinos, esse aspecto é percebido na manifestação da dimensão do cuidado e da transversalidade dos debates de gênero nas oficinas.

Os diálogos da primeira oficina foram registrados a partir de verbos e temáticas chaves (figuras 82 e 83) que evidenciaram a multidimensionalidade das relações comunitárias, com alguns aspectos se diferenciando entre os homens e as mulheres. No debate com os homens se destacou o uso dos recursos naturais, no sentido de cuidado com a natureza e lazer, mas, por outro lado, também destacaram-se os conflitos de convívio que, por sua vez, contrastam com verbos e aspectos mais amplos de motivação para construção de um sentido coletivo. O caráter exacerbado da individualização das relações introduzido pela modernidade na priorização do tempo (Gonzalo, 2000), típica do mundo de um Mundo (Escobar, 2018), é contraposto com a construção coletiva, associada à vida comunitária.

A vida em comunidade como resistência e alternativa à modernidade, ao capitalismo, tem seus sentidos buscados principalmente nas práticas de povos e grupos referenciados como pré-modernos que mantém seus modos de vidas pulsantes atualmente, diante da modernidade. Buscar esses sentidos não é um retorno ao passado, mas sim compreender elementos que se

ressignificam na atualidade para criar caminhos alternativos (Silva, 2024). O passado comunal nas práticas do campesinato como alternativa e oposição aos modelos hegemônicos são apontados por Roos (2012) e Fabrini (2011). São aspectos que se relacionam aos bens comuns como recursos compartilhados por grupos sociais, em diversos formatos e escalas, com elementos de "ação coletiva, auto-governo e capital social" (Hess e Ostrom, 2016, p.30, tradução própria). Para além dos recursos compartilhados trata-se também das práticas, usos e vínculos estabelecidos de forma comunitária (Zibechi, 2015) a partir de um fazer comum (Rocha, 2024). Assim, sem comunidade não há comum, como relações sociais de cooperação, reciprocidade e responsabilidade, marcadas pela heterogeneidade (Federici, 2014 e 2022).

FIGURA 83 -Palavras-chave, verbos, e temáticas da conversa sobre o sentido do comunitário com os homens.



Fonte: Adaptado de PLANTEAR, 2022.

O sentido do comunitário foi percebido pelos homens (figura 83) na sua diversidade de formas, como recursos e espaços compartilhados ("Água", "Praça", "Nascente", "Lagoa", "Rio", Maia[82]", "Bosque", "Parque", "Trilhas", "Espaços de Lazer", "Centro de Eventos", "Campo de Futebol", "Lanchonete", "Pesqueiro"), como usos e práticas de lazer ("Cavalgadas", "Bingo", "Mesa de Jogos", "Maia", "Festar"), de produção ("Cooperativa",

[82] O jogo de Maia ou Malha, é um jogo tradicional na área rural, de origem portuguesa, onde os jogadores lançam discos com o objetivo de acertar pinos posicionados em uma cancha de terra ou areia.

“Mercadinho”, “Produzir”, “Melhorar a terra”), de educação e cultura (“Formação”, “Estudar”, “Comunicação e Cultura”), como infraestrutura de saúde (“Posto de Saúde”, “Posto de primeiros socorros”). Os desafios da construção coletiva (“Ajudar”, “Organização”, “Respeitar”, União”, “Companheirismo”, “Coragem”, “Humildade”) se acentuam no contraste com os conflitos comportamentais da individualidade (“Bebedeira”, “Individualismo”, “Conflitos internos”, “Internet”, “Interesses particulares”, “Letargia”, “Armas de fora”).

Entre aspectos que entram em tensão, a construção coletiva e o individualismo, criam-se muitas mediações, cuja necessidade foi manifestada na necessidade de um “Regimento, acordo comunitário”. Não houve, de outra maneira, a manifestação de uma hegemonia coletiva ou da hegemonia do indivíduo. Na construção da comunidade essa é uma mediação que pode contemplar, de forma flexível, os dois aspectos sem que as necessidades individuais comprometam a construção coletiva (Bleil, 2024). Rocha (2021) aponta o comum, que vemos manifestados nas sistematizações, construídos apesar da divisão entre público e privado, reforçando a possibilidade de uma mediação imbricada na tensão individual-coletivo, aberta e inacabada (Rufino, 2017)[83].

Ainda se destaca o “Cuidado com a natureza” no debate com os homens, que caracteriza uma noção da dimensão do cuidado. A retomada da relação com a natureza, expulsa da modernidade (Souza Filho, 2015), se configura como um caminho para o comum, a relação estreita entre o corpo e a natureza foi destruída com a modernidade (Federici, 2022) , hoje separados numa lógica binária. Embora apareça mais ligada ao lazer, no debate dos homens, do que com a reprodução da vida, esse aspecto é mais evidente no debate com as mulheres. Destacaram-se no sentido comunitário desse grupo, o cuidado com as crianças, os espaços de conversa como a rua, o ponto de ônibus escolar, a roda de chimarrão e o galpão da comunidade onde têm acesso à internet. Indicaram a necessidade de espaços para práticas de cuidado e estudo, parques para as crianças, bancos em espaços com árvores, uma academia ao ar livre, e a necessidade de retomada do grupo de mulheres para trocas. Reforçaram a dificuldade com o ônibus das crianças, sendo a espera do mesmo um momento de encontro das mães.

Numa perspectiva feminista, Federici (2014), sob a ótica da crítica à discriminação sexual, coloca a luta sobre o trabalho reprodutivo mais dependente do comum, o que historicamente é verificado, na defesa dos espaços comunais, assim como a maior violência contra as mulheres. Ciocoletto et al. (2005) destacam que a família baseada no papel

[83] O autor, mais presente no capítulo 4, traz a perspectiva do cruzamento entre mundos, sem desconsiderar qualquer significado, para a criação de possibilidades.

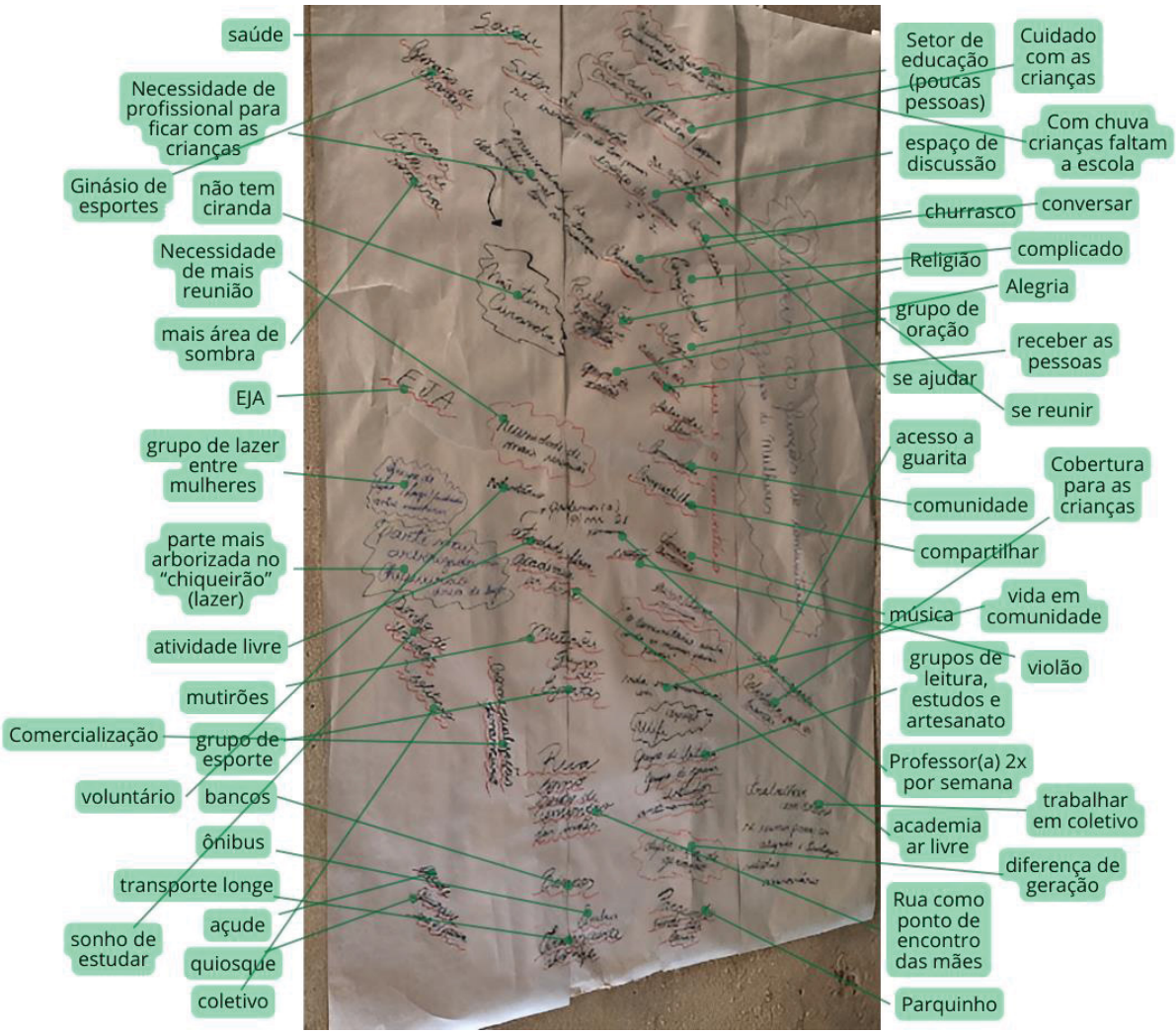
sustentador do homem e do papel de senhora do lar e do culto a maternidade da mulher surge como uma ferramenta importante de controle patriarcal, conceito que existia desde o fim da idade medieval, e que ganha força especial com a industrialização. Aliada a outras estruturas, a família moderna confina a mulher ao espaço privado doméstico. Ulloa (2020), desde o ambientalismo feminista, destaca que existem críticas sobre a essencialização da natureza com a feminilidade, ou da associação entre as duas, pois historicamente o cuidado foi uma tarefa delegada à mulher pelo patriarcalismo. Mas também existem perspectivas sobre o cuidado, à vida, e aos não humanos como forma de resistência às relações desiguais de gênero que provocam destruição ambiental. As práticas comunais de mulheres "constituem um contrapoder tanto no espaço doméstico como na comunidade e abrem um processo de autovalorização e autodeterminação sobre o qual temos muito que aprender." (Federici, 2014, p.152).

Essa divisão das funções binárias em função do sexo fez internalizar valores, como identidade de gênero, se tornando um caráter universal de vínculo social. Desenvolvem-se assim diferentes atitudes perante a vida, onde as mulheres são incentivadas a papéis afetivos e expressivos para conservação do grupo social e os homens a papéis instrumentais que transcendem a interação imediata.

> Entende-se, assim, que a identidade de gênero masculina contém em si a individualidade, a possibilidade de conceber um homem, entre outras coisas, por ser mais individualizada que a mulher. Contudo, a identidade deste último é, em essência, relacional e coletiva, razão pela qual é contraditória com o desenvolvimento da individualidade. Uma mulher individualizada é, no esquema de gênero, um conceito contraditório e, portanto, pelo menos inevitavelmente conflituoso. (Gonzalo, 2000, p.26, tradução própria[84]).

[84] *Se comprende así que la identidad de género masculina contiene en sí misma la individualidad, la posibilidad de concebirlo varón, entre otras cosas, porque se es más individualizado que una mujer. Sin embargo, la identidad de éstas últimas es, en escencia, relacional y colectiva, por lo que resulta contradictoria con el desarrollo de la individualidad. Una mujer individualizada es, en el esquema de género, un concepto contradictorio y por ende, al menos inevitablemente conflictivo.*

FIGURA 84 - Palavras-chave, verbos, e temáticas destacadas na conversa sobre o sentido do comunitário com as mulheres.



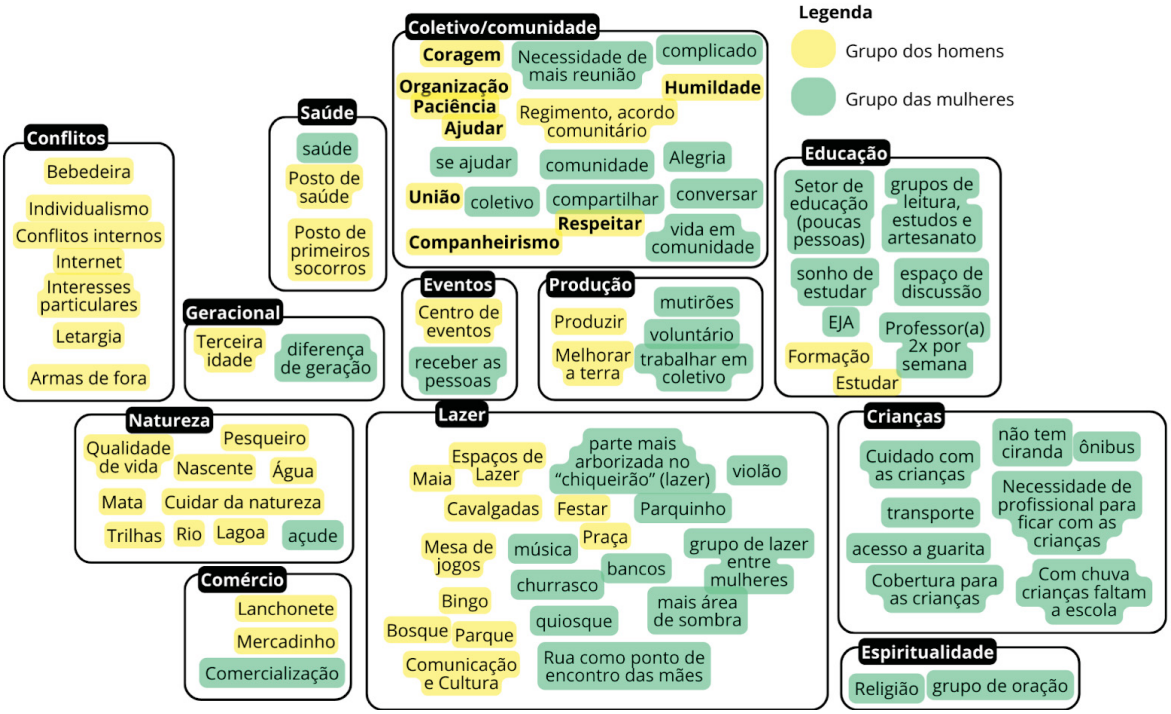
Fonte: Adaptado de PLANTEAR, 2022.

Os sentidos do comunitário, no diálogo com as mulheres (figura 84), se manifestaram também como recursos e espaços compartilhados (“açude”, “quiosque”, “rua”, “espaço de discussão”, “Ginásio de esportes”, “parquinho”, “parte mais arborizada no chiqueirão”, “academia ao ar livre”, “mais área de sombra”), como práticas de saúde, de lazer e espiritualidade (“grupo de esporte”, “música”, “churrasco”, “conversar”, “grupo de lazer entre mulheres”, “grupo de oração”, “Religião”), de formação (“sonho de estudar”, “professor(a) 2x por semana”, “grupos de leitura, estudos e artesanato”, “violão”, “EJA”, “Setor de educação”), de produção e ação coletiva (“Comercialização”, “atividade livre”, “mutirão”, “voluntário, “se ajudar”, “comunidade”, “compartilhar”, “vida em comunidade”, “trabalhar em coletivo”, “se ajudar”) pautada por relações de solidariedade e reciprocidade. A dimensão do cuidado numa perspectiva de manutenção e reprodução da vida se manifestou de forma concreta, principalmente no “Cuidado com as crianças”, (“Necessidade de profissional para ficar com as crianças”, “não tem ciranda”, “bancos”, “ônibus”, “transporte longe”, “Com chuva crianças

faltam à escola", "Cobertura para as crianças"). Também no acolhimento e na disposição para o comunitário ("comunidade", "vida em comunidade", "receber as pessoas", "Alegria", "Necessidade de mais reunião"), e nos desafios da construção da comunidade ("complicado").

Percebeu-se que a partir do sentido do comunitário é possível concentrar algumas dimensões mobilizadoras, afetadas pelo recorte de gênero (figura 85).

FIGURA 85 - Sistematização e agrupamento das palavras-chave, verbos, e temáticas das conversas sobre o sentido do comunitário com os homens e as mulheres.



Fonte: Adaptado de PLANTEAR, 2022.

Dessas dimensões, definidas de acordo com uma interpretação relacional, a que mais mobilizou palavras chaves e verbos dos dois grupos foi o "Lazer" (como atividades de entretenimento, socialização e troca), com algumas atividades específicas como "Maia", "Cavalgadas", "Mesa de Jogos", "Bingo" e outras, com uma necessidade de descentralização de lugares, buscando espaços abertos (bosques, praças) e de circulação (ruas), implicando numa demanda por maior sombreamento das áreas.

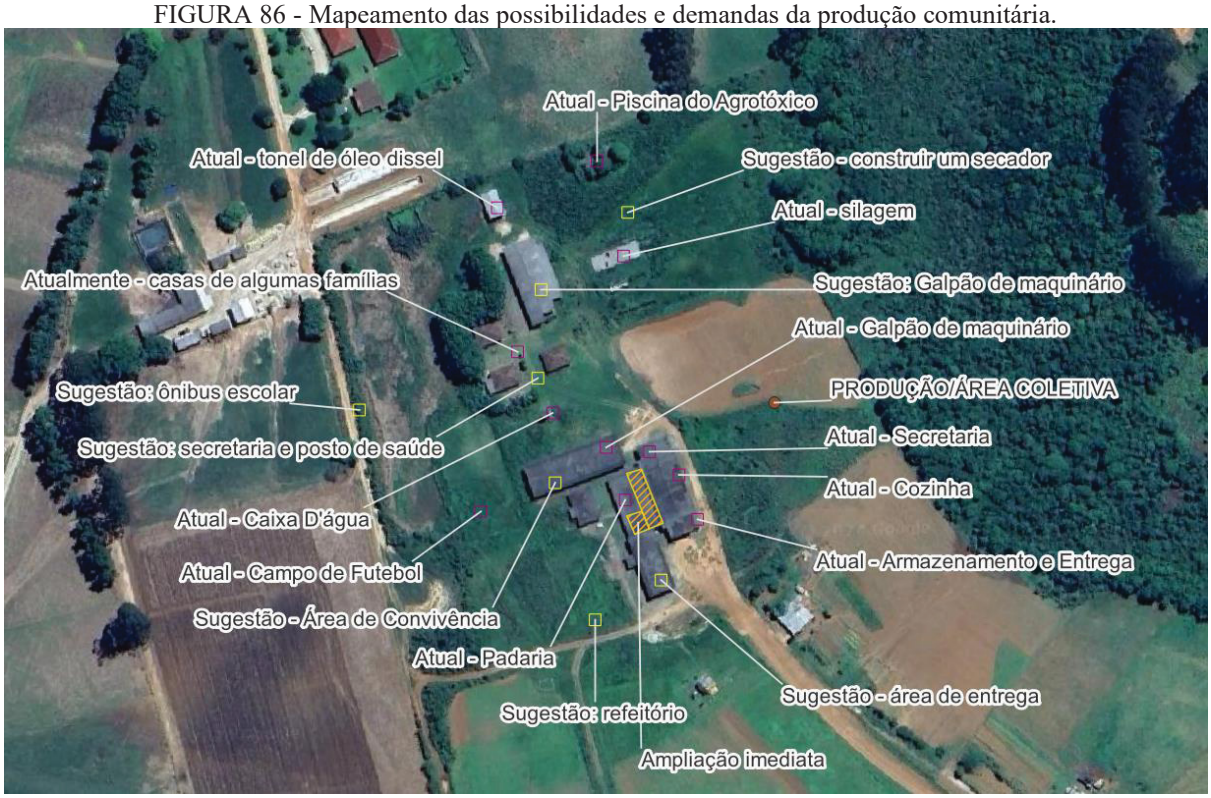
Nesse sentido, o local do chiqueirão se destacou como um local de lazer, sendo mais arborizado. Na sequência, o senso de "Coletividade" e "Comunidade" mobilizou de maneira semelhante os dois grupos, na quantidade de palavras-chave e temas registrados, evidenciando o reconhecimento pelo trabalho coletivo, por compartilhar, demandando a necessidade de mais reunião e um regimento interno e o desafio que é essa construção ("complicado"). Por outro lado, como já destacado, alguns verbos e aspectos como "Coragem", "Humildade", "Paciência" e "Respeitar", mais amplos foram mobilizados como necessários para a construção coletiva.

De forma menos mobilizadora, mas alcançando os dois grupos, a partir da dimensão de "Eventos" de socialização e confraternização, a necessidade de um espaço dedicado e a relação com pessoas de fora da comunidade. Na dimensão de "Produção", no grupo dos homens teve um aspecto mais ligado ao manejo da terra, às áreas de grãos, no grupo de mulheres o aspecto mais coletivo do trabalho (o coletivo de mulheres é responsável pela cooperativa). Em "Comércio" se relacionam as trocas internas mas também a disponibilidade de produtos externos para consumo. A "Saúde" aparece de modo bem objetivo na necessidade de acesso a um posto de saúde, e as questões do aspecto "Geracional" trouxe a preocupação com a permanência no campo por parte dos homens, mas também o conflito entre gerações no grupo das mulheres.

De forma mais diferenciada, mobilizando o grupo dos homens especificamente destacam-se "Conflitos" de convivência, envolvendo ações e comportamentos individualizados. Em "Natureza", como já destacado, a relação de lazer e cuidado. No grupo das mulheres se diferenciou principalmente o cuidado com as "Crianças", com a falta de estrutura e de pessoas para trabalhar com a questão, preocupando também seu acesso à escola. Também se destaca o peso da demanda por educação, desde a retomada de estudos com a Educação de Jovens e Adultos, mas também a continuidade na busca por formação. Além desses, também mobilizou o grupo de mulheres, a "Espiritualidade".

Para a continuidade do debate na oficina, com base nos elementos que apareceram nas falas dos dois grupos, foram divididos 4 grupos de acordo com os temas e palavras-chave levantados: produção; saúde e cuidados; meio ambiente e lazer; e educação e cuidado das crianças. No grupo da produção foi feita uma conversa junto com uma caminhada pelos espaços comunitários ligados à produção onde apontaram possibilidades e necessidades. Dessa conversa pelos espaços mapearam-se essas possibilidades e demandas (figura 86).

FIGURA 86 - Mapeamento das possibilidades e demandas da produção comunitária.



Fonte: Adaptado de PLANTEAR, 2022.

Chegando pela estrada principal a sudeste da imagem na área do barracão encontra-se um primeiro grupo de estruturas de alvenaria. Inicialmente uma área aberta coberta cujo uso foi sugerido para área de entrega. Ao lado duas estruturas que formam uma área coberta central. Uma delas, compartimentada em várias salas, sendo utilizada para armazenamento, cozinha, e secretaria, e a outra utilizada como padaria com uma sugestão de ampliação imediata. Ao lado dessas, um galpão de máquinas com a sugestão de transformá-lo em área de convivência. Na área externa (mais a direita da imagem) foi apontada uma área de produção coletiva. Seguindo ao norte encontra-se outro grupo de estruturas, uma caixa d'água e três casas utilizadas como apoio para algumas famílias com a sugestão de transformar em espaços de secretaria e posto de saúde. Na área externa (mais à esquerda na imagem) está o campo de futebol e a estrada que faz a divisa com a área e as estruturas utilizadas pelo CTP. Nessa estrada foi sugerido a instalação de um ponto de ônibus. Ainda ao lado dessas últimas casas encontra-se um galpão abandonado e um tonel de óleo diesel, sendo a sugestão para que se transforme em um galpão de máquinas. Ao lado dessas estruturas há uma depósito de agrotóxico apelidado de "Piscina de Agrotóxico" que se configura como um tanque aberto de concreto que no momento continha resíduos do armazenamento feito anteriormente ao acampamento. Nessa mesma área sugeriu-se a construção de um secador de grãos onde era utilizado como silagem, outro tanque de concreto aberto.

No grupo da educação enfatizaram-se a criação de uma ciranda no espaço comunitário, um ônibus que atendesse a comunidade e facilitasse o transporte tanto das pessoas para a cidade quanto das crianças para a escola, o que não acontecia devido a falta de oferta da prefeitura justificada pela falta de titularidade das terras por parte da comunidade. Diante disso as mães tinham que se deslocar todos os dias até uma rua mais distante para conseguir acesso a ônibus, destacando a dificuldade em dias de muita chuva e as condições de acesso. Reforçaram a necessidade de retomada das atividades de alfabetização, Ensino de Jovens e Adultos e o desejo de formações de nível superior que contribuiriam para o desenvolvimento da comunidade.

No grupo sobre lazer e o cuidado com a mata, a possibilidade da agrofloresta permeou o debate, como uma forma de melhorar a manutenção das áreas de matas aliada à produção de alimentos e manter o uso para lazer. Como exemplo dessa perspectiva, no capítulo 4, vai ser descrita uma experiência de implantação de agrofloresta em um lote na borda da mata mais a nordeste da área (Pereira, 2023). A perspectiva sobre uma área de convivência teve um aspecto mais difuso no grupo na medida que indicavam várias possibilidades desse uso por todo o território. Também manifestaram a intenção da divisão de duas áreas comunitárias principais, uma focada na produção na área do "barracão" e outra na convivência na área do "chiqueirão". Destacou-se a relação entre a agrofloresta e a convivência, não só como produção mas como área de estar na medida que o manejo agroflorestal proporcionasse o manejo de manutenção na mata introduziria espécies frutíferas, proporcionando um local para estar perto da mata mas também para se alimentar de seus frutos. Surgiram também possibilidades para a área de convivência como pista de cavalgada, um comércio, uma área para a prática de maia e outros, nesse sentido buscou-se a descentralização de funções. No grupo da saúde se reforçou a necessidade de um posto de saúde que integrasse também práticas alternativas no uso de plantas medicinais, com uma horta dedicada para as mesmas.

Boa parte das demandas que apareceram no debate sobre o comunitário, também apareceram nos debates sobre as áreas de moradia (capítulo 2), porém ao acionar o sentido do comunitário a relação entre as diversas funções começa a se tornar mais evidente. Nesse sentido, os primeiros debates já mostraram um aspecto diferente ao olhar sob a perspectiva do comunitário. Na primeira etapa do planejamento o local de moradia, de circulação e de produção mobilizaram os debates, com um olhar centralizado para o que poderia ser o comunitário, grande parte dos desejos manifestados para o uso comunitário se concentraram perto da área do "barracão" (a figura 86 ilustra esse aspecto). Nessa segunda etapa o lazer, a natureza, a educação, a espiritualidade, o cuidado e o coletivo, se manifestaram de forma

descentralizada, com a sugestão de duas áreas principais comunitárias e o apontamento de outros lugares de convivência em outras partes do território.

3.1.2 Caminhadas e convivência, descentralização e relacionalidade do comunitário (2ª oficina)

Na sequência das atividades, na segunda oficina, foram feitos debates na perspectiva das áreas dos setores de organização da comunidade (produção, educação, saúde, gênero), para entender como estavam refletindo os setores de organização do MST[85]: 1) nos espaços usados; 2) nas atividades já realizadas; 3) nas dificuldades; 4) e nas atividades que desejavam realizar. A conversa foi realizada em grupos, divididos pelo envolvimento com cada setor, e depois socializada e debatida em conjunto (quadro 7). De modo geral a perspectiva desde os setores reforçou as questões levantadas anteriormente.

QUADRO 7 - Sistematização do debate dos setores.

	Espaço para usar nas atividades	**Atividades já realizadas**	**Dificuldades**	**Atividades que gostariam de fazer**
Produção	Não precisa de mais espaço, à medida que vai crescendo desloca outras atividades.	Massas, merenda, LAMA, coletivo	Irrigação coletiva, equipamentos (trator, embalagem). Por família, diferente nível de comprometimento, investimento (construir casa ao mesmo tempo)	Estruturar a área coletiva toda com agroecologia, sem veneno. Assistência técnica, plantar mais frutíferas.
Educação	Ciranda, sala de aula, wifi, biblioteca, galpão para cursos e aluguel para eventos	Alfabetização (pouca demanda), Conclusão do Ensino Médio	Pouca aproximação, poucas crianças (sem escola itinerante), desistência, difícil conciliar horários, local para fazer tarefa, transporte escolar, proteção na espera do ônibus	Manejo, Panificação, Bambu, veterinária, agronomia, cooperativismo, agroecologia, plantas medicinais, eventos culturais, Ensino Médio no assentamento (9:30 a 11:30), reunião para ver interessados na educação
Saúde	Próximo à área do chiqueiro, há necessidade de habitar o espaço. Perto do galpão.	Organização de Reunião de grupo externo, Limpeza do Assentamento, Grupo de Whatsapp, Vacinação (dentro e fora)	Sem coordenação, dificuldade de participação, precisa de mais gente para fazer cursos da área.	Marcar consultas, levar no posto, limpeza do assentamento, levantamento de necessidades, ter um espaço urgente, fazer pomada, ter atendimento dentro do assentamento (15 em 15 dias).

[85] A partir dos anos 2000, principalmente, o MST reestrutura sua forma de organização, pensando numa melhor consolidação dos assentamentos, criando setores específicos para direcionar e mobilizar debates e processos de formação e organização (Fernandes, 1990; Monnerat, 2019; Pereira, 2023).

Gênero	Ampliar o espaço público do assentamento para homens e mulheres. Ruas, Área do Chiqueiro, Lagoas, Salas de aula, Lazer para as mulheres.	Sacolas e Cooperativa; Maior número de mulheres; Ajuda entre homens e mulheres	Dificuldade de posicionamento em espaços com muitos homens (com exceções); Inserção da mãe só quando tem crianças; Falta paridade; Sobrecarga e doenças; Fragilidade, muita atividade; Panificação sem homens trabalhando (não era o combinado); Trabalho braçal dos homens; Beneficiamento e planejamento, mulheres fazem melhor.	Exercício para saúde, incorporar os princípios do movimento, mulheres já tem alguns espaços de troca (precisa de mais), quebrar a separação de atividades de homens e mulheres, roda de chimarrão com 40 mulheres, grupo de homens, mais homens quando aumenta as demandas, acolhimento das crianças pelo setor de educação, troca de experiência (produção, casa, construção, cooperativa), bailão, que o setor funcione.

Fonte: Adaptado de PLANTEAR, 2022.

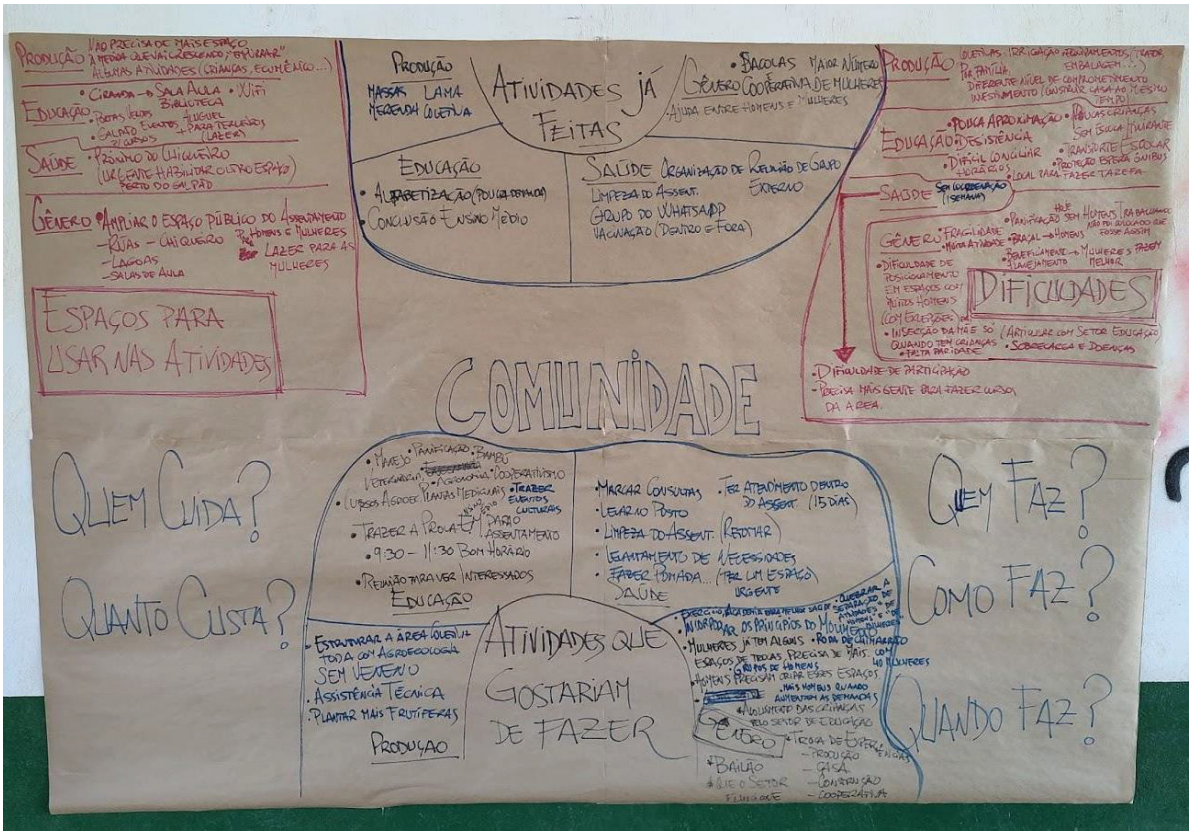
1. Os espaços coletivos utilizados no setor de produção estavam bem consolidados nas estruturas existentes na área do barracão, tendo prioridade na sua ampliação sobre outros espaços com outras atividades realizadas (por exemplo, a secretaria e casas de apoio) no mesmo local que poderiam ser deslocadas. No setor de educação reafirmaram os espaços necessários (ciranda, sala de aula, wifi, biblioteca), pensando também num galpão específico para formação que eventualmente poderia ser usado para aluguel de eventos. No setor de saúde destacaram a existência de uma casa na área do chiqueiro, que poderia ser ocupada, mas com a possibilidade de estar perto da área de produção também. Desde o setor de gênero se destacou a necessidade de mais espaços para socialização, entendendo como espaço público para homens e mulheres em toda a área (ruas, área do chiqueirão, lagoas), também apontaram a necessidade de espaços específicos para formação e lazer das mulheres.
2. Das atividades já realizadas pelo setor de produção destacaram a confecção de massas de macarrão, o trabalho coletivo, fornecimento para merendas escolares e a parceria com o LAMA, laboratório parceiro da comunidade, da UEPG, que auxiliava na comercialização de cestas. No setor de educação afirmaram que houveram iniciativas de alfabetização e EJA (Educação de Jovens e Adultos) para conclusão do ensino médio, mas eram inconstantes e reafirmaram a necessidade de retomá-las. O setor de saúde organizava as demandas externas da comunidade, citando o exemplo da vacinação. No setor de gênero destacaram o trabalho da cooperativa majoritariamente realizado por mulheres.
3. Quanto às dificuldades, no setor de produção destacaram a necessidade de infraestrutura e investimento. No setor de educação, além dos problemas de acesso ao

transporte e estrutura, destacaram a falta de articulação e diálogo com o setor no MST (devido à pouca demanda), o que também acontece no setor da saúde, que no momento da conversa estava sem coordenação do setor. No setor de gênero evidenciaram o peso da divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das mulheres, demandando maior participação dos homens nas atividades. Também apontaram a necessidade de criação de um grupo de homens para fazerem trocas, com realização de rodas de conversa para compartilhar suas experiências e vivências, prática já realizada pelas mulheres, com a necessidade de mais espaço para essas atividades. No setor de educação há a necessidade por mais formações técnicas e cursos de formação superior, e na saúde se destacou a necessidade de um espaço urgente para efetivar sua organização.

4. Quanto a atividades que gostariam de fazer no setor de produção, o grupo reforçou a opção pela agroecologia com necessidade de estrutura e assistência técnica. No setor de educação manifestaram a demanda por diversas especializações técnicas e ensino básico. No setor de saúde reforçaram as necessidade manifestadas como o espaço dedicado para produção de remédios alternativos e recepção de atendimento de 15 em 15 dias, também destacaram o zelo pela limpeza dos espaços de maneira geral. No setor de gênero demandaram atividades de cuidado e trocas para superar a divisão entre homens e mulheres, a necessidade da educação das crianças e a troca de experiências entre setores.

Cada eixo apresentou uma centralidade, mas também uma descentralidade na medida que algumas atividades e demandas se relacionaram com outros eixos. Nessas relações aquelas que partem do setor de produção, com maior prioridade de realização, deslocam as atividades dos outros eixos, mas também aproximam outros eixos na adoção da agroecologia como uma perspectiva multidimensional. As relações do setor de educação aproximam os outros eixos na demanda por múltiplas formações. As relações do setor de saúde, que gerencia necessidades urgentes, se aproxima dos outros setores pela garantia da saúde da comunidade. As relações do setor de gênero, constatadas em maior diversidade, na amplitude dos espaços demandados, nas dificuldades do trabalho na cooperativa e sobrecarga das mulheres, na demanda por saúde, preocupação com os princípios do movimento, cuidado com as crianças e acolhimento no setor de educação, superar a separação entre homens e mulheres, e troca de experiências com os outros eixos. Essa compreensão foi realizada a partir dos debates sistematizados durante a oficina (figura 87).

FIGURA 87 - Registro dos debates na 2ª oficina do comunitário.



Fonte: PLANTEAR, 2022.

A sequência da 2ª oficina se deu com caminhadas em grupos para reconhecer usos e possibilidades em toda a área, foram divididos em grupos separados os homens, as mulheres e as crianças. Enquanto a caminhada dessas mostrou sua apropriação da área na medida que passavam por algumas trilhas, acessos a outras partes, também se deu um sentido de exploração e descobrimento de outros caminhos. A caminhada com as mulheres passou pelas estradas entre as áreas de moradia, fazendo visitas em algumas casas e quintais agroecológicos. E no grupo dos homens a caminhada teve o foco nos usos e relação com a natureza, fazendo um trajeto específico por dentro da área de vegetação nativa.

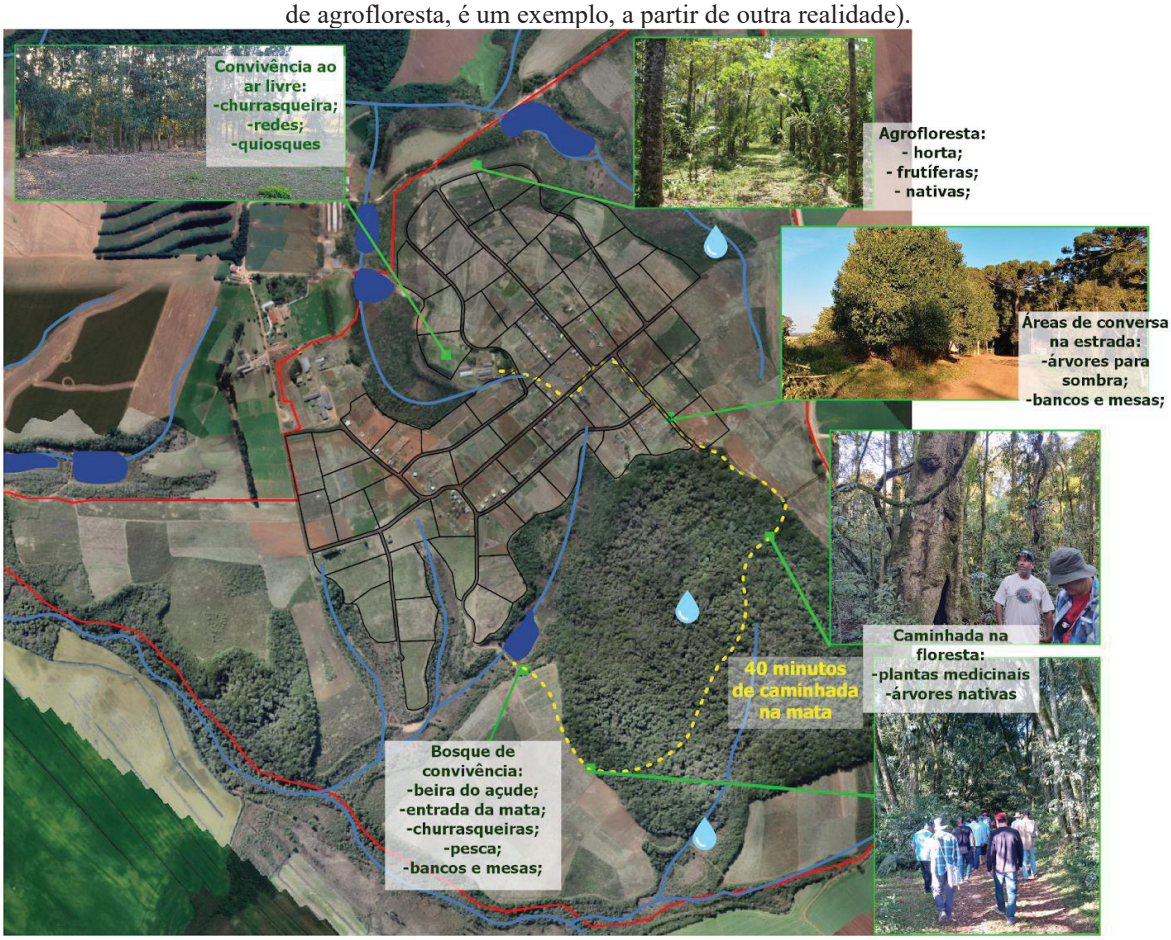
A caminhada ampliou a percepção sobre as relações possíveis que a comunidade estabeleceu ao se consolidar no território. Relações que fortalecem outras dimensões para além da produção e da moradia, foco da primeira parte do planejamento. Expande-se a noção de um comunitário centralizado em áreas específicas mas que se difunde por toda a área em diversas dimensões. Por outro lado também aumenta o desafio de mobilizar esforços e recursos para estruturar e fortalecer esses usos difusos. As caminhadas mobilizam muitas relações da comunidade com o território a partir do seu cotidiano que não ganham a mesma dimensão numa conversa realizada na área do barracão da produção, o próprio processo de planejamento tem sua territorialidade, se tornando importante vivenciar o território com a comunidade, se

envolver e ser afetado pelas relações da comunidade no mesmo. Bleil (2024) afirma a importância da vivência e da afetação para entender os processos da construção do comum, que a autora faz em um assentamento com proposta coletiva de organização (a autora pesquisou o Assentamento Santa Maria, no município de Paranacity, uma das referências do movimento no Paraná, como forma de organização coletiva). Pereira (2023) mostra também a necessidade de vivenciar o território a partir da atuação de uma cooperativa do MST na construção de planos de desenvolvimento em alguns assentamentos. Essa discussão vai ser aprofundada no capítulo 4 relacionada ao processo de ouvir o território (Porto-Gonçalves et al., 2015; Malheiro, 2020), e outras experiências de planejamento e atuação extensionista.

Como já citado anteriormente, Haesbaert (2021) afirma a relação entre o espaço e tempo onde o primeiro provoca e desafia o segundo a mudar, mas aponta que a relação conflituosa dessas duas categorias em diferentes formas na priorização de um sobre o outro: 1) o tempo como categoria essencial com a imposição de relações sociais alheias que ignoram a diversidade espacial, produzindo universalização e homogeneização do mesmo; 2) o espaço como substrato fixo, sem considerar as relações que o conformam, podendo ser associado nesse aspecto como recurso ou mercadoria; 3) o espaço como oposto da dimensão temporal, relacionado à primeira forma, mas nessa a configuração espacial gera o impedimento para a imposição de um tempo específico, implicando na destruição do anterior; 4) a essencialização da cultura a um lugar específico, ignoração a dinamicidade das relações sociais na configuração do espaço, que se torna um confinamento. Equivalente a essa discussão Porto-Gonçalves (2002) opõe a valorização da quantidade em detrimento da qualidade, implicando na planificação da complexidade. De outro modo afirma que o espaço geográfico é composto pela coexistência entre espaço e tempo, relacional e cotidiana (Haesbaert, 2021).

A caminhada e a vivência do cotidiano da comunidade cria relações e abre possibilidades para a compreensão do território desde a coexistência das possibilidades do comunitário. A figura 88 mostra uma sistematização de usos e relações estabelecidas pela comunidade que fogem da centralidade dos espaços entendidos como centro comunitário.

FIGURA 88 - Caminhada no território e outros usos e relações com o território (a foto mais acima na imagem, de agrofloresta, é um exemplo, a partir de outra realidade).



Fonte: Material sistematizado pelo coletivo PLANTEAR, 2022.

FIGURA 89 - Entrada da trilha na mata.

Fonte: registros do coletivo PLANTEAR, 2022.

O trajeto todo durou em torno de 45 minutos de caminhada, dentro da mata (figura 89) o ambiente se mostrou agradável para a permanência, onde também consideravam a possibilidade de colocar caixas de abelha. A mata é marcada por árvores mais antigas, sendo estas identificadas como araucárias, cedros e imbuias, no que se sentia a necessidade de um levantamento mais detalhado. Falou-se na possibilidade de fazer um manejo ecológico da área, para que as espécies se desenvolvam melhor. A saída da trilha na mata chegou na entrada da área (a Leste), um pouco antes do acesso à porteira, dali caminhamos para a área do "chiqueiro" para o encontro com os outros grupos e encerramento da atividade. Nesse último trecho foram apontados locais na beira da estrada com árvores (figura 90) onde as pessoas se encontram para conversar, definindo-se como espaços de convivência.

FIGURA 90 - Árvores na beira da estrada como locais de convivência.

Fonte: Registros do coletivo Plantear 2022.

A conversa final no espaço do chiqueiro fortaleceu a possibilidade de uma segunda área comunitária dedicada a atividades para além da produção, havendo estruturas aproveitáveis e espaços ao ar livre arborizados, os quais a comunidade já utilizava para o lazer.

No sentido de construir um processo que mobilize outras dimensões do ser, estar e saber para além do uso racional, um uso relacional, envolvendo afeto e a vivência, a 2ª oficina teve continuidade na realização de uma noite cultural, onde confraternizou-se com a comunidade. Destaca-se um momento dedicado à manifestação religiosa plural (figura 91). Um grupo evangélico fez uma oração, seguido de uma apresentação do grupo de umbandistas com cantos e música (havia um terceiro grupo católico na comunidade, mas não fizeram uma manifestação específica). Os grupos fizeram falas no que se destacou a manifestação de abertura e diálogo entre os diferentes grupos, no sentido de promover a construção de um projeto comum, se reconhecendo nas diferenças, na coexistência no território. A materialização desse diálogo se deu no desejo de um centro ecumênico para as várias formas de espiritualidade ali presentes.

FIGURA 91 - Apresentação religiosa do grupo de umbandistas da comunidade.

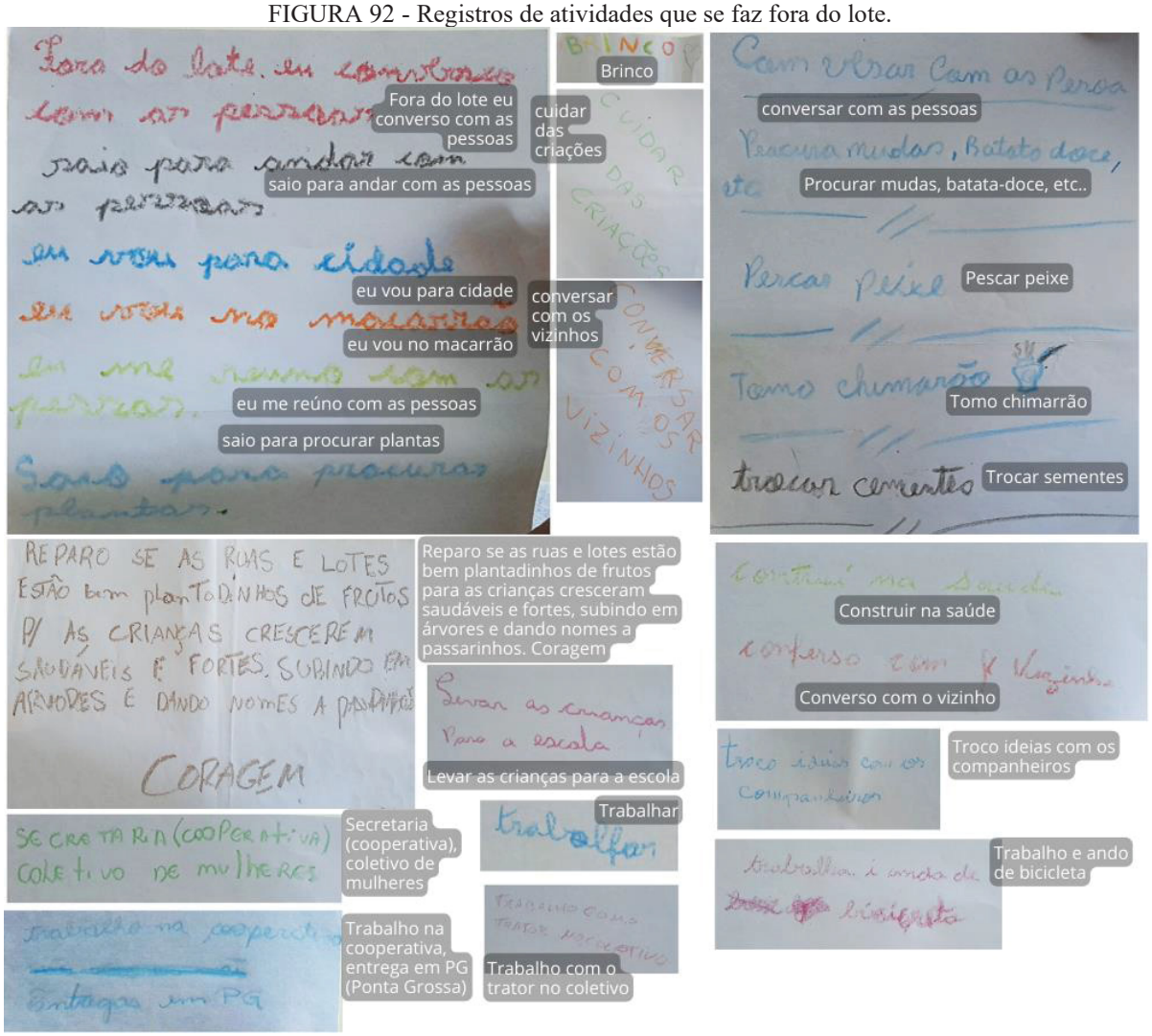
Fonte: Registo do coletivo PLANTEAR, 2021.

O diálogo entre os diferentes grupos em um espaço de troca comunitário mobilizou falas e manifestações de reciprocidade e reconhecimento entre a comunidade. Nesse sentido, evidenciou-se que o processo de planejamento territorial popular é um esforço para entender e compreender o território e as relações comunitárias, não só para o coletivo PLANTEAR como interlocutor, mas também pela própria comunidade. Por isso, destaca-se a importância do envolvimento e da vivência, da escuta atenta, em um processo de construção compartilhado, e/ou, co-elaborado. Assim se incluem o rezar, o caminhar, o sentir (o sentipensar), o conviver, o afetar, o brincar, e tantos outros verbos no planejar. A sequência da noite cultural se deu pelo dançar e pelo festar.

No dia seguinte realizou-se um debate com a comunidade com duas perguntas centrais para as pessoas anotarem em papéis (figura 93) as atividades que cada um(a) fazia fora do lote e coisas que outras pessoas faziam (buscando entender a percepção do outro). As anotações (figura 92) foram coletadas e a partir da sua leitura, em voz alta, para o grupo, os participantes foram motivados a identificar a pessoa que registrou a atividade específica, evidenciando algumas relações estabelecidas na medida que o grupo reconhecia algumas ações características de pessoas específicas. Dentre as ações se destacam a relação entre vizinhos, na importância da conversa. O trabalho para além do lote também se evidenciou como um dinamizador de espaços coletivos como a cooperativa e os plantios coletivos. Além disso, as ações se diversificaram no brincar, na procura de mudas e no zelo sobre a organização das áreas de moradia com uma perspectiva de futuro, para deixar um lugar melhor para as crianças, que

também apareceram no desafio de acesso à escola. Se mostrou também uma diversidade na mobilidade, no uso da bicicleta.

FIGURA 92 - Registros de atividades que se faz fora do lote.



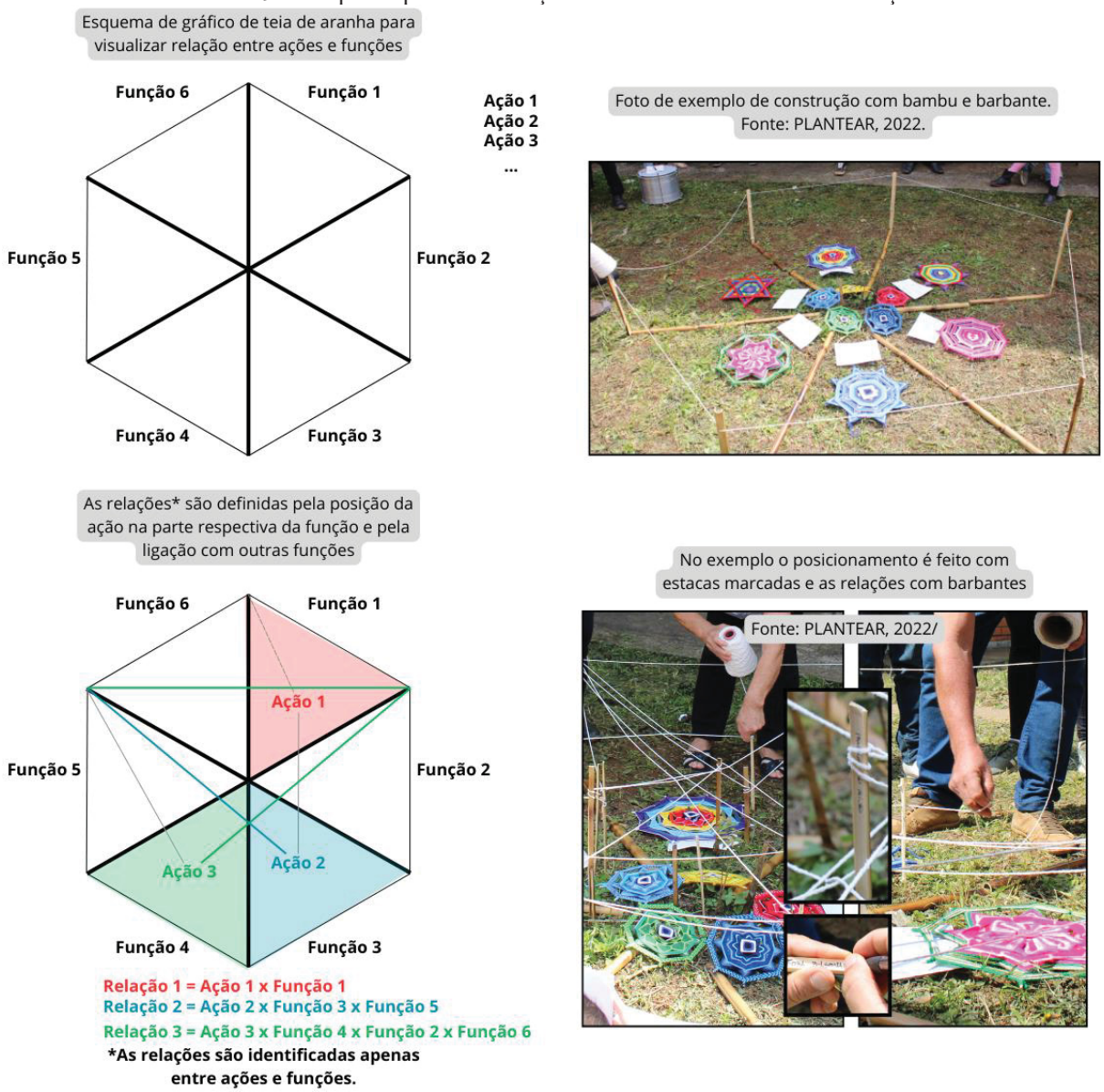
Fonte: Registros do Coletivo PLANTEAR, 2022

FIGURA 93 - Registros da dinâmica das ações que se faz dentro e fora do lote.

Fonte: Registros do Coletivo PLANTEAR. 2022.

A partir das ações iniciou-se uma dinâmica (figura 94) para entender suas relações com funções específicas identificadas a partir dos setores e dos diálogos anteriores (saúde, educação, lazer, produção, natureza e espiritualidade). A proposta foi construída para visualizar a disposição de cada ação de acordo com as funções relacionadas a partir do consenso com a comunidade. Cada participante sugeria uma ação para relacionar às funções, que contribuia para a construção da comunidade, com o acordo do grupo. A visualização das relações entre ações e funções se deu numa linguagem semelhante a um gráfico de teia de aranha. A partir disso se estabeleceu um formato de mandala, dividida em 6 partes, cada parte relacionada a uma função.

FIGURA 94 - Esquema para visualização da dinâmica da Mandala de relações.

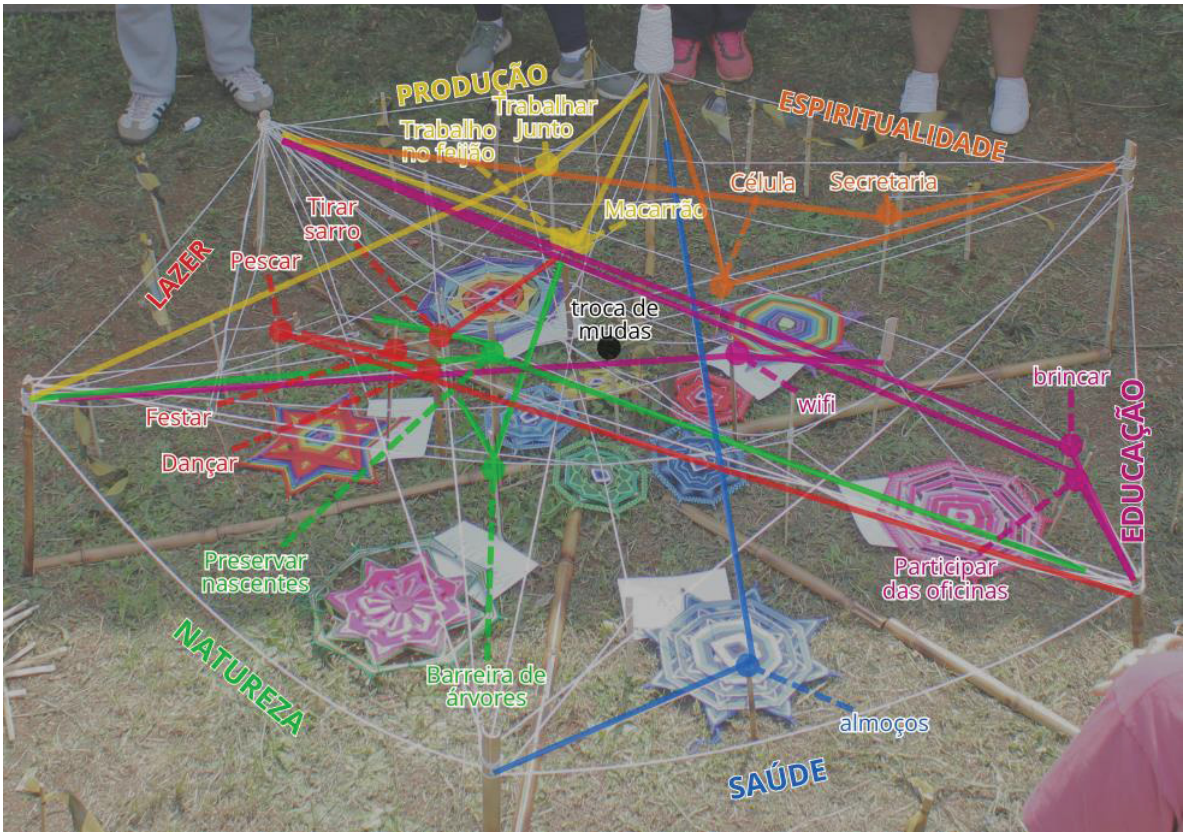


Fonte: Adaptado pelo autor a partir de registros do coletivo PLANTEAR, 2022.

As relações se estabelecem primeiramente pelo posicionamento da ação no espaço respectivo de uma função, por exemplo a relação 1 é entendida no posicionamento da ação 1 no espaço da função 1. A partir desse nível a relação pode se dar com mais de uma função, que é marcada ligando essa ação a área específica, por exemplo, a relação 2 é entendida no posicionamento da ação 2 no espaço da função 3 e depois conectada à função 6, que pode se conectar em outras funções, como feito na relação 3. Destaca-se que o formato da construção da dinâmica teve relação com as práticas de artesanato, de criação de mandalas, feitas na comunidade, portanto, à sua práxis social. Como explicou uma das acampadas no momento da oficina, as mandalas são feitas a partir de uma intencionalidade onde as cores têm um significado. Então cada espaço dividido da mandala foi delimitado com o uso de estacas de bambu conectadas com fios barbantes definindo a divisão das funções, e cada uma foi identificada com uma mandala feita pela comunidade, selecionada especificamente para cada função.

Um aspecto da construção da mandala é a utilização de um fio contínuo, que foi mantido na dinâmica. Ao mesmo tempo que dificultou a leitura das relações, a continuidade do fio possibilitou a emergência de um sentido de relacionalidade geral (figura 95). De forma prática o uso contínuo do fio para conectar as ações e funções criou confusão quando se passa de uma ação para outra ação ou de uma função para uma ação, por isso na leitura da oficina se compreendeu apenas as relações a partir das ações para funções, interpretadas a partir dos debates construídos com a comunidade.

FIGURA 95 - Relacionalidades entre ações e funções da mandala.



Fonte: Adaptado a partir dos registros do Coletivo PLANTEAR, 2022.

Utilizando mais estacas de bambu identificadas com as ações específicas, as pessoas na oficina iam dialogando e anunciando a função relacionada, posicionando a peça na parte correspondente da mandala. Com o rolo de barbante os participantes iam conectando as ações, de forma contínua, com outras funções relacionadas amarrando nas estacas de bambu correspondente, seguindo para a próxima ação. Também foram posicionados fora da mandala aspectos que se desejavam afastar da comunidade. Assim se construiu uma dinâmica afetiva e relacional, cada acampado e acampada anunciava a ação e debatiam entre si em qual função colocar, depois iam conectando as ações e funções relacionadas. Cada participante após colocar sua ação passava o rolo de barbante para outro. Assim se caracterizou um formato lúdico de visualização da relacionalidade entre ações concretas e funções gerais onde se entendeu que uma ação pode ter mais de uma função na construção da comunidade.

Compreendeu-se dessa maneira a complexidade da relacionalidade da construção da comunidade em seu território (quadro 8). A execução da dinâmica foi sendo adaptada na medida que as pessoas iam se apropriando da mesma, de maneira que algumas ações ficaram restritas à uma função e outras foram evidenciando um outro olhar para sua relação. Por exemplo, a atividade na secretaria da cooperativa foi colocada na função de espiritualidade inicialmente e depois relacionada à função de produção. Na medida que esta atividade, central

na produção, exigia uma alta carga de demanda afetava a saúde mental e emocional, entendida como espiritualidade, que por sua vez tinha uma perspectiva religiosa com práticas voltadas à cura do espírito[86], como integração das dimensões subjetivas do ser. Os almoços foram entendidos dentro da saúde (como alimentação saudável), mas também da produção. O uso do wi-fi como educação e lazer, a pescaria dentro de lazer mas também na saúde, na medida que melhorava a saúde mental das pessoas. Tirar sarro foi colocada como lazer mas também associada a produção, na medida que deixa essa função menos extenuante. A troca de mudas foi colocada no centro da mandala, relacionada a todas as funções.

QUADRO 8 - Sistematização das ações e funções relacionadas na Mandala.

Produção	Espiritualidade	Saúde	Educação	Lazer	Natureza	Para deixar fora da comunidade	
Plantio coletivo	Secretaria (afeta negativamente a espiritualidade de quem trabalha com tanta demanda)	Pescar e cuidar da água	Wifi	Festar	Barreira de Árvores	Bolsonaro	holandeses
Ajudar na cozinha	Célula (grupo de estudos)	Almoços	Brincar	Dançar	Preservar nascente	individualismo	agrotóxico
Macarrão			Participar das oficinas	Tirar sarro		drogas	machismo
Trabalho no feijão				Nadar		abuso infantil	
Fazer entrega						abuso sexual	
Trabalhar junto						intolerância	
Troca de mudas							

Fonte: Adaptado a partir dos materiais do Coletivo PLANTEAR, 2022

Destaca-se a multidimensionalidade e a multiescalaridade das relações na medida que as ações mobilizam mais de uma função. A "Produção", dimensão que é convencionalmente olhada sob uma perspectiva da renda e produtividade de uma racionalidade capitalista, se relacionou através das ações com "Espiritualidade", "Saúde", "Lazer" e "Natureza". A "Espiritualidade" com a "Produção" e a "Educação", a "Saúde" com "Lazer" e "Produção", a "Educação" com "Lazer", "Natureza" e "Espiritualidade", o "Lazer" com "Produção", "Saúde", "Educação" e "Natureza". Sem a perspectiva de esgotar as relações possíveis se entende as mesmas em múltiplos sentidos de ações para funções e vice-versa, funções para funções e ações para ações entendo a relacionalidade como a compreensão da multiterritorialidade na territorialização da comunidade.

[86] Como uma das três perspectivas religiosas existentes na comunidade, a umbanda, como religião de matriz-africana-indígena, possui práticas medicinais com plantas e elementos naturais voltados à saúde integral, numa perspectiva espiritual.

Como rede de fluxos e relações (Haesbaert, 2021) a comunidade é construída (Zibechi,2015; Federici, 2022), territorializadas configuram geo-grafias (Porto-Gonçalves, 2002) mas também geos-grafias (Malheiro, 2020) pois se tratam de relações ontológicas (Escobar, 2018). Assim, a compreensão dessa relacionalidade se dá em arranjos escalares (Montenegro Gómez, 2006; Smith, 2000), ou escalas relacionais (Rocha, 2021), conectando copos-território, como memórias, identidades, compreensões, sentimentos, emoções diversas, territorializadas em todo o território, para uma construção comum (Bleil, 2024) entre os indivíduos e o coletivo, a comunidade. Tais dimensões são compreendidas pela vivência do cotidiano, com o pé no território, com o afetar e ser afetado.

3.1.3 Conversa com os núcleos de base, espacializando o comunitário (3ª oficina)

Até o momento, a partir dos entendimentos das oficinas anteriores, havia um grande número de possibilidades para a construção do desenho territorial das áreas comunitárias, caracterizando um processo aberto. Com essa abertura surgiu a necessidade, apontada pelo coletivo PLANTEAR, de começar ancorar as possibilidades e vislumbrar um caminho concreto da proposta de desenho pensando também no prazo de implementação. Nesse momento a construção de produtos sistematizados (Holliday, 2006) é importante assim como a validação das informações levantadas em coletivo com todas as famílias (Carvalho, 2003). Nesse sentido, grandes áreas foram definidas, a partir da interpretação do processo e das oficinas anteriores, para uma intervenção objetiva das famílias, vislumbrando a consolidação do desenho territorial.

A sequência do planejamento na 3ª oficina se deu com a conversa com os seis grupos de famílias (núcleos de base) da comunidade Maria Rosa. Na medida que as dimensões, ações e funções foram se complexificando foi necessário espacializar as mesmas no território. A partir de quatro imagens aéreas de drone (figura 96) de recortes específicos da área (área do barracão, área do chiqueiro, área da mata como reserva e área de vegetação contínua que contorna os lotes na porção norte e nordeste do território referenciada como “cinturão verde”) mais as áreas de moradias, questionou-se para os grupos de família onde entendiam que poderiam ser realizadas as ações e funções comunitárias.

FIGURA 96 - Registro das conversas com os grupos de famílias do Maria Rosa.

Fonte: Registros do Coletivo PLANTEAR, 2022.

A partir da intervenção nas imagens, no diálogo com as famílias, foram-se identificando concordâncias e diferenças nos entendimentos sobre as áreas (quadro 9). Destaca-se que houve uma concentração de atividades nas áreas do barracão e do chiqueiro de maneira que o foco da continuidade das oficinas do comunitário e a consolidação do desenho territorial se deu nas propostas de uso dessas duas áreas com funções de produção, lazer, educação, saúde e espiritualidade, deixando de lado funções mais integradas com a natureza, que estariam associadas às manchas de vegetação contínua. Aqui se destaca a autonomia da comunidade sobre o desenho territorial, na decisão sobre sua organização territorial, estabelecendo a prioridade sobre as duas áreas, embora as relações e ações tenham sido manifestadas em todo o território. Essa autonomia não é isolada, mas relacionalmente definida no envolvimento com as percepções do coletivo PLANTEAR, onde o desenho territorial, como produto sistematizado articula e media a comunicação para a materialização de uma proposta de organização territorial.

QUADRO 9 - Atividades registradas a partir das conversas com os grupos de famílias (destaques em amarelo de atividades diferentes do debate que vinha sendo construído em relação aos locais).

Grupos	1	2	3	4	5	6
Barracão	Horta Medicinal; Posto de Saúde; Espaço Ecumenico; Festa; Lanchonete.	Carga e descarga; Secretaria da cooperativa; Indústria; Armazenamento de sementes: futuramente precisa de adequação; Galpão de máquinas; Reestruturação dos galpões próximos a área de produção (o "mais do fundo") para festas e eventos.	Depósito de grãos; Verduras; Produção de massas; Garagem.	Alimentos; Estoque de equipamentos; Caseiro; Beneficiamento dos grãos; Secretaria de Produção.	Agroindústria; Coletivo de Mulheres; Secretaria; Beneficiamento.	Destinado ao trabalho; "Empresarial"; Cooperativa; Ponto de ônibus na região do barracão; Construção de uma panificadora para venda em eventos;
Reserva	Árvores frutíferas; Preservação.	Academia ao ar livre; Trilha de Cavalgada e caminhada; Campinho de Futebol; Lazer ao ar livre.	Trilha; Academia ao ar livre.	Árvores frutíferas; Preservação.	Academia ao ar livre; Trilha de caminhada; Campinho de Futebol; Parquinho.	Trilha de cavalgada e caminhada; Pesca: bancos, quiosques e churrasqueiras; Melhoria da infraestrutura do tanque; Academia ao ar livre.
Chiqueiro	Campo de jogo maia; Lazer: Parquinho.	Saúde: postinho de saúde e horta medicinal ; Horta de temperos, verduras e legumes; Churrasqueira; Reestruturar o chiqueiro; Campo de Bocha; Utilização para eventos como casamentos e assembleias; Curso de capacitação cooperativa.	Espaço comunitário; Retirar os animais; Espaço para armazenar equipamentos; Lazer; Saúde: postinho de saúde.	Pista de laço; Campo de jogo maia.	Saúde: postinho de saúde e horta medicinal; Horta de temperos, verduras e legumes; Reestruturar o chiqueiro; Campo de Bocha; Utilização para eventos.	Espaço comunitário; Retirar os animais; Fazer um parque e um campo de futebol; Espaço para armazenar as bolas e equipamentos; Igreja/templo; Salão para eventos; Lazer: bocha, bailes, churrascos e cavalgadas; Saúde: postinho de saúde (o posto de saúde da região não atende os moradores do acampamento, o que faz eles se deslocarem mais de 20km para Castrolanda); Mercearia; Espaço para a Ciranda.
Cinturão Verde	Saúde: postinho de saúde e horta medicinal; Estica veio; Casa de sementes; Espaço de formação; Biblioteca; Escola; Parque das crianças.	Utilização atual: lavoura; Saída de carros; Implantação de pomar.	Plantio de árvores frutíferas.	Caseiro; Peteca, Futebol; Sala de Eventos; Parque das crianças; Espaço de eventos; Espaço ecumenico; Estica veio; Posto de Saúde; Horta Medicinal; Sala de Produção de medicamentos.	Plantio de árvores frutíferas.	Plantio de árvores frutíferas; Pesca; Saída de Carros.

Outros		Salinha do EJA: não está acontecendo, seria interessante transformar em escritório e mudar para outro lugar como o chiqueiro; Não vêm necessidade de implantar uma escola dentro do acampamento; Acreditam que a estrutura é a chave para o desenvolvimento.	Acesso a água: falta infraestrutura e é necessário melhorar os encanamentos; A escola é vista como prioridade, embora seja algo de difícil implementação. Crianças sofrem muito para ir até as escolas da cidade, principalmente em períodos de chuva,		A escola é vista como prioridade, embora seja algo de difícil implementação. Crianças sofrem muito para ir até as escolas da cidade, principalmente em períodos de chuva	Acesso a água: falta infraestrutura e é necessário melhorar os encanamentos; Salinha do EJA: professor não está indo, acreditam que seria importante ter uma sala de aula para o EJA dentro do acampamento; O ônibus que leva as crianças para a escola deveria entrar na comunidade;

Fonte: Adaptado do material do Coletivo PLANTEAR, 2022.

Entendemos que a complexidade das relações estabelecidas com o território é evidenciada nas múltiplas dimensões, ações e entendimentos com os espaços específicos onde a mediação entre as diferentes percepções e o fortalecimento daquelas em comum se dá no território. Assim o desenho territorial busca sistematizar o processo de territorialização existente e das possibilidades a partir do projeto da comunidade. O diálogo com os núcleos de base aproximam o processo da diversidade de perspectivas do território, sendo importante essa constatação, da mesma maneira que Carvalho (2003) propõe através do MVP na necessidade de chegar até a escala micro das famílias para a construção de um processo fundamentado nessa diversidade, porém não se trata aqui de buscar um consenso unânime. O quadro 10 traz destaques em amarelo com percepções desde os núcleos de base que divergem das percepções levantadas anteriormente sobre as atividades que poderiam ser estabelecidas em cada área. Reforçamos que o processo da construção coletiva, diante da diversidade, é vivo, e longe de ser um acordo homogêneo e estático.

Zibechi (2015) afirma que uma comunidade se faz, e não se reduz a uma instituição fechada, os sujeitos e as sujeitas que trabalham em coletivo estão fazendo comunidade o tempo todo. “Optamos, então, por dizer fazer comunidade em vez de ser comunidade.” (Zibechi, 2015, p.76, tradução própria[87]). Segundo o autor, os bens comuns não são coisas, objetos, mas são os vínculos que se estabelecem e permitem o uso comum. Se estabelece o diálogo com a proposta do fazer comum de Rocha (2021), mas também sua ampliação na relacionalidade ontológica, ou seja, das relações territorializadas do ser, estar e o saber, num processo que emerge apesar e além das dualidades antagônicas da modernidade. Nessa construção da comunidade o

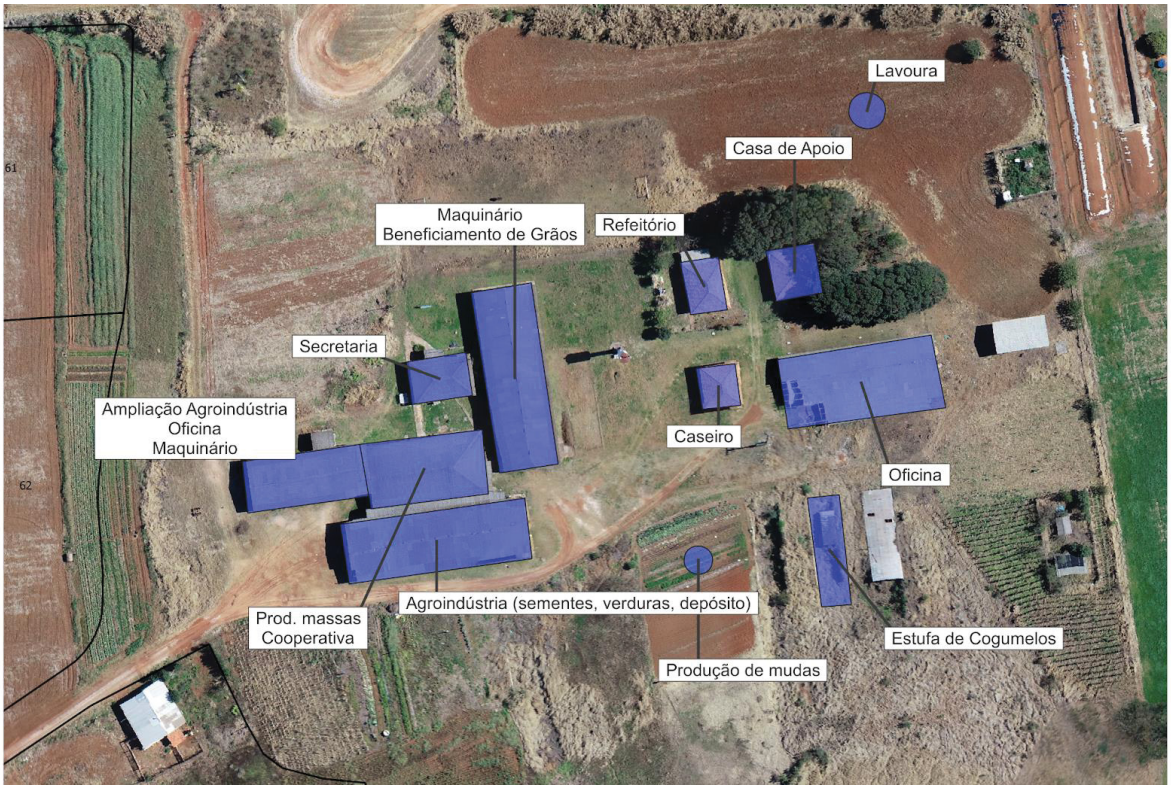
[87] *Optamos, entonces, por decir hacer comunidad en vez de ser comunidad.*

desenho territorial busca também construir uma mediação as diferentes percepções da construção do comum (Bleil, 2024) de forma territorializada.

3.1.4 Apresentação das propostas (4ª oficina)

A continuidade da 4ª oficina se deu na construção de desenhos da proposta da organização territorial nas duas áreas que concentraram as funções, do barracão e do chiqueiro. A proposta na área do barracão, se dividiu em duas, uma focada na produção (figura 97) e outra com funções mistas, de produção, lazer, saúde, educação e espiritualidade (figura 98).

FIGURA 97 - Croqui de sistematização da proposta de área do barracão dedicada a funções de produção.

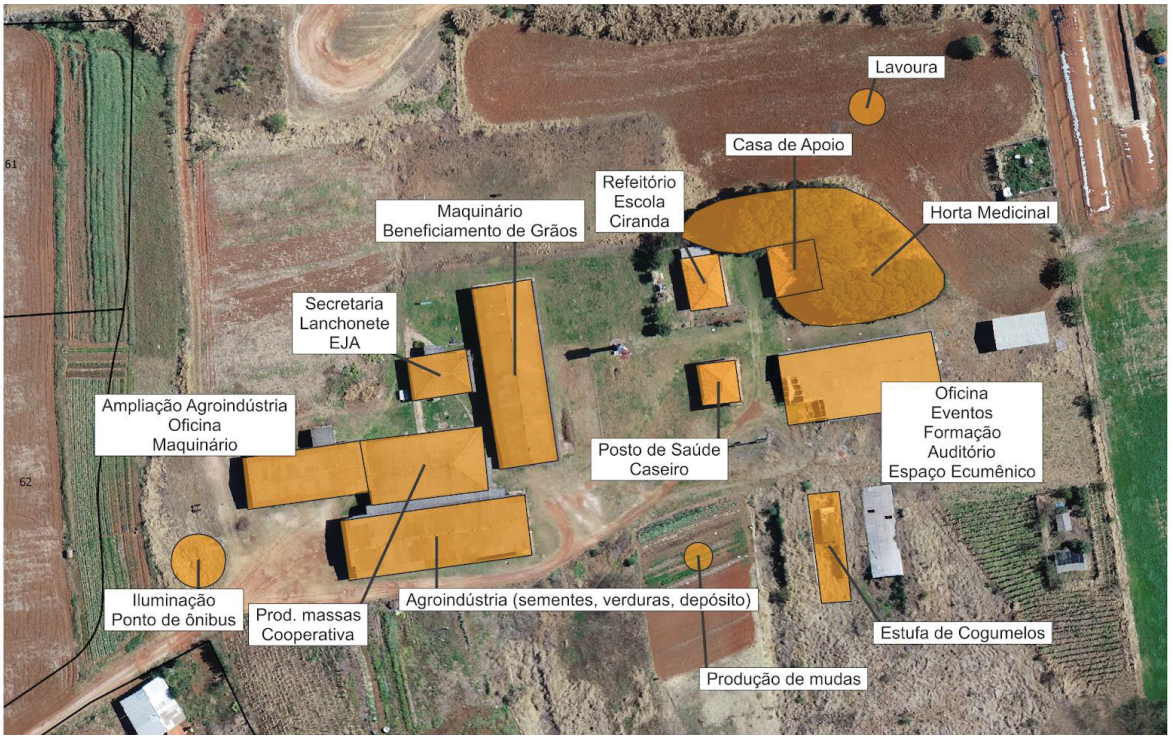


Fonte: Material sistematizado pelo Coletivo PLANTEAR, 2022.

Na proposta dedicada às atividades de produção (figura 97), na chegada da área do barracão pela estrada principal (porção esquerda inferior da imagem), definiu-se a primeira área coberta com ampliação da agroindústria e oficina de maquinário. Na continuidade dessa, em uma estrutura fechada, definiu-se como parte dedicada às atividades de produção de massas da cooperativa, atrás dessa (sentido acima na imagem) uma casa dedicada à secretaria. Em frente a área da cooperativa (sentido abaixo na imagem) na estrutura fechada com área coberta, dedicada ao armazenamento de sementes, verduras e depósito de materiais e insumos. Ao lado da secretaria (porção central da imagem) um galpão dedicado aos maquinários e beneficiamento de grãos. Seguindo para o conjunto de casas (sentido à direita da imagem), uma

casa para refeitório, outra para a permanência de um caseiro e uma terceira casa de apoio geral. Nessa área também há um galpão dedicado à oficina de maquinários mais pesados. Na porção mais abaixo da imagem, em áreas abertas, definiu-se uma parte dedicada a estufa de cogumelos e produção de mudas. Nas demais áreas abertas do entorno o aproveitamento para lavouras.

FIGURA 98 - Croqui de sistematização da proposta de área do barracão dedicada a funções mistas.



Fonte: Material sistematizado pelo Coletivo PLANTEAR, 2022.

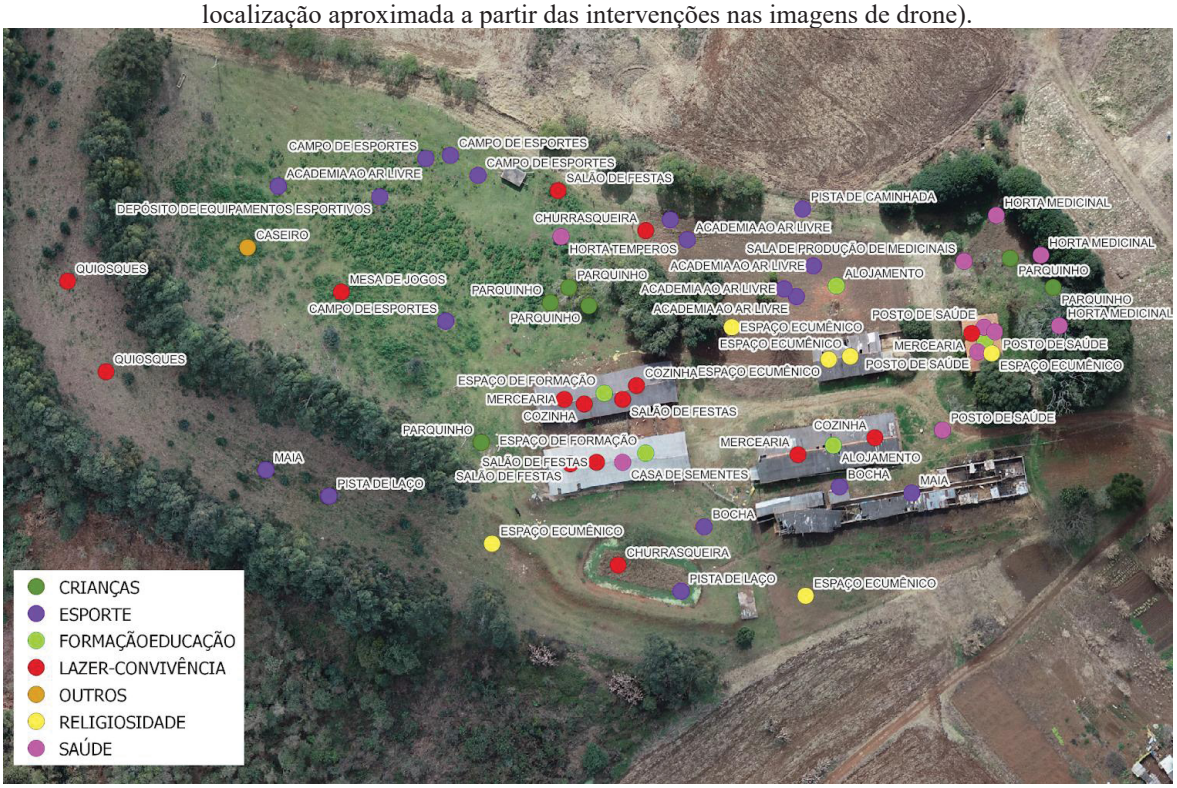
Na proposta dedicada às atividades mistas (figura 98), chegando na área do barracão pela estrada principal (porção esquerda inferior da imagem), definiu-se a instalação de um ponto de ônibus iluminado, a primeira área coberta com ampliação da agroindústria e oficina de maquinário, a continuidade dessa, em uma estrutura fechada, definiu-se como parte dedicada às atividades de produção de massas da cooperativa, atrás dessa (sentido acima na imagem) uma casa dedicada à secretaria, lanchonete e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Em frente a área da cooperativa (sentido abaixo na imagem), numa estrutura fechada com área coberta, dedicada ao armazenamento de sementes, verduras e depósito de materiais e insumos. Ao lado da secretaria (porção central da imagem) um galpão dedicado aos maquinários e beneficiamento de grãos. Seguindo para o conjunto de casas (sentido à direita da imagem), uma casa para refeitório, escola e ciranda, outra para a permanência de um caseiro e posto de saúde, e uma terceira casa de apoio, com uma horta medicinal no seu entorno. Nessa área também há um galpão dedicado à oficina de maquinários mais pesados, eventos, formação, auditório e espaço ecumênico. Na porção mais abaixo da imagem, em áreas abertas, definiu-se uma parte

dedicada a estufa de cogumelos e produção de mudas. Nas demais áreas abertas do entorno o aproveitamento para lavouras.

As propostas foram apresentadas com algumas percepções do coletivo PLANTEAR sobre as relações que poderiam se estabelecer a partir das funções, e seus impactos na consolidação do comunitário. Enquanto a proposta mista concentra maior número de funções, numa possível integração mais ampla, com a facilidade de ter uma melhor estrutura, apresenta tensionamentos diante da dinâmica de ampliação e crescimento do espaço de produção com os outros espaços. Além disso, a circulação de maquinário e produção de ruídos implicariam no risco de segurança com a circulação de pessoas, principalmente crianças, envolvidas nas outras funções. Implicaria também numa maior distância para todas as famílias se beneficiarem dessas funções. A proposta dedicada à produção implicaria no deslocamento das outras funções para a área do chiqueiro, o que exigiria mais recursos para a sua implementação. Porém diminuiria os custos para a consolidação da produção, que teria mais espaço para sua expansão.

Na área do chiqueiro concentraram-se atividades e funções para além da produção (educação, espiritualidade, lazer, saúde e outros). A partir das intervenções realizadas pelas famílias anteriormente buscou-se construir uma proposta de zoneamento de uso da área (figura 99). Assim a área do chiqueiro ganhou o caráter de centro de convivência, para além da produção, na comunidade.

FIGURA 99 - Sistematização das intervenções na área do chiqueiro (a distribuição dos pontos representa uma localização aproximada a partir das intervenções nas imagens de drone).



Fonte: Material sistematizado pelo Coletivo PLANTEAR, 2022.

Chegando pela estrada (porção à direita da imagem) encontra-se uma estrutura aberta com pavimento de concreto, alongada, onde ficavam parte dos porcos, foram marcados pontos de esporte como bocha e maia, ao lado, na parte descampada, pontos de lazer e religiosidade (porção mais abaixo da imagem, essas áreas em específico eram inviabilizadas pela declividade e pela deposição dos dejetos dos porcos). Mais acima dessa área, em uma outra estrutura de alvenaria coberta, marcaram-se pontos de convivência e formação, ao lado, voltando para a entrada, (mais à direita da imagem) num espaço arborizado onde se encontra uma casa, foram marcados, em grande parte, pontos de saúde, também de religiosidade e convivência, no entorno da casa pontos de saúde para horta medicinal e pontos de convivência das crianças. Ao lado, mais à esquerda na imagem, uma área aberta com pontos de esporte, de alojamento e religiosidade mais perto da estrutura coberta. Seguindo mais na parte central da imagem duas estruturas marcadas, em grande parte, com pontos de lazer e convivência, formação e saúde. Ao lado, na área aberta (mais acima da imagem), pontos de convivência das crianças, seguindo na área maior descampada, com muitos pontos de esporte, alguns de lazer e saúde. Mais para o final dessa área descampada (à esquerda da imagem), um ponto para caseiro. Em uma área, como uma faixa delimitada por uma linha de árvores (à esquerda da imagem), pontos de lazer e esporte.

FIGURA 100 - Proposta de zoneamento das atividades na área do chiqueiro.

Fonte: Sistematizado pelo Coletivo PLANTEAR, 2022.

A partir do agrupamento dos pontos e as possibilidades estruturais da área, o zoneamento (figura 100) proposto buscou aproveitar as estruturas ainda em condições de uso, considerando o uso da sombra das árvores, a área livre e o relevo. Propôs-se uma zona de esportes na área descampada com pouca declividade, com uma pequena área de parque para crianças, essa com uma posição centralizada, perto de outras estruturas que teriam seu uso constante, buscando sempre ter proximidade de alguém adulto com o olhar para o parque, ainda nessa área estaria a academia ao ar livre. Ao lado, um zona para a saúde, com a previsão da construção de uma nova estrutura (entendeu-se que a estrutura existente antes pensada para essa função necessitaria de uma adaptação drástica para ser um posto de saúde) e, ao lado dessa, aproveitando duas estruturas existentes, uma zona de lazer, para uso de serviços e convivência.

Seguindo o aproveitamento das infraestruturas existentes, determinou-se ainda uma zona de formação voltada a cursos e eventos com um estacionamento ao lado, onde havia uma estrutura condenada, que seria derrubada aproveitando seu piso. Ao lado, junto a um conjunto de árvores delimitou-se uma zona de religiosidade, para o espaço ecumênico, aproveitando a casa existente (a que seria dedicada à saúde anteriormente) e a área sombreada ao ar livre. Do outro lado, circundando a área de esportes, delimitou-se, seguindo a linha de árvores existentes,

uma zona dedicada a lazer ao ar livre, com quiosques, churrasqueiras e pista de laço. Circundando toda a área, com uma conexão transversal na área central, delimitou-se uma pista de caminhada.

A apresentação da proposta na área do chiqueiro foi realizada andando pelas zonas e debatendo com a comunidade a partir de uma avaliação no local do espaço e das estruturas existentes e imaginadas (figura 101). Destaca-se o engajamento da comunidade ao imaginar os usos possíveis para o futuro desde o lugar, imaginando e se motivando para a sua materialização, para sua territorialização. A proposta foi bem recebida pela comunidade que foi se imaginando em cada espaço. A proximidade com as árvores e o ambiente proporcionado pelo bosque sombreado, e o custo que seria para transformar a casa de madeira num posto de saúde (proposta inicial) ajudou na definição da zona de religiosidade. O posto de saúde então foi imaginado e definido para a área ao lado, com espaço para horta medicinal e construção de uma nova estrutura. A estrutura de concreto descoberta foi pensada para um estacionamento em complemento à zona de formação que aproveita a estrutura coberta ao lado, o que deslocou as propostas de usar aquela área como pista de bocha e maia. A zona de lazer teve maior aceitação na medida que as duas estruturas delimitaram uma área aberta entre elas, o que estimulou a imaginação coletiva de uma futura área de comércio e convivência. Na área descampada houve algum debate para poder acomodar uma ideia de pista de laço, na faixa delimitada pelas árvores, que foi imaginada com necessárias adaptações. Ainda algumas áreas ficaram sem uma funcionalidade, pois se tratava do antigo local de dejetos da criação de porcos, o que exigiria um tratamento adequado prévio.

FIGURA 101 - Registros do debate da proposta na área do chiqueiro.

Fonte: Registros pelo Coletivo PLANTEAR, 2022.

Percebeu-se ao longo do processo que as conversas no e a partir do território tendem a abrir as possibilidades e os entendimentos na medida que ao estar com a comunidade nas diversas áreas manifestam-se diversos usos e relações estabelecidas e sonhos e desejos para o

futuro compartilhado. Essas condições possibilitam a compreensão dos saberes inscritos no fazer que é não dito (Porto-Gonçalves, 2002) compartilhado pelo tato, contato, sabores e saberes que emergem no cotidiano, abrindo o repertório geográfico no diálogo (Malheiro, 2020) sobre a organização territorial. O processo do desenho territorial emerge na co-existência diversa que desenha o espaço cotidianamente, combinando múltiplas perspectivas de condições de classe e identidade (Haesbaert, 2021), conformando subjetividades onde a multidimensionalidade, do Mundo de Muitos Mundos, cria alternativas à unidimensionalidade (Porto-Gonçalves, 2002), ao Mundo de Um Mundo (Escobar, 2018).

Na medida que também se diversifica e se amplia o alcance na escuta das famílias, conversando com os núcleos de bases, e nas caminhadas, se multiplicam e se condensam aspectos comuns do território de maneira descentralizada. De outra maneira as conversas realizadas na área do barracão (onde ocorreram a maioria das oficinas) as funções e relações comunitárias manifestadas tenderam a se centralizar espacialmente. O território em diversas escalas cumpre sua função de articular micropolíticas e macropolíticas das relações de poder (Cruz, 2020). Esse movimento de centralização e descentralização ajudou a encontrar as tramas e os sentidos na relacionalidade das atividades e funções em comum, que se territorializaram concretamente em torno da área do barracão e do chiqueiro. A luta pela construção do território fica evidente quando os sentidos manifestados em relação a cada zona mostram um lugar cheio de símbolos, de pertencimento, para uma vida abundante (Ferreira e Felício, 2021). Fica refletido na proposta da comunidade para seu território a luta que vem sendo construída pelo MST na criação de espaços de vida própria e autonomia (Porto-Gonçalves, 2005), por isso uma luta ontológica (Escobar, 2018).

São modos de ser, estar, saber, sentir e sonhar que resgatam raízes passadas e modos de vida não capitalistas que se opõem ao “presentismo” da modernidade mas não se configuram como um “passadismo” de retorno ao passado, mas como elementos que inspiram alternativas de vida baseadas numa reorganização comunal camponesa (Silva, 2024). Não se trata também de uma hegemonia do coletivo, mas uma mediação com o individual, através da organização territorial, de uma construção comum (Bleil, 2024), como bens (Hess e Ostrom, 2016), relações comunitárias (Zibechi, 2015; Federici 2014) e fazer comum (Rocha, 2021), que podem permear sa dualidades antagônicas da modernidade, entre o indivíduo e o coletivo, e o privado e o público.

3.1.5 Entrega final (5ª oficina) e um olhar sobre o processo

Na última oficina foi feita a entrega da proposta onde a área do barracão se tornou o centro comunitário de produção (figura 102) e a área do chiqueiro se tornou o centro comunitário de convivência (figura 103) configurando a distribuição das funções comunitárias, uma concentrada nas atividades produtivas na infraestrutura já utilizada e outra nas atividades de saúde, lazer, espiritualidade, formação e convívio.

O centro comunitário de produção (figura 102) se organiza a partir de 11 espaços com suas respectivas estruturas. Um espaço para ampliação da agroindústria (1), para beneficiamento da produção compartilhada com uma oficina para o maquinário compartilhando parte de uma estrutura da cooperativa com um espaço para o futuro localizado num galpão aberto anexo cujo uso estava sendo de estacionamento. A ampliação do espaço para produção de massas da cooperativa (2) ocupando toda área da estrutura já utilizada, exceto a sala da agroindústria, agregando uma casa anexa dedicada à secretaria (3), um refeitório (6) num conjunto de casas utilizadas no momento por famílias, que contemplariam também uma casa de apoio para visitantes e técnicos (8) e uma casa para segurança com a presença de um vigia (7). Também se consolidou um galpão para maquinário (4) e beneficiamento de grãos, utilizado no momento para alguns eventos e estoque de grãos e máquinas e a recuperação de um outro galpão, no momento sem uso, para uma segunda oficina (9) de maquinários mais pesados. Por fim, o estabelecimento de duas áreas externas dedicadas à produção de mudas e sementes (11) e cogumelos (10) agregando uma perspectiva de pesquisa e produção.

O centro comunitário de convivência (figura 103) se organiza em 9 espaços específicos. Um estacionamento (1) onde, no momento, ficavam os porcos, reaproveitando o piso, um espaço de formação (2) para realização de cursos e um alojamento, em uma estrutura existente coberta que também era utilizada para porcos, um espaço dedicado à saúde (3) com a construção de uma nova estrutura tendo uma horta medicinal anexa, um espaço para comércio (4) aproveitando duas estruturas existentes com um espaço aberto centralizado entre as mesmas, um espaço dedicado ao lazer (5), com quiosque e churrasqueiras com uma área plana para pista de laço e cancha de maia, um campo de esportes (6) em um espaço mais amplo, um parquinho (7) centralizado na área, uma academia ao ar livre (8) e um espaço ecumênico (9) aproveitando a estrutura já existente com um bosque arborizado anexo.

Destacam-se os formatos de visualização da proposta que facilitaram a compreensão da comunidade ao se enxergarem nos espaços imaginados (figura 104), como produtos de sistematização são essenciais para a melhor compreensão e comunicação do processo (Holliday, 2006). As perspectivas apresentadas foram complementadas com uma simulação dos usos dos espaços com montagens e recortes das pessoas a partir dos registros utilizados ao longo das oficinas sobrepostos em ângulos de visão de uma perspectiva do “chão” mostrados na figura 101.

FIGURA 102 - Organização da área comunitária voltada para funções produtivas.

Fonte: Cartilha sistematizada ao final do processo pelo PLANTEAR, 2022.

FIGURA 103 - Organização da área comunitária voltada para funções de convivência.

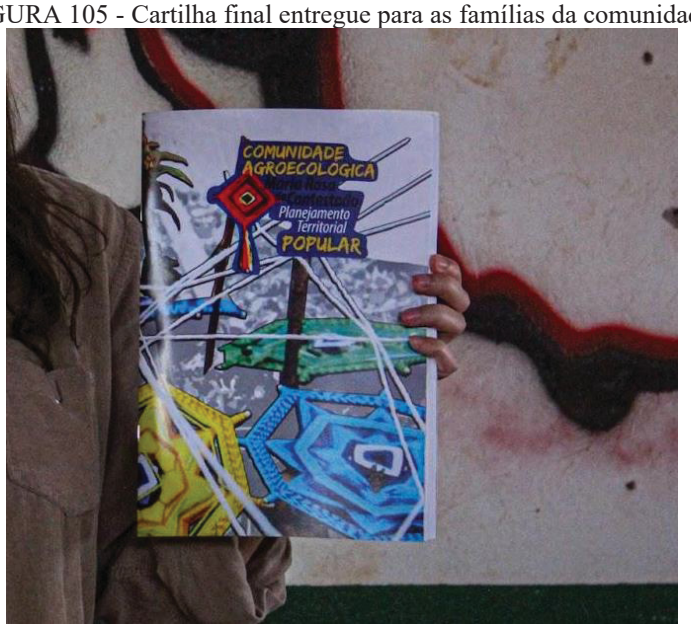
Fonte: Cartilha sistematizada ao final do processo pelo PLANTEAR, 2022.

FIGURA 104 - Simulações dos centros comunitários de produção (à esquerda) e de convivência (à direita).

Fonte: PLANTEAR, 2022.

As representações das disposições nas figuras foram apresentadas para a comunidade e entregues em uma cartilha final (figura 105) de síntese do processo para cada uma das 64 famílias.

FIGURA 105 - Cartilha final entregue para as famílias da comunidade.



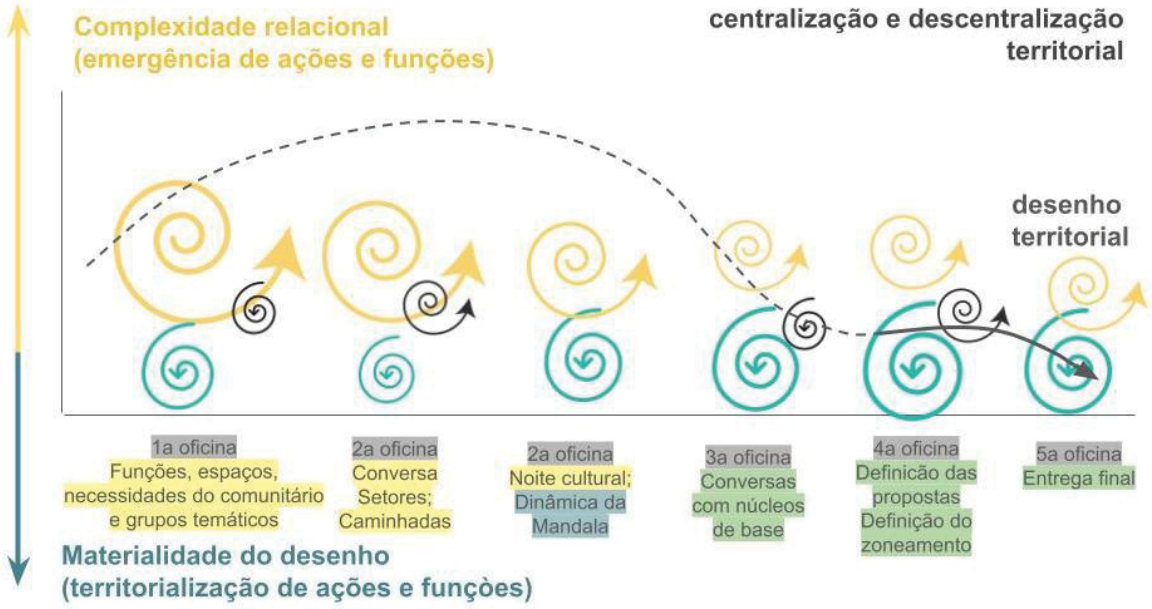
Fonte: PLANTEAR, 2022.

O caminho para chegar até essas propostas foi construído no envolvimento com a comunidade. A trajetória que havia sido construída na primeira etapa (descrita no capítulo 2) e a organização das áreas de moradia se materializando quando se iniciou a segunda etapa fortaleceram as relações entre o coletivo e a comunidade. O anseio por uma determinação sobre onde vai morar é um fator essencial na participação dos processos. Miranda e Cunha (2018) verificam essa condição na construção de PDA (Plano de Desenvolvimento de Assentamento).

Assim como percebido na primeira etapa, o aspecto imbricado do processo, que se realiza entre abertura de possibilidades e fechamento de uma proposta concreta, foi presente também na segunda etapa (figura 106). Por um lado, abriam-se possibilidades na emergência das múltiplas relações, ações e funções: 1) na transversalidade dos debates de gênero; 2) nas diferentes perspectivas do sentido do comunitário, como por exemplo na dimensão do cuidado, com a natureza e com as crianças; 3) no tensionamento entre aspectos individualizados com a construção coletiva; 4) nas especificidades dos debates pelos setores; 5) nas possibilidades de uso do território a partir das caminhadas; 6) e nas tramas de relações entre ações e funções da dinâmica da mandala. Por outro lado fecharam-se definições para a construção das propostas: 1) na concentração de relações em duas áreas (barracão e chiqueiro); 2) na espacialização das atividades das famílias; 3) na vivência da imaginação compartilhada de um futuro centro de convivência; 4) na materialidade das relações entre custo e esforços para a implementação do

comunitário; 5) e no uso já consolidado da comunidade. Na primeira fase do planejamento, houve um tensionamento maior com a demanda urgente pela divisão dos locais de moradia que, na segunda fase, já estava encaminhada.

FIGURA 106 - Imbricação entre a emergência e a territorialização das relações na centralização e descentralização territorial do desenho territorial das áreas comunitárias.



Fonte: O autor.

Coloca-se de um lado a abertura de possibilidades, na emergência de ações e funções, caracterizando a complexidade relacional, representada simbolicamente pela espiral amarela que tem um sentido centrífugo. E de outro lado a materialização da proposta do desenho territorial das áreas comunitárias, onde se define a territorialização das ações e funções, representada simbolicamente pela espiral azul no sentido centrípeto. Colocadas em cada momento das oficinas elas variam de tamanho na medida da intensidade que se manifestaram e caracterizam o processo, ora abrindo mais possibilidades, ora definindo a proposta dos desenhos. Esse aspecto é representado pela linha que varia entre esses dois movimentos. A forma final da linha com poucas variações é uma representação de um processo que foi menos tensionado que na primeira etapa (ver figura 77).

Adiciona-se a esse movimento a concentração (representado por uma espiral cinza com sentido centrípeto) e a desconcentração espacial (representado por uma espiral cinza com sentido centrífugo) das relações no território. Nos diálogos da primeira oficina (conversa sobre funções do comunitário e grupos temáticos) as ações e funções emergiram de forma centralizada na área do barracão. Na segunda oficina (setores, caminhadas e noite cultural) se destaca a emergência descentralizada onde se evidenciou o uso comunitário em várias partes do território, e com propostas de usar a área do chiqueiro. Na terceira oficina, na conversa com os núcleos de base, manifestaram-se diversas atividades do comunitário, descentralizadas,

porém, em maior parte, se concentraram espacialmente no território. Na quarta oficina a construção das propostas e zoneamento se definiu a territorialização do comunitário, de forma desconcentrada em relação a perspectiva inicial sobre a área do barracão, e centralizada em relação aos usos em todo o território.

O aspecto imbricado emerge da coexistência entre mundos, perspectivas e modos de vida diversificados, não necessariamente confluentes, manifestando-se de diversas formas em diversas dimensões e escalas. Haesbaert (2021) aponta esse caráter desde a multiterritorialidade em oposição à territorialidade hegemônica, onde os territórios da prática surgem imbricados entre o "prático-subalterno" e o "normativo-hegemônico", que configura o giro territorial. Nesse tensionamento a conflitualidade apontada por Fernandes (2003) é um reflexo, ou seja, as contradições e conflitos permanecem e se ressignificam no processo de criação de possibilidades para além do mundo de um mundo, da hegemonia da modernidade capitalista. Por isso, o processo é caracterizado como aberto e inacabado (Rufino, 2017) ao mesmo tempo que determina e define possibilidades no cruzamento entre mundos.

Destaca-se que a conversa com cada núcleo de base, levando a conversa até as casas de algumas famílias, foi muito bem recebida pelas mesmas, diante da impossibilidade de estar em todas as oficinas realizadas na área comunitária. Também a oficina de dois dias com a realização de uma confraternização (noite cultural) com atividades religiosas, culturais, e musicais possibilitou maior relação de afetos e de vivência da realidade. Assim se fortaleceram as relações ampliando a compreensão da relacionalidade da comunidade em seu território, pelo qual se caminhou para conhecer as demais áreas não contempladas na primeira parte. A figura 107 mostra a sequência de oficinas somando a 1ª e a 2ª parte do planejamento.

FIGURA 107 -Sequência de oficinas realizadas no processo de planejamento popular.

Fonte: Cartilha final sistematizada pelo coletivo PLANTEAR, 2022

As duas fases do processo do planejamento territorial popular foram marcadas pelo (re)conhecimento da complexidade da realidade da comunidade na construção do seu território, do seu projeto de vida na relação com a terra. A proposta de organização territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado sintetiza um caminho alternativo ao planejamento pautado pela racionalidade moderna do sistema capitalista neoliberal, voltado para a apropriação individual e fragmentada da terra. Esse modelo de pensamento enxerga as relações comunais da terra como algo atrasado, ou, de retorno ao passado.

A construção do sentido comunitário na organização territorial da comunidade supera aquela perspectiva ao construir uma possibilidade entrecruzada, entre as tensões entre mundos, entre o individualismo e o coletivo, onde ressignifica as práticas comunais no contexto de modernidade (Silva, 2024). Na construção dessa possibilidade a questão de gênero foi um grande indutor da compreensão desse embate na medida que as identidades de gênero masculino e feminino mobilizam a relação entre tempo e espaço e formas de dominação e relações de poder (Hernando, 2000). Assim as questões mobilizadas pela identidade de gênero feminina apontam para o espaço, portanto para a consolidação da comunidade em seu território.

A cada oficina abriram-se debates e entendimentos sobre diversas dimensões do ser, estar e saber, cuja amplitude foi captada para além da racionalidade, revelando aos poucos a relacionalidade da vida no território. Quando se prioriza a escuta do território busca-se a compreensão dos saberes inscritos no fazer, no caso, no fazer da comunidade, busca-se compreender os sentidos para além do exercício de uma compreensão racional. O sentido comunitário se faz para além dos bens e recursos compartilhados, bens comuns, mas em usos e relações que dão esses sentidos do comum (Rocha, 2021; Zibechi, 2015; Federici, 2014, 2022). Estão nas relações entre sujeitos humanos e não humanos que conformam um território (Haesbaert, 2021), caracterizando o processo como relacional. Configura-se uma alternativa à racionalidade moderna, para além dos binômios dualistas, espaço e tempo, sociedade e natureza, razão e emoção, com o envolvimento da vivência cotidiana afetada pelo sentimento, pelo tato, pela emoção (Porto-Gonçalves, 2006; Porto-Gonçalves et al. 2015; Malheiro, 2020; Bleil, 2024; Oliveira, 2024).

Dessa maneira o processo todo se caracteriza na imbricação entre abertura de possibilidades e fechamento de um desenho territorial concreto, indo além da racionalidade rompe com a lógica da dualidade que caracteriza o pensamento moderno. Criam-se possibilidades do uso comum do território no imbricamento entre: 1) o individual e o coletivo; 2) o relacional e o racional; 3) o comunal e a modernidade; 4) sociedade e natureza; 5) o espaço e o tempo. A superação desses rompimentos, do caráter dual, aparecem na

multidimensionalidade e multiescalaridade do território para além do planejamento limitado ao cercamento da propriedade privada, individual, e um comunitário isolado (como uma propriedade pública). As relações se estabelecem assim para além da produtividade da terra, da lucratividade, mas na formação e educação, na saúde, no lazer, na cultura, no gênero e no cuidado, desde o corpo, a moradia, o lote, o quintal produtivo, o comunitário, a natureza, o assentamento, a comunidade, o movimento e a sociedade. Assim se busca o sentido do comunitário, ou seja, do uso comum do território para um território comum.

3.2 O uso comum do território, racionalidade e relacionalidade comum

Rocha (2021) reivindica uma geografia do comum, que vai além da constatação da espacialidade e territorialidade do fenômeno que é o comum, distanciando-se da compreensão moderna do espaço como categoria oposta ao tempo. Segundo o autor, na narrativa hegemônica ocidental o tempo, baseado na linearidade, asfixia o espaço, como estático, transformado unilateralmente, implicando num único processo evolutivo, hierarquizando lugares, divididos em desenvolvidos ou modernos e subdesenvolvidos ou atrasados. Esse raciocínio cumpre um papel ideológico na imposição de um modelo civilizatório ocidental e capitalista, considerado superior a qualquer outra forma de organização social. Por outro lado, o autor destaca que a geograficidade de um fenômeno é sua espacialidade como multiplicidade de existências, onde coexistem diversas trajetórias, ou diversos tempos. "É uma virada epistêmica, pois rompe a dualidade antagônica entre espaço e tempo e refaz a relação espaço-tempo na formação do pensamento." (Rocha, 2021, p.312, tradução própria[88]). Haesbaert (2021) e Porto Gonçalves (2002) também destacam a relação conflituosa entre espaço e tempo sob uma perspectiva hegemônica do segundo sobre o primeiro e, de outra maneira, apontam o território como coexistência de diferentes perspectivas ontológicas.

Mais que um substrato para a ação humana o espaço é construído permanentemente por interrelações e interações sociais na multiplicidade da coexistência temporal, onde a geografia do comum leva a uma ruptura da noção do comum como algo estático, mas como processo social em constante reinvenção e conflito, um fazer comum (Rocha , 2021). Nesse sentido, da concepção do comum como coexistência, o fenômeno pode acontecer apesar e além das

[88] *Es un giro epistémico, pues descompone la dualidad antagónica entre espacio y tiempo y rehace la relación espacio-temporal en la conformación del pensar.*

dualidades antagônicas, indivíduo e coletivo, privado e público, na construção de uma comunidade.

> A comunidade, seja como forma de organização sociopolítica ou como prática de vida, é inseparável do território de vida em que se constrói. A comunidade é a construção permanente da integralidade da vida e do trabalho concreto, um processo em que fazer parte de uma comunidade e fazer parte de um povo são, ao mesmo tempo, as condições primárias de pertencimento e de subjetividade. Ou seja, o comum como práxis, o fazer-comum, está relacionado ao trabalho concreto e à subjetividade comunitária como identidades pessoais e coletivas. (Rocha, 2021, p.14, tradução própria[89]).

Gutiérrez (2017) aponta o surgimento de políticas históricas que ao generalizarem as categorias e seus significados subverteram a produção do comum que, transformados em bens públicos, favoreceram "garantias totais à propriedade privada de vastas áreas de riqueza material para a exploração de parceiros locais e cúmplices estrangeiros." (Gutiérrez, 2017, p.116, tradução própria)[90]. Isto é verificado na implementação da política de Reforma Agrária baseada na redistribuição de terra. Leite et al. (2011) destacam que a implementação do assentamento torna a sua gestão responsabilidade do Estado na garantia da sua viabilização. Por um lado, se privilegia um espaço com investimentos públicos mas, por outro, deixa as famílias limitadas às lógicas do desenvolvimento adotadas pelo governo, suscetíveis às ausências e inanição do mesmo. Por exemplo, a imposição da lógica da propriedade privada capitalista se deu através da divisão de lotes individuais em projetos focados na produtividade, e com a política de titulação individual que, diante da ausência de políticas de permanência e consolidação de assentamentos, favoreceu a retomada de terras pelo mercado através da venda e do arrendamento.

Assim como Rocha (2021) reivindicou uma geografia do comum superando a dualidade antagônica tempo e espaço que coloca este último como estático, reivindicamos um planejamento do comum. Implica-se assim no entendimento que o planejamento territorial não é a ferramenta que vai determinar o caminho para o desenvolvimento de uma comunidade, para a definição e consolidação do seu território, pautado numa lógica única de apropriação da terra, baseada na propriedade privada e na produtividade. Nesse sentido a perspectiva do planejamento territorial popular busca compreender e evidenciar o comum na organização

---

[89] *La comunidad, sea como forma de organicidad socio-política o como práctica de vida, es indisociable del territorio de vida en el que se construye. La comunidad es la construcción permanente de la integralidad de la vida y del trabajo concreto, proceso en el cual ser de comunidad y ser de pueblo son, al mismo tiempo, las condiciones primarias de pertenencia y subjetividad. Es decir, lo común como praxis, el hacer-común, está relacionado con el trabajo concreto y con la subjetividad comunitaria como identidades personales y colectivas.*

[90] *garantías plenas a la propiedad privada de vastos ámbitos de riqueza material para la explotación de socios locales y cómplices extranjeros.*

territorial da comunidade. É o uso comum do território que determina o planejamento e não o contrário.

O planejamento convencional, enquanto prática da racionalidade moderna capitalista (Grosfoguel, 2018) dedicada ao desenvolvimento (Fabrini, 2011; Montenegro Gómez, 2006; Germani, 2010) tende a priorizar o tempo (capitalista), sobre o espaço, enquanto heterogeneidade socioespacial (Haesbaert, 2021, Porto-Gonçalves, 2002, Rocha, 2021), e a quantidade (da produtividade e lucratividade) sobre a qualidade (diversidade), impondo aquela racionalidade, o Mundo de Um Mundo, sobre as diversas formas de ser, estar e pensar no mundo, do Mundo de Muitos Mundos (Escobar, 2016 e 2018).

O desenho territorial, como proposta de prática alternativa do planejamento que emerge desta pesquisa, olha para as relações construídas na coexistência espaço-tempo de múltiplas perspectivas ontológicas (Rocha, 2021; Haesbaert, 2021; Porto-Gonçalves, 2012; Escobar 2016), abordadas por uma postura aberta, de escuta (Malheiro, 2021, Porto-Gonçalves et al. 2015) que afeta e é afetada (Oliveira, 2024; Rigotto et al. 2018). Assim, o espaço organizado pela comunidade, com suas relações cotidianas territorializadas, são manifestadas na vivência do território transformando o tempo, percepções, subjetividades e compreensões durante o processo de planejamento. Assim, é preciso pensar a partir da multiplicidade, onde "o espaço não é o substrato material da ação humana, é construído permanentemente por interrelações e interações sociais" (Rocha, 2021, p.313, tradução própria)[91] onde coexistem os diferentes tempos (Haesbaert, 2021; Porto-Gonçalves, 2002).

As relações de consenso e dissenso contribuem com a construção coletiva e com a cooperação na comunidade Maria Rosa do Contestado, contemplando a diversidade coexistente no território e para além do território. As diferentes perspectivas mediadas no território mantém o processo dinâmico e vivo sendo constantemente trabalhados desde o cotidiano. As relações que fortalecem o sentido comunitário e coletivo se reforçaram na necessidade de consolidar um projeto alternativo às forças hegemônicas externas ao território que ameaçam a permanência da vida. Essas constatações são percebidas desde o compartilhamento do cotidiano da comunidade durante as oficinas, algo que Bleil (2024) também constata num levantamento etnográfico sobre a organização coletiva em assentamento, onde destaca os sentimentos de proximidade e semelhança dos modos de vida na construção da identidade que se fortalecem em oposição a outros mundos sociais antagônicos. Segundo a autora, a

[91] *el espacio no es el sustrato material o escenario de la acción humana, es construido permanentemente por interrelaciones e interacciones sociales.*

compreensão da base de uma sociedade se dá através dos processos moleculares que unem as pessoas e nas interações que formam uma unidade consciente, onde o indivíduo determina suas ações e é determinado por elas formando uma ordem social. Como espaços, organizações e associações que permitem a troca entre os indivíduos, as estruturas são preenchidas por uma "atmosfera" de sentidos. "Para realmente entender as pulsões e as motivações individuais que suscitaram a reunião de indivíduos em determinado local, devemos experimentá-las, seja vivenciando-a presencialmente, ou estudando-a de maneira sistemática." (Bleil, 2024, p.62)[92]. A autora aponta o mundo comum que as famílias criam "compartilhando o direito à terra e participando das decisões políticas" (Bleil, 2024, p.20), criando e recriando formas de associação no seu cotidiano. No capítulo 4 vai se dialogar com outras experiências que compartilham essa perspectiva.

Assim se estabelecemos a ressignificação do comum não como algo estático, e sim como algo que a partir da coexistência e multiplicidade se reconstrói a todo momento, a partir da "práxis social" ou, fazer comum (Rocha, 2021), que aqui se entende também como vínculos e relações (Zibechi, 2015; Federici, 2014; 2022) que constróem o sentido comunitário, bem como a multidimensionalidade do ser e estar no território manifestado na complexidade, evidenciada pelo processo de planejamento territorial popular e sistematizados no desenho territorial. A oficina da mandala tornou evidente essa complexidade que foi reconhecida pela comunidade, mostrando que as ações produzem relações que vão além daquilo que é racionalmente determinado, são sentidos que se ressignificam constantemente como evidenciada na diversidade mostrada das perspectivas sobre as atividades comunitárias e os lugares específicos no território durante a conversa com os Núcleos de Base. O comum, segundo Gutiérrez (2017), ao possibilitar o "fazer" crítico (Holloway, 2011), não cria modelos a serem seguidos como receita, cada contexto exige uma resposta criativa, os caminhos já traçados do comum mostram dimensões e aspectos que serão renovados em cada "fazer".

A produção do comum está fundamentada no coletivo (Gutiérrez, 2017), porém num coletivo que tem um significado mais profundo que uma simples qualidade de plural. A autora usa o termo "*nosotras*", que na tradução literal significa nós. Assim reforça a complexidade das relações do comum, com uma grande capacidade de adaptação, de buscar ir contra os processos que invisibilizam e ocultam a diversidade.

> O "nós" que herda, produz e reproduz o comum pode ser de tipos muito diferentes, pode assumir formas diferentes. Porém, nos momentos mais enérgicos da luta,

[92] A pesquisa da autora foi realizada entre os anos 2000 e 2003 no assentamento Santa Maria, na Cooperativa Vitória (COPAVI), onde teve vivências entre 5 a 30 dias, para realizar um trabalho etnográfico, com entrevistas e observação no local.

> quando o antagonismo social exposto ilumina e permite perceber o que historicamente esteve oculto e é cotidianamente negado, então é possível explorar algumas de suas expressões, seus modos de ser e se desdobrar, suas variedades quase infinitas e complexas de produzir e reproduzir o mundo. (Gutiérrez, 2017, p.122, tradução própria[93]).

Assim, o "fazer" através dos momentos transborda o visível e gera uma experiência, não inteligível, que tem uma força transformadora do comum. As dinâmicas do comum no cotidiano seguem algumas lógicas apontadas pela autora: o sentido de inclusão e vínculo mediante mecanismos de igualdade frente ao que se produz ou quer se produzir no comum. "Formas de produzir coletivamente a relação de "ser parte" são então deliberadas e testadas, não com base em códigos ou termos de exclusão, mas sim em algum senso de inclusão." (Gutiérrez, 2017, p.123, tradução própria[94]). Foi nessa direção que o planejamento na comunidade Maria Rosa do Contestado se configurou também como fazer comum, com inclusão da comunidade e seu território na construção do desenho territorial mediante a formação de vínculos entre a comunidade e o coletivo PLANTEAR.

Os sentidos comunitários são percebidos e construídos nas oficinas para além do aspecto inteligível, ou seja, para além da racionalidade (da lógica racionalizada), mas pela relacionalidade (na construção de relações), além dos saberes escritos, mas nos saberes inscritos no fazer (Porto-Gonçalves, 2002). Emergem nos consensos e entendimentos manifestados e compartilhados com a comunidade na construção do desenho territorial onde os significados mobilizam intuição, criatividade e envolvimento (Pasinato, 2021) e também a racionalização e significados relacionais da organização territorial. São sentidos que transcenderam a hegemonia da razão em momentos em que a realidade do território ressignificou a intencionalidade das oficinas, construídas desde o tempo-espaço universitário (lugar por excelência da racionalidade moderna), dando novos sentidos que superaram cotidianamente algumas limitações do nosso olhar carregado pela dualidade racional

[93] *El nosotras que hereda, produce y reproduce lo común puede ser de muy distintas clases, puede asumir distintas formas. Sin embargo, en los momentos más enérgicos de la lucha, cuando el antagonismo social desplegado alumbra y permite percibir lo que históricamente queda oculto y es cotidianamente negado, entonces es posible explorar algunas de sus expresiones, de sus modos de estar y desplegarse, de sus casi infinitas y complejas variedades de producir y reproducir el mundo.*

[94] *Se deliberan y se ensayan, entonces, formas de producir colectivamente la relación «ser parte», no a partir de códigos o términos de exclusión sino de algún sentido de inclusión.*

(Grosfoguel, 2016[95]; Machado-Aráoz, 2010[96]) e mobilizando a multiplicidade relacional da escuta (Porto-Gonçalves et al., 2015; Malheiro, 2021).

Quando a relacionalidade das ações e funções foram entendidas na construção da mandala, cuja dinâmica foi ressignificada na apropriação pela comunidade, ou quando as possibilidades de ampliação do comunitário foram imaginadas e vislumbradas no território, ampliaram os sentidos do comunitário, para a construção das propostas de desenho. Foram diversas dimensões do ser, estar e saber da comunidade que se tornaram palpáveis e compartilhadas num processo comum. São momentos percebidos, por um lado, na constatação da práxis social da comunidade, no trabalho cooperativo e solidário, na mobilização das mulheres, na organização das áreas de produção coletiva, no pensar e imaginar a convivência no comunitário, no cuidado com a natureza, na produção agroecológica. E, por outro lado, na postura metodologicamente aberta do processo de planejamento territorial popular e construção do desenho territorial afetado pelas relações construídas nas oficinas cujos sentidos transcendem a hegemonia da razão. Por isso se reforça o desenho territorial como um processo de escuta do território como coexistência de relações diversas, multidimensionais (produção, educação, lazer, saúde, gênero, espiritualidade, identidade, memória) e multiescalares (corpo, moradia, acampamentos, comunidades, movimento).

Rocha (2021) se refere a práticas socioculturais de duas comunidades camponesas, indígenas e caboclas, destacando as formas e as relações que exemplifica na dimensão de práticas de religiosidade, são momentos de encontro comunitário que envolvem dança, religiosidade e tradição histórica das comunidades, como interrelações sociais diversas, que formam uma rede de forças que regem o cotidiano comunitário, destacando a permeabilidade e a complexidade sociocultural. São momentos em que emerge um espírito "do comum que transcende da sincronia de cada movimento da dança à sincronização de todo um ano de trabalho, de semeadura e colheita, de oração semanal, do cuidado de si e do outro, de intensa

[95] Grosfoguel (2016) destaca o dualismo ontológico onde separa mente e corpo, razão e emoção, com origem no pensamento de Descartes que equivale o Eu a Deus, de modo contrário o conhecimento seria produzido desde o corpo e por isso situado e localizado. Também sustenta a ideia do "Eu" universal num solipsismo epistemológico, onde a certeza de um conhecimento é produzida num monólogo interior, ignorando toda dialética de um corpo imerso em relações sociais. Assim a produção do conhecimento pelo "Eu" se dá desde um não lugar, uma epistemologia do ponto zero. "A importância de René Descartes para a epistemologia ocidentalizada pode ser percebida 370 anos depois: as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento. Mesmo os que são críticos da filosofia cartesiana continuam utilizando-o como critério para diferenciar o que é ciência ou não." (Grosfoguel, 2016, p.6).

[96] Segundo Machado-Aráoz (2010) o episteme moderno subordina tudo à análise da razão, que fragmenta e reduz a realidade, criando verdades universais. O iluminismo e a tradição judaico-cristão estabeleceram a separação entre, "*lo sagrado, lo humano y la naturaleza" criando uma ruptura entre "mente y cuerpo y entre filosofía, ciencia y religión*" (Machado-Aráoz, 2010, p.35).

vontade comunitária, ano após ano." (Rocha, 2021, p. 315, tradução própria)[97]. São sentidos do comum que emergem para além da sua racionalização.

Rocha (2021) contrapõe a racionalidade capitalista, baseada na competição e no individualismo, limitada à matriz do conhecimento moderno ocidental, com a racionalidade do comum, baseada na cooperação, reciprocidade e solidariedade. Assim se constroem alternativas a partir do comum (quadro 10) como bens, recursos e usos compartilhados (Hess e Ostrom, 2016) como práxis social, com um fazer comum (Rocha, 2021; Gutiérrez, 2017), como relações e vínculos (Zibechi, 2015; Federici, 2022), no resgate e ressignificação de práticas e modos de vida comunal que no contexto da luta do campesinato sempre existiram (Roos, 2012; Fabrini, 2011) e na luta pela terra (Medeiros, 2010; CONCRAB, 2001; MST, 2025) que se destacam nas relações de solidariedade e companheirismo do cotidiano da luta pela terra onde as ocupações e a mística manifestam o espírito do comum (Bleil, 2024). Configura-se assim o uso comum do território para o qual o desenho territorial tenta dar forma, portanto, como um território comum. Nesse sentido se complementa a contraposição também pela relacionalidade do comum que, sendo multidimensional e multiescalar, emergem entrecruzadas nas dualidades antagônicas da modernidade capitalista.

QUADRO 10 - Aspectos das perspectivas sobre o comum.

Aspectos das perspectivas sobre o comum
Comum como resistência ao capitalismo e à modernidade
Resgate e reinvenção de práticas tradicionais
Oposição ao individualismo e ao consumismo
Defesa contra os cercamentos neoliberais
Comum e a relação espaço-tempo
Espaço como construção coletiva
Tempo como imposição hegemônica da modernidade
Ruptura da dicotomia entre espaço e tempo
Comum e gênero
Trabalho reprodutivo e cuidado como eixo da resistência
Relação entre espaço (mulheres) e tempo (homens)
Superação da separação entre o pessoal, o político e o ativismo

[97] *Es el espíritu de lo común que trasciende de la sincronía de cada movimiento de la danza hacia la sincronización de todo un año de trabajo, de siembras y cosechas, de la reza semanal, del cuidado de si y del otro, de intensa voluntad comunitaria, año tras año.*

Comum e territorialidade
Construção de um território comum
Coexistência de múltiplas racionalidades e relacionalidades
Mediação entre o coletivo e o individual
Comum e disputa política
Cooptado pelo Estado e pelo mercado
Uso do comum como mercadoria
Necessidade de autonomização e autogestão

Fonte: Organizado pelo autor.

Na perspectiva do comum articulamos múltiplas dimensões que tensionam o capitalismo e a modernidade, emergindo como resistência e construção coletiva. Destacamos cinco sentidos relacionados: 1) de resistência, ao ressignificar práticas comunitárias e enfrentar os cercamentos neoliberais; 2) de espaço-tempo, desafiando a separação moderna e propondo relações dinâmicas; 3) de gênero, ao reconhecer o papel central do cuidado e do trabalho reprodutivo; 4) de territorialidade, na criação de territórios comuns que conciliam diversidade e pertencimento; 5) de disputa política, onde o comum é apropriado pelo Estado e pelo mercado, exigindo processos autônomos de gestão. Essa complexa teia de relações conforma o comum como um campo vivo de luta e criação de possibilidades.

É sobre a emergência das relações do comum na organização territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado que a 2ª fase do planejamento territorial se construiu. São aspectos percebidos desde a atuação na realidade concreta na construção de uma comunidade que reivindicou a luta pela terra em um período de recrudescimento da opressão contra a Reforma Agrária. Reforçamos o destaque de que essa leitura se faz no sentido destacar aspetos para contribuir com a complexidade e diversidade da questão agrária apontando para uma possível configuração da luta pela terra que não se pretende representativa de outros contextos que carregam sua própria complexidade, mas que pretende o diálogo para complexificar a amplitude do tema.

Com a finalização dessa fase, em março de 2023 foi entregue (figura 108) a cartilha com a proposta do desenho territorial da Comunidade Maria Rosa do Contestado. Em dezembro de 2023, no dia 7, ocorreu a audiência judicial em que o INCRA homologou um acordo para destinar área para a Reforma Agrária, mantendo o uso do CTP, que implementaria

parte dos seus cursos de formação voltado a essa política[98]. No dia 15 de dezembro a comunidade celebrou o fim do processo jurídico com o acordo e o reconhecimento oficial do assentamento, inaugurando a placa oficial (figura 109)[99]. No dia 22 de abril de 2024 foi publicado no diário oficial da União a transferência da fazenda para o INCRA-PR, anunciada também como o primeiro assentamento do recém criado programa Terra da Gente do governo federal[100].

FIGURA 108 - Ato da entrega da proposta da Comunidade Maria Rosa do Contestado.

Fonte: Foto de Juliana Barbosa, setor de comunicação do MST-PR.

[98] TRF4. 4º Tribunal Regional Federal. Justiça Federal homologa acordo entre o INCRA e o CTP para resolver os conflitos fundiários na região de Castro(PR). Portal de Notícias 4R, 2023. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=27789. Acessado em: 7 de julho de 2025.

[99] MST. Vitória da agroecologia! MST conquista assentamento para 63 famílias em Castro (PR). Site oficial do MST, 2023. DIsponível em: https://mst.org.br/2023/12/16/vitoria-da-agroecologia-mst-conquista-assentamento-para-63-familias-em-castro-pr/. Acessado em: 7 de julho de 2025.

[100] Agência Gov. .Programa Terra da Gente tem primeira área destinada para assentar famílias no Paraná Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/terra-da-gente-tem-primeira-area-de-reforma-agraria-para-assentar-63-familias-no-paraná. Acessado em 7 de julho de 2025.

FIGURA 109 - Inauguração da placa e celebração da conquista do assentamento Maria Rosa do Contestado[101] (na parte inferior da imagem, da esquerda para a direita, a liderança da comunidade Rosane Mainardes, o Bispo de Ponta Grossa, Dom Sergio Arthur Braschi, e o Superintendente do Incra-PR, Nilton Bezerra Guedes).

Fonte: Foto de Juliana Barbosa, setor de comunicação do MST-PR.

Destacamos a complexidade do planejamento desde a autonomia da comunidade sobre o seu território na medida que articula relacionalmente muitas dimensões do ser, estar e saber (cuidado, gênero, geração, meio ambiente, lazer espiritual, saúde, educação, produção, luta por terra e território, comunidade e coletividade). Além disso, o caráter imbricado do processo na materialização do desenho territorial. Assim se estabelece uma proposta que foi bem recebida pela institucionalidade do INCRA que reconheceu a organização territorial da comunidade no território, o que não significa a solução dos conflitos, mas sim uma possibilidade de garantir um passo em direção à construção de um Mundo de Muitos Mundos. Nesse sentido, o capítulo 4 buscará trazer um aprofundamento sobre o desenho territorial como processo numa perspectiva de planejamento territorial popular e na disputa por terra e território. Um processo que configura em si também uma disputa desde o contexto universitário na construção de uma práxis acadêmica transformadora da realidade em compromisso com as lutas sociais.

A relacionalidade aprofundada na 2ª fase do planejamento reforça a compreensão de que a proposta do desenho territorial na comunidade Maria Rosa do Contestado não é um modelo a ser replicado em outros contextos, pois se configura como um resultado de um processo imerso nas relações que a comunidade em sua organização territorial estabelece em

[101] Mais sobre a festa da conquista do assentamento pode ser assistido no mini documentário produzido pelo coletivo PLANTEAR, “DOCUMENTÁRIO PLANTEAR - MARIA ROSA DO CONTESTADO”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GtXaZ6j7Re4. Acessado em 7 de julho de 2025.

múltiplas dimensões e escalas. Esse desenho territorial aponta uma possibilidade que deve ser construída a partir do território comum e não como reprodução das suas dimensões concretas.

Capítulo 4 - O desenho territorial como sistematização do território comum e as funções de uma tese extensionista.

Após os capítulos 1, 2 e 3 com um mergulho na realidade do conflito e do planejamento, o objetivo deste capítulo é resgatar os debates provocados pelo planejamento territorial popular na construção do desenho territorial como proposta de sistematização da organização territorial comunitária e abrir o debate para uma perspectiva de tese extensionista. O capítulo 1 evidenciou o conflito entre mundos na disputa jurídica fundiária da Fazenda Capão do Cipó, por um lado o Mundo de Um Mundo manifestado no agronegócio regional de Castro, voltado à pecuária leiteira, e na institucionalidade da um Estado caracterizado pelo abandono da reforma agrária e favorecimento da propriedade privada capitalista e da relação produtivista com a terra. Esse mundo foi caracterizado desde a escala nacional, mostrando através do agrobanditismo (Mitidiero e Feliciano, 2018), da contrarreforma agrária (Alentejano, 2022) e do avanço do retrocesso (Roos et al., 2022). Por outro lado, o Mundo de Muitos Mundos, manifestado na construção da comunidade Maria Rosa do Contestado com um projeto alternativo ao instituído, desde o contexto da Reforma Agrária Popular (MST, 2025), da produção agroecológica e relações de solidariedade reciprocidade e da luta por terra e território (Ferreira e Felício, 2021).

Traçamos uma cronologia da disputa jurídica do conflito evidenciando os processos de territorialização na disputa entre mundos. Assim entendemos que a consolidação do território diante do conflito favorece sua defesa na medida que evidencia a potencialidade na materialização de um projeto de vida. Por isso a atuação do coletivo PLANTEAR através dos estudos técnicos buscou dar visibilidade e voz à organização territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado que se fortalece diante das contradições também evidenciadas nas propostas apresentadas de um território a partir da racionalidade capitalista.

No capítulo 2 aprofundamos o debate no sentido da importância da organização territorial através da primeira etapa do planejamento territorial popular com foco nas áreas de moradia. Seguindo a estratégia da consolidação territorial como defesa da comunidade Maria Rosa do Contestado, o coletivo PLANTEAR foi demandado pelo MST a auxiliar nessa construção favorecendo aquela estratégia. A partir de encontros mensais com a comunidade, os debates foram revelando a complexidade e a multiplicidade das relações construídas no território, fortalecendo a leitura da caminhada da luta pela terra para a luta por terra e território.

Com conversas para entender o passado, presente e futuro da comunidade, com dinâmicas para entender sua territorialização, com recortes temáticos (produção, lazer, saúde, educação e natureza) chegou-se a um entendimento de zonas de uso (moradia, produção e comunitário) numa perspectiva ampliada da agroecologia, que dialoga com a ontologia relacional. Enquanto os debates foram abrindo as possibilidades na organização territorial, o formato mais concreto do desenho territorial foi sendo proposto a partir da discussão sobre possibilidades de desenhos. A partir daí, em consonância com a ansiedade pela definição das áreas de moradia, as oficinas aconteceram entre a abertura de possibilidades e o necessário fechamento da proposta de desenho.

A multiplicidade do processo nas relações manifestadas na construção do território da comunidade motivou a compreensão de perspectivas sobre o território. Tendo a noção de uma rede de relações entre corpos-território, onde coexistem diferentes perspectivas ontológicas, mobilizamos o entendimento sobre o território hegemônico do desenvolvimento territorial como forma de delimitar as dimensões de r-existência e alternativa ao Mundo de Um Mundo. Assim, o território entendido na disputa entre o campesinato e o agronegócio mostraram a perspectiva do conflito e das contradições do capital que não podem ser perdidas de vista. Porém ao complementar o território a partir da relacionalidade diferenciamos essa noção a partir da multidimensionalidade e multiescalaridade das relações em sua defesa. Essa perspectiva foi aprofundada desde o giro territorial da questão agrária ampliando, desde o debate na América Latina, principalmente das cosmovisões dos povos originários, a noção do ser território. Como uma perspectiva imbricada nos arranjos escalares e conceituais, tendo o corpo-território como fundamento, destacamos um caminho para a manifestação do sentido comunitário das relações territoriais.

Assim o capítulo 3 buscou, no sentido do comum e do comunitário, a definição do território comum como perspectiva do desenho territorial, aprofundado na 2ª etapa do planejamento. Também com oficinas mensais os debates e as dinâmicas se aprofundaram na relacionalidade e na vivência do processo. A partir de cortes temáticos e das relações territorializadas para a definição das áreas comunitárias evidenciamos uma territorialidade do processo na aproximação com as famílias e nas caminhadas pelo território. A noção do território comum ficou mais evidente na ampliação das perspectivas sobre o comum, no fazer comum, e nas relações comuns, constituindo-se um caminho alternativo à racionalidade moderna do capital, fundamentado numa relacionalidade do comum, superando as dualidades

antagônicas da modernidade. Assim, destacamos que para além da racionalidade é preciso a construção de um processo baseado na racionalidade do comum.

Dessa maneira, o capítulo 4 busca consolidar os debates em torno do desenho territorial como processo de sistematização do território comum, processo que motiva a ampliação do debate da extensão popular. Diante dos desafios que o diálogo da pesquisa com a extensão apresentou nesta tese se enumeram aqueles para delinear uma proposta de tese extensionista. Também apontaremos ações específicas da extensão que foram essenciais no processo para a sistematização da realidade, estendendo essa perspectiva para debater características da tese pautada pela extensão. Ampliando o debate em diálogo com uma perspectiva do trabalho de campo na Geografia e o resgate das atuações de projetos de extensão.

4.1 O desenho territorial como escuta do território comum

O processo de planejamento territorial popular realizado para chegar em um desenho territorial desde o território da comunidade sistematiza uma série de debates que envolve dimensões sociais, culturais, produtivas, ambientais que são atravessadas por questões de gênero, raça, geracionais, de identidade e memória, de uma diversidade de trajetórias que se reúnem, a princípio, na busca por um pedaço de terra para garantir um modo de vida digno, que se expande nas relações de coletividade e comunitárias desde os corpos-território até a inserção no MST. Assim se inicia ou continua uma caminhada de construção do território, na medida que a autonomia territorial é necessária, como potencialidade na organização comunitária e construção de uma outra relação com a natureza, onde o desenho territorial surge como uma possibilidade de escutar o território comum.

Como processo relacional na construção e (re)conhecimento, o desenho territorial se deu de forma coletiva na escuta do território (Malheiro, 2021, Porto-Gonçalves et al., 2015), caracterizando uma postura metodológica aberta. Considerar a construção do território a partir das relações que o conformam é também estabelecer as mesmas como grupo interlocutor com a comunidade, por isso é um processo que inclui afetar e ser afetado onde o compromisso com a autonomia da comunidade em sua organização territorial é respeitada e visibilizada, o que de outra forma, comum no encontro entre o Mundo de Um Mundo e do Mundo de Muitos Mundos, seria sobreposta na predominância de uma racionalidade moderna, no controle de saberes, modos de ser e estar.

A aproximação da comunidade gerou expectativas diante da institucionalidade da Universidade (lugar do conhecimento hegemônico-colonial), gerando dificuldades de troca sobre as quais a postura aberta e de escuta é essencial, buscando superar as relações de poder hierarquizantes nesse encontro

> O mundo ocidental tem uma lógica extrema que privilegia um sentido: visão; a paisagem, o homem-águia que olha de longe, de cima, o homem da visão, é sempre a visão. Quanto mais longe está a visão, mais domínio ela tem sobre o mundo. É uma lógica de distanciamento. Se eu quiser te ouvir, faço um movimento de aproximação." (Porto-Gonçalves et al.,2015, p.254, tradução própria[102]).

Tentar entender a organização territorial da comunidade envolve saber das suas trajetórias, memórias, identidade, as quais não são compartilhadas sem ruídos. Por isso, as idas à comunidade envolvem sensibilidade para considerar as subjetividades e delicadezas do processo de compartilhamento que melhor acontece com base em relações de confiança e afeto. Essas acabam sendo tensionadas diante das dimensões do ser, estar e saber técnico, moderno, colonial e capitalista.

Aura Cume (2018), desde sua experiência no contexto universitário, sendo indígena maya e pesquisadora antropóloga, destaca os tensionamentos num ambiente de pesquisa na Universidade. Segundo a autora, as heterarquias coloniais (do saber, de raça, gênero, etnia, idade) (Grosfoguel, 2008) impuseram muita dificuldade em ser ouvida e ter seus saberes considerados em pé de igualdade com os saberes científicos e as falas de pesquisadores, homens brancos. "Sexo/gênero, classe social, raça/etnia e idade, entre outras situações, não apenas determinam as condições de criação, mas também afetam o próprio conhecimento gerado." (Cume, 2018, p.138, tradução própria[103]). Em essência a autora destaca que a simbologia das relações entre a subalternidade e hegemonia vão iniciar na presença dos corpos. Esses tensionamentos estavam presentes quando o coletivo PLANTEAR, enquanto uma institucionalidade (enquanto universidade, mas com uma relação diferente da institucionalidade que se opõe à comunidade), chegou no território da comunidade Maria Rosa do Contestado.

---

[102] *El mundo occidental tiene una lógica extrema que privilegia un sentido: la visión; el paisaje, el hombre-águila que mira de lejos, desde lo alto, el hombre de visión, es siempre la visión. La visión mientras más lejos esté, más dominio tiene sobre el mundo. Es una lógica del alejamiento. Si quiero escucharlos a ustedes, yo hago un movimiento de acercamiento.*

[103] *sexo/género, la clase social, la raza/etnia y la edad, entre otras situaciones, no sólo determinan las condiciones para crear, sino que afectan el conocimiento mismo generado.*

Partindo da premissa do espaço constituído por corpos e das relações como constituintes das coisas, do mundo, ou seja, que as coisas não existem antes das relações Porto-Gonçalves et al. (2015, p.254, tradução própria[104]) afirma que "somos nossas relações, entre nós mesmos e com o ar, a água, os corpos, com tudo. Se essas relações são ao mesmo tempo relações contraditórias, então, essas são as premissas iniciais." Entendemos que nessas relações necessariamente estarão o ímpeto para o controle em favor da colonialidade e modernidade, pelo conhecimento técnico, ou pelas expectativas geradas, implicando uma proposta de uma solução fechada, necessitando, frente a isso, a postura aberta de escuta.

Olhando para o processo do desenho territorial podemos relacionar essa postura na realização da oficina de cartografia social (2ª oficina da etapa de moradias), fundamentada no mapeamento coletivo dos Iconoclasistas (Risler e Aires, 2013) e da Nova Cartografia Social (Almeida, 2013). Nesses processos, a autonomia da comunidade sobre a construção do mapa e da forma de representação é importante. "Os procedimentos na produção dos mapas obedecem, portanto, aos critérios de seleção dos próprios agentes sociais que indicam o que é mais relevante para constar das cartas que representam sua situação social." (Almeida, 2013, p.33). Ao buscar um desenho situacional do território praticado, a "construção de um mapa constitui uma forma de desenvolver histórias coletivas em torno do comum, configurando uma plataforma que torna visíveis determinados encontros e consensos sem achatar as diversidades, uma vez que também são capturadas." (Risler e Aires, 2013, p.8, tradução própria[105]). Da mesma forma que os autores propõem a construção do mapa, aqui se entende a construção do processo de desenho territorial.

> O mapeamento é uma prática para derrubar barreiras e fronteiras, e permite nos encontrarmos em um território de cumplicidade e confiança. É também uma dinâmica através da qual vamos construindo e potencializando a difusão de novos paradigmas de interpretação da realidade. (Risler e Aires, 2013, p.8, tradução própria[106]).

De forma geral as cartografias possibilitaram o levantamento de muitos entendimentos e questões que reforçam a relacionalidade e a multidimensionalidade da relação com a terra e a construção do território. O desenho territorial trabalha com processos de sensibilização de

---

[104] *Nosotros somos nuestras relaciones, entre nosotros y con el aire, el agua, los cuerpos, con todo. Si esas relaciones son al mismo tiempo relaciones contradictorias, entonces, esas son las premisas que parten.*

[105] *La construcción de un mapa constituye una manera de elaborar relatos colectivos en torno a lo común, monta una plataforma que visibiliza ciertos encuentros y consensos sin aplanar las diversidades, pues también quedan plasmadas.*

[106] *El mapeo es una práctica para derribar barreras y fronteras, y permite encontrarnos en un territorio de complicidad y confianza. Es también una dinámica a través de la cual vamos construyendo y potenciando la difusión de nuevos paradigmas de interpretación de la realidad.*

temas de interesse, para despertar sonhos e ideais, processo de mobilização, no contato com lideranças e agentes de mobilização, diversificando formas de comunicação, demonstrando aplicações no dia-a-dia da comunidade, criando relações de confiança e parceria na execução das atividades, adequando a linguagem, com exemplos práticos, como construir relatos e calendários.

Esse movimento é fortalecido com as sistematizações dos debates nas oficinas gerando produtos de visualização que apoiam o debate em outra oficina. O mapa como base de sistematização, utilizando imagens de satélite ou drone, gerou produtos potentes na instigação dos debates, implicando diretamente na visualização da organização territorial. A autonomia de intervenção é um fator que auxilia na produção dos debates, sendo importante uma condução que motive e incentive a manifestação, sem gerar expectativas impossíveis de se cumprir. Assim é preciso ter em conta que limitações na comunicação são inerentes num processo onde mundos se encontram.

Além das limitações da linguagem técnica e escrita na apreensão das relacionalidades, a palavra pode trazer em si a hierarquização do conhecimento moderno, categorizada como própria da cidade letrada (que entendemos como a universidade) por Aparicido e Blaser (2018). Destacam como, historicamente, o conhecimento da cidade letrada, como instituições e entidades que surgem da matriz colonial e moderna de poder, subjugam, ignoram e invisibilizam saberes insurgentes, de povos indígenas e comunidades subalternizadas. Essas que desde uma política do comum se constróem desde o princípio da relacionalidade onde "alguém se experimenta como parte dos outros e aos outros como parte de si mesmo" (Aparicido e Blaser, 2018, p.111, tradução própria[107]), dessa maneira estão em ajuste constante para fortalecer a construção da comunidade.

Existe a construção de aberturas desde a cidade letrada, onde os conhecimentos historicamente subalternizados estão em igualdade com o conhecimento da modernidade, não sem riscos e potencial para contradições. Questionam como integrantes da cidade letrada contribuem de fato para que as relações de poder não se sobreponham aos processos junto às comunidades, e se contribuem de fato para a construção de um Mundo de Muitos Mundos. Afirmam que "nossas práticas de conhecimento também devem ser direcionadas para o co-

[107] *uno se experimenta a sí mismo como parte de los otros y a los otros como parte de sí mismo.*

ajuste das multiplicidades que moldam as comunidades." (Aparicido e Blaser, 2018, p.127, tradução própria[108]).

A escuta do território significa estar aberto ao imprevisto e incerto. As perguntas e conclusões formuladas para construir os debates com a comunidade não são necessariamente respondidas com sua intenção, podendo ser descartadas ou subvertidas no andamento das oficinas. Por exemplo, na terceira oficina da primeira etapa levamos um mapa sistematizado a partir das cartografias sociais para consolidar algumas questões sobre a organização territorial. Ao se aproximar do mapa as pessoas não respondiam às questões, mas apreciavam a sua linguagem visual e buscavam se localizar na imagem de drone usada como base. Depois o mapa serviu como base para a intervenção da comunidade sobre as melhores áreas para distribuir as moradias.

A construção pré-oficina e a preparação para chegar na comunidade é fundamentada na abertura para possibilidades, acolhendo os ajustes dinâmicos na sua execução. Assim, a linearidade do tempo, onde se planeja um etapismo do processo, não permanece intacta. As questões levantadas para obter respostas servem também para provocar outras possibilidades e sentidos.

A noção de cruzo (Rufino, 2017) ajuda na compreensão dessa insurgência da práxis na emergência de outras possibilidades. O autor destaca o cruzamento entre saberes e mundos para a geração de novas possibilidades, fundamentando-se em uma epistemologia construída em torno de Exu, um Orixá e divindade africana, que passou por um processo de ressignificação na diáspora negra no colonialismo no Brasil, atualmente presente nas religiões de matriz africana como saberes de terreiro. A epistemologia de Exu mobiliza um complexo de saberes e interpretações do mundo principalmente no seu aspecto não ordenado, portanto caótico, e na capacidade de transformar e despertar significados não esperados que, aos poucos, vão construindo um outro saber.

O autor sugere que a encruzilhada, no cruzamento entre mundos hegemônicos e subalternizados, se "dinamiza como um campo de possibilidades, tornando-se ela o símbolo máximo do sentido de transformação, inacabamento, ambivalência, imprevisibilidade."

[108] *nuestras prácticas de conocimiento también deben encaminarse hacia el co-ajuste de multiplicidades que da forma a las comunidades.*

(Rufino, 2017, p.13). São aspectos das práticas imbricadas entre mundos que as perspectivas hegemônicas ignoram e/ou invisibilizam para manter o controle social. Assim a encruzilhada evidencia esses aspectos para desconstruir a hegemonia e ampliar o campo de possibilidades. Assim como a práxis de Rigotto et al. (2018) que lidam com as incertezas da realidade para evidenciar os impactos ambientais sobre as comunidades vulnerabilizadas, o desenho territorial se abre para o incerto na organização territorial da comunidade ressignificando as certezas acadêmicas e criando possibilidades e alternativas aos olhares hegemônicos.

> O conceito de encruzilhada combate qualquer forma de absolutismo, seja os ditos ocidentais, como também os ditos não ocidentais. A potência da encruzilhada é o que chamo de cruzo, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O cruzo é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O cruzo versa-se como atravessamento, rasura, cisura, contaminação, catalisação, bricolagem – efeitos exusíacos em suas faces de Elegbara e Enugbarijó. O cruzo é a rigor uma perspectiva que mira e pratica a transgressão e não a subversão, ele opera sem a pretensão de exterminar o outro com que se joga, mas de engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como acúmulo de força vital. (Rufino, 2017, p.43).

O autor trabalha com múltiplas faces do orixá Exu, mobilizando sentidos específicos. A face *Elegbara* de Exu o referencia como o senhor do poder mágico, responsável pelos movimentos, criações e comunicações, e *Enugbarijó* como senhor da boca coletiva ou a boca que tudo come: engolir de um jeito para restituir de forma transformada. Essas duas faces de Exu estão associadas ao cruzo como transformação e criação de possibilidades, que conduz à transgressão dos significados, ou seja, a partir de significados pré-determinados outros são gerados sem ter necessariamente relação direta.

Destacamos também a dimensão *Obá Oritá Metá*, que define Exu como o senhor da encruzilhada de três caminhos. O primeiro caminho é a diversidade de epistemologias como práticas sociais, denunciando a parcialidade do conhecimento hegemônico. O segundo caminho é a ressignificação do ser na construção de um projeto político, poético e pedagógico alternativo ao projeto hegemônico. O terceiro caminho é sobre a não defesa de um paradigma epistemológico hegemônico, nem o surgimento de outro, mas o reconhecimento dos diversos saberes. A realização dessa dimensão, nesses três caminhos, se dá no que o autor chama de ebó epistemológico.

> O ebó, nesse caso, vem a se configurar como o conhecimento praticado que, ao cruzar outros modos, os afetam, atribuindo a eles mobilidade, dinamismo e transformação. O ebó epistemológico vem a produzir efeitos de encantamento nas esferas de saber, as positivando na perspectiva da abertura de caminhos. (Rufino, 2017, p.70).

O ebó é um conceito que mobiliza sentidos de sacrifício e renascimento, que atravessam ritos, condutas e práticas cotidianas. É através dos ebós/sacrifícios que se estabelece a comunicação entre diferentes seres e tempo-espaços. Enquanto rituais em práticas de terreiro são formas de realizar através dos Orixás, das entidades espirituais que se cultua, ou seja de outros seres e saberes não inteligíveis pela razão. O "ebó epistemológico opera como um procedimento que aviva as razões absolutistas no encante para que o conhecimento seja cruzado, engolido por outras perspectivas e restituído de maneira transformada." (Rufino, 2017, p.128).

Segundo o autor, o terceiro caminho perspectivado em *Obá Oritá Metá* não é uma síntese dialética, pois a essência de Exú é a desordem, portanto o que se perspectiva são as possibilidades, dinâmica simbolizada como “+1” ou “3”, ou seja, o terceiro caminho como uma possibilidade a mais, além da síntese. Interpretamos essa simbologia no sentido que a representação como “1” indicaria justamente a síntese como uma resposta única que supera os desafios, se a representação fosse “2” implicaria numa dualidade “ou isso, ou aquilo”, assim o “3”, como terceiro caminho além da dualidade representa a possibilidade a mais, como “+1”, não tendo então um limite máximo.

> A perspectiva da encruzilhada não somente se apresenta como a possibilidade de novos caminhos, mas como a rasura dos que se pretendem como únicos. Nesse sentido, a rasura não é compreendida como interdito, mas como cruzo, como a emergência de novas possibilidades. (Rufino, 2017, p.74)

No âmbito do conflito jurídico se cruzaram diversos projetos na disputa de mundos diferentes. Os estudos técnicos como ebós epistemológicos criaram possibilidades de defesa do território em um contexto pouco favorável. A construção dos estudos técnicos se deu no cruzo entre a técnica e a realidade concreta da comunidade, sem ser uma imposição da interpretação daquela sobre essa. A compreensão técnica (produtivista e quantitativa) sobre o que poderia ser uma proposta de uso viável da Fazenda Capão do Cipó foi sacrificada e renascida como uma leitura complexa e relacional do território, e isso aconteceu através de uma postura aberta às incertezas sobre quais respostas a realidade poderia oferecer que, no caso dos estudos mostrou as contradições da realidade, dos projetos hegemônicos, e a potencialidade da comunidade Maria Rosa do Contestado como projeto de vida alternativo à racionalidade moderna do capital. Com os estudos criaram-se a possibilidade de comunicação entre a institucionalidade e a comunidade, transgredindo olhares e saberes absolutos.

Outra percepção da transgressão do cruzo se deu na dimensão das áreas de moradia de 1 hectare como um processo de ressignificação ao longo das oficinas na medida que fomos entendendo seus desdobramentos para a organização territorial da comunidade e para a luta do Movimento. A primeira impressão do coletivo foi se perguntar se 1 hectare era mesmo o suficiente para dividir um lote e sobreviver. Ao invés de impor uma certeza técnica produtivista de que não era o suficiente, visto que até o módulo fiscal mínimo do município era de 16 hectares, mantivemos a postura aberta à incerteza do sentido, que foi se construindo ao longo das oficinas. Na medida que avançamos as oficinas levamos até a comunidade posturas, questões, definições, dinâmicas e sistematizações que, como ebó epistemológico, mobilizaram retornos não esperados (que não atendiam necessariamente as questões levadas) os quais foram construindo múltiplos sentidos que ressignificaram os saberes técnicos e racionalizados. A área de 1 hectare, mais que o tamanho para o lote de morar e produzir estava imersa na relação com as áreas de produção coletiva, de trabalho cooperativo, com interrelações agroecológicas, atendendo diversas necessidades para além da produção, mas para garantir um bom lugar para se viver, com relações de vizinhança, e como combate à racionalidade capitalista da propriedade privada para evitar a venda e o arrendamento para o agronegócio.

Junto com a noção de ebó epistemológico, Rufino (2017) destaca o movimento de fuga, ou giro, pelo qual um modo de saber não se deixa apreender por outro modo saber hegemônico. "Quando esse modo tido como dominante busca o apreender, ele gira - feito no jogo de capoeira - e se lança em outro tempo/espaço, possibilitando sempre o jogo da diferença e da negação." (Rufino, 2017, p.129). Assim a postura de escuta do território acolhe os outros significados produzidos no giro epistemológico de fuga, convencionalmente ignorados pelo olhar hegemônico, às vezes determinado como erro, casualidade ou acaso.

Os desenhos metodológicos (os quais relacionamos ao desenho territorial) então fomentam essa construção compartilhada, numa definição dinâmica de caminhos e técnicas que se dão no acontecer dos diálogos, apontando necessidades e possibilidade de aproximação com o real vivido, correspondendo a uma pluralidade metodológica.

A postura aberta de escuta do território vai permitir o cruzamento, onde possibilidades surgirão desde o território comum, as soluções do Mundo de Um Mundo serão cruzadas com as relações territoriais do Mundo de Muitos Mundos que, escutadas, vão criar novas possibilidades, permitindo o encantamento na ressignificação daqueles saberes em novos sentidos, sem descartar a multiplicidade de caminhos possíveis, rasurando sua hegemonia. O

desenho territorial, mediador, acontece nessa encruzilhada, como ebó epistemológico, e o cruzamento significa não deixar que a solução do Mundo de Um Mundo prevaleça sobre as possibilidades do Mundo de Muitos Mundos, sendo então um processo que não busca uma única alternativa àquele abrindo o campo de possibilidades desse.

Contextualizamos os aspectos mobilizados por Rufino (2017) na medida que a dimensão caótica e da desordem significa a não prevalência da ordem de uma racionalidade moderna, dualista, colonial e capitalista. Essa quando confrontada a partir de outras ontologias são desordenadas diante de um movimento que consideram caótico pois extrapola os limites da linearidade. Entendemos isso como um aspecto de um processo imbricado entre mundos, ou seja, na encruzilhada, onde necessariamente se cruzam. Nesse sentido, o desenho territorial incorpora as dimensões, apontadas por Rufino (2017) na encruzilhada, de transformação, inacabamento, ambivalência e imprevisibilidade. A realidade, os entendimentos e consensos são transformados cotidianamente, o tempo da universidade é transformado pelo espaço da comunidade.

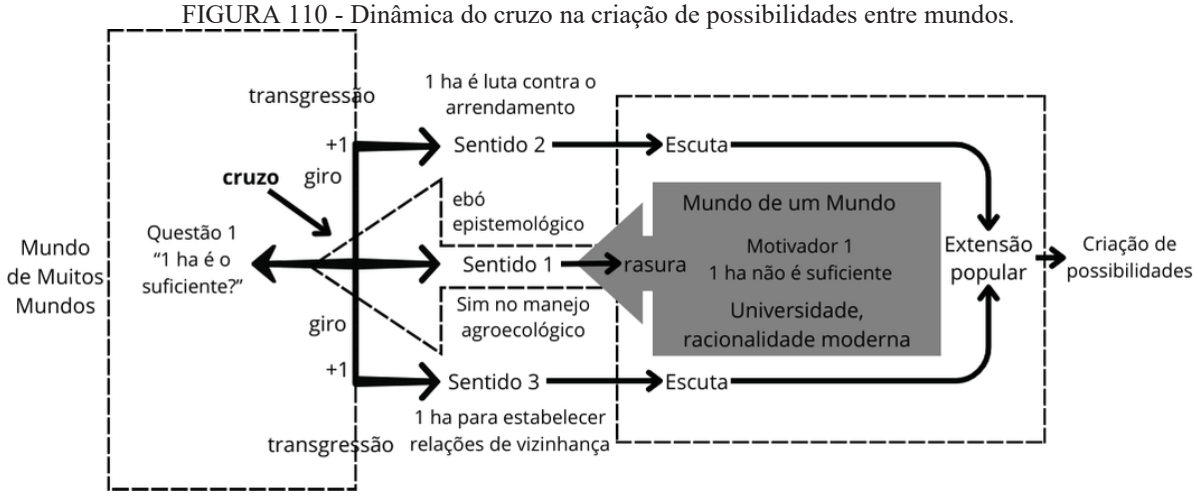
Como visto, as relações e possibilidades na organização territorial se ampliaram na medida que se avançou nas oficinas sem necessariamente chegar a uma conclusão ou solução definitiva e fechada. Constatamos o movimento ambivalente de abertura e descentralização de possibilidades cruzado com o fechamento das propostas do desenho territorial, cujo resultado não foi pré-definido, mas objetivado numa perspectiva flexível aberta à transformação pela realidade. Assim se evidenciam as características de um processo que não é marcado pelo controle dos resultados mas pela criação de possibilidades. Ampliamos a perspectiva do desenho territorial com a noção de cruzo de Rufino (2017) no planejamento territorial popular, o qual se dá pela escuta do território comum.

> Você tem que ouvir, ouvir significa se aproximar, chegar mais perto e ao mesmo tempo deixar alguém falar. É por isso que o nosso papel, de certa forma, é realizar uma espécie de desconstrução da visão hegemônica. Talvez nós, como intelectuais na academia, possamos contribuir para a desconstrução, mas desconstrução com qual propósito? Para dar espaço para que outras vozes sejam ouvidas. Nós podemos fazer isso nós mesmos, é uma tarefa nossa na universidade. Agora, quanto mais ouvimos essas vozes, mais elementos teremos para essa crítica. A questão do território e da territorialidade pode ser vista aí. Desestabilizando o conceito de território e espaço. (Porto-Gonçalves et al., 2015, p.260, tradução própria[109]).

[109] *Hay que escuchar, escuchar significa acercarse, aproximarse y al mismo tiempo dejar hablar. Por eso la parte que nos cabe de cierta forma es hacer una especie de deconstrucción de la visión hegemónica. Tal vez nosotros intelectuales propios de la academia podemos contribuir para deconstruir, ¿pero deconstruir para qué? Para ofrecer espacio para que otras voces puedan ser escuchadas. Podemos hacerlo nosotros mismos, es nuestra*

Reforçamos o sentido da escuta também apontado por Malheiro (2021, p.190) de "dialogar com um outro repertório geográfico que não cabe previamente em nossos conceitos e categorias analíticas." para criar possibilidades de sentidos emergentes de outras formas de ser, estar e saber, desde os mundos possíveis dos povos e comunidades em seus territórios. Sentidos esses que são enunciados historicamente na luta pela terra e por território, dos quais se destacam no contexto dessa pesquisa àqueles das práticas camponesas, que vem ao longo do tempo se ressignificando e se complexificando na produção de territórios organizados por relações de reciprocidade, de solidariedade, de fazer comum e construção de comunidades, como alternativas à racionalidade dos territórios hegemônicos.

FIGURA 110 - Dinâmica do cruzo na criação de possibilidades entre mundos.



Fonte: O autor.

Reforçamos o cruzo no encontro entre mundos onde o desenho territorial emerge como criação de possibilidade de sistematizar uma organização territorial alternativa à racionalidade moderna. No esquema da figura 110 situamos a Universidade no Mundo de Um Mundo onde se produz "verdade" a partir de uma lógica produtivista que influencia a atuação extensionista nos territórios. Por exemplo, a compreensão de que 1 ha de lote não seria suficiente foi uma verdade fundamentada pela perspectiva da produção sob a lógica produtivista do capital para a lucratividade. No âmbito da extensão popular, onde extrapolamos os muros da academia, a postura de escuta nos leva a questionar aquela "verdade" a partir da comunidade (no Mundo de Muitos Mundos) sem sua imposição, tornando-se o "motivador 1" para a "questão 1". Assim a verdade racional mais a postura de escuta constituem um ebó epistemológico, onde a primeira implica o sacrifício e a segunda o renascimento. O cruzo se estabelece com a comunidade

propia tarea en la universidad. Ahora, cuanto más uno escuche esas voces, más va a tener elementos para esa crítica. La cuestión territorio territorialidad puede ser vista ahí. Desestabilizar el concepto de territorio y espacio.

respondendo a questão, desviando a verdade racional, sob outra perspectiva, agroecológica, afirmando a viabilidade do 1 ha. Produz então o "sentido 1" que rasura aquela verdade racional, "1 ha é suficiente no manejo agroecológico". Além disso, produz outros sentidos que não respondem diretamente à "questão 1" transgredindo a mesma nos sentidos 2 ("1 ha ajuda a evitar os arrendamentos") e 3 ("1 ha possibilita o estabelecimento de relações de vizinhança"), os quais a escuta agrega na atuação extensão popular para a criação de possibilidades. Essa dinâmica pode ser diferente de acordo com o as relações estabelecidas, o contexto, a forma de escuta e a influência da racionalidade moderna, de modo que não necessariamente obtém-se uma resposta de rasura direta à questão, que pode ser ignorada, com a produção aberta de outros sentidos que podem ou não estar relacionados.

Nesse sentido, destacamos uma perspectiva ampliada de planejamento na compreensão dos sentidos produzidos no território pois muitos deles se manifestaram na transgressão das oficinas de modo que todas as interações e relações estabelecidas com a comunidade contam com alguma contribuição para a construção do desenho territorial. Assim, por exemplo, conversas pontuais e descontraídas, momentos de convivência, para além das dinâmicas planejadas nas oficinas precisam ser escutadas.

De outra maneira associamos os sentidos produzidos a partir do cruzo com a perspectiva das confluências, termo difundido por Santos (2023) como forma de enfraquecer o rótulo colonizador de coincidência, para aqueles saberes que não condizem com o que chama de saberes sintéticos,

> confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. (Santos, 2023, p.4).

A partir dessa perspectiva Santos (2023) critica a noção de troca, como pressuposto de uma equivalência, tendo no compartilhamento uma perspectiva de agregação entre saberes e afetos que não se substituem mas se somam. Diferencia então a noção de habitante e de ser compartilhante, que se constitui a partir de uma relação de pertencimento com o ambiente. Nesse sentido, todas as formas de saber e de ser se tornam fonte de aprendizado, indo além da construção dos saberes sintéticos pautados pela racionalidade moderna.

> O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. Conflui, transflui e

> conflui. A ordem pode ser qualquer uma. Para nós, o conteúdo determina a forma e a forma determina o conteúdo. (Santos, 2023, p.30).

Assim se tem uma perspectiva de um processo que está sempre em aberto, onde não se chega ao fim para começar de novo, como se a construção de saberes fosse um fluxo em linha reta, na verdade estão sempre se movimentando, compartilhando (confluindo) em alguns momentos e se ressignificando (transfluindo) em outros. Santos (2023) compara com a lógica dos saberes sintéticos, de ir e refluir em linha reta, na linearidade. Outra perspectiva colocada pelo autor é que na confluência o "conteúdo determina a forma e a forma determina o conteúdo" (Santos, 2023, p.30), fazendo uma analogia na procura por um sapato, o pé é a forma e o sapato é o conteúdo, então o sapato se adapta ao pé, ao contrário da lógica dos povos sintéticos, onde o sapato, como forma, determina o pé, como conteúdo. Assim, associamos que é o território que determina o planejamento e não o contrário.

Santos (2023) é crítico dos povos sintéticos, da racionalidade moderna e colonial, propõe um esforço para as pessoas decoloniais em educar as gerações futuras para não continuarem a violência contra os outros povos, destacando que o mundo tem espaço para todos. "Não precisamos destruir os colonialistas. Deixemos que vivam, desde que vivam com o sol deles e não venham roubar o nosso sol ou o nosso vento." (Santos, 2023, p.33). Nesse sentido, entendemos que o cruzo (Rufino, 2017) aponta uma perspectiva de confluência em um contexto onde os povos se encontram em diálogo com o povo sintético com inevitável violência desse sobre aqueles. Assim, a confluência é possível com a rasura e transgressão dos saberes sintéticos onde a postura metodológica fundamentada na escuta, no ebó epistemológico, de modo contrário, o que se tem a oferecer é a imposição dos saberes sintéticos.

4.2 Ampliando o planejamento desde a relacionalidade do desenho territorial na participação da comunidade, articulação e mediação entre modos de ser, saber e estar

O desenho territorial é mais que um desenho 2D dos limites e zoneamentos para enxergar e planejar o uso da terra (Pereira et al., 2021, Escobar, 2016), tornando-se um processo de escuta do território que vai costurar (relacionar) as múltiplas dimensões, dos corpos-território (Haesbaert, 2021), da construção comunitária do território comum. Na medida em que o compartilhamento e os entendimentos sobre a organização territorial da comunidade confluem na construção da sua sistematização, o desenho toma forma a partir das, e com as, relacionalidades ontológicas manifestadas. O desenho territorial então condensa a

multidimensionalidade e multiescalaridade das dimensões do território comum articuladas nas oficinas.

Diante da perspectiva do PDA o desenho territorial é menos extenso em conteúdo expresso, e mais extenso e intenso em processo, caracterizado pelo aspecto imbricado. Enquanto a forma do desenho vai se construindo no sentido de fechamento, o processo vai se abrindo na manifestação das relações territoriais, e um não deixa de fazer parte do outro, de forma cruzada. Diferente do PDA que precisa de uma série de definições fechadas que delimitam o futuro da comunidade, para garantir linhas de créditos e outras políticas, o desenho abre possibilidades ao mesmo tempo que atende a demanda concreta da divisão e definição das áreas de moradia. Essa condição, da urgência de saber onde cada família vai morar, ganha importância diante da incerteza que gera a situação de acampamento, de não saber onde morar definitivamente[110]. A construção de PDAs exige recurso e esforço das famílias na participação do processo, mas encontra barreiras diante situação de incerteza, gerando dificuldades na participação das famílias nessa construção (Miranda e Cunha, 2018). Assim o desenho pode ser uma possibilidade de lidar melhor com essa incerteza, pois procura resolver de imediato aquilo que pesa mais a comunidade, "onde ficar", sem deixar de relacionar à organização territorial da comunidade.

> O PDA é a primeira ação estruturante da vida social e produtiva dos assentamentos e uma das mais importantes. No entanto, o processo de elaboração do PDA ocorre no período de conflitos e incertezas associados à permanência no assentamento e à apropriação dos recursos naturais porque as famílias não sabem sequer o local em que poderão criar animais e cultivar a terra, o que dificulta a mobilização e reunião das famílias para discutirem e tomarem decisões importantes. (Miranda e Cunha, 2018, p.412)

O desenho territorial não é sobre um novo PDA, que por si só busca de forma extensa caracterizar um projeto de assentamento. Como vimos, por estar associado à perspetiva institucional de um Estado moderno capitalista, a implementação do PDA se deu historicamente no viés produtivista do uso da terra a partir do lote individual e em um processo pouco participativo. Além disso, a continuidade da implementação do PDA é marcada pela ausência e abandono do Estado. O roteiro do PDA anexo à Norma de Execução nº 2 do INCRA de 2001 (figura 111) lista uma série de aspectos necessários levantados que também foram trabalhados no desenho territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado, dentre eles,

[110] Por não terem quase nenhuma garantia se vão conseguir permanecer no Maria Rosa, o cotidiano deles é balizado por esses sentimentos de medo e receio, e conduzem suas vidas num ritmo cauteloso no que diz respeito a seus processos de produção e reprodução da vida e do trabalho. (Vanzo, 2022, p.142).

cenário socioeconômico (item 3), uso do solo (item 4.1.5), histórico do projeto de assentamento (item 4.2.1), agroindustrialização (item 4.3.4.2), atividades produtivas não-agrícolas (4.2.4.3), mulheres e jovens (item 4.2.4.4), serviços de apoio à produção (item 4.2.6), serviços sociais básicos (item 4.2.7). Também alguns subitens do item 5 (programação do desenvolvimento sustentável) dentre os quais destacamos o item 5.3.1 (Organização Territorial).

FIGURA 111 - Roteiro do PDA.

Fonte: Adaptado a partir da Norma de Execução nº 2 do INCRA de 2021.

O item 5.3.1 define o anteprojeto da organização territorial com base nos estudos dos recursos naturais para o melhor uso do imóvel. Seu planejamento deve resultar no assentamento das famílias. Sugere como apoio a utilização de imagens de satélite, materiais cartográficos e bibliografias, citando um Relatório Técnico Preliminar e o Laudo de Vistoria e Avaliação. Lembramos que no processo jurídico do conflito na Fazenda Capão do Cipó os laudos do INCRA sobre a área propondo como sua melhor utilização a pecuária leiteira. Proposta colocada em contradição, na sua visão produtivista, pelos estudos técnicos do PLANTEAR e pela realidade da construção da comunidade Maria Rosa do Contestado. Além disso, o item ainda destaca a necessidade de participação das famílias em todas as etapas, requisito que historicamente não tem sido cumprido (Leite et al., 2010; Miranda e Cunha, 2018; Hora et al., 2019; Pereira, 2023).

Sendo assim, o desenho territorial se configura como um outro processo que busca oferecer uma perspectiva relacional de dimensões previstas no PDA a partir da autonomia da

comunidade na decisão sobre sua organização territorial. Ao mesmo tempo pretende materializar um caminho de consolidação, diminuindo angústias e receios sobre o lugar de moradia. É uma perspectiva que busca sair da primazia do olhar institucional e normativo, normalmente distante da comunidade, onde uma proposta que não se coloca em posição de escuta na organização de um território comum, tende a exercer a imposição de um projeto alheio e descompromissado que desfavorece sua permanência na terra e de projetos comunitários de médio e longo prazo.

A escuta na construção do desenho territorial configura uma participação consensuada, que varia de acordo com cada família, nas suas condições objetivas e subjetivas, nem sempre em sintonia com os tempos possíveis para sua execução. Na medida que condições objetivas e subjetivas também atravessaram o coletivo PLANTEAR, com disponibilidade de recursos e pessoas, buscamos contemplar a participação das famílias com a ida nos núcleos de base, porém, diferente do que Carvalho (2003) sugere com o MVP, onde se deve ir até a família ou indivíduo, o desenho territorial não busca necessariamente essa amplitude, deixando esse diálogo mais no âmbito da organicidade da comunidade.

O desenho territorial, de maneira geral, busca a validação progressiva mais próxima das famílias porém sem se aprofundar ao nível individual, nível micro na perspectiva do MVP, indo até o nível dos núcleos de base, nível meso pelo MVP. Destacamos como nível principal do desenho territorial a comunidade. Assim o processo caminha entre níveis, na medida que questões e entendimentos foram tratados desde a coordenação do acampamento por um lado e desde as famílias nos núcleos de base por outro lado, mas com centralidade na comunidade. Mas para além de um recorte de nível, a comunidade traz uma ampliação na relacionalidade do processo, contemplando as subjetividades e objetividades desde a comunidade mas também do grupo interlocutor, o que mobiliza os aspectos apontados no encontro entre mundos, de uma ontologia relacional. Mobilizamos através do "nível comunitário" a implicação de um território comum, ou seja, da organização territorial e as relações construídas desde o uso comum, do fazer comum, ou então, do fazer comunidade.

A centralidade na organização de comunidades em acampamentos e assentamentos do Movimento aponta o uso da terra em uma visão sistêmica e relacional, fortalecido na perspectiva agroecológica. Consideramos relações sociais, culturais, identitárias e produtivas, como um todo, agregando outras dimensões na luta pela terra, em busca de justiça social, ambiental e territorial. Reforçamos a ampliação do sentido da luta pela terra como luta pelo

território, que permeia o processo histórico de ressignificações na organização e planejamento de acampamentos e assentamentos.

Além da Agroecologia destacamos no desenho territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado as dimensões de gênero na mobilização dos sentidos desde a perspectiva do cuidado e do tensionamento entre o individualismo e o comunitário. São duas dimensões que podem ser ampliadas e diversificadas em outros contextos desde as relações de poder que atravessam o ser, o estar e o saber, mas que foram pertinentes no processo relatado ao longo dos capítulos, junto com perspectiva do território comum, que marcaram uma Reforma Agrária Popular: 1) comunitária, no fortalecimento da perspectiva do cuidado com relações de solidariedade e reciprocidade no uso comum do território; 2) agroecológica, aplicada para além da dimensão produtiva, mobilizando dimensões sociais, culturais e ambientais; 3) territorial, destacando a importância de ampliar a luta pela terra na construção da comunidade na autonomia da organização territorial.

Desde o território reivindicamos a autonomia na organização da comunidade não como distanciamento das relações externas e políticas públicas mas sim na aproximação de uma outra perspectiva que fortaleça a comunidade. Nesse sentido, o desenho territorial se articula a dimensões as quais não resolve diretamente, caracterizando-se um processo aberto que tem na organização territorial a mobilização de uma rede ampla de práticas e relações. Por exemplo, a organização da produção agroecológica surgiu como demanda na comunidade Maria Rosa do Contestado, tal dimensão foi mobilizada em parceria com o LAMA/UEPG no apoio à certificação orgânica e comercialização dos alimentos que garantiu o acesso a políticas públicas como o PAA e o PNAE. Essa mobilização foi fundamental para a atuação do coletivo PLANTEAR onde a agroecologia aparece como perspectiva ampla no planejamento mas que, como organização técnica da produção e comercialização não foi aprofundada, deixando em aberto a questão que ficou marcada pela importância na consolidação da comunidade.

A construção da comunidade desde sua autonomia não é somente sua auto-emancipação, mas a disputa por um Estado que cumpra com suas obrigações não só na criação de assentamentos, mas no incentivo e na construção de condições para a continuidade e consolidação das famílias nos territórios, no que o desenho territorial busca a perspectiva na consolidação da comunidade, portanto, do uso comum do território, evitando um processo alheio ao mesmo. Ter "autonomia é ter as condições de acessar bens provenientes do trabalho realizado em outros territórios, mas a partir de uma rede de atuação conjunta. Para consolidar

essa autonomia, muitas soberanias serão consolidadas." (Ferreira e Felício, 2021, p.51). O desenho territorial se torna uma ferramenta de diálogo, imbricada entre o subalterno e o hegemônico para a promoção do território comum para além e apesar da dualidade, voltada para disputar e garantir uma soberania sobre a organização territorial da comunidade.

O processo de desenho territorial não tem a mesma extensão e profundidade de conteúdos que um PDA, porém os considera relacionalmente ao ouvir e sistematizar os saberes dos camponeses (Pereira, 2023), caminho também construído na atuação da COTRARA. Porém, enquanto a cooperativa tratou da realização de um instrumento normativo sob uma outra perspectiva, encontrando forte engessamento nas normativas e postura do INCRA, acirrada pela falta de recursos e quadro técnico, o desenho territorial foi um processo que fez um diálogo mais distante dessa normatividade e mais próximo da autonomia da comunidade na sua organização territorial. Os engessamentos encontrados pela COTRARA não foram encontrados neste processo que, sem ter que se adaptar a um desenho técnico na lógica produtivista do quadrado burro, foi bem recebido na entrega oficial da proposta ao INCRA. Destaca-se também o peso do contexto político em que o processo de desenho territorial finaliza na reabertura de diálogo entre o Movimento e o governo. Dessa maneira o desenho territorial não é um processo isolado e se coloca como uma possibilidade de mediar as relações de modo que se respeite a organização territorial da comunidade.

4.3 Relacionalidade forte e teleologia crítica

O desenho territorial, como um processo inserido na perspectiva do planejamento popular, se configura como uma proposta que, poderia se situar dentro de uma política de Reforma Agrária, de mediação entre o escopo normativo e racional da propriedade produtiva e a autonomia da organização territorial comunitária, onde as possibilidades e caminhos são produzidos nos, e a partir dos, territórios. Em relação à execução do PDA entendemos que o desenho territorial poderia ser construído anteriormente a esse instrumento, abrindo a possibilidade de escuta da comunidade. Com a organização territorial definida pela comunidade, o desenho territorial resolve a questão urgente das moradias, relacionada às áreas e usos comunitários, e direciona a construção do PDA, tirando, a partir das relações estabelecidas, o foco exclusivo da produção.

Por outro lado é evidente que a aproximação com a normatividade tende a ignorar o caráter participativo, pois mesmo sendo expressamente previsto a execução é historicamente

imposta desde o caráter técnico e hegemônico associado à racionalidade moderna capitalista. Por isso entendemos o desenho territorial como uma ferramenta de luta pela Reforma Agrária Popular, como luta por território, ampliando a noção do mesmo a partir da relacionalidade de um território comum. O processo de construção de um consenso comunitário sobre a organização territorial da comunidade, busca sua consolidação definindo um projeto de futuro que defende a vida e a autonomia no território. Como processo sistematizado se constitui num instrumento que objetiva fortalecer a comunidade nas disputas contínuas com a normatividade institucional da Reforma Agrária.

Nesse sentido entendemos o desenho territorial como processo imbricado entre a normatividade e a realidade, buscando a possibilidade de que as comunidades sejam atentamente escutadas e não prontamente julgadas, controladas e/ou invisibilizadas, onde a sistematização emerge como potencialidade nessa comunicação cruzada.

Escobar (2016) fala de um desenho que aprofunda as formas comunais de vida sendo o mesmo relacionado à autonomia. O autor se pergunta se o desenho, no sentido de planejamento, pode escapar à objetividade e a busca por um fim, como dinâmica própria da modernidade? Sem ter uma resposta direta e certa, o autor destaca dois conceitos que estão em torno da questão, a "relacionalidade forte, teleologia fraca, e seu oposto: relacionalidade fraca, teleologia forte (que seria o caso da modernidade, com sua relacionalidade dualista "fraca", sua onto-epistemologia de sujeitos e objetos pré-construídos e sua temporalidade linear)." (Escobar, 2016, p.8, tradução própria[111]).

A teleologia forte implica na primazia dos saberes técnicos e no controle das respostas, formatando-as para a legitimação de um planejamento voltado à produtividade, favorecendo a propriedade individual capitalista. Por outro lado, a relacionalidade forte implica num processo de planejamento envolvido com a comunidade, aberto a outros significados da organização territorial que surgem na criação de possibilidades nos cruzos. Tendo a ontologia relacional como perspectiva não significa a ausência da teleologia mas sim a sua ressignificação através da transgressão. Complementamos a visão do autor de uma necessária relacionalidade forte e teleologia fraca para indicar a não primazia dessa, não descartada diante da afirmação daquela.

[111] *relacionalidad fuerte, teleología débil, y su opuesto: relacionalidad débil, teleología fuerte (que sería el caso de la modernidad, con su relacionalidad dualista "débil", su onto-epistemología de sujetos y objetos pre-constituidos y su temporalidad lineal).*

Escobar (2016) destaca que uma relacionalidade forte é quando as entidades não existem previamente às relações que as formam, mas se constituem simultaneamente. Escobar (2016) dialoga com a antropóloga peruana Marisol de la Cadena e o conceito de *ayllu*, a partir de diálogos com indígenas quechua. O conceito considera que nada escapa às relações construídas em um ambiente socionatural, seres humanos e não-humanos, plantas e animais. Desde a perspectiva de uma antropologia não antropocêntrica, são relações que não podem ser reduzidas a explicações, pois se realizam em um processo de ação contínua. "Ser *en-ayllu* consiste numa coincidência ininterrupta entre terra, território e lugar; significa "ser o território", "ser o lugar"." (Escobar, 2016, p.9, tradução própria[112]).

O autor faz referência a categorização dos povos tradicionais nos anos 60 e 70 como camponeses da luta pela terra, que limitava a compreensão trazida pela autora de *ayllu*, chamando de excesso ontológico aquilo que escapa à categoria de camponeses numa concepção dualista de luta de classes (camponês contra latifúndio). É no sentido de olhar para esse excesso ontológico que o autor afirma a reapropriação do desenho na afirmação dos territórios. Em um diálogo com o indígena e mestre quechua Justo Oxa o autor destaca a comparação do conceito *ayllu* a um tecido, onde todos são fios que compõem o seu desenho.

> Se assim fosse, diríamos que todo o desenho tem de emergir do "*ser in-ayllu*" (metaforicamente falando, isto é, do pluriverso comunitário), uma vez que fora disto nada pode ser. Em última análise, eu diria que não se trata de "projetar a mudança": trata-se de ajudar a criar as condições para o processo contínuo de fazer da vida um mundo, sempre a partir da relação [...] exercitando com dignidade o saber-ser-fazer ininterruptamente nos mundos que habitamos. (Escobar, 2016, p.12, tradução própria[113]).

Dessa forma o desenho não é um processo que age sobre o território, mas faz parte dele, que se transforma a partir das suas relacionalidades e ontologia. Por isso, se trata de um processo enredado sem separação entre meios e fins. O desenho territorial é um processo de emergência do território feito pela comunidade, o território comum, fazendo parte de sua ontologia assim como essa será parte do desenho. Como processo imbricado entre a institucionalidade e autonomia da organização territorial, o desenho necessariamente precisa ter forma e linguagem possibilitando a mediação no cruzamento entre o Mundo de Um Mundo

---

112 *Ser en-ayllu conlleva una coincidencia ininterrumpida entre tierra, territorio y lugar; significa ineluctablemente "ser el territorio", "ser el lugar".*

113 *De ser así, diríamos que todo diseño tiene que surgir de "ser en-ayllu" (metafóricamente hablando, es decir, del pluriverso comunalitario), pues fuera de este nada puede ser. En última instancia, diría que no se trata de "diseñar el cambio": se trata de ayudar a crear las condiciones para el proceso continuo de mundificar la vida siempre desde la relación [...] ejercer con dignidad el conocer~ser~hacer ininterrumpido en los mundos que habitamos.*

e o Mundo de Muitos Mundos, entre a racionalidade moderna e a relacionalidade comum. Nesse sentido se torna um processo onde a sistematização da realidade tem grande importância, em múltiplas escalas, desde o andamento da construção das oficinas, no respeito às decisões da comunidade, mas também no diálogo com a institucionalidade.

O *ser-en-ayllu* nos leva à dimensão da relacionalidade forte do desenho territorial e o cruzo ao não descarte da teleologia. Acrescentamos ao aspecto teleológico, a partir da luta por terra e território proposta por Ferreira e Felício (2021), uma dimensão crítica, para marcar que a luta não trata apenas de um empoderamento simbólico que, segundo os autores, serve a uma sociedade liberal. A reivindicação por políticas públicas na verdade significa entrar no jogo do Estado moderno e do capital, por isso a importância da luta pela terra que, enquanto poder, possibilita a construção de comunidades rebeldes que podem garantir condições de vida digna e, portanto, "enfrentar nossos inimigos produzindo comunidades com dignidade e que consigam, pela boa relação com a natureza, superar a relação de submissão e desrespeito que o capitalismo impôs à Mãe Terra." (Ferreira e Felício, 2021, p.177).

Os autores complementam que essa luta tem que se dar onde atuamos e não pode ser longe dos territórios, com uma relação companheira entre os povos e trabalhadores e trabalhadoras, defendendo o campo sem se alienar da reflexão crítica sobre as estruturas de poder, que possui duas faces, a submissão pela violência e pela ideologia. Destacam a necessidade de construir um consenso entre as formas de organização do povo com foco no poder popular, "o terreno de luta precisa ser sempre focado na tomada de meios, na construção de territórios, pois estes são de natureza claramente popular." (Ferreira e Felício, 2021, p.169).

Nesse sentido, destacamos o contexto de construção do desenho territorial como processo de sistematização no planejamento territorial popular a partir da extensão popular. O coletivo PLANTEAR se insere na Universidade com uma postura e prática crítica às estruturas de poder que privilegiam o conhecimento especializado longe dos territórios. Assim buscamos participar da luta por um Mundo de Muitos Mundos, ressignificando a pesquisa e a extensão, sendo parte da luta nos territórios, mas também construindo um território para a extensão popular na Universidade. Por um lado, essa construção se dá pela atuação nos territórios com as comunidades, à qual descrevemos ao longo dos capítulos. Por outro lado também se dá na problematização e ressignificação da práxis acadêmica de ensino, pesquisa e extensão, com uma teleologia crítica. Nessa caminhada, a extensão tem papel importante a partir da qual discutimos sua relação com a pesquisa de pós-graduação, à qual se insere esta tese. Assim

tentamos debater como a extensão pautou esta tese que chamamos de tese extensionista onde a sistematização assume uma função importante na sua caracterização, delimitando uma prática de pesquisa alternativa à produção do conhecimento ocidentalizada que serve à sociedade neoliberal.

4.4 Tese extensionista: desafios e potencialidades de uma pesquisa pautada pela extensão para a sistematização da realidade

Os esforços de sistematização na prática desta pesquisa, que se deu de forma variada ao longo do processo, proporcionou suporte e desafios no resgate para a escrita da tese. Entendemos que a dedicação para o esforço de sistematização e discussão para melhoria das práticas extensionistas entra em disputa com demandas institucionais acentuadas com a racionalidade burocrática e a falta de recursos que priorize os processos de atuação popular. Grande parte do esforço para realização das oficinas se deu com dedicação voluntária por parte de professores e estudantes, usando recursos pessoais para garantir o deslocamento e a execução dos projetos. Outra parte contou com recursos mobilizados por relações políticas e com os movimentos sociais parceiros. Uma mínima parte contou com recursos diretos da universidade e agências de fomento de pesquisa ligadas ao contexto universitário.

Ainda, o esforço dedicado à sistematização da realidade nesta tese também entrou em tensão com as demandas de uma extensão popular com múltiplos projetos acontecendo. Nesse sentido, destacamos que a demanda para uma atuação compromissada com as comunidades, com movimentos sociais, é enorme, e que disputa o espaço institucional universitário que é configurado pelo contexto social e político. Além disso, a dedicação à extensão gerou tensão com as exigências acadêmicas de uma tese voltada à pesquisa.

Por outro lado, conseguir viabilizar a extensão popular criou possibilidades de sentidos transformadores do cotidiano acadêmico que oportunizaram a transformação da realidade para além dos muros da academia. Construímos sentidos profundos que tornaram o processo de formação cheio de vida, que possibilitam uma práxis acadêmica plena de ensino, pesquisa e extensão. A centralidade do conhecimento técnico científico da racionalidade moderna deu lugar à relacionalidade da transformação social e o compromisso com a luta por terra e território pautado pela criação de possibilidades, como inovações, técnicas, metodológicas, tecnológicas e teóricas. Na construção dos estudos técnicos como assessoria jurídica em conflitos fundiários abrimos caminhos para uma abordagem interdisciplinar que aproxima a realidade do território

da institucionalidade jurídica contribuindo com a construção de soluções mediadoras que respeitam os direitos constitucionais relacionados. Ainda na construção de estudos técnicos criaram-se soluções de análise para facilitar a comunicação e a visualização dos aspectos sociais, econômicos e ambientais, como infográficos para visualização de dados e mapeamentos específicos. Já na construção do planejamento popular, o desenho territorial emerge como uma proposta de tecnologia social (Pereira et al., 2021) e de política pública que busca uma consolidação do território das comunidades a partir da sua autonomia territorial, proposta que é sistematizada nesta tese. Também consideramos a postura metodológica caracterizada nesta tese como uma inovação para atuação e sistematização do território comum que, como conceito, também é colocado nesta tese. Assim, consideramos esse encontro da pesquisa com a extensão popular, um ambiente propício para a inovação e criação de possibilidades, ao qual também propomos uma outra perspectiva sobre a pesquisa, na forma de tese extensionista.

Nesse giro popular da extensão destacamos a importância das comunidades e seus territórios, implicando na construção de pontes e comunicação, através da sistematização, entre mundos. Uma tese extensionista se insere no contexto de extensão de maneira que seu recorte é definido a partir de uma demanda prática, implicando numa atuação de transformação da realidade concreta dos sujeitos envolvidos. Por exemplo, o MST demandou o coletivo PLANTEAR para atuar como assistência universitária para desenvolver os estudos técnicos no conflito jurídico e solicitou a construção do planejamento para ajudar a consolidar a comunidade na área em defesa do território.

A temporalidade de projetos de extensão é pautada pelo ritmo da realidade das comunidades onde a atuação pode ser múltipla e contínua, tensionando com o tempo do processo acadêmico de escrita e aprofundamento teórico. Por envolver o caráter transformador, os tempos das comunidades têm mais força diante do tempo da tese. Seria imprudente pensar em paralisar um projeto de extensão para a escrita. Por outro lado destacamos a possibilidade do caráter coletivo e interdisciplinar da extensão que favorece sua continuidade. Nesse aspecto, o projeto acaba envolvendo um número maior de pessoas de diversas disciplinas (no caso do PLANTEAR a Arquitetura, o Direito, o Planejamento Urbano e a Geografia) envolvendo uma abordagem multidimensional. Assim, quando é necessário que uma pessoa se dedique a função acadêmica, como a escrita, a atuação coletiva da extensão contínua pois se estabelecem vários pontos de apoio para sua execução. Esse aspecto é importante principalmente em momentos

de urgência, reflexo dos contextos de conflitos. Essa relação com a realidade não é uma exclusividade da extensão, mas entendemos que neste âmbito existe sua priorização, sendo um dos aspectos que nos motiva a pensar numa forma específica de tese extensionista.

De Marcos (2006) debate a construção da pesquisa com foco na execução do trabalho de campo da Geografia (como atuação na realidade). Constrói uma fundamentação a partir da pesquisa participante, onde o pesquisador ou pesquisadora deve ir além do conhecer para explicar, mas conhecer para servir, subordinando o projeto de pesquisa ao projeto político da comunidade. Difere então a pesquisa "sobre" para a pesquisa "com" as comunidades da realidade a serem pesquisadas, atentando-se para os limites da pesquisa, no que pode ou não ser publicado, em acordo. A autora destaca sua primeira ida a campo, com um olhar aberto à descoberta. "E assim foi: cheguei sozinha e 'sem nada' à comunidade" (de Marcos, 2006, p.111). Porém não buscou a integração como um(a) igual, mas como alguém que está ao lado da comunidade.

> não há dúvidas que uma pesquisa desse tipo abre caminho para o fortalecimento de laços de compromisso preexistentes com o tema pesquisado - do contrário o pesquisador não se disporia a realizá-la – e que laços de afeto cresçam e se fortaleçam entre o pesquisador e a comunidade que está sendo estudada. (de Marcos, 2006, p.113).

Destacamos que o trabalho com a comunidade específica da pesquisa da autora foi definido pela sua escolha como pesquisadora, que relata as dificuldades na construção de uma relação de confiança, mas foi sendo cotidianamente inserida e gradualmente reconhecida nas duas comunidades rurais onde trabalhou. "Fiz amigos/companheiros de caminhada, de vida, de ideal. Guardo comigo momentos inesquecíveis da pesquisa/vivência, por tudo o que aprendi com eles." (de Marcos, 2006, p.124). Destaca, a partir do olhar atento a tudo e o respeito aos tempos da comunidade, que a prática fundamenta a teoria.

Nesse sentido afirma a importância da vivência da prática e entender o que esta mostra, considerando a emergência do desconhecido, por isso a ida a campo sem expectativas pré-estabelecidas. Destacando o caráter contraditório da realidade e conflitos internos da comunidade com os quais não se buscam soluções imediatas, respeitando a autonomia da comunidade.

> Trata-se de ser capaz de, na prática, estar preparado para encontrar o "imponderável", o não conhecido, aquilo com o que não contávamos, o que nunca foi visto nem dito, o novo, ao invés de ir para campo com um esquema pré-definido do que se espera encontrar. (de Marcos, 2006, p.132).

A partir do debate referenciado na pesquisa participante no que também poderíamos referenciar a pesquisa-ação ou pesquisa ação-participante (Porto-Gonçalves et al., 2015), concordamos com a postura da pesquisadora, na forma de estar na e com a comunidade e o respeito à sua autonomia. Também coincide com a perspectiva de sistematização de Holiday (2006) na não neutralidade e no compromisso com a realidade, agregando também o cuidado com os registros e a publicização das informações.

A perspectiva transformadora da pesquisa participante se faz presente na pesquisa da autora como postura em relação ao vivenciar a comunidade. Entendemos a partir do seu objetivo que não houve uma proposta de intervenção na realidade da comunidade, mas sim uma convivência cotidiana da qual fez uma análise teórica buscando contribuir com a construção de uma perspectiva sobre o campesinato brasileiro. A autora destaca a necessidade do distanciamento da realidade para fazer a escrita sobre a mesma, implicando a paralisação do trabalho de campo.

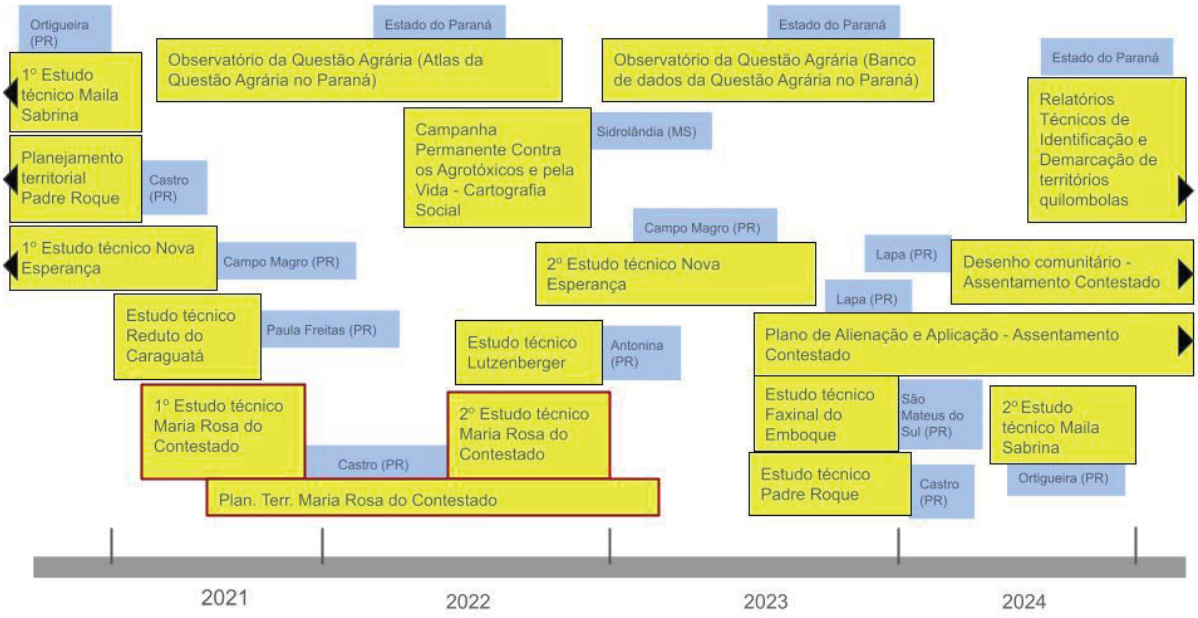
Nesse sentido, destacamos algumas diferenças com a perspectiva de uma tese extensionista. Enquanto o problema de pesquisa da autora parte de um problema teórico, onde toma uma decisão para analisar um recorte específico da comunidade, a tese extensionista é determinada pela demanda dos seus contextos de atuação. Assim contrapomos a atuação em uma tese de pesquisa, cujo ponto de partida tende a ser individualmente definido pelo pesquisador ou pesquisadora. Destacamos a diferença da chegada na comunidade narrada por De Marcos (2006) na comunidade, sozinha e sem nada, e da nossa chegada na comunidade Maria Rosa do Contestado, em coletivo e com “muito”, ou seja, com experiências, ideias para iniciar os diálogos, posicionamentos, demandas das comunidades, do contexto político e do compromisso com a luta.

Entendemos que essa diferença não reflete necessariamente uma postura geral de pesquisas acadêmicas, como vimos existem muitas práticas de pesquisa e extensão que inclusive são referenciados aqui (Rigoto et al.,2018; Faria e Ponte, 2016; Oliveira, 2024) que entendemos próximas à perspectiva extensionista. Dialogamos com De Marcos (2006) para diferenciarmos os aspectos da prioridade da realidade, em acordo com a autora, e da atuação coletiva na extensão como determinante no recorte da pesquisa, que se distancia da leitura da autora. Nesse sentido, reforçamos que, de qualquer modo, as diferentes temporalidades entre a pesquisa acadêmica e a atuação na extensão se tensionam entre o fechamento de uma tese e a

continuidade das práticas. Por isso, propomos a tese extensionista como um debate para outro olhar e função da pesquisa.

A figura 112 mostra uma cronologia das atuações que este autor participou a partir dos projetos de extensão realizados pelo coletivo PLANTEAR e o coletivo ENCONTTRA os quais conformaram o contexto amplo em que emergiu esta tese.

FIGURA 112 - Linha do tempo de atuação em projetos de extensão durante o período da tese.



Fonte: o autor.

Ao iniciar doutorado em 2021 estávamos finalizando o primeiro processo de planejamento territorial popular e construindo dois estudos técnicos em comunidades diferentes, um no acampamento Maila Sabrina (do MST) no município de Ortigueira no Paraná e outro no município de Campo Magro, na comunidade Nova Esperança, pelo MPM (Movimento Popular por Moradia) em contexto urbano. Assim já se indicava no horizonte a potencialidade da consolidação da comunidade no território, principalmente no acampamento Maila Sabrina, existente há mais de 20 anos, envolvendo mais de 1000 pessoas com uma estrutura comunitária, que atende famílias de áreas vizinhas, e produtiva que contribui significativamente para o município. A atuação no acampamento Padre Roque mostrou a complexidade e a importância de um planejamento territorial colaborativo apontando, como produto importante, o desenho na sistematização da organização territorial. Os resultados positivos para o Movimento na organização das famílias no território e a defesa dos acampamentos em processos de conflito motivaram mais demandas no mesmo sentido, dentre elas a atuação no acampamento Maria Rosa do Contestado.

Destacamos a oportunidade de atuar no ambiente urbano com a comunidade Nova Esperança que reforçou a importância da construção de estudos técnicos ampliando a perspectiva sobre as contradições do Estado no ataque às garantias básicas sociais. Essa ocupação aconteceu dias depois que famílias foram despejadas por um incêndio criminoso causado pela Polícia Militar em outra comunidade[114], a 29 de Março em Curitiba (experiência que motivou a organização do coletivo PLANTEAR). Evidenciamos também o descaso com e o abandono de áreas públicas pela administração pública, onde o viés capitalista imobiliário do poder local se posicionou para expulsar a comunidade e, em contraposição, a potencialidade da mesma na consolidação de um projeto de vida alternativo à racionalidade moderna do capital, ocupando uma área com sensibilidade ambiental os moradores e moradoras apresentaram soluções populares de sustentabilidade buscando equilíbrio com o meio ambiente

Construímos um estudo técnico em outro acampamento do MST, o acampamento Reduto do Caraguatá, no município de Paula Freitas. A atuação nesse estudo trouxe a dimensão da incerteza cartográfica nos processos jurídicos, sendo uma das demandas o mapeamento dos registros das matrículas e a geolocalização das áreas ocupadas. Outra dimensão, reforçada em todos os estudos realizados, foi o impacto ambiental das comunidades em relação às ocupações anteriores nas áreas, evidenciando a manutenção e a recuperação ambiental promovida com as novas territorialidades. Essa questão foi essencial no estudo técnico realizado, ao fim de 2022, em outro acampamento do MST, no município de Antonina (PR), da comunidade Agroflorestal José Lutzenberger.

Nesse período, no âmbito de atuação específica do coletivo ENCONTTRA, finalizamos a construção do Atlas da Questão Agrária no Paraná que ajudou a fundamentar a atualização da questão agrária e os conflitos históricos no campo no estado do Paraná. Além disso, o material mostrou a importância da sistematização tendo como objetivo o ensino e a comunicação. A sequência desse projeto se deu numa tentativa de aprofundar sobre possibilidades de sistematização do conteúdo do atlas no contexto digital com a organização de um banco de dados da reforma agrária no Paraná e formas interativas de visualização.

Também no final de 2022, realizamos o processo de cartografia social junto à Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. Realizado em Sidrolândia (MS), o processo

[114] VASCONCELOS, Fredi. Ocupação 29 de março: cenas de guerra e indignação. Brasil de Fato, 9 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/12/08/ocupacao-29-de-marco-cenas-de-guerra-e-indignacao/. Acesso em: 13 de junho de 2025.

reuniu uma diversidade de grupos e movimentos sociais relacionados à luta por terra e território, foram indígenas, quilombolas, mulheres camponesas, MST, grupos da economia solidária urbana que se reuniram e promoveram debates sobre agroecologia e resistência contra o agronegócio (especificamente no impacto dos agrotóxicos). A cartografia social nesse processo fortaleceu a importância do território na união da diversidade em luta e ampliou a potencialidade do uso do mapa como ferramenta de articulação, denúncia de conflitos e anúncio de resistências, fortalecendo a função da sistematização na consolidação dos debates.

Já na finalização da atuação na comunidade Maria Rosa do Contestado fomos demandados para construir um segundo estudo na comunidade Nova Esperança, que aprofundou o debate sobre urbanização e os riscos ambientais. Na sequência, o coletivo PLANTEAR buscou retornar à comunidade Padre Roque para compreender os impactos do processo de planejamento territorial realizado anteriormente. Percebemos que o planejamento contribuiu com a permanência das famílias na área e a construção do projeto agroecológico mas, por outro lado, não eliminou os conflitos (internos e externos) e as dificuldades que um acampamento tem, sem acesso a políticas públicas, ausência do Estado e demora da implementação da política de Reforma Agrária (mesmo se tratando de uma área pública). Esse retorno evidenciou que a atuação do planejamento também precisava se ampliar e a necessidade do coletivo fazer uma reflexão sobre essa atuação.

No primeiro semestre de 2023, também realizamos um estudo técnico para um conflito em uma comunidade faxinalense (povo tradicional do estado do Paraná), no Faxinal do Emboque, em São Mateus do Sul (PR). Mais uma vez a dimensão ambiental foi presente, mas também o conflito com o cercamento e fragmentação do território comum pela propriedade privada, contrapondo a atuação individual de moradores externos à comunidade em tensão com os faxinalenses e o acordo comunitário. Nessa época também iniciamos um trabalho, ainda em execução no momento em que esta tese é escrita, para lidar com doação de bens públicos móveis (madeiras de pinus e eucalipto) e geração de recurso para o assentamento Contestado, no município da Lapa (PR). A atuação consiste na criação de um caminho jurídico para o processo (plano de alienação para retirada da madeira) e como os recursos poderiam ser investidos (plano de aplicação). A construção desse teve uma dinâmica parecida da construção do desenho territorial, buscando fortalecer a comunidade que já estava consolidada há mais de 20 anos. Assim iniciamos o processo de desenho comunirário, para o planejamento do investimento do recurso.

Ainda no final de 2024, realizamos o 2º estudo técnico no conflito da comunidade Maila Sabrina reforçando a importância da sistematização na evidência da realidade na consolidação da comunidade no território e da viabilidade do seu projeto de vida. Também, nesse período, iniciamos uma parceria com o INCRA para a realização de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) para demarcação de 9 territórios quilombolas no estado do Paraná. Reunindo pessoas da Antropologia, Sociologia, Agronomia, Cartografia, Arquitetura, Direito e Geografia temos percebido a importância do diálogo interdisciplinar na compreensão dos território assim como sua centralidade na construção e permanência das comunidades quilombolas assim como a complexidade dos conflitos de diferentes naturezas e formas que o Estado moderno e o capital implicam na destruição dessas comunidades.

Apesar do tensionamento com os tempos necessários de uma tese voltada à pesquisa (realização das disciplinas, o processo de qualificação e a escrita da tese), a atuação em um projeto de extensão popular favorece a vivência de experiências diversas que enriquecem a leitura sobre a realidade. Esse caráter se amplia na possibilidade da atuação interdisciplinar e coletiva que favorece uma construção comum, diversificando as compreensões e ampliando o caráter transformador da realidade.

Assim, a extensão favorece o contato com uma diversidade de temas, caracterizando uma horizontalidade na sua amplitude, e a capacidade transformadora da realidade. Por outro lado, a atuação individual da pesquisa favorece a verticalidade do aprofundamento teórico nas temáticas mobilizadas. O quadro 11 faz um breve compilado de temáticas mobilizadas durante a atuação na extensão no período de realização desta tese, diferenciando aquelas que foram mobilizadas num período de atuação mais próxima da realidade e as que surgiram na reflexão da tese.

QUADRO 11 - Temas mobilizados na extensão no período da tese.

Temas mobilizados pela realidade	**Temas mobilizados na reflexão da tese**
A importância do território na disputa jurídica;	Extensão popular e atuação na comunidade;
A importância do território na luta pela terra;	Desenho territorial e desenho ontológico;
Relação cartografia-geografia-direito;	Caráter imbricado
*Risco ambiental x ocupação humana (urbana e rural)	Planejamento territorial popular
Planejamento conflitual/insurgente;	Multiterritorialidade e corpo-território

*Cartografia social como instrumento de anúncio e denúncia, formação e mobilização social;	Multiescalaridade
*Múltiplas funções da informação espacializada;	Comum
A importância da comunicação na atuação com comunidades e no diálogo interinstitucional e saberes populares;	Território comum
*Sistematização e visualização de informações espacializadas;	Giro territorial
A necessidade de uma outra reforma agrária;	Sistematização como função de uma tese extensionista
*A contribuição da geografia na construção de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de territórios quilombolas;	Tese extensionista
*A importância do território na questão quilombola;	
*A dimensão ambiental da questão agrária;	
Multidimensionalidade da questão agrária (atualização da questão agrária)	
Questão de gênero na Reforma Agrária	
Agroecologia na Reforma Agrária	
Cruzo, encruzilhada	
*temas que foram mobilizados pela realidade mas não foram aprofundados na construção da tese.	

Fonte: O autor.

Cria-se assim uma rede de entendimentos, conceitos e perspectivas que fundamentam a compreensão sobre a realidade articulada à reflexão teórica e o diálogo com outras leituras de outras realidades (figura 113).

FIGURA 113 - Rede de temas mobilizados pela realidade e aprofundados pela tese..

Fonte: O autor.

Ao mesmo tempo que a realidade mobiliza uma diversidade de temas, algumas perspectivas emergem a partir do esforço de reflexão sobre o processo em diálogo com outras leituras e trabalhos em outras realidades. Porém há temas (marcados com um asterisco no quadro 11) que não influenciaram diretamente na tese mas que, por outro lado, foram essenciais para a fundamentação da continuidade da prática e atuação com as comunidades. Nesse sentido retomamos a ideia do saber inscrito no fazer de Porto-Gonçalves (2002). Esses saberes emergem na relação entre corpos território da comunidade e também do coletivo PLANTEAR. Destacamos que na construção dos processos a atuação dos professores e professora[115] na mobilização e coordenação do coletivo se torna essencial, não só pela própria função, mas pelos saberes que manifestam no seu fazer. São corpos território que trazem em seu histórico muita experiência e relação com a perspectiva popular, da luta com movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais e que buscam promover uma rede relações e compartilhamento que potencializam a atuação da extensão popular, disputando território com a Universidade convencional.

[115] É preciso destacar e reconhecer a bagagem e contribuição nominalmente dessas pessoas: Profª. Daniele Regina Pontes, Prof. José Ricardo Vargas de Faria, Prof. Ricardo Prestes Pazello, Prof. Marcelo Caetano Andreoli e Prof. Jorge Ramón Montenegro Gómez.

Rigotto et al. (2018) apontam 4 etapas da sua práxis acadêmica, a construção do problema, o estabelecimento de um Grupo de Estudos Ampliado (GPA), a participação solidária nas lutas e a comunicação dos conhecimentos.

> A construção dos problemas de estudos e de temáticas para projetos de extensão passa por um processo dialógico, que parte da escuta e do reconhecimento de demandas reais dos sujeitos dos territórios com conflitos ambientais, e segue com reflexão e interrogações sistemáticas acerca das questões levantadas. (Rigotto, 2018, p.371).

Ao questionarem as comunidades sobre suas necessidade na produção de conhecimento, listaram trinta problemas que foram organizados em linhas de pesquisa que pautam o grupo. Porém destacam que não se trata de uma resposta imediata pois há uma mediação entre o viés da demanda e a formação do pesquisador, a compatibilização do interesse com as condições do pesquisador-responsável, a relação entre o contexto e a pertinência do estudo e o que esse pode oferecer para "dar visibilidade à situação de injustiça ambiental e para construir um conhecimento-emancipação, ético, solidário, prudente, direcionado para a libertação dos sujeitos que são mantidos vulnerabilizados" (Rigotto et al., 2018, p.371).

Os autores destacam a necessidade de um desprendimento dos pesquisadores da segurança de um objeto, uma teoria e uma metodologia previamente definidas, o que não é tarefa simples pois demanda tempo tensionado com os períodos de pesquisa de mestrado e doutorado. A superação desses entraves se dá no apoio mútuo, na apresentação das necessidades, na convivência coletiva, com afetividade e compromisso, companheirismo, resgatando sentidos emancipatórios para o trabalho acadêmico.

Também destacam a necessidade de se entender como sujeito político nos contextos trabalhados, no que acontecem posicionamento e ações contrárias desde opositores externos quanto de conflitos internos nas comunidades. Diante disso, também afirmam a importância do compartilhamento de experiências com outros grupos de pesquisas, movimentos sociais e comunidades para o acúmulo de estratégias.

Definido o problema de estudo criam um Grupo de Estudos Ampliado (GPA) com sujeitos da universidade, dos movimentos e das comunidades, dos territórios, que buscam se aproximar do contexto vivido para a transformação do mesmo na produção de novos conhecimentos, conjugando os saberes diversos para uma ação emancipadora.

Paralelamente ao GPA se organizam ações de engajamento solidário na luta dos territórios, assumindo um posicionamento perante a sociedade, ao lado das populações

vulnerabilizadas, ajudando na construção de uma relação de parceria, e de relações de confiança. Dessa maneira atuam em

> audiências públicas, [com] elaboração de laudos, representações jurídicas e contrapareceres, organização conjunta de jornadas e seminários, facilitação de atividades em ações formativas organizadas pelas associações comunitárias e movimentos sociais, cessão de entrevistas para videodocumentários e programas de rádio e televisão, posicionamento em controvérsias científicas com especialistas, produção de textos acadêmicos etc., [...] organização de debates, seminários, oficinas, cursos de média e longa duração, intercâmbios e vivências em territórios com conflitos e com sujeitos diversos, criando espaços de formação com o intuito de favorecer processos de construção do conhecimento pelos próprios sujeitos atingidos. (Leão; Melo; Rocha, 2016, apud Rigotto et al., 2018, p.376).

O processo participativo vai além dos espaços restritos da academia com formas de socialização dos conhecimentos para que as comunidades dos territórios possam validar e avaliar os resultados. Nesse processo destacam a construção coletiva de materiais de comunicação para "potencializar a apropriação dos resultados pelas comunidades" (Rigotto et al., 2018, p.377). Os sujeitos do território direcionam o conteúdo, a linguagem, as formas e os meios. Geram-se assim negociações de sentidos na construção conjunta de leituras sobre os conflitos, onde emergem "novas narrativas das populações camponesas, sobre si mesmas e sobre os conflitos, rompendo com a tentativa de invisibilização e silenciamento das vozes dos territórios e contribuindo para a afirmação de seus saberes." (Rigotto, et al., 2018, p.378).

Destacamos dois grandes movimentos de sistematização realizados, um durante a realização das oficinas voltado às conclusões práticas e outro na construção deste texto incluindo a reflexão teórica. Dentre as múltiplas possibilidades da sistematização, Holiday (2006) destaca que sempre sistematizamos para algo, em função de uma utilidade concreta, como processo e como produto. Pensando na melhora das práticas, buscamos entender por que se deram de maneira específica, em relação a suas diferentes etapas, os momentos significativos e as viradas no seu encaminhamento. Momentos de consolidação, ruptura e desenvolvimento diante do comportamento dos diferentes fatores que os compõem, nas suas coerências e contradições. O "que nos ajuda a entender como chegamos ao momento em que estamos, quer dizer, explicar-nos nossa própria trajetória [...] compreender melhor nosso presente, localizando - a partir da trajetória acumulada - os elementos, características, contradições e desafios" (Holliday, 2006, p.30).

A noção do autor sobre a postura pessoal para a atividade sistematizadora na medida que os corpos território de quem se coloca na compreensão da experiência são atravessados por relações de poder desde o ambiente institucional mas também social mais amplo. Sem discordar

do autor fazemos um alerta na enumeração de condições pessoais para se considerar as dimensões de gênero, raça, sexualidade e geracional. Diante do desafio de ter sempre uma pessoa responsável pela sistematização das oficinas e seu compartilhamento com o grupo, a postura, disposição e expectativa pessoal se tornou tema de discussões internas do coletivo PLANTEAR. Percebemos que existem diferenças ontológicas atravessadas por relações de poder dentro do próprio processo de sistematização, que implica na variação de disposição, formas e percepção da realidade e insegurança na tomada de tarefas, que precisam ser levadas em conta na organização do processo. Assim entendemos que não se trata de uma postura pessoal isolada, mas relacional em que aquelas dimensões do ser implicam em condicionantes diferenciadas entre os corpos-território.

Ao longo das oficinas foram se definindo aspectos concretos do desenho territorial mas além disso, foi se percebendo a transformação do território e dos processos de territorialização até a compreensão da sua relacionalidade, passando pelas relações de poder, da multidimensionalidade, multiescalaridade, da presença dos corpos-território, da multiterritorialidade, pelo território comum, e do caráter imbricado do processo. Na sua sistematização destacamos a cartilha entregue à comunidade e ao INCRA como produto da organização territorial da comunidade, a qual foi mostrada em figuras separadas ao longo do capítulo (figuras 77, 96, 97, 99, 101, 102 e 103) e anexada (anexo I), permitindo a sua comunicação. Também fizeram parte desse esforço os gráficos e figuras (quadro 12), construídos para a comunicação com a comunidade. Essas formas levaram às conclusões práticas sobre a realidade. Reforçamos a centralidade da sistematização colocada por Holiday (2016) que, como constatado, foi essencial na construção do processo de desenho territorial, assim como nas outras atuações.

QUADRO 12 - Produtos construídos em esforços de sistematização nas atuações de extensão durante a tese.

Produtos de sistematização nas atuações de extensão popular
Estudos técnicos (mapas, gráficos, imagens);
Linha histórico-espacial da disputa na comunidade Maria Rosa do Contestado;
Mapas, sistematizações e metodologias das oficinas de planejamento;
Desenho territorial;
Cartilha do planejamento territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado;
Mapa do desenho territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado;

Infográficos de análise ambiental das comunidades Maila Sabrina, Reduto do Caraguatá, Maria Rosa do Contestado, José Lutzenberger, Nova Esperança e Faxinal do Emboque;
Cartilha de evento na Comunidade Nova Esperança;
Mapa para o evento Jornada de Agroecologia do MST;
Mapa para o evento Jornada da Natureza do MST;
Peças de comunicação do coletivo PLANTEAR (banner, artes, vídeos e cartilhas)
Material de comunicação do Prêmio Periferia Viva;
Proposta de Banco de dados Reforma Agrária (painel do acesso à terra, storymaps, webgis);
Cartilhas de mapeamento de anúncios e denúncias da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida;
Metodologia de aplicação de Cartografia Social para mobilização e discussão territorial;
Boletins de comunicação da atuação no Assentamento Contestado;
Mapa de diagnóstico territorial no Assentamento Contestado;
Plano de Alienação e Aplicação de bens móveis públicos no assentamento Contestado;

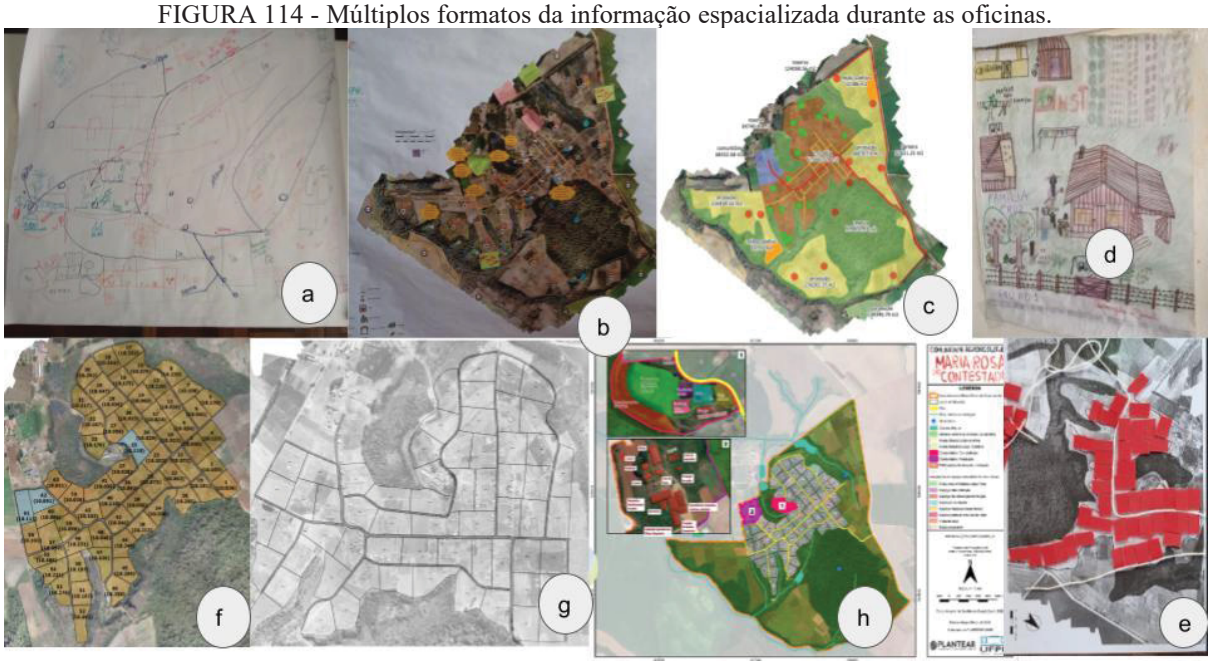
Fonte: O autor.

Os estudos técnicos, que abrangem grande parte das atuações, buscaram construir uma linguagem visual onde as sistematizações foram importantes para proporcionar o diálogo entre a institucionalidade e o território praticado. Em alguns processos jurídicos algumas informações trabalhadas nos estudos técnicos já se apresentavam nos autos do processo, porém estavam em um formato pouco acessível ou de difícil leitura, por exemplo, mapas com limites sem imagem de satélite, ou, dados numéricos ou históricos em formato de texto descritivo. Assim, em processos que costumam ter centenas de páginas, a falta de sínteses e representações visuais podem dificultar a compreensão ampla por parte dos operadores de direito, por isso, a sistematização é importante em dar visibilidade e sintetizar informações. Mapas que sintetizam informações, com imagens de satélite, gráficos quantitativos, linhas do tempo com marcos históricos ou infográficos, que juntam mais de um formato, foram bastante utilizados, facilitando a leitura da realidade durante as audiências. Importante também foi a disputa por um espaço de fala durante a audiência para apresentar pontos importantes e marcar sua existência, ou seja, a sistematização por si só não implica no diálogo entre o institucional e a realidade do território, sendo necessário esse esforço de construção de pontes.

Destacamos que a sistematização é um campo aberto de possibilidades que pode facilitar a compreensão das informações, sendo que os formatos podem ser variados, dos mais simples aos mais complexos, apresentando desafios na sintetização da informação. Um formato de visualização que buscamos construir nesta tese, a linha histórico-espacial (ver figuras 11, 13 e 14), junta a linha do tempo com mapas para mostrar as mudanças socioespaciais importantes que configuraram as geo-grafias do contexto da realidade. A visualização do espaço e do tempo relacionados contribui para a compreensão das transformações socioespaciais, porém a quantidade de informação pode ser um desafio para a leitura da sistematização. Nesse sentido, o uso de diversos formatos fragmentados podem ter uma função complementar na sistematização.

No planejamento territorial popular na comunidade Maria Rosa do Contestado a construção e realização de oficinas foram intermediadas por diversos formatos de sistematização, desde quadros e tabelas até gráficos e mapas, alguns com fácil compreensão e outros com necessidade de diálogo e debate. Alguns ainda tiveram pouco efeito ou tiveram sua intencionalidade transgredida no seu uso, ou seja, mobilizaram questões não planejadas para o debate. Ou seja, os usos, debates mobilizados e resultados variam muito num campo de possibilidades, portanto não há um formato certo para cada contexto. Por outro lado, podemos apontar que numa discussão territorial a informação espacializada cumpre um papel essencial.

FIGURA 114 - Múltiplos formatos da informação espacializada durante as oficinas.



Fonte: Registros do coletivo PLANTEAR, 2022.

Os múltiplos formatos variam também na forma de comunicação como: 1) suporte de visualização para levantar questões (marcações “b” e “f” na figura 114), validar informação (marcação “c” na figura 114) ou apresentar o produto final (marcações “g” e “h” na figura 114); 2) construção conjunta com a comunidade na cartografia social (marcação “a” na figura 114); 3) suporte para intervenção, como no “bingo” do Maria Rosa (marcação “e” na figura 113); 4) desafio para a auto representação como nos auto mapeamentos do lote dos sonhos (marcação d na figura 114). Não havendo modelo ou receita fixa é preciso estar atento para que os produtos de sistematização não se sobreponham à voz da comunidade, por isso, existe um esforço para que a técnica não inviabilize o debate, para o qual a postura aberta de escuta contribui.

Quando falamos do desenho territorial, queremos apontar todo o processo de construção que resulta num produto final, aqui sistematizado na cartilha da comunidade Maria Rosa do Contestado. Esse processo se insere numa perspectiva de planejamento territorial popular, mas também pode ser ampliado como um forma de construir, comunicar e visualizar uma organização territorial de uma comunidade, se configurando também como uma proposta, uma metodologia, produto desta tese.

Em todos os contextos de extensão em que atuamos a sistematização teve papel fundamental com inúmeros formatos e funções. Foram gerados produtos que contaram com um esforço dedicado e exerceram um papel de comunicação entre o coletivo e as comunidades e entre as comunidades e a sociedade, em sua maioria com desdobramentos que visavam a transformação da realidade. Enquanto destacamos estudos técnicos que por si envolvem diversas sistematizações, também destacamos produtos únicos, como infográficos e mapas, que produziram um impacto específico.

Nos estudos técnicos para os conflitos nas comunidades a sistematização da análise ambiental foi fundamental para que a institucionalidade percebesse o potencial da relação com a natureza que estava sendo desenvolvido nos territórios. Outros mapas e cartilhas foram desenvolvidos para ajudar a organização e a comunicação de eventos realizados pelas comunidades movimentos, dialogando com a sociedade na visualização do território e com a institucionalidade para apoio. No sentido de dialogar com a sociedade de forma geral, fizemos o esforço de preparar materiais de comunicação voltados para redes sociais, ampliando o alcance das ações, ampliando a rede de socialização do coletivo. As peças de comunicação em formato digital no ambiente online também foram importantes no reconhecimento do trabalho

da comunidade Nova Esperança, com o Prêmio Periferia Viva promovido pelo Governo Federal.

A potência do ambiente digital também ampliou as possibilidades de visualização de dados. Na atuação da Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida a sistematização gerou uma cartilha com mapa como instrumento de denúncia para as comunidades envolvidas mas também um caminho metodológico sistematizado em cartilha sobre a construção da cartografia social. Por fim, a atuação no Assentamento Contestado incorporou uma prática de comunicação mais frequente com boletins de informação em formato impresso e digital que buscava informar toda a comunidade do assentamento sobre o andamento dos trabalhos. Neste contexto o mapa apareceu como ferramenta importante e também surgiu o desafio de uma sistematização como caminho jurídico inédito no âmbito das políticas de reforma agrária para alienação e aplicação de recursos doados pelo Estado para a comunidade.

Levantamos alguns questionamentos na perspectiva da tese extensionista na medida que entendemos este texto como um esforço de sistematização e reflexão teórica. Embora o adensamento teórico tenha sido buscado nesta construção, a sistematização do processo de planejamento e da atuação no conflito jurídico teve um caráter mais evidente. Delimitamos mais ou menos então duas frentes de construção possíveis de uma tese extensionista, uma focada na sistematização voltada à prática e a transformação da realidade, nas múltiplas atuações da extensão, e outra voltada ao esforço de sistematização mais próximo da conceituação teórica e melhoria da prática. Essas duas frentes se tensionam e confluem, na medida que necessitam tempos dedicados e se complementam. Na atuação da extensão entregamos diversos produtos em formatos diversos os quais acrescentamos, a partir desta tese, a sistematização da realidade com conceituação teórica, marcada pela horizontalidade, com o objetivo de retroalimentar a melhoria da prática, ou seja, a sistematização do fazer para continuar fazendo.

A atuação na realidade, buscando a sistematização das experiências, gerando produtos que mobilizem a transformação da realidade e a conceituação teórica para a melhoria da prática não precisa necessariamente de uma tese extensionista. O debate que quisemos apontar evidencia uma tensão entre o contexto de pesquisa na construção de uma tese de doutorado, e a atuação entre a extensão popular. A perspectiva da tese extensionista tenta dar outro olhar onde é preciso reforçar o cuidado com o esforço necessário e dedicação aos processos de sistematização como prática evidenciada na atuação de projetos de extensão popular. Partindo

desse contexto popular a tese extensionista necessariamente se coloca como um projeto político em perspectiva crítica à construção ocidental do conhecimento, pautado na racionalidade científica moderna que serve a uma sociedade capitalista, que distancia a universidade da realidade, das comunidades. Decidir por uma pesquisa pautada na extensão popular é assumir o compromisso político pela transformação da Universidade e da realidade atendendo às demandas das lutas sociais por Mundo de Muitos Mundos.

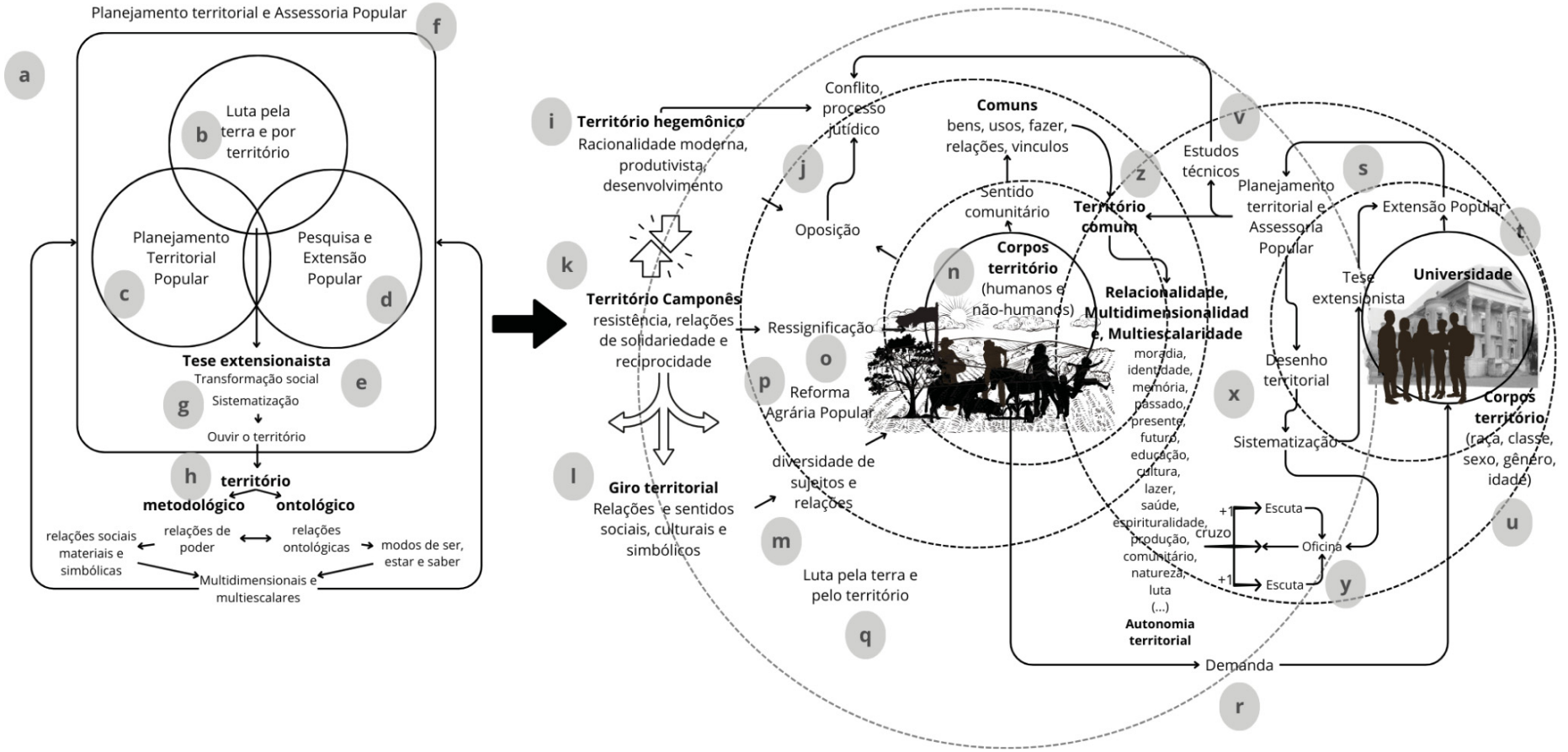
Esta tese, no contexto da luta por terra e território, esteve comprometida com a construção de uma Reforma Agrária Popular, transformando o ambiente universitário em suporte para a defesa dos territórios. Através da extensão buscamos ressignificar a produção do conhecimento acadêmico estando presente e escutando a realidade das comunidades e dispostos a transformar seu contexto, da questão agrária que se complexifica a cada momento, evidenciando contradições do agronegócio através da contrarreforma agrária e do avanço do retrocesso, que se materializam no conflito com a comunidade Maria Rosa do Contestado. Cada contribuição com a luta por terra e território nas diversas atuações foi essencial para a compreensão da questão agrária evidenciando através dos impactos que a Universidade pode ter um papel transformador e político mais evidente para a construção de uma sociedade menos desigual. Mas para isso precisa transformar a si mesma.

A atuação de um coletivo dedicado ao planejamento e assistência popular tem na Universidade um ambiente de capacidades (recursos, técnica, estrutura) que podem fortalecer a atenção à demanda social por um lado e, por outro, podem ampliar e inovar, na criação de possibilidades da atuação da institucionalidade criando pontes entre mundos. Nesse sentido uma tese extensionista é marcada pela horizontalidade na diversidade de possibilidades de produtos, formas, atuações, temáticas, tecnologias e metodologias, pautadas por uma postura marcada nas confluências apontadas desde a extensão popular (Freire, 1983; Melo, 2014), a escuta do território (Porto-Gonçalves et al., 2015; Malheiro, 2021), a sistematização (Holliday, 2006), a pesquisa participante (de Marcos, 2006), Pedagogia do Território (Rigotto et al., 2018), planejamento militante (Faria e Pontes, 2006) e insurgente (Miraftab, 2009). Fundamentamos assim uma atuação desde a relacionalidade envolvendo múltiplas dimensões do ser, estar e saber em relações de afeto, no sentido de afetar e ser afetado (Oliveira, 2024), para a construção de um mundo de Muitos Mundos (Escobar, 2018). Contribuímos assim para a dimensão de renascimento do ebó epistemológico para a transgressão dos saberes no cruzamento entre mundos (Rufino, 2017).

Assim buscamos contribuir com a luta por terra e território (Ferreira e Felício, 2021) e pela Reforma Agrária Popular (MST, 2025) ao consolidar como proposta o desenho territorial, como desenho ontológico (Escobar, 2016), na possibilidade de fortalecer a organização da comunidade em defesa da sua autonomia no seu território comum, a partir dos bens comuns (Hesse e Ostrom, 2016), do fazer comum (Rocha, 2021), das relações e vínculos (Federici, 2014; 2022; Zibechi, 2015), da relacionalidade comum, como alternativa à racionalidade moderna capitalista, ao Mundo de Um Mundo (Escobar, 2018).

Esse que se manifestou no contexto da comunidade Maria Rosa do Contestado a partir do agronegócio da imigiração holandesa (Dias e Fajardo, 2006) ligada ao histórico de conflitos pela terra no estado do Paraná (Roos et al., 2021b; Roos, 2007; Fabrini, 2007) num contexto marcado pelo avanço do retrocesso (Roos et al., 2021c; 2022), pela contrarreforma agrária (Alentejano, 2022) e o agrobanditismo (Mitidiero e Feliciano, 2018). Configurando um conflito que também contou com a atuação contraditória do Estado através de suas instituições que têm na construção histórica das normativas de regulamentação da terra, marcadas pela incerteza cartográfica (Sluter et al., 2010), o favorecimento à propriedade privada capitalista com raízes históricas no colonialismo (Souza Filho, 2015; Girardi, 2022; Porto-Gonçalves, 2002). Configuram assim a dimensão de sacrifício do ebó epistemológico para a rasura dos saberes hegemônicos no cruzamento entre mundos (Rufino, 2017).

FIGURA 115 - Dinâmica geral da construção da tese e a sistematização do contexto de atuação do coletivo PLANTEAR na comunidade Maria Rosa do Contestado.



Fonte: O autor.

Retomamos então o esquema apresentado na Introdução (marcação “a” na figura 115) desta tese (ver figura 5, página 56) como ponto de partida para olhar o contexto da luta por terra e território (marcação “b” na figura 115) que, entrecruzado com o Planejamento Territorial Popular (marcação “c” na figura 115) e com a Pesquisa e Extensão Popular (marcação “d” na figura 115), configurou a emergência de uma tese pautada pela extensão, ou tese extensionista (marcação “e” na figura 115), na atuação do PLANTEAR (Planejamento Territorial e Assessoria Popular) (marcação “f” na figura 115) voltada à transformação da realidade e sistematização da realidade onde ouvir o território (marcação “g” na figura 115) como caminho metodológico (marcação “h” na figura 115) (Cruz, 2020) nos ofereceu múltiplas perspectivas para a escuta.

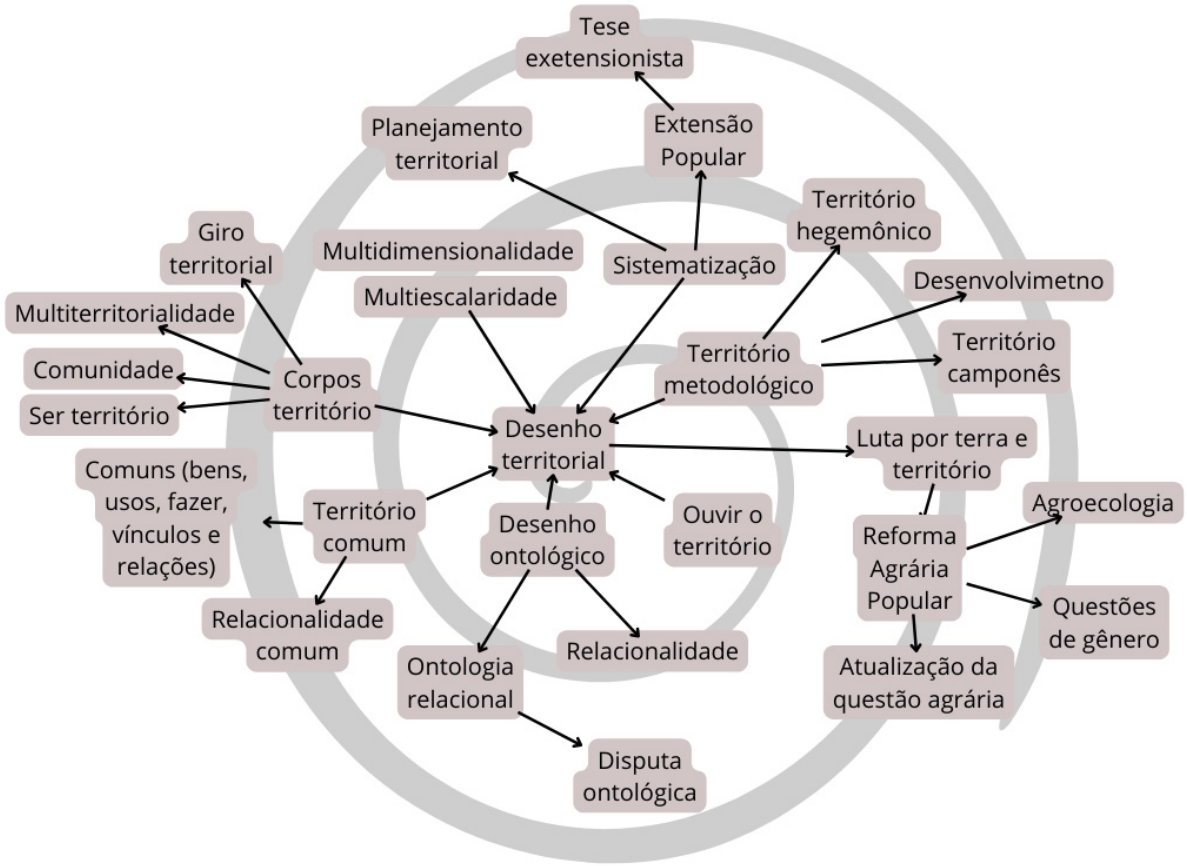
Assim entendemos o contexto, através de arranjos conceituais e escalares (Montenegro Gómez, 2006), desde o território hegemônico (marcação “i” na figura 115) (Fernandes, 2013; Porto-Gonçalves, 2002; Fabrini, 2011) na perspectiva do desenvolvimento (Fabrini, 2011; Montenegro Gómez, 2007; Germani, 2010) configurando a oposição e o conflito (marcação “j” na figura 115) contra o capital, da hegemonia da produtividade da terra, através da territorialização do campesinato (marcação “k” na figura 115) (Fernandes, 2000; Fabrini, 2011; Roos, 2012) nas relações comunitárias de solidariedade e reciprocidade. Uma luta que se ampliou a partir do giro territorial (marcação “l” na figura 115) (Cruz, 2013), na diversidade dos sujeitos e sujeitas (marcação “m” na figura 115) e na luta pelo reconhecimento do território, agregando identidade e relações simbólicas, contrapondo a unidimensionalidade da modernidade com o paradigma multiterritorial, a partir dos corpos-território (marcação “n” na figura 115), noção ampliada pelo ser território (Haesbaert, 2021; Porto-Gonçalves, 2002). Assim compreendemos as reivindicações da luta pela terra desde seus antecedentes (Medeiros, 2010) como formas de construção de comunidades que se ressignificam (marcação “o” na figura 115) diante da modernidade (Silva, 2024), com destaques desde a reorganização do MST nos anos 2000, pensando no planejamento dos assentamentos (CONCRAB, 2001), na disputa dos PDAs (Pereira, 2023; Miranda e Cunha, 2018) contra a racionalidade moderna produtivista do INCRA (Leite et al., 2010), construindo o caminho para a luta pela Reforma Agrária Popular (marcação “p” na figura 115) (MST, 2014; 2025), se aproximando da luta por terra e território (marcação “q” na figura 115) (Ferreira e Felício, 2021).

Luta ampliada na comunidade Maria Rosa do Contestado na consolidação do território como estratégia de defesa, gerando demandas (marcação “r” na figura 115) na atuação ao

coletivo PLANTEAR (marcação “s” na figura 115) que, através da extensão popular (marcação “t” na figura 115) buscou ampliar a atuação da Universidade, se somando como parceiro na luta por terra e território, fazendo a própria disputa com a Universidade ocidentalizada a partir dos corpos-territórios de professores e estudantes (marcação “u” na figura 115), atravessados por relações de poder de (raça, gênero, classe e idade). Construindo estudos técnicos (marcação “v” na figura 115) e evidenciando a realidade do território e a viabilidade da reforma agrária na disputa jurídica (marcação “j” na figura 115), e atuando no planejamento territorial para consolidação do território. Onde o desenho territorial (marcação “x” na figura 115), cruzado desde as relações, estabelecidas nas oficinas (marcação “y” na figura 115), entre corpos-território (marcações “n” e “t” na figura 115), sistematizando as questões de gênero, a agroecologia, a multidimensionalidade, a multiescalaridade e a relacionalidade, na mobilização dos sentidos comunitários, sistematizou o território comum (marcação “z” na figura 115).

Finalizamos o capítulo 4 com uma representação (figura 116) do movimento realizado a partir do desenho territorial, como uma espiral que se amplia, simbolizamos as camadas de conceitos que foram se entrecruzando da compreensão da prática, onde alguns impactaram diretamente e se desdobraram em articulações para a complexificação da leitura sobre a realidade da atuação, que também agregou dimensões específicas na construção desta tese.

FIGURA 116 - Espiral da articulação de conceitos em torno do desenho territorial.



Fonte: O autor.

Considerações Finais

Iniciamos a construção desta tese com o objetivo de evidenciar o território como categoria que mobiliza dimensões antigas e novas na luta pela terra, a partir do cotidiano da sua construção pela comunidade Maria Rosa do Contestado e com centralidade, como conceito e metodologia, nas relações de poder em diferentes escalas que envolvem essa luta. O território emerge desde a construção concreta da comunidade, das relações que estabeleceram na e com a terra para consolidar seu projeto de vida, desse território da prática evidenciaram-se outras categorias de território incidentes sobre o conflito fundiário, o território normativo, da perspectiva institucional, e o território enquanto categoria analítica que se desdobrou em vários conceitos de território. Assim, a partir dessa dinâmica, como conceito, **o território foi ampliado desde a ontologia relacional**, para podermos abranger uma compreensão da luta pela terra como luta entre mundos. De um lado, o Mundo de Um Mundo, da racionalidade moderna do capital e, do outro lado, o Mundo de Muitos Mundos, da pluriversidade, da defesa da vida. Assim, o território como territorialidade e territorialização das relações ontológicas fundamentou nossa compreensão da luta pela terra, tendo como referência a proposta objetiva da luta por terra e território da Teia dos Povos. Aprofundando, desde as práticas para planejar os espaços de vida em áreas de reforma agrária, que o território construído a partir da autonomia da comunidade ou grupo social sobre sua organização tem papel importante na defesa de modos de vida alternativos ao capital.

O conflito da comunidade Maria Rosa do Contestado sob essa ótica, da luta por terra e território, foi percebido desde a atuação do coletivo PLANTEAR através do planejamento territorial e assessoria popular. Essa prática foi caracterizada a partir de outras referências de planejamento como o planejamento militante e o insurgente com uma epistemologia crítica ao conhecimento hegemônico, atuando desde o conflito para lidar com as relações de poder e provocar a transformação social. Com uma postura contra-hegemônica e emancipatória a partir da autonomia comunitária, onde a memória, a história e a consciência crítica são essenciais para a construção de consenso, possibilitando uma participação efetiva voltada à prática.

Desde outras práticas de assessoria acadêmica, marcadas pela crítica ao conhecimento hegemônico da modernidade, afirmamos uma ciência plural e comprometida com o projeto político dos grupos subalternos e movimentos sociais. Assim, a pesquisa e a extensão são entendidas como espaço de transformação e co-produção de conhecimento com as comunidades onde o território é o espaço de produção e circulação de conhecimento, tornando essencial a sua vivência, envolvendo relações de afeto, acolhimento e escuta.

Esses aspectos conduziram a prática de onde emergiu esta pesquisa, o que nos levou a destacar a importância da sistematização da realidade para fazer além de uma tese com reflexões teóricas uma tese com reflexões sobre a prática. Assim, a perspectiva de tese extensionista define o objetivo de sistematização e a transformação da realidade. Essa perspectiva implica também numa

ressignificação da pesquisa e da extensão no ambiente universitário onde destacamos a extensão popular para ir além da construção elitizada do conhecimento científico. Ao mesmo tempo, entendemos esse popular como uma leitura a partir da diversidade das comunidades, pelo que mobilizamos uma prática que tenta se diferenciar da soberania da racionalidade moderna e capitalista para evidenciar uma construção plural desde os territórios. Para isso a escuta do território é essencial na construção de um mundo plural e diverso, para fazer emergirem outras vozes, outros seres e saberes. Saindo da hegemonia do saber escrito para compreender os saberes inscritos no fazer, sem ignorar a materialidade e as relações de poder que o atravessam desde o cotidiano nos territórios que entendemos como construções ontológicas.

Nesse processo, entendemos o território como categoria histórica na Geografia, onde, apesar de ter diversos significados e usos como categoria ligada às relações de poder, neste trabalho enfatizamos a importância da autonomia na sua construção, em contraposição a uma perspectiva do conceito como imposição das relações de poder do Estado ou do capital. Indo além dessa disputa, **o território como metodologia** coloca as relações sociais como relações de poder, sejam elas de caráter material ou simbólico. Ao ampliar as relações de poder utilizamos o território nas suas diferentes perspectivas para mobilizar algumas dimensões da realidade, por exemplo, com o conceito de território hegemônico observamos o caráter de oposição e disputa em escala regional e nacional, com o conceito de corpo território mobilizamos a construção da identidade, da memória e do afeto como processo de resistência. Assim, identificamos a multidimensionalidade e multiescalaridade na complexidade do conflito e da construção do território. Junto com a perspectiva do território ontológico, delimitado a partir dos modos de ser, estar e saber no e com o mundo, o contexto da luta pela terra e pelo território foi ampliado nesta pesquisa, onde se pauta uma justiça que reconheça um Mundo de Muitos Mundos, em consonância com o giro territorial das lutas sociais na América Latina desde os anos 1990. Lutas por território protagonizadas principalmente por povos originários, afrodescendentes e outras comunidades tradicionais (pescadores artesanais, extrativistas…) que marcam um novo ciclo de lutas, e que através de entidades como a Via Campesina, ou de articulações diversas contra o neoextrativismo em toda a região, vão se ampliando para outros grupos que colocavam a terra e a reforma agrária como foco, como o MST, onde a luta pela terra ganha essa densidade territorial. Uma luta, como temos percebido em diferentes áreas de reforma agrária do Paraná em que temos trabalhado, que também é pela construção do território como lugar de pertencimento e defesa da vida sob uma racionalidade e relacionalidade, alternativa ao desenvolvimento capitalista moderno, e com um sentido do comum.

Uma das frentes dessa luta, como destacado, se deu na implementação de assentamentos tendo como uma grande barreira a inação do Estado em executar a política de Reforma Agrária, principalmente na sua continuidade, após a criação de assentamentos. A luta que vinha sendo

construída desde as ocupações e permanência das famílias nos acampamentos, tinham essa construção passada para as mãos do Estado que, por um lado abre portas para o investimento público mas, por outro lado, ficava à mercê do contexto político implicando muitas vezes em assentamentos sem infraestruturas básicas para a consolidação produtiva e a qualidade de vida das famílias. Além disso, a atuação do Estado, quando presente, acontece sob uma lógica produtivista da propriedade particular, da modernização da agricultura, se tornando também um campo de disputa.

A organização do MST desde os anos 2000 gerou esforços para organizar a construção de assentamentos sob uma lógica comunitária, multidimensional, para além da soberania da produtividade, considerando a estrutura organizativa, o uso de tecnologias alternativas ligadas à Agroecologia, à equidade de gênero e ao cuidado com a juventude, às dimensões sociais e culturais e ao planejamento participativo abrindo possibilidades, desde a atuação de cooperativas orgânicas do Movimento na construção de PDAs, numa perspectiva de ouvir e sistematizar os saberes camponeses para pensar o planejamento.

Sintetizados no Programa Agrário da Reforma Agrária Popular, os pilares que colocaram a luta pela terra como uma luta também pelo território desde a multidimensionalidade da sua construção e a diversidade de sujeitos colocou o território presente como referência da luta, mais próxima da luta por terra e território de outros movimentos sociais, com concordâncias e diferenças, mas em direção à autonomia territorial. Um movimento percebido também na complexificação e atualização da questão agrária nas lutas por redistribuição da terra e reconhecimento do território. Esse movimento teve ressonância na luta da comunidade Maria Rosa do Contestado na medida em que, nas confluências do contexto sociopolítico e de estratégias de luta do MST, a consolidação territorial colocada como forma de defesa e disputa, na construção de um projeto de vida alternativo à racionalidade moderna do capital, dando densidade territorial no conflito fundiário, na luta pela terra, reivindicando, além da sua redistribuição, o reconhecimento daquele projeto como uma forma viável de promover a Reforma Agrária.

Nas minúcias da disputa através do processo jurídico evidenciamos como um conflito entre o Mundo de Um Mundo e o Mundo de Muitos Mundos, marcando os impactos da aproximação do território da comunidade, sistematizando numa linha histórico-espacial os processos de territorialização. Já no processo de planejamento territorial da comunidade Maria Rosa do Contestado evidenciaram-se as relações ontológicas territorializadas na organização territorial, com a primeira fase dedicada à distribuição das áreas de moradias a multidimensionalidade e multiescalaridade do território. Desde a concepção do território hegemônico, da disputa com o território camponês, a ampliação da luta no giro territorial e perspectiva do corpo território até a relacionalidade do território, entendido a partir de um arranjo de escalas e conceitos, fundamentada no espaço como entrecruzamento de perspectivas e tempos. Na segunda fase do planejamento os

sentidos comunitários manifestados nas oficinas a importância da relacionalidade e dos usos comuns no território, o desenho territorial buscou a sistematização de uma proposta de território comum. Assim, o processo foi marcado por uma relacionalidade, e racionalidade, comum, onde os sentidos são manifestados para além do inteligível, a partir das relações que mobilizam sentidos de um horizonte alternativo à racionalidade moderna capitalista.

O desenho territorial se consolida como proposta de sistematização do território comum, da autonomia da comunidade na sua organização territorial, fundamentado na escuta do território, essencial diante do cruzamento entre mundos. Os desafios para a atuação nos territórios, como coletivo situado na Universidade, implicaram a desconstrução da hierarquização de saberes, em múltiplas formas de acordo com as relações de poder que atravessam os corpos território. São desafios que se colocam tanto na relação com as comunidades quanto nas relações do coletivo no próprio ambiente universitário. Nesse sentido, a dimensão do cruzo mostra os caminhos para a construção de possibilidades no encontro entre mundos, ampliando a perspectiva sobre a escuta do território, reforçando os aspectos de abertura, ambivalência, inacabamento e incerteza, onde a produção do conhecimento se dá também na transgressão e rasura do conhecimento hegemônico. Assim, os sentidos produzidos do planejamento vão para além das dinâmicas das oficinas onde a participação se dá em múltiplas dimensões, na articulação e mediação entre modos de ser, saber e estar, onde o desenho condensa a multidimensionalidade e multiescalaridade do território comum. O desenho territorial é marcado pela relacionalidade aliando a objetividade técnica com a subjetividade do processo sem perder de vista a postura crítica diante das disputas de poder em prol de justiça territorial, social e ambiental.

Assim o desenho territorial como sistematização do território comum é a nossa resposta para evidenciar a importância do território na luta pela terra. Resposta que não se pretende verdade universal mas como possibilidade. É uma reflexão que resulta da sistematização da nossa experiência através do coletivo PLANTEAR na comunidade Maria Rosa do Contestado.

O processo de construção dessa tese não foi linear, ao contrário, recheado de incertezas, vivenciamos a realidade da luta por terra e território, nas relações que estabelecemos com as comunidades e movimentos sociais como guia para caminharmos pelas encruzilhadas de possibilidades no encontro entre mundos, pois estamos num Mundo de Muitos Mundos. Quando finalizamos o processo de planejamento com a entrega da cartilha para a comunidade e para o INCRA que anunciou o assentamento das famílias, o sentimento foi como a defesa de uma tese, sendo na verdade a defesa daquele território. **A tese extensionista tem na atuação da realidade seu direcionamento voltado à comunidade, com a sistematização de produtos específicos, como a cartilha.** Com essa entrega nos perguntamos para quem escreveríamos esta tese, para além da obrigação acadêmica.

Para as famílias da comunidade Maria Rosa do Contestado podemos mostrar os detalhes

daquilo que construímos em conjunto, ampliando sua contribuição para a luta por terra e território. Muitos debates mobilizados durante a construção dos estudos técnicos e do planejamento não puderam ser aprofundados e ampliados como foi possível na escrita desta tese. São saberes inscritos na prática que permitiram uma reflexão crítica sobre o processo. Nesse processo, algumas novas questões acabaram surgindo, o que abre a possibilidade da continuidade dos diálogos que podem ser pautados em futuras atuações e construções compartilhadas.

Para o Movimento, esperamos que essas reflexões possam contribuir para a dimensão territorial da luta pela terra. Entendemos que a intensidade e potencialidade de criação e transformação dessa luta é constante e cotidiana, então essa contribuição se faz como uma pedra miúda nos caminhos possíveis para a organização e compreensão da luta. Mas para além da atuação popular esperamos que os debates mobilizados aqui possam fortalecer as dinâmicas do próprio Movimento ampliando o diálogo com a base e com outros grupos que contribuem e possam contribuir com a consolidação da luta por terra e território.

Para o INCRA, esperamos contribuir com uma outra perspectiva de Reforma Agrária, principalmente na construção dos PDAs, onde o desenho territorial possa entrar como uma etapa de escuta ampliada, sistemática das comunidades, que tenha um papel claro no plano final. Entendemos que um grande imobilizador da ampliação de possibilidades na atuação da instituição está na estrutura normativa que reflete uma racionalidade que historicamente busca a não realização de uma Reforma Agrária plena de acesso e permanência na terra. Nesse diálogo entre instituições, entendemos que a universidade tem muito a contribuir na ampliação dos horizontes de implementação de políticas públicas, buscando perspectivas que realmente atendam as demandas das comunidades sem a imposição rígida de normativas distantes da realidade. Essa contribuição também se estende para outras instituições públicas que atuam na regularização e na mediação de conflitos fundiários. Mais que uma contribuição que possa cair numa relação de terceirização de serviços, a construção da Universidade, através da pesquisa e extensão pode ampliar e transformar a normatividade em prol de atuações mais justas e humanizadas. Assim como o desenho territorial mobiliza uma série de debates e reflexões que vão além das normas, mas falam de fundamentos e perspectivas, o diálogo com as instituições pode abrir muitas possibilidades em diversos sentidos.

Para nós mesmos, do coletivo PLANTEAR, esta tese serve como um esforço que há muito tempo tem sido necessário: a sistematização e a reflexão sobre a nossa prática. As demandas do cotidiano acadêmico sobrepostas à atuação na extensão popular acabam ocupando todos os esforços. Embora a reflexão coletiva e compartilhada possa oferecer mais perspectivas e confluências para fortalecer a atuação conjunta, também exige um esforço dedicado que ainda não conseguimos organizar coletivamente. Nesse sentido as ações de pesquisa, como esta tese, acabam sendo espaços de reflexão mais profunda, e esperamos que possa ser um mobilizador de debates estruturados necessários para a construção de uma Universidade Popular. Assim, para colegas e

outros grupos que fazem da transformação da realidade sua práxis acadêmica, esperamos complementar o debate de uma outra Universidade, com pesquisa e extensão popular..

Muitos debates atravessaram a pesquisa, enquanto alguns foram fundamentais sendo aprofundados, outros foram mobilizados apenas pontualmente para dar suporte à construção da pesquisa. Um deles é a contribuição da análise geográfica nos conflitos jurídicos em diálogo com o Direito, o que se tornou evidente na produção dos estudos técnicos. Trata-se de um tema que tem vários desdobramentos como a incerteza cartográfica na história da regularização fundiária e seu impacto na concentração de terras no Brasil. Será que o mapeamento sistemático de precisão das propriedades é o que falta para começarmos a falar de uma justiça territorial? De fato é visível a falta de noção espacial das leituras jurídicas, sobre onde ficam os limites de uma matrícula de imóvel, por exemplo, porém, sem uma leitura geográfica do contexto social, ambiental e econômico de um conflito fundiário, muitas questões ficam invisíveis à institucionalidade, limitando a mediação dos processos. Uma parte da resposta para essas questões foi mobilizada aqui, que é a aproximação da realidade do território, mas que ainda tem um diálogo precário com os operadores de Direito.

Nesse mesmo sentido das barreiras disciplinares, outra questão que foi pouco aprofundada nesta pesquisa mas que é fundamental trata da atuação interdisciplinar nos processos de planejamento e na construção do desenho territorial. No PLANTEAR temos uma atuação conjunta entre professores, professora, alunos e alunas essencialmente dos campos do Direito, Engenharia, Arquitetura e Geografia. Essas disciplinas têm campos de atuação em processos de planejamento, os quais podem se sobrepor em alguma medida. Ao olharmos para essa questão desde uma perspectiva convencional, da racionalidade moderna, podemos estabelecer tarefas bem definidas, mas que ainda se sobrepõem podendo causar tensionamentos sobre quem faz o quê, mas se olharmos sob uma perspectiva da extensão popular, buscamos horizontalizar os saberes e práticas, ampliando a formação, mudando a dinâmica de funções especializadas nessa relação interdisciplinar. Desde a prática dessa pesquisa e também do coletivo PLANTEAR, emergiram algumas questões nesse sentido, que foram contornadas a partir do compartilhamento coletivo e outras que poderiam ter sido melhor desenvolvidas com o envolvimento específico de uma ou outra área.

A Geografia nesse sentido, tem um amplo campo de atuação temática com uma perspectiva transversal e escalar, proporcionando uma leitura dos contextos cuja funcionalidade não é percebida facilmente. Mas esse é apenas um aspecto do debate que poderia ser desenvolvido. Desde a construção desta pesquisa, da perspectiva da extensão popular, um grande mediador dessa relação interdisciplinar é, insistimos, o território da comunidade, a partir do qual o coletivo busca confluir e transfluir com os diferentes saberes para buscar propostas práticas que auxiliem a comunidade. A realidade da atuação já têm demandado a confluência de outros campos como a Economia,

Agroecologia, Agronomia, Antropologia e outros, cuja aproximação traz desafios e tensionamentos para a permanência da perspectiva da extensão popular.

O desenho territorial mobilizou debates da relacionalidade, da multiescalaridade e multidimensionalidade que direcionam o olhar para a construção do território comum como alternativa ao desenvolvimento moderno e capitalista para contribuir com um projeto de Reforma Agrária Popular. Junto com a perspectiva da extensão popular, delimitamos uma postura metodológica aberta de atuação nos territórios fundamentado na escuta, que busca a confluência entre os saberes, entre os diferentes mundos, onde o cruzo surge como dinâmica específica na criação de possibilidades, envolvendo rasura, transgressão, incerteza, ambivalência e inacabamento, dimensões que provocam e deslocam os saberes acadêmicos.

Assim, com a abertura de possibilidades, construímos uma proposta de território que articula relacionalmente o comunitário, a moradia e o uso comum para apontar um projeto de comunidade que fortaleça a permanência e a continuidade de uma outra proposta de vida. Porém, muitos debates que podem contribuir mais nesse sentido ainda ficaram em aberto e poderiam ser estruturados a partir de outros campos dos saberes. Com a Arquitetura a proposta do desenho territorial poderia avançar mais nas relações a partir da moradia e da circulação, com a Engenharia poderia avançar na materialização e viabilidade do projeto, com o Direito com a viabilidade perante as normativas e ainda outros campos que poderiam se somar para avançar na produção agroecológica, na relação com os recursos naturais etc.

Indo além da prática desta pesquisa, o debate feito a partir da proposta de tese extensionista também aponta algumas questões que poderiam ser aprofundadas. O foco do debate trazido buscou apontar a relação entre a pesquisa e a extensão e como, a partir daí, se abrem possibilidades para enxergar outras funções de uma pesquisa. A sistematização mobiliza questões sobre comunicação e visualização de informação que poderiam ser aprofundados em questões de conteúdo de forma e linguagem. Numa perspectiva da extensão popular esse debate é horizontalizado destacando a importância de ser uma atividade realizada de acordo com as capacidades dos grupos envolvidos. Desde a Geografia, os mapas, como suporte de informação ganham uma centralidade porém, as possibilidades são muito maiores e uma interface com a Arquitetura, com a Comunicação e o Design, por exemplo, poderiam ampliar o debate para pensar formas de representação que favoreçam a sistematização.

Em definitivo, fica em aberto um debate sobre o papel da pesquisa e da extensão perante a sociedade, onde entram em disputas diferentes perspectivas ligadas às relações de poder envolvidas na atuação da Universidade. Do ponto de vista da tese extensionista proposta aqui a resposta estará na demanda das comunidades, recebidas desde uma perspectiva de transformação e emancipação social, crítica ao modelo de desenvolvimento moderno e capitalista e seus desdobramentos. Esse debate também se amplia da forma com que a atuação é percebida e requisitada por diferentes

grupos e instituições, se como serviço, como militância ou como parceria, que vai atender concretamente uma demanda ou que vai problematizar e criar possibilidades, inovar em formas, métodos, metodologia, técnicas e tecnologias, conceitos e teorias. Esse caráter de criação de possibilidades é fundamental nesta pesquisa, porém entendemos desde a perspectiva da relacionalidade, da coexistência e confluência, que os caminhos não são somente lineares e a construção desses sentidos precisa ser compartilhada e não ser feita de forma isolada e distante da realidade. Realidade concreta da terra que enxergamos, escutamos e atuamos como território, praticado e construído pela comunidade, como Mundo de Muitos Mundos, que relacionalmente sistematizamos como desenho territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ralph Medeiros de, MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. O Cadastro Ambiental Rural (CAR): Agroestratégias e mercantilização da natureza pela via do novo Código Florestal. Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho, 2020, v. 21, n. 2, p.45-65.

ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no brasil. Caderno Prudentino de Geografia, 2020, 4(42), 251–285.

ALENTEJANO, Paulo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. Trabalho Necessário, 2022, v.20, nº 41, p.1-30.

ALENTEJANO, Paulo; WANDERLEY, Luiz Jardim; SANTORO, Karoline; ROCHA Leão, Pedro Catanzaro da; RIBEIRO, Amanda Guarniere; MARTINS, Vinícius. Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023). In: Conflitos no campo Brasil 2023 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno – Goiânia: CPT Nacional, 2024, p.24-37

ALMEIDA, A. W B. de. Nova Cartografia Social da Amazônia. In: Almeida, A. W. B. de; Junior, E. de. A. F. Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social. Manaus, 2013, p. 24-33.

APARICIDO, Juan Ricardo; BLASER Mario. La "ciudad letrada" y la insurrección de saberes subyugados en América Latina. Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras. Tomo I, CLACSO, 2018, p. 104-134.

BERTOLINI, Valéria Andrade, CARNEIRO, Fernando Ferreira. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. Libertas, Juiz de Fora, MG, 2007, p. 202-226.

BOFF, Leonardo. Alimentar nossa mística. In: MST. Mística: Uma necessidade no trabalho popular e organizativo. Caderno de formação, v. 27. São Paulo, Peres, 1998.

CASTRO. Lei Complementar nº 64/2017. Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Castro/PR.

CARVALHO, Horácio Martins de. Planejamento pelo Método da Validação Progressiva - MVP (adaptado para os assentamentos de reforma agrária). Curitiba, 2003. 23 p.

CIOCOLETTO, Adriana; CASANOVAS, Roser; FONSECA, Marta; ESCALANTE, Sara Ortiz; VALDIVIA, Blanca. *Ruptura de la dicotomía público-privado*. In: Ciocoletto et al. Urbanismo Feminista - por una transformación radical de los espacios de vida. Col-lectiu Punt 6. Barcelona, 2005, p.65-94.

COSTA, Régis Clemente da. A teologia da libertação e a mística do MST: a luta que transcende a terra. In: SCHONARDIE, Paulo Alfredo; ULRICH, Claudete Beise; ANDRIOLI, Liria Ângela. Educação Popular: epistemologias, diálogos e saberes. Foz do Iguaçu, Paraná, Editora CLAEC, 2022, p.125-138.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. O que levar em conta para a organização do assentamento. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Caderno de Cooperação Agrícola, n.10, 2001, 40 p.

CORDEIRO, Sonia Valdete Aparecida Lima. A constituição da escola evangélica de Carambeí: uma instituição educacional da imigração holandesa na Região dos Campos Gerais - PR. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2006.

COUTINHO, Alan Denizzar Limeira; MOELLMANN, Caroline Ester; Roos, Djoni; LUZ, Edson Luíz Zanchetti da; FABRINI, João Edmilson; JUNIOR, Juscelino Martins Costa; BORTOLUZZI, Leandro Neri; BORBA, Mariângela Lourdes de. Os movimentos da Reforma Agrária no Paraná: resistências e incertezas dos camponeses no complexo Cajati em Cascavel/PR. Boletim DATALUTA, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA, Presidente Prudente, 2020, n. 153, p.1-12.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais?. In: Henri Acselrad. (Org.). Cartografia social, terra e território. 1ed.Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176.

CRUZ, V. C. Da produção do espaço ao governo do espaço: deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial In: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz (orgs.) et al. Geografias, reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos. 1 ed. São Paulo: Max Limonad, 2020, v.1, p. 143-169.

CUNHA, Antonielle Pinheiro Da. Diálogos entre Geografia e Agroecologia: Reflexões sobre Território, Desenvolvimento e Colonialidade. Terra Livre São Paulo, 2017, Ano 29, Vol.2, n. 43 p. 170-205.

DE MARCOS, Valéria. Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Dissertação de Mestrado, 1996, 433 p.

DIAS, Bruno Bonsanto; FAJARDO, Sergio. Articulações entre o Estado e o cooperativismo agrícola: um estudo sobre as cooperativas de imigrantes holandeses nos campos gerais do Paraná. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 214-232, 2018. ISSN

2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/53376/37563>. Acesso em: 08 de abril de 2021. doi:http://dx.doi.org/10.5380/raega.v45i1.53376.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Sistema brasileiro de classificação de solos. Brasília, Serviço de Produção de Informação, 1999.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia. Lugar, movimiento, vida, redes. Popayán: Envión, 2010.

ESCOBAR, A. Autonomía y diseño:la realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca, 2016.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la Tierra: Las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del Sur. In: ESCOBAR, Arturo. Otro posible es posible: Caminando hacia las transiciones desde Abya Yala/Afro/Latino-América. Bogotá: Desde Abajo, 2018, p. 98-119.

FABRINI, João E.; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. Espaço Plural, n/ 16, 2007, p.33-41.

FABRINI, João E.. Território, Classe e Movimentos Sociais no Campo. Revista da ANPEGE, 2011, v. 7, n. 7, p. 97-112.

FALCADE-PEREIRA, I. B. A perspectiva do cuidado no planejamento territorial comunitário em assentamentos rurais: caminhos de liberdade para o Assentamento Contestado, MST – Lapa, Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, UFPR, 2019, 9p. Disponível em: https://enconttra.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/06/tfg-iara_pranchas_finalizadas.pdf

FARIA, J.R.V. Planejamento Participativo e Pedagogia da Autonomia. In: X Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2006, Salvador. Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador: CIAGS / UFBA, 2006.

FARIA, José Ricardo V.; PONTES, Daniele R. Planejamento militante: trajetória e instantâneos da experiência da Ambiens Sociedade Cooperativa. In: OLIVEIRA et al. (Org.). Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p.1-20.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata. (Org). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF – Sempre viva organização feminista, 2014, p. 145-158.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o Mundo: Feminismo e a Política dos comuns. Tradução do coletivo Sycorax, São Paulo, Elefante, 2022, 320 p.

FERGUSON, Rafter Sass; LOVELL, Sarah Taylor. Permaculture for agroecology: design, movement, practice, and worldview. A review. Agron. Sustain. Dez. (2014), n.34, p.251-274.
FERNANDES, Bernardo Mançano de Souza. A Luta Continua: Como se organizam os assentados. Cadernos de Formação n.10. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Comissão Nacional dos Assentados do Movimento dos Trabalhadores, 1986, 40 p.
FERNANDES, Bernardo Mançano de Souza. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-98, 2000.
FERNANDES, B. M. ; FONSECA, D. J. ; GIRARDI, E. P. ; SILVA, A. A. . A terra e os desterrados: o negro em movimento - um estudo das ocupações e assentamentos do MST. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). Diversidade, espaço e relações étnicos raciais: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.131-160.
FERNANDES, Bernardo Mançano de Souza. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In:CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, Editora UNESP, 2010, p.162-195.
FERNANDES, Bernardo Mançano de Souza. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. Uma Geografia em movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 505-560.
FERNANDES, Bernardo Mançano de Souza. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese de livre docência, Presidente Prudente, 2013, v.1, p.190-220.
FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. Por Terra e Território. Caminhos da Revolução dos Povos do Brasil. Teia dos Povos, 2021. 178 p.
FRAGA, Nilson Cesar; ROCHA, Diego da Luz; ZATTA, Angela. Virgem Maria Rosa, a Joanna d'Arc do sertão do Contestado - líder máxima do povo caboclo em guerra - a menina-mulher, cujo corpo e sexualidade sobressaíram ao silencio secular imposto pela república. Anais do V Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2018, p.551-564.
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
G1 PR. MST ocupa fazenda voltada para pesquisas agropecuárias no PR. In: Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2015/08/mst-ocupa-fazenda-voltada-para-pesquisas-agropecuarias-no-pr.html Acessado em 01/05/2024.

GERMANI, Guiomar. *Cuestión Agrária y Asentamento de Población en el Área rural: La Nueva Cara de la Lucha por la Tierra*. Bahia, Brasil (1964-1990). Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Barcelona, junho de 1993. Tese de Doutorado.

GERMANI, Guiomar I..Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GIRARDI, Eduardo Paulo. A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil : análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2022. 139p.

GONZALO, Almudena Hernando . *Hombres del Tiempo y Mujeres del Espacio. Individualidad, poder y relaciones de género*. Arqueologia Espacial, Teruel, v. 22, p. 23-44, 2000.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.80, Março 2008. p.115-147

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016.

GROSFOGEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: COSTA, J. B; TORRES, M. N; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Belo Horizonte, Autentuca Editora, 2019, 2a ed., Coleção Cultura Negra e identidades

GUTIERREZ, Raquel Aguilar. Más allá de la «capacidad de veto»: el difícil camino de la producción y la reproducción de lo común. In: GUTIERREZ, Raquel Aguilar. Horizontes comunitario-populares Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Traficantes de Sueños, 2017, p.118-122.

GUTIÉRREZ, Raquel Aguilar. Común, ¿hacia dónde? Metáforas para imaginar la vida colectiva más allá de la amalgama patriarcado capitalismo y dominio colonial. In: El APLANTE Revista de estudos comunitários. Producir lo común. Entramados comunitarios y luchas por la vida. Madrid, traficante de sueños, 2019, p. 81-93.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand, 2014, 319 p.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires, Argentina, CLACSO, 2021, 170 p.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. *Introducción: Una Visión General de los Bienes Comunes Del Conocimiento*. In: HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. *Los Bienes Comunes Del Conocimento*. IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador, Traficantes de Sueños, Madrid, 2016, p.27-65.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; ANTÔNIO, R.; CALAÇA, M. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. Revista NERA, Presidente Prudente, 2019, v. 22, n. 49, p. 140-167.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Para Sistematizar Experiências; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2.Ed. Revista - Brasília: MMA. (Série Monitoramento e Avaliação), 2006, 128 f.

HOLLOWAY, J. Las grietas son la revuelta de una forma de hacer contra otra: la revolta del hacer contra el trabajo. Agrietar el capitalismo: El hacer contra el trabajo. Buenos Aires, Herramienta, 2011.

IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Desenvolvimento e quantificação do plano de trabalho: metas para o quinquênio 1967-1971. Carta de Brasília, reunião dos secretários da agricultura, 1966, 6 p. Disponível em: https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/. Acessado em: 03/04/2024.

INCRA. Assentamentos - Relação de Projetos. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos. Acesso em: 16 de fevereiro de 2025.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Assentamentos rurais no Paraná. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, 1992, 260p. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/RP_assentamentos_rurais_01_1992.pdf. Acessado em 8 de julho de 2025.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, 2008, p.45-70.

LUNARDELLI, Nilson Thomé. Trem de Ferro: A ferrovia no Contestado, Florianópolis, SC 2ª edição, 1983.

MACHADO-ARÁOZ, Horácio. *La 'Naturaleza' como objeto colonial. Una mirada desde*

la condición eco-bio-política del colonialismo contemporâneo. Onteaiken, Boletín sobre prácticas y estudios de acción colectiva, Publicación del Programa de Estudios sobre acción colectiva y conflito social, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Cordoba, Córdoba, n. 10, 2010, p.35-47.

MADRILONIA. La Carta de los Comunes, Para el cuidado y disfrute de lo que todos es. Traficantes de Sueños, Madrid, 2011.

MALHEIRO, B. Ouvir o território e pensar por outras (geo)grafias: territorialidades em r-existência à mineração na Amazônia. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 15, n. 3, 2021, p. 188–205.

MAPBIOMAS – Coleção 7.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil, acessado em 2020 através do link: https://brasil.mapbiomas.org/f

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo. Universidad Central, Bogotá, Colombia, Nómadas (Col), núm. 20, 2004, p. 210-218

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos Sociais no campo, lutas por direitos e Reforma Agrária na segunda metade do século XX. In:CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, Editora UNESP, 2010. p.113-136.

MELO, José Francisco de. Extensão popular. João Pessoa, Editora da UFPB, 2014, 122p.

MIRAFTAB, Faranak. INSURGENT PLANNING: SITUATING RADICAL PLANNING IN THE GLOBAL SOUTH. Urbana: Illinois, 2009.

MIRANDA, Roberto de Sousa; CUNHA, Luis Henrique. Análise do Processo de elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos Rurais do Semiárido Nordestino. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 1, 2018, Enero-Junio, pp. 395-415.

MITIDIERO Junior, Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no Campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 220-246, 2018.

MONNERAT, P. F,; SOUZA, N. A. Projeto FLORA: Cultivando agrobiodiversidade no Paraná. Cascavel: VII Encontro estadual das educadoras e educadores da reforma agrária do Paraná, p. 129-135, 2015.

MONNERAT, Priscila Fantini. Mulheres camponesas e agroecologia no MST do Paraná: os territórios do cotidiano da luta e da luta no cotidiano. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Dissertação de Mestrado, 151 f., 2019.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006, 438 p.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Desenvolvimento em (des)construção: Provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B,M, MARQUES, M, I, M, SUZUKI, J, C. Geografia Agrária teoria e poder. São Paulo, Expressão Popular, 2007, p. 39-53.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón; PONTES, Daniele Regina; FARIA, José Ricardo Vargas; ANDREOLI, Marcelo; PAZELLO, Ricardo Prestes; COSTALDELLO, Angela Cassia; SOARES, Gustavo Steinmetz; AULER, Mariana Marques; DICKEL, Alessandra; ESTECHE, Bárbara Górski; REIS, Ana Gabrieli; SOUSA, Lanna Mara Ribeiro de; ALC NTARA, Renata Karolina; BERNARDI, Wania Kauana; MAZER, Guilherme Pedrollo; ROCHA, Carlos Hugo; SANTANA, Atila Cristian; SANTOS, Luasses Gonçalves dos; VANZO, Pedro Henrique. Estudo Técnico 01-2022: Análise da viabilidade e da pertinência de destinação da fazenda Capão do Cipó (Comunidade Maria Rosa do Contestado), Castro/PR, para assentamento de reforma agrária, aspectos jurídicos, socioeconômicos e ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2022, 46 f. Disponível em: https://encurtador.com.br/HOFMy Acessado em: 03/05/2025.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Construindo o Caminho. São Paulo, MST, 2001, 249 p.

MST. Juiz federal visita acampamento agroecológico do MST em Castro, Paraná. 11 de novembro de 2020. Disponível em: https://mst.org.br/2020/11/11/juiz-federal-visita-acampamento-agroecologico-do-mst-em-castro-parana/#:~:text=Juiz%20federal%20visita%20acampamento%20agroecol%C3%B3gico%20do%20MST%20em%20Castro%2C%20Paran%C3%A1,-Esta%20foi%20a&text=O%20sol%20forte%20acompanhou%20a,sexta%2Dfeira%20(6). Acesso em: 09/05/2024.

MST. Programa Agrário do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo, VI Congresso Nacional do MST, 2014, 64 p.

MST. Objetivos, 2024. Disponível em: https://mst.org.br/objetivos/. Acessado em: 14/01/2024.

MST. Programa de Reforma Agrária Popular. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2025, 76 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A grilagem de terras na formação territorial brasileira.Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020.

OLIVEIRA, Maria Lucia Cunha Lopes de. A transdisciplinaridade na construção de um território do esperançar. In: HAESBAERT, Rogério; Bartholl, Timo; ROCHA, Willian Silva da; BARCELLOS, Daniella (Orgs.). Territórios, Re-existências e Afetos: NUREG - Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização - 30 anos. Universidade Federal Fluminense, Editora Conseguência, Rio de Janeiro, RJ, 2a edição, 2024, p.271-294.

PARANÁ, Tribunal de Justiça. NOTA TÉCNICA 01/2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1vuf1xVrlMjIdIxgrVkU1l5WluocJiSnJ/view Acesso em: 09/05/2024

PARANÁ, Ministério Público do. TJPR emite nota técnica sobre conflitos fundiários. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/direito/Noticia/TJPR-emite-nota-tecnica-sobre-conflitos-fundiarios Acessado em: 09/05/2024.

PASINATO, Raquel. Planejamento Territorial Participativo. Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP. Instituto Socioambiebtal, São Paulo, SP, 2012, 47p.

PEARCE, Jenny. 'Avanzamos Porque Estamos Perdidos'.: Reflexiones Críticas Sobre La Co-Producción de Conocimiento. Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras. Tomo II, CLACSO, 2018, p. 356–380.

PEREIRA, Iara Beatriz Falcade; MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón; ANDREOLI, Marcelo Caetano; ALCANTARA, Renata Karoline. Conflitos na Reforma Agrária e mundos possíveis no planejamento de um assentamento agroecológico no município de Castro-PR. 2020. In: Davis Gruber Sansolo; Felipe Addor; Farid Eid.. (Org.). Tecnologia social e reforma agrária popular? São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2021, v. 1, p. 157-195.

PEREIRA, Iara Beatriz Falcade. A centralidade da vida no(s) planejamento(s) dos territórios de Reforma Agrária: Experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Paraná. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2023, Curitiba, PR, 274 p.

PEREZ, Mercedes Solá. "O Único que Não Perdemos até agora é a Vida, por isso lutamos, por uma nova vida" – R-Existências dos Camponeses e Camponesas da Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra, Colômbia. Revista Pegada, v. 19, n.2, Maio-Agosto, 2018, p.279-307.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires,

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002, p.217-256. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf. Acesso em: 16 de junho de 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. Revista Geografias, Belo Horizonte, julho-dezembro de 2005, v.1, n.1, p.7-25.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. GEOgraphia, v. 8, n. 16, 2006, p. 41-55.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação Social da Natureza e Reinvenção dos Territórios. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.1, 2012, p.16-50.

PORTO-GONÇALVES, C. W., AICHINO, G. L., CORREA, A., MARTÍNEZ, J. J. H., PALLADINO, L., PEDRAZZANI, C. E., ENSABELLA, B. Geo-graías con Carlos Walter Porto-Gonçalves. Cardinalis, (4), 2015, p.241–263.

PONTA GROSSA, Juízo Federal da 2ª VF de. Utilização de bens públicos, Bens Públicos, Domínio Público. Manutenção / Reintegração de Posse, Processo nº. 5009554-77.2019.4.04.7009/PR, 2019

PONTA GROSSA, Juízo Federal da 2ª VF de. Inquérito / Processo / Recurso Administrativo, Atos Administrativos. Ação Civil Pública. Processo nº. 5002848-10.2021.4.04.7009, 2021

PONTES, Daniele Regina; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro; FARIA, José Ricardo Vargas; ANDREOLI, Marcelo; PAZELLO, Ricardo Prestes; SOARES, Gustavo Steinmetz; WASSMANSDORF, Vinícius Eduardo; ESTECHE, Bárbara Górski; LAMBERT, Desireé. Estudo Técnico de Análise sobre Planejamento Compartilhado de Uso e Ocupação do Solo Área: Maria Rosa do Contestado Município de Castro/PR. Universidade Federal do Paraná, 2020, 72 f. Disponível em: https://encurtador.com.br/g5WC5 Acessado em: 03/05/2025

PONTES, D. R; PEREIRA, I. B. F; SOARES, G. S; WASSMANSDORF, V. E. Conflitos Jurídico-Territoriais no campo: Análises dos Elementos e meios da disputa no Acampamento Maria Rosa do Contestado - Castro/PR. In: IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2021, Brasília. Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 117-142.

RIGOTTO, Raquel Maria; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A Pedagogia do Território: Desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do núcleo tramas. In: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves

Dias (Org.). Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 345-396.

RISLER, Julia; AIRES, Pablo. *Manual de mapeo colectivo: Recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa*. Buenos Aires, Tinta Limón, novembro de 2013.

ROCHA, Otávio Gomes. Por una Geografía de lo común: Territorio, trabajo e subjetividade comunitaria en contextos de conflictos territoriales. Tese de doutorado em desenvolvimento rural, Universidade Autónoma Metropolitana,Cidade do México, 2021, 525 p.

ROOS, Djoni. A disputa pelo território: Agricultura Camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. XIII Jornada do Trabalho, Pres. Prudente, SP, 2012, 12 p.

ROOS, Djoni. As lutas camponesas no estado do Paraná e os modelos da "Reforma Agrária"brasileira. GeoGraphos, Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2013, c. 4, n. 31, p.1-18.

ROOS, Djoni; PAULINO, THOMAZINI, Eliane; SOARES, Gustavo; MONTENEGRO, Jorge Ramón. Protagonismo da Reforma Agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do MST em fatos e fotos. Geografia em Questão, [S. l.], v. 13, n. 3, 2020.

ROOS, Djoni; PAULINO, THOMAZINI, Eliane; MONTENEGRO, Jorge. Introdução: Atualidade, atualização e espacialidade da Questão Agrária no Paraná. In: Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção / organização: Observatório da Questão Agrária no Paraná.— Naviraí, MS, Ipuvaíva, 2021, p.27-46.

ROOS, Djoni; FABRINI, João Edmilson; PAULA, Adriano Makux de; GEMELLI, Diane Daniela; FLÁVIO, Luiz Carlos; BARRETO, Marcelo; FONSECA, Silas Rafael da. A Geografia das lutas Camponesas no Paraná. In: Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção / organização: Observatório da Questão Agrária no Paraná.— Naviraí, MS, Ipuvaíva, 2021b, p.47-72.

ROOS, Djoni; SOARES, Steinmetz, Gustavo; MONTENEGRO, Jorge; PÉREZ, Mercedes Solá; SANTOS, Sirley Ferreira dos. Brasil. In: DURÁN, Ruth Bautista; CHALI, Oscar Bazoberry; TITO, Lorenzo Soliz. Informe 2020, Acesso a la tierra y territorio en Sudamérica. Instituto para el Desarollo Rural de Sudamérica, La Paz, 2021c, p.111-161.

ROOS, Djoni; SOARES, Steinmetz, Gustavo; MONTENEGRO, Jorge; PÉREZ, Mercedes Solá; SANTOS, Sirley Ferreira dos. Brasil. In: DURÁN, Ruth Bautista; CHALI, Oscar Bazoberry; TITO, Lorenzo Soliz. Informe 2021, Acesso a la tierra y territorio en Sudamérica. Instituto para el Desarollo Rural de Sudamérica, La Paz, 2022, p.113-169.

RUFINO, Luiz. Exu e a pedagogia das encruzilhadas. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2017, 231 f.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. UBU Editora, 2023, 112 p.

SERRA, Elpídio. Conflitos rurais no Paraná: Como foi que tudo começou. Boletim geográfico, Maringá, 2010, v. 28, n. 1, p.75-89.

SIMAS, Luiz Antonio; Rufino, Luiz. Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro, Mórula, 2018, 124p.

SILVINA, Monteros. Ayuda mutua y Estado de bienestar reflexiones a partir de la experiencia del «Grupo de apoyo Daniel Wagman» en Madrid. In: Cuidado, comunidad y común: experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida / Cristina Vega Solís (ed. lit.), Raquel Martínez Buján (ed. lit.), Myriam Paredes Chauca (ed. lit.), 2018, p. 211-234

SONDA, C. Reforma Agrária: Um bom jeito de fazer recuperação ambiental. Lapa: Projeto FLORA, Caderno 1 - Terra, floresta e gente, p. 11-16, 2016.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SOUZA, M. J. L. O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000. p.77-112

SOUZA FILHO, C.F.M de.. Função Social da Propriedade. In: Claudia Sonda; Silvia Cristina Trauczynski. (Org.). Reforma Agrária e Meio Ambiente. 1ed.Curitiba: ITCG, 2010, v. 1, p. 181-198.

SOUZA FILHO, C.F.M de. De como a natureza foi expulsa da modernidade. Revista Crítica do Direito, n. 5, vol. 66, ago.dez. 2015, p.88-105.

SLUTER, C. R.; CARNEIRO, A. F. T.; IESCHECK, A. L.; PONTES, D. R.; GEDIEL, J. A. P. Cartografia e Direito na Formação Territorial e na Configuração da Propriedade no Brasil. Revista Brasileira de Cartografia, v. 72, p. 916-939, 30 dez. 2020

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção geográfica espacializada. In: ARANTES, Antônio A. (Org). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000, p. 133-159

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. In: Dilger, Gerhard; Lang Miriam; Pereira Filho, Jorge (Orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, 472 p.

TRF2. Justiça Federal homologa acordo entre o INCRA e o CTP para resolver os conflitos fundiários na região de Castro(PR). Disponível em: https://www10.trf2.jus.br/portal/justica-

federal-homologa-acordo-entre-o-incra-e-o-ctp-para-resolver-os-conflitos-fundiarios-na-regiao-de-castropr/ Acesso em: 09/05/2024.

UEPG, Agencia De Jornalismo. DOZE MESES DE RESISTÊNCIA: A terra como horizonte de vida. Youtub, 2017, 1 vídeo (46 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6WcTMx4a-N4. Acessado em 14 de julho de 2025.

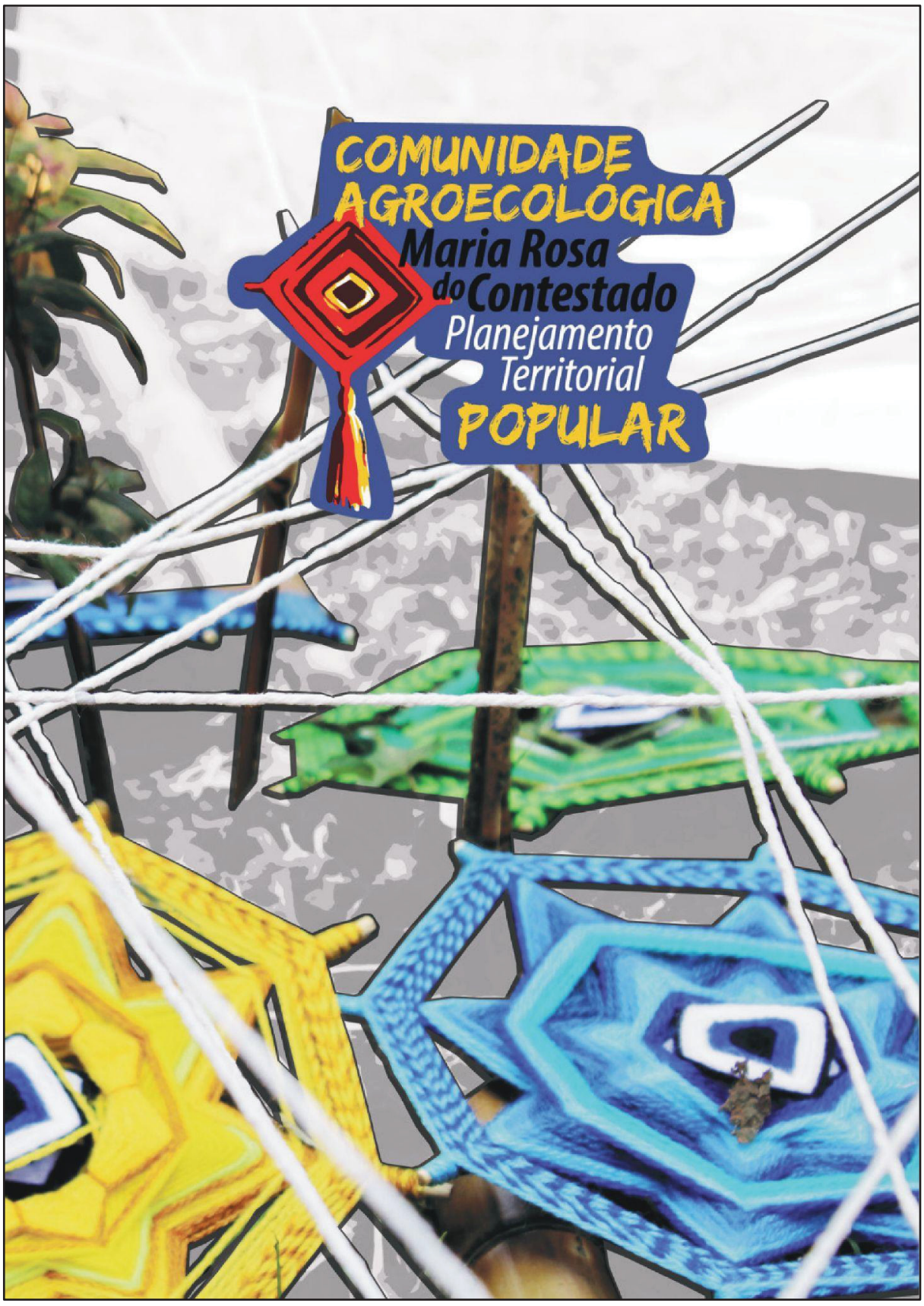
UNIÃO, Diário Oficial. INSTRUÇÃO NORMATIVA SPU/ME Nº 26, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021. Seção 1, segunda-feira, 22 de fevereiro de 2021.

UNIÃO, Diário Oficial. PORTARIA SPU/MGI Nº 2.577, DE 22 DE ABRIL DE 2024. 03/05/2024, Edição 85, Seção 1, p.63.

VANZO, Pedro Henrique. Atores e redes da agroecologia no acampamento Maria Rosa do Contestado : recampenização e o resgate de tradições camponesas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2022, 210p.

ZIBECHI, R. *Los trabajos colectivos como bienes comunes material/simbólicos. Común para que?*. Él Aplante, Puebla, México, Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos, n.1, p.73-98.

ANEXO 1 - Cartilha Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado



Projeto Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado. Castro / PR, Abril, 2023. Articulação: Planejamento Territorial e Assessoria Jurídica Popular - PLANTEAR, Universidade Federal do Paraná, Curitiba / PR. 13 páginas 297 x 210 mm.

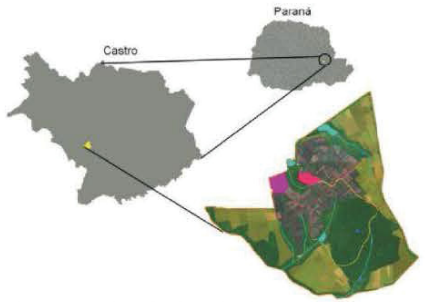
Equipe Plantear: Adriano Duarte Dalmolin, Alessandra Dickel, Amanda Machado de Carvalho Neves, Ana Caroline dos Santos Ferreira, Ana Hupfer, Bernardo Donasolo, Bruna Pioli, Bianca Araujo, Camila Campos de Lara Jakimiu, Carina Yumi Endo, Clara Carneiro, Daniele Regina Pontes, Danilo Pereira, Davi dos Santos Villela Junior, Desirée Lambert, Diogo De Ávila, Elisa Detzel, Gabriela Andrade, Gabriele Borinelli, Georgia Baggio, Gustavo Petrelli, Gustavo Steinmetz Soares, Guilherme Uchimura, Iara Beatriz Falcade-Pereira, Ires Aparecida Falcade, Ivan de Carvalho Moura, Izabelly Valeski, Jorge Ramón Montenegro Gómez, José Ricardo Vargas de Faria, Kauana Bernardi, Laís Nadolny, Lanna Ribeiro, Luiz, Philipe Augusto Micaloski, Renata Alcantara, Ricardo Prestes Pazelo, Rodrigo Martins, Marcelo Andreoli, Mariana Auler, Maria Eduarda de Almeida, Marina Batista da Silva, Pedro Vanzo, Sara Ferreira, Vitoria Gabriela Pereira, Yasmin Reck

Comunidade Agroecológica Maria Rosa: Adão Salvador de Oliveira, Adriano Ferreira Paiva, Alana Mainardes MeirA, Alessandro Sebastião, Altamir de Oliveira Meira, Ana Beatriz Santos Rodrigues Pinheiro, Anazir Carneiro Chopek, Andre Feitosa, Angela Maria Procópio Lopes, Angelita Iepeke, Aniceto Alves Pessoa, Antoniely Sophia Mattos da Silva, Antonio Adanto de Azevedo, Antonio Carlos da Silva, Antonio Soares, Atair Zampieri, Bruno Machado , Carlos Alberto Rissato, Carlos Alberto Vaz de Matos, Casturina Tome de Paiva, Celio de Oliveira Meira, Cicero Donizete de Oliveira , Claudemir Cajueiro da Silva, Claudinei Vicente dos Anjos, Clementina Cezarda Cordeito de Jesus, Crislaine do Rocio Machado Santos, Cristiano da Silva, Dalvane Leal Moura, Daniel Barbosa , Daniel Ferreira da Cruz filho, Daniel Ferreira da Cruz, Davi Telles, Dejalma Willian Doin, Dimarães Lisboa, Dorca de Ca Souzastro, Eime de Fatima Alves Gomes, Elias Rodrigues Martins, Elizabeth Constantino Machado , Eloir Barbosa Sebastiao, Elza Medeiros Gomes Mattos, Emanuel Frreira da Cruz , Enivaldo da Silva Pena, Erick Caetano, Erika dos Santos Mattos, Erika Ramos de Azevedo, Erivelton Ramos de Azevedo, Euzerina Pereira Sebastião, Everton Cristiano Machado, Fernando Schalm Rinaldi, Floripa Angela Machado, Francisco de Assis Jesus Carvalho, Francisco de Assis Pinheiro da Luz, Gabriel Soares Mendes , Geni Aparecida Moura dos Santos, Geovana, Geovana Caetano, Gilberto Jose Mendes, Giovane de Oliveira , Guilherme Kremer, Hugo Gabriel Barbosa Lopes, Igor Lepeke Martins, Irani Vieira Lira, Irva Brandt da Silva, Isabely Leal Mendes, Ivandressa Estevan, Izabel Meira de Sena, João Heliton Procopio, João Lucas Lepeke Martins, João Pedro Santos Rodrigues Pinheiro, João Wesley Caetano Procopio, JoãoSolemar Leal, Jose Arlan Gonçalves dos Santos, José Cleverson Freitas Mainardes, José Fernando Kremer, Jose Machado Neto, José Mattos, José Ribeiro Stepenoski, Josecleia Cordeiro, Jovita LeaL Stepnoski, Judite Soares, Julia Romany, Juliana Bilchemam, Jurati Rodrigues Santos , Juvita Aparecida Ramos Azevedo, Kassiano Donato Ribeiro, Kimberly Caroline Soares, Laura Aparecida Machado, Laura Mainardes de Matos, Laura Sandra Eller Cordeiro, Lindalva Machado. Lourival Gomes Carneiro , Lucia Mara Antunes Souza, Luiz Felipe Santos Rodrigues Pinheiro, Luiz marcelo Kugler, Marciely Cristiane de Paula Lopes, Margarida Formanquesviski, Maria Aparecida da Silva, Maria Beatriz Dias dos Santos, Maria Conceição Paula, Maria Da Silva Machado, Maria Lourdes Caetano Procopio, Maria lucia Inacio, Maria, Matheus França de Jesus, Matheus Ramos de Azevedo, Mauricio Pinheiro Machado, Miguel dos Santos, Miguel Nascimento, Miguel Pinheiro Machado , Mileny Ferreira da Cruz, Mirella Ferreira da Cruz , Mizael Ferreira Braga, Moises Rodrigues Pinheiro, Natalia Leal Silva Luma, Natalice Gomes da Rosa, Natalino Sanches Lira, Nataly Ferreira da Cruz, Nerci Aparecida da Rosa Telles, Nilson Cordeiro dos Santos, Oneir Antonio Machado, Otalia Paes de Camargo Gonçalves , Ozorio Severino Cruz, Pamela de Souza Silva, Patricia Mattos, Patricia Soares, Paulo Cesar dos santos, Reginaldo Lopes , Richard Miguel Ferreira de Paiva, Rivaldiney Carneiro Chopek, Rodrigo Meira Sena, Roger Vinicius França Freitas, Roque Ferreira Paiva, Rosane Aparecida Freitas Mainardes Meira, Rosane Aparecida Machado, Rosangela Rosa Telles , Rose Mara Valenga Moreira, Rosenilda Marcondes dos Santos, Rosilda Aparecida Machado , Sabrina Mattos da Silva, Samuel Santos da Silva , Sandra Mara de Matos Eller, Sandra Mara dos Santos, Silvana Aparecida Oliveira Alves dos Santos, Taina Raiane Ferreira Paiva, Valdemir Pameiro, Vanderlei Vieira da Rosa, Vera Aparecida Duarte, Vitor Guilherme Soares, Wagner Jose de Matos, Zenilda Aparecida Machado

COMUNIDADE AGROECOLÓGICA Maria Rosa do Contestado

Planejamento Territorial POPULAR

CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO



A Comunidade Agroecológica "Maria Rosa do Contestado" (Castro-PR) nasceu da ocupação da Fazenda Capão do Cipó no dia 24 de agosto de 2015. Ao redor de 200 famílias entraram na área para reivindicar a Reforma Agrária, em uma terra propriedade da União, que estava sendo utilizada irregularmente pela Fundação ABC desde 2001. Após oito anos de disputas judiciais, sessenta e três famílias cultivam sem agrotóxicos e com sementes crioulas e constroem formas de viver mais respeitosas com a natureza, com os outros e com si mesmas. Nesse tempo, construíram a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado (Coofram); produzem milho e feijão crioulos, amendoim, arroz, e vinte variedades de verduras e legumes; conquistaram contratos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em vários municípios; o Coletivo de Mulheres Maria Rosa do Contestado produzem conservas, panificados e macarrão artesanal em uma agroindústria própria; conquistaram a certificação agroecológica para todas as famílias; e doaram 22 toneladas de alimentos, 444 pacotes de macarrão e 600 pães durante a pandemia de Covid-19 a famílias carentes dos municípios vizinhos.

PLANTEAR
Planejamento Territorial e Assessoria Popular

Em agosto de 2022, a Comunidade Maria Rosa solicitou ao Coletivo PLANTEAR - Planejamento Territorial e Assessoria Popular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) elaborar conjuntamente uma proposta para organizar o território da Comunidade. Esse trabalho foi feito em duas fases: 1ª moradia/quintal produtivo; 2ª comunitário.

O PLANTEAR é um coletivo de pesquisa e extensão de diversas áreas de formação que vem realizando esses estudos de planejamento a partir de 2019, em diálogo com comunidades, movimentos sociais e entidades jurídicas (como Ministério ou Defensoria Públicas). Também produz estudos técnicos para a mediação de conflitos fundiários e territoriais.

1ª FASE MORADIA/QUINTAL PRODUTIVO

1ª OFICINA

- Primeiro contato entre a comunidade e a equipe.
- De onde vêm as pessoas da comunidade? O que já existe? O que querem?

2ª OFICINA

- Cartografia Social em grupos: conhecendo o território.
- Socialização das cartografias com toda a comunidade.

3ª OFICINA

- Desenho do lote que sonhamos.
- Algumas possibilidades para localizar a moradia no lote.
- Pensar o território em três zonas: 1) Casa, horta, pomar; 2) roça, açude, reserva; 3) equipamentos comunitários.

- Apresentação e entrega final do planejamento das áreas de moradia.

4ª OFICINA

- Zoneamento: moradia, comunitário, produção e reserva.
- "Bingo do Maria Rosa": como conseguir que todas as famílias tenham um lote?
- Entendendo o tamanho do lote na terra.
- Pré-proposta das áreas de moradia.

6ª OFICINA

5ª OFICINA

- O planejamento do território na visão das mulheres e dos homens.
- Ajustes e validação da distribuição dos lotes e das vias.

2ª FASE COMUNITÁRIO

- Entender as ideias da comunidade sobre os espaços comunitários.

7ª OFICINA

8ª OFICINA

- Divisão em quatro grupos temáticos: Educação, Produção, Saúde, Lazer.
- Trajetos pelo território para escutar o cotidiano da comunidade.
- Encontro final na área de convivência.

9ª OFICINA

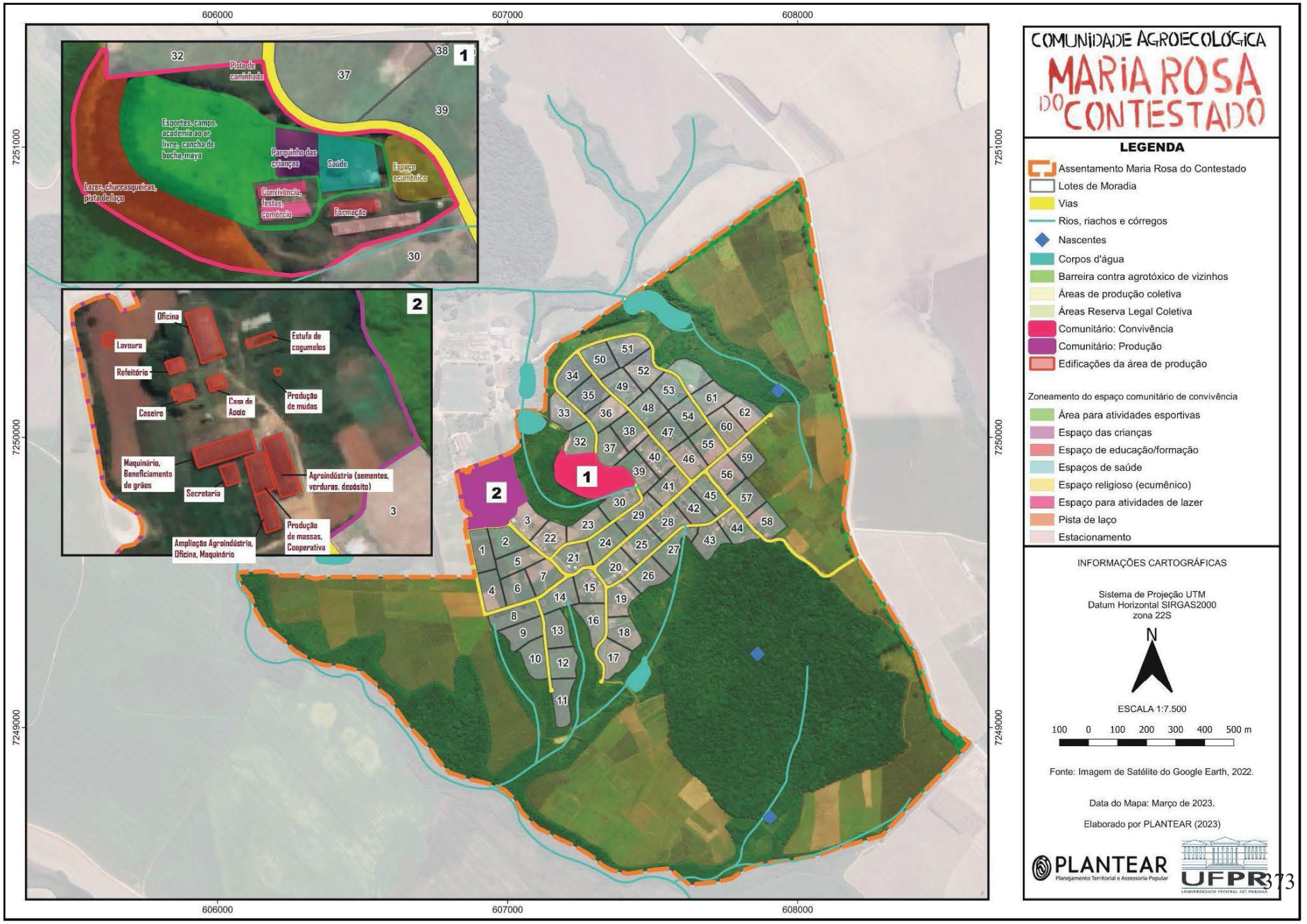
- Conversa com os seis Núcleos de Base.
- Mapeamento dos usos e expectativas.

10ª OFICINA

- Apresentando a sistematização das informações.
- Propostas e debates para a área de produção e a área de convivência.

11ª OFICINA

- Entrega final da proposta comunitária, cartilha e maquete.
- Percurso pela área.
- Diálogo com autoridades


606000
607000
608000
7251000
7250000
7249000
1
Pista de caminhada
Esportes, campo, academia ao ar livre, cancha de bocha, maya
Parquinho das crianças
Saúde
Espaço ecumênico
Convivência, festas, comércio
Formação
Lazer, churrasqueiras, pista de laço
2
Oficina
Lavoura
Refeitório
Estufa de cogumelos
Produção de mudas
Casa de Apoio
Caseiro
Maquinário, Beneficiamento de grãos
Agroindústria (sementes, verduras, depósito)
Secretaria
Produção de massas, Cooperativa
Ampliação Agroindústria, Oficina, Maquinário
COMUNIDADE AGROECOLÓGICA
MARIA ROSA DO CONTESTADO
LEGENDA
Assentamento Maria Rosa do Contestado
Lotes de Moradia
Vias
Rios, riachos e córregos
Nascentes
Corpos d'água
Barreira contra agrotóxico de vizinhos
Áreas de produção coletiva
Áreas Reserva Legal Coletiva
Comunitário: Convivência
Comunitário: Produção
Edificações da área de produção
Zoneamento do espaço comunitário de convivência
Área para atividades esportivas
Espaço das crianças
Espaço de educação/formação
Espaços de saúde
Espaço religioso (ecumênico)
Espaço para atividades de lazer
Pista de laço
Estacionamento
INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS
Sistema de Projeção UTM
Datum Horizontal SIRGAS2000
zona 22S
N
ESCALA 1:7.500
100 0 100 200 300 400 500 m
Fonte: Imagem de Satélite do Google Earth, 2022.
Data do Mapa: Março de 2023.
Elaborado por PLANTEAR (2023)
PLANTEAR
Planejamento Territorial e Assessoria Popular
UFPR

Para o futuro: quando aumentar o fluxo de veículos pesados, pensar vias para esse tipo de trânsito e vias para caminhar, bicicleta...

Se respeitam as vias já existentes e se criam outras novas apenas para que todos os lotes tenham fácil acesso

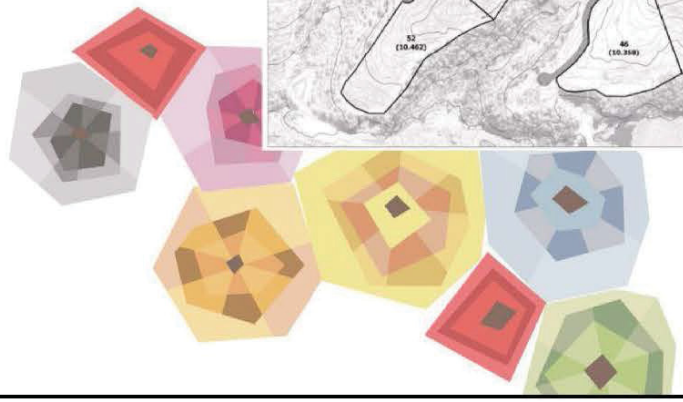
Nessa parte da área se recomenda criar um arco verde que comunique os açudes que já existem

Sem lotes nas áreas que podem ser afetadas pelo uso de agrotóxico dos vizinhos

63 lotes com 1 hectare dedicados a produção familiar e a viver de forma agroecológica

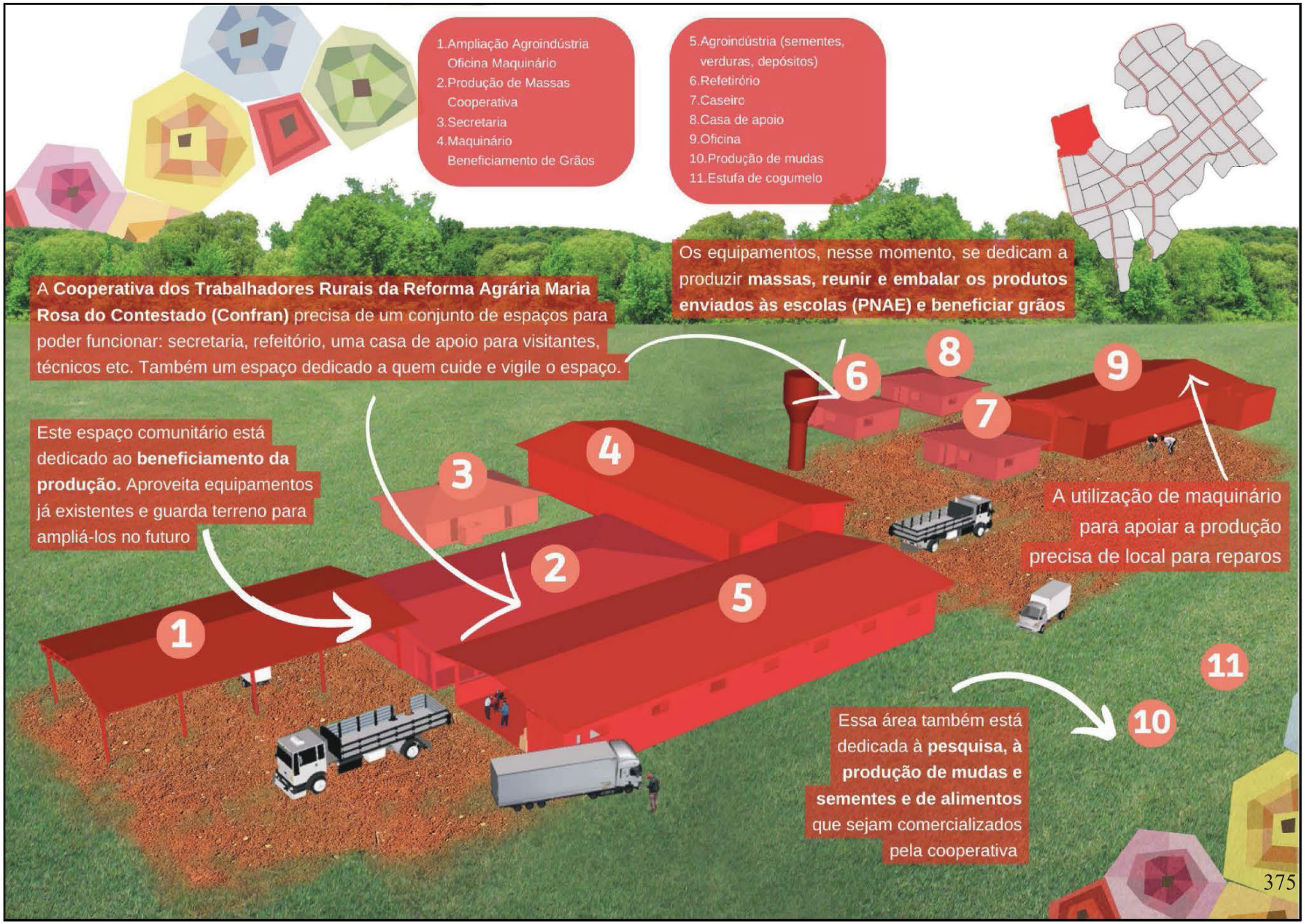
O tamanho do lote permite instalar a moradia, um quintal produtivo e outros equipamentos como paiol ou chiqueiro, e conseguir cuidá-lo com o trabalho familiar

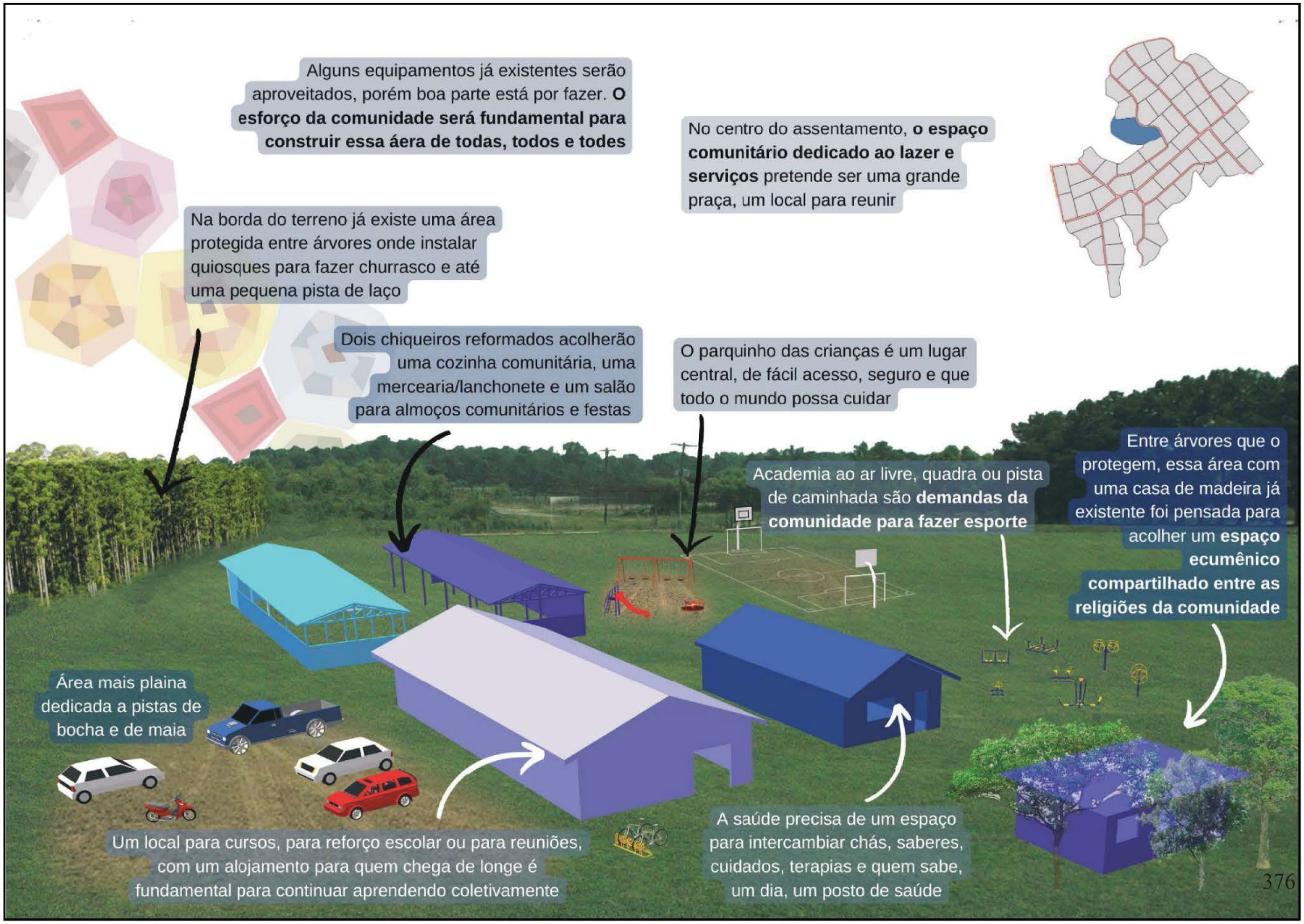
Os lotes estão nas áreas mais planas, para evitar a erosão, e próximos um do outro, para facilitar o contato



O desenho dos lotes em forma de quadrado foi pensado para ser mais fácil de organizar a produção. **Os lotes com desenhos diferentes acompanham o relevo ou a reserva legal da área.**

Existem **áreas coletivas dedicadas à produção individual** (entre 2 e 5 has) para complementar a renda


1.Ampliação Agroindústria
Oficina Maquinário
2.Produção de Massas
Cooperativa
3.Secretaria
4.Maquinário
Beneficiamento de Grãos
5.Agroindústria (sementes,
verduras, depósitos)
6.Refetirório
7.Caseirc
8.Casa de apoio
9.Oficina
10.Produção de mudas
11.Estufa de cogumelo
A **Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado (Confran)** precisa de um conjunto de espaços para poder funcionar: secretaria, refeitório, uma casa de apoio para visitantes, técnicos etc. Também um espaço dedicado a quem cuide e vigile o espaço.
Os equipamentos, nesse momento, se dedicam a produzir **massas, reunir e embalar os produtos enviados às escolas (PNAE) e beneficiar grãos**
Este espaço comunitário está dedicado ao **beneficiamento da produção.** Aproveita equipamentos já existentes e guarda terreno para ampliá-los no futuro
A utilização de maquinário para apoiar a produção precisa de local para reparos
Essa área também está dedicada à **pesquisa, à produção de mudas e sementes e de alimentos** que sejam comercializados pela cooperativa


Alguns equipamentos já existentes serão aproveitados, porém boa parte está por fazer. **O esforço da comunidade será fundamental para construir essa áera de todas, todos e todes**
No centro do assentamento, **o espaço comunitário dedicado ao lazer e serviços** pretende ser uma grande praça, um local para reunir
Na borda do terreno já existe uma área protegida entre árvores onde instalar quiosques para fazer churrasco e até uma pequena pista de laço
Dois chiqueiros reformados acolherão uma cozinha comunitária, uma mercearia/lanchonete e um salão para almoços comunitários e festas
O parquinho das crianças é um lugar central, de fácil acesso, seguro e que todo o mundo possa cuidar
Academia ao ar livre, quadra ou pista de caminhada são **demandas da comunidade para fazer esporte**
Entre árvores que o protegem, essa área com uma casa de madeira já existente foi pensada para acolher um **espaço ecumênico compartilhado entre as religiões da comunidade**
Área mais plaina dedicada a pistas de bocha e de maia
Um local para cursos, para reforço escolar ou para reuniões, com um alojamento para quem chega de longe é fundamental para continuar aprendendo coletivamente
A saúde precisa de um espaço para intercambiar chás, saberes, cuidados, terapias e quem sabe, um dia, um posto de saúde

CEPPUR
MAJUP
ENCONTT